



iu

ESTUDAR SEM MELANCOLIA

REFLEXÕES TEÓRICAS
E APLICADAS NOS BASTIDORES
DO SISTEMA LITERÁRIO

ELIAS JOSÉ TORRES FEIJÓ

O volume compõe-se de duas partes.

A primeira é referida à discussão de aspetos teóricos e de metodologia de análise relativos à historiografia literária, do ponto de vista sistémico, fundamentalmente baseados na Teoria dos Polissistemas de Even-Zohar e nos desenvolvimentos realizados pelo autor. Nesta parte discutem-se questões relativas à consideração das literaturas (como) nacionais e à sua historiografia de cânone e processos de canonização, da funcionalidade de estudos literários para o conhecimento de comunidades, da análise de narrativas e a sua relação com comunidades e da conceção e função do ensino e da investigação em literatura.

A segunda é uma parte aplicada a casos de literatura portuguesa. Com exemplos aplicados a mulheres ilustradas, à posição de Bocage na construção historiográfica do século XIX ; à trajetória de Camilo; à análise dum período de intensidade e tensões de campo (1891-1910) e aos casos galego, brasileiro e africano em alguma historiografia portuguesa contemporânea, com destaque para a História da Literatura Portuguesa de A. J. Saraiva e Ó. Lopes



I N V E S T I G A Ç Ã O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimpresa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Jessica Delp - Unsplash

DESIGN DA CAPA

Pedro Matias

PRÉ-IMPRESSÃO

Reinaldo António

EXECUÇÃO GRÁFICA

KDP

ISBN

978-989-26-2321-4

ISBN DIGITAL

978-989-26-2322-1

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2322-1>

ESTUDAR SEM MELANCOLIA

REFLEXÕES TEÓRICAS
E APLICADAS NOS BASTIDORES
DO SISTEMA LITERÁRIO

ELIAS JOSÉ TORRES FEIJÓ

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA	9
PRIMEIRA PARTE	13
Sobre objetivos do ensino e da investigação da literatura:.....	15
<i>Roma locuta, causa finita?</i> Sobre docência e crítica da literatura e da cultura	51
Sobre objetivos, serviços e serventias da historiografia literária. Algumas propostas	69
Contributos sobre o objeto de estudo e metodologia sistémica. Sistemas literários e Literaturas Nacionais	85
Historiar e comparar literatura como autoanálise. As rotas literárias como exemplo e proposta. Aracataca e Santiago de Compostela	109
Narrativa(s) e comunidade(s). Para uma investigação consiliente, transdisciplinar e social	145
SEGUNDA PARTE	177
I. Canonização e Ocultamentos.....	181
<i>Ad maiorem gloriam... feminae:</i> Ilustradas introduzindo modelos no Portugal da segunda metade do século XVIII	183

Já Camões não sou! A impossibilidade de centralidade para Bocage no campo literário no século XIX	203
II. Trajetórias e Tensões de Campo	239
O sistema literário do Século XIX e a trajetória de Camilo Castelo Branco.....	241
Caraterização do polissistema português (1890-1010)	327
III. Problemas na alegoria nacional: a insuficiência duma historiografia Nacionalizada	413
Problemas na Alegoria nacional: A questão Galega (e Brasileira) na Historiografia Literária Portuguesa Contemporânea	415
A questão africana na historiografia literária portuguesa e a sua confiabilidade: o caso da <i>História da Literatura</i> <i>Portuguesa</i> de António J. Saraiva e Óscar Lopes	449
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	479

Para a Rede GALABRA

Ao Prof. Vítor Aguiar e Silva. In memoriam

Ao Prof. João Ferreira de Almeida. In memoriam

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTA PRÉVIA

Este volume* é resultado de diversos trabalhos já publicados durante quinze anos (2004-2019), ainda que algum deles é de elaboração anterior, na década de noventa do passado século, caso da derivada da minha Tese de Doutoramento. Constituem diversas abordagens das funções do estudo regrado da literatura e do estudo de fenómenos literários à luz, fundamentalmente, da Teoria dos Polissistemas. Em alguma medida, constituem um conjunto dialético de elaborações teóricas ou reflexões de índole geral e aplicações concretas. Foram revistos para a sua tradução ou adaptação ortográfica, segundo os casos, com mínimas alterações destinadas a conservar a coerência e, em algum passo, maior precisão, transparência expressiva ou retirada de comentário não pertinente para este volume.

A proposta de leitura é a oferecida no Índice nas suas duas partes. Mas, sem dúvida, e pondo de parte a libérrima escolha de quem o ler, cabe uma leitura que comece pola Segunda Parte, o que poderá ser útil para assim analisar as eventuais insuficiências que a Primeira Parte se propõe, no plano teórico, no estudo do que, com Bourdieu, denominamos o campo da produção restrita.

Os textos compilados são os seguintes:

“Sobre objectivos do ensino na investigação em Literatura”.
Largo mundo alumniado. Estudos em Homenagem a Vítor Aguiar e

* Agradeço a Irene López Batalla e a Noa Ínsua Amigo a sua colaboração na revisão e adaptação dos textos deste volume.

Silva. 1, Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2004, pp. 221-249. ISBN 972-8063-30-X

“Roma locuta, causa finita? Sobre docência e crítica da literatura e da cultura” em: *Actas del VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Didáctica de la Lengua y la Literatura*. Deputación Provincial da Coruña, 2004, pp. 527-539. ISBN 84-95950-91-X

“Sobre objetivos, serviços e serventias da Historiografia Literária” Em: *História(s) da Literatura. Actas do I Congresso Internacional de Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas*. 1. Universidade do Minho/Livraria Almedina, 2005, pp. 206-220. ISBN 972-40-2727-9

“Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistémica. Sistemas literários e literaturas nacionais”. Em *Bases metodológicas para unha historia comparada das literaturas da Península Ibérica* (A. Abuín e A. Tarrío, eds., Santiago de Compostela (Espanha): Universidade de Santiago de Compostela Santiago de Compostela, 2004), pp. 419-440. ISBN 84-9750-399-6

“Historiar e comparar literatura como meio e análise de comunidades. Espaços literaturizados como exemplo e proposta. *Letras de Hoje*, História da Literatura e Comparatismo. 49-4, pp. 434-445. Porto Alegre (Brasil): 2014. ISSN 0101-3335

“Narrativa(s) e comunidade(s) em casos de língua portuguesa: para uma investigação transdisciplinar, consiliente e social”. *De Oriente a Ocidente: Estudos da Associação Internacional de Lusitanistas*. II, pp. 177-213. Angelus Novus, /2019.

“*Ad maiorem gloriam... feminae*: Enlightened Women and the Introduction of Models in Portugal During the Second Half of the

Eighteenth Century”. *Portuguese Studies*. 20, pp. 73-88. Londres: King’s College, 2004. ISSN 1057-1515

“Já Camões não sou! A impossibilidade de centralidade para Bocage no campo literário no século XIX”. *Leituras de Bocage*. Porto: Universidade do Porto/Serviço de Publicações, 2007, pp. 155-172. ISBN 978-972-8932-20-6

“Camilo Castelo Branco no século XIX”

(Da “Introducción” em *La brasileña de Prazins*, de Camilo Castelo Branco. pp. 11-155. Madrid: Cátedra, 2003, pp. 11-88. ISBN 978-8-4376-2049-7

“Caraterização do polissistema português (1888-1910)” em *De Galeguismo Precário e Portugal*, Santiago de Compostela, Andavira 2019, pp 167-222 (Da Tese de Doutoramento *Galiza em Portugal, Portugal na Galiza através das revistas literárias (1900-1936)*, USC, 1996. 978-84-121445-1-2

“Problems in National Allegory. The Galician (and Brazilian) Question in Contemporary Portuguese Literary Historiography”. *Portuguese Studies*. 28-1. Londres, 2012, pp. 5-31. ISSN 1057-1515

“A questão africana na historiografia literária portuguesa e a sua confiabilidade: o caso da história da literatura portuguesa”. *Guavira Letras: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras*. 19, Três Lagoas (Brasil): 2014, pp. 73-105. ISSN 1980-1858

(Página deixada propositadamente em branco)

PRIMEIRA PARTE

(Página deixada propositadamente em branco)

SOBRE OBJETIVOS DO ENSINO E DA INVESTIGAÇÃO DA LITERATURA:

O estudo regrado desenvolve sistematicamente funções ao serviço dos grupos dominantes do aparelho jurídico-político duma comunidade dada, configurado como um conjunto de mecanismos de ação e coação, de poder, em tensão e interdependência com as lutas pelo domínio que se produzem nos campos culturais, científicos ou técnicos, igualmente estes apresentando, na sua configuração e dinâmica, processos homólogos aos verificados no campo do poder (a partir de agora CP).

Isto, que é assim, polo menos, desde que o Estado moderno ocidental em qualquer das suas formas se dotou de competências na esfera do ensino, formalizando-o e institucionalizando-o, é um fenómeno alargável a qualquer outro âmbito comunitário em que se verifiquem análogos modos de aprendizagem. Historicamente, no campo escolar, o estudo de aquilo que um grupo e/ou comunidade entende por literatura, da língua, das 'artes' e, também, doutras disciplinas como a história e a geografia, centram-se no objetivo de inscrever, primeiro em determinadas elites da comunidade, depois no conjunto dela regida por esse aparelho, um repertório (Even-Zohar, 1990, 2000a, 2000b) de imaginários e, também, de normas, modelos e materiais que alicercem a sua coesão (resultado complexo da construção das disputas e domínios exercidos no CP), inserindo um sentido de pertença comum, fornecendo determinados instrumentos

de reconhecimento mútuo e constituindo-os em modos privilegiados de comunicação intra- e extra-comunitária, referencial e simbólica¹.

Certamente nem esse foi o único nem sempre o principal objetivo do ensino da literatura (a partir de agora EL), como tampouco todos os intervenientes nessa atividade acreditam que o seja. Ao seu lado, por vezes mascarando aquele objetivo, surgem outras dimensões enunciadas ou praticadas como as suas finalidades, que podemos sintetizar em duas vertentes: uma a ver com as dimensões do prazer, aqui estético, em que o aluno receberia chaves para esse desfrute, para (educar) o seu gosto e, mais modernamente e de forma crescentemente explícita, para ‘animar-se a ler’ (e, mesmo em alguns casos, a escrever), que senta as suas bases no processo de renovação pedagógica das últimas décadas. A outra vertente prende-se com a aprendizagem, tanto na esfera da língua, como na do adestramento na interpretação textual.

Tampouco todos os objetivos e funções aludidos são unidirecionais nem têm igual natureza e caráter. Muitos conhecem a sua génese nas necessidades dos grupos dominantes no CP, que podem chegar a adquirir o ‘consenso’² da maior parte da comunidade; outras

¹ À hora de falar de dependências, dominâncias, etc. não queremos deduzir simplificadoramente daí que esses fenómenos sejam intrinsecamente maus, como comumente costuma inferir-se; mais ainda, evitamos pronunciar-nos e dar um juízo moral sobre eles, porque não cremos que esse seja o rol do investigador nem que haja acordo sobre a moral que os define. De todas as maneiras, isso não retirará que ao longo deste texto, e dadas as suas características, façamos para outros planos algumas formulações e considerações, já que a isenção não exime da proposta.

² Já A. Gramsci, no *Il Materialismo storico e la filosofia de Benedetto Croce* (1996), saído à luz por vez primeira em 1948, desenvolvera esta ideia de imposição como ‘sentido comum’ [conceito para cuja interpretação é capital o Capítulo III de *Méditations Pascaliennes*, de P. Bourdieu (1997)], glossado, entre outros, por Giuseppe Fiori, (1966: 275-276). Sobre o assunto voltaram estudiosos como Jordi Solé Tura (1977: 16-18) e é também recomendável para a sua abordagem o texto de Gramsci *Gli Intellettuali e l’organizzazione della cultura* (1996) como o anterior pertencente aos *Quaderni del carcere*. De Di Fiori transcreve Solé Tura (1977: 17-18) este significativo trecho:

Todo bloque histórico, todo orden constituido, piensa Gramsci con originalidad respecto a otros marxistas, tiene sus puntos de fuerza no sólo en la violencia de la clase dominante, en la capacidad coercitiva del aparato estatal, sino también en la adhesión de los gobernados a la concepción del mundo propia de la clase dominante. A través de una serie de vulgarizaciones sucesivas, la filosofía de la clase dominante se ha convertido en sentido común: es decir, se ha convertido en la filosofía de las

(por exemplo as ligadas à renovação pedagógica a que aludíamos) projetam também o confronto de outros com posições centrais no campo pedagógico, com aqueles grupos dominantes com quem consensuam ou a quem toleram, embora, na sua concentração no EL, todas as dimensões tendam a ser mostradas como ‘naturalmente’ inter-relacionadas e interdependentes. Por exemplo, a hierarquia de textos e autores, dum cânone, em que se projetam os valores e princípios dos grupos que conseguem impô-lo, e cuja fixação se justifica nas esferas ligadas à ‘aprendizagem da Nação’ (quando essa hierarquia não é simplesmente obviada ao aparecer ‘natural’ o que é fruto da imposição), aparece também como o modelo do ‘belo’ para o caso da dimensão do prazer estético, do que tem qualidade³; prolongando-se, esta assimilação bebe da equiparação ilustrada do belo e o verdadeiro, em que os textos que transportam a verdade da língua e a verdade da nação, necessariamente devem coadunar-se com a (autêntica e legítima) beleza. Como também, por exemplo, pode acontecer que as mudanças nas funções atribuídas em alguns espaços ao EL provoquem que objetivos como o desfrute da beleza ou o de fazer e ganhar leitores conduzam a uma maior abertura do leque de leituras obrigatórias, sobretudo nas primeiras fases do ensino escolar, ficando a aprendizagem do cânone para etapas mais avançadas⁴. Mas, em muitos casos, àquelas leituras, de presumível

masas que aceptan la moral, las costumbres, las reglas de conducta institucionalizadas en la sociedad en que viven. Para Gramsci, el problema consiste, pues, en ver cómo la clase dominante ha llegado a obtener el consenso de las clases subalternas y cómo estas clases podrán derrocar el viejo orden e instituir otro, que dé libertad a todos.

³ O conceito de qualidade atribuído às dimensões estéticas, na realidade irreduzíveis à sua objetivação como universais, é um dos mais quotidianos e fundamentais exemplos das imposições socioculturais. Certamente, ao longo destas páginas, os vários usos da palavra ‘valor’ e ‘valor(iz)ar’ mereceriam um profundo processo de deconstrução que aqui não tenho espaço para fazer. Digamos apenas que a qualidade e o ‘valor’ são construtos em disputa elaborados historicamente nos diferentes campos artísticos, que implicam uma hierarquia que se impõe como legítima no espaço social em que funcionam. Um proveitoso estudo sobre o valor e a literatura é o de Frank Kermode *History and value* (1988), dividido em duas seções: “A literatura burguesa nos anos trinta” e “História e valor literário”.

⁴ Convém indicar que estas ações têm justificação numa fundamentada ‘utilidade’ da leitura livre de ficção se visarem o desenvolvimento cognitivo, pois existe

livre escolha, pede-se uma *qualidade* e um reconhecimento implícito da sua minoridade se não estiverem fixadas no cânone...⁵

uma forte relação entre a quantidade de leitura no ócio, a habilidade de leitura e o crescimento cognoscitivo (Erik van Schooten and Kees de Gloppe, 2002 e Krashen, 1988). Schooten e Gloppe referem um estudo no IEA Literacy Study em que Lundberg e Linnakylä (1992), analisando uma faixa etária estudantil entre os 9 e os 14 anos encontraram que os países que mostraram uma proficiência na leitura relativamente elevada nesse setor enfatizam estratégias da leitura e uma atitude positiva para a literatura no seu ensino, frente a outros, como os Países Baixos, que dirigem a maior parte da sua atenção à proficiência funcional da leitura, que é a leitura da que denominam não-ficção (Rosenblatt, 1995). Sobre o IEA Literacy Study pode encontrar-se uma boa síntese do desenvolvimento da pesquisa “International Comparative Studies in Education: Descriptions of Selected Large-Scale Assessments and Case Studies – Reading Literacy study” em http://books.nap.edu/html/icse/study_n.html. A atitude para com a leitura literária parece jogar um papel crucial, mostrando características distintivas fundamentalmente diferentes da leitura de não-ficção (Olson et al., 1981; Miall, 1995). E, apoiando-se em Miall e Kuinen (1998: 327) afirmam: “The response to formal features of literary texts seems not to reflect social or institutional conventions, but to be ‘based on human psychobiological, cognitive, and psycholinguistic processes’” [sobre o assunto, acabei publicando “Ler, sem ética nem moral. Contributos da psicologia cognitiva e ética na e da literatura” em *Leitura: história e ensino* (T. Rösing e R. Zilberman, orgs), Edelbra Editora Ltda, 2016, pp. 49-89].

Repare-se em que esta não é a esfera do ‘ensino’ da literatura, *stricto sensu* (embora lhe seja própria também), mas da interpretação textual e da animação à leitura.

⁵ Há, neste sentido, propostas, nutridas de um importante pouso romântico e devedoras de um importante subjetivismo na investigação sobre literatura e cultura, até pelo objeto de estudo (a sua opinião sobre o texto) que parecem delimitar. É o caso do interessante livro de Carlos Ceia (1999), que, subordinando-se ao título *A literatura ensina-se?*, afirma (1999: 61-62), mesmo no quadro de um capítulo intitulado “a falácia das concepções essencialistas da literatura”:

A personalidade de um texto caracteriza-se pela sua irrepreensível originalidade. O critério de apreciação textual deve medir-se sempre por esta via. O ensino da literatura é possível se se servir deste tipo de critério. E um texto no qual não seja possível reconhecer qualquer personalidade será sempre um texto que não merece nem ser lido nem ser ensinado. Finalmente, acredito que a personalidade de um texto se mede pela ideologia, se por esta entendermos o sistema de ideias dogmaticamente organizados como instrumento de significação.

(...)

O facto literário de um texto pode explicar-se como forma de persuasão (na tradição retórica, mas não na tradição da psicagogia sofisticada) simplesmente para apresentar um ponto de vista (Antero proudhoniano) ou para tentar mudar o mundo (o caso dos poetas futuristas, por exemplo)

E, um pouco mais adiante (1999: 67/69):

Um texto será literário se contiver sinais, sugestões ou elementos que revelem o gozo (no sentido da lacaniana *jouissance*) que o seu autor experimentou ao criá-lo.

(...)

Necessitamos pelo menos um segundo critério de reconhecimento do facto de literariedade de um dado texto. Tal critério pode ser definido a partir da *intenção criacionista*, não confundível com “intenção autoral”.

Como se pode verificar, é o analista o que determina o que é ou não é literatura, o que é ou não estudável como tal, não havendo possibilidade de objetivar o objeto

A preeminência de qualquer dessas dimensões varia duma comunidade para outra e duma época para outra, também dentro da mesma comunidade. Em algumas, o EL como alicerce de coesão nacional dilui-se, apaga-se ou a sua invocação é julgada desnecessária, enquanto noutras é explicitado como objetivo primeiro. Houve e há espaços sociais em que a coesão é garantida por outros meios ou simplesmente não é posta em causa, o que pode levar à relegação dessa função. E podem aparecer novas reformulações comunitárias a atender. Assim, por exemplo, a necessidade de dar resposta, também no ensino, aos fenómenos imigratórios, o que pode re-situar os objetivos coesionadores do EL (se este ainda existir tal e como hoje o conhecemos) em direções que podem chegar a ser opostas às atuais, cada vez será mais crescente para determinados Estados. O que parece claro é que, nos casos de perda de prevalência das funções coesionadoras, habitualmente nacionalistas, ou da sua concentração no estudo da língua e da história⁶, a reformulação das funções do EL, pode mesmo levar, mais que à atribuição doutras funções prevalentes, à sua laminação e/ou reconversão como instrumento ancilar do ensino da língua e as suas funções. Quando na literatura já não radicam os valores pátrios, ou não resulta importante veiculá-los através deste ensino, e deste se reclama cada vez maior presença de adestramentos tecnológicos e ‘práticos’, o EL é mais vulnerável perante qualquer eventualidade de reforma de planos educativos,

de estudo e instaurando a crença de que a ‘obra de arte’, que ele define, reclama como análise a leitura de um exegeta especializado, aceitando, assim e por exemplo, a existência da “excelência literária” (115) ou que o cânone deve promover-se e acreditando em ele ser o resultado do concurso dos ‘especialistas’ (120). Estas premissas esteticistas, existencialistas e essencialistas são incluídas por Bourdieu (1997b: 67) como “l’épistémocentrisme de la théorie herméneutique de la lecture”.

⁶ O estudo e didática da história e as suas funções conhece, em alguns estados da Europa ocidental e, sobretudo, na Alemanha, uma maior preocupação que o da língua e tem gerado debates muito mais alargados e dimensionados que os produzidos no âmbito da literatura e da língua. Neste sentido, convém sublinhar os trabalhos do *Georg-Eckert-Institut* de Braunschweig, a sua publicação *Internationale Schulbuchforschung* e as suas monografias *Studien zur internationalen Schulbuchforschung* sobre a didática da história na Alemanha. Já agora, o Instituto está a passar (outono de 2003) uma importante crise por causa da retirada de subsídios do Governo do Landes Nordrhein-Westfalen. Mais informação acessível em www.gei.de.

porque o resto dos seus objetivos (prazer, conhecimento da realidade ou aprendizagem da língua) podem realizar-se mesmo prescindindo dos textos literários e até, em algum caso, do ensino regrado. A invocada como *língua nacional* é instrumento de comunicação e de coesão nacional imprescindível (normas superiores de Estados como o espanhol indicam mesmo a obrigatoriedade de conhecê-la, explicitação que não deixa de evidenciar um conflito de coesão, precisamente⁷); a literatura não. A literatura perde porque já não é o veículo privilegiado da língua em que está escrita, cujo estudo é reforçado à custa daquela nas suas funções simbólica, referencial e utilitária, também porque a sua unidade e uso estão ameaçados em várias comunidades, por exemplo da forte tendência à dispersão e a práticas não ‘normativas’ de novas gerações que se prolonga às fases adultas e/ou de contingentes de imigrantes, à subversão da *norma lingüística nacional* com materiais procedentes doutras, e mesmo à aprendizagem de outras línguas que ameaçam a própria.

Ao lado do processo em que a preeminência da literatura se desativa como construtor da identidade nacional ou comunitária⁸

⁷ Isto já, *de iure*, justificaria a preeminência da língua espanhola no ensino. Lê-se no artigo 3 da Constituição Espanhola (www.congreso.es/funciones/constitucion):

“1. El castellano es la lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho a usarla.

2. Las demás lenguas españolas serán también oficiales en las respectivas Comunidades Autónomas de acuerdo con sus Estatutos.

3. La riqueza de las distintas modalidades lingüísticas de España es un patrimonio cultural que será objeto de especial respeto y protección”.

E no Artigo 2:

“La Constitución se fundamenta en la indisoluble unidad de la Nación española, patria común e indivisible de todos los españoles, y reconoce y garantiza el derecho a la autonomía de las nacionalidades y regiones que la integran y la solidaridad entre todas ellas”.

Declarações estas que, para uma comunidade considerada fortemente nacionalista como a lusa, não passaria de um incómodo pleonasmio.

⁸ Fique assinalado o facto de que esta tendência dominante ocorre também em espaços sociais em que determinados grupos lutam por impor, através do ensino da literatura, a sua ideia nacionalitária frente a outra, contrária, imposta ao longo de séculos pelos mesmos meios e cujo processo e resultado ficou ‘lexicalizado’, neutralizado, assumido como normal. A consequência é uma maior impossibilidade daqueles em poderem veicular a sua ideia, dado ‘o curso dos tempos e os acontecimentos’ e dado igualmente que os seus propósitos ficam em maior evidência. É, por exemplo,

e como transmissora indiscutida dum pretenso saber e valor humanos, a importante transformação no mundo das denominadas ‘artes’ e das ‘letras’, tanto em suportes, como em difusão, ócios, etc., e as novas formas de promoção e ascenso social, põem em causa os estudos ‘clássicos’ (os afetados tidos já como matéria inerte por não serem ‘inerentes’ à Nação, embora não desapareçam pola reminiscência orgânico-historicista civilizacional), afetam a literatura e as ‘artes clássicas’ como escultura, pintura e arquitectura, deixam pouco espaço à música, ‘clássica’, e só invocações do ‘politicamente correto’ e o que esta denominação oculta de imposição e conservação, unidas à pressão dos indivíduos e grupos dos campos da literatura e do seu ensino interessados, mantêm algumas parcelas. O ensino da língua parece ser um dos últimos portos-de-abrigo da literatura, mercê também a que os seus docentes estão formados em centros em que igualmente se aprendem aspetos lingüísticos e aos ecos de aquele lugar proeminente de portadora sublime da língua, a essência da comunidade.

Estas circunstâncias incidem, inexcusavelmente, no papel e modo do estudo da literatura (a partir de agora, ESL) no ensino superior. A ‘ameaça’ que este sofre não provém, pois, apenas duma obediência das políticas e instituições académicas ao mercado. Neste âmbito, há razões na própria dinâmica do campo da investigação em literatura que explicam a crise ainda que nem ela mesma seja enunciada⁹.

o caso de grupos bascos, catalães ou galegos, que aparecem como ‘manipuladores’ ao pretenderem contra-arrestar no ensino, com menos meios e recursos e num contexto mais hostil o que os nacionalistas espanhóis construíram durante centos de anos.

⁹ Usaremos várias vezes neste texto a palavra ‘crise’ para referir-nos ao estado atual da docência e investigação em literatura e, alargadamente embora com muitos pormenores a considerar, das denominadas ‘Humanidades’. Certamente, se se aceitar esse estado crítico, convém explorar a sua natureza (aqui tentamos colocar alguns contributos) e a deteção de se a crise é conjuntural ou estrutural/histórica. Sem dúvida, em situações de mudança política ou social importante, a instituição escolar vê-se afetada, provando, aliás, a sua situação de dominada a respeito do CP. No caso português é expressivo disto o livro de Orlando Ribeiro, *A Universidade em crise*, de 1976. Ora, a nossa apreciação é que as mudanças atuais têm um sentido de irreversibilidade (nada apocalíptico, diga-se de passagem), que convida para repensar funções e posições seriamente.

Assim, esta é propiciada por se firmar a crença cada vez mais alargada no espaço social da ‘inutilidade’ do ESL, com a pressão de grupos que postulam novos estudos na pugna pelo mesmo espaço etário e horário e por a oferta ser, já no ensino não universitário, cada vez mais limitada e estática, sem que os seus agentes mostrem capacidade para ligar o ESL às necessidades, desejos e problemas dos discentes; também por a pesquisa neste âmbito perder em grande medida a função filológica de descoberta e fixação de textos (cada vez há menos textos a descobrir e menos a fixar ou menos pormenores que fixar). Há, igualmente, uma crise na investigação, provocada em parte por essa perda de funções inter-relacionada com uma certa esclerose dos próprios estudos literários. Já em 1993, os editores da *Neobelicon*, Miklós Szabolcsi e György M. Vajda comentavam, a propósito da história da literatura, a sua impressão de que a investigação nesta área vivia uma “particular internal crisis or we could say, is in search of its identity” (1993, XX/2: 9-10) e nutriam esse volume da revista com as respostas de vários pesquisadores a um inquérito sobre a eventual perda da função nacionalitória da literatura consolidada no século XIX (cujo último reduto parecia ser a instituição escolar), a concorrência sofrida por novos ou mais desenvolvidos meios, um questionamento da metodologia e mesmo da delimitação do objeto de estudo, e a ausência de progressos na disciplina¹⁰.

¹⁰ Estas eram as reveladoras perguntas do inquérito:

1. Is the methodology of literary history worked out in the 19th century, in the epoch of evolution of the concept of national literature still valid?

2. Can the particular task of literary history be confined within limits? Is it possible that investigation of relevant problems have been taken over first by linguistics, recently by sociology and cultural anthropology, and even more recently by philosophy? Has literary history a peculiar reason and area for its existence at all? Has literary history still respectability beyond the narrow school education? Is it demanded, has it an interested public?

3. Does the role and justification of literature and literary scholarship decreased drastically in consequence of mass culture and its media?

4. Where is in all these developments the place of comparatistics, in the broadest sense of word, of comparative and world literary history?

Neobelicon, como publicação de referência no seu âmbito, é um bom termómetro para conhecer a evolução destas preocupações. Em 1997, os editores, Miklós Szabolcsi e György M. Vajda dedicavam a primeira parte do número XXIV/2 a “The

Além disto, perante a crise económica a que instituições como as universidades públicas estão submetidas em boa parte da Europa ocidental, os estudos literários passam a ser um ‘luxo’ e, imposta esta crença, o ‘luxo’ devem em sinónimo do supérfluo. A essa pressão apenas resistem setores profissionais cujos interesses se encontram ameaçados (por exemplo, os docentes de ‘Humanidades’¹¹), com argumentos de carácter nacionalista, ‘estético’ ou duma conceção do ensino tradicionalista-conservadora, outra vez eco das antigas e perdidas funções primordiais da literatura para a comunidade, como também da projeção de determinados valores, e que podem encontrar por vezes referendo às suas teses em grupos dominantes no CP.

E se antes a leitura conformava, em muitos espaços, um dos ócios privilegiados e mais legitimados, as novas e variadas formas de lazer da atualidade (algumas crescentemente legitimadas, como o cinema, e movimentadoras de mais pessoas e dinheiro, em parte as mesmas ou homólogas quanto ao grupo social dos intervenientes na atividade literária) relegam igualmente a sua importância simbólica e económica¹². Deve, aliás, ter-se em conta o avanço da diluição entre

Place of Comparative Literature in the Literary Scholarship of Our Days: An Inquiry”. E em 2001, József Pál e József Szili, editavam o XXVIII/2, sob o rótulo “L’avenir de la profession”, aludindo à já célebre conferência de Jacques Derrida «L’avenir de la profession ou l’Université sans condition», que proferira em 1998 na Universidade de Standford, na Califórnia, (editada em livro pela editora Galilée em 2001 com o título *L’université sans condition*). E em 2003 eles mesmos convidavam Daniel F. Chamberlain para coordenar o número XXX/1 com o esclarecedor leiv-motiv “Literary histories and the developments of identities”. Mas na orientação desta publicação é difícil, tão difícil como lógico, encontrar linhas afirmadas de novas orientações.

¹¹ Estas “ que coloco e colocarei ao referir-me às Humanidades manifestam a minha insuficiência, aqui, no tratamento das várias e contraditórias aceções de que se carregou esta ‘disciplina’. Com as aspas quero indicar essa insuficiência, a necessidade da sua exploração e de ter em conta a sua polissemia ao longo deste trabalho.

¹² Vários estudos realizados em determinados espaços europeus (em Schooten and Kees de Glopper, 2002: 174) indicam que neles a leitura de ficção de estudantes na educação secundária está diminuindo: os estudantes analisados têm menos que as gerações anteriores e as novas gerações dedicam a sua atenção a outras atividades de lazer, como ver TV ou praticar desportos (Social en Cultureel Planbureau, 1992; Koolstra et al., 1992).

Os mesmos investigadores assinalam que as raparigas têm mais ficção do que os rapazes (1992: 174). E, citando McKenna and Kear (1990), indicam que na educação primária as meninas têm uma atitude mais positiva cara à “recreational reading” que

alta e baixa literatura em grupos que antes protegiam essa distinção, tanto na esfera infanto-juvenil (como mostra o fenómeno de *Harry Potter*) como na destinada a adultos (caso do sucesso de Paulo Coelho), o que alguns analistas como Fernández Serrato (1997: 78) julgam derivado da “clausura de los ‘valores’ del juicio crítico en beneficio de una creciente dinámica del best-seller: cada vez más se juzga ‘de valor’ la obra artística que se vende bien”.

A explicação da perda de terreno do EL e do seu papel coesionador não radicarà só, pois, na incorporação de novas tecnologias, no alargamento dos meios comunicativos, no avanço civilizacional de que se postula demandar novas disciplinas e focagens. Não há dúvida de que há textos e autores que continuam tendo um importante labor simbólico para essa coesão, o que explica a funcionalidade e efetividade do uso do ‘literário nacional’; designações de ruas e de supermercados, de clubes ou de projetos institucionais portam os seus nomes (é isto literatura? É). Mas estes factos não podem fazer negligenciar o poder unificador doutros suportes como a TV, a rádio, a internet ou o cinema na transmissão de valores identitários ou a projeção destes valores no avanço, v. gr., de infraestruturas viárias ou na seleção (nacional) de futebol.

Ora, não obviemos que os estudos que estão sendo relegados podem recuperar terreno. No caso da Europa, por exemplo, em função do processo de constituição europeia, ou em alguns casos amparados pola volta a um ensino tradicional ligado às forças conservadoras duma determinada ‘essência’: casos dos ‘clássicos’. Já em contextos como o ibérico o desenvolvimento dum espaço social europeu definido pola UE, reclama em alguns grupos presença de ‘literatura europeia’ (na realidade, do cânone europeu dominante) no EL, que será vista como normal ou necessária e onde possivelmente se torne a estabelecer hierarquias apresentadas como canónicas quando são,

os meninos. Talvez este fenómeno, por razões doutra índole e ao lado doutras poderosas que pola sua complexidade obvio relatar, esteja na base da maior afluência de mulheres nos cursos de literatura do Ensino Superior.

na realidade, resultado dum processo de canonização, canonizadas. As decisões políticas, que mesmo conhecem já um quadro europeu em Declarações como as de Praga, Bolonha ou Barcelona (e que, na realidade, mais que explicar causas espelham consequências), parecem caminhar para uma perda de espaço das literaturas nacionais em favor de estudos combinados ou de conceções alargadamente europeias¹³, porque, e não paradoxalmente, está instaurada a lógica identitária e/ou utilitarista do EL ao serviço dessas mesmas necessidades do CP, o que pode conduzir a assistirmos a renovadas crises em função das lutas e instabilidades neste campo.

O resultado de toda esta perda ou reconfiguração de determinadas 'Humanidades' é, em boa medida, que os interessados em mantê-las não estão preparados para resistir o ataque e encarar com entusiasmo o futuro: isto não está no seu 'espaço de possíveis', ao acreditarem, guardiães do lume eterno, na bondade do muro em que se parapetam, autojustificando-se com a sua crença numa (romântica) posição aristocrática que o mundo desconhece, não reconhece ou ignora porque não alcança a compreendê-la, sem perceberem que a antiga aliança e funcionalidade que apresentavam com os construtores da Nação no CP quebrou e sem se interrogarem minimamente sobre a sua disposição escolástica, sobre a função cumprida e a sua percepção do mundo, quando são talvez o exemplo mais requintado dessa construção. A eles pode aplicar-se quase sem matizes esta reflexão de Bourdieu (1997b: 36).

Ceux qui sont immergés, pour certains dès la naissance, dans des univers scolaires issus d'un long processus d'autonomisation sont portés à oublier les conditions historiques et sociales d'exception qui rendent possible une vision du monde et des oeuvres culturelles

¹³ E passíveis de mudarem em função do conceito da Europa que a UE vai impondo. Para uma boa síntese de alguns dos problemas que se colocam no ESL e dos diferentes interesses em jogo sobre as construções historiográficas da literatura pode ver-se Casas (2000) e (2003), a propósito da sua exploração sobre uma eventual história do espaço geocultural ibérico, onde o leitor pode encontrar interessantíssimas sugestões de análise.

placée sous le signe de l'évidence et du naturel. L'adhésion enchantée au point de vue scolastique s'enracine dans le sentiment, propre aux élites scolaires, de l'élection naturelle par le don: un des effets les moins aperçus des procédures scolaires de formation et de sélection fonctionnant comme rites d'institution est d'instaurer une frontière magique entre les élus et les exclus tout en aménageant le refoulement des différences de condition, qui sont la condition de la différence qu'elles produisent et consacrent. Cette différence socialement garantie, ratifiée, authentifiée par le titre scolaire valant comme titre (bureaucratique) de noblesse est sans aucun doute, comme la différence entre l'homme libre et l'esclave en d'autres temps, au fondement de la différence de « nature » ou d'« essence » (on pourrait, par dérision, parler de « différence ontologique ») que l'aristocratie scolastique fait entre le penseur et l'« homme du commun », absorbé par les soucis triviaux de l'existence quotidienne. Cet aristocratie doit son succès au fait qu'il offre aux habitants des univers scolaires une parfaite « théodicée de leur privilège », une justification absolue de cette forme de l'oubli de l'histoire, l'oubli des conditions sociales de possibilité de la raison scolastique, que, malgré ce qui les sépare en apparence, l'humanisme universaliste de la tradition kantienne partage avec les prophètes désenchantés de l' « oubli de l'Être ».

O docente reproduz, talvez sem reparar, ao lado da sua função demiúrgica, cada vez menos aceite polos estudantes, aquilo que lê e que aprendeu dos seus académicos universitários, e fá-lo quase como copista medieval mantedor dum 'mundo' que julga não deve morrer, sem analisar como e para que esse mundo, a que se agarra no seu progressivo desarmamento, foi construído. Da sua primitiva função de exegeta e transmissor dos valores do texto literário, pátrios, cívicos ou estéticos, das vidas e atividades dos autores objeto de estudo, pouco resta. A posição que a cadeia de relações lhe atribuía no EL desaparece; já não presta *o amador se transformar na cousa amada*¹⁴.

¹⁴ A crise dos estudos literários e, em geral, de 'Humanidades', que radica em fatores intrínsecos (já não funcionam determinados objetivos), e extrínsecos (já não

Quando, como argumento final, são invocadas como potencialidades o conhecimento próprio e dos outros (Fleming, Bruce, E. 2000), ou a análise da linguagem, mais se apela ao estudo da língua e das suas estruturas que ao do fenómeno literário.

Como se pode detetar, perdida a funcionalidade, o ensino obrigatório da literatura é apenas justificado em razão das duas vertentes que assinalai, que se revelam de grande fraqueza pola sua intangibilidade e pola sua inutilidade para a progressão social. Com efeito, o prazer estético não serve para medrar e ter melhor posição social (entendida como a capacidade de acesso a maiores bens de consumo e melhores condições de vida); além disto, ainda que essa procura do prazer encontrasse justificação em si mesma no quadro escolar (quantos prazeres, vitais, seriam rejeitados nessa mesma instituição!), os governantes na matéria enfrentam-se ao seu pouco peso relativo nos ócios da sociedade e ao ascenso de obras, muitas estrangeiras, que rejeitam para o cânone e a *qualidade* que pretendem. Outra vez a pluralidade de práticas comunicacionais e a deslegitimação dos usos considerados cultos secundarizam a aprendizagem dos mesmos através de textos literários, máxime quando eles pertencem a usos dum passado cada vez mais remoto e ‘primitivo’ em termos das sociedades tecnológicas, passando a ser entendido como uma perda de tempo. Enfim, que, se mesmo se considerasse importante em termos escolares o conhecimento de usos linguísticos e a interpretação textual, esta tem uma posição cada vez mais relativa e para as sociedades atuais não é no entendimento de textos literários onde se considera mais ‘útil’¹⁵. Ler e escrever é fenómeno muito mais geral que ler e escrever literatura.

Mas cumpre analisar razões situadas na esfera do que devem ser os objetivos de todo o ensino ao lado das que podem explicar a perda

são importantes para – as lutas em – o CP e o espaço social) dão como resultado uma importante diminuição dos estudantes ‘de letras’ e da sua motivação e, mesmo qualificação.

¹⁵ Em parte, já vimos, erradamente [Erik van Schooten e Kees de Glopper (2002)].

de determinadas funcionalidades do EL em virtude das dinâmicas sociais de determinados espaços. Nesta sequência, parece claro que deve fixar-se um alargado consenso sobre as funções fundamentais a cumprir pelo ensino em qualquer tempo e lugar, e que eu julgo radicar na formação em valores (os refletidos na Declaração dos Direitos Humanos) e na dotação aos alunos de instrumentos para interpretar e intervirem no mundo¹⁶, bases sobre as quais tecerei as achegas que seguem.

A subordinação do EL à aprendizagem da língua e à interpretação como fenómenos linguísticos dos produtos considerados literários manifesta não apenas a sua anulação como 'EL', mas o seu carácter instrumental com relação ao CP. Os textos literários não funcionam

¹⁶ Desde a teoria Empírica, S.J. Schmidt propunha como principal tarefa do ensino da literatura educar “ante todo, para una participación competente en el sistema de la LITERATURA” e a “socialización literaria escolar” (1995: 273/281). Escreve Schmidt (1995: 285/286):

Parto de la suposición general –contra la que no he oído ninguna objeción – de que la actuación docente –o ‘educación’ en general – persigue el objetivo de capacitar al alumno para llevar a cabo una vida satisfactoria tanto para él como para el entorno social que le rodea. Esto implica que el alumno aprenda a conocer las condiciones de su actuación en la sociedad por lo que respecta a su génesis y validez, a juzgarlas críticamente y, en un momento dado, también a cambiarlas. Para alcanzar este objetivo, el alumno debe adquirir el conocimiento –en lo posible, empíricamente asegurado – de los sistemas de actuación social considerados importantes en una sociedad y, también en lo posible, acumular y utilizar sus experiencias prácticas en ese marco. Uno de esos sistemas de actuación, con el que entran en contacto muchos miembros de nuestra sociedad, es el sistema de la LITERATURA, que disfruta tradicionalmente de una alta consideración en nuestra sociedad. *Un* argumento legitimatorio puede estar basado, por tanto, en este contexto de fundamentación.

(...)

Sólo el argumento de la importancia que tiene el trato precisamente con los comunicados literarios es capaz de justificar, al menos parcialmente, por qué es precisamente *también* la literatura la elegida entre los muchos sistemas de actuación de que se compone una sociedad y la tratada como objeto de enseñanza.

A partir de las reflexiones sobre los objetivos de aprendizaje generales y específicos de la LU [ensino da literatura] deberá determinarse si es posible recurrir a dichos objetivos para legitimar de una manera especial también la LU.

Concordamos com estas apreciações de S.J. Schmidt, notando que, se a atividade literária perde importância “como sistema de actuación social en una sociedad”, deve ser substituída como objeto de ensino e que, ao mesmo tempo, as funções do literário, nada específicas a respeito doutras atividades culturais, e a mesma lógica invocada para o seu estudo, reclamam uma abordagem integradora destas, ou, polo menos, tomando em conta as outras atividades, o que na continuação sustentarei.

socialmente como suportes de aprendizagem linguística, como tampouco os literários são os únicos textos que funcionam na sociedade. É o estudo da língua que deve nutrir-se dos âmbitos de interpretação de textos, sejam eles da natureza que forem, e, enquanto atividade social, reunir nos seus conteúdos uma fundamental presença de perspetivas sociolinguísticas, que ajudem a entender e interpretar o fenómeno da comunicação social¹⁷.

Deve desfazer-se a crença que vincula a leitura a uma ética bondosa (derivada de que ler faz as pessoas melhores), tanto porque não é verdade (socialmente, os que leem mais não são melhores), como pelas dificuldades que entranha determinar um acordo sobre o conceito de ‘melhor’. Da mesma maneira, devem impugnar-se os objetivos vinculados ao prazer estético e à ‘educação do gosto’. Aceitando o benefício do carácter impositivo que o estado exerce na educação – obrigatória ou não – dos seus cidadãos, o gosto e o prazer estético devem estar ausentes dessa regulamentação, exatamente polo carácter coletivo e uniformador que se pretende no

¹⁷ Quero insistir nessa reunião de perspetivas que ajudem o aluno (e o docente) a entender os modos de interpretação, também dos textos literários, e como eles se ligam, entre outros, a fatores do modo de ensino da história da literatura. Num interessante estudo, László Halász, Mick Short, Ágnes Varga, (2002) abordam como respondem os leitores de três grupos diferentes de línguas e países à leitura dos mesmos extratos traduzidos, perguntando-se se leem de modo diverso segundo a interpretação que façam do tipo de texto e se a resposta varia muito de um grupo linguístico/cultural para outro. A alunos de 18 anos ingleses, alemães e húngaros foram apresentados três tipos de textos: romance, jornal e autobiografia. Entre as suas conclusões cabe destacar que não há um ‘tipo europeu de leitor’, correspondendo uma leitura mais livre, “go-beyond”, aos ingleses e uma outra mais colada à literalidade do texto aos húngaros, que se mostram os mais certos nos seus comentários, todo o qual parece derivar do facto de estes últimos realizarem um ESL com maior ênfase sobre o literário e a história literária que sobre as respostas pessoais.

Cabe ainda indicar que a assumpção dos sujeitos sobre o tipo de textos afeta as respostas sobre os textos e que a configuração linguística do texto é mais importante que outras fatores no entendimento do mesmo (2002: 215). Anotam estes investigadores:

“It follows from this that the claims by theorists in relation to differences of response according to different text-type conditions should be carefully tested empirically across different reader samples”.

E comentam também (2002: 217):

With respect to short textual extracts at least, this study thus appears to cast doubt on the commonly held assumptions in literary circles that readers’ understandings of texts varies significantly from reader to reader, depending on the assumptions and ideologies that particular readers bring to texts.

ensino. O gosto dos indivíduos é uma construção social, certamente, como mostrou Bourdieu (1979), e deve ser o objetivo educativo fazer cidadãos conscientes disto: liberar o gosto, ao lado do prazer, alargado à própria liberalização do indivíduo; e, repito, se ele figura como “conteúdo”, sendo portanto passível de avaliação e exame, isto conduz à totalização e à uniformização, e, na sua conceção, por certo deveriam invocar-se as previsões existentes em caso de que o aluno não encontre prazer em nenhum texto literário, porque as nossas aulas estão cheias mais bem de desprazeres. Na lógica intrínseca ao sentimento do prazer, e se as aulas devem comportar uma componente prazenteira, será exclusivamente o aluno quem possa decidir a sua fonte de prazer literário, irredutível à imposição de determinado ensino, seja qual for. O professor-fascínio, obrigado a encantar os alunos com o gosto polos textos como recurso e missão pedagógicos, deve desaparecer, e portanto também o concomitante e romântico afeto pelo objeto de estudo, pelo texto, pelo autor e, por metonímia, pelo seu transmissor, que substituem a sua análise. Já Weber, como lembra Gumbrecht (2001), denunciou como obsceno (talvez com excessiva contundência mas a partir de bases com que coincidimos) o rol do docente enquanto líder dos seus estudantes ou o estabelecimento de qualquer tipo de relação emocional com eles.

Até agora, na abordagem das metas de que o EL é incumbido, invoquei razões de índole pedagógica, de definição das disciplinas, da sua trajetória e objetivos, ou tentei evidenciar aspetos que não podem ser submetidos a ensino e avaliação uniforme e objetivada com vistas ao outorgamento dum reconhecimento académico e, conseqüentemente, dum título habilitante. Mas a justificação do EL como elemento identitário, à luz das duas funções fundamentais antes enunciadas, é mais complexa. Como foi indicado, os grupos dominantes dos aparelhos político-jurídicos impõem, historicamente e num quadro mais alargado de planificação cultural, o ESL como elemento da coesão nacional, dependendo a sua força e explicitação, entre outros fatores, da

necessidade de coesão das comunidades em causa. Da mesma maneira, os grupos opositores a essa coerção, visando alterar o *status quo*, utilizarão e utilizam a literatura como elemento de coesão e como programa da índole de comunidades que postulam, normalmente, nuns e noutros casos, das elites principalmente. A institucionalização e, sobretudo, o modo e os objetivos do EL revelam mui diferentes graus de consenso ou dissenso sobre ele, segundo os espaços sociais e com independência de como historicamente foi isso conseguido ou do grau de violência simbólica que comporta, podendo chegar-se a um alargado consenso, constituindo, enfim, uma ‘autoimposição’ que serve interesses comuns de estabilidade da sociedade e mesmo facilita a mobilidade social no seu seio.

Estamos, pois, no âmbito da existência da nação/comunidade como tal. Em princípio (mas não por princípio), coincidimos com a crítica de Weber contra os valores neo-românticos, sustendo que os fins políticos são incompatíveis com o ensino académico (1992: 95f, 100¹⁸). Neste sentido, quanto ao ESL, se ele se mantiver e seja como for que ele se mantenha, só me parece plausível a presença nele dos conteúdos nacionalitários com a condição de que este mostre como eles foram/são construídos e como funcionam e ao serviço de quem (também e, mesmo por exemplo, ao serviço de determinada identidade comunitária que se queira manter). Nesse sentido, o ESL, que pode apresentar uma parcela específica no estudo da língua mostrando a sua incidência na evolução coesionadora desta, deve redimensionar-se noutras esferas, inter-relacionadas entre si e banir, ao mesmo tempo, qualquer consideração passadista, o que Weber já aponta ao defender como missão das disciplinas que tratam sobre manifestações culturais (“historische Kulturwissenschaften”) “entender las condiciones del surgimiento y la producción” dos seus objetos

¹⁸ Tomamos as referências de Gumbrecht (2001), mas parece-nos oportuno indicar as referências do trabalho original de Max Weber, publicado em 1919 sobre a base de uma conferência de 1917.

(1992: 95): Mas Weber fá-lo explicitando uma conceção da atividade investigadora que substancia no conceito de “wertfreie Wissenschaft” [lit. “ciência dos valores livres”], sustentado num Wertfreiheit” [lit. “liberdade de valores”] segundo o qual, e na lógica das suas propostas, deve prevalecer “la independencia de los resultados de la investigación académica de su posible valor y de sus efectos prácticos fuera del sistema académico”, o que coloca um problema importante sobre o *para quem* dessa atividade, que Gumbrecht comenta assim:

Por ejemplo, los historiadores de arte, de acuerdo con la propuesta de Weber, deberían tratar de explicar las condiciones históricas para el surgimiento del arte abstracto a comienzos del siglo XX – independientemente del impacto que sus resultados pueden tener en el mercado del arte. A diferencia de este acento en los resultados de la investigación en las interpretaciones prevalentes del concepto de “Wertfreiheit” (...), lo que me interesa más es el énfasis de Max Weber en esos efectos que el proceso de investigación actual puede tener en la mente de los investigadores y sus estudiantes. Volviendo a un ejemplo ya utilizado, esto significaría: tratar de entender el surgimiento del arte abstracto le hará más sensible y más versátil intelectualmente – aún si nunca logró entenderse con la tarea.

Penso, porém, que não é só o efeito em professores e estudantes que deve considerar-se mas, alargadamente, na comunidade e nos seus processos identitários, assim como no seu património e entendimento cultural.

Deve, então, formular-se uma autoanálise rigorosa que nos leve, para já e à partida, a conhecer o que se entende por ‘Humanidades’ quando, possivelmente, nem dous professores universitários dum mesmo centro entendem o mesmo. Como Gumbrecht (2001) diz, superada a fase do vitimismo¹⁹, convém deter-se na hipótese (e,

¹⁹ Afirma Gumbrecht (2001): “Nadie (ni siquiera nosotros, los filólogos y críticos literarios) encuentra ya utilidad en esa retórica dominguera que habla de cuán mara-

da minha perspectiva, na necessidade) de que as Humanidades desapareçam em várias das suas conceções atuais²⁰; e fazer com que seja incumbência dos próprios ‘humanistas’ formular novas possibilidades da sua ação. Essa recolocação deve assumir-se e ser consequência dum caráter da Universidade ‘incondicional’, como arvora Derrida, para opor resistência (2002: 14):

a un gran número de poderes: a los poderes estatales (y, por consiguiente, a los poderes políticos del Estado-nación así como a su fantasma de soberanía indivisible: por lo que la universidad sería de antemano no sólo cosmopolítica, sino universal, extendiéndose de esa forma más allá de la ciudadanía mundial y del Estado-nación en general), a los poderes económicos (a las concentraciones de capitales nacionales e internacionales), a los poderes mediáticos, ideológicos, religiosos y culturales, etc., en suma, a todos los poderes que limitan la democracia por venir.

Proponho, pois, neste sentido, que se abra espaço ao estudo da literatura como atividade vinculada à construção identitária/nacional e, numa dimensão próxima mas não idêntica, como *património*, mostrando assim de que modo se vão configurando determinadas ideias, crenças e projeções ao longo da história, e quem e como

villosas e indispensables, aunque subestimadas, pero a fin de cuentas vanguardistas, son las Humanidades”; e, podemos acrescentar, tampouco é útil nem certa essa retórica vácuca segundo a qual as ‘Humanidades’ garantem valores humanos pouco menos que eternos; reitero: ler ou fazer livros não nos faz melhores.

²⁰ Outra vez com Gumbrecht (com quem concordo mais na formulação dos problemas do que nas soluções):

Sabemos que hay numerosas sociedades que existen felizmente sin disciplinas académicas como las nuestras. Por lo tanto, probablemente, luciremos más convincentes si admitimos que las Humanidades son una institución especial que algunas sociedades pueden tener, una institución especial que puede producir beneficios especiales (*los cuales tendríamos que nombrar*) en lugar de pretender, poco convincentemente, que el final de las Humanidades sería el final de la Humanidad. (...) lo que más necesitamos es autorenergizarnos (más que una defensa pública contra acusaciones que no existen).

O itálico é meu, porque esse é o fundamental problema e é onde radica a nossa discrepância. A questão não é tanto se há sociedades que vivem felizmente sem disciplinas académicas como as nossas, ou se ela deva funcionar como ‘instituição especial’, mas se as nossas disciplinas podem servir ao progresso humano.

intervém (e quem fica excluído) nessa construção²¹. Em termos específicos, isto implica um estudo importante dos repertórios literários, das normas, modelos e materiais com que se conformam, na linha das investigações de Even-Zohar (2003, 2002a, 2000), de que são devedor; mas sem negligenciar a integração dos contributos de Lotman e da semiótica, esta no quadro conceitual que Luzi lembra (1998/1999: 99): “la incidencia del sistema sociocultural en la experiencia literaria se puede verificar también en la organización semiótica del texto, al estar sometido todo idiolecto a los condicionamientos de un sociolecto, que es igualmente una forma textual de la ideología”.

Necessariamente, isto passa por nuclear o ensino, em boa medida, em torno ao estudo rigoroso do cânone, não como ‘hit parade’ do irredutivelmente ‘melhor’ da literatura *nacional* (o que é uma impugnação do processo histórico) mas como construto que precisa

²¹ Convém, a propósito da projeção, citar Bourdieu (1997: 67), na sequência da sua análise sobre a disposição escolástica, sobre as projeções, metadiscursos e metapráticas gerados pelos participantes do aludido *epistémocentrisme scolastique*:

A la façon de la raison qui, selon Kant, tend à situer le principe de ses jugements non en elle-même mais dans la nature de ses objets, engendre une anthropologie totalement irréaliste (et idéaliste): imputant à son objet ce qui appartient en fait à la manière de l’appréhender, il projette dans la pratique, comme la *rational action theory*, un rapport social impensé qui n’est autre que le rapport scolastique au monde.

Prenant des formes différentes selon les traditions et les domaines d’analyse, il met du métadiscours (la grammaire, produit typique du point de vue scolastique, comme chez Chomsky) au principe du discours, ou du métapratique (le droit, comme chez nombre d’ethnologues, depuis toujours enclins au juridisme, ou les règles de parenté, à la faveur d’un jeu sur les différents sens du mot règle, que Wittgenstein nous a appris à distinguer, comme chez Lévi-Strauss) au principe des pratiques.

Parce qu’il ignore ce qui la définit en propre, le savant impute aux agents sa propre vision, et en particulier un intérêt de pure connaissance et de pure compréhension qui leur est, sauf exception, étranger.

→ C’est le «philologisme» qui, selon Bakhtine, incline à traiter toutes les langues comme des langues mortes, faites seulement pour être déchiffrées;

→ C’est l’intellectualisme des sémiologues structuralistes qui considèrent le langage comme un objet d’interprétation ou de contemplation plutôt que comme un instrument d’action et de pouvoir.

→ C’est aussi l’épistémocentrisme de la théorie herméneutique de la lecture (ou, *a fortiori*, de la théorie de l’interprétation des oeuvres d’art conçue comme «lecture»): par une universalisation induite des présupposés inscrits dans le statut de *lector* et la *skholè* scolaire, condition de possibilité de cette forme très particulière de lecture qui, menée à loisir et presque toujours répétée, est méthodiquement orientée vers l’extraction d’une signification intentionnelle et cohérente, on tend à concevoir toute compréhension, même pratique, comme une *interprétation*, c’est-à-dire comme un acte de déchiffrement conscient de soi (dont le paradigme est la traduction).

sistematicamente da sua historificação²² (retirando qualquer concepção teleológica da atividade literária e visando a análise do estabelecimento de dominâncias, hierarquias, legitimidades e ilegitimidades). Uma pesquisa destas características deve sustentar-se no pensamento relacional, e naquelas que pretendem explicar a atividade literária e cultural como o que é: um fenómeno social complexo. Neste sentido, resulta-me inexcusável lembrar as palavras de Medvedev e Bakhtine (1985: 152)²³:

Works can only enter into real contact as inseparable elements of social intercourse. This interaction has absolutely no need for the mediation of subjective consciousnesses, since, outside of their material manifestations, these are not given in objective intercourse. It is not works that come into contact, but people, who, however, come into contact through the medium of works and thereby bring them into reflected interrelationships,

o que Raymond Williams, que também se apoia nelas (2000: 80), entende levar-nos para “la cuestión teórica central del análisis cultural: lo que he definido (...), como un análisis de las relaciones específicas a través de las cuales las obras se hacen y se mueven”, acrescentando (2000: 82):

Es el descubrimiento continuo de unas formaciones genuinas que son simultáneamente formas artísticas y posiciones sociales, con todos los datos propiamente culturales de identificación y presentación, posicionamiento local y organización, intención e interrelación con otras, y que se dirigen por igual en una dirección (las obras en sí) como en la otra (la respuesta específica a la sociedad).

²² Não se entenda esta proposta como sinónimo do alegado ‘historicismo’ ao uso, em que se pretende a memorização acrítica de dados por parte dos alunos: esta proposta está nos seus antípodas.

²³ A nossa referência a Bakhtine quer ter também outro sentido: o de convidar para reconsiderar apreciações como as já provenientes dos formalistas russos da década de 20, sempre invocados como paradigmas do ahistoricismo e o puro imanentismo, o que em arater é redutor, noutras falso. É esclarecedor, neste sentido, o capítulo do livro citado “A contribution to the History of the Formal Method” (1985: 41-141).

Ou, como Luzi exprime (1998/1999: 98), recorrendo à frase de Sanguinetti “la literatura no existe en rerum natura sino en hominum historia”; esta “debe ser definida dentro de su processo dialéctico e histórico; el único espacio/tiempo en el que existe la posibilidad de eliminar la separación entre definición del objeto y su comprensión”.

Esta proposta visa que os estudantes apreendam como a identidade é construída também através da literatura e como ela fabrica normas e regras de comportamento para os indivíduos na comunidade; mas rejeita como objetivo que o estudante as interiorize, já que isto não deve depender mais do que da sua vontade. Certamente, este é um terreno delicado, que um autor como Habermas (1994, 1999, por exemplo) propõe conciliar com o seu conceito de *Verfassungspatriotismus*²⁴. Viehoff faz fincapé, nesta linha, na relação que a literatura pode ter com a elaboração de narrativas que contribuem para formar a identidade, postulando que (1997: 185) “individuals use and have to use cultural identity in order to live their every-day life in a given society”²⁵. E diz:

²⁴ Proposta derivada de um contexto (o da Alemanha pós-nazi e após a reunificação) que outros querem aplicar a processos exatamente inversos, como o PP espanhol para o caso deste Estado, o que na prática conduz a tentar anular as (id-) entidades nacionais ou nacionalistas que convivem no seu seio, exceto a espanhola.

²⁵ Ao longo deste trabalho foi mais focado o ‘que aprender’ que o ‘como aprender’, mas, sem dúvida, as propostas feitas naquele sentido implicam, em ocasiões, concepções do “como fazê-lo”, porque também o modo é conhecimento e formação. Pode haver aqui alguma confluência com formulações derivadas das análises de Baudrillard (1981, 1983, 1995), Derrida (2002) ou Jameson (1991) a respeito da noção de simulacro e da sua potencialidade no ensino (Seixo, 1997), particularmente ligado a desvendar o que uma comunidade é e o que uma comunidade julga que é. O pensamento crítico é possível e pertinente, e frente à sua pretensão de teoria-ficção, é oportuno desfazer o que ele considera o plus de sentido ou permanente hiper-realidade das cousas. Há valores de uso e de troca, sim. Mas é preciso desvendar a simulação, a hiper-realidade, a virtualidade como construções se se quer combater as agências de dominação, não aceitando como exclusivo campo de jogo umas noções que, certamente, podem ajudar a entender e deslindar o que indivíduos e grupos julgam de si próprios, o que imaginam ser e o que sentem. É preciso, então, inserir esse objetivo tendo como condição visar precisamente o real oculto e os mecanismos de ocultação, não se pretendendo a legitimação de um multiperspetivismo não paradoxalmente redutor ou de uma legitimação de propostas ‘canónicas’, como faz Derrida (2002: 20), por exemplo, sem invocar ao menos nelas o seu carácter imposto. E de que, necessariamente, não se confunda o método e processo de aprendizagem com a produção de sentido por parte do estudante, como pode chegar a inferir-se das interessantes reflexões de Alzira Seixo

It is through narrativity that we come to know, understand, and make sense of the social world, and it is through narratives and narrativity that we constitute our individual and social identities. They argue that individuals come to be who they are – however ephemeral, multiple, and changing in a changing world – by being located or locating ourselves in social narratives rarely of our own making.

(1997). Enfim, que deve visar-se a constituição da Teoria da Literatura como ciência, frente a propostas, como as de Carlos Ceia (1999: 43), quando diz: “a conquista de um estatuto próprio para a Teoria passa pela compreensão da abertura epistemológica a uma multiplicidade de problemáticas, axiomáticas, linguagens, discursos, desde que nunca chegue a constituir-se como ‘ciência ou ‘filosofia’), colocando aí um limite apriorístico, que toma como fundamento os contributos de Derrida.

Por outro lado, também podem vir ao encontro destas linhas outras visões tais como as já aludidas como mui pertinentes de Schmidt (1995) ou as de Reinhold Viehoff (1997: 182), que postula uma “social constructivist approach allows for a more pragmatic view of how cultural identities are formed in a given society”. “The approach”, continua Viehoff, “also permits a modification of and the knowledge about the locus of the observer. In this social constructivist model, the standpoint of the observer of cultural practices such as cultural identity formation is not the viewpoint of omnipotence but of, for instance, the historian of ideas or the anthropologist or the social scientist”. Isto coloca um dos grandes problemas da investigação em ciências humanas e sociais, (“Interpreters of culture inevitably bring with themselves the perspectives and concerns of their own cultures; they cannot avoid relying upon the taken-for-granted assumptions built into the languages and practices that comprise their own cultural identities”, diz Viehoff, acrescentando: “The interpreter of culture inhabits an *a priori* position that is located *before* his/her acts of observation”), numa interessante perspectiva, embora comportando uma crença num caráter, outra vez, intrinsecamente bondoso da literatura (1997: 186-187), a que Bourdieu se tem referido com precisão e profundidade ao evidenciar a disposição escolástica (1997: 26-27) “qui s’acquièrent principalement dans l’expérience scolaire peut se perpétuer lors même que les conditions de son exercice ont plus ou moins complètement disparu (avec l’insertion dans le monde du travail) », assim como as implicações e os mecanismos de aquisição. Nas *Méditations Pascaliennes*, livro para nós basilar, Bourdieu critica o que denomina a “razão escolástica”, tratando a sua gênese e ambigüidade e os que qualifica de “erros escolásticos”, e estende-se, entre outros assuntos, sobre o da violência simbólica e lutas políticas. A. Figueroa (2001: 132) explicava com clareza estas disposições escolásticas:

Cada campo instaura non só unha maneira de estar no mundo, senón unha maneira de coñecelo e tamén unha maneira de xulgallo. Isto é algo que, mesmo no noso mundo académico, podemos observar doadamente. Fronte, por exemplo, a unha obra literaria, un político, un filólogo, un filósofo, un antropólogo, un crítico literario, un médico ou un físico emitirán xuízos distintos en función da súa propia óptica e do xogo de crenzas e de intereses do campo no que cada un vive. Se en realidade queremos saber o que acontece nun campo determinado, non nos chega en absoluto coa óptica do noso propio campo; debemos ademais intentar achegarnos á dinámica das regras de xogo dese campo alleo e á óptica propia dese campo, ás disposicións e *habitus* alí esixidos, ós modos de pensamento e de coñecemento (e de recoñecemento) institucionalizados nel, ó que nel resulta factible ou imaxinable.

(...) In sum: people construct identities – however multiple and changing – by furnishing their world with stories. Within such a story-embedded world experience is constituted through narratives. People make sense of what has happened and is happening to them by attempting to assemble or in some way to integrate these happenings within one or more narratives. People are guided to act in certain ways, and not others, on the basis of the projections, expectations, and memories derived from a multiple but ultimately limited repertoire of available social, public, and cultural narratives.

Vinculada à dimensão anterior no modo em que a literatura é usada para conformar e entender o próprio mundo, a literatura comporta igualmente uma outra de caráter patrimonial, como os edifícios ou as cantigas populares, como tudo o que é considerado pela sociedade ou por setores dela manifestação artística própria, e mesmo uma fonte de exploração e riqueza²⁶, que deve ser estudada. González Millán (2003) dedica interessantes páginas ao assunto e dele recolhemos como possível guia de trabalho a síntese da análise da patrimonialização da Escócia levado a cabo por McCrone et al. (1995) em quatro processos: a) a mercantilização do património (a forma em que é mobilizado pelo capital privado e pelas instituições públicas); b) as modalidades de consumo dos ‘bens culturais’; c) o seu funcionamento como capital político; e d) a fundamentação ideológica do discurso nacional.

Num caso como noutro deve tentar-se evitar a rutura semiótica de todos os fenómenos que, do ponto de vista da cultura, dão lugar a essa noção de coesão e de património nacionais²⁷; isto sem desatender

²⁶ É preciso que os universitários, particularmente, reflitam também sobre os vários modos de posta em valor social das suas investigações e nas eventuais relações destas com outros âmbitos produtivos da sociedade como, por exemplo, vários do setor terciário.

²⁷ Estou submetendo a minha análise aos objetivos – explícitos ou não – do atual EL nas nossas sociedades. Ele, em minha opinião e do ponto de vista patrimonial, deveria introduzir não apenas outras manifestações consideradas literárias embora de ‘baixa’ literatura mas, já na esfera da cultura e do ‘conhecimento’ do mundo/do

a existência de diversas configurações patrimoniais em função dos grupos sociais que os elaboram e dos que os usam e duma consequente hierarquização dos mesmos sobre a base da sua legitimidade, o que pode dar lugar à coexistência de várias identidades num mesmo espaço social, como anota G. Millán (2003: 158), outra vez conhecendo uma hierarquia na sua legitimidade, e a que há que acrescentar a complexa e conflitiva articulação de mais duma identidade comunitária/nacional num mesmo espaço, como o galego, por exemplo.

A outra dimensão inter-relacionada com as anteriores do ESL que, a meu juízo, deve ser trabalhada é a dela como atividade cultural, como atividade da cultura²⁸. O objetivo deve ser tentar que os estudantes conheçam e saibam interpretar a rede de relações que a atividade literária estabelece, desde as relações mercantis que ela supõe até os diferentes repertórios em jogo ou as posições e funções que textos, críticos ou escritores ocupam no campo literário de referência (o que obviamente leva, também e como nos casos anteriores, a um intenso trabalho sobre os textos²⁹). Da mesma

outro, outras de mui diversa índole e origem, terreno onde a literatura, e, sobretudo, a 'cultura', comparadas jogam obviamente um papel fulcral.

²⁸ Estamos conscientes de que qualquer referência à cultura precisaria de um processo de clarificação de que é o que entendemos por tal. Operamos aqui com as seguintes dimensões:

- a) a cultura como sistema de comportamentos transmitidos socialmente.
- b) a cultura como resultado de uma abstração, uma construção teórica a partir do comportamento dos indivíduos de um grupo num grupo.

1. Neste sentido, há alguns anos na Conferência Iberoamericana de Ministros de Cultura, celebrada em Ciudad de Panamá, nos dias 5 e 6 de Setembro de 2000, o Ministro de Cultura de Panamá na altura, Ricardo Santillán Gúemes (2000), lembrava esta definição de cultura da UNESCO que acompanhamos plenamente:
2. Hace algunas décadas en el seno de la UNESCO se realiza la siguiente reflexión que sonó como una voz de alerta no escuchada y que, a nuestro entender sigue vigente: "*La cultura definida únicamente a partir de criterios estéticos no expresa la realidad de otras formas culturales. Hay una tendencia unánime a favor de una definición socio-antropológica de la cultura que abarque los rasgos existenciales, es decir concretos de pueblos enteros: los modos de vida y de producción, los sistemas de valores, las opiniones y creencias, etc.*".

²⁹ A nossa insistência sobre o trabalho com os textos é, certamente, uma réplica a todas aquelas posições que, quase de regra 'romanticamente', e outras vezes por insuficiência na análise ou por ocultamentos deliberados, reclamam a 'atenção ao texto', que não acham refletida nas nossas análises e propostas. Na verdade, o que não se vê nestas é o contínuo recurso à paráfrase, à contabilização de procedimentos,

maneira, esta perspectiva deve interessar-se pelas inter-relações dos campos vinculados à atividade da literatura com outros campos culturais e entender os produtos literários como produtos da cultura³⁰. Para esta investigação parecem-me decisivos, além dos contributos aludidos de Evan-Zohar ou Bourdieu, os de Howard Becker (1984) e, mui especialmente, Norbert Elias (1990/1993 e 2001), centrando-nos nas redes de interdependência entre os indivíduos e os grupos sociais e as suas produções de modos e organizações da vida.

Estas duas dimensões não excluem a presença no âmbito escolar de objetivos vinculados ao prazer e desfrute da atividade literária (como em geral da atividade artística, o que, aliás, nos parece de importante relevância), mas querem traçar uma linha divisória entre a análise da literatura submetida à avaliação e outras esferas da atividade escolar. E, não os excluindo, eles devem também ter um papel na investigação da cultura, sobretudo no meio universitário. É esta amálgama de todas as dimensões a que tem conduzido ricos contributos, como os da Teoria Empírica, a não resolver a deteção da ausência no EL de (1995: 282) “piezas determinantes para los procesos comunicativos literarios que en la ETL [Teoria Empírica da Literatura] se consideran esenciales: así, la característica de la voluntariedad de la participación en el sistema de la LITERATURA o la característica de la independencia y la autodeterminación de dicha participación”³¹.

ainda ao desdobramento de toda uma terminologia vácuca ou à projeção das próprias preocupações ou interesses nos textos ou autores sem que nada tenham a ver aqueles com estes, mais que na deriva pós-modernista, que nada indicam nem esclarecem e tudo ocultam. A nossa é a pretensão contrária.

³⁰ No sentido exposto, o funcionamento do texto considerado literário, como qualquer outro produto que funciona socialmente como artístico, porta duas dimensões que devem ser privilegiadas na sua análise: o de implicar nesse funcionamento uma conceção sobre a arte, sobre a sua função e posição, no seu caráter empático e, ao mesmo tempo, e derivando desta, significar uma visão sobre a vida, um programa para o seu entendimento em qualquer parcela dela. Em trabalhos posteriores tentarei desenvolver esta ideia que aqui apenas pode ficar anotada.

³¹ Talvez isto explique igualmente a dúvida que Schmidt expõe assim (1995: 283): “En la ETL se lleva a cabo una clara separación entre la participación en el sistema de la LITERATURA y el *análisis científico* de dicho sistema. En lo que sigue habrá

Todo isto demanda, agora com Schmidt (1995: 280), “un modelo de cooperación entre la escuela y la Universidad –en vez de un modelo de aceptación –, donde la transformación más importante a la que se debe aspirar es la introducción de un componente de investigación en el âmbito de actuación de la escuela (...) y un componente de práctica escolar en el âmbito de actuación de la Universidad”. Trata-se de uma reformulação da didática da literatura que, como ele indica “debe compatibilizar, con mayor efectividad que hasta ahora, sus teorías de la escuela con sus teorías de la socialización – teoría de la personalidad, de la identidad, de la creatividad, etc. –, por una parte, y, por otra, con sus teorías de la literatura”.

Pondo de parte as metodologias a empregar [que possivelmente reclamem procedimentos “da frente para atrás”, didáticos e investigadores, em que se saiba como os fenómenos, as funções e as posições se construíram, evitando mui cuidadosamente qualquer tipo de ‘profecias autocumpridas’ ou de ilusões biográficas, como neste caso alerta Bourdieu (1994), isto implica que muitas das áreas de conhecimento que se invocam como ‘contextuais’³² do ESL devem

que aclarar si la LU debe ser concebida ya como una participación o como teoría o análisis, ya como participación y también como análisis del sistema de la LITERATURA. (283). Por outro lado, essa “capacidade de participación” é concretizada por Schmidt na tentativa de que o aluno seja introduzido, “ejemplar y prácticamente”, “en las condiciones, convenciones, reglas, expectativas, funciones, etc. de la actuación en el sistema de la LITERATURA a través de los papeles de actuación allí fijados, ofreciendo las correspondientes posibilidades de experiencia”. Por mais que uma valorização crítica dos mesmos se deseje, esses objetivos de assumpção do sistema e de determinadas regras e convenções não parece que possa possibilitar o juízo crítico. A mistificação de planos como o cognitivo, o afetivo e o normativo e a procura da rutura do monopólio da interpretação (289), sendo importante, não contribui para o desvendamento dos mecanismos de funcionamento do campo literário e dos seus produtos e agentes. Nas interessantíssimas propostas de Schmidt, o ensino da literatura, como ele o define, obedece a uma importância social que hoje está longe de representar e comporta componentes de educação moral e de hedonismo [próximos na sua transmissão das vias do *simulacro* (Schmidt, 1995: 286)], que não justificam nem essa oralidade nem as hipóteses de frustração derivadas da não consecução do hedonismo. De resto, no seu plausível objetivo de evitar a repressão, não visa desvendar mecanismos de dominação, a começar pela aceitação do cânone como autoridade (1995: 300-301). A proposta, porém, é do maior interesse e em boa parte as minhas apreciações têm a ver com as contradições que antes assinalamos.

³² A ‘contextualização’ costuma ser um aditamento ornamental em estudos e docências, significando um acúmulo de dados e referências de que não se explica a

passar a integrar-se no seu ensino, num reagrupamento das disciplinas. Em nossa opinião, isto mesmo deve transparecer na formalização das estruturas docentes e investigadoras, tanto nos institutos e grupos de pesquisa como na própria configuração das unidades departamentais, das áreas de conhecimento e das disciplinas nos vários níveis de ensino. Na lógica deste, espera-se que os objetivos postulados para o não universitário, em geral, se vejam refletidos no superior; não por uma concepção que entende ser o cometido fundamental da formação ‘humanística’ a produção de ensinantes (o que não exclui que parte da atividade universitária, na sua vertente docente e de investigação – campo em que qualquer plano de reforma e reorientação deve primeiro ser implementado – deva garantir uma formação específica dos futuros profissionais adequada aos objetivos do ensino não universitário e, ao mesmo tempo, uma investigação das demandas sociais que lhe são atribuídas), mas porque o ensino regrado obrigatório e o universitário devem estar em harmonia com as funções fundamentais antes invocadas, fazendo aquele, assim, transparecer as investigações neste e estas devendo ter o seu correlato na docência.

Naturalmente, a cisão estabelecida entre Ciências Humanas e Ciências Sociais, tanto na Universidade como no ensino secundário, deve superar-se em benefício duma ação integral, onde o ESL e as dimensões sociais e psicossociais da língua se integrem também. Dependendo dos níveis de ensino, não devem desvincular-se do ESL âmbitos e planos como os da sociologia, a antropologia, a história, a geografia, estudos da cultura e as relações culturais, a filosofia, o turismo, artes, ou ciência política, legislativa ou económica³³. Este

inter-relação com o objeto de estudo nem a este é aplicada uma focagem que permita o seu conhecimento.

³³ As propostas de inter-relação têm sido nos últimos tempos um dos assuntos mais focados nas revistas especializadas de teoria e crítica da literatura e da cultura, com alguns contributos que me parecem de importante valor. Revistas como a *New Literary History*, têm destacado neste sentido. Só como exemplo, quero salientar o número 31, 2, 2000, subordinado ao assunto “Economics and culture: Production, Consumption, and Value”, em destaque o trabalho de Gregory P. La Blanc: “Commentary: Economic and

caminho também foi proposto por Derrida ao ele entender que para exercer esse pensamento que às vezes rege a justiça dessa resistência ou dessa dissidência (2002: 20),

“tendremos que ampliar y reelaborar el concepto de las Humanidades. En mi opinión, no se trata ya sólo del concepto conservador y humanista al que se suele a menudo asociar a las Humanidades y sus antiguos cánones –que considero, no obstante, deben ser protegidos a toda costa. (...) Debería incluir el derecho, las teorías de la traducción así como lo que se denomina, en la cultura anglosajona –una de cuyas formaciones originales constituye –, la «*theory*» (articulación original de teoría literaria, de filosofía, de lingüística, de antropología, de psicoanálisis, etc.), pero también, por supuesto, en todos esos lugares, las prácticas deconstructivas”,

concluindo (2002: 63):

[Estas Humanidades por venir] atravesarán las fronteras entre las disciplinas sin que eso signifique disolver la especificidad de cada disciplina dentro de lo que se denomina a menudo de modo

Literary History: An Economist’s Perspective” pelas interessantes propostas realizadas sobre ‘economia e literatura’. A seu juízo, (2000: 358-359), “a fruitful hybrid of literary and economic history could encompass”, resumindo assi as suas propostas de estudo:

4. Economics in Literature, or how economic ideas in literature change over time. This approach would look at the economic principles in various literary works (...) If one defines economics more broadly to include all social relations, every work can be seen to contain some economic hypotheses.

5. The Economics of Literature, or how de production of literature changes over time (...) One example of this mode is the History of the Book

6. Economics as Metaphor for Literary Study: This looks at literature as the production not of physical texts, but of symbolic meaning, and so views the exchange of symbols as an economy of sorts.

7. Economics as Literature (or Rhetoric). This approach use literary analysis to understand the way in which the field of economics operates, that is, how economists over time have used various rhetorical strategies o persuasion, examining their models, tropes, metaphors, and so fort. (...)

These categories are not exclusive or exhaustive, and are provided just to show how difficult it would be to define discrete, coherent boundaries to a discipline of Literature and Economics.

confuso la interdisciplinariedad o dentro de lo que se ahoga en otro concepto que sirve para todo, los «*cultural studies*»³⁴.

Coincidente com a vontade derridiana de alargamento do conceito de Humanidades³⁵, neste âmbito, parece plausível ligar o ESL ao do

³⁴ Fazemos nossa esta crítica. O Prof. Aguiar e Silva enquadrava com precisão este fenómeno dentro de uma tendência bastante comum de “canibalização”. Dizia o Professor (1998-1999: 87):

“Desde o início da década de setenta, após o colapso da grande metanarrativa da teoria da literatura contemporânea –o estruturalismo –, sucedeu-se uma proliferação incontínua de teorias, numa competição violenta e desordenada, que veio provocar a descridibilização de qualquer teoria, o enfraquecimento, em geral, dos departamentos de literatura das universidades e a emergência, sobretudo na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América, de uma pseudo-área disciplinar, sem objecto epistémico e cultivando uma instável bricolage de metodologias, denominada *cultural studies*.”

No âmbito dos estudos culturais parece haver, nalguns setores, certo sentido de balanço e mudança neste aspeto. Vejam-se, por exemplo, o número 20 de *Critical Studies* (2002), editado por S. Herbrechter dedicado à questão da interdisciplinaridade e as valorizações das investigações de Pierre Bourdieu no Volume 17, números 3/4 (2003), da mesma revista.

Por nossa parte, teremos ensejo de combater algumas tendências destes *cultural studies* e do seu multiculturalismo no capítulo “Roma locuta, causa finita (...)”, deste livro, por legitimar os mecanismos e relações de poder que invocam criticar.

Ora bem, aceitando a necessária previsão de Derrida, na sua crítica a uma interdisciplinaridade avulsa e confusa, não deixa de parecer-nos incongruente com o seu pensamento, como antes no caso do cânone, a manutenção de uma ‘especificidade’ de cada disciplina (para o caso, o ‘ESL’), de que não conhecemos a definição e que não pode decorrer de objetivos que não são invocados. Naturalmente, a questão não radica na incongruência em si, mas no facto de que, ao Derrida não definir esse objeto e os seus objetivos, a crítica aos *cultural studies* não deixa de abrir passo a um certo efeito *boomerang*...

³⁵ Derrida atinge múltiplas disciplinas (2002: 63):

(...) me imagino muy bien que departamentos de genética, de ciencias naturales, de medicina e, incluso, de matemáticas, se tomen en serio, en su propio trabajo, las cuestiones que acabamos de mencionar. Por consiguiente –y por hacer una última referencia al Kant del *Conflicto de las facultades* –, aparte de la medicina, esto es verdad sobre todo en lo que concierne a los departamentos de derecho, de teología o de ciencias religiosas.

Ora, na linha crítica que antes indiciava, outra cousa é a proposta do desenvolvimento da universidade que ele faz (2002: 31) “en un pensamiento, en una escritura, en una habla que no serían sólo unos archivos o unas producciones, de *saber*, sino, lejos de cualquier neutralidad utópica, unas obras performativas”, animada pola “profissão de fe” universitária a que constantemente alude e veiculada através do ‘como se’, do simulacro. Coincidentes em parte com essa procura de reforma, em todos estes discursos parece (e dizemos parece porque nunca nos fica perfeitamente claro, confessamo-lo) perpassar uma certa reificação e alguma insuficiência. Isto sucede ao considerar a atividade literária sem uma necessária historificação e ao introduzir uma ideia de bondade e conseqüentemente de imposição dos e nos produtos literários, nos planos ideológico e estético, que nunca se acaba de concretizar. Decorre, também, da consideração da literatura e “ses liens avec la fiction et la force performative du

patrimônio e o da cultura, como objeto de estudo e ao das denominadas ciências sociais como áreas de conhecimento e investigação científica. Os textos, os autores, a atividade literária em geral, realizam funções sociais próximas das que exercem outras produções entendidas como culturais, cada uma com as suas especificidades. A literatura encontra-se com essas produções e produtores no facto de todos justificarem a sua existência (imediate e/ou mediata) como veículo de ‘beleza’ e de ‘arte’ e, assim, passarem a ser suscetíveis de incorporações à bagagem artística e cultural (e, daí, identitária) da comunidade, do seu patrimônio nacional/comunitário, nele desenvolvendo funções e ocupando posições mudáveis, segundo o momento e os grupos implicados. Supõe, como rede, uma atividade cultural, que partilha com outras a fabricação e manutenção de produtos ao mesmo tempo percebidos como estéticos e, como antes aludíamos, portadores de opiniões, normas, valores, crenças e modos de vida.

A nossa proposta visa tentar acabar com a especialização apriorística estabelecida tanto na segmentação da atividade investigadora nos centros superiores como no seu correlato nos diferentes níveis de ensino e, conseqüentemente, no tipo de produtos e ideias que chegam ao conjunto da sociedade. Com a atual ‘especialização’ faz-se abstração das dinâmicas sociais, num requinte a-historicista mui próprio, por exemplo, de determinadas disciplinas linguísticas de caráter estruturalista ou autodenominadas funcionalistas, ou estas são delimitadas por objetos de estudo cuja investigação, no melhor dos casos, costuma resultar parcelar e insuficiente; a nossa proposta também força a acabar com determinados tipos de ‘investigações’ e a implementar outros, a começar por desmanchar a confusão existente entre investigação, ensaio e opinião. Cada vez são menos as investigações nesta matéria submetidas à aplicação de metodologias, sejam elas quais forem, enunciadas com um mínimo de

«comme si», de que fala Derrida ou, numa linha mui similar, do entendimento do ensino e do ESL como “the most useful fields to manifest techniques and devices of employing language as a logical and affective artifact”, que enuncia Seixo (1997).

conhecimento, rigor e distinção. Não quer isto dizer que a aplicação metodológica seja garante de correção: quer dizer-se que a sua ausência não o é, impedindo conhecer e avaliar objetivos e instrumentos de análise, colocando-nos, no melhor dos casos, no âmbito do ensaio e, no pior e mais abundante, no âmbito da paráfrase. A frequência destes hábitos é cada vez maior e nutrem a vida académica de maneira sensível, particularmente acuciada, ademais, por toda a classe de *publish or perish* (mesmo ‘ontologicamente’), pelas necessidades de estar no conselho duma revista ou dum Congresso (que funcionam por cooptação, não ‘dos melhores’ mas ‘dos mais próximos’), por *fazer currículum*, que, aliás, não é medido em termos de qualidade investigadora, mas de quantidade de palavras escritas, num proceso tautológico. O que muitas vezes passa por investigação universitária não visa explicar nada (nem o repertório nem os processos): move de sítio, quando muito, os textos. Ou, então, repete-se até à saciedade um acúmulo de ‘influências’ e ‘fontes’ do autor, como se fosse certo em todo o caso que um autor lê e transporta obras ou ideias de outro determinado. A facilidade de publicar acrescenta este problema. Assim, muitos congressos produzem conjuntos de paráfrases depois publicados e até citados, numa reprodução quase *ad infinitum* que, também, quase ninguém lê. Costumam ser artigos avulsos e estudos parcelares, sem se incardinarem em projetos enunciados, que, aliás, podem ser abandonados não por eventual ausência de rendibilidade, mas por não estarem submetidos a nenhuma avaliação e por carecerem de objetivos, elaborados por vezes em gírias ininteligíveis, ‘tintas de lulas’ que não conseguem camuflar a nossa atividade como um produto gratuito, irreduzível ao exame e ao controlo de qualidade sociais, intrinsecamente aceitando a sua alegada inutilidade.

E assim, frente a outros campos de pesquisa, a investigação em literatura aparece muitas vezes como estática, sem perceção nem integração do avanço científico. Sendo a investigação regradada e remunerada pela sociedade, ela também devendo responder aos dous princípios que antes enunciei como objetivos do ensino, não

parece admissível esta situação. Entendo que, pelo menos, deve haver uma certa convenção entre o que não se deve fazer. O Professor Aguiar e Silva (1998: 86) alertava num dos seus escritos sobre a indispensabilidade de “pôr cobro à canibalização de teorias por outras teorias, à intolerância de umas teorias em relação a outras, às promoções ruidosas de novas teorias e aos saldos humilhadores e revanchistas impostos às teorias consideradas como caducas”. Certamente, até porque qualquer investigador deve em último termo submeter as suas propostas à dúvida metódica das suas coordenadas espaço-temporais e porque pode julgar bom para o progresso da comunidade princípios e atuações que no futuro se revelem insuficientes ou caducas e vice-versa. Ora, isto não deve ser alibi para que a investigação em literatura, como atividade remunerada pela sociedade, seja o terreno da opinião gratuita (o que não exclui que o académico realize, se o desejar, estas atividades, mas não como académico). Opino que não deve, mas, sem dúvida, pode. Que possa, e que de facto assim seja, provém de a nossa atividade estar diminuída e inutilizada e por nós mesmos retroalimentada nessa direção, intra e extra muros universitários, recebendo em troca pouco mais que a indiferença. Essa mesma indiferença é a que legitima todo o tipo de práticas, impensáveis noutras disciplinas, já não de ciências básicas, da saúde e experimentais, mas também em muitas (outras) ciências sociais.

Todo o ensino, pelo facto de existir, é coercitivo, certamente, mesmo aquele que pretende reduzir os elementos de autoridade do docente à mínima expressão. Todo o processo de ensino-aprendizagem suporta um submetimento a regras e programas. Ora, entendo que, para o caso que nos ocupa, o EL pode comportar importantes doses de libertação se, por sua vez, conhece a própria *doxa*, os mecanismos de imposição, se liberta de todas as parcelas de ‘educação do gosto’ e de ‘prazer estético’ e do seu carácter instrumental ao serviço da aprendizagem linguística; e se do seu perfil monológico se passar à análise do modo de funcionamento da atividade literária. Se esas metas conhecerem os seus correlatos na ação investigadora, esta

poderá colocar-se precisamente ao serviço do ser humano e do seu progresso e liberdade, que deve ser a sua aspiração. Existe a crença, generalizada entre docentes, de que o EL comporta uma espécie de magia e desfrute que, aliás, pode e deve ser transmitido. Consequentemente, julga-se que desvendar os mecanismos de funcionamento da atividade literária é quebrar essa magia, esquecendo *a literatura*: a isto último já contestamos páginas atrás. Brevemente, quero indicar que no desvendamento, são os papéis de docente/discente tal como derivados da doxa escolar que caem. Frente a esse pseudorromantismo dominador, os agentes escolares devem fomentar a racionalidade consciente da livre adesão a projetos e projeções. A inter-relação de tudo isto com as metodologias e os modos de aprendizagem são ineludíveis, embora não possamos enfrentá-los neste trabalho³⁶. De resto, só a crítica sociológica contribui para a intensificação da experiência estética de cada indivíduo, permitindo desfazer-se das cargas de subjetividade dominadora tão ao uso na crítica da arte.

As ideias que antecedem podem não concordar com o pensamento do Mestre homenageado, ou melhor, com as ideias que levam o Mestre a colocar algumas potencialidades da leitura de textos literários como objetivos do ensino regrado (Aguiar e Silva, 1999b). Naturalmente estou longe fazer estas propostas como uma descortesia, e sei que a bonomia do Professor não o entenderá assim. Mas não diria toda a verdade se não concluísse manifestando que, pondo de parte a discrepância eventual, tenho a certeza de que estas reflexões e, talvez, mesmo os meus caminhos pelas veredas da metodologia e da

³⁶ Esta conceção parece cada vez contar com maior aceitação. Desde perspetivas não nutridas na sua génese dos objetivos e metodologia que aqui sustentamos, Maria Alzira Seixo (1997: 165), reclamando maior pragmatismo nas 'Humanidades', considerando precisa a atenção aos protocolos de aprendizagem, afirmava:

"Sociological methods and frameworks may be more appropriate in this area than psychological ones. However, an analysis of communication has to take into consideration the difference between information that is supposed to confirm a certain type of knowledge and information that is supposed to enrich and eventually change that, knowledge".

análise literárias e culturais, não existiriam sem o magistério e sem os brilhantes escritos e comentários com que nos honra.

Quero concluir com umas palavras suas, que só não coloquei no frontispício deste trabalho para que este não se pensasse como um pretencioso exercício de glosa:

Nunca aceitei a ideia de uma Universidade submetida, e até subserviente, às conveniências e aos imperativos voláteis do mercado de trabalho, mas também nunca defendi, nem defenderei, a ideia de uma Universidade imperialmente autárca, depositária aurática de uma missão sacerdotal, cidadela utópica e quixotesca de saberes desencarnados ou espectadora distante dos trabalhos e dos dias dos homens que constroem cidades novas, se libertam de limites e servidões, soçobram em crueis desastres ou subvívem e sobrevivem em obscuras misérias

(Vítor Aguiar e Silva, 1999: 84)

(Página deixada propositadamente em branco)

ROMA LOCUTA, CAUSA FINITA? SOBRE DOCÊNCIA E CRÍTICA DA LITERATURA E DA CULTURA

Este capítulo tem por objetivo chamar a atenção sobre o caráter construído dos conteúdos e das focagens do estudo formal (também do não formal e do informal) da literatura (e, polo geral, da cultura) e das formulações da crítica da literatura (e, também em geral, da cultura) como dependentes de instâncias de poder ou apresentadas como emanadas duma pretensa, embora oculta, *auctoritas*. Sirvo-me da conhecida frase *Roma locuta causa finita* para significar com ela a invariável presença do poder, *Roma*, como emanador de mui diferentes e até contraditórios ideias e objetivos em diversos momentos da história, nutrindo-se de mui variados argumentos e *auctoritates*, agentes e instâncias, mas sempre para preservar os interesses, direta ou indiretamente, do grupo político-económico dominante, para garantir em definitivo a sua hegemonia, e a sua assumpção quase generalizada polos diferentes grupos do campo cultural, homólogos ou não daquele. *Roma* é o espaço central das lutas polo poder, a disputa pelos seus mecanismos e, ao mesmo tempo, representa por metonímia os conjunturais agentes do poder.

De entre os diferentes usos do texto ‘literário’ ou, em geral, da ‘literatura’ ou ainda mais alargadamente, da ‘cultura’, tanto na crítica, como, sobretudo, na docência, poderemos distinguir um nível de usos de natureza ou propósito estético de outros que remetem para valores ou até para uma alegada ‘ética da comunidade’ que se considera legítima e/ou indiscutível. Neste sentido, os produtos são

apresentados, lembremos, desde como exemplares do belo ou do melhor até como elucidadores duma Nação³⁷ ou por antonomásia de assuntos e perspectivas alegadamente ‘universais’. Neste último caso, a obra coloca problemas, conflitos, etc. que são elevados a categoria do conflito, do problema, que, em termos de escola, o aluno deve perceber e assumir: *Hamlet* é ‘a dúvida’, *Otelo* ‘os ciúmes’. Os materiais repertoriais com que esses livros estão confeccionados (em boa medida, os que sustentam a ilusão da ‘qualidade literária’) selecionam-se como o ‘bom na história’, de que o aluno deve gostar (não gostando, só se lamenta a insuficiência do aluno ou a imperícia do docente...). Isto revela que, de entre esse conjunto de usos, alguns se aparecem como mais visíveis que outros aos seus transmissores e recetores, podendo acontecer, até, que o que uns vejam como claro não se apareça assim tanto para outros. Às vezes os menos visíveis costumam coincidir, não paradoxalmente, com os mais evidentes ou simples na sua formulação porque recobertos duma tona que impede ver ‘antes’ ou que, já, não deixa ver; mas igualmente porque os recetores não estão disponibilizados para assim perceber.

³⁷ Um bom panorama e análise do papel da literatura na elaboração das identidades nacionais europeias pode ver-se em Anne-Marie Thiesse (1999). De resto, lembre-se que para contextos como o que aqui foco, o trânsito entre uma conceção da literatura como conjunto universal do saber e do progresso da humanidade ao de compêndio de ideias e valores da nação e de determinados seus *nacionais* (ou, como expresso por Sinopoli, 2002: 31, como “funcional con respecto a la representación del progreso social y político de una nación”) produz-se na Europa ocidental em interação com a fabricação do estado-nação moderno, nos séculos XVIII e, sobretudo, XIX. Para um panorama europeu, vid. Sinopoli (2002).

Interessantíssimo, entre outros, é o caso brasileiro, cuja construção nacional, como as hispano-americanas, emerge na altura em que se firmam as bases da “pedagogia da nacionalidade”, em expressão de Maria Helena Rouanet (2002) em relação ao par *crítica literária* e *história da literatura*. Aproveito para deixar como referência a todo o aqui tratado a mui interessante e rendível produção do Grupo de Trabalho “História da Literatura”, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, criado em 1992, coordenado sucessivamente pelas Profas. Regina Zilberman, Marisa Lajolo, e, na atualidade [2002], por José Luís Jobim. Vária desta produção podia ver-se em <http://www.pucrs.br/fale/pos/historiadaliteratura/gt/> e, desde 2006, em <https://anpoll.org.br/gt/historia-da-literatura/relatorios-de-atividade/>, os relatórios da sua atividade. Na bibliografia citam-se alguns trabalhos de Mello, Ramos, Rouanet e Serra diretamente vinculados com o assunto do presente capítulo.

É conhecido que nestas questões, não de cânone mas de canonicidade, não de canónico mas de canonizado (portanto, resultado dum processo, Even-Zohar: 1997) talvez seja o livro de Harold Bloom *The Western Canon* o exemplo mais eloquente e claro. Bloom (1995: 2-3) analisa vinte e seis escritores, cuja seleção proclama como “not so arbitrary as it may seem”:

“They are haven selected for both their sublimity and their representative nature. (...) I have tried to represent national canons by their crucial figures: Chaucer, Shakespeare [Shakespeare, the largest writer we ever will know(3)], Milton, Wordsworth, Dickens for England; Montaigne and Molière for France; Dante for Italy, Cervantes for Spain; Tolstoy for Russia; Goethe for Germany, Borges and Neruda for Hispanic America; Whitman and Dickinson for the United States. The sequence of major dramatists is here: Shakespeare, Molière, Ibsen, and Beckett; and of novelists. Austen, Dickens, George Eliot, Tolstoy, Proust, Joyce and Woolf. Dr. Johnson is here as the greatest of Western literacy critics”.

A isto soma Freud, Proust Joyce e Kafka: “they personify whatever literary spirit the era possesses”. E Pessoa, tratado no capítulo “Borges, Neruda and Pessoa: Hispanic-Portuguese Whitman” (1995: 463-492).

Cito estas palavras não para aprofundar numa crítica do cânone aludido, não o único mas sem dúvida o dominante, nem para desenvolver o evidente tema da dominância dos sistemas anglógrafos e, de entre eles, os pertencentes à Grande Bretanha e aos USA, e as suas consequências, e as hierarquias no cânone estabelecidas, com França a seguir e um pouco de espanhol, russo, português, italiano, alemão, um representante escandinavo e dous hispano-americanos e a sua homologia com o domínio político e económico desses estados (onde os aditamentos de autores canonizados em sistemas culturais ou pátrias linguísticas dominantes e dominadas alicerçam o domínio com a sua ilusão de representatividade). Nem mesmo, embora queira também aludi-lo, do que pode chegar a significar a autoassumpção

da *auctoritas* que supõe pôr um cânone. Sim, mais, pola impostura que isto significa: a mistificação duma opinião com(o) um dever de transmissão como ‘bem da comunidade’, em virtude duma tradição e dum presumível referendo de dadas elites, (“Originally the Canon meant the choice of books in our teaching institutions, and despite the recent politics of multiculturalism, the Canon’s true question remains: What shall the individual who still desires to read attempt to read, this late in history?” diz Bloom, 1995: 15). Justifica-se assim a formalização através do Estado e dos seus mecanismos de reprodução, neste caso nomeadamente a instituição educativa, de determinadas formas e determinados valores projetados e/ou derivados de obras e autores *acausalmente* (sem dar ou explicar a causa) ou metafisicamente: o que é, como se define, quem o faz, para quem é a ‘sublimity and representative nature’? o que é ‘to personify whatever literary *spirit* the era possesses’. Certamente, Bloom combate nesses textos o que denomina the School of Resentment, mais amplamente o multiculturalismo, em virtude das circunstâncias vividas no fim de século em muitas universidades estado-unidenses. Não é difícil para ele, nesse contexto, a crítica porque não poucos desses movimentos, polo geral, aceitam as regras de jogo de críticos como Bloom, as regras de jogo dominantes: tentando mostrar o caráter construído da canonicidade, querem abri-la, desejam que outros ‘representantes’ que não sejam brancos, ocidentais e estejam mortos, construídos por eles, possam ‘entrar’; não impugnando nem repertórios nem parâmetros dominantes e aceitando como imperativo categórico a existência de hierarquias em virtude de ‘qualidades’, cada um definindo as suas em função dos seus interesses. Assim as cousas e vingando (já muitas vezes por interiorizados) os materiais e construtos dos grupos dominantes e os seus mecanismos (os que fazem que Shakespeare *seja* Shakespeare: pense-se que as pessoas que lemos os textos literários costumamos ter, de praticamente todos eles e dos seus autores, um conjunto de ideias prévias; essas ideias, conformadas por mecanismos e interações de índole diversa condicionam a nossa

leitura como, antes, a nossa escolha ou tendência de leitura; o que para qualquer de nós signifique Shakespeare, Rosalia de Castro, Eça de Queirós, como Tarik Agfa ou Tin-Ztu, *As melodias da noite imprevisível* ou *Hamlet* tem no seus aspetos comuns a ver com uma compartição e formação similares, procedentes não de um oráculo ou livre alvedrio mas da interiorização de determinados elementos através de determinados canais), as pretensões ‘multiculturalistas’ ficam reduzidas a uma condescendente caricatura.

Todo este tipo de construções sustenta-se em duas razões que, ao mesmo tempo, são convertidas em objetivos: um dado saber e um dado prazer, transformados em normativos, apoiados na *auctoritas* de quem os manipula igualmente como *auctoritas*: Bloom, que fala nas primeiras linhas do seu livro dos autores que seleciona precisamente como “authoritative in our culture”, escreve anos mais tarde um agressivo best-seller para o campo da crítica literária ocidental, *How to Read and Why?*, numa sequência de textos similares de outras tantas autoridades, de Steiner a Todorov, situadas no venerado e inatingível estrato do sublime.

Este meu recurso a Bloom (e ao multiculturalismo) quer ser apenas exemplo de atitudes que pugnam hoje em determinadas esferas da crítica e do ensino, agora referidas com independência do grau de consciência dos agentes implicados. O que quero aqui pôr em causa não é que as pessoas tenham opiniões sobre literatura (gosto, aliás, de muitas das opiniões de Bloom), mas que, investidos de *auctoritas*, determinem o bom e o mau, ocultando o caráter da sua opinião; e que a opinião e o seus resultados sejam transferidos ao ensino como objeto de estudo sem tampouco interrogar-se por que eles existem. O caso de Bloom torna mais visíveis alguns fatores e interesses perante uma posição (que faz passar por) ameaçada, respondendo mui principalmente a determinadas dinâmicas do ensino superior estado-unidense, cujo sucesso nos nossos sistemas mostra precisamente a dominância a que antes aludi. Com este tipo de práticas, o campo literário coloca-se em extrema dependência do do poder, e a sua

heteronomia é de tal maneira invisibilizada que oculta mesmo que são princípios provenientes do campo do poder os que determinam o estudo do ‘sublime’, ‘inasível’, universal, do que estaria por cima de qualquer contingência...

O ensino formal obrigatório (ou o formativo para habilitar docentes de ensino obrigatório) é a instância institucional em que o Estado mais determina os seus mecanismos de reprodução.

Vou, agora, utilizar uma amostra, tomada *espigadamente*, para ilustrar o caso que nos ocupa: o da Literatura espanhola no sistema de ensino espanhol. O **Real Decreto 937/2001 afirma entre os objetivos a atingir pelos alunos da “Educación Secundaria Obligatoria”** “conocer, respetar y valorar las creencias, actitudes y valores de nuestro acervo cultural y patrimonio histórico artístico”, colocando como matéria obrigada, entre outras, “Lengua Castellana y Literatura”. Na “Introducción” ao seu programa podemos ler como objetivo o de “avanzar en la educación literaria”. Indica-se que o aluno deverá “valorar las restantes lenguas constitucionales”, e o docente deve fazer descobrir a leitura e a escritura “como fuentes de placer y de fantasía, de información y de saber”, de desfrute. Diz-se que os alunos, “como ciudadanos, tienen que conocer las relaciones que se establecen entre la lengua y la sociedad”, acrescentando que “el conocimiento riguroso de estas relaciones les va a permitir entender el mundo que los rodea, ya sea en el carácter plurilingüe de España, como en las dimensiones americanas de la lengua”, e afirmando-se aplicar “este mismo principio teórico” ao ensino da “Literatura, en la que se recomienda muy encarecidamente el uso de ejemplos en las distintas lenguas constitucionales y, también, en las principales lenguas extranjeras”.

Repare-se no modo de denominar as outras línguas reconhecidas como cooficiais em determinados territórios do Estado: línguas ‘constitucionales’ não parece um critério ‘literário’, que, aliás, nunca aparece definido... Mais: por que aparecem estas ‘literaturas’ se a cadeira é “Lengua Castellana y su Literatura”: para dar base a um

cânone dominante em língua espanhola sobre aquelas? Para fixar que todas são ‘literatura espanhola’ expressa em várias línguas (castelhana e outras)? As atribuições ao docente são de mui diversa índole, como também ao texto literário, por sê-lo... sem indicação de como se mede a consecução dos objetivos nem do responsável de atingi-los. As aulas são de prazer ou de estudo da literatura? Por que a literatura se coloca em dependência da língua ou mesmo da cidadania (e não a arquitetura da geologia, por exemplo)?

A ‘literatura’ é responsabilizada, ademais, por “el conocimiento y el aprecio del hecho literario como hecho lingüístico, producto de un modo de comunicación específico, analizando y considerando los principales tipos de procedimientos literarios como expresión del mundo personal y como producto social y cultural que se enmarca en un contexto histórico”.

Por que se aplica esta crença romântica da “expressão pessoal” (e não, por exemplo, a pessoana do poeta fingidor); e por que logo se coloca a mesma literatura “como producto social y cultural que se enmarca en un contexto histórico” quando nunca se prescreve como isto é ou deve fazer-se? (ou o que é o contexto histórico?). Afirma-se que a “práctica docente” deve “estimular el gusto por la lectura, en particular de obras literarias, y facilitar el acceso a los libros”, e deve criar “la necesidad de que los alumnos formen su biblioteca personal”. Recomenda-se para o primeiro ciclo de ESO “primar la lectura”, para “afianzar el dominio de sus mecanismos para que la comprensión del texto no se vea limitada”, “por medio de una serie de preguntas, nunca muchas, orientadas hacia aspectos importantes de la obra”. Para o segundo ciclo é reservado o início do “acercamiento a la literatura siguiendo un orden cronológico”, devendo-se tentar “que el alumno aprecie en qué medida se refleja en la obra la época en que fue creada”. Acrescenta-se: “La lectura de obras completas y de fragmentos representativos, debidamente contextualizados y analizados, puede ser una vía de acceso a la literatura”. Por que tem que constituir-se uma biblioteca pessoal e não fomentar o uso das

bibliotecas públicas? Quem define os aspetos importantes da obra e em base a quê? Ou como se reflete na obra a época em que foi ‘creada’? O que é a ‘época’?

À Literatura atribui-se também o caráter de mediadora idónea “para conseguir, através de la lectura de las grandes obras, la madurez intelectual y humana del alumno”, atribuição que não é feita, por exemplo, a “Ciencias de la Naturaleza”. Ela; diz-se, “no debe entenderse como una variedad más de discurso” (antes afirmara-se que o objetivo era o “aprecio del hecho literario como hecho lingüístico”), mas:

“sobre todo depositaria de ese bagaje de experiencias, emociones, sentimientos y de creación de universos significativos que los escritores nos han legado en sus obras, una fuente inagotable de disfrute, de educación de la sensibilidad y de enriquecimiento intelectual y afectivo”.

Já agora: o que fazemos com obras e autores canonizados apoletas, por exemplo, do militarismo desde a antiguidade clássica até à denominada vanguarda europeia? Repare-se como mínima conclusão do antedito que o que está na esfera do gosto é determinado a elevar-se à categoria de universal, como também a prática particular de determinados indivíduos e, mui especialmente, a projeção que sobre os seus produtos os agentes que têm poder fazem, digamo-lo assim agora. O Programa avança por este tipo de caminhos, falando de assuntos relevantes ou autores “representativos” de que nunca é explicitado como são determinados e reclamando um vínculo com as “Literaturas europeas”, além das das “lenguas constitucionales” que tampouco se determina nem especifica, ainda que, nalgum caso e quando se considerar necessário, possa o “aspecto tales como el resumen, la estructura, los modos compositivos, la función de algún personaje, etc” ser abordado. Depois de tanto e tão variado conjunto de objetivos e funções, os únicos “Criterios de evaluación” referidos à Literatura são:

“8. Identificar el género al que pertenece un texto literario leído en su totalidad y reconocer sus elementos estructurales básicos y los grandes tipos de recursos lingüísticos empleados.

9. Establecer relaciones entre obras, autores y movimientos fundamentales en la historia de la Literatura y conocer algunas obras o fragmentos de las Literaturas de las lenguas constitucionales y de la Literatura occidental”.

Este teor é mantido para os restantes anos. No Terceiro aparecem já uma série de autores, respondendo ao cânone dominante espanhol, com particular presença do mundo medieval (o que *alicerça* a *fundação* e a *essência* da *Nação*), do denominado “Século de Ouro” (aqui introduzindo Shakespeare e Molière sob o rótulo “el teatro europeo”, não como elementos de comparação mas de simples modelos canonizados³⁸); o Século XVIII é despachado sem menção a autores³⁹.

³⁸ E que tem sido em ocasiões denunciado; por exemplo, na Itália, alguns docentes têm reivindicado uma dimensão supranacional da literatura afastada desta perspectiva; no denominado “Documento dos sábios”, de maio de 1997, reivindicava-se uma “Nueva mediación crítica por parte de los docentes, que debe ser de tipo intercultural, es decir, no sólo no eurocéntrica, sino sobre todo no centrada en el trinomio inviolable lengua-nación-literatura.” (Sinopoli, 2002: 54). O interessante, nesta reformulação, do meu ponto de vista, é a explicitação do caráter construído dos valores atribuíveis à literatura. Sobre os ‘valores da língua’ nas literaturas e na pedagogia da nação pode ver-se Rouanet (2002). Noutro capítulo do livro de *Introducción a la literatura comparada*, editado por Gnisci, Francesca Neri (2002: 392), prolongam-se estas reflexões, explicitando a “operación ideológica” que o cânone dum programa de literatura significa como reflexo do “gusto de varias épocas, pero también de la sociedad en cada ocasión espera del estudio de la literatura”, pormenorizando que “o proceso de canonización de una obra literaria no es transparente, aunque ciertamente la obra canonizada tiene características que corresponden a las necesidades de quien ha contribuido a formularlo, reflejando su identidad, sus valores éticos y políticos, sus finalidades educativas, su idea del papel desempeñado por la misma literatura”.

Parece-me oportuno, por outro lado, anotar aqui e a este teor as estimulantes e mui pertinentes reflexões sobre a renovação da metodologia em história literária comparada do Grupo de Teoria de Literatura e Literatura Comparada da Universidade de Santiago de Compostela, de que salientam os trabalhos referenciados na bibliografia de Fernando Cabo, César Domínguez e Arturo Casas, investigador a quem, além disso, agradeço as suas igualmente oportunas considerações e recomendações para melhorar este capítulo. Maior informação sobre este Grupo pode encontrar-se na página <http://www.tlcc-usc.gal/> da Área de Teoria da Literatura e Literatura Comparada da USC.

³⁹ Este esquema programático e as suas ‘utilidades’ estão já presentes na R.O. de 24 de Junho de 1846, da Dirección General de Instrucción Pública para os níveis primário e secundário, refletindo a colocação do ensino da literatura ao serviço dos

No Quarto, inclui-se Rosalia de Castro: a que literatura *pertence* e em virtude de quê? São as línguas as que delimitam *literaturas* em todo o tempo e lugar? É o ‘filológico’ um critério científico ou ideológico?⁴⁰. Pronto: quem define os autores, quem os temas ou assuntos? Quem periodiza? (periodizar é uma maneira de classificar a história; e, segundo os critérios de classificação deduzem-se modos de conceber e transmitir essa história...) Por que se destina maior espaço a uns e não a outros? Que representam uns e outros? O que se lhes faz representar? Sobretudo, como é focado o seu ensino?

Até aqui uma síntese do ensino ‘obrigatório’ de Lengua Castellana y su Literatura”. No Real Decreto 3474/2000, no referido à “Lengua Castellana y su Literatura I y II”, para os dous últimos cursos da Secundária, repetem-se similares funções e objetivos; apresenta-se em pormenor alguns autores (com destaque para Cervantes⁴¹), define-se a literatura como “la memoria universal de la humanidad, el archivo de sus emociones, ideas y fantasías, por lo que colabora en la maduración intelectual y humana de los jóvenes”. E os critérios de avaliação são, quanto à literatura:

“3. Interpretar y valorar textos escritos específicos (humanísticos, periodísticos, científicos, literarios, etc.) analizando su construcción interna y las relaciones del autor con el texto y con la época.

8. Identificar el género al que pertenece un texto literario y reconocer sus elementos estructurales básicos y sus recursos lingüísticos.

9. Establecer relaciones entre obras, autores y movimientos fundamentales de la literatura española, conociendo el marco

valores pátrios e morais das classes dominantes em Espanha no quadro duma reforma do ensino de eminente carácter planificador da cultura (Núñez, 1996: 191-192).

⁴⁰ Voltaremos sobre esta questão no seguinte capítulo, a propósito do que denomino normas do sistema.

⁴¹ Cervantes é o seu *Quijote*. Para uma panorâmica da sua introdução e usos no ensino desde meados do século XIX, vid. Núñez, 1996: 194 e ss.

histórico y cultural en que se han creado y la evolución histórica de las diferentes formas literarias.

10. Conocer y valorar las obras y los autores más representativos de la literatura en las diversas lenguas constitucionales y en las grandes líneas de la literatura universal.”

É tudo uma questão técnica? Quem decide e em virtude de quê? O que elucidam e o que ocultam essas perguntas e as suas condicionadas respostas?

A análise destes procedimentos situa-nos imediatamente num lugar de interesses e de pugnas... O que resulta óbvio é que à literatura e ao seu ensino é atribuído todo um acúmulo de responsabilidades que oculta outras mui especiais e a sua configuração, inexplicadas; e que se faz ao docente assumi-las sem discussão: transmite-se um cânone como *summa theologica*, apoiado em juízos de qualidade e representatividade cujo fundamento nunca é formulado; projeta-se nele uma série de valores que seriam imutáveis e assim universais, confundem-se os planos do gosto⁴², da sensibilidade ou do prazer (que, por si, pertencem à esfera pessoal) com os desses pretensos universais (fazendo ao aluno aspirar a esse gosto, como todos socialmente construído, e duvidar do seu próprio); atribui-se uma múltipla transcendência à literatura, ao modo romântico, tudo remetendo para uma *auctoritas* que nem tem rosto (apela-se de contínuo para a tradição, e para pronome impessoal, como eu faço aqui, como se isto fosse uma construção democrática e arcânica ao mesmo tempo), e não paradoxalmente, vão-se entrevedo

⁴² Também na mudança operada pelo sentido desta palavra podemos encontrar a evolução semântica e a mistura de significados derivados dos diferentes usos da literatura historicamente considerada como material de ensino e transmissão de valores, desde o discernimento racional (de verdade ou falsidade) ao considerado intuitivo ou emocional (do belo). Vid. Valero (1996: 187-188). O (bom) gosto, nesses termos, é resultado de determinados interesses, constituindo dele, no caso que nos ocupa, uma categoria que alicerça as escolhas literárias e, ao mesmo tempo, ilustra, no trânsito de parâmetros de medição, as mudanças operadas no campo do poder. Sobre a construção social do gosto é imprescindível o conhecido texto de Pierre Bourdieu e a sua equipa *La distinction: critique sociale du jugement* (Bourdieu, 1985).

auctoritates mediadoras, muitas transmissoras que têm interiorizado esses valores e não se questionam o seu caráter: há sempre um professor/texto/manual, enleado ele precisamente em assumir as propostas dominantes no campo ou em esclarecer textos, imagens, significados, etc. precisamente construídos sobre interesses e gostos que geram importantes contradições: por que Lope de Vega e não Moreto, por que tal metáfora significa isso (recordemos a nossa adolescência estudantil) ou por que não Lao Tse e sim Calderón? O docente ou o manual exerce um labor exegético, mesmo que não saiba de que fala ou não goste do texto em questão: enfim, mesmo que contradiga os princípios enunciados⁴³.

Pensemos agora, por citar mais uma dimensão do assunto, na crítica de cinema dum jornal e na qualificação outorgada aos filmes: reparemos nas nossas mães, avós, pais, avôs: o que para nós, em geral, é ponto negro para eles pode ser cinco estrelas e vice-versa. A questão, que certamente é de gosto, rodeia-se de características técnicas e de *auctoritas*, outra vez, do magistério do crítico, e converte-se num discernimento entre o bom e o mau. Nós parecemo-nos em geral mais ao crítico que à avó. A coincidência entre recetores dessa crítica e crítico produz-se em função de partilhar similares trajetórias, *habitus*⁴⁴ e capital cultural, e ocupar similares posições no campo da cultura ou a elas aspirar, diluindo-se na medida em que

⁴³ Refletindo sobre esta problemática, Tânia R. Oliveira Ramos julgava “premente” para a Literatura como disciplina no Brasil (2002) “uma ruptura com o que tradicionalmente foi posto como inerente à produção docente, ou seja, transmitir um saber pronto e acabado, colocando o trabalho docente em um novo patamar: o de participante de um processo de construção individual e social”.

⁴⁴ Este conceito, largamente utilizado por Pierre Bourdieu, é definido como a combinatória duma estrutura estruturante, organizando as práticas e a percepção das práticas, e uma estrutura estruturada, em que o princípio do mundo social é por sua vez produto da incorporação da divisão de classes sociais. O *habitus* é assim um sistema de esquemas geradores de práticas que expressa de forma sistémica a necessidade e as liberdades inerentes à condição de classe e a *diferença* constitutiva da posição. O *habitus* apreende as diferenças de condição, que retém sob a forma de diferenças entre umas práticas enclassadas e enclassantes (como produtos do *habitus*), segundo uns princípios de diferenciação que, ao serem por sua vez produto destas diferenças, são objetivamente atribuídos a estas e tendem assim a percebê-las como naturais (Bourdieu, 1979).

aparecem divergências nesses fatores. E, se fosse o caso, ir-nos-ia custar reconhecer que nos identificamos com o gosto fílmico da avó e não do crítico. A avó pode mesmo chegar a sentir e interiorizar que ela gosta do mau e que deve aspirar ao bom que o crítico define e representa, a padecer enfim o que Bourdieu (1983) redefine como violência simbólica.

Esta classe de concepções dominante opera fundamentalmente retirando o espaço de decisão ao recetor; a proposta 'artística' ao não manifestar-se como contingente e construída (e ao convertê-la em imposição) coloca em inferioridade outros produtos e valores, que se pregam. Ao confundir a análise técnica e de valores da obra com o gosto (partindo da base de que o gosto deve aspirar a harmonizar-se com o que já não é uma proposta); e ao confundir os planos do conhecimento técnico ou sociológico da obra com o conhecimento e a exegese 'espiritual' da mesma, vernizada dos interesses e o gosto das *auctoritates*, coloca-se claramente o campo artístico em dependência do campo do poder, que não tem rosto porque, por sua vez, generalizados e interiorizados como bons e sublimes os tais gostos e interesses e alicerçados na Tradição, isto é, fazendo-a sinónima da história coletiva da Comunidade, dilui-se e 'irresponsabiliza-se'. **O que se verifica assim não é apenas sistematicamente uma imposição de determinados textos e obras e o que elas podem transmitir, mas o que está por trás dessa imposição: o domínio de quem tem poder e de quem pode exercê-lo: Roma. Roma locuta, causa finita. A cousa (textos, obras, críticos, funções, etc.) apaga a causa: a literatura ao serviço da transmissão de valores e interesses mesmo alheios à cousa em origem e enunciado. Na mesma peripécia do entendimento da frase, particularmente da aceção da palavra *causa*, encontramos algumas chaves do modo de funcionar a imposição de produtos culturais. A passagem de *causa a cousa*: a origem converte-se em expressão e o objeto oculta a raiz.**

Um impulso quase inerente à sua posse exerce o poder sobre quem o detenta: a de conservá-lo. Os grupos que pugnam por ele costumam desenvolver estratégias de conservação, onde muitas vezes os princípios invocados (que, na teoria, são imutáveis e universais, ocultando o seu caráter construído) podem ser substituídos por outros mesmo contraditórios, ou servir-se grupos adversos de similares táticas para a sua conservação. O assunto está encerrado só para quando se consegue a imposição, mais ou menos legitimamente, nesses termos. Os elementos que detentam o poder podem afirmar exatamente o contrário e com a mesma força de enunciados prévios por eles emitidos; ou grupos encontrados podem utilizar os mesmos mecanismos para garantir a sua dominância; outra vez a história da máxima por parte *do poder* é eloquente: parece que utilizada no Império romano para encerrar e evitar qualquer discussão, foi reativada na Idade Média por determinados setores da Patrística Cristã para igual fim, rodeando-se mesmo de *auctoritates* como Aristóteles (Aristóteles *dixit...*) impossíveis de consultar sobre tal matéria e absolutamente alheios ao assunto em causa. Introduz-se uma lógica que leva a sancionar qualquer outra, herética portanto, que não interesse a Roma... Ninguém em seu sã juízo ou com sentido comum (repare-se na aparente obviedade destas duas imposições) pode pôr em dúvida Roma ou Aristóteles...

O poder transmite-se, a instância/instituição de decisão permanece: Roma, invisível porque costuma cifrar as suas formulações como universal ou, polo contrário, como sinal dos tempos, mas sempre produto do seu indiscutido e inspirado poder. O que se ensina aí 'é de Deus' como todo o comentado sobre a Literatura é 'de sempre'.

Interroguemo-nos ainda sobre outra questão, que quero ao mesmo tempo situar como resumo do antedito: Por que existe a cadeira? Nunca se argumenta a existência da tal cadeira de Literatura (aqui 'Castellana'). Por que não Literatura Chinesa ou Mundial, se não é para alimentar determinada memória da Nação...? Como se decide tudo isto? A importância da delimitação do que é ou não é literatura

pátria estriba-se no valor identitário que a esta se atribui a respeito da Nação. Aqueles processos e fenómenos a que antes aludia definem-se ou expressam-se através de determinados fatores, apresentáveis como substantivamente invariáveis ao longo do tempo: umas fronteiras, uma raça, uma língua, um lugar de nascença ou morada. Qualquer dessas balizas, que podem aparecer em dado momento como indiscutíveis ou, pelo menos, indiscutidas, são o resultado da imposição como legítimos do que Bourdieu denominou, em geral, princípios de visão e divisão por parte de determinados grupos (por ex. 1997).

A culminação das funções, em termos nacionalitários, atribuídas à *Literatura nacional* resulta da ordem, da arrumação que seja feita desse conjunto histórico. Esta arrumação, que releva por sua vez dum longo e complexo processo de canonização em que múltiplos elementos repertoriais e fatores estão em jogo, com mui diversas procedências (*nacionais* e *internacionais* também...), remete igualmente para os interesses de pessoas, grupos ou estruturas interagindo para imporem os seus princípios numa parte ou no todo do sistema cultural de referência⁴⁵. Nesses processos, elementos dominantes como prestigiosos, trajectórias, esquemas ético-ideológicos e visões e ‘necessidade(s)’ da nação são importantes ativos⁴⁶.

⁴⁵ Tratando da sobrevivência do cânone, sintetiza Francesca Neri (2002: 393):

“A los ojos de nuestros contemporáneos, la persistencia en el tiempo de estos textos [los canonizados] no parece poder depender de elementos puramente estéticos u «objetivos»: son precisamente *las instituciones, que reflejan los deseos e intereses de quien gobierna, las que garantizan su resistencia al tiempo. Lo que parece ser la causa de este proceso, es, en realidad, su consecuencia. Las obras maestras son las que han sido consagradas por la tradición, las que han mantenido su importancia en el curso de la historia, y sin las cuales la idea misma de tradición literaria no existiría”.

Mas a questão permanece se não nos interrogarmos que há realmente por trás de conceitos como obras ‘maestras’ ou ‘tradição’...

⁴⁶ Mesmo verificando-se mecanismos de apropriação do outro quando este é prestigiado, invocando (em histórias da literatura ou currículos) ‘normas sistémicas’ diferentes às que delimitam os âmbitos de aplicação enunciados e só aplicadas parcialmente. Coloquemos alguns exemplos ‘históricos’ para o caso que nos ocupa: Juan Francisco Masdeu incorpora Camões à *sua Storia critica di Spagna e della cultura spagnuola in ogni genere* (1781-1787) por ser “portugués de nacimiento y español de origen” (in Cebrián, 1996: 571). Ou quando se utilizam normas sistémicas intangíveis, como a do ‘génio’ ou ‘espírito’ nacionais, que permitem a inclusão em histórias da literatura de determinadas comunidades escritores preexistentes à realidade política

O que está em jogo é o que depois acaba por definir-se como valores, individuais, colectivos ou da colectividade, eventualmente reflectidos, expressos e muitas vezes projetados nas obras e/ou autores canonizados, mascarados não raro de pretensos (valores) estéticos universais; em ocasiões, como quando se agudizam as contradições no campo, caem as máscaras, e o carácter de representação/pose das tomadas de posições esvai-se. Disso tudo saem, por exemplo, os nomes referidos nos Programas citados e isso explica que outros não apareçam e outros estiveram mas já não estão. E, daqueles, uns textos e fragmentos sim, outros não: um cânone com certo grau de acordo (em que não está ausente a violência simbólica exercida, claro) e com algumas margens de instabilidade.

O processo mesmo em que a literatura se consolida como disciplina autónoma a partir do século XVIII, mas, sobretudo, no século XIX nos Estados-Nação ocidentais é elucidador desses papéis que se fazem jogar à literatura *nacional*, como também à história *pátria*, e como dele se derivam os manuais de literatura que vão ser colocados no ensino regular, como mecanismo para “fixar, em cada indivíduo, o sentimento de pertencer a uma comunidade”, mecanismo iniciado

ou institucional que dá razão de ser a essas codificações; é este o caso da inclusão em histórias da literatura espanhola de Séneca ou Lucano, que já Amador de los Ríos na sua *Historia crítica de la literatura española* (1861-1865) reunia por apreciar neles ‘cualidades que pertenecen al genio español de todas las edades, como han pertenecido siempre a nuestra península el clima meridional y la prodigiosa fertilidad de sus campos’ (Romero, 1996: 177). Esta visão positivista, que paira hoje na história literária espanhola, como noutras, ficará perfeitamente refletida na *Defensa* de Menéndez Pelayo do *Programa* de provas para cátedra da sua época, à procura do ‘ingenio español’:

¿Cuándo empieza la literatura española? ¿Desde cuándo hay espíritu nacional? Claro que no le hay entre los primeros pobladores de España, ni en la época romana, ni en la visigoda; pero sí elementos y formas de carácter nacional, que se reflejan en la lengua y en el arte literario” (cit. por Romero, 1996: 180, o sublinhado é meu).

Mas arranca dos textos de Gil de Zárate vinculados à reforma do ensino nos meados da década de 40, à procura do “verdadero sello de la nacionalidad” dos escritores considerados *espanhóis (López, 1996: 211). As primeiras vinculações de histórias literárias e ensino no caso espanhol e a sua função, canonizadora podem rastrear-se em finais do século XVIII (Valero, 1996: 175 e ss.)

Para um panorama do desenvolvimento do ensino regrado da literatura em função dos interesses *nacionais* de grupos e/ou classes dominantes no contexto do estado espanhol, pode ver-se López, 1996.

na França, como o estuda François Furet em *L'atelier de l'histoire*, Paris, Flammarion, 1982 (Mello, 2002). Como o é da projeção de determinados valores do Estado nacional, por vezes caracterizando valores irredutíveis a outras literaturas nacionais: “Ser francês é, entre outras coisas” sintetiza Mello o uso da língua francesa após a Revolução, “expressar-se na língua da clareza e com uma lógica cartesiana irrefutável”.

Em minha opinião, a alternativa para a docência da literatura, mesmo com programas como o visto, deve deslindar precisamente a esfera do privado, do gosto, do prazer, etc. do plano da inculcação de valores e ideários (não vamos referir o caso de ‘grandes’ leitores ou escritores, tão ‘grandes’ como perversos) do que pode ser objeto de análise e interpretação científica, ou, no mínimo, rigorosa e objetivável, campo das ciências humanas e sociais. Partir da base e analisar o caráter construído de qualidades éticas e estéticas não impede, antes pelo contrário, que se elaborem e defendam legitimamente. Mostrar esse caráter construído e os modos de funcionamento do texto, o autor, etc. e em geral o campo literário na altura. Resgate-se precisamente o gosto, não como sentido instintivo e exclusivo, mas, cientes do seu caráter construído (como todos), em forma de ato *libertável* de necessidades de assimilar-se ou adequar-se a objetivos impostos e, ao mesmo tempo, perfeitamente delimitado daquelas interpretações sobre ele. O crítico e o docente na sua função crítica, devem tentar elucidar que pessoas podem tirar prazer e como do texto proposto, não impor os seus, as suas projeções ou, claro, as projeções do mandado.

Uma prática destas características acaba assim por ser gratificante... A qualidade literária não será desta arte um lugar a que aspirar exclusivamente definido polos poderosos de cada momento. Entenda-se a qualidade literária assim como a produção de valor como construções históricas e analise-se desse ponto de vista. Isto, que pode ser visto como um mecanismo assustador, como uma ausência de hierarquias ou reconhecimentos ou de um relativismo desmoralizador, é a proposta

de todo o contrário: não acreditando nas ‘necessidades românticas’ da produção nem na sublimação demiúrgica, pretende recuperar dimensões de liberdade e interpretação do indivíduo, contribuir para o otimismo das possibilidades de progresso e manter a legitimidade da defesa de determinadas posições para isso conseguir. Não é, quero dizê-lo, uma proposta multiculturalista; porque esta aceita as hierarquias e as canonizações estabelecidas e aspira finalmente a ter ‘um lugar ao sol’, ao lado dos que já estão. Tampouco, reitero, uma pura posição relativista e menos passiva. Quer ser precisamente um ativo frente à preguiça intelectual, fornecendo os instrumentos de análise e interpretação que tente liberar os indivíduos da pura reprodução do poder, não por ser este mau em essência ou atribuir a toda a gente uma perversidade calculada, mas por anular a capacidade de pensar, entender e formar-se, um princípio ilustrado que se enuncia em programas de Literatura para nunca mais ser cumprido.

**SOBRE OBJETIVOS, SERVIÇOS E SERVENTIAS
DA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA.
ALGUMAS PROPOSTAS**

Como indiquei no primeiro capítulo deste volume, julgo ter sido o principal labor dos historiadores da literatura, em geral, no mundo ocidental desde, pelo menos, o século XVIII, na esfera dos campos culturais e no ensino: o de, juntamente com o estudo da língua, das ‘artes’ e, também, doutras disciplinas como a história e a geografia, inscrever, primeiro em determinadas elites da comunidade, depois no conjunto da mesma regida pelo estado, um repertório de imaginários e, também, de normas, modelos e materiais que alicerces a sua coesão, normalmente a ‘nacional’ (resultado da construção das disputas e domínios exercidos no campo do poder) inserindo um sentido de pertença a um mesmo grupo, fornecendo determinados instrumentos de reconhecimento mútuo e constituindo-os em modos privilegiados de comunicação intra- e extra- comunitária, referencial e simbólica.

A renovada presença do passado que muitas destas disciplinas portam (e cujo conhecimento, em si, apareceria como desnecessário quanto saber não-útil e não-prático) e que conhece formulações como a falsamente denominada ‘memória coletiva’ (a tal ‘memória’ é a desejada e imposta por alguns; coletiva nem o é à partida nem para todos, nem todos beneficiam dela por igual), foi um dos alimentos imprescindíveis da ideia de Nação legitimada pelos grupos dominantes na sua autoafirmação, delimitação e distinção de outros. Isto não significa que sempre esses grupos fossem homogêneos nem

exercessem pacífica e totalizadamente o seu domínio, mas que este é resultado, não linear mas complexo e dialético, da sua sistemática tensão com outros interesses de evasão e/ou imposição por parte dos diferentes setores dominados dessa comunidade, o que pode produzir instáveis níveis de representação e hierarquia identitárias; baste lembrar, para o caso europeu atual, as diferentes delimitações que se produzem num Estado como o espanhol, em que diferentes grupos postulam identidades primárias de diferente nível e hierarquia que colidem entre si.

Frente a outras dimensões culturais como as denominadas ‘seis/sete artes’, o estudo da literatura constituiu-se como um fenómeno privilegiado, pelo seu fácil acesso (um texto é mais facilmente reproduzível que uma escultura, por exemplo), por estar composto por palavras, constituintes, por sua vez, da língua nacional – o alicerce da coesão nacional –, e por a ela (à sua produção, compra-venda, estudo, ensino, etc.), e sobretudo desde o século XIX, dedicar-se a maior parte dos agentes intervenientes no campo cultural, e os acumuladores de maior poder no mesmo, o que o alargamento do mercado e o aparecimento de novos meios de comunicação não fez mais do que retroalimentar e acrescentar. Deste modo, e para o caso que nos ocupa, foram utilizadas e progressivamente concebidas as histórias das literaturas *nacionais* e desta maneira passaram à formalização do ensino regrado em forma de manuais e programas de aprendizagem e leitura passíveis de serem avaliados. Nesses programas, como nessas histórias literárias, procurou-se a coerência dos elementos identificadores, delimitadores e ligantes do presente da comunidade (língua, território, origem, etc.) com o passado reconstruído, daí resultando os conteúdos e limites das literaturas nacionais, os seus critérios de inclusão e exclusão. E neles e como consequência, assumiu-se a necessidade duma hierarquia de autores e/ou obras representativas (também etimologicamente) da reconfiguração simbólica dessas balizas e dos valores, crenças e modelos considerados superiores e totalizadores por parte daqueles

que conseguiram impor os seus princípios e categorias. Supeditados a essas práticas e objetivos, os textos e os autores foram carregados duma importante projeção do que era invocado e aceite nas elites dominantes como o *Volkgeist*, o presumível espírito criador do povo que estaria na base de todas as suas manifestações e elaborações culturais e regras comunitárias, como queria Savigny, e, naturalmente, na literatura como expressão sublime da Nação. O possível paradoxo entre o autor, individual, e o coletivo ‘espírito do Povo’ (que não “popular”) como ‘criadores’ do texto foi solucionado normalmente considerando aquele como o melhor e mais profundo ‘intérprete’ e, alimentado pelo Romantismo, cantor da presumível essência ou do Povo ou dum período da sua história. Isto permitiu até alargar o paradoxo ao extremo de que quanto mais a obra fosse elevada à categoria de emblemática e singular, maior era essa projeção do *Volkgeist*. Textos como *Os Lusíadas*, autores como Camões, foram e ainda são particularmente propícios a esse exalçamento sistematicamente reproduzido; neles melhor se apreenderia o génio e o espírito nacional portugueses, daí também sendo interpretados como importantes modos de conhecimento e isto explicando parte das polémicas que nos inícios do novo século se produziram sobre a sua presença nos estudos de secundária lusos.

Essa unificação tem como base as necessidades do campo do poder, quer na vertente da ‘memória da Nação’, quer, menos, na de aprendizagem da língua. Nas figuras cimeiras do cânone (ou dos cânones, em ocasiões refletindo homologamente interesses de diferentes grupos no campo do poder, ou fórmulas de autonomização do campo e de imposição das próprias legitimidades) projetam-se os valores e princípios dos grupos que conseguem impô-los e definem, igualmente, o alargamento que pretendem. Igualmente produzem-se identificações entre o que se projeta (aquilo que se quer fazer significar) e essas obras e autores, que podem mudar, até extremos contraditórios, consoante o grau de importância e pertinência que tenham para os agentes atuantes nos processos

de canonização. Cervantes, Camões ou Rosalia de Castro já foram utilizados para representar mui diversos e até contraditórios valores. De resto, tende-se a mostrar as diferentes dimensões concentradas na historiografia literária como inter-relacionadas e produto duma 'natural' interdependência. A instrumentalização do texto literário, no seu pretense prazer estético, modelo do 'belo' e do que tem *qualidade* levou recentemente, com a esfera de animação à leitura e a necessidade invocada de fazer e ganhar leitores, a estratégias de adiamento em vários espaços sociais, aparecendo uma maior abertura do leque de leituras, sobretudo nas primeiras fases do ensino escolar, ficando a aprendizagem do cânone para etapas mais avançadas do ensino.

Conformar e estudar um cânone, determinar nele os nutrientes fundamentais do mesmo, elaborado sobre a base de parâmetros entendidos como beleza, verdade, representatividade estética e/ou nacional, qualidade... foram e em boa medida são, todos juntos, ou singularizados alguns, os objetivos fundamentais da historiografia literária. E isto, sem esquecer um dos mais poderosos instrumentos de conceitualização (e reconstrução *pro domo* dos conceitualizadores) do passado (e, assim, de elaborador da 'memória coletiva'), a periodização, que talvez seja uma das formulações que com maior prioridade devem ser revistas, à luz dos parâmetros com que se conformar o objeto de estudo: a classificação do passado, muitas vezes realizada em função dos interesses dos grupos com maior domínio no sistema, ou o estabelecimento de determinados conceitos (modernidade e Pós-modernidade, por exemplo), precisam de uma urgente revisão. E essa historiografia literária, convertida em matéria de aprendizagem escolar, alicerçada na crença dos seus elaboradores e transmissores, no sentido de estes entenderem realizar uma missão boa *per se* e sublime, acaba, por sublimação, em serventia aos detentores do poder político. Instaurou-se, assim, em muitas dessas atividades, um aparente paradoxo poucas vezes desvendado: o de haver professores e historiadores, estudantes de literatura, etc. que julgam trabalhar para

a defesa da estética, a beleza e/ou o conhecimento histórico como atividade autônoma (em que explicariam *a literatura*), enquanto, uma vez fixado um cânone resultado das projeções interessadas dos construtores de determinada ideia nacional, estes não vêm ameaçada essa construção, por mais que em muitas ocasiões aqueles utilizem autores e textos como armas de arremesso contra *o poder*. O acordo fundamental sustenta-se na existência dum cânone, mantido, com poucas variações e com alto grau de anuência, polos que impõem as suas normas tanto nos campos culturais como no do poder, e que conhece na instituição escolar o pacto de manutenção e transmissão mais poderoso. Todas as interpretações e atividades que se realizarem com esse cânone (por exemplo, digamo-lo burdamente, utilizá-los como pró- ou antissistema político em ocasiões), é um fenómeno claramente secundário e de outra índole a respeito dessa função primordial, que se mantém oculta: a de manter e projetar determinada identidade nacional ao conjunto da população, a quem lhe é imposta, certamente, mas que aceita em muitos casos, dado o alto grau de violência simbólica que porta e o seu co-relato com as imposições de índole político-jurídica e económica em que se inserem. O alto grau de subjetividade que, habitualmente, os estudos literários historicamente comportam, em que a receção individual se mistifica com a análise literária [e em que professores, teóricos e críticos (se) constroem socialmente como especializados leitores por antonomásia], secundariza ainda mais a sua atividade.

Ou melhor, todas as interpretações e atividades que se realizarem com esse cânone, menos uma: a que evidencie o seu carácter radicalmente histórico, impositivo e construído, dependente dos detentores de poder. Não a que persiga alargar o cânone, ‘abri-lo’ como tantas vezes se tem dito, porque a esse alargamento subjaz idêntico propósito de imposição e domínio, de ‘representatividade’ dos interesses dos seus proponentes. A pura existência dum cânone, transmitido através da instituição escolar e doutros meios de educação formal, informal ou não formal, é um dos exemplos mais expressivos

do caráter dominado que o campo literário, como os campos culturais em geral, têm a respeito do campo do poder. Mesmo que a sua formulação fosse resultado da radical autonomia do campo literário (que não o é), em que os membros do mesmo impusessem as suas regras, a existência de hierarquias sustentadas no caráter (mais) legítimo duns textos e autores sobre outros, implica sempre o domínio e o poder. Como também, a imposição de determinados autores e textos de determinados países mais poderosos⁴⁷. E necessita das redes comerciais, das plataformas transmissoras educativas, do ensino, etc. para impor-se no espaço social em que se desenvolva.

Toda a pesquisa e todo o ensino regrados e remunerados, de qualquer disciplina, devem ter um componente heterónimo importante, entendido como serviço ao progresso da comunidade. Devem produzir conhecimento para as pessoas poderem beneficiar dele e aumentarem a sua qualidade de vida. Na verdade, esta formulação pode ser plausível para qualquer leitor ou leitora. Ora, a questão está ainda por resolver, no caso que nos ocupa, porque o entendimento dessa produção de conhecimento e dessa qualidade de vida, pode ser diverso. Cabe indicar que a questão não é, à partida, de método ou do quadro teórico, nem de abordagem. É de objetivos e interesses.

Os estudos literários vão caminho dum menor peso nas esferas do ensino e do espaço social em que se inserem. A doxa própria do campo do ensino e a investigação da literatura faz com que seja difícil surgirem meninos que apontem que o estudo da literatura vai nu, e que não façamos caso dos meninos que o apontam, por considerarmos esses meninos ou impuros ou pouco sábios, e não paradoxalmente.

⁴⁷ Por exemplo, notemos que cada vez será maior o fenómeno da emigração e do fluxo de pessoas deslocadas dos seus lugares de origem: a historiografia literária pode contribuir para o conhecimento e desconstrução dos procesos de canonização, e, no que eles têm de projecção de valores, evidenciar uma importante relevância para a integração e a coesão sociais.

Isto conduz, igualmente e ao lado doutras observações feitas, a uma tomada em consideração do objeto de estudo em espaços supracomunitários ou nacionais, focando e comparando estes aspetos, para uma melhor consecução dos objetivos historiográficos.

Talvez isto contribua para reformular o objeto de estudo do ensino e a investigação da literatura, certamente em crise na atualidade. Essa crise provém, entre outros fatores, da perda de importância que a literatura tem como atividade cultural na sociedade e na perda de funcionalidade que a literatura tem na conformação da identidade. *A Antiga Aliança*, entre o poder e os agentes da literatura, quebrou, mostrando o caráter instrumental que estes tiveram a respeito desse poder, agora substituídos por outras muitas fórmulas identitárias, de manutenção da identidade. Como antes indiquei, já no no 1993 Miklós Szabolcsi y György M. Vajda, aludiam à crise interna da historiografia literária (1993, XX/2: 9-10).

De todas as formas, a certa caracterização da crise dos estudos literários enunciada por Szabolcsi e Vajda não deve fazer perder de vista que, precisamente, é a doxa inscrita no próprio campo dos estudos literários a que impediu, e ameaça com impedir no futuro, a necessária reconversão para a qual fago aqui algumas propostas. O sociólogo Pierre Bourdieu definia nas suas *Méditations Pascaliennes* (1997: 67), o centro dessa situação recorrendo ao conceito de *epistémocentrisme scolastique*, na linha da sua análise sobre a disposição escolástica, sobre as projeções, metadiscursos e metapráticas gerados pelos participantes desse epistemocentrismo.

Vemos, assim, que essa esclerose no campo dos estudos literários obedece, em boa medida, ao tipo de investigação que nele se considera *o pertinente*, e à incapacidade que os estudiosos temos de explicar como funcionam as atividades literárias nos espaços sociais que as acolhem.

Desvendar esta doxa e aqueles mecanismos impositivos historicamente parece-me uma tarefa primordial do estudo da literatura e da cultura, da historiografia literária. Um desses mecanismos radica na própria imposição da atividade literária de determinadas elites culturais como atividade legítima a respeito de muitas outras e em contraposição com as de outras classes e grupos sociais. Essas elites, com independência das suas ideias e interesses internamente

contrapostos, sustentam o seu poder simbólico nessa legitimidade. A pugna existente entre “românticos” e “realistas” na segunda metade do século XIX português, baseia, antes de mais, a sua importância social em ser a atividade cultural de maior legitimidade da época entre as elites em disputa. Nenhum dos interesses em jogo pôs em causa a atividade literária porque ela constituiu uma estrutura de poder. Precisamente, como já avançámos, o surgimento doutras atividades culturais, legitimadas por grupos sociais homólogos, que o eram (ou são) também da atividade literária, na pugna por alcançar posições legítimas, coloca os campos literários, na atualidade, numa situação de menor privilégio que a que detinha quando não apareceram o cinema ou a fotografia como atividade artística, por exemplo; e quando outras atividades de lazer não passaram a ocupar posições mais relevantes (e legítimas) nos grupos sociais que a sustentavam. O fluxo de produtores entre os diferentes campos (do romance ao roteiro cinematográfico, v. gr.) manifestam esta situação. À historiografia literária/cultural abre-se assim um campo de investigação importante, na deteção da construção dessas hierarquias, das suas invariantes e modificações, ao longo da história, pondo-as em relação com as circunstâncias do campo do poder e do espaço social em que têm lugar. E, do mesmo modo, cabe a análise da construção do gosto através da literatura; das modificações (ou não) do gosto que se operaram historicamente nos grupos que ocuparam posições dominantes no campo do poder e no campo literário, nas eventuais variações que tiveram lugar na natureza e composição desses grupos, como também nos gostos das diferentes grupos que conformam um espaço social determinado.

Esta vertente da literatura e do seu estudo deve conetar-se com outra focagem, ainda, como no caso anterior, nos inícios da sua construção metodológica e da sua prática. Refiro-me à perspetiva que analisa a produção literária como fabricadora de ideias, e que tem em Itamar Even-Zohar (2000b, 2002a, 2003a, 2005) o mais relevante investigador que conheço. Assim considerada, a literatura é passível de ser entendida como uma atividade que influi na atitude

e comportamento das pessoas, na conformação do seu *habitus*, que contribui para elaborar, promover, reforçar ou não determinadas fórmulas vitais que funcionam ou podem vir a funcionar num espaço social, e onde, outra vez, a consideração das suas relações com o campo do poder devem estar presentes. Els Andringa e Margrit Schreier (2004) sintetizam algumas análises feitas neste sentido, num trabalho-resumo francamente interessante e que abre várias perspetivas, entre elas a do volume de título já ilustrativo: *The Relationship of Fiction and Life*, editado por R. M. Polhemus e R. B. Henkle em 1994, cujo conteúdo principal Andringa e Schreier (2004, 161) explicam assim: “In many of chapters, questions of representation and interpretation of the (historical) world constitute the point of departure: how, for example, the composition of a work may reflect social reality or the author’s struggle for life. “‘Life’ in this book”, esclarecem, “is the historical or personal world from which a work derives or to which it refers”. Com uma orientação diferente, mais virada para a elaboração de ideias das elites para as suas comunidades, o próprio Even-Zohar tem estudado alguns casos (por exemplo, 1996a, 1996b e 2003b). No Grupo GALABRA da Universidade de Santiago de Compostela, a que pertença, trabalhou-se, desde os projetos Poluliga e Fisempoga polo protossistema literário galego entre 1968 e 2000, analisando, entre outros fatores, o seu relacionamento com o Portugal e o restante mundo lusófono, as ideias que se foram construindo nesses anos (sobre a Galiza, a língua, a identidade, etc.) e o seu grau de triunfo e proeminência no campo literário da atualidade, comparando os resultados com os princípios programáticos dos grupos políticos em causa e com as considerações e usos que funcionam na sociedade galega atual⁴⁸. E nessa análise,

⁴⁸ Nota de revisão: Desse projeto, acabaram, entre outros trabalhos, por serem defendidas as teses de Roberto Samartim (*O Processo de Construção do Sistema Literário Galego entre o Franquismo e a Transição (1974-1978): Margens, relações, estrutura e estratégias de planificação cultural*, publicado como *Mudança política e sistemas culturais em construção da (idea da) Galiza entre 1974 e 1978*, Santiago de Compostela, Laiovento, 2017) e de Cristina Martínez Tejero (*Discursos sobre Galaxia*.

tentando determinar o grau de importância que a atividade literária teve na construção das ideias indicadas circulantes na Galiza. Doutra ponto de vista, mas sempre nesta linha de investigação enunciada, no ano 2006 ia começar-se, ainda que finalmente, não foi possível, a desenvolver-se um projeto de investigação sobre o ensino da língua e literatura galega no nível secundário na Galiza, que nos permitisse conhecer em que medida esse ensino (considerando todos os factores e agentes intervenientes) incide na vida das pessoas, na sua visão da Galiza, nos seus usos linguísticos, etc. E isto, pondo em relação com a formação recebida polos docentes. Entre outros, eram fatores importantes no objeto de estudo desta pesquisa, cruzando-os com as ideias investigadas, a extração e a trajetória sociais das pessoas, a sua consecução de posições exitosas (subjativa e objetivamente consideradas), a sua escala de valores, o meio e a povoação em que estudaram ou mora(-ra)m e os seus hábitos de ócio que tivessem a ver direta ou indiretamente com as ideias visadas.

Porque a instituição escolar é o principal veículo de canalização dos trabalhos historiográficos no campo da literatura, entendo que a investigação neste campo deve ser um dos núcleos fundamentais de pesquisa. Na análise de programas, leituras, perspectivas didáticas, naturalmente; mas também na análise de qual a conceção historiográfica utilizada, como ela interatua e é feita interatuar com os interesses dos estudantes ou se através dela se tenta produzir novos interesses, quais os objetivos perseguidos e em que medida eles têm a ver com a escala de valores posta em prática polos estudantes em todos os níveis do ensino e na consideração da sua trajetória vital. A comparação com outras disciplinas docentes, como a história e a geografia, e, no caso descrito, com a docência da língua e a literatura espanhola, faz-se extremamente pertinente, para poder situar e contrastar as ideias fabricadas desde a docência da língua e a literatura

Conhecimento construído e novas perspectivas de análise em Ciências Humanas para sistemas em processo de emergência, 2014), que obtiveram a máxima qualificação.

galega, no caso; ou da língua e literatura portuguesas ou qualquer outra.

Esta classe de análise da atividade literária como fabricadora de ideias pode igualmente auxiliar o conhecimento dos processos sociais ao longo da história duma comunidade, dos valores e atuações dos seus diferentes grupos. De igual maneira que a literatura contribuiu e contribui para a coesão e imaginário dum agregado humano, também através dela foram elaboradas e promovidas formas de lazer, variadas atitudes vitais, transformações sociais. Por voltar ao exemplo dado de “românticos” e “realistas”, por trás de assuntos vistos como epitelialmente estéticos, assomam modos diversos de entender a sociedade, as relações amorosas ou o progresso científico; conceber e promover uma literatura para “entreter” ou “transformar” (aceitando agora este esquematismo), envolve igualmente uma maneira de entender(-se) a respeito do campo do poder, uma diferente funcionalidade a respeito das lutas que nele se produzem e, também, um determinado modo de entender o que seja a literatura e a ‘boa’ literatura. Uma esfera de pesquisa especialmente importante para a historiografia literária pode radicar-se na elucidação das eventuais mudanças surgidas em determinados grupos sociais através da produção literária/cultural: de que forma, por exemplo, o tratamento das relações amorosas interclasses promovido por determinadas obras românticas, contribuiu/inteatuou para modificar ou fomentar essas relações e para por sua vez promover medidas políticas, programáticas ou legislativas, no campo do poder; ou como textos e canções de intervenção alargaram o número de ativistas e opositores a regimes ditatoriais ou coloniais e perfilaram uma autoimagem da comunidade, como também determinaram os seus gostos e considerações da (boa) literatura e da (boa) canção.

A crise dos estudos literários e, em geral, de ‘Humanidades’, que radica, ficou dito, na inter-relação entre fatores inscritos na história do campo e as transformações existentes em – as lutas em – o campo do poder e no espaço social dão como resultado uma importante

diminuição dos estudantes ‘de letras’ e da sua motivação e, mesmo da sua qualificação (os Cursos de Letras estão nutridos, na sua maior parte, por estudantes com as piores qualificações ao longo do seu historial escolar, que já não aspiram ou não conseguiram entrar, em muitas ocasiões, a Cursos universitários onde era requisito não ter abaixo duma determinada qualificação de acesso⁴⁹). Polo que conhecemos, em âmbitos como o galego, o português, o europeu, o brasileiro, os estudos literários (sobretudo aqueles em que estes não fazem parte complementar doutros Cursos) apresentam, quer seja no ensino secundário quer seja no universitário, uma perda progressiva de estudantes e de peso relativo a respeito doutras disciplinas. Certamente, cada caso aludido apresenta razões particulares e exclusivas, mas é comum a todos eles o desinteresse crescente que este tipo de estudos gera. A situação mudou de maneira extraordinária em pouco tempo. Trinta, ou, inclusive, quinze anos antes em alguns casos, os estudos literários pareciam manter um vigor importante. Já tentei expor alguns dos fatores, tanto de caráter endógeno como exógeno que me parecem aumentar esta perda progressiva. Não conheço monografias relevantes e específicas sobre este assunto, mas consultas e práticas avulsas e alguma observação podem conduzir-nos a indicar que esse comum desinteresse está motivado polo atrativo e as expetativas laborais que produzem outros estudos que se mostram, ao mesmo tempo, melhor inseridos na dinâmica social e profissional (não, estritamente, no ‘mercado’) de cada âmbito. Para o caso espanhol, um importante inquérito realizado pola “Fundación BBVA” (2003), considerando o universo de estudantes do espaço social

⁴⁹ Os perfis de estudo desenhados pola legislação para aceder à educação superior indicam que, na Galiza e durante o ano 2002-2003, das cinco áreas de estudo em que se dividem as vias de acesso à Universidade os estudantes que escolheram a via das Humanidades não ultrapassaram 15%, enquanto os que tomaram a via Científico-tecnológica e das Ciências Sociais supunham 25% cada um, não chegando a de Arte a 10%. A via de Humanidades é a única que dá acesso aos estudos universitários de Filologia, mas, juntamente com outras, permite aceder a estudos que supõem 50% do total de estudantes matriculados no campus compostelano, por exemplo. Mas os seus conteúdos específicos (História da Filosofia e Latim) não pareciam ser de grande atrativo para os estudantes.

espanhol, revelava que os estudantes de Humanidades (que inclui estudos de Humanidades: Filosofia, Educação, Belas Artes, Filologia, Geografia, História e Pedagogia) eram os menos satisfeitos com o Curso que realizavam (55,9%), situando-se em mais de 6 pontos abaixo da média (62,1), que atinge perto de 70% nos Cursos denominados Técnicos e nas Ciências da Saúde: À pergunta “¿Hasta qué punto estás contento con la carrera que estás estudiando?”, manifestavam satisfação com ela 55’9% dos estudantes de Humanidades, 69% das Ciências Técnicas, 59’1% das Ciências Sociais e Jurídicas, 65% das CC. Experimentais e 69’5% das Ciências da Saúde. Nas respostas dos estudantes, não parece que a carga letiva seja determinante no âmbito das Humanidades, comparativamente, porque são os que menos tempo dedicam a estudar (11’3% horas/semana frente a uma média de 12’9 no conjunto dos universitários) e mais parecem salientar-se razões de insatisfação com os conteúdos ministrados, que os convertem nos estudantes que enfrentam o seu futuro com maior desesperança. Os estudantes de Humanidades que consideravam que a formação que se lhes proporcionava em relação ao vínculo laboral que podiam vir a ter era insatisfatória situava-se em 70’1%, quando a média de insatisfação do conjunto estava em 63’8%, enquanto só 25’1% a interpretava como satisfatória numa média global de 29’8% de satisfação do conjunto.

O inquérito não oferece dados sobre as suas expetativas prévias mas perfila um tipo de estudante de Humanidades, o mais interessado, de entre todos os universitários, nos assuntos públicos e na dinâmica social; é o estudante que manifesta atitudes mais críticas a respeito do sistema, o que mais participa nas associações e organiza o maior número de atividades culturais, e cujo objetivo fundamental é ser competente na sua profissão face aos colegas das Ciências Sociais e Jurídicas, Experimentais, da Saúde ou Técnicas, cujas prioridades são formar família ou ter sucesso profissional.

Tudo parece indicar que as Humanidades não respondem na atualidade às expetativas dos estudantes. Sempre no âmbito espanhol,

do que temos mais dados, um trabalho de Felipe Sáez Fernández y Ramón Rey Boullón (2000), revelava que os formados em Filologia, considerando a relação entre conhecimentos e tarefas, oferecem uma valorização média desses estudos, dentro do conjunto universitário, por cima dos formados em Direito, Biologia, Químicas, Filosofia e Geografia e História. Mas o que salienta como mais importante para nós desse estudo é que, sendo a principal dedicação dos filólogos a docência, esta não ultrapassava metade do conjunto, ficando em 44%; 23% está dedicado a “atividades de asesoría y consultoría”, e são outros âmbitos profissionais dos filólogos os de “servicios personales”, “ocio”, “hostelería”, “gestión y administración”, “comercio”, “distribución y comunicación”.

E que tem a ver a reorientação da historiografia literária em isto tudo? Uma análise dos dados antes anotados, a respeito das possibilidades laborais dos formados em Humanidades, e das novas procuras profissionais e sociais, refletidas em parte na emergência e ascenso dos índices de profissionalização em atividades não docentes por parte de pessoas com formação linguístico/literária/cultural, mostra a necessidade de responder à formação ou reciclagem de profissionais presentes ou futuros em âmbitos como o desenvolvimento de atividades dedicadas ao património cultural, tanto imaterial como material (e aos seus processos de mercantilização e hierarquização, vid Mc Crone et alii, 1995), turísticas⁵⁰, de animação sociocultural, de técnicos de cultura, de jornalismo especializado, de consultor de empresas públicas ou privadas, ou do mundo editorial. Para isto, devem reorientar-se os estudos sobre a base de análises rigorosas do ponto de vista sociológico (com auxílio da sociocrítica⁵¹), que

⁵⁰ Note-se, para ilustrar com um exemplo, que o turismo na Galiza é crescente fonte de ingressos, que o turismo cultural joga um papel de importante magnitude nele, sendo, aliás, Portugal, com mais de 20%, o país que acarreta o maior número de visitantes: um conhecimento das potencialidades da elaboração de imagens da Galiza através da literatura e dos interesses e valores culturais dos portugueses, pode colocar-se ao serviço duma atividade destas características.

⁵¹ Recomendo, por exemplo, e como amostra de possibilidades, as considerações teóricas e aplicações de alguns trabalhos inseridos nos Vols. XVIII: 2 e XIX da revista

tornem possível uma historiografia literária tendente a um maior conhecimento da construção de valores em cada comunidade. A consideração da literatura como património, como atividade cultural, como rede socioeconómica (Torres, 2004c), permitirá promover, ao mesmo tempo, uma investigação destinada a atividades e ações de desenvolvimento económico e cultural, vinculando-as a atividades de defesa e promoção do património, turismo cultural e integração social, no quadro da globalização e do fluxo de pessoas, na medida em que uma historiografia deste tipo desvende o caráter construído e impositivo dos cânones em curso, assim como as ideias e valores por eles elaborados ou neles projetados.

Necessariamente, este tipo de orientações dos estudos literários implica reformulações e prevenções fortes. Entre estas, a mais importante passa por não converter a atividade investigadora em subserviente dos interesses lineares dos agentes intervenientes no campo do poder (lembre-se a proposta da “universidade sem condição” de Derrida, 2002, a que aludíamos no primeiro capítulo). As reformulações passam, em minha opinião, pela aplicação de metodologias adequadas para a consecução desse fim. Exigem trabalhos em equipa, projetos bem concretizados e delimitados, considerações alargadas do objeto de estudo (não reduzido ao ‘puro literário’ mas perspetivando os fenómenos do ponto de vista da cultura) exaustivos trabalhos de campo, importante cooperação com outras disciplinas, como a sociologia, a antropologia, a geografia, a história ou a economia, e recursos materiais e humanos que, certamente, muitos dos nossos centros de investigação não estão em disposição de fornecer. Em boa medida, tudo está por fazer, mas começa a haver reorientações, mesmo de revistas especializadas no âmbito ‘literário’, que visam já estes objetivos, caso da citada *Poetics Today* ou da *Poetics* (vid. para este caso o volume 32, número 2 de

Sociocriticism, 2003, 2004, particularmente, os de Antonio Chicharro e Sonia Marta Mora Escalante, para o caso que nos ocupa.

2004). Mas, o que me parece mais pertinente, é que os próprios investigadores reflitamos sobre a situação atual e comecemos a construir novas fórmulas de análise e intervenção, que permitam superar as carências, insuficiências e perversões que no nosso campo se foram elaborando ao longo do tempo, para conseguir a emancipação e, sim, a utilidade da nossa atividade.

**CONTRIBUTOS SOBRE O OBJETO DE ESTUDO
E METODOLOGIA SISTÊMICA.
SISTEMAS LITERÁRIOS E LITERATURAS
NACIONAIS**

O presente capítulo quer oferecer uma análise das possibilidades de adotar um olhar sistêmico na consideração da história literária e da elaboração historiográfica, sobre a base das críticas e formulações precedentes.

I. Sobre funções e objetivos da análise

Como em qualquer processo comparativo de literaturas (sem esquecer as oraturas), o simples enunciado da questão reclama à partida algumas das tomadas de decisão centrais que, a meu juízo, esta análise comporta. Com efeito, em cada um dos complexos a comparar, pode considerar-se a literatura *num* espaço social ou a literatura *dum* espaço social. O primeiro elemento remete para as atividades literárias que têm lugar nesse espaço, interpretado como um espaço geo-humano delimitável. O segundo fixa essas atividades literárias como um conjunto vinculado ou pertencente a um determinado grupo que se delimita e reconhece em função da compartição de ideias, características e/ou elementos que, no seu conjunto, são exclusivas do mesmo (o que, normalmente, remete para a consideração da literatura regional/nacional). O resultado destas duas

delimitações, condicionantes do objeto de estudo a selecionar, pode ainda atingir um grau importante de complexidade se, pelo menos em determinadas fases, a delimitação e/ou conformação do espaço social não tem a unanimidade dos seus membros, particularmente daqueles que têm algum poder e estão interessados no seu exercício, como também se essa delimitação mudou ao longo do tempo. Isto implica que, em muitas ocasiões, a própria definição da literatura comunitária/nacional⁵² esteja em causa, porque, nesses contextos, é o realmente importante: ‘a ideia de nação e o poder sobre ela’, o que está em jogo. Ou se, como acontece com a Idade Média, a mesma consideração das literaturas nacionais/regionais/etc. não existia da maneira em que depois se reconstruiu e eram mui poucos os indivíduos abrangidos por determinadas práticas literárias (como as dos trovadores de corte, por exemplo), mas cujo poder simbólico acabou por impor-se como representante legítimo da literatura da Idade Média para algumas comunidades.

Doutro ponto de vista, o objeto de estudo e o conseqüente corpus a considerar, remete de modo imprescindível para os objetivos da análise, o que se prende, também, com o próprio conceito de literatura. De maneira quase circular, são os objetivos da análise os que colocam outra questão de relevo: a pertinência, se se quiser, o interesse, da comparação e a sua plausibilidade. Opino que qualquer ‘literatura’ pode ser suscetível de comparação com qualquer outra, mas o cerne da questão é o proveito que da comparação possa extrair-se e se esse proveito é atingível com os recursos de que se disponha.

Em minha opinião, o estudo da literatura deve focar-se, necessariamente, como atividade que incide na vida das pessoas (em cada momento determinando o público alvo e o real), seja no seu lazer ou no seu modo de ver e actuar no mundo. Não faz sentido,

⁵² Utilizarei o termo literatura *nacional* por ser a questão da nação a mais expressiva dos assuntos tratados e dos eventuais conflitos a que seu uso e prática dão lugar mas podem ser muitas as esferas de delimitação da ‘literatura duma comunidade’, não necessariamente articuladas com a ideia de nação.

penso, o estudo das produções literárias se elas não se puserem em função do agrupamento humano que as usa ou que por elas se vê condicionado. São as funções da literatura⁵³, as que devem ser, pois, atendidas como objetivos da análise, nelas estabelecendo a hierarquia qualitativa que esses objetivos definam ou que do próprio estudo se deduza. De aqui relevam duas vias de pesquisa: o estudo das dinâmicas literárias ao longo da história, sem prejudicar objetivos concretos, ou a determinação apriorística dos mesmos.

A primeira linha, a do estudo da construção e dinâmica dos campos literários (também tomando em consideração a própria ideia de literatura em cada momento), conduz, da perspectiva sociológica em que quero situar-me, a analisar as regras que os regem, os repertórios em jogo e as posições e funções dos diferentes agentes em causa, tudo tendo em conta as suas inter-relações com outros campos, nomeadamente os que podemos definir, alargadamente, como culturais, e, necessariamente, com o campo do poder. Isto, mesmo colocando a hipótese de considerar, ao longo do processo histórico, se o próprio campo existe, e onde o recurso ao conceito de figuração de Norbert Elias (2001: 27-59, por exemplo) parece-me da maior utilidade complementar para essa fixação. A segunda linha coloca, de início, o problema da tal determinação apriorística de hipóteses ou de objetos cuja relevância está por resolver em cada fase estudada. Naturalmente, ela pode ser corrigida determinando os interesses e funções atuais da literatura, assim aplicando-se ao conhecimento do seu processo constitutivo até aos nossos dias. Ou, dum ponto de vista similar, ainda que mais restritivo, cingir-se a determinados usos e funções da literatura reconhecidos previamente como importantes na vida das pessoas, individualmente, ou da comunidade no seu conjunto; ou, também, determinar o conjunto de obras e autores que

⁵³ Na via aberta, por exemplo, por Norbert Elias. Roger Cartier, no seu prefácio a *A sociedade de corte* (2001: 7) sintetiza assim o objeto de estudo proposto por Elias: “estudar não um rei mas a função de rei, não a ação de um príncipe mas a rede de pressões na qual ela está inscrita”.

acabam por ser seleccionados como os de ‘maior qualidade’ e/ou ‘maior representatividade’ e impostos como tais legitimamente, e daí deduzir as projeções que neles são feitas como expressivas de determinados valores, também comunitários. Para o primeiro dos casos enunciados, uma das funções relevantes da literatura tem sido (e ainda o é) a de configurar, direta ou indiretamente, na comunidade atingida, umas determinadas ideias sobre a ‘arte’ e sobre a autoconsideração da própria comunidade. Porque todo o texto, pelo facto de ser considerado literário, comporta, para quem essa qualificação aceita, uma ideia sobre a vida e uma ideia sobre a arte, nutrindo assim as escalas de valores dos utentes. No caminho da formulação antes indicada sobre a literatura e as relações com o seu espaço social, logo se desprende que um uso continuamente praticado com textos, autores, instituições, etc., é o de servir de expressão da nacionalidade ou, mais genericamente, o de ser a produção literária e, sobretudo, o discurso sobre a mesma e os seus produtores⁵⁴, um dos modos de elaboração identitária. Certamente, o simples repasso à historiografia literária de cada comunidade em causa, mui particularmente o uso escolar (um dos campos mais importantes de extensão e imposição de ideias culturais na comunidade, pelo menos até ao aparecimento de meios de comunicação de massas) da literatura evidencia esta função como primordial. Obviamente, atender a esta dimensão não implica a consideração da atividade literária como só a dedicada à problemática da *comunidade/nação*. Antes pelo contrário, trata-se de ver como e em que medida a atividade literária serviu e serve para alicerçar um imaginário sobre a própria consideração dos seus agregados humanos e sobre a sua realidade, em todas as dimensões. Este trabalho implica igualmente a atenção sobre a própria tradição literária, sobre a elaboração do entendimento dos próprios *modos de ser* literários, dos elementos que configuram as crenças dos actantes

⁵⁴ Naturalmente, historiadores e intelectuais jogam um papel fundamental para este tipo de construções. Sobre as tarefas que se impõem os historiadores da literatura a respeito da *literatura nacional*, pode ver-se Chernov (1991).

sobre o próprio sistema e dos seus condicionantes. Por exemplo, como atuam obras e autores considerados fundacionais ou expressões por antonomásia da comunidade nas próprias crenças sobre o imaginário da comunidade, como também na perspetiva sobre as formas literárias: o facto de a obra e a figura de Rosalia de Castro (particularmente *Cantares Gallegos* e *Follas Novas*) serem elevadas a essa classe de categorias, condiciona em determinados setores a sua visão e uso sobre *o modo de ser da literatura galega* e, ainda, da *galecidade* e da Galiza (lírica, popular, rural, lastimeira ou reivindicativa, social..., paisagens, terra, meio humano, etc.), em ocasiões de maneira contraditória e refletindo os diferentes interesses dos grupos *interessados*; e até chegando a incidir de maneira forte nas práticas dos grupos políticos e sociais. Os casos de Cervantes e de Camões (v. gr., *El Quijote* e os seus personagens Quijote e Sancho como ícones dum alegado caráter e atitude *espanholas*, ou *Os Lusíadas*, como texto épico que recolheria as características essenciais da *pátria portuguesa* e do seu orgulho nacional) ilustram com maior peso e alargamento histórico isto mesmo, também nas formas literárias utilizadas, que por vezes nutrem a própria perspetiva sobre os distintivos ou identificadores de cada tradição da estética literária⁵⁵.

O caso da Península Ibérica, em minha opinião e até onde o meu conhecimento alcança, reclama uma prévia atenção a estes potenciais níveis de análise, elevando a sua dificuldade em alto grau e em várias dimensões. Um primeiro problema radica, como aponte, na determinação das entidades a comparar; dos espaços sociais em causa. A consideração duma denominada literatura comparada ibérica pressupõe uma prévia focagem do espaço geo-humano ibérico como delimitável. Mas, e tentarei dar alguma resposta metodológica na continuação, esse quadro ibérico integra por sua vez variados

⁵⁵ Só como expressão disto, pode ver-se duas obras quase contemporâneas para o caso português e para a perspetiva do relacionamento hispano-luso: A obra de Fidelino de Figueiredo, *Características da Literatura Portuguesa*, de 1914 (3ª ed. Lisboa, Liv. Clássica Ed., 1923) e *Por tierras de Portugal y de España* de 1911 (6ª ed. Colección Austral, Espasa-calpe, Madrid, 1964)

grupos que se consideram diferentes entre si e em função disso atuam, formalizando ou não politicamente essas diferenças, e elas sendo mudadas quanto ao seu espectro de intervenção ao longo do tempo (*portugueses* a respeito de *Espanha*, ou *catalães/pessoas dos Países Catalães* em *Espanha*⁵⁶, por exemplo); e conhece vinculações históricas com outros espaços geossociais onde, durante séculos, funcionaram os mesmos vínculos que uniam os moradores no espaço social matriz (os diversos espaços sociais latino-americanos com relação a Espanha ou Portugal, por exemplo).

II. A delimitação entre sistemas

Para dar conta dos potenciais objetivos da comparação na linha enunciada e abranger da melhor maneira os problemas que a comparação entre literaturas da Península Ibérica comporta, o quadro metodológico desenhado por Itamar Even-Zohar desde a sua teoria dos Polissistemas e os seus desenvolvimentos ulteriores para a análise da cultura (1990, 1997, 2000b, 2002a, 2003), e os de Pierre Bourdieu derivados da sua teoria do campo (por exemplo, 1991) parecem-me do maior rendimento. Com efeito, o entendimento da atividade literária como uma rede heterogénea e dinâmica, conformada por uma série de macrofatores: instituição, mercado, produto, repertório, produtor e recetor, permitirá, em cada caso, atender as estruturas dos campos em foco, e as posições e funções ocupadas polos diferentes intervenientes neles, como também os modos de relação do campo literário com o do poder.

A consideração de Even-Zohar prevê o estudo da atividade literária ou cultural num espaço social dado, em que funciona um

⁵⁶ Utilizo o itálico com a vontade de fazer transparecer nas entidades assim marcadas, não uma 'essencialidade' mas como a hipótese duma crença ou duma imagem sobre o outro (e sobre o próprio) de cada um dos agentes ou grupos considerados, que pode ter homologações ou não de índole política, administrativa ou social.

dados sistema. Isto implica que, para o caso da Península Ibérica que nos ocupa, os conflitos e confrontos existentes, por exemplo, num dado espaço social definido como catalão ou galego, se situam no nível repertorial, onde o uso duma língua ou outra, por exemplo, seriam componentes de cada repertório em jogo e conflito⁵⁷. Cabe, assim, a análise do objeto de estudo que se definir no espaço social ibérico tendo em conta esses diferentes repertórios. Ora, entendo que é pertinente operar com uma variável nocional (ou, de nível de análise) do seu conceito de (polis-)sistema: o da consideração das diferentes redes delimitadas por determinadas balizas ou, num dado espaço social ou sociopolítico comum, dos agentes e grupos que concorrem nesse mesmo espaço polo domínio sistémico do mesmo, por imporem a sua rede e/ou apoderarem-se da do concorrente. Essa delimitação e/ou esse conflito é aqui focado (sem contradizer a visão zohariana) como delimitação e/ou conflito entre sistemas (noutro nível, de repertórios num sistema), evidenciando a articulação entre sistema cultural e campo do poder e, em parte pelo menos, o papel das lutas naquele nos objetivos dos grupos em confronto neste. Isto, assim, manifesta o carácter construído que essa articulação porta, violência simbólica que deve a sua neutralização em sistemas considerados ‘normalizados’ à elaboração e imposição duma ‘crença comunitária’, duma visão de articulação harmónica entre o espaço social, as balizas do seu sistema cultural e o corpus identitário que legitima os domínios no campo do poder. Esta distinção é a que nos permite falar, por exemplo, do sistema literário português delimitável dos outros sistemas e dos outros espaços sistémicos, do sistema literário francês ou do colombiano, e não fazê-lo sinónimo do sistema literário em Portugal, na França ou na Colômbia.

⁵⁷ Algumas das seguintes reflexões, visando apresentar o quadro metodológico do *Projeto Poluliga* – “Portugal e o mundo lusófono na literatura galega (1969-2000)” – foram expostas no VII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, celebrado na Universidade de Brown, em Julho de 2002, sob o título “O estudo do mundo lusófono no sistema literário galego: bases metodológicas para o estudo dos sistemas emergentes e as suas relações intersistémicas” e cujas atas estão acessíveis em lusitanistasail.press/index.php/ailpress/catalog/book/25.

Quase é regra geral que todo o sistema literário ultrapassa o espaço social e político originário da sua atividade; e pode mesmo, hipoteticamente, não atingir a todas as pessoas ou âmbitos do mesmo, como pode atingir, ou ser atingido, por outras pertencentes em origem a espaços sociais e políticos diferentes. Assim, devemos ter, pelo menos, em consideração três níveis qualitativamente diferentes no funcionamento de cada sistema literário: a) o espaço social em que o sistema exerce a sua capacidade institucional coercitiva sobre os indivíduos, nomeadamente, nos tempos modernos, através da escola e das leis e, em geral, do aparelho político-jurídico, mas também através de mui diversas práticas culturais, e onde os mecanismos podem ser diversos segundo as sociedades consideradas; b) o conjunto social, necessariamente diferente do primeiro, dos que ativam vínculos sustentados nas razões invocadas para delimitar os sistemas culturais (por origem, etnia, língua, etc.), em muitos casos conformando grupos relativamente compactos e próximos; e c) o daqueles que se vinculam a esse sistema sem à partida participar no mesmo espaço social nem poderem ativar esses vínculos. O sistema literário português, por exemplo, não é explicável apenas pelas atividades literárias desenvolvidas no Estado Português, devendo alargar-se essa consideração a todos aqueles que dum ou doutra maneira participam desse sistema. O italiano Antonio Tabucchi, ponhamos por caso evidente, é um importante agente no referido sistema, que não deve ser posto de parte se se quer estudar, exemplifiquemos outra vez, o campo literário português contemporâneo.

Teremos assim um sistema literário português atuante no seu espaço sociopolítico (o Estado Português) a língua portuguesa; mas esse sistema alarga-se a outros utentes fora desse espaço, a eventuais enclaves⁵⁸ (por exemplo, os dos Estados Unidos), grupos vinculados na sua atividade literária aos macrofatores do tal espaço social em que

⁵⁸ Adapto esta definição de enclave de Naftoli Bassel (1991). Pode ver-se uma síntese da noção de Bassel e a adaptação feita por nós em *Equipo Glifo* – coordenado pelo Prof. Anxo Tarrío – (1998: 72-73).

o sistema exerce a sua capacidade institucional coercitiva sobre os indivíduos, ou a recetores em língua inglesa de textos originariamente difundidos em português. Convém assinalar que, no caso dos enclaves, esta conceitualização deve ser estendida a todas as realidades que historicamente possam ser abrangidas por ela; quer isto dizer que, por exemplo, as atividades literárias que, durante séculos, tiveram lugar na América Latina durante o período em que estes espaços sociais se vinculavam a atividades ‘metropolitanas’ ou matrizes portuguesa e espanhola (período que não tem, necessariamente, que coincidir, com o da vinculação política) ou as mais recentes no caso dos países africanos ex-colónias portuguesas, devem, deste ponto de vista, ser perspetivados como enclaves, superando assim outras conceitualizações mais vagas e inexatas do tipo, “literatura luso-brasileira”, “da época colonial” ou similares. Neste sentido, entendo que pode ser rendível, sempre sobre a base da variável que proponho sobre a noção de sistema de Even-Zohar, operar com os conceitos de protossistema e subsistema ou, com o de tendências protossistémicas ou subsistémicas⁵⁹ com que no Grupo Galabra vimos trabalhando. Entenda-se por tais, no primeiro caso, a deteção de práticas tendentes à configuração dum novo sistema segregado do sistema a que está vinculado, ou, no segundo, as práticas que, mantendo especificidades a respeito do sistema originário, não pretendem impugnar a sua pertença a este (o que, provisoriamente e de forma insuficiente e esquemática, se pode fazer equivaler a ‘literaturas regionais’ tal como entendidas, por exemplo, no contexto cultural ibérico).

⁵⁹ E podemos ainda falar de *para-sistema*, em referência às redes culturais, com vínculos de partilha exclusiva entre os seus membros, que atuam e se desenvolvem num espaço social ocupado por um sistema a que não pretende substituir nem impugnar mas com o qual não se vincula de modo nenhum, do qual não faz parte. Pense-se, por exemplo, nas atividades de grupos de emigrantes que, podendo funcionar como enclaves a respeito do seu sistema matriz, fazem-no como para-sistemas em relação ao do espaço social em que se inserem. Ou, por exemplo, as atividades culturais das comunidades ciganas em muitos espaços sociais onde desenvolvem a sua vida.

O que permite balizar cada um desses sistemas, ou, segundo os casos, programas e elaborações protossistémicas⁶⁰, é o que denomino *normas sistémicas*, imposições cuja pertinência aceitam, duma ou doutra maneira, todos os agentes implicados nos diferentes sistemas culturais, para si e para os outros (na medida em que a reciprocidade é garantia de existência) e contribuem para o reconhecimento, equilíbrio e suficiência do próprio. As normas sistémicas (materiais ou regras repertoriais da perspetiva analítica de Even-Zohar) são critérios delimitadores que atuam como princípios básicos que se ativam nas práticas culturais dos espaços sociais, e de cuja interpretação e aceitação pela comunidade participante dependem as possibilidades e os modos de obter uso, posição e função nos sistemas culturais. As normas sistémicas, aliás, não apenas determinam os nutrientes da estrutura do sistema mas os modos e efeitos de serem atingidos os seus pertencentes. As normas não são, pois, um modo de identificação *a posteriori*, como tampouco uma simples marca do que é ou não é: determina em cada momento histórico o *operandum* de todos os macro-atores com que interagem no espaço social em que vigoram e são princípios básicos do manual de instruções que se ativam no entendimento e participação no tal sistema e de cuja interpretação depende o uso, a posição e a função que se faça ou tenha dele e nele. A carta de nacionalidade, umas fronteiras, aquelas balizas que antes invocávamos: (uma raça, uma língua, um lugar de nascença ou morada este e/ou outros elementos) são constituídos como normas dos (protos-)sistemas literários/culturais das comunidades. As normas sistémicas constituem igualmente um dispositivo a atuar quando se pretende situar um autor ou um texto, identificá-lo (o que não implica que, nas relações intercomunitárias, sempre vigorem as normas sistémicas do sistema de origem: um texto e um autor portugueses podem ser interpretados por um dado utente como italianos, por exemplo); mas são igualmente um dispositivo que condiciona ou

⁶⁰ No caso dos subsistemas estas elaborações se situam num nível repertorial e não sistémico.

determina a participação no sistema em causa e atua como definidor das adscrições que se pretendam: Assim, um recetor espanhol pode interpretar que *La Balsa de Piedra* de José Saramago pertence à literatura espanhola: o recetor aplicou possivelmente as normas sistémicas dominantes no seu espaço social: a língua espanhola e, eventualmente, a interpretação do nome como espanhol; pode um crítico espanhol falar do ‘escritor español de origen portugués’ José Saramago, fazendo do lugar de residência do escritor e, talvez, da sua participação no sistema literário espanhol, preponderante norma sistémica. Como pode uma editora publicar um texto em norueguês no Porto e distribuí-lo pelas livrarias de Portugal: o texto não será perspectivado como pertencente à literatura nacional portuguesa (a não ser que logrem impor o norueguês como norma do sistema literário luso...), não funcionará ou funcionará mui precariamente portanto no sistema literário português e dificilmente terá muitas vendas no espaço social em que esse sistema é dominante, como tampouco poderá incorporar-se a todos os mecanismos institucionais e mercantis de classificação e distribuição da literatura *própria*.

III. Sistema literário, protossistemas e literatura nacional. Sobre as funções coesionadoras e identitárias da literatura como objeto de estudo.

Na seleção do objeto de estudo, pode ser focado o sistema literário, nas duas delimitações antes anotadas, ou a *literatura nacional*. Sistema literário não é sinónimo de *literatura nacional* em nenhuma das conceitualizações que queiram colocar-se, quer seja do ponto de vista epistemológico como da perspectiva nacionalitária. Ocorre que os grupos ou agentes dominantes⁶¹ que conseguem impor a combinação

⁶¹ Em ocasiões, a imposição de determinadas normas é resultado da pugna entre grupos e não a aplicação linear da vontade dos grupos com maior poder. Por outro lado, deve atender-se à importante complexidade que alguns casos manifestam,

dos seus critérios delimitadores da *literatura nacional* (que implica, e isto é o decisivo, necessariamente o uso dumas *línguas nacionais*) legitimam essa imposição numa prévia configuração e imposição dos elementos que determinam o *ser nacional*, cujo exercício tendem a sustentar num determinado aparelho político-jurídico, usado também como *alfândega* da dominação. Agora, deste ângulo sistémico, podemos afirmar que o que esses agentes dominantes procuram, pois, é articular essas normas sistémicas em coerência com o que consideram, previamente, balizas definitórias da Nação. O sistema, regra geral, nutrindo-se da combinatória de elementos que os grupos dominantes consideram delimitadores do ‘ser nacional’, é articulado e articula a *memória*⁶² da Nação e esses elementos definitórios da entidade, a alfândega dos dominantes, que podem chegar a adquirir o ‘consenso’ da maior parte da comunidade nos termos que já temos tratado⁶³. E isto, lembremos, é assim porque esse consenso assenta na necessidade comunitária de possuir instrumentos e elementos comuns de reconhecimento e prática social.

A imposição desses critérios *comunitários*, *nacionais* costuma conhecer a sua homologia e dependência no campo do poder, na medida em que os agentes em luta procuram nos aparelhos político-jurídicos que estruturam o espaço social em foco a garantia da

particularmente nas lutas, num mesmo espaço social, pola imposição dum sistema frente a outro ou pela sua aniquilação. Neste sentido, convém não perder de vista que não há correlações simples nem reflexos entre as lutas pola dominação política e económica numa sociedade e as que se produzem nos campos culturais; nestes, os grupos mais fracos nas suas possibilidades de dominação no campo do poder tendem a acumular forças e capitais simbólicos nos campos culturais e, com menos possibilidades, académicos, por que na análise da pugna e os elementos que se tentam impor devem ter em conta as inter-relações entre estas esferas e os diferentes capitais em jogo, como também os acúmulos de poder e os âmbitos de aplicação dos mesmos dos grupos enfrentados.

⁶² Como é óbvio, a *memória da Nação* está constituída por um conjunto (variável ao longo do tempo) de elementos selecionados por quem tem capacidade e poder para fazê-lo e impô-lo como os elementos de maior legitimidade e definitórios de toda a comunidade.

⁶³ Sobre o ‘consenso’, pode ver-se o primeiro capítulo deste livro; e remetemos, mais uma vez, para o seu fundamento para as interessantes notas de A. Gramsci, no *Il Materialismo storico e la filosofia de Benedetto Croce* (1996), saído à luz por vez primeira em 1948.

imposição dos mesmos. O ensino em português ou o dever legal de conhecer o(s) idioma(s), por exemplo, através da escola e das leis. Eis como o conjunto de macrofatores sistêmicos atua como garante da existência e do modo de existir do sistema, correspondendo sobretudo à dimensão institucional do mesmo a canalização da dominância no campo do poder. Isto explica que, entendido o sistema literário dum dado espaço sociopolítico como uma rede em que se garante a existência duma literatura nacional, as balizas que se querem impor para ele sejam as mesmas que as impostas para o *ser nacional*. A literatura nacional é assim constituída por aqueles produtos e produtores que cumprem essas características, sendo desta maneira uma construção essencialista e não uma noção epistemológica. Aquela coerência a que aludi obedece a um fundamento monológico da expressão nacional segundo o qual ‘somos’ como resultado *natural* e *essencial* do que ‘fomos’ depois de um prévio não ‘sermos’ nada claramente definido; portanto, o que ‘sejamos’ deve estar presente e nítido nas *origens* da Nação (mesmo atribuindo a essas *origens* igual normatividade que a que se quer para definir o presente), porque é garante da existência diferencial como povo. Como resulta evidente, a literatura constitui um espaço, em ocasiões privilegiado, de luta e difusão de ideias e identidades, também *nacionais*. E, assim, se a Nação X é definida pelo uso da língua A (ou das línguas A, B, C, havendo aqui, regra geral, novas pugnas e hierarquias) por parte dos nascidos ou nacionalizados na tal Nação X, essa deve ser também a definição dos seus literatos e das suas literatas e das suas práticas. E têm a fundamental função de contribuir para manter a coesão sacionacional. Resulta deste modo que, nos casos antes analisados, na Primária e na Secundária se estude obrigadamente Literatura Espanhola e História de Espanha, por exemplo.

Do ponto de vista nacionalitário, as normas do (proto-)sistema literário/cultural da comunidade, atuam delimitando *o que é ou não é literatura nacional* e como princípios básicos daquele manual de

instruções. Os objetivos que se quer cumpra a Literatura nacional, a funcionalidade que comporta, nem se esgotam nem culminam com a sua definição sistémica. Esta permite sobretudo saber não tanto o que é como o que não é nacional.

Esta perspetiva leva-nos ao atendimento das funções sociais da literatura que enunciámos, porque vinculadas aos conceitos e imposições/crenças de Nação e nacional⁶⁴. Deste ponto de vista, a necessidade da delimitação do que é ou não é literatura nacional/comunitária, etc. para os grupos em ação estriba-se nas virtualidades (políticas, sociais, económicas, culturais...) que do seu valor identitário se possam derivar. Entre essas virtualidades salienta substantivamente a fundamental função de contribuir para manter a coesão socionacional. Naturalmente, e visto sobretudo desde a atualidade (ponto decisivo em minha opinião para considerar a validade e pertinência da comparação), as funções que, nitidamente desde as atividades dos ilustrados no século XVIII até à atualidade, a literatura cobra como elemento identificador da comunidade são do maior relevo e impõem-se, ao lado do lado prazenteiro, como autenticamente decisivas, e a isso não são alheios os mesmos escritores em muitos casos: coesão, memória, identificação não já polos textos e as suas línguas em si mas também, como já anotei, pelas ideias fabricadas sobre o coletivo e o papel da literatura.

É por isso que as “literaturas nacionais/regionais, etc.,” como as “histórias nacionais, regionais, etc.” são objeto de educação. Pode isto verificar-se com apenas nos interrogarmos por que numa entidade político-jurídica dada, por exemplo Portugal, no ensino Primário e no Secundário se estuda obrigatoriamente Literatura Portuguesa e História de Portugal e não, por exemplo Chinesa ou das Beiras. E, por isso mesmo, a vulgarização e/ou o ensino da língua e literatura, transporta consigo uma série de valores, muitos aparentemente

⁶⁴ Pode pôr-se aqui, a partir de agora, e segundo os casos, tribo, região, estado até, etc: qualquer grupo que se delimita a respeito doutros em função de elementos identitários, orgânico-historicistas e/ou dos denominados liberais.

intrínsecos, mas, na realidade, produto da projeção dos agentes em causa; e isso em praticamente qualquer comunidade: revisem-se os preâmbulos e justificações de muitos programas de língua e literatura no denominado mundo ocidental; ou tenha-se igualmente em conta o sentido da literatura de transmissão oral nessas ou em outras muitas comunidades, historicamente considerado.

Como exemplo de alguns dos problemas e contradições (essenciais à nação mas alargáveis à historiografia literária presa da sua missão nacional espelhada na sua doxa académica, que redundava na deformação do objeto de estudo e nos objetivos da análise), tomemos um caso da literatura portuguesa e o leitor poderá aplicá-lo a qualquer literatura de referência em que isto se verificar. Camões é hoje indiscutidamente um escritor nacional português, em virtude de ser português de nação e ter escrito em português. *Os Lusíadas* são indiscutidamente um texto nacional português, pertencente à literatura nacional portuguesa: a sua língua de produção foi a portuguesa e (e, para satisfação dos *requisitos sistémicos* de alguns, ademais, o seu autor era português de nação). Mas, e a sua redondilha, que começa por “Dióme Amor tormentos dos/ para que pene dobrado”?

A aceitação desta redondilha como literatura nacional e a sua consideração como produto integrante do sistema literário português garante daquela é conflitiva. E o conflito assenta precisamente no valor identitário e de coesão a que antes nos referíamos: na procura duma continuidade e duma coerência entre as normas sistémicas existentes e a definição do que é ou não é nacional, cuja origem é situada no início da Nação e do sistema que o garante. Digamos, de passagem, que o exemplo de Camões não foi puxado para aqui por acaso: a canonização de determinados autores e elementos repertoriais num sistema é eloquente expressão da inter-relação existente entre Nação, sistema e literatura... De resto, do ponto de vista sistémico, a redondilha camoniana é suscetível de ser incorporada como objeto de estudo; do ponto de vista *nacional*, os princípios de visão e divisão impostos como legítimos para a definição do mesmo, fazem com que

se situe fora da literatura nacional, e, inclusive, que fique em *terra de ninguém*, ou mesmo que seja *incorporada* à literatura espanhola... Como já se pode relevar do caso colocado, o não reconhecimento ou a ‘expulsão’ da redondilha camoniana ou de textos de Gil Vicente em espanhol, por exemplo, de muitas histórias, dicionários, ensino universitário e não universitário de ‘literatura portuguesa’ está feita em virtude de eles não cumprirem as balizas do que se considera nacional *no presente* dos dominantes, de não estar em coerência com a ideia de nação vigorante; e de pretender articular o sistema literário em harmonia com essas balizas, o que pode não ser coerente com o que na época de produção podia ser considerado ‘literatura portuguesa’ ou simplesmente, segundo os casos, não serem pertinentes ou relevantes nessa época as categorias nacionais tal como *no presente* de quem as articula. E mostra, igualmente, a tendência de fazer equiparar o sistema literário tal como concebido *no presente* em função dos interesses manejados no campo do poder. Porque aceitar, e sobretudo explicitar, o caráter bilingue hispano-luso da literatura portuguesa no século XVI colocaria problemas de articulação e veiculização da memória da nação e do nacional como conjunto coerente ao longo da sua história. É precisamente nessa necessidade de coerência, que manifesta a dependência da atividade literária a respeito do campo do poder, onde reside a distorção convertida em natural e legítima (o que implica, como consequência, que o estudo do sistema literário português do século XVI não pode obviar o que sim obvia a reconstrução da literatura – nacional – portuguesa). O mesmo problema já não se coloca no mesmo nível a respeito da produção em latim na mesma época, não porque não exista um sistema literário latino, mas porque não existe nesse momento um sujeito nacional latino que entre em conflito com o sujeito nacional português considerado e, ademais, por ser essa língua um material repertorial comum transcendente aos sujeitos nacionais da altura, não propriedade de nenhum exclusivamente, dado o caráter ‘clássico’ dele. Se se repassarem por exemplo, histórias da literatura brasileira,

da dos países africanos que veiculam em português a sua atividade literária, da galega, etc., poderá verificar-se como isto provoca conflitos importantes e mesmo se produzem ‘cedências’ explícitas do que poderia ser considerado componentes do património/memória nacional, cultural e literária em virtude de que esses componentes, cumprindo alguma das normas do nacional, cumprindo alguma das normas sistémicas, não reúnem todos os requisitos indispensáveis à nação tal como eles a concebem⁶⁵.

Ora, isto que aplico como exemplificação ao caso português, não gera na atualidade grandes conflitos: o património/memória, com as suas ‘incoerências⁶⁶’ ficou já fixado séculos atrás. E no seu decorrer, nunca apresentou um conflito substantivo, por não serem nem a quantidade nem a apreciação da qualidade dos textos produzidos fundamentais para a configuração do ‘nacional’ em casos como o luso ou similares⁶⁷.

⁶⁵ Sobre estes assuntos, particularmente no relativo ao tratamento da produção literária galega e africana de língua portuguesa, podem ver-se os dois últimos capítulos deste volume.

⁶⁶ Assinalamos uma, como mostra, que avanço no conjunto que é tratado no penúltimo capítulo deste livro: João Airas, burguês de Santiago, nunca foi português, mas ele pertence à ‘literatura portuguesa’ em todas as histórias literárias lusas, porque na reconstrução nacional dessa época é determinante, por cima do critério de origem, o linguístico (galego-português) e o seu valor fundacional, compilado nos cancioneiros, que não discrimina nacionalidade e sim língua de produção: a baliza fundamental em toda esta configuração do nacional. Mesmo é incluído Afonso X, rei de Castela, por ter usado o galego-português. Isto significa que as normas sistémicas aplicadas pelo mesmo agente mudam numa época para outra, em função de a visão do ‘nacional’ sobre cada época fazê-lo ou não plausível. De resto, se perguntarmos o autor mais relevante indisputavelmente italiano, possivelmente Dante receberá a maioria das indigações: e Dante nunca foi de nação italiana nem escreveu *em italiano*... Noutros casos, alude-se a produtores de origem nacional diferente mas que escreveram na língua nacional ou vice-versa, mas não se explicita o seu caráter nacional.

⁶⁷ O que não significa que não possam aparecer como casos de disputa, simbólica se, noutros sistemas, são reivindicados como formantes da própria literatura nacional, o que acaba por afetar esse mesmo sistema. Um caso elucidativo pode ser o de Teresa Margarida de Silva e Orta, escritora de origem brasileira, autora do romance *Máximas de Virtude e Formosura* em 1752, cujo tratamento ou até, alusão, é esporádica na historiografia portuguesa mas é crescente a sua reivindicação nacionalitária por parte de setores da brasileira, que veem no romance um exemplo de progressismo político e feminismo. A sua aceitação na literatura brasileira supõe que esta teria, num período fundacional, um romance, escrito por uma mulher e portador de valores hoje

Mas o problema resulta mais evidente (mas não por isso mais relevante), e aparece como substantivamente conflitivo, no caso dos sistemas emergentes que mostram discontinuidade na prática dalguma das balizas invocáveis para o seu *ser nacional*. Configurada e legitimada desde o século XVIII a crença de que as nações são conjuntos de pessoas vinculadas a um determinado território, com uma(s) determinada(s) línguas veiculares (embora de regra uma surja como dominante), a coerência, em termos nacionalitários (e o desenvolvimento sem perturbações das atividades que reclamam uso linguístico), do património linguístico-literário-identitário, fica manifesta, e exposta a uma importante vulnerabilidade. Como admitir, desse ponto de vista, na historiografia brasileira ou angolana, que textos produzidos na época colonial que não cumprem no seu repertório os elementos nacionalitários requeridos – como normas (proto-)sistémicas ou de repertório⁶⁸ – façam parte do património nacional, da Nação? Que fazer, no caso galego, com os textos em espanhol de Rosalia de Castro ou com toda a produção galeguista dum ‘pai fundador’ da nação galega como Murguia (assim concebido polo nacionalismo galego, um dos principais construtores do protossistema literário galego na altura) quando quase toda a sua produção está escrita em espanhol – a baliza nacionalitária e a norma sistémica fundamental do sistema espanhol e da nação espanhola, o seu histórico referente de oposição? Admiti-lo no património nacional, na articulação de coerência que se pede entre língua do texto e língua da Nação, equivaleria a admitir, desse ponto de vista, que a literatura galega é bilingue e, como consequência que a Nação ou é *bi-lingue* ou diretamente não existe.

considerados altamente legítimos no campo do poder (veja-se, para esta problemática, Loureiro Vilarelhe, 2003).

⁶⁸ Uso a noção de ‘norma de repertório’ para aludir àqueles elementos que, não sendo apresentados como delimitadores de sistemas, são promovidos como elementos que dotam de maior genuinidade o entendimento e elaboração dos produtos dessa comunidade como próprios dela ou constituem as especificidades de que se nutrem as tendências subsistémicas.

Os elementos que podem aparecer como neutralizados ou secundarizados em sistemas consolidados aparecem em casos como o galego (ou como o angolano, o brasileiro ou o irlandês nos seus momentos e nas suas histórias literárias, nas suas conformações da memória coesionadora nacional) e, visto do outro lado, para casos como o espanhol, o português ou o britânico, como expressão primeira dum conflito, manifestando as carências sistêmicas dos promotores do processo de sistemização e das dificuldades para continuar impondo os seus princípios de visão e divisão aos grupos até esse momento dominantes. Daí resultam desde importantes contradições na configuração das histórias literárias nacionais de cada parte (dado que não todos os produtos e produtores em foco reúnem os requisitos desejados para cada nação) até diferentes estratégias de apropriação ou desapropriação: por exemplo, passar no caso espanhol de falar-se duma literatura espanhola veiculada em espanhol e de literaturas ‘menores’ veiculadas em ‘dialetos’ a, perante a emergência forte dessas ‘literaturas dialetais’ (enfim, ao serviço duma sistemização cultural e duma construção nacionalitária diversa da ‘espanhola’), tentar impor a visão duma literatura espanhola veiculada em quatro línguas (catalão, euskera, galego/-português/ e castelhano/espanhol); e agentes construtores dessas sistemizações galega, basca ou catalã tentarem impor a sua visão duma literatura galega, basca, catalã diferente da espanhola, construindo os seus respetivos sistemas, precisamente para os garantirem.

Por essa razão, entendo que, sobretudo em casos como estes, deve atingir importante relevo epistemológico a deteção e/ou dedução do que os aludidos agentes implicados interpretam, implícita ou explicitamente, como carências sistêmicas, e a eventual formulação programática e/ou prática e intervenção que de aí deriva. Do ponto de vista dos processos de sistemização é a essas interpretações de carências sistêmicas a que denomino défices projetivos, “na medida em que indicam um vazio que se quer preencher (ou uma presença que se quer substituir), um projeto que se quer realizar” (Torres Feijó: 2000: 975 ss.),

diferente segundo os distintos interesses, forças e grupos em jogo. Nesses casos, verifica-se a impossibilidade ou a incapacidade dos agentes para aplicarem de maneira plena e sistemática alguma(s) das propostas que fazem parte do seu programa de ação.

Estas circunstâncias, verificáveis mui particularmente em contextos de dependência política, económica e cultural dum outro sistema (pense-se no caso brasileiro do séc. XVIII ou no angolano de meados do século XX) costumam elucidar não apenas os problemas de sobrevivência ou desenvolvimento do (protos-)sistema em foco, mas também a sua própria definição e delimitação, as suas normas sistémicas; assim, por exemplo, nas pugnas pela delimitação da literatura nacional angolana ou moçambicana e as suas implicações sistémicas ou na dificuldade de os grupos galeguistas imporem desde o século XIX a língua própria como norma sistémica⁶⁹.

⁶⁹ O expressivo caso galego, arranca já nos meados do século XIX e, de alguma maneira, chega aos nossos dias: nele verificam-se historicamente pugnas polo que há de delimitar a *literatura galega* como tal (com as suas conseqüências na consideração sistémica): o uso da língua galega foi um dos vários elementos propostos, ao lado da temática galega, da perspetiva do seu tratamento ou da origem galega dos escritores, por exemplo. As possibilidades eram e são várias, resultantes da escolha ou combinatoria que sobre elas façam os grupos em causa, oscilando assim estes elementos entre a sua interpretação repertorial ou sistémica, sub- ou proto- sistémica. Os que pretendem a construção duma comunidade politicamente autónoma (sem entrar agora no grau dessa autonomia), por exemplo, podiam, e podem, propor e tentar impor que a literatura galega seja a escrita em galego ou, também a escrita em castelhano ou, ainda, poderiam mesmo renunciar ao galego e determinar, polo menos provisoriamente, que a literatura galega se define por tratar temas galegos ou por usar o galego ou por ser escrita por galegos; e utilizar esses elementos para construir um sistema diferente ou não. Isto, ainda não está resolvido hoje. Por pôr dous casos, basta repassar a eloquente ambígua designação e a publicidade consequente que o meio escrito mais poderoso na Galiza, *La Voz de Galicia*, realizava da sua “Biblioteca Galega de Autores en Castellano”. Repare-se no seguinte manchete, de 4 de Setembro de 2004 (http://www.lavozdeg Galicia.es/se_cultura/noticia.jsp?CAT=106&TEXT0=2992180): “La colección de libros de *La Voz* incluye a ocho autores honrados el Día das Letras. Escritores de la Biblioteca Gallega de Autores en Castellano escriben también en gallego”. Ou repare-se no tratamento que os textos originariamente difundidos em basco, catalão e galego têm em meios de alcance estatal, como *El País*, em que estes são comentados quando são traduzidos para espanhol como sendo das literaturas de origem, estas incluindo-se numa mais ampla consideração de literatura espanhola. Ora, a *questão da língua a usar*, nutrida polo carácter essencialista nacional de que a dotou o repertório romântico no século XIX, é o elemento determinante das lutas, sobretudo em processos protossistémicos. Por isto, quando as *Irmandades da Fala*, em 1917, proclamaram que a literatura galega era a escrita em galego, recolheram o enfrentamento e a hostilidades de meios e autores como Pardo Bazán, Pérez Lugín ou

Isso fará com que o (protos-)sistema se apresente e desenvolva de maneira ambígua e se pretenda deliberadamente ou corra o risco de confundir-se com formulações subsistêmicas (quer dizer-se, apresentando particularidades no modo de produzir-se algum(-ns) dos seus macrofatores – produtos, produtores, repertórios, mas também elementos institucionalizados –, fazendo, no entanto, parte dum sistema a que não pretende substituir). Nesse sentido, as normas sistêmicas flutuam entre esse caráter e um funcionamento como normas de repertório (esses materiais cujo uso faz mais “genuíno” para os *macrofatores* em jogo os produtos mas que não delimitam sistemas), que costuma ser o tecto do permissível pelos grupos dominantes do sistema de que se quer emancipar-se⁷⁰. E pode mesmo haver casos em que determinadas normas sistêmicas que num caso, e unidas a outras, são suficientes para a sua consideração dentro dum dado (proto-) sistema não sejam nem necessárias noutros momentos históricos. E é que, precisamente, é, como já atrás deixei anotado, característica comum aos protossistemas literários (não tenho dados suficientes para elevá-lo a categoria de lei), culminados ou não em sistemas (quer dizer-se, fracassados), mudar, no seu processo de

Jaime Solá, o diretor do mais influenciador semanário galego, *Vida Gallega*, e autor de obras de temática galega em espanhol, como nesse mesmo ano *Anduriña*, que se reclamavam tão literatos galegos e literatura galega como os *irmãos da fala*. Essa ambiguidade de que falo opera tanto a respeito do sistema espanhol ou do subsistema galego do espanhol como do (proto-)sistema literário galego e põe a problemática analítica dos casos das obras de Murguia e Rosalia de Castro, por exemplo; e coloca-os tanto nos momentos em que se produzem e difundem como nas posteriores reconstruções da *memória* (da cultura) *nacional*. *En las orillas del Sar é literatura espanhola* para alguns, por estar escrita em espanhol, e é *literatura galega* para outros, nesta consideração podendo ver-se enfrentando critérios protossistêmicos e subsistêmicos.

Casos como este apresentam-se ao longo da história nas construções sistêmicas de cada espaço social considerado. Por exemplo, e para o caso moçambicano, a consideração ou não de Rui Knofli como pertencente à literatura nacional moçambicana porque, para alguns agentes no processo de construção sistêmica, não cumpre todos os requisitos nacionais/sistêmicos para sê-lo (para alguns é um escritor português *colonial* em Moçambique, o que, por sua vez, atinge diretamente, bem que numa das suas margens, a própria configuração do sistema português (Vid. Francisco Noa, 1997).

⁷⁰ Naturalmente, estes processos podem focar-se desde o sistema que luta por não perder esse âmbito sistêmico que se quer emancipar e o seu subsequente espaço social. A atenção a este sistema no estudo dos processos protossistêmicos é, como já se pode calcular, imprescindível.

sistemização, de normas sistémicas, produto da (in-)capacidade dos seus promotores de praticarem de maneira hegemónica todas as suas balizas programáticas, o que é aplicável, na sua articulação complexa, aos processos de construção *do nacional* promovidos.

Para o preenchimento desses défices projetivos, numa ou em várias das dimensões sistémicas (ou macrofatores, se se preferir na terminologia e ponto de vista de Even-Zohar, de que sou devedor) os agentes ou grupos implicados podem recorrer, a importar, traduzir ou produzir materiais e textos, as três fontes constitutivas dos repertórios dos sistemas literários e culturais, cujos peso e proporção determinam o estado dos sistemas e o seu processo (Lambert, 1986). No que diz respeito ao primeiro caso, essa disposição desses grupos atuantes é acudir à transferência de elementos ou materiais extrassistémicos, num fenómeno que Even-Zohar (1990) elevou a categoria denominando-o lei de proliferação, particularmente nos denominados sistemas emergentes (e que podemos chamar protossistémicos), perseguindo, no contato ou relação com outros sistemas, o reforço, legitimação, autossuficiência, etc. do seu projeto sistémico. Estas relações podem tomar diferente feição em virtude de fatores de acessibilidade, prestígio, imaginário etc., assim como a partir da consideração do Outro e dos estereótipos que circulem em cada um dos sistemas em causa (assuntos magnificamente desenvolvidos e precisados em Pageaux – 1994 – e Pageaux e Machado – 1988 –).

Uma das possibilidades sistémicas desses grupos é a de acudir a espaços intersistémicos⁷¹ existentes previamente ou a (co-)construi-

⁷¹ Devo também a Naftoli Bassel (1991: 775) o desenvolvimento deste conceito (1991: 775), em que o autor considera o nível dos sistemas interliterários segundo critérios como o zonal, o etno-linguístico e o regional. Como bem indica Arturo Casas (2003: 88), num excelente trabalho-quadro para o assunto que aqui nos ocupa, “la traslación del prefijo inter- en relación con el marbete empleado por Bassel es explicada por la voluntad de reforzar el postulado de una fuerte cohesión cultural entre los sistemas asociados, “que partilham e formam um (inter-)sistema superior constituído pela partilha de materiais e normas comuns” (Torres Feijó 2000: 980)”. E acrescenta: “Se hace evidente, en consecuencia, que el Grupo Galabra no aplicaría al dominio ibérico el concepto de intersistema cultural/literario, bastante más restrictivo, y entiendo que de menor aplicabilidad en el ámbito comparatista, que el de sistema intercultural/interliterario, tal como aquí se ha introducido este último”. Certamente,

-los com outros agentes de sistemas com os que se têm ou constituem elementos comuns, que podem ir desde a compartição de normas sistémicas ou materiais de repertório predominantes, até similares circunstâncias sociopolíticas de intersistemas, caso dos bascos, catalães e galegos, etc. a respeito do Estado Espanhol na época contemporânea (com também plataformas institucionais como Galeusca, por exemplo) ou tenham um referente de oposição comum, etc.: estender-se, legitimar-se, defender-se podem ser as razões primeiras que animam esses espaços e o desenvolvimento destes intersistemas culturais. Em ocasiões, essa comunidade de elementos faz com que grupos ou agentes tenham aí um espaço prioritário de atuação ou que a circulação de produtos seja mais acessível. Logicamente, a sua estabilidade, preeminência e permanência ou modos de permanência, depende, entre outras cousas, do interesse que aos diferentes grupos neles atuantes reportem: em ocasiões, cessado o motivo que deu lugar à construção intersistémica, esta modifica-se ou, simplesmente, desaparece (casos como o das ex-colónias africanas portuguesas podem ir por este caminho⁷²). Eis este casos de intersistemas que me parece devem merecer particular atenção em si e num processo comparatista das atividades literárias na/da Península Ibérica, porque

são dous níveis diferentes de análise e perspectiva. Apesar da nossa confusa definição, citada por Casas, a consideração de intersistema quer colocar a focagem nas relações estabelecidas entre sistemas vinculados por elementos comuns, balizas sistémicas ou circunstâncias similares – caso das repúblicas bálticas, Galeusca ou do intersistema hispano-hispano-americano – para evitar qualquer confusão entre o nível proposto por Bassel (que ele denomina sistema) e os diferentes agregados sistémicos – sistemas – que formam esse conjunto superior. Da consideração de Bassel, e de determinada aplicabilidade dos seus pressupostos, tal como perspectivados, aliás, por Arturo Casas, pode deduzir-se que não têm por que existir vínculos comuns entre os complexos que configuram esse sistema interliterário; uma delimitação geo-humana, de seu, não o é, dado o seu caráter arbitrário e não *vinculante*. Quais os vínculos, por exemplo, que permitem falar do ‘domínio ibérico’ no nível de análise proposto? Só se existirem, pode, em minha opinião, falar-se de sistema interliterário, no sentido da variável nocional que proponho neste trabalho sobre a formulação teórica de Even-Zohar.

⁷² A este respeito são mui interessantes as reflexões que, a perguntas do seu entrevistador, o Prof. Arturo Casas, realiza o Prof. Jüri Talvet sobre a possibilidade de delimitar um intersistema (sic) cultural báltico e os seus possíveis paralelismos com o eventual intersistema cultural ibérico, no *Boletín Galego de Literatura* (2001: 25, 186-188).

elucidam funções determinantes da literatura na sociedade: na análise e interpretação das relações, presenças e contatos dos sistemas, com outros com os que constituiu ou pode constituir um intersistema cultural, o sistema intercultural hispanófono, lusófono, etc. E, em algum caso, como o galego, podendo os parceiros eleitos chegar a atuar como o seu referente de reintegração⁷³ (um agregado dos sistemas que se reconhecem utentes duma mesma norma sistémica, a língua portuguesa, que na atualidade, constituem um intersistema cultural). Nesta sequência de análise e no quadro comparativo, será da maior utilidade atender também às diversas considerações sobre os outros em causa, mesmo sobre a fabricação das ideias sobre esses outros que se puderam produzir.

Em síntese, entendo que, para o assunto que aqui nos convoca, é do maior rendimento que o processo comparativo seja efetivado entre *sistemas*, analisando os modos de construção deles e os mecanismos de pugna, apropriação e imposição das literaturas nacionais, com as suas articulações no campo do poder e os condicionalismos que coloca aos sistemas literários. Isto poderá contribuir para elucidar não apenas como cada sistema se construiu e funciona no seu determinado espaço social, juntamente com as perspetivas elaboradas sobre a própria comunidade, mas também como os seus agentes olham e se relacionam com os outros, sincrónica e diacronicamente. Atender ao processo de construção dos diferentes cânones pode ser um primeiro grau plausível para esse entendimento que, se houver recursos, pode depois abranger os outros pontos assinalados ao longo deste trabalho.

⁷³ Para o desenolvimento dos conceitos de “referente de reintegração” e “referente de oposição” (aqui, sistema do qual se pretende a emancipação e sobre o que se gera uma atitude de rechaço), cfr. J.G Beramendi (1991).

**HISTORIAN E COMPARAR LITERATURA
COMO AUTOANÁLISE. AS ROTAS LITERÁRIAS
COMO EXEMPLO E PROPOSTA.
ARACATACA E SANTIAGO DE COMPOSTELA**

Na sequência do que precede, pretendo sugerir e convidar para uma reflexão sobre a historiografia e o comparatismo literários no que diz respeito à sua viabilidade, eficácia e utilidade. E, também, convidar para pensar outras formas de estudar a literatura que possam ser relevantes e práticas e relacionáveis com a sociedade, entendendo a literatura como parte da cultura e dos processos sociais e analisando-a como um meio que permita produzir conhecimento sobre aspetos sociais. Farei uso, neste sentido, e de maneira sintética, de dous casos em que comunidades podem ver-se afetadas por determinados usos do literário (no caso, *Cien Años de Soledad*, de García Márquez e *O Diário de um Mago*, de Paulo Coelho) através do vínculo entre espaços geoculturais e discursos literários; historiar e/ou comparar processos deste tipo pode oferecer uma linha de pesquisa importante para entender (diversos róis de) a literatura nas sociedades e deitar luz sobre os modos de pensar, classificar e atuar das comunidades em foco.

Calculo que, nos últimos vinte e cinco ou trinta anos, foi notável o incremento quantitativo e qualitativo, relativo e absoluto, de *scholars* dedicados à reflexão sobre o sentido, usos, utilidades, pertinência, etc. das disciplinas vinculadas aos estudos literários, ao menos no

âmbito ocidental. Igualmente, tenho a impressão de que cresceram significativamente os trabalhos que estudam literatura relacionada ou comparada com outras dimensões da produção cultural (salienta provavelmente por cima de qualquer outro, o caso do cinema). E, também, deteta-se a existência de um olhar mais cultural e/ou mais social sobre a literatura de que são reflexo os *Cultural Studies*; como a antropologia literária, a mais histórica, confusa e complexa sociologia da literatura e as relativamente recentes orientações *geografistas* ou de atenção ao espaço (cfr., por exemplo, Cabo Aseguinolaza, 2011, em que o autor revisa a denominada “Viragem espacial” na Historiografia Literária nos últimos anos) e as propostas de análise da denominada *literatura mundial*, que conheceram um impulso importante a partir da criação da World Literature Association e o seu primeiro congresso na Universidade de Beijing, “The Rise of World Literatures”, em 2011. Todas elas, tentando abrir caminhos e, alguma delas, se eu as analisar corretamente, à procura de (maior) relevância dos assuntos, das pesquisas e, talvez, d@s *scholars* envolvid@s e das suas instituições; em casos, como o da *literatura mundial*, por exemplo, elaborando âmbitos de diplomacia e benefício culturais não desprezíveis no conjunto.

Debate metodológico houve sempre, sobretudo a partir do século XVIII, em que as discussões sobre os limites e âmbito das disciplinas afetaram o campo das ‘belas letras’ mas parece claro que na atualidade esse debate está bem presente conforme ilustram as linhas antes referidas, a que se une a discussão sobre o próprio *métier*, perante a alerta que expressam fenómenos como a crescente falta de peso social da crítica literária, o desaparecimento de barreiras sólidas entre o que funcionava como de alta qualidade versus de baixa qualidade, a emergência de novas produções culturais dos estudos de literatura como legítimas que contam com a progressiva adesão de setores que antes protegem a *distinção literária*, a perda de horas e categoria nos currícula escolares da educação não universitária, o maior prestígio social do mundo das ciências experimentais e

da saúde, das tecnológicas e do âmbito de determinadas ciências jurídicas e sociais. Pense-se, por exemplo, que quando se vincula o estudo da literatura a outra produção ou esfera, na realidade, a relevância do objeto costuma estar dada pela segunda parte do par, seja ele a paisagem ou o videogame. A história da literatura perde peso e, mesmo, pode achar-se em risco de deixar de funcionar como (a) alegoria da nação (como tento mostrar num outro capítulo deste livro). Novos saberes aparecem sendo impulsados nas esferas sociais e escolares; novas fórmulas de alegorias e de coesão da nação (da TV às esferas desportivas⁷⁴) avançam e quebram antigas legitimidades.

Deste ponto de vista, as propostas reflexivas sobre os trilhos a seguir nos estudos literários manifestam o desejo de não virar a cara perante o que constitui problemas; aparecem, destarte, duas classes de estratégias: elas podem portar procuras para sair deles, fugidas, reorientações, abandonos... Em matéria de fugidas e abandonos, além da perspectiva de quem julga, está também presente a legitimidade do vínculo estabelecido com o ponto de chegada após a partida e o sentimento de pertença ou proximidade; quero dizer: se, por exemplo, a parte com quem estabelecer o vínculo for o cinema, a sua legitimidade é mais plausível, talvez porque, usando algumas ferramentas de classificação cinematográfica, permite ainda a manutenção de um discurso impressionista e subjetivo, próprio de muitas análises e críticas literárias (análise e crítica não têm assim tão fácil distinção, exemplo do confucionismo entre elas, todas vinculadas à produção de valor); pelo contrário, outra classe de estratégia é a de entender a literatura vinculada a práticas sociais, o que pode reclamar o auxílio, verdadeiro, de outras disciplinas e a aplicação de métodos e metodologias próprias das ciências sociais ou experimentais, o que implica situar-se fora do âmbito dos denominados

⁷⁴ Para o caso brasileiro, o antropólogo e professor Édison Gastaldo afirmava sobre a Copa do Mundo de 2014 que estava decorrendo no Brasil: «a Copa do mundo é o momento mais importante de celebração da nacionalidade brasileira (http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3315&secao=334)

estudos literários; quiçá, *doxas* de campo à parte, tenham razão: esses estudos põem em causa, quero reiterá-lo, várias das colunas que sustentam o espido edifício dos estudos literários: colocam ao nu o subjetivismo e a opinião por princípio que sustentam boa parte desses estudos, manifestam que a relevância dos textos ou autor@s não está no discurso dos críticos e os *scholars* nem ela está definida por serem eleitos para serem estudados (ainda que seja relevante estudar como se tenta construir o relevante); enfrentam o conceito errado de objeto de estudo que nesses estudos é transmutado em *corpus* ou *tema*, sem método e ao sabor de quem faz o discurso.

Penso, insisto igualmente, que o que sucede é que os estudos literários, entendidos como um discurso sobre outro discurso percebido como artístico, não são já importantes, nem confiáveis nem úteis como disciplina regrada; e, desde que as sociedades e os estados têm e funcionam com outras muitas formas de articulação, produção de coesão e identidades, só sobrevivem ao amparo de *doxas* e tradições. Ora, como insinuarei aqui em alguma dimensão, pode haver um trânsito bem sucedido desde a aprendizagem feita nessas áreas de estudos literários para outros modos de estudo e outros objetos de estudo (cfr. Torres Feijó, 2013a).

É possível uma história da literatura confiável? Historiar e comparar a literatura como meio.

Para o caso da elaboração de histórias da literatura e o comparatismo, acho aplicáveis algumas das reflexões anteriores e, sobretudo, algumas consequências. Assim, acho que só poderemos elaborar histórias da literatura confiáveis com métodos e critérios de seleção do *corpus* e de análise. No conhecido debate sobre se é possível uma história e como ela pode ser possível, eu fico do lado de quem acha que essa história é inviável, exceto que estude a atividade literária com determinados e explícitos parâmetros, que lhe permitam recolher,

quantificar, classificar e situar os fenómenos deles derivados segundo os critérios selecionados; e sempre que os indicadores utilizados possam ser verdadeiramente objetivados. Ultrapassando qualquer arbitrariedade pesquisadora nas escolhas, uma história que vise essa finalidade, deve optar por estudar a atividade literária, como indicámos páginas atrás, num espaço social dado ou dum espaço social dado, entendendo esta última dependência como aquilo que as elites culturais elaboradoras de uma dada propriedade literária coletiva patrimonializam, aquilo de que se apropriam e invocam como o bom, o belo, o verdadeiro ao longo dos tempos e que a comunidade, de regra por via impositiva formal (leis, escola) e informal (comemorações, mídia) acaba por assumir como naturalmente próprio, bom, belo, verdadeiro, aquilo que acaba por ser consensualmente (no sentido gramsciano, Gramsci, 1966) imposto como a tal alegoria mais sublime da nação. Parâmetros, quantificação possível e efetiva são chaves para essa história.

Uma história da literatura sem base empírica e relacional parece-me pouco útil, além do caráter informativo que possa ter e que a aproxima dos dados contidos num dicionário de literatura. Uma história da literatura que se imponha como grande narrativa ou se apresente como explicação holística não é possível; só definindo objetivos e objetiváveis parâmetros de seleção poderia ser assumida a tarefa, mas deixaria de ter o tal caráter holístico ou de grande narrativa. As tentações de fazer histórias da literatura como alegorias nacionais são pensáveis se se definir previamente a nação e as suas hierarquias, e como vão ser selecionadas e estudadas as produções de valor mais relevantes...

No que diz respeito ao comparatismo, acho que há muitos trabalhos analíticos por fazer (por exemplo, no âmbito de língua portuguesa, carecemos de estudos de conjunto comparados sobre o evoluir de sistemas literários veiculados em português ainda que a principal carência possa estar na escasseza de vontade de atendimento ao Outro, e na carência de objetivos académicos de diplomacia cultural; e, claro

à falta de boas análises a respeito da trajetória desses sistemas sobre as bases antes enunciadas, sobre, por exemplo, o comportamento de diversas elites nas construções identitárias e nas coesões e formas de coesão das comunidades (entendo por comunidade qualquer conjunto social vinculado, delimitado e regulado por fatores que constituem normas de acesso ou exclusão: um concelho, um país, um condomínio, um grupo de amig@s, uma associação cultural, etc. ou o conjunto de pessoas que partilham determinadas visões em relação a um objeto dado). E opino, igualmente, que, além de frutíferas interpretações derivadas, por exemplo, da comparação de diferentes produções artísticas, há um espaço extraordinário e, talvez, extraordinariamente rendível, na comparação e no estudo das relações entre utentes de (determinados) textos literários e ações sociais destes ou de setores homólogos; ou, mais modesta e restritamente, entre as práticas das pessoas e as ideias veiculadas em textos literários. Por exemplo, em como veem, como se comportam e que fazem as pessoas brasileiras que visitam Santiago de Compostela e em qual medida isso pode ser relacionado com os textos de Paulo Coelho: relacionando práticas e visões homólogas que permitam identificar eventualmente perfis e setores sociais, através de trabalho empírico, análise relacional, etc., e superando conceitos dificilmente demonstráveis como o de 'influência' (numa relação de causa-efeito e mais, se for direta, e não de correlato). Esta classe de estudos pode, aliás, mostrar a sua relevância não apenas na abrangência real do conhecimento, mas na confiabilidade de resultados, e na sua transferência e aplicabilidade para melhorar, ponhamos outra vez por caso, a qualidade de vida ou os modos de vida das comunidades locais afetadas por essas práticas.

Tendo em vista comunidades ou grupos sociais e os seus processos, podemos estudar literatura ocupando-nos, por exemplo, dos imaginários que ela cria e criou e da sua evolução; das homologias entre discursos e práticas, entre os grupos relacionados com aqueles e/ou estas, e as diversas hierarquias de interesses e identidades que possam ser estabelecidas.

No quadro do grupo de investigação que coordeno, trabalhamos nessas direções, tentando desenvolver ferramentas metodológicas de análise para a definição e focalização de objetos de estudo que apresentem elementos de relevância para setores sociais, quer seja em pesquisa básica ou aplicada. Isto pretendemos no Projeto de pesquisa no Grupo Galabra “Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos de Santiago” (“Discursos”). Instrumentos como os aludidos e outros têm, para nós, importância no seu desenvolvimento e aplicabilidade e são objeto de teste para conhecer a sua funcionalidade: como as comunidades podem manter coesões através de identidades compartilhadas ou como podem perder parte ou toda essa coesão identitária que as pode conduzir ao desaparecimento ou à desagregação (sustentabilidade identitária; vid. Bello Vázquez, 2013; Torres Feijó, 2013b); e que garante a estabilidade dessa comunidade em termos identitários e a sua duração no tempo (suficiência sistémica); quais as formulações que os grupos ou pessoas duma comunidade realizam para corrigir o que julgam insuficiências da identidade comunitária (défices projetivos; cfr. Torres Feijó, 2000); como há decisões que as pessoas tomam por razões identitárias que se prendem com a sua esfera afetiva e não racional e que incidem, por vezes de maneira decisiva, na coesão comunitária (afetividade identitária), qual o conjunto de elementos que nutrem a identidade e/ou a coesão duma comunidade, como se distribuem segundo setores, afetividades, etc. e qual a ordem, relacional, que para cada pessoa ou setor têm (hierarquias identitárias e/ou de coesão); em qual medida podem ser deduzidas semelhanças entre práticas e discursos (de qualquer tipo), entre diversos âmbitos, que permitam elucidar ideias e comportamentos e estabelecer perfis socioeconómicos, culturais, simbólicos, estruturais, etc. de diversos conjuntos populacionais ou repertoriais (homologias), etc.

E, em todas estas e outras muitas dimensões, cabe a pergunta a respeito de qual o papel da literatura? Como elaboradora, fabricadora, distribuidora de ideias que incidem ou, mais alargada e precisamente,

se relacionam com os modos de pensar e atuar de pessoas e grupos, numa comunidade ou numa comunidade, própria ou alheia (para esta linha de pensamento sobre a literatura, podem ler-se Lotman e Uspenskij, 1978 e Even-Zohar, 2010).

Por estas razões sugiro virar o nosso olhar vinculado aos estudos da literatura a aspetos em que esta, potencialmente, possa representar alguma relevância para o conhecimento e/ou a vida das pessoas ou possa deitar luz sobre outros processos sociais com que ela, de algum modo, se relaciona. O que estou sugerindo, pois, é historiar e comparar não “a literatura” mas processos em que a literatura desempenhe (ou não; conhecer a relevância da literatura nesses processos é tarefa importante para entender os campos culturais e os espaços sociais) ou funcione (ou não) como um fenómeno a ter em conta, necessário para explicar (mais ainda que para interpretar) processos sociais. Aí o espaço é vasto e complexo; e útil, desde o estudo da construção de um cânone em função de interesses políticos, culturais, sociais ou económicos (por exemplo, como projeto de construção nacional, identitária, ideológica/estética ou de classe) até a presença da literatura nos relacionamentos culturais e olhares sobre o Outro...

Vou referir-me a uma dessas dimensões e processos mais evidentemente vinculados e vinculáveis entre *literatura*, imaginários, práticas sociais e comunidades, a que podemos concretizar nas rotas ou nos itinerários literários, os espaços (e os tempos) literários, aqui, mais em concreto, espaços literaturizados; um assunto vinculado a outra esfera, o denominado “turismo cultural”, talvez menos prestigiosa e legítima para muitos *scholars* que o cinema (que, também noutros espaços e tempos, sofreu similares rejeitamentos); e manifestando à partida para esses *scholars* uma rejeição invocando eventuais banalizações e esquematizações: duas posições derivadas da mesma fonte dóxica do campo dos estudos literários. Este é o quadro interdisciplinar e, em parte, neodisciplinar, do que podemos chamar estudos da cultura (não estudos culturais/cultural studies).

Espaços literaturizados e comunidades. Dous exemplos

Aracataca:

Tomemos como primeiro exemplo um nome, Aracataca; provavelmente, esta povoação pouco dizia a muitas pessoas no mundo até 1967; ela foi tornando-se conhecida e progressivamente visitada anos depois; talvez, um dos últimos fitos até ao momento nessa vontade de conhecer tenha sido o falecimento, em abril de 2014, de Gabriel García Márquez, autor de *Cien Años de Soledad*, obra de que se calcula foram vendidas até 2014 mais de 30 milhões de cópias e traduzida para 38 idiomas, em dados de 2007 (cfr. Boyagoda, 2007). A identificação de Aracataca com o Macondo do romance e o desenvolvimento de identificações entre o repertório⁷⁵ do romance e o da cidade tem sido constante; recorrendo a uma das fontes mais massivas de informação internacional, a Wikipédia, podemos ler (cfr. “Cien años de soledad”):

La novela está ambientada en el pueblo de Macondo, lugar ficticio que refleja muchas de las costumbres y anécdotas vividas por García Márquez durante su infancia en su pueblo natal, Aracataca, en la Costa Caribe de Colombia (...). Las referencias de la novela ubican a Macondo en algún lugar de la Costa Caribe colombiana entre la Ciénaga Grande de Santa Marta y la Sierra Nevada de Santa Marta, zona correspondiente a los municipios de Ciénaga (Magdalena), Zona Bananera, Pueblo viejo y Aracataca (población de origen del autor).

Esta obra tem sido qualificada, juntamente com outras de autores latino-americanos, como de “realismo mágico” (cfr., por exemplo, Villanueva e Viña, 1991; Menton, 1998); neste conceito é portada já

⁷⁵ Utilizado aqui o conceito de repertório tal como desenvolvido por Itamar Even-Zohar (2000).

a componente de mistura entre elementos referenciais e fictivos que alimentam diversos modos de receção do texto e, por projecção, também do que pode ser interpretado como referente local fundamental: Aracataca. O misto a que aludo nutre e alarga igualmente o conjunto de potencialidades atribuíveis à vila, porque um texto literário é plausível, precisamente pelo seu carácter fictivo, de funcionar em duas direcções complementares: pode convidar a preencher com a imaginação o que o leitor percebe como lacuna; e, ao mesmo tempo, pode conduzir esse leitor a acreditar/duvidar/não acreditar no que diz respeito aos eventuais referentes do que lhe é contado. Deste modo, apela para imaginar mais e para crer saber mais sobre esses referentes; note-se o impulso do desejo, *realista*, de quem lê ou conhece para aprofundar ou participar do contado no texto; e o impulso do desejo, *ficcional*, de *imaginar* e *sentir* o espaço contado, duas vertentes dum mesmo rio. Em muitas ocasiões, isso pode surgir transido pola veneração ou atrativo sobre a escritora ou o escritor de referência (mais, em ocasiões, que pelas suas obras, Herbert, 2001); se o texto, aliás, se apresenta como o misto a que aludíamos, o entrelaçamento destas duas vertentes e as potenciais confusões podem aumentar (sobre os atrativos de espaços literaturizados pode ver-se Herbert, 1996 e 2001).

García Márquez constitui a referência internacional fundamental de Aracataca; mais uma vez, se se consultar “Aracataca” na wikipédia (“Aracataca”), logo encontramos nas primeiras linhas:

Aracataca es un municipio colombiano del departamento de Magdalena. Su nombre se ha hecho mundialmente célebre por ser la cuna del premio Nobel de literatura Gabriel García Márquez y del fotógrafo y caricaturista Leo Matiz Espinoza. Por sus historias se ha convertido en un símbolo y es uno de los pueblos más conocidos de Latinoamérica.

No verbete, a alusão a García Márquez surge em várias alíneas. Na de “Turismo y Comunicaciones”, lê-se, também à partida:

Aracataca tiene una fama mundial por las novelas que han sido basadas en la cultura e historia del pueblo. Gente de todo el mundo vienen a conocer la Casa Museo de Gabriel García Márquez, La Estatua de Remedios La Bella, La Casa del Telegrafista, La Tumba de Melquíades y The Gypsy Residence es el único hospedaje en Aracataca ha abierto en 2010 y también ofrece tures [sic] por el pueblo en que descubren a Macondo en el corazón de Aracataca.

Na de “Patrimônio Histórico” afirma-se, em relação à estação dos caminhos de ferro: “por muchos años no se ha usado pero el 28 de abril de 2011 se entregará a la comunidad para funcionar turísticamente en La Ruta de Macondo; una ruta que atraerá mas turistas, conociendo el pueblo a través de las historias de Gabriel García Márquez” e alude-se à Casa Museo Gabriel García Márquez, “donde vivió el famoso escritor y ganador del Premio Nobel de Literatura”.

A imagem dada de Aracataca está penetrada das referências à obra e à figura de García Márquez. Mas não apenas a imagem; o seu uso também, o uso dos seus espaços e da sua cultura; e a reelaboração dos seus espaços e da sua cultura, afetando a política, a economia a sociedade; como se pode deduzir, a obra e a figura de García Márquez provocou reconfigurações nesta cidade, no tipo de visitantes e nos usos da cidade por parte de visitantes e locais, que conhecem determinados picos em função de circunstâncias diversas, desde comemorações a encontros. Aos poucos dias da morte de García Márquez, os meios informavam da afluência de pessoas à casa natal do escritor “decorada con mariposas y flores amarillas” (“Cientos de seguidores”) até converter-se “en el lugar de la región más visitado por colombianos y extranjeros seguidores del Nobel de Literatura”. Americaeconomia.com informava sobre a casa natal do escritor que, “para los turistas, el resultado es bastante cercano al imaginario que evoca la lectura del libro publicado en 1967”, reforçando estas ideias com pessoas especializadas nos estudos literários: “Es el caso de Dunia Grass, maestra de Literatura Latinoamericana en Barcelona,

España, y visitante del museo quien en entrevista con Xinhua destacó la importancia de este proyecto para quienes quieran acercarse y entender aún más la obra ‘Gabo’”, incluyendo o seu depoimento:

Me parece un proyecto estupendo porque todo el que haya leído Cien Años de Soledad tiene una imagen de esa casa, de hecho, el origen de *Cien Años de Soledad* fue un texto que se llamaba ‘La Casa’ que era la casa de los Buendía y todo lector tiene una imagen de esa casa, esto permite comprobar cómo era la realidad de García Márquez.

Do mesmo modo, o, na altura, prefeito de Aracataca, Tufith Hatum, reclamava as cinzas do escritor para depositá-las na sua vila natal.

Essa ressemantização do espaço geo-humano e geocultural que as ações de locais e visitantes propiciam conhece, no caso, um direito corolário político. Em 2006, o prefeito de Aracataca, Pedro Sánchez, (“quien veía en esa posibilidad la solución económica para los lugareños, pues la volvería más turística”) tomou a iniciativa de realizar uma consulta popular para mudar o nome de Aracataca para Aracataca-Macondo que (“Aracataca no será Macondo”), dum censo próximo dos 22.000 votantes; requeria o voto favorável de 7.400 votantes; não os conseguiu; votaram 3.596 pessoas; 3.342 apoiaram a iniciativa, 236 votaram contra, e 18 votos foram declarados nulos. Os dados são significativos para interpretar os assuntos a que me venho referindo, também em termos de coesão social e identitária: existe um setor da população ativamente interessado, por esta via, em reconfigurar a sua imagem. Neste momento, uma área da vila no denominado Nuevo Barrio leva o nome do escritor (Urbanización Gabriel García Márquez⁷⁶).

⁷⁶ Como é possível supor, há mais rotas vinculadas à figura de García Márquez, alguma delas relativamente recentemente: a de Cartagena de Índias (“Cartagena presenta ruta turística”).

Santiago de Compostela, Caminho de Santiago. Paulo Coelho.
O Diário de um Mago

Em comparação com Aracataca, a cidade de Santiago de Compostela é, historicamente, e mui provavelmente, mais conhecida no exterior do seu país do que Aracataca fora da Colômbia. Dous dos elementos talvez mais significativos vinculáveis à cidade são os Caminhos de Santiago e a catedral – santuário. Estes conheceram a partir da década de noventa do século XX um crescimento de peregrinação significativo (vid. “Peregrinos” e “Peregrinos Santiago”).

O Diário de um mago (1987, primeira edição), juntamente com toda a classe de intervenções do seu autor, Paulo Coelho, vinculadas ao Caminho de Santiago, constitui um dos discursos de maior alargamento social sobre o Caminho de Santiago (com milhões de cópias vendidas do próprio texto, acessível desde há anos na internet), com o da Igreja Católica e de instituições internacionais como a UNESCO e a UE (cfr Torres Feijó, 2011b; fundamentalmente pp. 410-427). De igual modo que em espaços da cidade podem encontrar-se estátuas e referências aos Papas João Paulo II e Bento XVI, que visitaram a cidade nas últimas décadas, como também às distinções outorgadas pela UNESCO e a UE, há signos visíveis em Santiago comemorando o autor brasileiro e expressões políticas e institucionais de reconhecimento. Paulo Coelho obteve a mais alta distinção do Governo da Galiza, em 1999, a Medalla de Ouro da Galiza (“Decreto”). A Câmara Municipal da cidade denominou em 2008 uma rua com o nome do escritor, com que se pretendia reconhecer o seu “intenso labor” de divulgação e promoção de Santiago de Compostela e do Caminho através das suas obras (“El escritor brasileño Paulo Coelho”), tendo lugar o ato no dia 23 de junho, em cuja noite é tradição na Galiza a celebração de ritos de passagem ao solstício de verão, com fogueiras e atividades, algumas vinculáveis a cerimónias e crenças pagãs, o que era destacado pelo próprio escritor em alguma entrevista (“La calle Paulo Coelho de Santiago”).

Segundo os nossos dados⁷⁷ existe umha convergência notável entre a interpretação do Caminho e de Santiago de Compostela feita polos visitantes do Brasil e as ideias veiculadas por Paulo Coelho nas suas intervenções e textos. Quer dizer-se, o repertório de *DM* que antes sintetizamos condiz em boa medida com as visões e as práticas culturais das pessoas procedentes do Brasil visitantes de Santiago de Compostela (vid. alguns dados nos volumes *A cidade, o camião e nós* e *Visitar, comerciar, habitar a cidade* em: <https://redegalabra.org/publicacoes/>). Paulo Coelho reivindica o seu papel como decisivo na afluência de peregrinos ao Caminho, vinculando naturalmente as distinções recebidas pola Câmara Municipal e o Governo galego com a sua promoção do itinerário, promoção que reitera, no prólogo de *DM* “Quinze [Vinte] anos depois...”.

⁷⁷ Os dados que seguem procedem dos projetos de investigação por mim coordenados: *Discursos, imagens e práticas culturais em Santiago de Compostela em função dos Caminhos de Santiago* (2012-2015) e *Usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela (2018-2022)*

Esta é a ficha técnica relativa às pessoas visitantes a Santiago de Compostela, donde procedem esses dados:

Tipo de inquérito realizado: Pessoal com questionário estruturado

Nível de confiança: 95%; p = q = 0,5

Procedimento de amostragem: De conveniência

Âmbito geográfico: Santiago de Compostela

Catalogados: 559 livros 211 webs 90 audiovisuais Universo: Visitantes procedentes da Galiza, resto do Estado, Portugal e o Brasil (maior volume de visitantes da UE e de fora da UE em 2008 [Fonte: CETUR]. População: Infinita (>100.000)

Erro da amostragem: ± 2,15%

Datas: De março de 2013 a março de 2014

Tamanho da amostragem:

Inquéritos Visitantes 2.081 inquéritos válidos Galiza: 398 Resto do Estado: 878 Portugal: 408 Brasil: 396

Entrevistas qualitativas: Entrevistas a visitantes: 271 Galiza: 56 Resto do Estado: 100 Portugal: 56 Brasil: 39

[Foram também realizados

- Inquéritos a habitantes: 929 inquéritos válidos Santiago: 684 Teo: 104 Ames: 101
- Inquéritos atividade económica e comercial 410 inquéritos válidos]
- Entrevistas a pessoas peregrinas: 34 de Porto Alegre (Brasil)
- 6 grupos de conversação com população local
- Inquéritos de controle para verificar tendências (2018) 155 visitantes 50 habitantes 50 comércio].

E, em geral, essa convergência da linha de Coelho com o discurso e os interesses de instituições internacionais relevantes é, igualmente, evidente e singular. Coelho possui muitas distinções e responsabilidades institucionais ligadas ao labor assistencial e, noutros casos, ao Caminho. Só até o ano 2000, o seu capital simbólico, segundo uma das suas páginas oficiais (“Paulo Coelho”, 2007) reunia, por exemplo: “Prix Lectrices d’Elle” (France ‘95); “Knight of Arts and Letters” (France ‘96); “Flaiano International Award” (Italy ‘96); “Super Grinzane Cavour Book Award” (Italy ‘96); “Golden Book” (Yugoslavia ‘95, ‘96, ‘97, ‘98); Finalist for the “International IMPAC Literary Award” (Ireland, ‘97); “Comendador de Ordem do Rio Branco” (Brazil ‘98); “Crystal Award” World Economic Forum (‘99); “Golden Medal of Galicia” (Spain, ‘99); “Chevalier de L’Ordre national de la Legiond’honneur” (France 2000); “Crystal Mirror Award” (Poland 2000).

Certamente, Paulo Coelho prolonga em vários dos seus produtos e das suas ações os vínculos com o Caminho de Santiago, por exemplo, através da reutilização da simbologia associada ao itinerário. Ele usa imagens referidas à peregrinação em vários dos seus empreendimentos e atividades. A sua visita a Santiago antes referida é uma delas. No seu blogue oficial, na alínea “A Minha Vida em 750 GB”, alude à criação do Instituto Paulo Coelho (“Instituto Paulo Coelho”), “uma instituição sem fins lucrativos, financiada exclusivamente pelos direitos autorais do escritor [“A idéia central não é fazer caridade, mas dar oportunidade as camadas menos favorecidas e excluídas da sociedade brasileira. Desta maneira, o Instituto concentra sua verba em: a) Infância/ b) Terceira Idade”], publicando uma fotografia dele com crianças com uma capa curta imitando a que é usada como emblemática dos peregrinos a Santiago⁷⁸ e com uma concha de vieira, símbolo da peregrinação jacobea (“A Minha vida”). Os usos e divulgação das suas ideias sobre o Caminho são diversos e espalham-

⁷⁸ O mesmo tipo de capa que a usada por João Paulo II em 1982, na sua visita à catedral de Santiago de Compostela.

se por documentários (caso do dvd da *Revista Viagem*, editado pela *Abril*, “Paulo Coelho e o Caminho de Santiago”), entrevistas (“Paulo Coelho: Minha busca espiritual passa por um questionamento diário”) e outros blogues, como o de um alberguista brasileiro no denominado Caminho Francês que garante transmitir a Coelho as mensagens das pessoas a ele dirigidas via o blogue (“Albergue de peregrinos”).

Sempre no âmbito da relação com o Caminho de Santiago, as suas ações públicas ou semipúblicas a ele ou à cidade vinculadas continuam gerando impacto: a sua chegada à cidade de Santiago de Compostela para celebração duma festa privada com motivo do dia que a Igreja Católica dedica ao Sto. José e duma promessa que a sua mãe fizera ao santo mobiliza os meios informativos da Galiza (por exemplo, “Paulo Coelho visitará”), da Espanha (“El Camino, una y no más”) e do Brasil (“Ana Maria Braga se encontra”).

O aproveitamento político e institucional que acabo de expor implica o entendimento de que elementos do repertório de Coelho são vistos como positivos para os interesses políticos de quem outorgou essas distinções, naturalmente.

O fenómeno que *O Diário de um Mago* e Paulo Coelho representam tem muitas outras dimensões; ele provoca novas e diretas dinâmicas de atividade literária; por exemplo, só na primeira década do século XXI podemos referir as seguintes obras de ficção⁷⁹ (romances) etiquetadas como “Literatura Brasileira”

⁷⁹ Convém lembrar que muitos textos sobre o Caminho de Santiago (o que pode ser estendido a textos que falam de experiências pessoais ou de acontecimentos que têm como referente um espaço conhecido e reconhecido apresentados como autobiográficos ou reais) levam o leitor para importantes confusões. No caso que nos ocupa, ao tratar-se de experiências em que a religião e o sobrenatural perpassam a própria natureza dos elementos referenciais, o que pode ser oferecido como verdade ou como ficção não é facilmente distinguível. Assim, romances tendem a ser elaborados e a receber-se como manifestações verdadeiras; e relatos de viagem oferecem acasos inexplicáveis ou milagres aos seus leitores. O caso de *O Diário de um Mago* é para muitos deles um exemplo relevante do que é lido como verdade apresentando-se, ambigualmente, entre o ficcional e o (auto)biográfico. Estes fenómenos de mistura de planos foram comentados interessantemente como um *continuum* por Daniels e

ou “Literatura Nacional” (portanto, não tratando aqui qualquer outro texto traduzido nem narrativas breves ou outras temáticas como relatos de viagens e aventura, não ficção, espiritualidade, turismo-guias de viagem, livros de arquitetura, de história, etc.)”, ao menos, *O enigma de Compostela*, de A.J. Barros, editado em 2009 na Geração Editorial, de São Paulo, *O Descaminho de Santiago*, de Sílvio Piresh, publicado em 2010 na Editora Limiar de São Paulo e a trilogia genericamente intitulada *Os Cavaleiros de Santiago*, em três volumes (*Conspiração*, 2007; *Salvatierra*, 2008; *O Templário*, 2009), publicada pela Editora Corifeu, do Rio de Janeiro, todas vinculáveis ao repertório de *DM*. E isto, para além das numerosas reedições de *O Diário de um mago*, publicado inicialmente em 1987.

Além do literário, a obra de Coelho atua também como referência para visitantes brasileiros à Galiza. Mas não só. Seguidamente damos dados totais e por países à pergunta “Viu ou leu algum livro/filme sobre o Caminho/Santiago de Compostela?” (1.3.2.4), dados procedentes do projeto referido “Discursos, Imagens e práticas culturais em Santiago de Compostela como meta dos Caminhosa de Santiago”:

Tabela V. Viu ou leu algum livro/filme sobre o Caminho/Santiago de Compostela?*País

% dentro de País		País				Total
		GZ	ES	PT	BR	
Viu ou leu algum livro/filme sobre o Caminho/Santiago de Compostela?	Não	30,7%	42,4%	43,1%	29,8%	37,9%
	Sim	49,5%	40,8%	32,6%	53,3%	43,2%
	Não lembra	0,3%	0,1%		0,3%	0,1%
	NR	19,6%	16,7%	24,3%	16,7%	18,8%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Rycroft (1993) a propósito de perspectivas antropológicas e diversos géneros narrativos. No meu caso, trato este assunto em Torres Feijó, 2014.

E estes são os resultados considerando apenas os dados de quem respondeu afirmativamente e indicam o consumo de diferentes tipos de produtos culturais; oferecemos, para o caso que nos ocupa, os dados separados do corpus ficcional (em que se insere a obra de Coelho) e o peso que a obra de Coelho ocupa neles:

Tabela VI. Respostas Afirmativas a Viu ou leu algum livro/filme sobre o Caminho/Santiago de Compostela*País.

	País				Total
	GZ	ES	PT	BR	
LIVROS Total	58	121	46	130	355
Ficção	38	79	29	111	257
De Paulo Coelho	12	35	21	104	172
<i>O Diário de um Mago</i>	8	21	13	48	90
<i>O Alquimista</i> e outros	4	14	8	56	82
De outros autores	26	44	8	7	85
Não ficção	20	42	17	19	98
Guias turísticos	12	30	6	11	59
Outros	8	12	11	8	39
AUDIOVISUAIS Total	141	225	70	78	514
Ficção	104	146	54	43	347
Filmes	104	146	54	43	347
Não ficção	37	79	16	35	167
Reportagens	22	41	9	18	90
Documentários e tv	15	38	7	17	77
Total	199	346	116	208	869

Esta é a mesma tabela mas se considerarmos a resposta genérica “séries” como ficção audiovisual:

Tabela VI.1. Respostas Afirmativas a Viu ou leu algum livro/filme sobre o Caminho/Santiago de Compostela*País. Audiovisual como ficção

	País				Total
	GZ	ES	PT	BR	
LIVROS Total	58	121	46	130	355
Ficção	38	79	29	111	257
De Paulo Coelho	12	35	21	104	172
<i>O Diário de um Mago</i>	8	21	13	48	90
<i>O Alquimista</i> e outros	4	14	8	56	82
De outros autores	26	44	8	7	85
Não ficção	20	42	17	19	98
Guias turísticos	12	30	6	11	59
Outros	8	12	11	8	39
AUDIOVISUAIS Total	142	235	71	79	527
Ficção	105	156	55	44	360
Filmes	104	146	54	43	347
Séries TV	1	10	1	1	13
Não ficção	37	79	16	35	167
Reportagens	22	41	9	18	90
Documentários e tv	15	38	7	17	77
Total	200	356	117	209	882

Fonte e Elaboração do Grupo Galabra

Tabela VII. Número de livros/filmes sobre o Caminho/Santiago de Compostela mencionados*País.

	País				Tot
	GZ	ES	PT	BR	
Livros	38	79	29	111	257
Filmes	104	146	54	43	347
Reportagens	22	41	9	18	90
Documentários e tv	15	38	7	17	77
Outros	8	12	11	8	39

Graficamente; no total e por países, temos:

Figura II. Número de livros/filmes sobre o Caminho/Santiago de Compostela mencionados*País

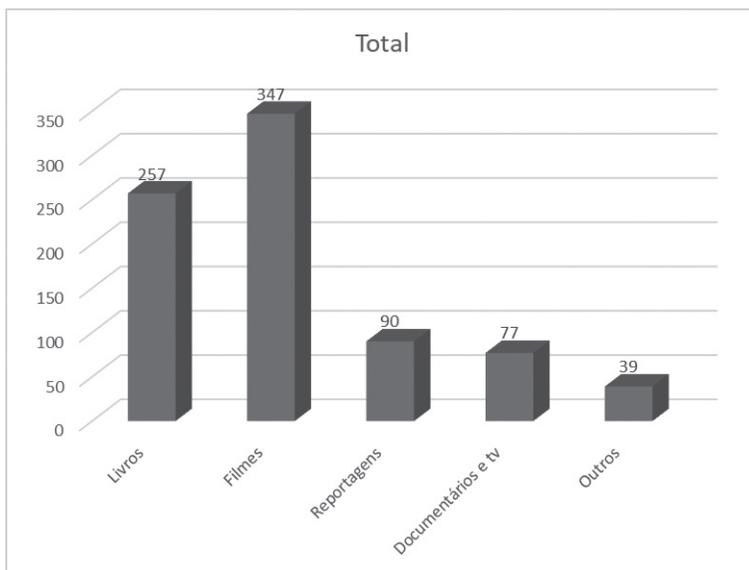


Figura III Número de livros/filmes sobre o Caminho/Santiago de Compostela mencionados*Brasil

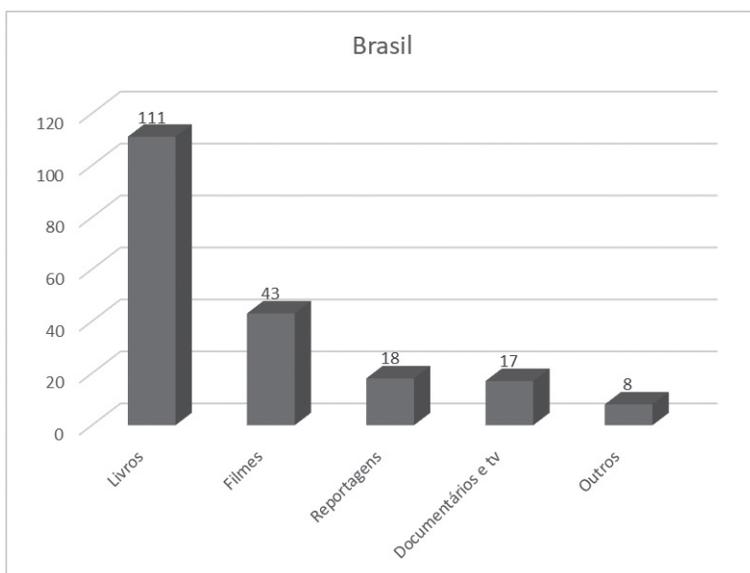


Figura IV. Número de livros/filmes sobre o Caminho/Santiago de Compostela mencionados*Portugal

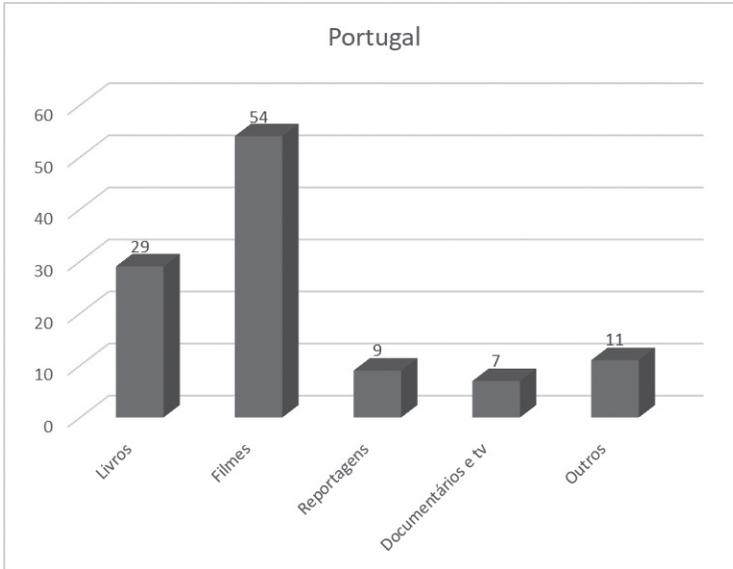


Figura V. Número de livros/filmes sobre o Caminho/Santiago de Compostela mencionados*Espanha

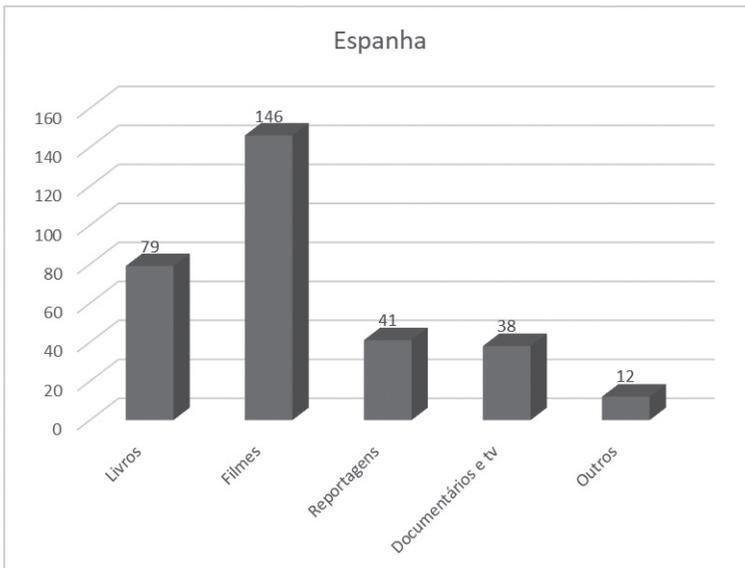
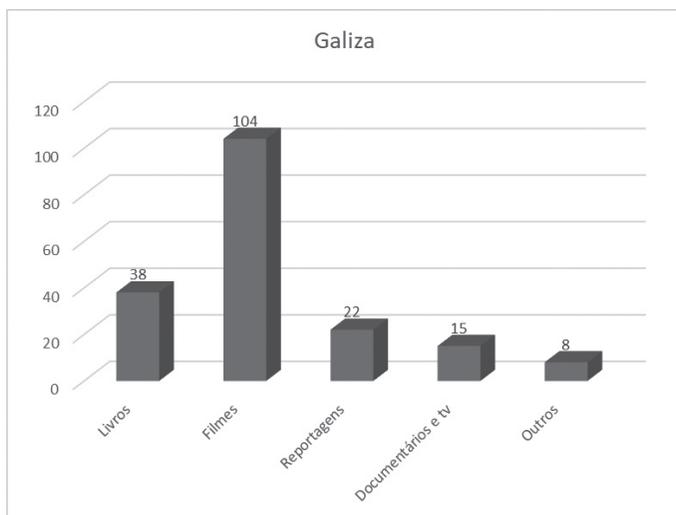


Figura VI. Número de livros/filmes sobre o Caminho/Santiago de Compostela mencionados*Galiza



E este é o número de referências a Coelho e ao conjunto de restantes autor@s nos livros de ficção:

Tabela VIII. Livros de ficção. Referências a Paulo Coelho e restantes autor@s*País

	País				Total
	GZ	ES	PT	BR	
Paulo Coelho	12	35	21	104	172
Outros autores	26	44	8	7	85
Total	38	79	29	111	257

O que nos dá a seguinte proporção:

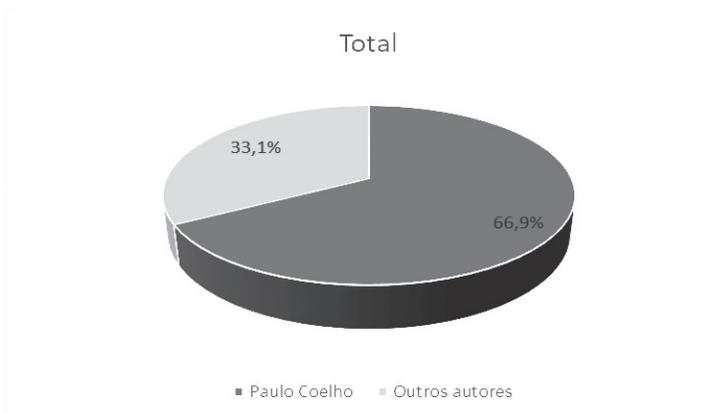
Tabela IX. Livros de ficção. Referências a Paulo Coelho e restantes autor@s*País. Proporções

	País				Total
	GZ	ES	PT	BR	
Paulo Coelho	0,31578947	0,44303797	0,72413793	0,93693694	0,6692607
Outros autores	0,68421053	0,55696203	0,27586207	0,06306306	0,3307393
Total	1	1	1	1	1

Fonte e Elaboração do Grupo Galabra

Graficamente:

Figura VII. Livros de ficção. Referências a Paulo Coelho e restantes autor@s*País.



Por países:

Figura VIII. Livros de ficção. Referências a Paulo Coelho e restantes autor@s*Brasil

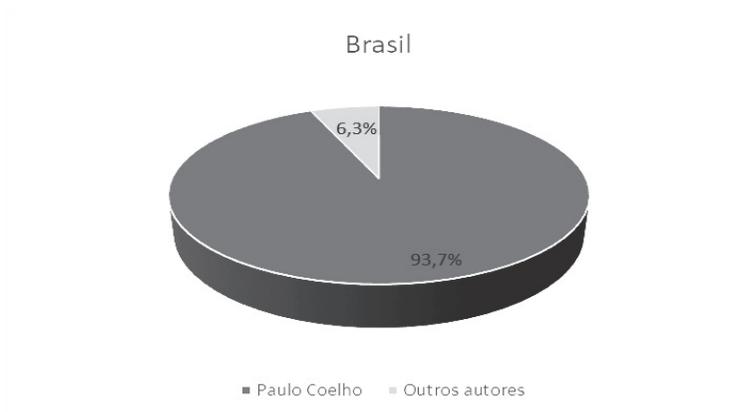


Figura IX. Livros de ficção. Referências a Paulo Coelho e restantes autor@s*Portugal.

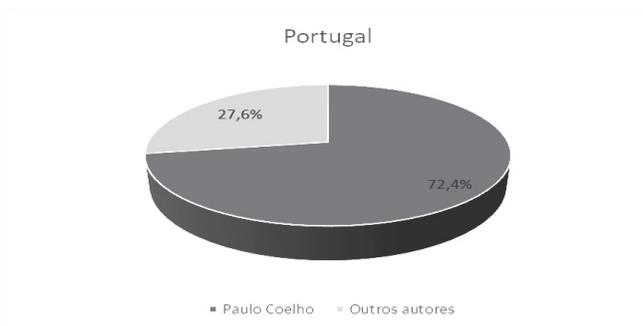


Figura X. Livros de ficção. Referências a Paulo Coelho e restantes autor@s*Espanha

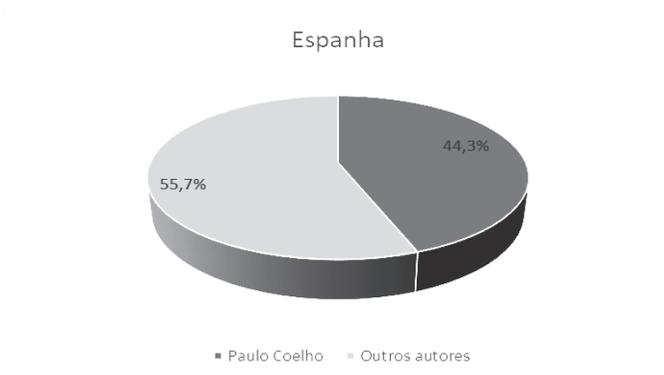
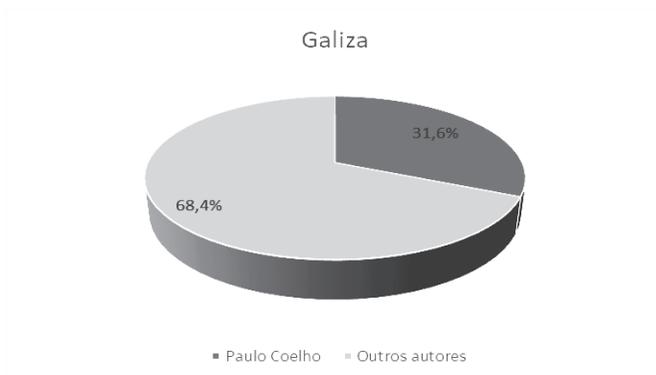


Figura XI. Livros de ficção. Referências a Paulo Coelho e restantes autor@s*Galiza.



Fonte e Elaboração do Grupo Galabra

Repare-se que, à pergunta sobre se leram ou viram algum livro/filme sobre o Caminho/Santiago de Compostela, as pessoas citam, em algum caso, mais de uma referência. E note-se que, com independência da confiabilidade ou não da resposta (e isto, mesmo tendo em conta que, para algumas pessoas, afirmar a leitura de Coelho pode ser entendida como mostra de baixo capital cultural, por determinadas elites considerarem os seus textos secundarizados, atribuindo-lhes a consideração de baixa qualidade, dada a índole de *best-seller* e popular, a que as elites literárias são refratárias como mecanismo de defesa das suas posições⁸⁰) o facto significativo é que ele está presente esmagadoramente como referência para as pessoas do Brasil.

E é que a obra de Coelho pesou e pesa muito: perguntados os visitantes objeto das nossas entrevistas se eles leram algum romance ou viram um filme sobre o Caminho ou Santiago, deram o nome de

⁸⁰ Cfr. Filho (1999) ou Andrade (2004). A wikipédia também recolhia estas críticas e outras informações a este respeito, numa alínea sobre Paulo Coelho intitulada “Crítica” (“Paulo Coelho”) na sua versão espanhola:

A pesar de su éxito de ventas, es considerado por un sector de la crítica como un autor menor [nota-de-rodapé: Renée, Diana (22 de agosto de 2007). «Múltiple y polémico, Paulo Coelho cumple 60 años». Argentina: Perfil. Consultado el 10 de febrero de 2011], debido principalmente a la simpleza de sus construcciones gramaticales, tomadas, en su mayoría, de textos antiguos como la *Biblia*, *Las mil y una noches*, el *Mahábhārata* y el *Ramayana*. Para algunos, *El alquimista* sería una versión extendida de *Historia de dos que soñaron*, un cuento de Jorge Luis Borges, quien sí anota al pie: «Tomado de *Las mil y una noches*». El ensayista y doctor en literatura Janilto Andrade publicó un libro titulado *Por que não ler Paulo Coelho* [[nota-de-rodapé: Andrade, 2004], en el que hace una crítica nada generosa de *El alquimista*. Apunta a las contradicciones, los personajes mal contruidos, en definitiva, a la falta de coherencia [nota-de-rodapé: «Livro critica Paulo Coelho» /hipervínculo a http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-2--13-20050104/ (en portugués). Londrina, Paraná, Brasil: Bonde (4 de enero de 2005). Consultado el 11 de febrero de 2011]. Clandestino Menéndez, en su libro *Cuadernos críticos*, hablando sobre *El alquimista*, hace mención a la falta de sentido del humor del autor y critica el hecho de que Coelho esté convencido de saber verdades [[nota-de-rodapé: Clandestino Menéndez (2005). *Cuadernos críticos*: Madrid: Literaturas Comunicación, p. 228] Asimismo el autor colombiano Héctor Abad Faciolince publicó un artículo, titulado “¿Por qué es tan malo Paulo Coelho?” en el que criticaba, principalmente, la estructura simplista de la mayor parte de la producción literaria de Coelho, comparándola con las estructuras descritas en el estudio sobre las formas canónicas del cuento infantil llevado a cabo por Vladimir Propp [nota de rodapé: Esther Gloria (2004). *Paulo Coelho: Los senderos del peregrino* (en español). Madrid, España: Ojos de Papel Ediciones SL.ISBN 8496138089. Consultado el 11 de febrero de 2011].

Paulo Coelho 55,1% das pessoas que citam livros (Tabela XI). Se, em alguns casos, essa referência pode não significar conhecimento explícito, a referência expressa de *O Diário de um Mago* significa um maior grau de familiaridade. Do conjunto citado, *O Diário de um Mago* responde por 25,35% dos livros indicados; 110,35 de livros e filmes, constituindo 4,9% da amostra total. Se levarmos em conta que isso pode envolver algum tipo de conhecimento direto e, acima de tudo, que as ideias ali expostas podem circular de maneiras diferentes sem que a leitura do livro seja a sua fonte direta, podemos deduzir que há um peso importante de Coelho e a sua obra nas referências sobre Santiago e o Caminho. No âmbito da ficção, 66,9% das pessoas que citam livros, citam Paulo Coelho. Naturalmente, a incidência está concentrada em pessoas do Brasil, 93,7%. Mas 72,4% das alusões vêm de Portugal e 44,3% do estado espanhol. O 31,6% da Galiza mostra uma maior diversidade.

Coelho e seu livro são conhecidos... Quase 10% menciona-o explicitamente quando perguntado se eles leram um livro ou viram um filme sobre Santiago ou o Caminho. A percentagem é alta, mas destaca-se mais se levarmos em conta que, reiteiro, em termos de capital cultural e simbólico legítimo, declarar a leitura de um best-seller, assumido como esotérico e de autoajuda e considerado no campo da produção restrita como de menor qualidade, como vimos em capítulos anteriores, é mais difícil.

Vejamos, finalmente, estas tabelas para termos uma ideia mais aproximada do que a obra de Paulo Coelho representa. Começamos por lembrar que existe uma maioria de pessoas que viu filmes ou leu livros sobre Santiago de Compostela e o Caminho (Tabela V), com percentagens que superam 50% no caso do Brasil, o que indica uma procura deste âmbito mui ligada ao fenómeno jacobeu; ou que se aproximam muito dessa cifra, caso da Galiza, o que se explica ambientalmente (inseridas num espaço em que a questão do Caminho está crescentemente presente). Estas cifras provavelmente indicam também um tipo de visitante mais diversificado no caso português

quanto às suas procuras, em relação aos outros grupos e não diferenças de capitais económico ou cultural. Outros meios citados (documentários, séries, guias de viagem, etc.) não oferecem dados quantitativamente significativos, exceto o de 16,1% de visitantes procedentes de Portugal que manifestam ter consultado páginas web ou vídeos na internet.

O caso brasileiro volta a destacar porque é através de livros, provavelmente usados como fonte documental, que o seu conhecimento de Santiago ou a Galiza destes produtos culturais:

Tabela X. Livros*País

% dentro de País						
		País				Total
		GZ	ES	PT	BR	
Livros	-	74,0%	70,3%	65,3%	35,6%	62,5%
	+	26,0%	29,7%	34,7%	64,4%	37,5%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Neste quadro de situação, a presença de Paulo Coelho é alta em todos os âmbitos geo-humanos analisados:

Tabela XI Paulo Coelho*País

% dentro de País						
		País				Total
		GZ	ES	PT	BR	
Paulo Coelho	-	74,5%	65,0%	51,2%	14,8%	44,9%
	+	25,5%	35,0%	48,8%	85,2%	55,1%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Repare-se que, se na Galiza, Coelho foi distinguido e publicitado e atinge 25,5% de conhecimento, esses números são ultrapassados

nos outros casos, revelando ser um fenómeno de forte magnitude e projeção, esmagadora no caso brasileiro.

Os dados permitem-nos traçar um perfil das pessoas que aludem a *O Diário de um Mago* como conhecimento prévio que pode ser facilmente aproximado, pelo menos como hipótese, da sua leitora em geral: um pouco mais de mulheres que de homens, entre 30 e 50 anos cerca de 45% (jovens não leem – tanto – Paulo Coelho...); e, esmagadoramente, com estudos superiores; 42%, com renda económica ligeiramente acima da média da amostra.

Dou estes dados por vários motivos. O primeiro é porque é possível estabelecer perfis sociodemográficos das pessoas e cruzá-las com as suas práticas; e porque é possível, conseqüentemente, estabelecer homologias entre repertórios de textos ou outros produtos e práticas culturais, que permitem, por sua vez, estabelecer perfis sociodemográficos dos consumidores. Há mais repercussões e motivos, mas quero apenas citar mais um: ir ao encontro de alguns preconceitos existentes sobre o tipo de leitores que certos textos e certos autores têm...

Coelho invoca o seu texto como principal referência do Caminho, a partir do prólogo já referenciado que acrescentou a *O Diário de um Mago* em 2001, “Quinze anos depois...”. De modo mais ou menos direto, o texto e a atividade de Coelho como primeiro e principal promotor da realização do Caminho de Santiago para brasileiros é plural e vai desde o estabelecimento de pessoas do Brasil como alberguistas e hospitaleiros, sobretudo no Caminho Francês (crescente nos inícios do século XXI; cfr. Paz; Azevedo), até ao número mesmo de pessoas do Brasil que realizam o Caminho de Santiago ou ao surto de entidades vinculadas ao Caminho e ao Apóstolo, casos, por exemplo, da ACASARGS (Associação de Amigos do Caminho de Santiago de Compostela do Estado de Rio Grande do Sul) ou da Confraria do Apóstolo Santiago, do Rio de Janeiro. Em 2018, associações brasileiras do Caminho de Santiago realizavam em Salvador o seu IX Encontro (“Las Asociaciones de Brasil”). Em 2014, o Caminho de Santo Antônio

da Patrulha foi credenciado pelo Governo galego como o primeiro caminho preparatório oficial no Rio Grande do Sul para treino do Caminho de Santiago (“Santo Antônio da Patrulha inaugura”).

O vínculo de Coelho não fica pelo Caminho a Santiago. Com independência de influências diretas ou não, facto é que a sua elaboração em relação com o Caminho pode ter tido e estar tendo efeitos igualmente nos espaços (públicos) do Brasil, ao ter sido Coelho o grande vulgarizador moderno no seu país de origem: o narrador de *O Diário de um Mago* afirma ter feito previamente peregrinação ao Santuário de Aparecida do Norte, no Brasil (10)⁸¹ antes de vir fazer o CS (Caminho de Santiago), de onde trouxe uma imagem sobre umas conchas (10) que acabará por deixar no túmulo do Apóstolo Santiago, como se nos narra no significativo “Epílogo: Santiago de Compostela”, na última página do romance (104): em 2003 nasceu no Brasil o Caminho da fé, “inspirado no milenar Caminho de Santiago de Compostela (Espanha)”, “criado para dar estrutura às pessoas que sempre fizeram peregrinação ao Santuário Nacional de Aparecida, oferecendo-lhes os necessários pontos de apoio [“Caminho da Fé”]. “A idéia da sua criação ocorreu após um dos organizadores percorrer por duas vezes o conhecido caminho espanhol. Imbuído do propósito de criar algo semelhante no Brasil, convidou alguns amigos aos quais expôs seus planos, tendo recebido pronta acolhida dos mesmos”. Em diferentes pontos do Brasil foram constituídas associações de peregrinos vinculados ao Caminho de Santiago (“Links interessantes”). Em 2006 foi criada a Associação Brasileira dos Amigos do Caminho da Luz, cuja inspiração é também a do Caminho de Santiago (chegam

⁸¹ As rotas de peregrinação habituais no Brasil e as novas que têm surgido (ou se têm reformulado) à raiz do que podemos chamar “o modelo do Caminho de Santiago” merecem uma análise mais pormenorizada que não procede neste trabalho. Vid., para a questão, Carneiro, 2004; Steil/Carneiro, 2008; Toniol, 2011. Convém assinalar que alguma especialização dos Caminhos brasileiros pode ser anotada em função do repertório dominante no caminho de Santiago; o da Luz mais virado para o lado telúrico, esotérico, de autoajuda; o da Fé religioso; o Caminho do Sol, o pioneiro desta classe, apresenta-se como treino (também para realizar o Caminho de Santiago; “Caminho do Sol”); os “Passos de Anchieta” insiste mais do que os outros no caráter patrimonial da rota (“Passos de Anchieta”).

a usar a mesma sinalética de setas amarelas; vid. “Caminho da Luz”), “uma rota de peregrinação de aproximadamente 200 km que pode ser percorrida a pé em 7, 8 ou 9 dias”.

No caso da obra de Coelho estamos, pois, perante a literaturização e uso modelar de uma rota, em vários níveis e com diversos efeitos em grupos sociais ou comunidades; como no caso de Aracataca na (progressiva) literaturização dum espaço. A literatura mostra, nestas esferas, o seu pouso de prestígio: prestígio que projeta sobre os espaços concretos a que autor e/ou obra se vinculam, e que, por inerência, se transportam ao atrativo desses espaços e os seus usos consequentes; e o cálculo de que essa maior literaturização vai atrair visitantes mais exigentes (Herbert, 1996: 77); e, provavelmente, com o correlato de maior poder aquisitivo e maiores despesas. Tanto está manifestando a literatura o seu prestígio ou, mais alargadamente e noutra dimensão, o reforço legitimador que ela pode projetar que muitas pessoas que visitam esses espaços não tiveram como motivação fundamental o contato direto com a obra ou a figura do escritor em foco. Analisando alguns casos na França, conclui Herbert (1996: 84)

The case studies showed that for these places the concept of the dedicated artistic or literary ‘pilgrim’ found little support. Many kinds of people visit Cabourg, Pont-Aven and Auvers. They are by no means connoisseurs of literature or art and most have no detailed knowledge of the writer or artist. The evidence suggests that the large majority gain pleasure from their visit and although that pleasure derives from various sources, which include the opportunity to relax, to enjoy good company, to taste the ambience of a place and to ‘gaze’ at beautiful scenes, there is also for many the feeling that they have had some contact with a writer or artist and with the environments which they inhabited. Only minorities visited these places with a pre-existing sense of meaning or emotional attachment but many may have gained something of these attributes during their visit.

Encontramo-nos, assim, perante várias dimensões do literário, passíveis de serem historiadas e comparadas, com resultados provavelmente interessantes quanto à trajetória e à vida literária das diversas comunidades, como também aos processos de elaboração de coesões, identidades e atrativos; quero assinalar duas, apenas enunciando-as:

a) Dimensão turística da literatura: ela atribui legitimidade e prestígio e faz emergir o afã de desenhar rotas literárias (uma dimensão que, ainda que com alguma tradição, parece ainda estar por desenvolver-se globalmente como atrativo turístico e caráter massivo – James, 2013 –, e massificador)

b) Dimensão diplomática cultural da literatura: o que ela tem a ver com o fluxo de pessoas e os olhares e consumos que elas produzem⁸².

Certamente, as duas dimensões estão, em muitas esferas, realmente unidas e funcionam conjuntamente. O fenómeno turístico propicia encontros entre segmentos de comunidades (mais compacto no caso de quem recebe, mais individualizado no caso de quem chega) e contribui para gerar imagens mútuas mutuamente elaboradas a respeito da comunidade recetora e da de origem.

O fenómeno do turismo e, mais alargadamente, do interesse por (e da crença em) o conhecimento de Outr@ vinculado à literatura está propiciando mesmo regulações e atribuições de valor institucional relativamente novidasas e que, por sua vez, incidem nas relações intercomunitárias a que antes me referia. Nos últimos anos, a UNESCO

⁸² Joseph Nye, dedicado à ciência política, é considerado o teórico iniciador deste conceito de “diplomacia cultural”, a partir dos seus estudos de 1990 (*American Power*, New York, Basic Books) e 2004 (*Soft Power: The Means to Success in World Politics*, New York, Public Affairs), em que pretendia mostrar que os Estados Unidos da América não poderiam manter a sua posição mundial sobre a base da imposição militar, económica e política, e anotava a necessidade de recorrer a outras vias de relacionamento, na esfera do atrativo ideológico ou cultural. Neste sentido, Nye contrapõe o conceito de *soft power* ao de *hard power*, que basearia a política exterior na coerção ou na recompensa, frente às ações pertencentes ao *soft power*, tendentes a atrair outros países aos valores ou objetivos do país emissor através da cultura e da persuasão.

impulsou um programa e fixou estes critérios para as cidades candidatas à distinção de “cidade de Literatura”, que inclui também agentes envolvidos na atividade literária: (“What is the Creative Cities Network?”; “Do you have what it takes to become a UNESCO City of Literature?”)

- Quality, quantity and diversity of publishing in the city
- Quality and quantity of educational programmes focusing on domestic or foreign literature at primary, secondary and tertiary levels
 - Literature, drama and/or poetry playing an important role in the city
 - Hosting literary events and festivals which promote domestic and foreign literature;
 - Existence of libraries, bookstores and public or private cultural centres which preserve, promote and disseminate domestic and foreign literature
 - Involvement by the publishing sector in translating literary works from diverse national languages and foreign literature
 - Active involvement of traditional and new media in promoting literature and strengthening the market for literary products.

Como pode ser observado, este tipo de fenómenos colocam-nos também diante dum conjunto de atividades (as ligadas à vida ou à obra de um escritor) que manifestam uma relevância económica notável; e, também, em muitos casos, relacional e identitária, com consequências na comunidade local, positivas ou negativas. Dum ponto de vista genérico, essas atividades podem ser inseridas no quadro do que, desde há alguns anos, é denominado diplomacia cultural, no que diz respeito à relação de pessoas pertencentes a comunidades diferentes que esta classe de atividades propiciam. Lembremos que, neste tipo de contatos, há vários níveis, complexos e entrecruzados:

1. O imaginário desenvolvido em relação ao conjunto geo-humano vinculado à obra ou à trajetória e biografia do autor.
2. Os usos efetivos a que esse imaginário conduz.
3. A oferta e, em geral, as possibilidades de uso da comunidade local.

Todos estes itens, naturalmente, estão configurados de maneira complexa; na produção de imagens, do que chamei agora imaginário, intervém a recepção, direta ou indireta, da produção do autor e da sua biografia e trajetória e apresentam diversidade de agentes. Sobre a base de trabalho empírico e relacional entre diversos corpus (discursos, imagens, práticas das pessoas) é possível estabelecer comparações de repertórios (Even-Zohar, 1997), capitais e habitus (cfr. Pierre Bourdieu, 1979) e tentar definir homologias de perfis de setores sociais, culturais, económicos que ajudem a entender os modos de recepção e/ou de uso das ideias veiculadas nos textos.

Igualmente, noções como o autêntico e o verdadeiro podem ser abordadas. Por exemplo, no contraste entre as visões literárias dos visitantes e o resultado das suas visitas; ou entre a recepção/imaginação do espaço (ou a sociedade, ou outros aspetos) através do texto literário e a recepção do espaço mediado ou não pelo discurso literário: o verdadeiro de quem visita vs. o verdadeiro da experiência de leitura, sejam quais forem, (novas) formas de leitura e de recepção a que parece razoável e útil atender dentro dos estudos de literatura e sociedade, no quadro da literatura como processo social, entre outras cousas pelo seu peso na fabricação de ideias e na interpretação do outro, d@s Outr@s.

Um programa de análise de comunidades.

São muitos e verdadeiramente variados os casos de uso de textos literários e escritores por parte de pessoas, agentes ou setores diversos. Uma rota literária é, entre outras cousas, uma proposta de realidade,

primária e/ou secundária, apelando para a imaginação realista ou ficcional e um modo, complexo, de entender a realidade. Em muitos desses casos, os espaços e as comunidades são ressemantizados e operam transformações nos hábitos e formas de vida locais; os expostos são dous claros exemplos disto. Nos dous, a literatura joga um papel fundamental nessa ressemantização e ajuda a entender modificações culturais, sociais, económicas e até políticas; mas, também, permite interpretar e explicar questões relativas às coesões e aos conflitos; disposições e habitus de utentes, locais e visitantes; elementos básicos e periféricos que nutrem essas identidades e coesões; resiliências, resistências e adaptações dominantes. Deste ponto de vista, estudar a comunidade afetada a partir dos repertórios veiculados nos textos e dos seus usos potenciais e efetivos pode ser uma tarefa verdadeiramente útil; labor de componente antropológica, turística, sociológica, económica, histórica, geográfica, urbanística, política, isso tudo, sim, mas labor também de quem estuda a literatura e, ainda mais e especialmente, de quem entende a literatura como processo social e como parte da cultura.

Entendo que, neste tipo de pesquisas, um valioso programa de autoanálise pode abrir-se, com um conjunto de perguntas entrelaçadas, entre as quais aquelas que se referem a seleções e interesses: O que é selecionado (e o que é preterido) dos textos e das vidas dos autores? Para quem? O que é o que interessa aos agentes da comunidade transmitir e para quê? Como se encaixam os repertórios selecionados com os conjuntos repertoriais, identitários e de modos de vida da comunidade local? Como eles são encaixados polos agentes? O que é o que interessa a quem visita através das propostas que lhe são feitas utilizando como veículo a literatura? Em que medida o seu olhar sobre a comunidade é reforçado ou modificado? Em que medida podem estar alicerçando ou transformando a comunidade local?

Os resultados obtidos serão valiosos porque têm incidência na comunidade; certamente, estas perguntas podem ser dirigidas ao conjunto de ideias e imagens veiculadas através dos textos e dos

autores (por exemplo, mediante a distribuição e a tradução); mas a análise do **uso** do escritor e dos seus textos (portanto, como meio e não como fim em si mesmo) permite explicar determinadas receções, funções atribuídas, funcionamentos sociais associados a textos e autores; e o rol e as leituras que agentes, setores ou o conjunto das comunidades fazem dos seus autores e textos, o que estas implicam para a comunidade nas práticas sociais associadas (que se solicitam aos que visitam) e no grau de adequação com os seus modos de vida. Através dele vão ideias, modos de ser, paisagens, territórios, formas de vida, história, língua, costumes, gastronomia, etc.: eis a chave da fabricação de ideias a que antes me referia. E vão transmitidos em determinadas formas com determinados públicos alvo e concretos recetores reais.

Há, pois, todo um programa de análise de repertórios que deve incorporar uma forte e rigorosa base empírica, através de trabalho de campo com pessoas e grupos, mediante entrevistas quantitativas e qualitativas, observações participantes, grupos de discussão, etc., e desenvolvendo processos de classificação e objetivação derivados da Análise de Redes Sociais, da Análise do Discurso, da mineração de textos e, em geral, de Processamento de Linguagem Natural, dos corpora verbais utilizados (desde os textos até aos depoimentos de pessoas entrevistadas). Sem dúvida, uma sólida formação em estudos da literatura e trabalho com textos ficcionais pode ser mui útil para a análise e interpretação das ideias que eles veiculam e as suas potenciais receções.

Doutro ponto de vista, as respostas obtidas apresentam um importante componente planificador, cujos resultados podem orientar a comunidade nas suas decisões; as respostas a essas perguntas podem contribuir para explicar dinâmicas sociais que, por exemplo, possam estar afetando a coesão da comunidade em termos benéficos ou prejudiciais para ela. As pessoas dedicadas à investigação podem, portanto, divulgar os resultados por meios acessíveis à comunidade e pensar em transferir e, no caso, aplicar os resultados das suas

pesquisas; igualmente, pode abrir-se um espaço de intercâmbio com membros da comunidade a fim de trabalhar em direções de melhoras na qualidade de vida das pessoas a partir dos dados e as análises realizadas. Disciplinas como estas das Ciências Humanas estão necessitadas de pensar-se em termos dessa aplicabilidade e de Compromisso Social Investigador, como enunciarei no próximo capítulo: trabalhar com grupos e comunidades que possam beneficiar do trabalho de pesquisa.

Em definitivo, uma proposta de análise da literatura como meio para produzir conhecimento sobre comunidades, em várias e produtivas dimensões, nas relações entre as sociedades e a sua afetação desde instâncias políticas e institucionais; e uma proposta de trânsito para os estudos da cultura desde os estudos tradicionais de literatura, cujo percurso pode oferecer explicações de relevância e interessantes transferências, além de ferramentas metodológicas de utilidade para a pesquisa nestes âmbitos.

**NARRATIVA(S) E COMUNIDADE(S).
PARA UMA INVESTIGAÇÃO CONSILIENTE,
TRANSDISCIPLINAR E SOCIAL**

1. Narrativa estruturante, narrativa estruturada. Bem e ferramenta.

As escavações lideradas por Klaus Schmidt em Göbekli Tepe viriam pôr de manifesto uma ideia que Hartley e Potts desenvolvem como nuclear (2014: 62-65): a narrativa deu lugar à comunidade, à sua relação e estrutura política e económica; “primeiro foi o templo, depois a cidade (“Zuerst kam der Tempel, dann die Stadt”, K. Schmidt, 2000). A particularidade do local é que ele é o santuário mais antigo até agora descoberto (provavelmente, do XI milénio antes de Cristo), e que, provavelmente também, foi um grupo nómade quem o construiu, dado que a sedentarização é considerada como aparecida a partir do X milénio antes de Cristo. Essa narrativa que o conjunto monumental de Göbekli Tepe constitui daria lugar à *polis*, à cidade. Esta tese, que também suscitou críticas e diversas interpretações (E. B. Banning, 2011), coloca uma questão sobre a que vale a pena deter-se, da perspectiva das relações entre narrativas e comunidades, presente na Arqueologia ou na Antropologia (Hayden White, 1987; Anderson, 1991, dum ponto de vista historiográfico), mas menos retida como importante no âmbito dos denominados estudos literários: a do vínculo existente entre Narrativa e Comunidade; que há narrativas geradas pola comunidade ou polos seus indivíduos, mas que há também narrativas que geram comunidades ou elementos fundamentais

dela; ou, de modo mais complexo e isento, a da inter-relação entre narrativas e comunidades. Karl Marx já chamara a atenção sobre esta inter-relação; e, ainda que Hurtlely e Potts, no seu livro, argumentam que a hipótese de Marx, segundo a qual a estrutura económica é a geradora da superestrutura ficaria invalidada, o pensador alemão formulou, também de modo mais complexo, essa inter-relação. Na Teoria de Marx, a comunidade estaria gerada a partir das relações de produção estabelecidas, correlacionadas com as forças produtivas e em mútua interdependência. Deste ponto de vista, a estrutura económica e as classes sociais seriam as determinantes da sociedade, moldando as expressões ideológicas e subjetivas, entre as quais a religião ou a literatura, constitutivas, juntamente com outras expressões, da relação com o meio e das relações sociais, da consciência social da sociedade. A superestrutura teria nelas o seu assento, como “materialização de instituições e formas de consciência social” (Barbosa); e, sobre essa estrutura levanta-se a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social [Marx, K. (1859)]. Na teoria marxiana, portanto, a relação entre estrutura e superestrutura deve ser vista não como linearidade mecanicista mas como dialética e interdependente; aquela, responsável pela produção e reprodução da vida material, e a superestrutura, responsável pela produção e reprodução da vida política e espiritual (Barbosa). A importância destas reflexões de Marx para o tema que me ocupa estriba-se na importância que ele dá a outro aspeto focado também no livro aludido de Hurtlely e Potts: a determinação da consciência do ser humano não pela sua consciência individual mas pelo seu ser social [Marx, (1859)], o que não está na base do sustentado por Hurtlely e Potts. Dito de outra forma, Marx não reconhece nas leis, nas formas do Estado, nas expressões subjetivas dos indivíduos, segmentos e classes sociais uma autonomia e independência da estrutura, ou seja, das condições materiais de existência da sociedade, sendo que, para ele, a compreensão das superestruturas exige, necessariamente, um movimento de investigação que parta da estrutura ([Marx, (1859)])

e, como indica Barbosa, sublinha ser preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições económicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. A sociedade concreta, portanto, diferenciada socialmente, ordenada a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção e cujos níveis e formas de organização da vida social – a propriedade, a família, o Estado, a religião, etc. – estariam sob uma profunda interdependência. A sociedade determinaria o Estado, estando a própria sociedade sujeita a uma hegemonia social. Tratar-se-ia assim (realçando, precisamente, o afastamento de Potts e Hartley da linha exógena dos estudos culturais) de uma oposição ao viés predominante de aplicar as teorias económicas a determinada área, uma vez que nesse caso a própria economia se enquadraria nesses tão amplos moldes da ciência cultural (Jorge de Souza, 2017: 30).

Tendo presente estas considerações, é possível firmar a índole dupla da narrativa quanto à comunidade. Ela é/pode ser um repertório estruturante e, ao mesmo tempo, estruturado das comunidades, na medida que organiza o seu olhar e a sua atividade; e, também ao mesmo tempo, está determinada pelo olhar e a atividade das pessoas.

Essa narrativa não tem por que ser apenas um texto e, ainda menos, um texto literário. Entendendo por narrativa o facto de alguma coisa ser contada, ela pode estar constituída por um conto ou por um provérbio, como também por imagens ou gravuras; e, igualmente, pela disposição dum espaço determinado ou por uma lei ou um rito; a Baixa lisboeta constitui uma narrativa, no seu presente setecentista e no presente atual, como forma organizacional da vida e da atividade social e comercial, como património construído e identitário de Lisboa, como memória de diversos acontecimentos (a começar pela motivação gerada pelo terramoto de 1755) ou como cenário de atividades, por citar algumas das suas dimensões;

é, igualmente, parte da narrativa da cidade. Certamente, como o exemplo manifesta, esses meios e outros podem constituir partes de narrativas mais amplas, constituindo Macro-narrativas, que teriam a mesma funcionalidade contadora, mais ou menos complexa, e que funcionariam como explicações holísticas.

Elas são, pois, ferramentas que, ao mesmo tempo, podem funcionar como bens, como itens que são apreciados como positivos pela própria comunidade ou setores dela. Essa função da narrativa não acaba aí; em muitos casos, ela porta uma outra funcionalidade, explicativa ou normativa, uma forma de entender o mundo ou nele intervir, como uma recomendação para o entendimento e/ou para a ação. Informativa, explicativa, normativa, para a própria comunidade, em ocasiões objeto de patrimonialização, ou para as pessoas ou comunidades que com ela se relacionam. Como bens, a esses elementos, tangíveis ou intangíveis, é atribuído um valor, valores, por melhor dizer, de mui variável dimensão e efeito, cujo grau de reconhecimento, dentro e fora da comunidade, repercute na consideração desta. Doutra ponto de vista, a cultura pode ser considerada “como un conjunto de herramientas para la organización de vida, a nivel coletivo e individual” (Even-Zohar, 1999), ferramentas que podem ser de dous tipos: «passivas» (“procedimientos con cuya ayuda la «realidad» se analiza, se explica, y llega a «tener sentido» para los seres humanos”; “un conjunto coherente de procedimientos con la ayuda de los cuales el mundo se organiza en la mente”) e «ativas» [“los procedimientos con la ayuda de los cuales un individuo puede manejar cualquier situación ante la que se encuentre, así como producir también cualquier tipo de situación” (Even-Zohar, 1999)]; «un repertorio, o una caja de herramientas, de hábitos, habilidades, y patrones mediante el que la gente construye “estrategias de acción”» (Swidler 1986: 273)]. A funcionalidade dos bens é vária: “ennoblecere y consolidar el sentimiento de identidad y bienestar de grandes colectivos”, entre outras, anota Even-Zohar. “Además”, acresce, “la posesión de tales bienes se presenta – a través de la propagación por

parte de quienes tienen interés en la creación o el mantenimiento de la entidad colectiva – como un signo de comunidad y riqueza compartida”. Even-Zohar interpreta, pois, as atividades literárias, e as culturais em geral, como servindo “para proporcionar modelos de explicación del mundo, de la realidad” e “de actuación”. Deste ponto de vista, a literatura é, para Even-Zohar e na sequência dos semióticos russos a que alude (Lotman, Ivanov, Uspenskij) “una institución social muy poderosa e importante, uno de los instrumentos más básicos de la mayoría de las sociedades humanas, para ordenar y manejar su repertorio de organización de vida, es decir, su cultura”.

Todos os coletivos, para funcionarem como tais, precisam de bens e ferramentas comuns, ainda que elas não tenham o mesmo significado para toda a comunidade; com elas garantem a coesão social. De regra, são impostos (a começar, na primeira infância, onde se manifesta com maior força essa imposição, desde a língua aos hábitos sociais). Este tipo de relacionamento e vinculação, não isento de violência e imposição e nem sempre totalmente aceite passiva e pacificamente por todo o conjunto da comunidade, expressa o consenso dessa sociedade, lembremos que no sentido dado por Gramsci (1975, p.143-144; vid. Torres Feijó, 2014). Em ocasiões, a comunidade em geral concorda e preocupa-se por impor e fazer funcionar esses elementos; noutras, essa imposição é feita por elites culturais, que identificam como bom belo ou verdadeiro ao longo dos tempos os elementos que são úteis aos seus interesses.

2. Alguns exemplos literários da Narrativa como bem e ferramenta comunitárias relativas à identidade

As comunidades possuem, pois, um conjunto de possibilidades para organizar as vidas dos seus membros, algumas das quais suficientemente capazes de determinar a existência e o modo de existência da comunidade (vid. Torres Feijó, 2014).

Alguns dos fatores de coesão da comunidade permitem a sua continuidade no tempo e detêm ou partilham já, um valor identitário: um conjunto importante da comunidade identifica-se com eles e eleva-os à categoria de referente coletivo, conscientemente ou não, com os que de algum modo se vincula; a sua perda ou modificação poderia alterar os elementos identificativos e, conseqüentemente, a coesão a que dão lugar ou que garantem. Isto não significa nem força a que todas as pessoas ou coletividades deem o mesmo significado a esses elementos; nem que os mesmos elementos sejam identificativos para todas as pessoas; significa que há elementos que atuam como referentes para um conjunto alargado de pessoas com independência da projeção concreta que estas façam sobre eles. A manutenção deles (ou doutros que os substituam) e a garantia da sua continuidade como elementos de coesão e identidade é o que nos permite falar de sustentabilidade identitária: os mecanismos e fórmulas comunitárias que garantem que a comunidade continue reconhecendo-se a si mesma e mantenha níveis de coesão suficientes para não pôr em risco a sua capacidade integradora do conjunto da comunidade. Do ponto de vista identitário, a comunidade pode oferecer diversas formas de conformação ao longo do tempo e apresentar diversas hierarquias segundo determinadas pessoas e determinados perfis sociais (Torres Feijó, 2015b).

Duma perspectiva orgânico-historicista, a nação é uma entidade que, desde o início da sua existência, conserva elementos nucleares que a definem e distinguem; segundo os casos, raça, território, língua, costumes, etc. Por essa mesma razão, eles devem ser imutáveis e, em todo o caso, serem reconhecidos como próprios polo conjunto comunitário. No sentido patrimonial da história e da cultura nacionais, no entendimento desses elementos como bens, o bom, o belo e o verdadeiro são traços inerentes a essas Narrativas comunitárias e identificadoras, elaboradoras, distribuidoras, promotoras de ideias sobre a comunidade. E, em algumas dimensões e casos, o texto literário e os processos do seu uso (também parte dessas narrativas) constituem, e,

sobretudo, constituíram parte central dessa classe de narrativas. Elas podem ter mui diversas características e modos de funcionamento, entre os quais recepções diferentes e até contrárias a sentidos primigénios, segundo quem, como, quando ou para que as use.

Em síntese, e no que diz respeito às comunidades, essas narrativas podem portar um discurso sobre a comunidade de origem, a própria comunidade, sobre outras comunidades, sobre a relação entre comunidades ou, ainda, sobre a recepção noutras comunidades. O âmbito de estudo que se abre pode atender a diversos fatores quanto aos conteúdos e perspetivas da narrativa, entre os quais há elementos de coesão social e identitárias e à classificação e interpretação da realidade que neles se inclua ou projete. Neste sentido, pode ser oportuno ter em conta o facto de que a elaboração e interpretação das narrativas é igualmente um procedimento e um mecanismo para explicar os códigos e repertórios das pessoas e grupos emissores e recetores. Do ponto de vista metodológico e epistemológico, estas considerações apresentam implicações na focagem da literatura e da produção cultural, como fabricadoras e transmissoras de ideias; e na consideração daquela como parte da cultura entendida como o modo em que as pessoas e as comunidades veem, classificam, organizam e intervêm no mundo; e levam para um olhar *mais cultural e/ou mais social* sobre a literatura.

Neste trabalho irei referir-me, através de investigações prévias, a algumas das dimensões anotadas: a) entendimento da função do texto literário e consequências na apropriação de textos e autores/as por parte das comunidades; b) elaboração de espaços através do texto literário: literaturização de espaços; c) modos de recepção diversos no tempo, no espaço ou no repertório cultural: leituras heteroespaciais, heterotemporais ou heterorepertoriais e ressemantizações; d) (auto)definição e elaboração da memória coletiva; e) definição da comunidade e ressemantizações e usos consequentes; e) consideração antonomásica ou representativa da autoria, da obra ou de elementos desta em relação à comunidade de origem.

Utilizarei só exemplos literários, onde podem estar presentes várias das características indicadas; e serão colocados fundamentalmente como sugestões de pesquisa e reflexão.

2.1. A obra de Camilo Castelo Branco [vs. a obra de Eça de Queirós]: *ser* [vs. *dever ser*] (português)

Como tive oportunidade de anotar (Torres Feijó, 2012), a obra de Camilo representa, por recepção e uso, na História cultural de Portugal, o paradigma romântico luso. Dela, como também da sua vida, é feita uma apropriação desse sentido, em boa medida pelo próprio autor alimentada quanto à elaboração da sua biografia. Funciona também como um par opositivo, de autores (Camilo vs. Eça) e de movimentos culturais (Romantismo vs. Realismo), de tal modo que o que signifique Eça ou Camilo no campo cultural e político portugueses tem muito a ver com as disputas patrimonializadoras e as marcas geradas. Essas marcas procedem das apropriações ou desvinculações que sejam exercidas em relação a obras e autores. Se revisarmos, por exemplo, o uso dos seus textos em âmbitos escolares, académicos ou mediáticos, deparamos com a eventualidade de eles serem vistos como a) ferramentas de análise da sua época e, igualmente, b) da identidade coletiva portuguesa (tanto dentro como fora do contexto comunitário português; a identidade passada e, pelo seu carácter essencial(ista), a presente; e c) polo que os seus possíveis valores patrimoniais e as posições ocupadas possam servir para quantificar e qualificar a 'riqueza cultural nacional/regional'. As obras de cada um deles apresentam duas maneiras de ver e estar no mundo, em que Camilo, como emblema romântico, representaria, em termos patrimoniais, as posições [conservadoras ou, até reacionárias] da cultura e da nação portuguesas; em parte, como o repositório do essencial, do eterno coletivo. E Eça apareceria como líder de um movimento literário e ideológico progressista, com atributos de

modernidade, renovação, *aggiornamento*, nas ideias, nas formas, nos repertórios. Assim sendo, Camilo funciona como um património de índole identitária (*ser português*), vernáculo, frente à obra de Eça (que apelaria para o *dever ser português*, para onde, em seu juízo, Portugal deveria caminhar), estrangeirado/urbano. Entre outros fatores, essa representação de Camilo e da sua obra assenta em factos como o de passar a vida inteira em Portugal, ter muitas obras centradas no âmbito rural português e como personagens muitos elementos pertencentes às classes populares; usar um repertório linguístico identificável pelo comum dos leitores como genuíno e castiço; combater o que julgava estrangeirismo; polemizar fortemente por questões de índole patrimonial e identitária; tratar assuntos históricos portugueses e passionais; ou recorrer à religião e à fé como fórmulas de solução social, em consonância com crenças ou sensibilidades dominantes no seu público ou com o catolicismo em particular. A obra de Camilo, do ponto de vista que aqui venho acompanhando, funciona, na sua conceção do texto também, como um bem estético/histórico, e de entretenimento (ainda que tem um potencial de ferramenta sobre a realidade, particularmente do Norte português, notável, como informante privilegiado).

Por sua vez, os *fatores* do Eça são, neste sentido, quase opostos: ele não viveu em Portugal durante boa parte da sua vida; recorreu a usos linguísticos importados; tratou o urbano e o *moderno*; criticou a religião e os seus veiculadores elevando-os à categoria; recorreu a fórmulas e formas de fazer vistas como espúrias e forâneas por setores contrários às suas teses, para os quais, aliás, o repertório realista apareceria como uma espécie de antiliteratura, ao apresentar-se desprovido do sentimentalismo e da vontade e conceção estéticas impostas pelo Romantismo. Tanto que parte da comunidade leitora, treinada no Romantismo, possivelmente tendeu para uma receção mais *romântica* dos textos realistas, o que pode contribuir para explicar que fossem aspetos como o erotismo os assuntos mais atrativos para ela e que estariam fazendo parte da base de sucessos imediatos

como o de *O Primo Basílio*. A obra de Eça funciona como bem mas, sobretudo, como ferramenta, ético-político/social.

Camilo apresenta o mundo tradicional português, centrado no rural fundamentalmente, como mais genuíno e moralmente superior ao urbano, o seu par contrastivo; apresenta-se como garante da continuidade histórica da comunidade, que conteria valores de autenticidade e estabilidade relativas que o urbano perturba e que no urbano esmorecem ou simplesmente são substituídos por hipocrisia e degenerescência. Porque é o historicamente existente, frente à inovação na cidade e citadina, o rural aparece, sobretudo implicitamente, como o repositório de *o ser português*; e o que seja português está presente da mesma maneira na obra camiliana e constitui um dos núcleos fundamentais do seu legado na História da Cultura Portuguesa. A sua obra aparece como um sistemático e implícito discurso identificador da identidade e o património portugueses, inserida numa determinada tradição, com o que ele seleciona: aldeia, fé, costumes, língua, etc., formulados como um conjunto definidor da nação, estático e essencialista; entre outras cousas, porque as modificações que se produzem nesse conjunto seriam, regra geral, perniciosas.

2.2. Leituras hetero/homo-espaciais/temporais/culturais: *Bichos*, de Miguel Torga

As leituras de textos que se produzem em situações recetivas diferentes da da sua génese tendem, com mais probabilidade, a apresentar dificuldades de compreensão ou interpretações diversas e, até, contrárias ao modo em que se produzem essas leituras em situações iguais à da génese. Diferentes espaços, diferentes tempos, diversos repertórios a ativar na receção geram maiores confusões e incertezas. Quando não se tem clara consciência da índole referencial, da veracidade ou da ficcionalidade do texto ou de segmentos dele,

aparecem, como vimos, duas direções da interpretação do texto literário quanto à sua referencialidade, dado o seu caráter fictivo: a) a de preencher com a imaginação o que é percebido como lacuna; ou b) a de acreditar/duvidar/não acreditar no que o texto diz respeito aos eventuais referentes do que lhe é contado.

O caso de *Bichos* é bom espelho disto (Torres Feijó, 2007). Nada em *Bichos* é estranho ao espaço geocultural transmontano. As palavras, os lugares, a fraseologia, a construção da frase, a perspectiva utilizada, as personagens (os animais e as pessoas referenciadas e a ausência de tipos e, menos, de arquétipos), a marcação dos tempos e das épocas, a natureza, a paisagem, a ordenação social, a disposição do território e dos habitats domésticos, etc., têm referentes reais e próprios dum espaço geo-humano determinado: o rural nortenho de Portugal. Todo esse conjunto pertence a um modo de entender e perspetivar o mundo por parte duma comunidade determinada, filtrada pelos repertórios adicionais usados pelo escritor: provérbios, palavras, sintaxe, léxico, semântica, perspectivas, nomes, topónimos, etc. Esse caráter realista, de plena referencialidade no Norte rural português foi evidenciado nos comentários feitos por Campos Lima n’*O Diabo* (Campos Lima, 1940) sobre o livro, pouco tempo após a sua saída: “A força rude de Miguel Torga transparece cristalina e belíssima nestes contos fortes. A sensibilidade do poeta fecunda estes quadros arrancados à vida, criados com vida. Mas a sensibilidade não deturpa, faz luz, é de um penetrante visão, de um grande poder de análise”, concluindo: “Os seus contos não são propriamente um panorama que se desfruta, são construídos na terra que pisamos, construídos de vida com humanidade e realismo”.

Frente a esta leitura homocultural, já uma leitura mais distanciada, heteroespacial, e heterocultural e, parcialmente, heterotemporal, apresenta, apesar de altamente especializada, um teor em parte diferente quanto à referencialidade e à compreensão cultural do repertório de *Bichos*. Com efeito, António J. Saraiva e Óscar Lopes

na sua *História da Literatura Portuguesa* (pp. 1059-1060, da sua 13ª ed. 1985): afirmam

A obra de Miguel Torga dir-se-ia banhar num ambiente de mitos agrários e pastoris que da sua origem aldeã transmontana remontam aos símbolos bíblicos. A semente, seiva, a colheita, a água, a terra, o vento, o pão, o parto, o pastoreio, Adão e Eva, por exemplo, recorrem nos seus livros, não como simples ideias mas como imagens irradiantes. Numerosos pequenos contos de que é autor (...), dão, por vezes de uma forma tensamente dramática, a dura e simples coragem da vida humana rural e animal despindo os casos de toda a intenção alheia ao ambiente simbólico referido

Essa receção *mítica* (esse “ambiente de mitos agrários e pastoris”) não é justificada. E a presença de “símbolos bíblicos”, se é patente no último dos contos, ‘Vicente’ ou no de ‘Jesus’, não é extensível aos restantes. Parece mais própria do entendimento geral que da obra de Torga é feito como ‘mítica’ e, também, duma leitura distante do âmbito geocultural explicitamente comentado, aliás, o transmontano.

Esta ambivalência na receção é menos heterocultural que aquelas leituras que se manifestam como claramente distanciadas dessa referencialidade rural. Num projeto de classificação exaustiva da fábula em Portugal, *A Fábula na Literatura Portuguesa: Catálogo e História Crítica* (Morais, s.d.) todos os contos de *Bichos* são classificados como “fábula original” exceto ‘Jesus’ e ‘Cega-Rega’, que não aparecem classificados, e ‘Vicente’, classificado como “relação intertextual com o episódio veterotestamentário da Arca de Noé”. E, por referir um texto doutra índole, na Introdução ao *Guia das Aves de Aquilino Ribeiro* Ana Isabel Queiroz (2012) afirma que nos contos de Torga “sobressai a herança do texto fabular, povoado com personagens zoomórficas”. Esta ideia é reiterada em análises de especialistas, como a de Scalfoni Mendes (2007), quem fala de mitologia em Torga como ligada “àquela das sociedades arcaicas

do que à fábula clássica”, seguindo a Teresa Rita Lopes (1993: 13), no entendimento que esta faz do “mito” como o que adquiriu “na mitologia grega clássica de história inventada, ficção reproduzindo determinadas peripécias, do desfecho das quais se tira determinada conclusão”. Um mito que Mendes, acompanhando de perto Lopes, vê muito mais próximo do valor que tinha para as sociedades primitivas, tal como Mircea Eliade o descreve.

Revisemos (Torres Feijó, 2017), só como exemplo, uns trechos dum conto, no caso, ‘Madalena’ [Torga, 2003: 33-40 (1940)], o mais rico em referências espaciais e toponímicas, revisão que faço para verificar a referencialidade espacial, como indício da referencialidade geocultural dos contos. Utilizemos como referência a terra natal de Miguel Torga, São Martinho de Anta, freguesia do Concelho de Sabrosa, Sabrosa que, ao todo e em 2011, não chegava aos 6.500 habitantes [Sabrosa, 13.488 (INE)]. A diegese é situada no mês de agosto (Madalena ficara grávida pelo S. Martinho, num encontro com Armindo que começara na “cardenha da Tapada”, topónimo também presente naquela área, por exemplo na freguesia de Provesende (do mesmo concelho de Sabrosa), quando a temperatura pode subir para perto dos 40 graus centígrados naquelas terras (IPMA, 2017): “Queimava. Um sol amarelo, denso, caía a pino sobre a nudez agreste da Serra Negra. As urzes torciam-se à beira do caminho, estorricadas. Parecia que o saibro duro do chão lançava baforadas de lume”: assim tem início o conto. Nele alude-se a uma Serra Negra que desconheço se existe na área próxima de S. Martinho mas há, sim, a menos de 30 quilómetros por estrada, uma Serra Branca, ao Norte-Leste; e estão as Serras do Infantado e da Cuca, e, sobretudo, a Serra de São Domingos, serra cujos cumes estão a aproximadamente 5 quilómetros de S. Martinho, que bem pode ser a transposição desse topónimo, e que fica entre S. Martinho e Ordonho. Na narrativa, Madalena avança subindo a “custo pelo íngreme carreiro cavado no granito, a tropeçar nos seixos britados por chancas e ferraduras milenárias” (aquela terra é abundante nesse mineral), presumivelmente desde Roalde (“Nem viva alma, ao sair da

aldeia! Roalde em peso mourejava nos lameiros e nas cortinhas da Tenaria”), a 639 metros de altitude, e vai para Ordonho, povoação da freguesia de Gouvinhas (menos de 300 habitantes em 2017; 802 habitantes em 1940), do Concelho de Sabrosa, perto da Serra de São Domingos, cujo cume tem uma altitude de 863 metros; passa pelas cortinhas e a fonte da Tenaria (“um olho marinho que fartava os lameiros”), lugar certo onde nasce o rio Ceira.

Sempre em termos aproximados, podemos indicar que a distância entre São Martinho e Roalde é de 2,5 quilómetros, e percorre-se em 30 minutos; de Roalde à Tenaria, uns 13 quilómetros a percorrer em pouco mais de 3 horas; passando por Roalde, Tenaria e Ordonho, pode chegar-se desde S. Martinho ao Rio Ceira em 4 horas e meia, percorrendo-se uma distância de 17,5 quilómetros.

Ao menos, portanto, na cartografia, na geografia desenhada no livro por Torga, esse espaço de *Bichos* coincide com exatidão com a realidade geográfica; não apenas com a toponímia mas com as distâncias, o clima, a orografia, a flora... Na situação de Madalena, ela poderia bem demorar o triplo que a média apresentada, sobretudo se está caminhando nas horas centrais do dia, com o sol a pino. Madalena saíra ao amanhecer; pariu na tarde e a sua agonia concluiu quando “o sol, cada vez mais baixo, lançava os últimos avisos da sua luz”: entre as 6.45 e as 20.00 horas da última meia hora de luz, por volta de 13 horas. Essa cartografia, juntamente com todos os dados culturais que aparecem (desde expressões linguísticas até costumes festivos) reforçam essa referencialidade, nada mítica, menos ainda fabulosa. Só a não aplicação do código cultural do quadro em que se insere (por explorar e que, hipoteticamente, calculo que dará tão certo como a sua geografia) e a preterição do seu carácter referencial, farão com que *Bichos* não seja percebido no seu quadro geocultural: o mítico ou o fabuloso assomam quando esse quadro desaparece e é substituído por outros, presentes no repertório dos recetores e distantes e até contrários aos que nutrem o livro.

2.3. As narrativas e a (auto)percepção da comunidade.

2.3.1. Sublimação do assassinato de Inês de Castro n’*Os Lusíadas*

Lembremos as estâncias 118 a 123 do Canto III d’*Os Lusíadas* (Camões, 1572):

<p>Paffada esta tão prospera victoria, Tornado Affonso aa Lulitana terra, A fe lograr da paz com tanta gloria, Quanta foubе ganhar na dura guerra, O cafo triste & dino da memoria, Que do sepulchro os homēs defenterra, Aconteceo da mifera, & mezquinha Que despois de fer morta foy Rainha.</p> <p>Tu fo, tu puro Amor com força crua, Que os cora humanos tanto obriga, Defte caufa aa molefta morte fua, Como fe fora perfida inimiga: Se dizem fero Amor que a fede tua, Nem com lagrimas triftes fe mitiga: E porque queres alpero & tirano Tuas aras banhar em fangue humano.</p> <p>Eftauas linda Ines pofta em folego De teus annos, colhendo doce fructo, Naquelle engano da alma, ledo & cego, Que a fortuna não deixa durar muito, Nos laudofof campos do Mondego, De teus fermofos olhos nunca enxuto, Aos montes infinando, & às eruinhas O nome que no peito efcripto tinhas.</p>	<p>Do teu Principe ali te refpondião, As lembranças que na alma lhe morauão, Que fempre ante feus olhos te trazião, Quando dos teus fermofos fe apartauão De noite em doçes fonhos, que mentião, De dia em penfamentos que vouaão. E quanto em fim cuidaua, & quanto via, Eram tudo memorias de alegria.</p> <p>De outras bellas fenhoras, & Princefas, Os defejados tâlamos engeita, Que tudo em fim, tu puro amor / desprezas, Quando hum gesto fuauе te fogeita: Vendo estas namoradas efranzezas, O velho pay fefudo, que refpeita O murmurar do pouo, & a fantafia Do filho, que cafarfe não queria.</p> <p>Tirar Ines ao mundo determina, Por lhe tirar o filho que tem prefo, Crendo co fangue lô da morte indina, Matar do firme amor o fogo acefo: Que furor confentio, que a efpada fina, Que pode fustentar o grande pefo Do furor Mauro, folfe aleuantada, Contra hũa fraca dama delicada?</p>
--	--

O episódio é narrado até à estância 134 mas o teor é o mesmo. Notemos: o episódio inteiro alude a uma questão amorosa como argumento central e causa da morte de Inês de Castro, que o “velho pay fefudo” Afonso IV, como pai, determina, por causa dum confuso “murmurar do povo” e a “fantafia do filho”, “que cafarfe não queria” (afirmação mais confusa ainda, porque parece claro que Inês e Pedro casaram). Sublinhei no texto como toda a argumentação

dessa circunstância é apresentada como propiciada pelo amor, ou, melhor, o Amor, aproveitando Camões para aludir ao Amor como cruel fonte de males, que tem prisioneiro a Dom Pedro, cego, fantasioso por Amor; o Amor, exclusivo responsável do problema e do assassinato: “Tu fo”, invoca o poeta; “tu puro Amor com força crua”, em versos em que reúne boa parte dos tópicos sobre o Amor cruel e tirano.

Estes versos são, aliás, epítome antonomástico duma longa tradição de textos literários, antes e depois de publicados *Os Lusíadas*, dedicados à figura de Inês de Castro, ao extremo de essa pessoa, Inês, ter-se convertido mais em personagem literária do que pessoa histórica, o que é, de seu, indicativo, também, provavelmente, duma perspectiva de género que não deve ser negligenciada como fator fortemente condicionante. Inês, enfim, morre por (causa do) Amor (Machado de Sousa, 2004).

Na narrativa camoniana, entre as várias ocultações que são produzidas, salienta o facto de não ser aludida a origem galega de Inês de Castro (como tampouco a de Joam Fernandez de Andeiro, o Conde de Ourém, em IV.6, acompanhando Camões o teor discursivo aberto por Fernam Lopes); Inês pertencia à mui poderosa família dos Castro, com relações de parentesco com os reis de Castela. Também se oculta o facto de ser mãe dum futuro candidato ao trono de Portugal e de Castela, apoiado polos Castro, o que iria em contra dos interesses de setores da nobreza portuguesa (como os Pacheco), como tem mostrado Bernardo Vasconcelos e Sousa (2013).

Quer nas consequências no quadro peninsular, quer nas do próprio Portugal, o assassinato de Inês de Castro apresenta, sobretudo, um evidente significado político, no qual, por um lado, estaria impedindo-se, por parte de setores portugueses a presença desta nobreza galega (que outros setores apoiavam) e, por outro, evitando a legitimidade de acesso ao trono dessa linha dinástica. O caso pode pôr-se, em algum sentido, em paralelo com o de João Primeiro,

Mestre de Avis, quanto às legitimidades, e viria a constituir um outro elemento controverso na legitimação do reino português tal como configurado neste período fundacional. Como for, por sublimação, esse potente episódio histórico, de lutas e interesses, ficou reduzido a uma quase lendária narrativa na memória coletiva da comunidade, elaborada, sobretudo, por textos literários, em que o contributo camoniano não foi menor em geral, e, em particular, em Portugal, e que nunca conheceu um contrabalanço político forte do lado galego. Se obras como a do *Frei Luiz de Sousa*, se pensarem em termos simbólicos antisebastianistas, aquele “ingano ledo e cego que a fortuna não deixa durar muito”, com que a obra abre em boca de Madalena de Vilhena, teria, em Garrett um determinante sentido político, de contrarréplica à formulação camoniana...

2.3.2. Os hinos, singular narrativa identitária.

Um caso de estudo particularmente interessante são os hinos nacionais. Elaborados em ocasiões tendo como base o hino francês *La Marsellaise* (é claro no hino português) e de nítida influência romântica, costumam ser composições poéticas musicadas, elaboradas por poetas mais ou menos reconhecidos. Utilizarei como mostra quatro hinos, o da Galiza, o de Portugal, o do Brasil e o do Rio Grande do Sul para colocar algumas hipóteses de trabalho.

Eduardo Pondal é mui conhecido (embora não popular) através dos meios jornalísticos, escolares e do ativismo cultural galegos; Henrique Lopes de Mendonça foi escritor mui popular na altura mas hoje praticamente preterido nos âmbitos académicos e sociais; de modo impressionista, tenho verificado com pessoas de alto capital cultural legítimo do Brasil que desconhecem o nome dos autores do hino brasileiro e do riograndense, neste último caso pessoas de Porto Alegre.

Transcreverei os hinos, sublinhando algumas partes neles que me irão servir para indiciar algumas sugestões de reflexão. Em todos os casos, o que pretendo indicar é a hipótese de que as imagens, próprias e alheias, sobre o povo e o território condizem com o conteúdo desses textos. Naturalmente, um robusto trabalho de campo deveria ser feito para verificar esta afirmação; mas, de modo mais ou menos impressionista, tenho verificado que a hipótese tem títulos para ser correta: o uso reiterado e mais ou menos popular de expressões ou trechos desses hinos (em tatuagens, até, como tenho visto para o refrão do hino de Rio Grande do Sul), as respostas espontâneas das pessoas à minha pergunta sobre palavras definitórias da sua identidade (caso brasileiro e riograndense com estudantes de mestrado e doutoramento, nos diversos seminários que em várias universidades tive a oportunidade de ministrar); a procura em buscadores na internet na seção de imagens, a minha própria observação são indícios de que parte das ideias veiculadas nesses hinos são assumidas como próprias por setores importantes da população. Isso não significa que haja sempre relações diretas entre esses textos e a visão das pessoas; significa, sim, que existe adequação entre texto e crença, fabricante, promotor, transmissor, reforçador aquele desta. E que as formas de olhar têm a ver, provavelmente, com as formas de autoperceber-se e de intervir em relação a essas identidades e às comunidades que as sustentam. Vejamos:

<p>Hino da Galiza (Eduardo Pondal, 1886)</p> <p>Que din os rumorosos Na costa verdecente, Ó rayo trasparente, Do prácido luar...?</p> <p>Que din as altas copas D'escuro arume arpado, Co seu ben compasado, Monótono fungar...?</p> <p>Do teu verdor cingido, É de benígnos astros, Confin dos verdes castros, E valeroso clán,</p> <p>Non dés a esquecemento, Da injuria o rudo encono; Despérta do teu sono, Fogar de Breogán.</p>	<p>Os boos e generosos, A nosa voz entenden; E con arroubo atenden, O noso rouco son;</p> <p>Mas, sós os ignorantes, E férridos e duros, Imbéciles e escuros No-nos entenden, non.</p> <p>Os tempos son chegados, Dos bardos das edades, Q'as vosas vaguedades, Cumprido fin terán;</p> <p>Pois donde quer gigante, A nosa voz pregóa, A redenzón da boa Nazón de Breogán</p>
<p>Hino do Brasil (Joaquim Osório Duque-Estrada (1909)</p> <p>Ouviram do Ipiranga as margens plácidas De um povo heroico o brado retumbante E o sol da liberdade, em raios fúlgidos Brilhou no céu da pátria nesse instante</p> <p>Se o penhor dessa igualdade Conseguimos conquistar com braço forte Em teu seio, ó liberdade Desafia o nosso peito a própria morte!</p> <p>Ó pátria amada Idolatrada Salve! Salve! Brasil, um sonho intenso, um raio vívido De amor e de esperança à terra desce Se em teu formoso céu, risonho e límpido A imagem do cruzeiro resplandece</p> <p>Gigante pela própria natureza És belo, és forte, impávido colosso E o teu futuro espelha essa grandeza</p> <p>Terra adorada Entre outras mil És tu, Brasil Ó pátria amada! Dos filhos deste solo és mãe gentil Pátria amada/Brasil! Deitado eternamente em berço esplêndido Ao são do mar e à luz do céu profundo Fulguras, ó Brasil, florão da América Iluminado ao sol do novo mundo!</p>	<p>Hino de Rio Grande do Sul (Francisco Pinto da Fontoura, década de 30 do século XIX?)</p> <p>Como a aurora precursora Do farol da divindade Foi o Vinte de Setembro O precursor da liberdade. <i>Entre nós reviva Atenas para assombro dos tiranos Sejamos gregos na glória e na virtude, romanos</i> <i>Refrão</i> Mostremos valor, constância Nesta ímpia e injusta guerra. Sirvam nossas façanhas De modelo a toda terra. De modelo a toda terra Sirvam nossas façanhas De modelo a toda terra</p> <p>Mas não basta pra ser livre Ser forte aguerrido e bravo Povo que não tem virtude Acaba por ser escravo.</p> <p>Mostremos valor, constância Nesta ímpia e injusta guerra. Sirvam nossas façanhas De modelo a toda terra. De modelo a toda terra Sirvam nossas façanhas De modelo a toda terra.</p>

<p>Do que a terra mais garrida Teus risonhos, lindos campos têm mais flores “Nossos bosques têm mais vida” “Nossa vida” no teu seio “mais amores”</p> <p>Ó pátria amada Idolatrada Salve! Salve! Brasil, de amor eterno seja símbolo O lábaro que ostentas estrelado E diga o verde-louro dessa flâmula Paz no futuro e glória no passado Mas, se ergues da justiça a clava forte Verás que um filho teu não foge à luta Nem teme, quem te adora, a própria morte</p> <p>Terra adorada Entre outras mil És tu, Brasil Ó pátria amada!</p> <p>Dos filhos deste solo és mãe gentil Pátria amada Brasil!</p>	
---	--

<p>Hino de Portugal (texto, Henrique Lopes de Mendonça, 1890)</p> <p>Heróis do mar, nobre povo Nação valente e imortal Levantai hoje de novo O esplendor de Portugal! Entre as brumas da memória Ó, Pátria, sente-se a voz Dos teus egrégios avós Que há-de guiar-te à vitória! Às armas, às armas! Sobre a terra, sobre o mar Às armas, às armas! Pela Pátria lutar</p> <p>Contra os canhões marchar, marchar! Desfralda a invicta bandeira À luz viva do teu céu! Brade a Europa à terra inteira Portugal não pereceu Beija o solo teu jucundo O oceano, a rugir d’amor E o teu braço vencedor Deu novos mundos ao Mundo!</p>	<p>Às armas, às armas! Sobre a terra e sobre o mar Às armas, às armas! Pela Pátria lutar! Contra os canhões Marchar, marchar!</p> <p>Saudai o Sol que desponta Sobre um ridente porvir Seja o eco de uma afronta O sinal de ressurgir Raios dessa aurora forte São como beijos de mãe Que nos guardam, nos sustêm Contra as injúrias da sorte</p> <p>Às armas, às armas! Sobre a terra e sobre o mar Às armas, às armas! Pela Pátria lutar! Contra os canhões Marchar, marchar!</p>
---	--

No caso do Hino da Galiza, quero comentar a definição da Galiza como terra *verde e celta*: a identificação da Galiza como terra verde (o que implica, ainda que no hino se fale de “costa verdecente”, a ausência do mar como protagonista num território de 29.574 quilómetros quadrados com 1.498 de costa excluindo as ilhas, uma população importante a viver do mar, e potência pesqueira mundial) está presente no imaginário popular, na publicidade turística institucional ou no nome de empresas. A identificação das raízes do povo galego como celta, com um caudilho fundador, Breogan, presente em lendas medievais irlandesas, fundamentalmente promovida pelo texto de Pondal, conhece um sucesso extraordinário a partir dos finais do século XIX; baste indicar que um dos principais clubes de futebol da Galiza tem como nome “Celta de Vigo” (fundado em 1923), e um dos mais conhecidos clubes de basquetebol (o segundo desporto mais popular em adeptos) é o “Breogán”, de Lugo, fundado em 1966. E isto foi calhando em momentos de auge promotor galeguista destas ideias (nos anos 20) ou em momentos em que era posta em causa por setores académicos (a partir da década de sessenta, do século XX) essa raiz ou, ao menos, a preeminência dela em relação a outros traços ou comunidades (polémica que ainda na atualidade continua: “Pepa Rei e Felipe Senén debaten”).

Se se observarem e compararem os hinos brasileiro e riograndense, pode detetar-se, no segundo, uma índole épica mais explicitamente belicosa que no primeiro, mais virado este para uma formulação integradora e eminentemente paisagística, de ‘ufanismo paisagístico’. É verdade que nos dous aparece uma ideia de combate e conquista, mas no de Rio Grande do Sul ela é o eixo fundamental do hino onde é salientado o caráter bélico e a façanha do povo (no quadro da Revolução Farroupilha, deve anotar-se). O que no caso me interessa sublinhar é que, na perceção interior e exterior do Brasil como conjunto (polo seu próprio povo e visto de fora), pode observar-se a tendência ao aparecimento de elementos da natureza como belos ou até, para perceções alheias, exóticos, com clara presença do nordeste

ou do Rio de Janeiro como coordenadas referenciais marcantes, frente a um olhar, no caso gaúcho, mais de conquista e luta com o próprio meio. Mesmo em respostas espontâneas de estudantes, em Passo Fundo ou Porto Alegre, tenho encontrado respostas à identificação do Brasil como “sabiá”, “palmeira”, “sol”, “exótico”, frente a caracterizações de Rio Grande do Sul como “luta” ou “gado” ou “emigração”; e isto por pessoas que nunca viajaram ao Nordeste ou ao Rio de Janeiro. E, em todos os casos, desconhecedoras da autoria de qualquer dos dois hinos mas conhecedoras do texto integral dos mesmos; e, também em muitos casos, explicitando haver coincidência entre a sua percepção e a transportada pelos textos.

No caso do texto de Henrique Lopes de Mendonça, interessa-me sublinhar a convergência de várias ideias força no mesmo: Portugal, país marítimo, conquistador, de glória passada e com elementos de psicologia coletiva definidos pela saudade; tudo remete para as ideias fabricadas e veiculadas por um texto promovido pelas elites como definidor e identificador desse país, *Os Lusíadas*, reforçando, assim, o sucesso desse texto como referente e referência fundadores da identidade portuguesa: “Heróis do Mar”, uma frase identificadora, até aos nossos dias (nome, por exemplo, duma conhecida banda de rock da década de oitenta do século XX; e frase usada em diversos contextos para definir circunstâncias relativas ao mundo português) é amostra do dito (por sinal, em contraste com o hino da Galiza, quando se trata de dois países de forte presença marítima e, também, agrícola), a que se une a alusão às “brumas da memória”, de potencial receção sebastianista e que, assim, remete para o início dum declínio que o próprio ano da morte de Camões marcaria.

Comum a esta classe de textos, do ponto de vista narrativo, é eles servirem potenciais e factuais instrumentos de coesão comunitária e social, dado o uso particular que deles é feito, como elemento referencial e de reconhecimento coletivo, identitário, em que também valores da comunidade, como identificação ou recomendação, podem estar presentes.

2.3.3. Representação antonomásica da Comunidade e do território

Uso a polissémica palavra ‘representação’, precisamente pela variedade de significados que ela pode ter (funcionar no nome de; mostrar; pôr em cena, reproduzir, etc.) para expressar funcionamentos de narrativas como expressões referenciais da natureza, essência, verdade duma comunidade ou aspetos dela. Essas características são, claro, compartilhadas com outras de que antes exemplifiquei casos; neste, o que quero é chamar a atenção para essas várias expressões em que o texto ganha um valor antonomásico duma época e/ou dum lugar ou em que o texto induz a uma leitura delimitada duma comunidade ou dum espaço constituindo-se atrativo e atrativa em si mesma. E, como em muitas ocasiões, é a pessoa autora desses textos a que acompanha, referencia ou substitui esses textos como representadora e representativa, em virtude desses mesmos textos. Para melhor explicar e concretizar, consideremos, ao de leve, estes casos: há espaços que, quando associados a determinados autores e textos, ou textos e autores que, quando utilizados para definir espaços, constituem narrativas de entendimento ou imaginação desses espaços de modo singular: “A Lisboa de Eça de Queirós” ou “O Rio de Machado de Assis” são exemplos disto, que não sucede, na sua extensão e popularização, com outros textos e autores; de facto, essas expressões dão lugar a filmes ou livros que dessas cidades e textos tratam (Nercessian e Lopes; Dias, 2001). E, assim podemos falar até duma literaturização do espaço (Torres Feijó, 2014b), em que ele chega a ser visto e percebido através das obras destes autores; por vezes, até, fazendo abstração ou invisibilizando a própria comunidade que os habita; e promovendo receções que apresentam como substrato a definição dos espaços e dos seus habitantes a partir dos textos desses autores.

Há casos em que a comunidade e/ou o território representados ultrapassam uma delimitação cronológica concreta e passam a aparecer

como representantes do conjunto daquela e/ou daquele. Com efeito, entre outros, sistemas literários emergentes ou protossistemas ou subsistemas, tendem a gerar e, sobretudo, ser recebidos dessa maneira; se olharmos para o sistema literário moçambicano, poderemos detetar que Mia Couto e, incipientemente, João Paulo Borges Coelho ou Paulina Chiziane funcionam na atualidade desse modo; e as suas obras como representações da comunidade e das suas ideias ou focagens sobre ela; e isto acontece, também frequentemente, apesar da própria vontade. Mia Couto aludia a isto há anos (“Mia Couto, o intelectual lusofono”, 2005):

“Eu não convivo comodamente com a ideia de que eu possa ser porta-voz ou representante. Agora, eu assumo a minha responsabilidade do ponto de vista ético e do ponto de vista intelectual, e não tenho nenhuma reticência desse ponto de vista. O que acontece e que até a mim mesmo me represento mal, nem são um bom porta-voz de mim próprio. Tendo esta ressalva, eu acho que não poderia viver doutra maneira”.

No âmbito da literatura galega, esse papel, historicamente construído, é atribuído a Rosalia de Castro e aos poemários, promovidos como narrativas sobre o *ser galego* e o seu território (aqui, fundamentalmente, rural), com um valor, aliás, fundacional: o seu livro *Cantares Gallegos* (1863) é o primeiro integralmente escrito em galego passados vários séculos desde a época medieval (que compartilha com ela esse valor fundacional), e alguns dos seus textos têm uma popularidade notável, em parte impulsionada por terem sido adaptados e musicados com sucesso por diversos compositores (Amancio Prada, Luís Emilio Batallán ou o português Adriano Correia de Oliveira, entre outros, na década de setenta do século XX). Em todos estes casos, o texto literário funciona como *locus privilegiado* de expressão da comunidade, mercê a ter um impacto superior a outras manifestações narrativas.

2.3.4. Ressemantizações e Invisibilidades – “*O Diário dum Mago*, de Paulo Coelho e Santiago de Compostela/Galiza

Irei encerrar esta breve exposição de casos com um do âmbito da ressemantização (também identitária) da comunidade e os seus espaços em função, em concreto, da atenção/uso/promoção do Caminho de Santiago (CS), voltando à obra de Paulo Coelho *Diário de um Mago*.

Como ficou dito, três são as Macronarrativas que configuram a ideia contemporânea do Caminho e Santiago: a da Igreja Católica, a das Organizações Internacionais (UNESCO e União Europeia) e o aludido *Diário de um Mago* (Torres, 2011b). As três elaboradas e difundidas fundamentalmente a partir da década de oitenta e que terão a sua primeira eclosão no primeiro Ano Santo da década de 90, 1993, em que o número de peregrinos sobe exponencialmente (de 1.868 no anterior Ano Santo, de 1982, ou de 9.764 no ano 1992 para 99.436; “Oficina del Peregrino”) e em que a peregrinação se começa a consolidar como marca identitária de Santiago de Compostela, marca até àquela altura ou inexistente ou de baixa intensidade. Definimo-las como Macronarrativas em virtude de oferecer discursos singulares de alcance internacional, posteriormente utilizados em maior ou menor medida por tour-operadores, agências turísticas ou pelo Governo da Galiza como publicidade turística também.

O Diário de Um Mago (DM) é apresentado quase sistematicamente sob estas coordenadas: procura/transformação individual; conceção religiosa-mística da vida; procura da felicidade. Salienta a massiva leitura misteriosa, iniciática e esotérica do mesmo (Torres Feijó, 2011b). Vendidas milhões de cópias (não há cifras certas divulgadas), além do acesso gratuito na internet (Coelho, 2001), o autor foi tentando retirar essas possibilidades de receção e aproximá-las de uma leitura em consonância com linhas traçadas pelo Papa, que estariam nas bases da sua elaboração (Maestri, 1999: 69;86), num quadro de progressivo abraço da fé católica segundo indica a sua biografia oficial (Morais, 2008).

Utilizando parâmetros para a detecção na obra de elementos que digam respeito às comunidades locais, por onde o Caminho passa e, sobretudo, aonde o Caminho chega, Santiago de Compostela, temos, como conclusão, o seguinte (Cortizas Leira, 2008):

a) Não aparecem valorizações nem reflexões sobre línguas e comunidades no CS.

b) A História recebe maior atenção; alude-se a elementos que ajudaram na sua mi(s)tificação, fundamentalmente medievais, nem sempre vinculados ao Caminho.

c) A Idade Média aparece como uma das constantes do livro, com destaque para a Ordem dos Templários, elemento mitificante e mitificado em todo o relacionado com o Caminho, os mosteiros e os ritos de consagração espiritual.

d) A ideia de Tradição, uma das principais linhas temáticas e fio argumental da história, é marcante.

e) A toponímia não é cuidada (há erros em vários topónimos), e o seu uso é apenas referencial da passagem por eles e justificativo da tradição e antiguidade do CS.

f) As alusões aos hábitos, costumes e alimentação das comunidades por onde passam são raros e generalistas.

g) Motivações e expectativas de viagem: um implícito sentimento de culpa, cuja expiação permitirá chegar ao verdadeiro poder do “Conhecimento”.

A consequência disto é, entre outras, o reforçamento da ausência de interseção entre as práticas de visitantes e locais em Santiago de Compostela e a tendência de muitas pessoas visitantes a se ficarem pela catedral e espaços imediatos: se o discurso dum dos principais textos não tem em conta a comunidade local e interpreta a cidade simplesmente como meta cujo alvo é a catedral, o correlato esperável é essa ausência, convergente, neste aspeto, com o discurso da Igreja Católica, ainda que mais distante do das instituições internacionais

citadas. Com efeito, o narrador de DM só se refere ao espaço e a comunidade da cidade na última página, Epílogo, que reproduzo textualmente:

Da janela do meu hotel posso ver a Catedral de Santiago, e alguns turistas estão em sua porta principal. Estudantes de roupas medievais negras passeiam entre as pessoas, e os vendedores de souvenirs começam a montar suas barracas. É de manhã bem cedo, e, fora as anotações, estas linhas são as primeiras que estou escrevendo sobre o Caminho de Santiago. Cheguei ontem na cidade, depois de pegar um ônibus que fazia linha regular entre Pedrafita – perto do Zebreiro – e Compostela. Em quatro horas percorremos os 150 quilômetros que separavam as duas cidades, e lembrei-me da caminhada com Petrus – às vezes precisávamos de duas semanas para percorrer esta mesma distância. Daqui a pouco vou sair e deixar no túmulo de Santiago a imagem de N. Senhora da Aparecida montada nas vieiras. Depois, assim que for possível, pego um avião de volta para o Brasil, pois tenho muito o que fazer. Lembro-me de Petrus haver dito que tinha condensado toda sua experiência em um quadro, e passa pela minha cabeça a idéia de escrever um livro sobre o que passei. Mas isto ainda é uma idéia remota, e tenho muito o que fazer agora que recuperei minha espada. O segredo da minha espada é meu e jamais irei revelá-lo. Ele foi escrito e deixado debaixo de uma pedra, mas com a chuva que caiu, o papel já deve ter sido destruído. É melhor assim. Petrus não precisava saber. Perguntei ao Mestre como ele sabia a data em que eu iria chegar, ou se já estava ali há bastante tempo. Ele riu, disse que havia chegado na manhã anterior e iria partir no dia seguinte, mesmo que eu não chegasse. Perguntei como isto era possível, e ele não respondeu nada. Mas na hora de nos despedirmos, quando ele já estava dentro do carro alugado que o levaria de volta à Madrid, ele me deu uma pequena comenda da Ordem de Santiago da Espada, e

falou que eu já tivera uma grande Revelação, quando olhei no fundo dos olhos do cordeiro. Entretanto, se eu me esforçasse como havia me esforçado, talvez conseguisse um dia entender que as pessoas sempre chegam na hora exata nos lugares onde estão sendo esperadas.

E isto é tudo.

Como ficou dito, em análises dos dados de que dispomos quanto às práticas culturais de visitantes a Santiago de Compostela, detetamos que a leitura ou referência de Paulo Coelho e *Diário de um Mago* é esmagadora. E o conjunto das pessoas entrevistadas tende a aparecer como as menos interessadas na comunidade local e os seus elementos nucleares, em comparação com outros setores de visitantes.

Esta classe de discurso pode estar relacionado com efeitos que a cidade vive desde o aumento exponencial de visitantes peregrinos (Torres Feijó, 2015):

- Santiago de Compostela é, como comunidade e como cidade, como espaço-paisagem, invisível ao conjunto de peregrin@s.
- A cidade velha está ficando reduzida em população e o comércio local substituído por comércio de souvenirs e restauração para visitantes.
- Podemos estar assistindo a um processo de depredação e contaminação turísticas, derivadas do círculo de oferta e procura desenhadas por todos estes discursos, que vão fazendo desaparecer a diversidade comercial e de lazer, o seu uso efetivo por parte da comunidade local e os hábitos sociais ligados a essas atividades.
- Decisões ou promoções das autoridades locais e nacionais ou estatais podem estar, conscientemente ou não, reforçando essa deterioração da parte velha, nas suas condições de habitação e habitabilidade.

3. Dous corolários fundamentais brevemente expostos: A consiliência e o Compromisso Social Investigador.

Caraterizar a narrativa, as suas autorias e os seus efeitos e inter-relações com as comunidades, pode convocar mui diferentes tipos de disciplinas: Estudos Literários, Economia, Ambientalismo, Geografia, Urbanismo, História, Sociologia, Turismo, Antropologia, Estudos da Cultura..., que podemos sintetizar num âmbito de trabalho denominável “Investigações na Cultura”, entendendo por Cultura o exposto ao início deste trabalho. A consequência de enfrentar o desafio desta abordagem conjunta demanda fundamental transdisciplinaridade, um trabalho em equipa, colaborativo e cooperativo das várias dimensões e especialistas que possam ser reunidos, e coloca a inovação como eixo do processo e do objetivo investigadores. Essa tentativa de aproximação holística que desta direção pode deduzir-se, pode ser definida como *consiliencia*, entendida como a disposição a unir os conhecimentos e a informação de distintas disciplinas para criar um quadro unificado de entendimento, tal como sustentado por Edward O. Wilson (1998), que retoma o conceito de William Whewell (1840).

Por outro lado, se atentarmos nos exemplos anteriores, poderemos determinar que, em bastantes casos, eles apresentam uma relevância, quer seja económica, relacional ou identitária, alta, com consequências na comunidade. Neste sentido, entendo que os esforços investigadores devem ir dirigidos a atividades que possam ser justificáveis precisamente por apresentar algum tipo de relevância e que essa justificação deve ser inerente à definição dos objetos de estudo por parte de investigadores/as e equipas investigadoras. É nesta direção que proponho a consideração do que denomino, a falta de melhor expressão, Compromisso ou Responsabilidade Social Investigadora (CSI/RSI), entendendo por isso o compromisso de partilhar resultados da investigação e explicação dos processos para obtê-los com o escopo de pessoas objeto da pesquisa e/ou setores sociais potencialmente interessados nos resultados ou afetados por eles. Genericamente,

podemos definir o CSI como o compromisso de uma organização dedicada à investigação adquirido em relação às comunidades potencialmente interessadas ou afetadas pelas suas pesquisas. Isto implica a criação de espaços conjuntos de análise de resultados e a necessidade de grupos e equipas dotarem-se de elementos éticos que definam e delimitem a sua atuação profissional; por exemplo, como serviço público, uso dos recursos públicos, qualidade e condições de vida das pessoas, sustentabilidade e extensão do bem-estar e como eventual promotor de empregos.

3.1. Aplicação e transferência

O aspeto aplicado dos resultados aos processos de melhoria concreta deve ser separado da abertura do espaço de análise e explicação de resultados. Esta aplicação pode ser feita de várias maneiras (Torres Feijó, 2015b): a começar, pela transferência a estudantes no âmbito da docência, e a outros colegas interessados; e à sociedade no seu conjunto, através da comunicação social; através do trabalho em grupo com o setor ou setores envolvidos; relatórios ou estudos para entidades públicas ou privadas; projeto conjunto de pesquisa com entidades; transferência de resultados para empresas interessadas ou trabalhadores/as independentes; desenvolvimento de empresas spin-off (para a aplicabilidade dos resultados, em que o grupo é constituído no departamento de I & D da empresa em nome da empresa), e autoemprego do próprio grupo para o desenvolvimento profissional da aplicação de resultados, evitando, em qualquer caso, o uso monopolístico dos resultados da investigação ou a concorrência desleal; colaboração com outros grupos, acolhimento de pesquisadores ou formandos doutros grupos ou de empresas, etc.

O CSI pode compreender outras dimensões que não serão aqui exemplificadas; em particular, podem entender a seleção das suas perguntas como compartilhadas com setores sociais envolvidos ou

interessados ou derivadas de demandas sociais desde que tenham capacidade e recursos para fazê-lo.

O CSI não deve ser confundido com a Responsabilidade na Prática de Pesquisa (princípios éticos de ação) ou com a Responsabilidade Social Corporativa (princípios éticos de uma instituição *ad intra* e *extra*: fontes de financiamento, transparência na contratação e financiamento, discriminação positiva, etc.). Também não deve ser identificado ou limitado à divulgação de resultados por meios de comunicação de massa (comunicação, redes sociais).

Na minha opinião, o CSI deve ser incluído como uma questão processual na definição da questão de pesquisa e do projeto de pesquisa; é possível que nem todas as questões ou projetos envolvam CSI ou que nem todas possam reverter para setores afetados, colaboradores ou potencialmente interessados (por exemplo, trabalhar com turistas ocasionais), mas o pesquisador ou o grupo devem perguntar-se sobre isso, conhecer e incluir a dimensão temporal, a espacial e todos os tipos de recursos que o grupo destina/pode destinar ao CSI que define. Da mesma forma, pode incluir entidades interessadas nos resultados e, até mesmo, financiadoras do processo, sempre entendendo que a independência e a confiabilidade dos resultados devem ser as suas principais premissas. Neste processo, deve tentar garantir que a informação atinja todos os setores potencialmente afetados ou interessados; e deve estabelecer prioridades sobre os que considere os seus parceiros porque o tempo de dedicação profissional é limitado; o grupo deve estar equipado com mecanismos para o desenvolvimento da transferência e discussão de resultados, mesmo ao custo de possíveis problemas de coesão.

Compreendemos o CSI, portanto, como um processo permanente, com diferentes graus, fases e interlocutores. Acreditamos que, ao lado do ensino, da pesquisa, da promoção da iniciativa empresarial ou do autoemprego de estudantes ou pesquisadores (chamada comum, e equivocadamente às vezes, empreendedorismo), o CSI (e a

Responsabilidade Social no processo de Ensino-Aprendizagem), deve ser uma das missões fundamentais do ensino superior, pela própria natureza do significado da pesquisa (conhecer para melhorar a vida das pessoas), por, no seu caso, trabalhar com recursos públicos e por poder oferecer alternativas de atividade social e/ou profissional que não dependem de possíveis interesses que atuem contra os princípios acima mencionados.

Do meu ponto de vista, a palavra-chave desta atitude profissional é a de 'retorno'; retorno como força-guia do serviço público e como devolução à sociedade do apoio financeiro e da dotação de recursos que ela dá à própria atividade profissional que desenvolvemos; retorno para não esquecer a quem e como nos devemos.

SEGUNDA PARTE

(Página deixada propositadamente em branco)

Apresentam-se, nesta segunda parte, seis capítulos, distribuídos dous a dous. É o meu objetivo apresentar algumas aplicações a três diversas focagens dos processos historiográficos.

Os dous primeiros querem mostrar como, se não se tomarem em consideração todos os macrofatores que atuam num Sistema, dificilmente se poderá ter uma visão minimamente apurada do desenvolvimento da atividade literária; e, por isso, decidi denominar esta seção “Canonização e ocultamentos”, e colocar um exemplo do século XVIII (onde o papel de determinadas mulheres como intermediárias, agentes e produtoras de ideias é fundamental para a consolidação de determinados repertórios, mas que permanece em sombra ou penumbra por considerações românticas –de preeminência da consideração singular da produção de textos denominados literários – e preconceituosas) e outro do século XIX (em que um campo dominado por um forte pendor positivista e nacionalista, com Teófilo Braga à frente, irá impedir a centralidade de Bocage, irremediável *filho da sua época*).

Os dous seguintes, querem abordar períodos concretos da atividade literária de elites em Portugal atendendo às circunstâncias do campo e aos diversos macrofatores em jogo. Para o primeiro, escolhi um texto que pretende mostrar a análise duma trajetória, a de Camilo Castelo Branco, na consideração das tensões e estados do campo e em função da explicação duma determinada obra e o seu repertório (no caso, *A Brasileira de Prazins*). Para o segundo, um período

particularmente nutrido de mui diversas tendências e atantes, para tentar evidenciar também as lutas que se produzem nos campos culturais e a devida consideração da dinâmica do espaço social. É o que chamei “Trajetórias e tensões de campo”.

Já na terceira seção, para cujo título recorri à primeira parte do dado ao, por sua vez, primeiro capítulo do par, seguido dum subtítulo: “Problemas na alegoria nacional. A insuficiência duma historiografia nacionalizada” pretendi pôr de manifesto as dificuldades que uma procura de coerência entre a consideração da nação e da sua literatura evidenciam, tomando exemplos, fundamentalmente, duma das obras de historiografia literária e dum dos dicionários de literaturas em língua portuguesa (este apenas no segundo caso) mais canonizados: a *História da Literatura Portuguesa*, de António José Saraiva e Óscar Lopes e o *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, que tivera como primeiro coordenador Jacinto do Prado Coelho.

I. CANONIZAÇÃO E OCULTAMENTOS

(Página deixada propositadamente em branco)

**AD MAIOREM GLORIAM... FEMINAE:
ILUSTRADAS INTRODUZINDO MODELOS
NO PORTUGAL DA SEGUNDA METADE
DO SÉCULO XVIII⁸³**

É a nossa intenção tecer algumas considerações sobre a relevância que, da nossa ótica, o assunto aqui focado pode ter, como ele pode ser focado, alguns instrumentos metodológicos que possam ajudar ao seu entendimento e alguns objetivos que deve cumprir. Igualmente, pretendemos, com os dados de que na atualidade dispomos, avançar algumas linhas de pesquisa que nos parecem particularmente interessantes num tema que, queremos fixá-lo desde o início, tem merecido mui pouca atenção.

Dos muitos modos em que a Ilustração pode ser perspectivada interessa-nos privilegiar a consideração da mesma como um conjunto repertorial, de normas e modelos culturais, políticos, sociais, económicos, constituindo normas para o entendimento e a ação do mundo. O que Itamar Even-Zohar denomina ferramentas ativas e passivas (1999). Sendo comum a todo esse conjunto ilustrado o

⁸³ Este trabalho inseriu-se no âmbito de pesquisa que foi liderado, anos mais tarde, pela Profa. Raquel Bello Vázquez e beneficiava dos trabalhos dela e de Eva Loureiro Vilarelhe, do Grupo Galabra, no Congresso “Mulheres más”, celebrado no Porto e publicados posteriormente em volume (Bello Vázquez, 2004a; Loureiro Vilarelhe, 2004), assim como dos relatórios que foram publicados nas *Actas do VII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Universidade de Brown, (Bello Vázquez, 2005a; Loureiro Vilarelhe, 2005) “onde podem encontrar-se referências concretas aos exemplos indicados para essas duas autoras ilustradas ao longo do presente trabalho. Uma versão em português deste capítulo foi publicado também em 2004/2007 (Torres Feijó, 2004)

facto de apresentar um programa de reforma, praticável em todos os campos, naturalmente, não se apresenta como um corpus homogéneo, mas complexo e contraditório, cuja formulação e uso se vincula aos interesses dos grupos e agentes em jogo. Isto dá como resultado igualmente diversos modos de canalizar-se, em função dos objetivos desses agentes e, também, das possibilidades e impossibilidades com que possam encontrar-se.

A introdução dum novo programa repertorial para um grupo ou comunidade significa sempre, à partida, transgredir. No célebre *Dicionário* de Bluteau (1712-1728, vol. VIII), escrito ‘ao pé’ da Ilustração Portuguesa, encontramos a seguinte definição de *transgredir*: “Passar além/ Transgredir hũa ley, hum mandamento, etc. Não observar, quebrar, violar”. Rafael Bluteau comenta imediatamente: “Não acho em autores clássicos exemplos de Transgredi neste sentido”. Dificilmente poderia encontrar esses exemplos porque, embora ‘autor clássico’ signifique para ele “autor de bom nome, boa nota” (I, 278), a palavra transgredir só em finais do século XVII passou a conceitualizar ir além das normas estabelecidas. O substantivo correspondente, *transgressão*, é assim definido: “ação de transgredir, no sentido moral”. Anos mais tarde, no *Diccionario da lingua portugueza/composto pelo Padre Rafael Bluteau; reformado, e acrescentado por António de Moraes [sic] Silva*, de 1789, em plena ação portanto dos ilustrados portugueses, encontramos para *transgredir* (1789: 482): “Passar fóra dos termos, metas ou balizas; transgredir as leis: estar contra ellas”. Se bem repararmos, há matizes, nuances que não nos podem escapar. O jesuíta Bluteau coloca imediatamente *transgredir* com a aceção de quebra, violação; sessenta anos passados, um fugitivo da Inquisição, refugiado em Paris e Inglaterra, retoma o sentido de transgredir como ir além, agora não de balizas só físicas, sem introduzir uma sentença moral sobre a transgressão.

As palavras usadas para caraterizar os fenómenos, o seu sentido e quem as usa informam-nos: e a que vingou no mundo europeu para o caso que nos ocupa foi, precisamente, a que indicava um avanço,

um progresso. Não pretende ser este um jogo léxico-semântico nem um recurso a *auctoritates* para forçar uma perspectiva. Polo contrário, recorreremos às várias conceitualizações que de transgredir se tinha no século XVIII, imediatamente antes e durante o vigor ilustrado, para notar em que ótica convém situar a análise e o entendimento do nosso projeto investigador: não nos interessa reduzir-nos à procura da transgressão como elemento pecaminoso contra a religião e a moral dominantes (se aparecer, deve ele ser considerado, naturalmente); nem a transgressão efetista e particular que o mito individualista romântico (um de tantos deste género) elevou à categoria substantiva, como uma rutura que apenas encontra a sua lógica na prática individual e que, quando aparecer qualquer risco de coletivização, é abandonada, dado que o indivíduo procura a distinção, não o compartilhamento. É pois à transgressão programática, que pretende ultrapassar a dominância das regras estabelecidas no campo que se considerar (científico, académico ou literário) a que nos interessa. De resto, isto não implica que toda a transgressão seja impulsionada por elementos periféricos; em muitas ocasiões é a mesma classe ou grupo dominante quem pode promovê-la.

As oportunidades de essa transgressão ser aceite variam conforme a capacidade de quem a propõe de impor os seus princípios de visão e divisão como legítimos ao grupo ou comunidade em que opera⁸⁴. Assim, por exemplo, inovações produzidas nos modos de vestir, de compor um texto como estético, ou de regular a vida comercial ou os processos judiciais numa dada corte régia, não têm as mesmas hipóteses de sucesso se forem promovidas por um monarca absoluto que por uma dama duma marquesa. Aquele, de resto e *a priori*, terá maior capacidade para modular as inovações propostas, podendo mesmo violar os novos códigos que ele contribuiu para assentar segundo lhe convier com maior facilidade que os seus súbditos. Isso significa que as possibilidades de êxito ou fracasso

⁸⁴ Para a noção de imposição como legítimos de princípios de visão e divisão pode ver-se Pierre Bourdieu (1991).

duma transgressão têm fundamentalmente a ver com as posições e funções ocupadas pelos seus promotores em cada momento. E implica, igualmente, duas considerações: a do repertório como conjunto complexo e hierarquizado de normas e modelos, uns centrais e outros periféricos, uns dominantes e outros dominados, em que não todos são praticáveis no mesmo nível e por todas as pessoas que dele participam; e a tomada em consideração consequente das estratégias em jogo, dos modos de atuação para conseguir objetivos, por parte daqueles que pretendem garantir e/ou modificar as normas e os modelos dominantes.

Para o caso que nos ocupa, a ação para a introdução de novos modelos por parte das ilustradas no Portugal da segunda metade do século XVIII, e perspetivada essa introdução como uma ação cultural (adjetivo inexistente nos dicionários aludidos mas sendo o seu substantivo já entendido como ‘instrução’ em Morais da Silva, superando o bluteauneano ‘cultivo’, de ‘belas letras’: expressão que melhor define o conjunto repertorial da época a que nos referimos), várias observações devem ser tidas em conta e que justificam parte da delimitação de sujeitos que operou no nosso objeto de estudo:

- em primeiro lugar, que o programa ilustrado envolve a abertura dum espaço de possíveis (Bourdieu, 1991) até à altura interdito à mulher: quer-se dizer que, com esse programa, a mulher (na realidade, uma determinada mulher que tenha determinada classe e posição) passa agora a poder ser sujeito duma ação programática, cuja presença é maior quantitativa e qualitativamente, e não, como até ao momento, e salvando possíveis exceções, apenas beneficiária ou, as mais das vezes, sofredora, dos programas masculinos desta índole.
- que seja um espaço de possíveis não significa, naturalmente, que o seja de prováveis. Entre os ilustrados funcionam diferentes perspetivas sobre a mulher e as suas capacidades (sirvam de

exemplo contraposto Feijó⁸⁵ e Rousseau⁸⁶, por exemplo), de que se deduziriam as suas possibilidades, é mesmo um dos assuntos mais polémicos. Os poderes atuantes na sociedade em que estas se desenvolvem tendem ainda para uma maior restrição: os lugares doméstico e privado são, por exemplo, mais plausíveis que a plataforma e a interlocução públicas. No caso português, e para os efeitos educativos, têm certa dominância normas ao serviço duma pretensa estabilidade familiar burguesa, como as formuladas por Verney (1747, II: 239-240), que postula a necessidade de formar a mulher como mãe e educadora de futuros homens, e dona de casa burguesa que precisa da matemática para aprender a poupar nos gastos domésticos, o que, polo geral, coloca em situação dominada propostas mais igualitaristas que esta.

- o próprio habitus da mulher sujeito desse espaço de possíveis coloca-a numa posição claramente desvantajosa a respeito dos seus homólogos masculinos, tanto em capital simbólico como cultural e, muitas vezes, económico (apesar de elas serem as ‘ecónomas’ dos bens da família). Com, também, lembremos, uma restrição particularmente importante: a de ter interdita a ocupação de lugares de representação pública e mesmo de poder ser agente da dimensão institucional da cultura.

⁸⁵ Para Feijó, vejam-se, por exemplo, as suas teorizações e refutações em “Defensa de las mujeres” e na XVI “Ilustración apologética” citadas na bibliografia (1727 e 1729).

⁸⁶ De Rousseau são palavras como estas (Rousseau, J-J, 1995; V: 44 e 94-95 *apud* Van Crugten-André, 2002: 109):

Les femmes en général, n’aient aucun art, ne se connaissent à aucun, et n’ont aucun génie. Elles peuvent réussir aux petits ouvrages qui ne demandent que de la légèreté d’esprit, du goût, de la grâce, quelquefois même de la philosophie et du raisonnement, Elles peuvent acquérir de la science, de l’érudition, des talents, et tout ce que s’acquiert à force de travail. Mais ce feu céleste que échauffe et embrasse l’âme, ce génie qui consume et dévore, cette brûlante éloquence, ces transports sublimes qui portent leurs ravissements jusqu’au fond des coeurs, manqueront toujours aux écrits des femmes; ils sont tous froids et jolis comme elles.

Vista então destes pontos de vista, a atividade cultural feminina ilustrada (isto é, setores burgueses e nobres) cobra naturalmente vários graus e categorias de transgressão: exercer a cultura fora dos limites do que é norma dominante como apropriado para a mulher nalguma das suas facetas é já uma transgressão que se agrava se ‘passar além’ mesmo do dominante para os seus homólogos masculinos, até mesmo para estes podendo constituir uma ameaça. Neste sentido, não poucos ilustrados sentiram como transgressão a própria construção ilustrada das mulheres e, mui particularmente, a consequência que essa transgressão podia ter na disputa de espaços e posições e até funções com eles. Citemos um exemplo paradigmático, no sistema francês: Olympe de Gouges será guilhotinada por conspiradora no dia 3 de novembro de 1793, delito que tinha a sua base fundamental no facto de ela defender e escrever que a Revolução devia atender à igualdade entre homens e mulheres. No dia seguinte à execução, o jornalista de *Le Moniteur*, Chaumette, afirma: “Lembrem-se de Olympe de Gouges, a primeira a instituir as associações de mulheres e que abandonou os cuidados do lar para se intrometer na República, de quem a cabeça rolou sob o ferro vingador das leis.” (Aprende Brasil). No mesmo jornal, no 19 de Novembro, pode ler-se num “aviso anónimo dirigido às francesas”: “Quiso ser un hombre de Estado y parece ser que la Ley haya castigado a esa conspiradora por haber olvidado las virtudes propias de su sexo”⁸⁷. Olympe de Gouges, acompanhando a lógica interna do novo repertório dominante (que bania qualquer desigualdade apriorística entre as pessoas), foi ‘excessivamente’ além para os detentores desse mesmo repertório.

- Convém ainda fazer uma outra apreciação genérica. Intitulamos este relatório *Ad maiorem gloriam... feminae*, naturalmente para utilizar o jogo como proposta dialética ao lema dum repertório dominante não apenas religiosa mas socialmente. Alude ao poder

⁸⁷ Citado por Paule-Marie Duhet (1974: 82), que trata Olympe de Gouges num capítulo significativamente intitulado “A transgressão”.

dos jesuítas, expulsos de Portugal pelo Marquês de Pombal em 1759, mas quer indicar igualmente o sentido católico tridentino que preside à vida lusa da altura. Lembremos, de resto, que em termos femininos, a Virgem é o principal modelo social imposto à mulher em toda a sociedade coeva europeia, fundamentalmente a católica. Ela, e um amplo conjunto de santas, virgens e mártires do santoral dessa religião, é o exemplum modelar das que predominantemente se consideram as três virtudes femininas: castidade, silêncio e modéstia, numa altura em que do ponto de vista teológico era fortemente discutida a igualdade ontológica entre homem e mulher⁸⁸. Significa isto que a introdução do programa ilustrado onde, com independência da classe de crença, ou não crença, é comum o combate à superstição e ao irracionalismo⁸⁹, possibilita que determinadas mulheres e homens elaborem a oportunidade de substituir a anulação intelectual da mulher por uma instrução que quebre, aqui sobretudo, o silêncio. E que alguns e, particularmente, algumas, trabalhem *ad maiorem gloriam* não já da mulher como género mas também na reconversão da perspectiva de valores femininos.

Ora, falamos de introdução e de fabricação de repertórios⁹⁰, muitos de cujos modelos e normas são na altura resultado da importação

⁸⁸ Lembremos estas palavras de Feijó na sua “Defensa de las mujeres” (1727 ¶ 16): «Del mismo error physico, que condena à la mujer por animal imperfecto, nació otro error theologico impugnado por San Agustin, lib. 22. de Civit. Dei, cap. 17, cuyos Autores decian, que en la Resurreccion Universal esta obra imperfecta se ha de perfeccionar, passando las mugeres al sexo varonil»

⁸⁹ A própria Leonor de Almeida escreverá desde Chelas ao pai a propósito duma discussão com um confessor: “Em matéria científica, vale mais o dito dum sábio herege do que o dum santo ignorante” (*apud* Hernani Cidade, 1941: XIX). Precisamente a laicização do saber com a ilustração abrirá résteas ao avanço de novas posições e funções de determinadas mulheres e, em geral, da consideração da condição feminina.

⁹⁰ O conceito é tomado de Itamar Even-Zohar (2000), que acrescenta sobre o alcance desta ação programática (2000: 43): “this engagement with the making of repertoire was launched in the context of an attempt made by the makers of these repertoires to break off from some contemporary circumstances and create new living conditions for the group of people they considered to be a legitimate target

doutros sistemas para o sistema cultural português (o sistema português está numa posição periférica a respeito doutros sistemas quanto aos novos repertórios), com uma importante componente de reutilização dos mesmos neste sistema-meta, e, nalguns casos, de (re)elaboração. E falamos dum período de forte mudança nas elites que acabará por ser o alimento (inclusivamente se o seu alargamento conceitual e social pudesse ser explicitamente negado polos fabricantes desse repertório na altura) de boa parte da mudança que se operará nos dous últimos séculos na esfera social, cultural e educativa, mui particularmente (desde o laicismo ao conceito de educação universal e obrigatória, que passa a ser questão de estado precisamente desde a Ilustração). O antedito conduz a que nos devamos centrar nos fatores responsáveis da elaboração e transmissão, da mediação tal como aqui entendida (mais mesmo que nos re-produtores); e ainda mais, a perspetivarmos as produções destes re/produtores ou como resultado da ação mediadora de outros ou, também e aspeto ainda de maior relevo, como parte da estratégia mediadora e programática dos seus fabricantes; a pormos em destaque que, frente à visibilidade efetista resultado duma mundivisão romântica, é à mediação, muitas vezes invisível que, em casos como este, devemos acudir. Além disto, e do ponto de vista epistemológico, acompanhar a atividade da mulher ilustrada permite igualmente auscultar o espaço social e os campos em que elas atuam e a sua evolução e caráter heterogéneo. Os princípios defendidos por cada mulher das três com que principalmente exemplificaremos, Teresa margarida da Silva e Orta, Teresa de Mello Breyner e Leonor de Almeida, mais conhecida como a Marquesa de Alorna, farão luz, igualmente, nos objetivos de classe e posição procurados em cada uma e em cada eventual grupo a que se vinculem.

Fundamentalmente falar de mulheres ilustradas em Portugal é falar de mulheres nobres ou nobilitadas, neste caso procedentes da burguesia que pretende comprar ou aceder (também através do

for these repertoires, thereby in fact either aspiring at, or in reality creating a new group for that repertoire”.

casamento) títulos para referendar a sua posição socioeconómica, como pode ser o caso familiar de Teresa Margarida; outras, como Teresa de Mello Breyner, a Marquesa de Alorna (ou a Viscondessa de Balsemão) pertencem já a uma alta nobreza. A sua formação, que não pode veicular-se através do ensino superior (a primeira mulher que se matricula na Universidade de Coimbra fá-lo em 1891), terá como espaço preferencial a casa, o convento ou o salão, segundo os casos: e como agentes do mesmo, homens que lhe facilitaram recursos e materiais formativos. Mas aqui convém já indicar importantes clivagens: se esse pôde bem ser o caso de Teresa Margarida, nos finais da primeira metade do século XVIII, a marquesa de Alorna indigita em alguns textos Teresa de Mello Breyner, que na sua correspondência fala “das suas pupilas”⁹¹ como a sua formadora no convento de Chelas e mesmo depois⁹², e a própria Marquesa exerceu uma importante labor formativa em muitas mulheres (homens também) a começar pelas suas filhas, o que revela já uma configuração reticular própria. Nalguns casos, a saída para o estrangeiro será uma maneira de libertar-se de pressões nos seus meios e de aceder a novas aprendizagens. Se sobretudo a sua condição de classe explicará princípios ideológicos comuns, particularmente referidos ao modo articulatório e função do estado e os governantes, os seus diferentes percursos formativos elucidam também as suas divergências, em matéria religiosa, por exemplo. Em todos os casos, a sua ação faz parte desse invisível, em que continuamente propõem modelos, que vão desde modos de construir os seus textos a novas conceções sobre a sociedade, e aqui desde opiniões sobre a forma de governo, até normas de comportamento moral, nomeadamente referidas ao sexo feminino, *ad maiorem mulieris gloriam*. Mesmo atendendo aqui a ilustradas de diferentes momentos (Teresa Margarida nasce em 1711, Teresa

⁹¹ Nos anos imediatos, Bello Vázquez e Vanda Anastácio publicaram valiosos trabalhos sobre a correspondência destas escritoras (Bello Vázquez, 2004b, 2005b e 2013; Anastácio, 2005; 2007).

⁹² Pode isto ser verificado, por exemplo, no poema “A Tirce” (1844, I: 207), nome arcádico de Teresa de Mello Breyner e na correspondência com ela mantida.

de Mello Breyner em 39, a de passagem aludida Viscondessa de Balsemão e a Marquesa de Alorna em 49 e 50 respetivamente), todas são declaradamente monarquistas, frente a outras tendências ideológicas que percorriam Europa –particularmente na data em que publica Mello Breyner ou na época da atividade da Marquesa de Alorna– que recusavam o governo dos monarcas em favor de uma democracia burguesa, mas com diferentes apreciações, resultantes do seu habitus e da configuração dos campos em cada momento. Teresa Margarida, carente de títulos e capital nobiliário, ataca frontalmente o Absolutismo, fazendo explícita referência ao governo joanino; enquanto nas cartas de Mello Breyner são a burguesia e o desgoverno pombalino que se veem atingidos pelas suas críticas; e é constatável a reação antinapoleónica e de defesa do Ancien Régime da Marquesa de Alorna, encerrada desde os oito aos vinte e sete anos num convento por ser filha dum nobre acusado de conspirador polo Marquês de Pombal. Essas circunstâncias obedecem, polo comum, a um interesse de classe, e explicam igualmente que, quanto à consideração da participação do povo no governo, esta talvez advenha da diversidade de origem destas autoras. Teresa Margarida tem uma conceção do rei como pai dos seus vassallos, sem qualquer discriminação sobre a tipologia nobiliária; enquanto Mello Breyner, numa linha mais despótica, desconsidera o valor do povo defendendo os privilégios da aristocracia – entendida como a aristocracia tradicional portuguesa, pois despreza a nova nobreza nomeada durante o reinado de D. José I proveniente da burguesia mercantil – como órgão de Conselho Real, e coloca, como boa parte da alta aristocracia da época, todas as suas esperanças no reinado de Dona Maria. Ora, quer uma quer outra, intervêm em política e fazem-no a partir de usos repertoriais transgressores. Já o caso da Marquesa de Alorna é diferente e altamente ilustrativo da defesa de posições de classe, sustentando no seu encerro de Chelas opiniões antidespóticas e convertendo-se depois em firme defensora do trono e do altar após, particularmente, a experiência da Revolução francesa

(ela acolheu refugiados franceses na sua casa lisboeta) e da ambição napoleónica⁹³.

Nas suas atividades, como também nos seus escritos, aparece uma dupla consciência, de dominação e de classe. Se esta segunda veicula as suas tomadas de posição em defesa do grupo a que pertencem, a primeira, que só a elas pode ter como protagonistas enquanto mulheres, realiza-se por meios mais complexos, convergentes precisamente em invisibilizar-se sem, e só na aparência paradoxalmente, deixar de ‘exibir’ e exibir-se. O recurso ao pseudónimo no caso de Teresa Margarida ou ao anonimato no caso de Mello Breyner não está assim tão distante do recurso à ‘pobre condição feminina’ em Alorna, tanto no seu epistolário ao pai como nalgumas outras relações, o que contrasta poderosamente com o vigor e firmeza com que atua em muitos outros casos, revelando diferentes táticas no seu comportamento social e o caráter calculado dumas e doutras.

Considerando os seus escritos, elas explicitam (nas suas cartas Teresa de Mello Breyner, nas *Máximas de Virtude e Formosura* Teresa Margarida da Silva e Orta, na correspondência com o pai ou na sua poesia no caso de Leonor de Almeida) que a sua opção é a discrição ou a, *falsa*, modéstia, pois como mulheres que vão ser julgadas com dureza em qualquer intervenção pública ou, genericamente, na exposição dos seus saberes, escolhem o mantimento das formas do decoro e a assumpção de determinados tópicos sobre as mulheres, embora referindo-se a eles, segundo os casos, com ironia, aflição ou vaidade – por exemplo Mello Breyner quando fala do grande mérito da sua obra ao dever-se à mão de uma mulher –, mesmo quando estes possam ser desmentidos nas suas produções – como em *Osmia* –. Mas as três, frente à coerção resultante da modéstia e o silêncio como virtudes femininas, transgredem essa norma ao quebrá-las e,

⁹³ Não fica fora deste campo de estudo a involução que se vai produzir em determinados espaços sociais no combate às ideias revolucionárias e, em geral, ao liberalismo, e que mui possivelmente fizeram recuar espaços conquistados pelas mulheres, superadores das normas que definiam o seu rol social como exclusivamente dependentes do varão: como filha, esposa e mãe, reduzido ao âmbito doméstico.

outra vez não paradoxalmente, amparam-se nessas mesmas virtudes para não enfrentar pessoalmente as suas consequências: A Marquesa de Alorna, por exemplo, depois de replicar ao pai a sua condena à fogueira das obras de Voltaire (“De que servem homens queimados, meu querido pai?”), conclui utilizando a Deus para retirar legitimidade ao pai e transferi-la a si (“Não é Deus que deve pôr t rmo aos nossos dias?”) e afirmando:

“Eu conheço que V. Ex^a. tem muita virtude e muito juízo para decidir bem, mas eu, que sou mulher, com o cora o muito pequeno, quando se fala em matar, sempre me aflijo pelo sentenciado, seja quem f r. Não está mais na minha mão. Deus terá piedade da minha freq ez, se não   boa, em consequência do preceito de amar o próximo como a mim mesmo. Queira Deus que eu nisto não diga alguma tolice que desagrade a V. Ex^a, mas copiei o meu sentimento e disfar -lo parecer-me-ia pior”.

Significa isto que   comum às suas estratégias introduzir os novos modelos reutilizando na prática a seu favor o que as normas vigentes lhe negavam⁹⁴, o que envolve uma hipótese: a de se, assumindo as impossibilidades de livre interven o pública, estas mulheres ilustradas optam por outro tipo de estratégia e de acesso e difusão dos novos repertórios. Parece deduzir-se disto que essa estratégia vem dada polo seu próprio interesse estar mais focado para a introdu o e vulgariza o de modelos que na obten o de *fitos* individuais ou coletivos (como mulheres precursoras), para além de uma constatada atitude elitista e aristocrata que provavelmente faz com que prefiram o reconhecimento do seu reduzido grupo de pares a um grande sucesso público. Pensamos que aqui se situa um dos cerne da investiga o sobre o objeto proposto: a transgressão que a incorpora o de novos modelos por parte das ilustradas supõe, responde a, enunciemo-lo

⁹⁴ Convém citar a este propósito como isto foi notado para o caso espanhol por M nica Bolufer (1998: 317 e ss.), num em minha opinião excelente livro.

assim, uma dialética complexa entre os novos elementos repertoriais e os dominantes. Essa dialética tem lugar, ademais, como resultado da existência do que, aplicando-o aos agentes protossistêmicos, denomino défices projetivos (vid. capítulo quarto). Está em jogo, pois, a deteção e/ou dedução do que essas ilustradas interpretam, implícita ou explicitamente, como carências repertoriais e a eventual formulação programática e/ou prática e intervenção que de aí releva. Isto fará com que algumas dessas propostas programáticas, parte ou até mesmo o conjunto repertorial que elas queiram impulsionar, possam, com toda a probabilidade, apresentar-se e desenvolver-se de maneira ambígua; e que pretendam deliberadamente ou corram o risco de confundir-se com formulações diferentes ou até contrárias doutros agentes que participam de repertórios similares ou até do repertório dominante que se quer combater (consequentemente, deve atender-se à capacidade de imporem os seus princípios, mas também às diferentes estratégias e modificações repertoriais a que possam proceder em função das próprias forças e interesses).

Podemos adiantar alguns exemplos dessa reutilização a seu favor de normas repertoriais dominantes para poder avançar elementos programáticos novos:

- A obra de explícita reforma política de Teresa Margarida está dedicada à futura Rainha Dona Maria; a mesma leitura pode ser feita da figura de Osmia, de Teresa de Mello Breyner, apresentada como modelo de governanta; com o reinado de Dona Maria é libertada Leonor de Almeida e abrem-se as esperanças de mudança depositadas na nova monarca, com a que mantém continuada relação e que será madrinha do seu casamento (Alorna, 1844: XXI), amadrinhamento mui possivelmente gerido por Teresa de Mello Breyner, mulher de relação direta com Dona Maria, que também trabalhara anos antes pola libertação de Leonor de de Chelas.

- Esse apoio, direto ou indireto numa figura da monarquia, mui próprio das convenções da época, parece induzir que esse amparo é procurado precisamente para cifrar nesta nova mulher as expectativas de levar a cabo o programa por cada uma defendido e a mesma possibilidade de veicular ideias políticas, construindo, por exemplo, um modelo de mulher afastado dos vinculados à tradição religiosa.
- O próprio facto de tornar públicas essas ideias significa já uma transgressão aumentada pelo uso de géneros literários considerados ‘altos’ e próprios do repertório masculino: o romance e a tragédia. Modelos e géneros literários e géneros humanos: A transgressão que caracteriza estas produtoras literárias da segunda metade do século XVIII, vem dada pela escolha para a publicação de géneros que, em princípio, podem ser vistos como inadequados ao género feminino, em função das normas de género imperantes na altura. Por exemplo, nos casos de Teresa Margarida e Teresa de Mello o facto de escreverem romance ou tragédia, géneros considerados pelos ilustrados como os suportes ideais para a produção e divulgação de modelos, frente à poesia⁹⁵, portanto reservados para o homem enquanto agente privilegiado do âmbito público. Estas produtoras ultrapassam este limite invisível mas de facto apreciável no sistema literário, e apesar de serem conhecidas e reconhecidas como produtoras de poesia, segundo as notícias que obtivemos, relegam estas composições poéticas para a circulação manuscrita e ao âmbito mais ou menos privado, privilegiando a publicação de obras em prosa ou tragédias, em função da consideração destes géneros como os ideais para a introdução de modelos de cariz ilustrado. Ora, essa tensão é, por exemplo, minorada pelo ocultamento

⁹⁵ Verney dedica a Carta VII do *Verdadeiro Método de Estudar* à poesia, tirando conclusões como esta (1747, I: 274): “A poezia nam é coiza necesária na República: é facultade arbitraria e de divertimento. E assim, nam avendo necessidade de fazer versos, ou fazêlos bem ou nam fazê-los, por nam se expor às rizadas, dos inteligentes.”

sob um acrónimo no caso de Teresa Margarida e pelo recurso ao anonimato no de Teresa Mello Breyner, libertando-se assim da exposição e o debate públicos a que elas, também como mulheres, se poderiam sujeitar.

- Parece claro, em vários casos, que estas mulheres promovem ativamente, ao socairo do associativismo ilustrado, a criação de plataformas de intercâmbio não apenas literário mas científico e político-cultural, e quiçá inclusivamente de promoção e prática das suas ideias, muitas delas com um certo carácter institucional. Ora, isto não é talvez em si o facto de maior relevo. É-o particularmente a constituição de redes, de vínculos interativos entre elementos que partilham repertórios comuns e posições relativamente diferentes em diferentes campos; redes que podem ser utilizadas ou ativadas em determinadas ocasiões, o que deve ser atendido, e onde a correspondência joga um papel de primeira importância, como o meio comunicativo privilegiado para canalizar projetos e exercer influências. De resto, convém investigar a possibilidade de essas plataformas poderem ser catalizadoras do acesso de muitos varões a outras, institucionalizadas pelo poder ou reconhecidas por ele, e mesmo esses varões servirem de veículo das ideias promovidas por elas. Talvez uma das melhores sínteses que se possa achar como prova de tudo isto são as palavras que Alexandre Herculano, o intelectual que ocupa as posições centrais no romantismo português, escreve à morte da Marquesa de Alorna n' *O Panorama*⁹⁶; notem-se especialmente a visão de Leonor de Almeida como protetora (o que revela o seu alto poder simbólico) e animadora, duas funções que mantinham na esfera do privado a Marquesa, a atitude ilustrada, persuasiva, que dela se transmite, e o importantíssimo capital cultural da Marquesa,

⁹⁶ *O Panorama*, n.º 156, 2ª série, vol. VIII, 21 de dezembro de 1844, p. 404. Citamos por Hernâni Cidade (1941:XLVI)

ao mesmo tempo que se reflete o caráter periférico do sistema português ao assumir como paradigma Madame de Staël:

“Àquela mulher extraordinária é que eu devi incitamento e proteção literária, quando, ainda no verdor dos anos, dava os primeiros passos na estrada das letras...porque o menor vislumbre de engenho, a menor tentativa de arte ou de ciência, achavam nela tal fervor, que ainda o mais apoucados e tímidos se alentavam... A sua crítica era modesta e tinha não sei o quê de natural e afectuoso que se recebia com tão bom ânimo como os louvores de que se não mostrava escassa, quando merecidos... A sua conversação, variada e instrutiva, era fácil e amena. E, todavia, dos seus contemporâneos, quem conheceu tão bem, não dizemos a literatura grega e romana, em que igualava os melhores, mas a moderna de quâsi tôdas as na da Europa, no que nenhum dos nossos portugueses a igualou? Como Madame de Staël, ela fazia voltar a atenção da mocidade para a Arte da Alemanha, a qual veio dar vida à Arte meridional... Foi por isso e pelo seu profundo engenho, que com sobeja razão se lhe atribuiu o nome de *Staël Portuguesa*.

Entre essas plataformas estão os salões, importação da moda francesa, particularmente fulcrais no caso da Marquesa de Alorna, que já em casa de seu pai conhecia o costume e em cujo salão conhecerá o seu futuro marido. Já no seu encerro em Chelas parece ter contribuído para constituir um foco estável de intercâmbio e mediação, ao lado dum outro espaço educacional para as suas companheiras conventuais; mas é igualmente o caso de Teresa de Mello Breyner, acreditada impulsora e sustentadora da fundação da Academia das Ciências em 1779, ‘Real’, sob proteção da Rainha anos mais tarde mercê às suas gestões, em cuja relação de fundadores, que tem à frente o Duque de Lafões, não aparece, e sim o seu marido, cuja atividade parece menor que a da mulher. Estes dous casos mostram, aliás, já, uma importante capacidade de organização por parte destas

mulheres de que outros careceriam. E este modo de funcionar através dos homens pode mesmo corresponder-se com a cobertura procurada por Teresa Margarida da Silva e Orta em Alexandre de Gusmão para publicar a sua obra (e que acabará por provocar a sua atribuição a este) ou mesmo na possibilidade de viajar e sair do seu meio que o seu casamento com o Conde de Oeynhausen vai abrir à Marquesa de Alorna: por, parece claro que fundamental influência dela, o seu marido será designado Ministro de Portugal em Viena, o que possibilitará à Marquesa a estadia numa das cortes ilustradas mais ativas na Europa da época, em que reinava Teresa, juntamente com Catalina de Rússia modelo explícito de rainha que Teresa de Mello Breyner almeja para Dona Maria nas suas cartas, e a passagem por outras de também singular atrativo para ela⁹⁷. Até, ou sobretudo, a polo menos semiclandestina Sociedade da Rosa animada por Leonor de Almeida (e em que participaram figuras como Bocage) na sua resistência antinapoleónica nos começos do século XIX funda raízes nestas práticas, a que talvez não seja alheia a maçonaria. Estas ilustradas, pois, cientes dos seus défices projetivos, reformulavam

⁹⁷ Assim são narradas algumas passagens de Leonor de Almeida por cortes europeias na edição das suas *Obras Poéticas* (1844:XXII):

“O desejo de ver augmentada a fortuna e boa sorte de seu marido fez com que a Condessa viesse a Lisboa, e dahi fosse a Salvaterra, onde estavam Suas Magestades; e em dois mezes que alli fez a sua corte, obteve para seu marido a nomeação de Ministro Enviado a Vienna d’Austria, para onde foi necessario que partissem”

Indicando-se a sua passagem por Madrid, onde é acolhida por Carlos III, e por França, por Luís XVI, acrescenta-se que naquela cidade (XXII-XXIII)

“(…) travou grande conhecimento com Mr. e Mme. De Necker [pais da futura Madame de Staël, a quem conheceu aqui], que nesse tempo tinha já credito e influencia, em cuja casa se reuniam os eruditos e os politicos do tempo. Em uma dessas/reuniões foi a Condessa convidada para fazer a narração dos acontecimentos daquella epocha importante, o que ella desempenhou de forma que mereceo o maior appaluso”.

Já em Viena é acolhida pola rainha Maria Teresa; e o sucessor José “faz lhe presente da insignia e diploma da Ordem da Cruz Estrellada daquele Imperio. Conhece o Principe de Kaunitz, Landgrave de Furstemberg, Mme de Valstein, Madame de Thun; achou aqui o Abbade Pedro Metastasio, Poeta Cesareo da Corte de Carlos 6º e de Maria Teresa, com o qual contrahio as relações de amizade, e as da literatura italiana, que muito lhe aproveitaram nas suas composições as mais harmoniosas”.

De regresso a Lisboa, na França e quase quatro anos mais tarde, encontra Delille (1844: XXV) “auctor do *Poema dos Jardins*, e das *Georgicas Francezas*, de quem a Condessa depois se recorda suavemente nas suas *Recreações Botánicas*”.

assim os seus modos de (indireta) intervenção pública. Repare-se nestas expressivas palavras, também duma das mais conhecidas intervenientes na época revolucionária francesa, Madame Rolland, em correspondência com Bancal, indicando uma atitude similar à deduzível para os casos lusos que nos ocupam (*apud* Duhet, 1974: 72): “No creo que nuestras costumbres actuales nos permitan ocupar todavía puestos públicos. Nuestra misión es pues la de propalar el bien y alimentar y avivar los sentimientos útiles a la Patria, pero en forma alguna debemos participar en el quehacer político”.

- A leitura e vulgarização de modelos estrangeiros proporcionava também uma importante proteção para as suas atividades. Teresa Margarida acompanha um deles, prestigiado na altura, o *Télémaque* de Fénelon (cuja explicitação terá lugar a partir duma das duas variantes da segunda edição, já como *Aventuras de Diófanes*, de 1777), mas só parcialmente, porque ‘vai além’ no repertório iluminista. As numerosas traduções e, sobretudo, imitações, ‘livres’ ou não, realizadas pola Marquesa de Alorna têm igualmente a fundamental função de introduzir novos modelos no sistema cultural português. Naturalmente, isto significa uma possibilidade de posta em valor da sua erudição e das suas habilidades e capacidades⁹⁸ (o conhecimento de idiomas revelava uma possibilidade de alargamento intelectual superior aos que não o possuíam), mas igualmente uma forma fulcral de introduzir modelos ao amparo dum semi-ocultamento proporcionado pola autoria alheia: não ostentando a responsabilidade da obra e ao mesmo tempo beneficiando das possibilidades de introduzir o texto (e mesmo de ‘imitá-lo livremente’, legitimidade acorde

⁹⁸ A tradução do *Oberon* de Wieland por parte da Marquesa de Alorna obedece explicitamente a uma aposta (com Muller) por mostrar as possibilidades e riqueza da língua portuguesa. Leonor de Almeida traduzirá ou imitará, de entre a sua contemporaneidade, Goldsmith, Pope, Gray, Thomson, Goethe, Buerger, Ossian, Delille, Lamartine ou Chateaubriand, em cujo uso pode ver-se, em muitas ocasiões, uma evidente funcionalidade pedagógica ou política.

com os modelos ilustrados) pode incidir de maneira mais efetiva no meio a que se dirige. Convém aqui indicar que se abre uma importante linha de pesquisa neste sentido, para determinarmos qual a posição e função destas atividades introdutoras na época, possivelmente coordenadas com as atividades de intermediação e pedagogia que praticavam com assiduidade e possivelmente também bastante mais centrais e determinantes do que a ‘miragem romântica’ tenha deixado ver.

- Nesta estratégia de intermediação, parece ter papel relevante a dedicação educativa. E não apenas na esfera dum salão nem mesmo em programas de instrução feminina desenhados *ad hoc*, (como em boa medida realizam nas suas obras, por exemplo, Teresa Margarida e Teresa de Mello) a desenvolver potencialmente por D. Maria. A Marquesa de Alorna dedicará boa parte da sua atividade em Almeirim a promover a educação das raparigas⁹⁹ e muitas das suas traduções e as suas *Recreações Botânicas*, “Poema dedicado ás senhoras portuguezas” que dá prova do interesse científico da autora, têm precisamente um sentido

⁹⁹ Afirma Hernâni Cidade (1941: XXIX) a este propósito: “Em Almeirim, onde passa os primeiros anos de viuvez, rodeia-se de crianças –os filhos próprios e alheios. A *Epístola a Natércia* [é a Vinscondessa de Balsemão], inserta a p. 107 desta edição de H. Cidade], lembra a enternecida e lírica obra de educação que ali realizou, promovendo nas raparigas da terra a aprendizagem da leitura e dos labores, numa alegria animada de cantos, para que ela escrevia a letra. A *História Universal* é em verso que, na mesma época, a ensina aos filhos –graciosa tentativa pedagógica documentada em manuscrito que compulsei”. E na edição promovida pelas suas filhas podemos ler (1844:XXIX-XXX):

“Depois que falleceo o Conde d’Oeynhausen passava a Condessa em Almeirim a maior parte do anno, occupando-se na educação das filhas, e em soccorrer os pobres daquellas suas terras, favorecendo-os com todos os meios que estavam ao seu alcance. Entretinha á sua custa uma boa mestra, para que as moças d’Almeirim aprendessem todas a ler, a coser, e os mais labores próprios do seu sexo. Em um dia de semana juntava em sua casa as outras raparigas, que sabiam só fiar: dava-lhes de comer, e fazia-as trabalhar, pagando-lhes depois a obra que faziam, com o fim de as costumar, e de lhes dar gosto pelo trabalho; e como a Poesia embellezava todos os passos da sua vida, compunha-lhes cantigas com que ellas se entretivessem, e que um pouco lhes desenvolvessem o espirito, na proporção do seu estado. E no mesmo tempo, em beneficio da instrução de suas filhas, compunha em verso umas lições da Historia de Portugal, que seriam mui dignas e proprias de tal objeto, se fossem concluidas e aproveitadas”

pedagógico que se estende a mulheres adultas. E se as três coincidem numa conceção elitista da instrução, considerando que quem deve aceder aos níveis educacionais mais altos são os nobres, por exemplo, perante o temor do ascenso da burguesia explicitado por Mello Breyner nas suas cartas, não por isso negam o acesso à educação das classes ditas inferiores, contemplada pola sua retórica tipicamente ilustrada, que antepõe os privilégios adquiridos por merecimento aos de nascimento; e mesmo aplicando esta retórica em projetos educativos postos em marcha por Mello Breyner no seu palácio de Alentejo, onde se ocupava da formação dos filhos dos seus criados e doutros meninos de Estremoz, e refletidos nas *Máximas de Virtude e Formosura* mediante a dedicação à instrução dos filhos dos pastores e burgueses por parte de Climenea – rainha de Tebas –.

Quero, apenas, neste espaço colocar algumas das linhas de atuação e pesquisa futuras que consideramos centrais na análise do objeto que venho comentando, e que resumo em três. A primeira é a de determinar o repertório certo defendido pelas ilustradas portuguesas objeto da nossa análise, em si e nas suas relações com os repertórios e agentes atuantes na altura, conhecendo o seu sucesso ou fracasso posterior. Derivado do antedito, será de importância delimitar o que há de tensão consciente e o que de violência simbólica na sua programação e impulso. Neste sentido, entendo que a definição e interpretação das estratégias seguidas e a deteção dos denominados atrás défices projetivos será do maior interesse. Em terceiro lugar, parece-nos fundamental poder descrever e analisar todo o tipo de redes elaboradas ou conformadas pelas mulheres a que nos referimos. Tudo no entendimento de que virão fornecer uma reformulação da perspetiva hoje predominantemente adquirida sobre a Ilustração lusa no século XVIII e inícios do século XIX, em que se possa finalmente fixar a posição e a função das tarefas de elaboração, transmissão e projeção de modelos e dos seus, e aqui das suas, agentes.

**JÁ CAMÕES NÃO SOU! A IMPOSSIBILIDADE
DE CENTRALIDADE PARA BOCAGE NO CAMPO
LITERÁRIO NO SÉCULO XIX**

As várias vias da popularidade de Bocage

Bocage foi extremamente popular em vida no campo literário da altura e, mais em concreto, no espaço social lisboeta. Falta ainda por estudar as posições que ocupava nesse campo, em função dos grupos sociais que aderiam ou não às suas obras, embora tudo pareça indicar que eram diversos os seus públicos, usufruindo diferentes mecanismos de consagração e legitimação, talvez até contraditórios entre si, conforme a classe de obras e os modos em que as difundia ou eram difundidas. Dessa popularidade dão conta as elegias e poemas em geral a ele dedicadas após a sua morte, e as imediatas compilações que delas circularam, informando-nos do interesse comercial que podiam chegar a ter. A pobre economia dos seus últimos dias pode ver-se um pouco aliviada pola venda dos seus *Improvisos e a Collecção dos novos improvisos de Bocage na sua molestia, com as obras, que lhe forão dirigidas por vários poetas nacionaes...*, ambos os dous na Imprensa Régia, que, com a Tipografia “Rollandiana”, era a editora que dominava o panorama na altura, a mesma que publica no ano seguinte a compilação de Thomaz Antonio dos Santos e Silva *Collecção de poezias à memoria de Manoel Maria Barbosa du Bocage, hum dos melhores poetas portuguezes, etc.*, de 79 páginas, e o *Drama alusivo ao character e talentos de Manuel Maria de*

Barbosa du Bocage do bocageano na escrita José Elói Ottoni, só por colocarmos algumas amostras da imediata popularidade de Bocage da mão de dous prolíficos autores contemporâneos, em Portugal e no Brasil. Outra índole de testemunhos da época também afirma esse reconhecimento. Lord Beckford anotava, em 8 de Novembro de 1787 (2003), ser Bocage “o mais extravagante e talvez o mais original dos poetas que Deus criou”. Almeno Tagideo declarava-se “apaixonadíssimo elogiador e admirador do seu estro” na elegia dedicada à “deplorável morte do insigne poeta M.M.B.”, onde o considera “sábio”, poeta de “bom gosto”, “sem rival”, ou filósofo profundo e augura-se-lhe “fama imortal”. Nela é colocado ao lado de Camões e Ovídio, e proclamado “honra de Portugal”.

Certamente, nestes e noutros textos contemporâneos, percebe-se igualmente a crítica mais ou menos encoberta ao seu modo de vida, pensamento e mesmo a composições cujo conteúdo erótico era considerado pecaminoso, muitas das quais sofreram e prolongaram a censura muito tempo depois da sua morte. Também assomaram críticas como as de José Agostinho de Macedo, que, se antes elogiara Bocage como poeta fecundo e de talento, falando do seu “divino canto”, virá depois, e antes da sua definitiva reconciliação, a satirizá-lo pelo seu orgulho sem medida, a sua ousadia, a sua soberba e o facto de querer ser “um déspota em poesia” como lemos na sua *Satira dirigida pelo Padre J. Agostinho de Macedo, ao bem conhecido poeta M. Maria Barbosa Du Bocage*, que conheceu várias edições. Censurava, aliás, a produção bocageana como pobremente trabalhada, obra dum “fanfarrão glosador” que só procurava o “aplauso fácil de ignorantes”, desqualificando-o como poeta de aluguer, “intérprete de outros”, reduzindo a sua obra à glosa e à tradução medíocre, vendo na sua técnica uma “fastidiosa cruel monotonia”, sentenciando: “lido um verso teu lidos todos”. Esta linha crítica é em parte continuada por Almeida Garrett a quem, contando seis anos à morte do poeta, chegaram com nitidez os ecos do poeta famoso. Se o ataque de Macedo se produzia desde a rivalidade e a contemporaneidade, já

o do autor do *Camões* bebia nas fontes românticas contrárias ao exalçamento duma poética (e duma ideologia) setecentista julgada como carente de originalidade e vitalismo. Garrett deixava nos seus escritos o testemunho de um Bocage alvo do entusiasmo geral da sua época, particularmente entre a juventude, um entusiasmo, diz o autor do *Frei Luís de Sousa*, que “degenerou em cegueira, em mania, não lhe viam já defeitos, menos ele em si mesmo” (Garrett, 1826-1834: 52-53). Garrett é igualmente crítico com a sua metrificação e os seus moldes poéticos que censura por repetitivos embora os valorize como perfeitos. E fará uma distinção, entre a sua obra por encomenda e a alegadamente feita em liberdade (que julga como de maior qualidade), que terá fortuna, chegando à sua culminação em opiniões como a de Olavo Bilac, que, aliás, o considera mestre por excelência do soneto, o seu continente e conteúdo mais prezados, numa conferência por ele ditada no Teatro Municipal de São Paulo (Bilac, 1917).

Será, no Brasil e em Portugal, contínua a reedição ou nova edição das suas obras, por vezes acompanhadas de avisos propagandísticos como o que em 1813 anunciava *o livro que tem por titulo verdadeiras ineditas obras poeticas de Manoel Maria de Barboza du Bocage*, (que em 1843 sairá já como quarta edição na Nevesiana) provocando as *Considerações mansas sobre o quarto tomo das obras metricas de Manoel Bocage, accrescentadas com a vida do mesmo*/do Pe. José Agostinho de Macedo, saídas da Imprensa Régia, no mesmo ano, quiçá o primeiro esboço biográfico post-mortem do poeta, a que seguirá o de José Maria da Costa e Silva *Obras poeticas...precedidas de um discurso sobre a vida e escriptos d'este poeta, ornada com o seu retrato*, publicado na mesma cidade de Lisboa na Imprensa de J.B. Morando, em 1820. São particularmente reeditados, além das suas traduções, os seus *Idílios*, *Mágoas amorosas*, e evidencia-se um interesse manifesto polos seus improvisos, motes e glosas, como mostram as edições de *Quadras, motes, improvisos, décimas e colcheias glosadas* na Rollandiana, 1825 e na Imp. Régia em 1842. Todo este

processo culmina, numa primeira etapa e como é sabido, com a recolha exaustiva e sistematização de I. F. da Silva, conformando os seis volumes das *Poesias* do autor em 1853, editadas por A. J. F. Lopes, *Colligidas em nova e completa edição, dispostas e annotadas por I. F. da Silva e precedidas de um estudo biographico e litterario sobre o poeta, escripto por L. A. Rebello da Silva* (que traça o paralelismo com Camões). A compilação encontra continuidade no Porto com as edições da Imprensa Portugueza, entre 1875 e 1876 das *Obras poeticas de Bocage*, em oito tomos em 4 volumes, que incluem o texto *Bocage, sua vida e epocha litteraria* de Theophilo Braga, nos números 26 e 27.

Logo começaram também a aparecer recolhas de poesias inéditas, com a sua dose de apocrifia, e a ser abundante a edição de poemas satíricos, como soltos ou compilações. A “Pavorosa illusão” era editada em Londres em 1837. *As Poesias satiricas inéditas [...] collegidas pelo professor... Antonio Maria de Couto, e pelo mesmo annotadas... . – 2ª ed. mais correcta e augment.*, saíam em 1840 da lisboeta Tipografia A. J. da Rocha em 1840, conhecendo dous volumes diferentes. E em 1854 saem em, pretensamente, Bruxelas, as *Poesias eroticas, burlescas e satyricas de M. M. de Barboza du Bocage não compreendidas na edição que das obras deste poeta se publicou em Lisboa, no anno passado de MDCCCLIII*, que conhecerão numerosas edições. Na “Advertencia preliminar” deste volume dizem os compiladores, anónimos, note-se –, na sua página 3:

Constou que muitas pessoas, que subscreveram para a recentíssima edição das Poesias de Bocage, publicada em Lisboa, e concluída já no anno corrente, desejosas de possuir tudo o que saiu da penna de tão peregrino engenho, como que se lastimavam de não poderem juntar áquella collecção para a tornar completa, as obras do mesmo auctor, que por tratarem de assumptos anti-religiosos, ou pouco conformes á decência e moralidade dos públicos costumes, foram (ao que parece) com acertado fundamento omitidas na referida edição.

Advertindo, de todo o modo, que essas obras andam já ‘por aí’ em papéis avulsos, prosseguem indicando que estas composições são (p. IV)

outros tantos documentos indispensaveis para se avaliar cabalmente o merito do poeta – e para completar o desenho das diversas feições moraes do seu retrato; atendendo principalmente a que, conforme a reflexão já feita por um juiz competente, se as poesias licenciosas de Horacio são os seus unicos versos sem espirito, pelo contrario as de Bocage bastariam de per si a dar-lhe o nome e credito, se estes podessem provir de tal genero, ou se a sua gloria não estivera cimentada em mais firmes e seguros alicerces.

Esta edição, que explicitamente duvida que alguns dos textos propostos sejam da autoria de Bocage, abre com “A Ribeirada”, e inclui, entre as composições “Eróticas não compreendidas” nas edições prévias (p. 92 a 127) sonetos com inícios como estes: “Vai cagar”, “É pau, e rei dos paus”, “Cagando estava”, “Eu foder putas?”, ilustrativos do seu conteúdo escatológico e pornográfico.

Convém não perder de vista, precisamente, este agrupamento da poesia erótica com a burlesca e satírica, porque, em minha opinião, pôde chegar a condicionar fortemente a receção de Bocage: na proximidade de perspectiva e temática, inclinou a balança recetiva para o terreno da piada picante e do picaresco, e ocultou outra produção bocageana. E ter presente que esta linha será a de maior popularidade do poeta. O facto é que a figura de Bocage começa a ser utilizada como emblema da chalaça, da sátira e do humor. Da Tipografia portuense de Manoel José Pereira saiu entre 1865 e 1867 o Bocage: *piparotes litterarios*. (nº 1, 1º de Agosto), que, no seu primeiro “Cavaco sério”, afirma:

O cavaco, introducção, symphonia d’abertura, ou como em portuguez melhor nome baja, começa por pedir ao leitor, em nome dos proprietarios do “Bocage”, que não embique no título.

Esta folha chama-se “Bocage” como poderia chamar-se André ou João Fernandes. O ponto estava em levar na frente um nome illustre, que valesse por si mais que um programma, e lbes fosse a todo o tempo garantia do seu proceder. O do grande repentista ajustou de molde, não desfazendo nos Andrés e Joões Fernandes illustres, que são muitos; por esse motivo foi.

Não commetteremos a imprudencia de dizer ao leitor quem era Manoel Maria Barboza du Bocage. Seria pical-o na sua prospapia de homem lido, e temos para nós que não é preciso dispôr de grandes nem pequenos cabedaes litterarios para se saber que especie de sujeito fôra Elmano.

Deixemo-nos de historias. Bocage, o primeiro vulto da Arcadia, o poeta popular, o improvisador galbofeiro, o sonetista inemitavel, de quem o Snr. Castilho dissera que “com elle nasceu e com elle morreu o soneto portuguez”, Bocage vive na mente de todos, e no coração de muitos portuguezes

[...] O que elle promette é rir á farta dos besouros litterarios, que por abi enxameam as imprensas, e obrigar o leitor sisudo a descer do pedestal da usa gravidade e a rir com elle. Não lbe deve querer mal por isso.

Veja-se como se colocam dous níveis diversos de receção da obra de Bocage. De um lado está o conjunto de parâmetros legitimado polos consagradores centrais no campo literário português, no que se refere à consideração da Arcádia e do sonetista, reforçado pola *auctoritas* mais importante na altura, Castilho. De outro, a da popularidade e do seu caráter galhofeiro, que enlaçam mais com uma receção do humorismo e da piada ausentes daqueles parâmetros e mais próximos dos esquemas populares alheios às normas daquele campo.

Como exemplo do reforço da veia piadesca com que Bocage e a sua obra eram encarados, já o número 2 do quinzenário abre o seu Cavaco com uma anedota em que é citada uma quintilha satírica do poeta. O ativíssimo jornalista satírico e redator destes piparotes,

Urbano Loureiro, ainda retoma o nome do poeta em 1867 para o seu Bocage: *annuario de cacholetas*, que vincula, por “parentesco muito íntimo” com aqueles *piparotes litterarios*. O anuário tem como coluna vertebral a crítica social e, sobretudo, literária da atualidade, com ótica burlesca e satírica.

O paralelismo com Camões

Este uso emblemático para um objetivo satírico de “o primeiro vulto da Arcadia”, (“o poeta popular, o improvisador galhofeiro, o sonetista inimitável, de quem o Snr. Castilho dissera que ‘com elle nasceu e com elle morreu o soneto portuguez’”, que “vive na mente de todos, e no coração de muitos portuguezes”, de que fala Loureiro) limita com a derivação do poeta como protagonista de anedotas e piadas, na memória também de não poucos portugueses¹⁰⁰. É um fenómeno comum a várias comunidades ocidentais (Pedrosa, 2003), em que um escritor, célebre no seu espaço social e/ou, às vezes, conhecido pelas suas produções satíricas ou de índole escatológica, é personagem central deste tipo de fórmulas. Neste caso, Bocage partilha popularidade e protagonismo com Camões, num paralelismo que vem juntar-se ao explicitado por Bocage na sua obra e ao caracterizado por alguns editores e críticos ao longo do século XIX. Da Rollandiana sai em 1824 o folheto *A Morte de D. Ignez de Castro contada por Manuel Maria du Bocage a que se junta um episódio do mesmo assunto do immortal Luiz de Camões*. E a celebérrima, na primeira metade do século XIX, *Nova Castro* de João Baptista Gomes Júnior sai na edição de 1848 da Livr. J. P. Aillaud, que se distinguia pela sua introdução de obras românticas em Portugal e que já publicara uma *Collecção d’epistolas eroticas e philosophicas*. – Paris: J. P. Aillaud, 1834. – VIII,

¹⁰⁰ E de não poucos brasileiros, particularmente nordestinos, e ao lado de Camões, como espelha a tradição da literatura de cordel (Santos, 1993).

80 p.; 12°. – Sublinhando-se na continuação que “Contém: Pavorosa illusão da eternidade/por Bocage. – A voz da razão”.

O processo paralelístico entre ambos poetas foi extremamente impulsado ao longo do século XIX. Carlos Cunha, no seu valiosíssimo estudo sobre *A Construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*, refere como Bocage é camonizado (2002: 393-394) por analogia de vida com o poeta renascentista por parte de vários construtores românticos: as semelhanças são assentadas na ideia do poeta pobre e malfadado, do incompreendido, vítima duma sociedade grosseira, perseguido, naufrago até.

O, por Loureiro, aludido Castilho, principal poder consagrador no campo literário português das décadas de 40 a 70, será elo importante nesse paralelismo. Seus foram vários escritos e iniciativas em relação a Bocage que salientaram esse vínculo, em ocasiões tendo como parceiro seu irmão José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, quem no mesmo 1867 publicava no Rio de Janeiro três volumes subordinados ao título *Manoel Maria du Bocage seguidos de uma noticia sobre sua vida e obras, um juizo critico, apreciações de bellezas e defeitos e estudos de lingua: excerpts*. Esta publicação estava na sequência da incentivação que os dous irmãos promoveram no sentido de erigir um monumento ao poeta do Sado e que fora iniciada a 15 de Setembro de 1865 no Rio, durante as comemorações do centenário do seu nascimento (cfr. Quintas, 1993), o que prova a popularidade de Bocage no Brasil. No mesmo ano em que o seu irmão publicava esses três volumes, saíram umas *Cartas do Ex.^{mo} Sr. Antonio Feliciano de Castilho e da Camara Municipal de Setubal a respeito do monumento a Bocage*, em que aquele saúda a iniciativa do “monumento ao Cisne do Sado” (p. 2). Castilho cita escritores que julga serem os “eleitos cuja verdadeira vida principia na sepultura”, colocando o nome do poeta ao lado de (p. 3), “os Shakespeares, os Molières, os Schillers, os Cervantes, os Camões e os Bocages”. Na continuação, aprofunda no paralelo entre Camões e Bocage (carregado meu):

Fallei de Camões e Bocage. Que de ponto de contacto entre estas duas glorias nacionaes! [...]. Com quasi dois seculos de meio de distancia nascem de familias honradas, mas de pouca fortuna, os dois maximos cantores portuguezes, no prazo precisamente em que mais uteis podiam ser, como exemplares á lingua e poesia nacional (p. 3). “Bocage, outro Messias litterario, ofusca, dispersa, quasi anniquila de todo a sinagoga arcadica (p. 3).

Camões e Bocage são pois ainda hoje dois mestres; mas o segundo, por mais achegado a nós, mestre para mais aproveitamento (p. 4).

A Camões e a Bocage vá pois a vida pobre, atormentada, trabalhosa. Quem sabe se a contraria os não afogaria! (p. 5).

Amores: qual dos dois levará nisto a palma ao outro? Nem um nem outro é Petrarcha para uma só Laura, ou Dante para uma só Beatriz, a quem ame viva, e a quem ame dobradamente depois da morte.

[...] Não amam a uma formosa, enleva-os a formosura; ardem por mil; adoram a todas; a feminidade sob qualquer forma ou nome, é o seu iman perpetuo (p. 6)

E, depois de citar o poema “Camões, grande Camões, quão semelhante”, diz:

E ainda então, Senhores, o vosso cantor, o vosso Camões II, não sabia quantas mais semelhanças com o grande homem o aguardavam no futuro. Como elle havia de experimentar por leviandades a amargura expiatoria do carcere; como elle, havia de chegar a ver a Patria numa grande crise, suprema dor para um coração portuguez!.

[...] o que eu ouvira a meu proprio pai, não poeta, porem juiz muito competente em coisas litterarias: – que o improvisador Elmano fôra ainda muito maior na facilidade e felicidade da improvisação, que nos seus versos esmerados para a luz publica (p. 10).

Castilho chega mesmo a produzir um anacronismo não infrequente nele: chama a Ovídio o “Bocage romano” (p. 12).

Já em 1871, sairá publicado em Lisboa o soneto que Castilho escrevera “Na inauguração do monumento a Bocage em Setubal” em 21 de Dezembro desse ano, com motivo do “Sexagesimo sexto aniversario do fallecimento do poeta”, que começa por sublinhar: “Tu que nos revelaste a magica harmonia/ na lyrica nacional de ti latente”¹⁰¹.

O paralelo entre Camões e Bocage tinha ainda alguns outros reforços: é o caso do uso do soneto como mecanismo de expressão, que contribuía sem dúvida para colocar Bocage como o primeiro ou segundo sonetista da história literária portuguesa. Essa atenção ao soneto está por trás das edições que, exclusivamente desta forma poética, são feitas da obra bocageana, e que circulam já na década de 70 por Portugal e o Brasil, onde, por exemplo e em 1877, sai uma antologia subtitulada “Edição cuidadosamente revista e precedida do retrato e da biographia do poeta”.

O juízo de Teófilo a/sobre Bocage

Em 1875, sai à luz o primeiro estudo pormenorizado no campo da crítica literária portuguesa de que Elmano Sadino é alvo no período de regulação oficial do ensino liceal: o livro *Bocage e a sua época litteraria* de 1875, obra dum Professor que reunia já bastante prestígio na altura, Teófilo Braga, era, com efeito, e além dos esboços biográficos anteriores e do estudo de Rebello da Silva, a primeira focagem extensa sobre o poeta. De alguma maneira, (um-) a nova *auctoritas* no campo pronunciava veredito sobre Bocage e,

¹⁰¹ Sublinhado meu. Note-se que, mesmo num discurso de altíssimo exalçamento do poeta, *a questão literária naciona(ista)l* aparece não como plenitude, mas como prólogo duma culminação futura. É oportuno indicar que esta será uma ‘falha’ importante no expediente de canonização de Bocage.

consequentemente, sobre a legitimidade da sua alargada popularidade; veredito que começa assim (1875: 5):

O povo portuguez só conhece o nome de dois poetas, Camões e Bocage; não porque repita os seus versos, como os gondoleiros de Veneza as estancias de Tasso, ou os romanos as cançonetas de Salvator Rosa, porque entre nós deu-se uma constante separação entre o escriptor e o povo, mas porque de Camões sabe a lenda do seu amor pela patria, e de Bocage repete uma ou outra anedota picaresca. No entanto a aproximação instinctiva d'estes dois nomes infunde um sentimento que leva a procurar se existe alguma verdade n'esta relação, que, uma vez determinada, será um seguro criterio para avaliar Bocage.

A citação recolhe e reconhece o prestígio popular de Bocage. O paralelismo entre os dous autores mantém-se, mas a assimetria é crescente, numa espécie de quase anticastilhismo implícito, na inversão de algumas apreciações de António Feliciano. Teófilo enfrenta precisamente a estimação popular e perante “o povo vão” que “perde opinião”, impõe a sua crença como legítima. A citação situa Bocage bem aquém da excelência atribuída a Camões: um é conhecido polo patriotismo, outro por uma vida devassa. Para Teófilo, são o autor d’Os *Lusíadas* e o seu maior canonizador, Garrett, pola sua “sublimidade” e polo seu “sentimento da nacionalidade”, as duas grandes figuras da história literária portuguesa. Bocage, não (1875: 6-7):

[...] entre Bocage e Camões existe uma conformidade de situações na vida, que em certa fôrma deviam imprimir aos seus genios uma physionomia analoga ás identicas impressões. O grande épico era descendente de um solar da Galiza, e Bocage era oriundo de uma familia franceza. Está hoje comprovado que o genio de uma raça só chega a ser bem comprehendido e expresso pelo elemento estrangeiro que se assimilou a ela. Na renovação do

Romantismo em Portugal, coube a Garrett a missão iniciadora, e Garrett era descendente de uma familia ingleza dos Açores. Bocage, na realidade, representa um espirito atropiado por um meio intellectual estreitissimo, verdadeira imagem do espirito nacional, vigoroso e fecundo cretinizado pelo obscurantismo religioso e pelo cesarismo monarchico. É o prepresentante mais completo do seculo XVIII, em Portugal, com o seu erotismo e bajulação aulica, com a galanteria improvisada e com os lampejos revolucionarios; Camões representava o espirito da grande Renascença, e a consciencia historica da nacionalidade. Differem e estão a grande distancia por isto. Bocage, sempre enfatuado da sua personalidade, ao comparar os seus desastres com os de Camões, prostra-se com uma modestia sublime. Como Camões, elle teve uma mocidade culta mas dissipada; como Camões, um generoso impulso o fez seguir a vida das armas e ir militar em Gôa; como elle, foi perseguido na metropole das colonias indianas e refugiou-se em Macau; por ultimo, ao chegar á patria viveu em lucta com os poetas seus contemporaneos, e, como a Camões, tambem lhe roubaram os manuscriptos dos seus versos; Camões morre na indigencia, celibatario e doente, á sombra de sua velha mãe, e Bocage, em eguaes circumstancias, acompanhado po uma pobre irmã. Tudo isto torna de uma luminosa verdade o soneto que começa

*Camões, grande Camões, quão semelhante Acho teu fado ao meu,
quando os cotejo!*

Mas, frente a Camões, Bocage, na opinião de Teófilo, produto do seu tempo, tempo corrompido, não foi capaz de sobrepor-se às suas circunstâncias:

A mesma relação estabelecida pelo vulgo, tambem foi aqui pressentida por Bocage. Era uma organização igualmente impressionavel e fecunda, mas o seculo era mais decaído, a tradição

nacional estava apagada, a missão do poeta estava reduzida a ser-se commensal de uma nobreza estulta, devota e corrompida.

Bocage era vítima da lógica positivista e do programa político e historiográfico de Teófilo, cujo apriorismo necessariamente o conduzia a não singularizar em Bocage nenhuma das virtudes nacionais que esse seu programa político e de ação perseguia. Concede, assim Teófilo (1875: 9):

No estudo de Bocage deve partir-se do que elle poderia ter sido, para se não ser injusto julgando sómente o que elle foi. É por isso que a relação estabelecida entre Camões e Bocage é um criterio; Camões é grande porque contrariou o seu tempo e lhe impoz um ideal que já não pode extinguir-se – o sentimento da nacionalidade; Bocage foi o dilecto da sociedade do seculo XVIII, porque se acanhou ás proporções d’esses mesquinhos interesses, á busca de um applauso transitorio. Na litteratura em vez de representar uma aspiração humana, tem apenas o logar que lhe dá, não a arte, mas o ter agradado a uma sociedade extincta e o ter sido o poeta cesáreo do antigo regimen.

Eram as ideias provindas do organicismo gerado no século XVIII, e impulsionado fortemente pelo romantismo, as que alimentavam esses *juízos epocais* de Teófilo, que tanto sucesso conhecerão no campo da crítica literária desde o século XIX até aos nossos dias. Luiz A. Rebello da Silva (1877: 86 e 176; *apud* Cunha, 2002: 134), a propósito de Bocage, firmava opiniões similares: “O que lhe faltou foi a época e os homens. Podendo como hoje aspirar a tudo, seria tudo, porque a sua força residia no talento”; “A Elmano, para ser o primeiro depois de Camões, talvez não faltasse senão uma época própria”.

A conceção da literatura e a sua história de Teófilo, triunfante de modo extraordinário na altura e mesmo na atualidade, perspetivava os autores como representantes de determinados valores ou ideias/

ideais que, por sua vez, deviam ser canalizados à escola e ao grande público em geral. Nesse sentido, Bocage não poderia representar mais do que uma época considerada obscurantista e regressora, ou então representar a si mesmo, o que era quase pior, tendo em conta a maneira em que a sua vida foi vivida ou, melhor, contada, contrária à moral imperante.

O magistério de Teófilo Braga restringia o processo de canonização bocageano, na sequência de autores anteriores, como os casos citados de Garrett, Herculano ou, especialmente, Rebello da Silva¹⁰² (1848, 1857, por exemplo). Era valorizado, mas como dependente: émulo sem fortuna de Camões, carente da sua grandiosidade e apuramento, ou precedente do Romantismo posterior, ‘falta de época’ em que desenvolver o seu talento. Assinalava o caráter relativamente ilegítimo em que assentava a sua popularidade, só justificada por parâmetros de medida que não podiam encontrar co-relato com os usados no campo da crítica literária, antes polo contrário. Camões gozava de popularidade e reconhecimento merecidos. Bocage, não. O povo, tantas vezes invocado como emblema e residência prístina da nacionalidade, errava (mais um dos habituais paradoxos românticos), mesmo em querer representar-se em Bocage e não em quem os dominadores do campo determinavam, Camões, mesmo apesar dos alegadamente representados. Se o que se contava da vida de Bocage, os seus textos tidos por obscenos ou pornográficos, o seu uso humorístico – eram fatores que funcionavam na sua contra nos dominadores no espaço social e no campo literário da altura, a apreciação e *controlo de qualidade* que Teófilo realizava situava-o numa posição já relativamente secundária no cânone português. Havia, aliás, outro juízo que transitava inerente à receção bocageana: a ideia de que Bocage popularizara a poesia, o que já encontramos em Herculano (s.d.) e em Rebello da Silva (1848), dous arquitetos do romantismo

¹⁰² Rebello da Silva foi artífice de algumas das ideias fulcrais que vingaram sobre Bocage, particularmente a da *insuficiência* bocageana, de não poder ser considerado um grande, e menos a par de Camões, por viver numa época decadente e corrupta.

português. Essa popularização, deduz-se, funciona como implícito – não poderia ter-se feito sem perder o elemento de sublimidade e seleção que os românticos construíram como singularidade do bom poeta, espelhado no caso luso no Camões d’*Os Lusíadas* e inatingível para Bocage. Processo que tão bem servirá à construção política e nacional de Teófilo Braga e os seus parceiros nessa tarefa.

Reflexo de tudo isso será o seu *Manual da Historia da litteratura portugueza desde as suas origens até ao presente*, de 1875, em que Braga aparece como “Professor de Litteraturas modernas, e especialmente de Litteratura Portugueza, no Curso Superior de Letras” e em que se indica ter sido esta sua obra “approvada pela Junta consultiva de instrução publica, para os cursos do 3º anno de portuguez dos Lyceus, por despacho de 28 de Abril de 1875”¹⁰³.

A obra apresenta-se como resumo do “longo trabalho da Historia da Litteratura Portugueza” e o seu alcance pode ser apreciado já desde o Prólogo. Nele motiva a publicação da obra impulsionado por relevantes estudiosos estrangeiros e polos professores de liceu, “que se queixam da falta de um livro elementar que satisfaça as necessidades do ensino nas aulas de Oratoria, Poetica e Litteratura, aonde a historia da litteratura nacional está reduzida á relação de alguns nomes de escriptores”. Cita os nomes do Lyceu de Lisboa,

¹⁰³ A primeira sistematização efetiva para o ensino nos liceus tem lugar em 1872 (*Diário do Governo* de 10 e 11 de outubro), sendo Primeiro Ministro Fontes Pereira de Melo e Director Geral de Instrução Publica António Rodrigues Sampaio. A representação da Arcádia nesses Programas é notável, e, no conjunto canónico que se deduz dos poetas recomendados para leitura, salientam-se os setecentistas: Ferreira, Sá de Miranda, Camões, Garção, António Diniz da Cruz e Silva, Bocage, Filinto, Tolentino, Garrett e Castilho. Quantitativamente, o peso da denominada “Escola classico-franceza” é notável, quantitativamente superior aos outros dous períodos ‘fortes’ do cânone estabelecido, quinhentismo e o romantismo: 7/5/1 autores no Programma de Litteratura portugueza e 3/5/2 nas leituras poéticas. Será interessante um estudo precisamente dos usos e funções de Bocage no ensino do século XIX a partir dos programas oficiais e dos manuais recomendados por estes, em que Bocage é progressivamente reduzido à fábula (como atestam os livros de instrução primária desde o último quartel do século XIX) e ao soneto moral fundamentalmente: poesia para crianças e condizente com a construção nacionalista e a moral burguesa dominantes na altura.

do de Castello Branco, de, repare-se, Simões Dias¹⁰⁴, do Liceu de Viseu, dos do Funchal, Viana do Castelo, e de algum diretor de estabelecimentos particulares de ensino.

Convém, no mesmo Prólogo, reparar na explícita conceção da literatura, e dos seus usos e funções, que Braga manifesta:

A reforma do ensino da Litteratura deve partir da conclusão a que chegou a sciencia moderna: que o estudo das creações intellectuaes não se pôde fazer em abstracto, é necessario nunca abandonar a communicacão directa com os monumentos explicando-os e apreciando-os pelas suas relações historicas com o meio e circumstancias em que foram produzidos. O estudo das litteraturas feito nas vagas generalidades conduz a essas receitas rhetoricas de trópos, que tiram seriedade ás mais altas concepções do espirito humano. Na instrucção de um paiz deve entrar com toda a sua importancia um elemento nacional; no ensino fundado nas ôcas abstracções nunca esse sentimento se desperta; pelo desenvolvimento historico, mostrando como se chegou á unidade systematica de qualquer sciencia; é que se pôde imprimir uma direcção justa e um vivo interesse nos espiritos que desabrocham

E junta, nos seus “Preliminares” esta declaração nacional da conceção e estudo da literatura:

Dá-se o nome de Historia da Litteratura ao complexo das creações sentimentaes e intellectuaes em que o gráo de consciencia que um povo teve das condições vitaes da sua nacionalidade, chegou a ser revelado.

¹⁰⁴ Simões Dias foi um exitoso autor de manuais escolares, a começar pelo seu *Compendio de poética e Stylo*, que saíra no mesmo ano que a reforma governamental do ensino dos liceus, e que, juntamente com os seus *Curso elementar de litteratura portugueza* e *Manual de composição litteraria* aparecem recomendadas nas sucessivas disposições educativas oficiais ao longo do século XIX. Colaborou com Teófilo e a comissão de homenagem a Camões ao propor ao Parlamento que esta fosse oficial.

A litteratura de um povo é sempre a mais clara expressão do seu genio nacional: a feição popular da raça, ou o character ethnico, dá esse colorido privativo das inspiraões de cada litteratura.

A mutua relação entre a tradição nacional e a interpretação artistica constitue o bello nas obras de uma litteratura

Esta relação entre a nacionalidade e a lingua, e a dependencia em que estão para a forma scripta, basta para nos mostrar o alcance do estudo da historia de uma litteratura. O estudo de qualquer lingua pode ser feito independentemente do criterio litterario, sob a direcção puramente philologica ou glottica; a litteratura estuda-se tambem separadamente segundo as obras artisticas, as correntes de imitação, e as feiões moraes de cada epoca ou de cada grande individualidade. Mas, nas litteraturas neo-latinas, explicar o problema da formação das línguas romanicas, é explicar conjunctamente o genio das raças que transparecem em cada litteratura, é descobrir o espirito popular ou vulgar que reagiu contra a absorpção litteraria do latim classico, como observou Frederico Schlegel, finalmente, é filiar essa litteratura no grupo congenito que imprimiu á civilização moderna uma determinada feição.

A tradução para manual das suas concepções sobre literatura reiteram o exposto sobre Bocage no estudo a este dedicado. Com estes parâmetros, os interesses de Teófilo e a sua concepção da literatura nacional (e, sobretudo e antes, da nação) não deixavam muito espaço ao século XVIII, e, tampouco e conseqüentemente, a Bocage. Sendo a literatura concebida como expressão dum período determinado, o juízo que o período mereça será o que mereça a sua literatura. O setecentismo não figurava entre os grandes momentos da história portuguesa para Teófilo. Era, como sabemos, concebida como época de degenerescência, declínio e decadência. Quanto muito, então, podia conceder um certo *génio* a alguns escritores, mas a estes, prisioneiros do seu tempo, só poderia ser dado entrever, nunca (a)firmar.

Na distribuição dos capítulos do seu *Manual*, comum em boa medida ao programa oficial de 1872 de “Oratoria, Poetica e Litteratura”, apesar da crítica que lhe dirige (1875:VI), pode isto ser observado, a começar pela quantidade de páginas relativa destinada a cada um deles: entre as páginas 32 e 107 é focada em três capítulos a que denomina: “Primeira epoca¹⁰⁵: trovadores e cancioneiros”; quatro capítulos destina à “Segunda epoca: Escola Espanhola (sec. XV)”, entre as páginas 109 e 184. A “Terceira epoca: os quinhentistas”, “Escola classico-italiana”, ocupa oito capítulos, entre as páginas 185 e 339. A “Quarta epoca: os seiscentistas”, com a “Escola hespanhola ou gongorica” da 340 a 405, em três capítulos. A “Quinta epoca. As academias litterarias (sec XVIII)”, incluindo a “Escola classico-franceza” consta apenas de dous capítulos, entre as páginas: 406 a 448. O livro encerra com a “Sexta epoca: O romantismo”, com um capítulo que decorre entre as páginas 449 e 464, denominado a “Escola romantica”.

Pondo de parte a última das épocas, cuja menor extensão bem pode ser interpretada por uma conceção da literatura em que se tende a historiar o acabado e o afastado e não o próximo ou o que ainda está em curso, facilmente pode notar-se a interpretação que a história literária e, naturalmente, a história da *mentalidade portuguesa*, merece a Teófilo, com o seu pico na época quinhentista e a sua notória decadência no século XVIII. Dos vinte e um capítulos do seu manual, Braga dedica um ao que denomina: “A Arcadia Ulyssiponense – Dissidentes da Arcadia e a Nova Arcadia”. Singulariza com epígrafes próprias os seguintes autores: Gil Vicente, dedicando-lhe, ao todo, 17 páginas; Bernardim Ribeiro, 4; Sá de Miranda, 6; Ferreira, 6, Camões: 20; Rodrigues Lobo, 5, Francisco Manoel de Mello, 8 em total; Vieira, 4, Garrett, 15. Ao conjunto formado por Garção, Diniz, Quita e Figueredo dedica 5 páginas; a “Os dissidentes

¹⁰⁵ A divisão em escolas na literatura portuguesa, que contava com o precedente de Bouterwek, seguido pela maior parte dos historiadores da altura, foi definitivamente fixada neste período por Teófilo Braga nesse mesmo ano, 1872, na sua *Theoria da historia da litteratura portugueza*, e influenciará muitos dos manuais escolares da época (Cfr. Cunha, 2002: 188-191).

da Arcadia”, 4 e à “Nova Arcadia”, 5. Neste último capítulo, o XX, é onde foca a figura de Bocage, no seguinte rótulo: “A Nova Arcadia ou Academia das Bellas Letras: Bocage e José Agostinho de Macedo, caracter litterario de cada um. – Falta de sentimento nacional, e desconhecimento completo da tradição”.

Na página 436 afirma:

Os versos de Filinto não são bellos, mas é indispensavel o seu estudo para quem quizer metrificicar bem na lingua portugueza. Garrett, que tanto condemnava o elmanismo, ou imitação de Bocage, deve a pureza e vigor dos seus versos soltos ao estudo de Filinto. Pode-se dizer que desde a fuga de Filinto, até ao apparecimento de Bocage, a poesia portugueza não deu mais signaes de vida

E já sob a etiqueta de “A Nova Arcádia:”, lemos:

Os grandes sucessos politicos do fim do seculo e do principio do seculo XIX, não levantaram nenhum espirito com esse alto ideal que Dante exprime no secuol [sic] si rinuova; pelo contrario continuou a exercer-se nas cansadas banalidades, nos servis elogios dramaticos, e o que mais é, o estado da sociedade tornava mediocres aquelles que tinham uma faisca de genio, como Bocage.

A Nova Arcádia é denominada como “Sociedade anacronica” por Teófilo, que aplica agora os seus apriorismos diretamente a essa Nova Arcádia e aos seus protagonistas:

Quando se faz o sincronismo dos actos é que se vê o atrazo a que nos levou o esquecimento das nossas origens, e como a litteratura que primeiro comprehendeu o valor da tradição nacional se levantou com gigantes creações [refere-se à Alemanha]. A Nova Arcadia teve uma vida tempestuosa perturbada pelo humor dos seus socios M. M. B. du Bocage (Elmano Sadino) e Pe. J. A. Macedo (Elmiro Tagideu).

Depois de Camões, Bocage é o único poeta de quem o povo se lembra, e aquelle que lhe mereceu o privilegio de uma vida

legendaria. O povo conhece-o como parasita vagabundo, repentista jocoso, e em volta da sua personalidade, agrupou todas as velhas aneddotas picarescas da sociedade do século XVIII, as feições mais características do antigo regimen.

[...] Viajou também até Macão por 1789, regressando a Portugal em 1790, com vinte e quatro annos dissipados, que nunca mais o deixaram tomar a vida a serio. Em 1790 começaram as luctas contra os poetas da Nova Arcadia, que puzeram em relevo o genio Bocage, pela exclusão que lhe infligiram.

Conta, a propósito da prisão a que o destinou Pina Manique:

No meio de uma sociedade assim constituida Bocage entregou-se á crápula, e explorava o dom especial do improvisado, de que era dotado. As suas composições eroticas tornavam-no querido dos ricos devassos. Bocage chegou a exercer uma grande influencia na metrificacão, tornado o verso mais harmonico, mas mechanic, pela continuidade de epithetos regularmente repetidos, e pelo uso de determinadas figuras de rhetorica.

Os seus Sonetos, tão admirados, são materialmente bem feitos, mas sem ideal, sem esse espirito de melancholia e profundidade que só se encontra em Camões. As suas qualidades brilhantes accenderam a inveja do Padre José Agoastinbo de Macedo; n'esta lucta mostrou Bocage a intima relação que existe entre o genio improvisador e a satyra. Bocage foi accusado de pedreiro livre em 802 á Inquisição, e terminou a sua vida esgotada na orgia em 21 de Dezembro de 1805. É considerado como excelente traductor, o que é uma qualidade negativa do seu genio inventivo.

O temperamento irascivel de Bocage é tambem a qualidade distincta do Pe. J. A. Macedo, aggravada por uma vaidade impossivel, por uma vasta leitura superficial, e por nenhuma dessas virtudes que tornam Bocage sympathico.

e faz a Bocage esta derradeira referência (p. 440):

Como Lobo de Carvalho, como Bocage, Macedo pertence a essas naturezas desesperadas com que às vezes um seculo protesta contra a falsidade das ideias moraes e politicas em que se vive pela alliança da inercia com a da auctoridade nunca discutida.

A poesia do seculo XVIII exprime a profunda degradação oral do tempo, tornando-se linguagem da devassidão

De resto, a doutrina romântica fabricada sobre Bocage, triunfava no campo da crítica literária, mesmo se os seus cultores eram de tendências ideológicas e estéticas contrárias. É o caso de Camilo Castelo Branco no seu *Curso de Litteratura Portugueza*, saído em 1876 em dous volumes. Camilo dedica extensa parte, em geral equilibrada com as outras divisões, ao Século XVIII e trata Bocage sob a epígrafe “A Nova Arcadia”, começando por criticar Teófilo Braga, a quem censura incorreções e sentencia com esta nota de rodapé (1876: 255):

Fecharemos o Manual de litteratura do sr. Dr. Theophilo Braga, declarando que uma sabia allemã, segundo abí as gazetas apregoaram, o está trasladando. Deploramos que vá de Portugal para a Allemanha um livro inçado de erros, de incongruencias, de ignorancias; e mais nos doe que isto se averigue e depure n'um paiz doutissimo d'onde vieram para Portugal excellentes subsidios a respeito da nossa litteratura, rubricados por Bouterweck, por Christian Belerman, e Ferdinand Wolf.

Mas Camilo não mostra maior apreço que Braga pola obra de Bocage. Ecoa naquele a popularidade bocageana forjada no seio do povo frente ao conhecimento dos seus textos [(1876: 256) “Manuel Maria de Barbosa du Bocage, o poeta cuja popularidade lhe sobreviveu meio seculo, e será ainda conhecido pelo nome quando já ninguém lhe conhecer os livros”], fala da sua “vida estragada” entre 1790 e 1797 e perspetiva-o como refugiado depois na religião, “preso das turbas”, o que significa a fixação da ideia dum Bocage arrependido

por uma pretensa vida devassa. A ausência de sublimidade no poeta, em concordância com juízos como os de Teófilo caracteriza-a assim o autor deste *Curso*: “sem originalidade no pensamento, dá ares de creador pelo resalto das côres”.

Este era o teor geral das apreciações sobre a vida e a obra de Bocage no campo. Apesar de que Teófilo, ao editar em 1885 o seu *Curso de Historia da Litteratura Portugueza* lamente o fracasso desta sua *História* de 75, a pouco que se analise poderá verificar-se como o modelo braguiano é apertadamente similar à estrutura dos manuais da altura, e mesmo às perspetivas, mais esquemáticas, utilizadas. Bocage não entrava dentro dos *corpora* nem morais nem ideológicos de grande parte dos detentores de poder simbólico nos campos educativo e cultural, fossem eles conservadores ou progressistas na sua conceção político-social. Já no período ministerial de José Luciano de Castro, que também assumia a pasta dos Negócios do Reino, o *Diário do Governo* de 3 de novembro de 1888, publica um “Programma da lingua e a Litteratura portugueza”, assinado pelo “Conselheiro director geral da Instrucção Publica”, António Maria de Amorim, que inclui, entre as suas novidades, levar aparelhada a “lista dos livros approvedos pelo conselho superior de instrucção publica, para servirem de textos e leitura nas aulas de instrucção secundaria, durante o anno lectivo 1888-1889”. São eles, por esta ordem e para o caso que nos ocupa: *Selecta portugueza*, de Luiz Filipe Leite, *Selecta nacional*, de Caldas Aulete, a *Estylistica* de A. A. Torres de Mascarenhas, o *Manual de stylo*, de Delphim Maia, o *Curso elementar de litteratura portugueza*, de Simões Dias, a *Historia da litteratura portugueza*, de Teófilo Braga, a *Teoria da Litteratura* de Delfim Maia; a *Poetica*, de Simões Dias, a *Antologia portugueza* de Teófilo e as *Poesias selectas* de Midosi. Temos, assim, explícito e fixado ao lado do Programa o elenco de manuais preceativos e approvedos polo Governo. Também, para Primária, são approvedos mais alguns livros, entre os quais, a *Selecta portugueza*, de Leite, na sua terceira edição, e a *Selecta nacional*, de Caldas Aulete. O trabalho de Teófilo não só

é recomendado, mas é o único autor, juntamente com Simões Dias, que tem dous livros na lista. Ora, mais, e mais importante: apenas os manuais destes dous autores se referem especificamente ao estudo da literatura portuguesa. As ideias de Teófilo com relação a Bocage e ao seu entendimento da literatura já as conhecemos. Pois bem, as de Simões Dias são a esse respeito, no todo, decalcadas de aquele. No seu *Curso elementar* (1875, 1892 sétima ed., por que cito) dedica mais páginas a Camões, Francisco Manuel de Mello, Vieira, Garrett, Castilho e Herculano que a Bocage. E, sobre este, faz afirmações, sob o rótulo “Lyricos da Nova Arcadia”, introduzidas assim: “além de *José Agostinho de Macedo* merecem menção os seguintes poetas”, como estas (264-266):

Nos sete annos a seguir, [1790-1797] Bocage soltou redeas a toda a casta de paixões, revoltou-se contra o formalismo litterario da sua epoca, não escrupolisou na escolha das companhias que lhe exploravam a popularidade, nem na selecção dos assumptos que lhe poluiram o talento, feriu cruelmente com apodos e motejos os seus confrades da Arcadia, nomeadamente o presidente padre Caldas Barbosa, o velho França e Amaral, o abbade de Almoester, e Curvo Semedo discipulo de Filinto Elisio, o seu antigo amigo José Agostinho, e finalmente solicitado pelo seu temperamento feroso e pelo meio deleterio em que vivia, ao mesmo tempo que alegrava com chistes e improvisos os botequins e alcouces, escandalisava com as licenças da sua musa libertina as susceptibilidades do governo de D. Maria I e a gravidade official do intendente de policia Diogo Ignacio de Pina Manique. Pelo que foi preso em agosto de 1797, sendo-lhe aprehendidos os papeis, em meio dos quaes foram achados livros impios e licenciosos como os de Rousseau, Helvetius e Diderot e a celebre epistola Verdades amargas, poemeto conhecido pelo nome de “Pavorosa illusão da eternidade”.

[...] Bocage ainda hoje é um typo que se nos figura aureolado pelos sinistros fulgores da desgraça e pelas risonhas scintillações

do genio. A sua veia de repentista, a graça dos epigrammas, a irreprebensível perfeição dos seus sonetos, a facilidade das suas trovas, á parte da obscenidade da sua musa em horas infelizes, grangearam-lhe a merecida popularidade que dura ainda em todas as classes da sociedade portugueza. Dispondo de eminentes qualidades poetica, imaginação, viveza, originalidade e senso artistico, teria deixado obra immortal como Luiz de Camões, seu constante modelo, se a fatalidade do meio não o tivesse arredado do estudo util e da vida regular. Entretanto deixou excellentes modelos de composição em todas as especies lyricas.

Mesmo em tomadas de posição resistentes a esta secundarização de Bocage, utilizando parâmetros similares aos que funcionavam na lógica de legitimação desse campo, pode apreciar-se como essas ideias sobre a imperfeição bocageana assentavam: Em 1888, sai à luz, com sede em Torres Vedras e Lisboa, o periódico *Bocage: semanario litterario, scientifico e noticioso*, tendo como “Director litterario” Angelina Vidal, republicana, socialista e, portanto, correligionária de Teófilo. Mui na linha deste tipo de periódicos, que começavam a desenvolver-se na altura, este *Bocage* apresentava-se, não com a “pretenção de resolver complicados problemas”, mas destinado a “ser uma verdadeira ENCYCLOPEDIA DE CONHECIMENTOS HUMANOS, ao alcance de todas as intelligencias, e onde todas as pessoas curiosas encontrem distracção e utilidade”. Bocage aparecia assim e agora como emblema da instrução social e, ao mesmo tempo, modelo revolucionário, vinculado à ilustração geral, aqui longe da negação modelar que Teófilo e outros lhe atribuíam. De facto, o semanário abre com o “Estudo sobre os homens illustres do século XVIII”, dedicando o primeiro e seguintes capítulos a Manoel Maria Barbosa du Bocage, “o mais genial dos talentos poeticos da nossa patria, depois de Luiz de Camões”, aceitando, pois, a primazia camoniana que os republicanos também estavam impulsionando a respeito do autor d’*Os Lusíadas*, mas não aceitando a visão braguiana sobre

Elmano. “É tempo de fazer-se completa luz, justiça completa”, dizia Vidal, “ácerca d’esse glorioso nome, tão abandonado ao olvido, ao tempo em que dezenas de nullidades ahi se pavoneiam na ridicula presumpção de imaginaveis meritos”. “Bocage”, prosseguia a autora, “o grande poeta tão leviaamente julgado por levianos julgadores, foi verdadeira synthese de um periodo anormal, influenciado por duas correntes que se entrechocavam formidandamente – a statica e a dynamica social”. “Este grande homem”, continua, “foi superior ao seu tempo, e por isso não foi compreendido dos seus dos seus cóevos por quem elle devia nutrir o desprezo da aguia pelo reptil”. E conclua:

Não é, porém, de estranbar que assim sucedesse; jamais um grande genio logrou ser julgado com justiça pelos contemporaneos. A intriga, a calumnia, a maledicencia, fructos deleterios da inveja maldicta, espreitam, atraçoam e atacam a presa com as astucias covardissimas do tigre.

[...] No relógio das eras soou a hora de apresentar ás gerações o nome illustre do poeta Bocage illuminado pela verdade, desprendido das ninbarias em que o envolveram

Angelina Vidal cita na continuação deste texto o poema de Bocage dedicado a Camões, ao lado de anedotas protagonizadas por ele e da “Epístola a Marília”.

Ora, estas considerações não obstam para que o ‘senão’ que parece intuir-se nessa apreciação de ele ser “verdadeira synthese de um periodo anormal” se prolongue em determinadas censuras que deixam imperfeita a figura aos olhos dos recetores. Assim no número 5, prosseguindo a sua análise, a diretora literária deste Bocage adverte que, “quem quizer avaliar o espirito do poeta não vá procural-o entre o redemoinho faceto dos sonetos satyricos”. “Ahi”, continua, “apercebe-se o fel das suas desillusões, o desdem das pessoas e das coisas, a duvida latente de um character agitado, nervoso e reluctante”. E,

apesar de apresentá-lo como poeta incompreendido polo vulgo (“que só queria a sua gargalhada”), “missionario da revolução litteraria em Portugal”, “inspirado nos progressos philosophicos e politicos d’aquelle extraordinario cyclo, não poude reprimir em si a torrente vibrante de aspirações”, perseguido polas suas crenças filosóficas e proclamar ser “de pé que as gerações o devem lêr porque esses quatorze versos [refere-se ao soneto “Liberdade, onde estás? Quem te demora?”, que cita integralmente] fazem de Bocage o contemporaneo de todos os espiritos revolucionarios”, escreve Vidal, no número 7:

Immortal elo seu prodigioso talento, Bocage não foi comtudo um homem de instrução superior, como poderia sel-o se o tempo dado a trabalhos estereis empregado houvesse sido no estudo sensato, activo e poficuo. E d’aqui a pouca firmeza de convicções philosophicas. Se em vez de satyra individual se tivesse espraiado na analyse ethologica do seu tempo, se em vez de esbanjar a scentelha do seu geinio maravilhoso em pequenos trabalbgos desligados tivesse traçado um plano, e produzido um monumento como podia fazer, a arte apontaria hoje entre os seus mais brilhantes tropheus os trabalhos do maior dos poetas lusitanos –porque Bocage teria sido o maior d’elles.

Já, no número 8, a autora critica o *génio perdido*: “de lamentar é que tanto engenho, tão preclaros dotes intellectuaes, se esbanjassem inutilmente em cantar *Armias e Marilias*”, e, focando os improvisos e a veia humorística de Elmano, argui:

Foram, porém, esses pequeninos triumphos que mais prejudicaram a carreira do grande poeta. Sem elles o seu grande espirito ter-se-hia dedicado a estudos sérios, e a historia da evolução intellectual do nosso paiz no seculo XVIII poderia ufanar-se do maior dos seus prodigios.

Este homem extraordinario, que podia ser um dos primeiros dos tempos actuaes, descurou a gloria mais importante do genio – SER UTIL. Immergido em atmosphera tepida e enervanto (sic) de

lirismo erotico, embriagado pelos appaludos das multidões banaes, nao profundou, não estudou os phenomenos historicos que se desenvolviam em volta d'elle, enroscando-se na consciencia dos povos como serpentes de luz.

E ele podia ter feito muitissimo em favor da civilisação.

A gloria ficticia prejudicou a gloria real. Nunca Bocage devia ter recuado na verdade brilhante das suas afirmações e livre pensador e liberal. Se a voz da razão se impuzesse acima das laudatorias acclamações de momento, o inimitavel poeta não hesitaria entre a consciencia e o despotismo. E tanto mais que já tinha em Filinto Elysio o mais nobre e brilhante exemplo

E conclui o extenso artigo, já no número 9, destacando os seus *apólogos* (“é aqui que se revela o sentimento moral do grande homem. Cada um daquelles apólogos é uma lição, e synthetiza um pensamento de justiça”) e clamando por uma grande homenagem nacional a Bocage.

A imagem dum Bocage *insuficiente*, devasso, mundano, afinal condicionado por um “período anormal”, apesar do seu génio, incapaz por exemplo de fazer o grande monumento poético (difícil não é inferir a comparação implícita com Camões e *Os Lusíadas*), dependente da sua emulação camoniana, nela secundarizado, cercavam a possibilidade de centralidade em Bocage – que só podia ter reconhecimento e legitimação se amputada parte importante –, da sua obra e da sua vida; mas essa mesma amputação (de que nutria a sua popularidade, em boa medida) era recordatório e negadora perenes, como pescada que morde o rabo, da sua inviabilidade como figura modelar e indiscutível: os ‘defeitos’ bocageanos não eram como os que podiam apontar-se em Camões ou Garrett: afetando a moral e a ideologia dominantes, atingiam categoria de alfândega intrasponível para ser prístinos exemplo e espelho da Nação.

Tinha, aliás, Angelina Vidal razões para queixar-se do vulgo que, ela julgava, apenas queria “a sua gargalhada”. Três anos mais tarde a

este Bocage, outro, de título completo *Bocage em camisa: semanario realista*, conhecia a luz na Typographia Instantanea de Lisboa. Este semanário, que explicitamente quer filiar-se na *escola realista* (e na polissemia da denominação), abria o seu número 1 com um “Prelúdio” assinado por Caramão, com este texto:

Bocage deixou entre nós o gosto pelo exótico, e, embora levasse para o tumulto o segredo do soneto ardente, provocante e alegre pela essencia, bello, grandioso e unico pela fôrma, este semanario propõe-se seguir a escola d'aquelle vulto, tomando para assumpto tudo que possa excitar o riso n'um conto verdadeiramente bocagiano, phrase realista, espirito faceto e caustico com que o notavel poeta feria os costumes da sociedade do seu tempo, que, como a de hoje, apparentava gravidade e compostura, mas que tornara Lisboa em uma nova Sodoma e enchia a Santa Casa da Misericordia de fructos dos seus amores. [...] O nosso programma é pois, – rir – e rir á altura d'um Bocage modelo, d'um Bocage em Camisa

E prosseguia, na “Reabertura” do número 2:

No sub-titulo – SEMANARIO REALISTA – talvez alguém visse que havia a reservar a sua leitura para momento em que o Pudor e a Castidade fosem dar um passeio até á casa onde seus avós, o Recato e a Pureza, estivessem jogando o loto, embora a um canto observassem menina Bregeirice Encapotada a conversar muito animadamente com o primo Sem Decoro.

O nosso Bocage, porém, apresenta-se em camisa, é facto, mas com uma camisa que, sem ser de onze varas, lhe oculta as fôrmas até ao tornozelo.

Aquelle receio foi, pois, infundado desde que a leitura não é d'um realismo que descambe em linguagem de viella.

Tomavam, pois, a linha que Teófilo, Vidal e outros rejeitavam em Bocage, a mesma que o tornava popularmente conhecido.

E acautelavam-se perante uma receção exagerada aos fins jocosos que perseguiam, mostra evidente de que ela existia com raízes firmes.

Essa *insuficiência* de Bocage a que venho aludindo, reflete-se mesmo em autores que perseguem uma reabilitação e exalçamento da sua figura, enfrentando-se aos postulados de Teófilo Braga. Em 1896, António Maria Baptista publica *Bocage e os contemporaneos*. O livro é dedicado ao professor e autor do recomendado *Exercícios de Leitura* Luiz Filippe Leite de quem se inclui uma carta em que afirma: “Para quem quizer fazer ideia do que foi aquelle genial poeta, encarado por todas as phases, social, moral, psychologica e esthetica, tem no seu livro, sem grandes canceiras, completa informação”.

Baptista, no prólogo, começa por salientar a popularidade de Bocage, “poeta ainda vivo na memoria do povo como diz o emminente escritor Rebello da Silva”. Não se trata, pois, a acção de Baptista duma qualquer exumação ou dum resgate duma figura esquecida, mas o prolongamento dum *continuum* popular que nem sempre encontra eco na legitimação do campo da crítica literária onde se encontra “tão abandonado ao olvido”, como dizia Vidal. E, como antes esta, e frente a apreciações positivas sobre o autor apenas em dimensões e géneros considerados periféricos no campo da altura, elabora um discurso que visa, duma parte, mostrar a relevância bocageana em função dos parâmetros de legitimação do momento e, doutra, elevar o grau de legitimação de fórmulas por ele utilizadas e no momento interpretadas como menores. Nesse mesmo prólogo explicita estes propósitos: “Emquanto uns consideram Bocage apenas como um improvisador feliz, permita-se que eu o considere como um dos maiores talentos poeticos do seu tempo; e quer Deus que tenha companheiros muito illustres n’esta apreciação”.

Note-se que a vertente de “improvisador feliz” é precisamente a que lhe garante parte do apreço de que nutre no espaço social e que, ao mesmo tempo, lhe impede uma consagração importante dada a minorização existente sobre este molde.

Num propósito desta índole, é esperável um combate aos princípios braguianos, explícita ou implicitamente. E, com efeito, Baptista enfrenta vários desses princípios, a começar pola crítica à ausência de ideias. Cita, assim, o seguinte trecho de Braga, que depois glosa (1896: 69-70):

“Bocage [di Teófilo] exerceu grande influencia na metrificacão, tornando o verso mais harmonico, a rima mais facil, mas prejudicado por um parallelismo pomposo com que encobriu a carencia de idéas”

Prestando, como devo, testemunho do meu respeito pelo muito talento e saber do illustre professor e academico, permitta-me s. Exca. que eu discorde da sua opinião

Que se requer para ser um poeta e não um versejador’ Incontestavelmente imaginação creadora, viveza de imagens, sentimento e paixão; (nada d’isto se faz sem idéas) isto afóra a belleza da fôrma, a perfeição artistica.

Pois tudo isto teve Bocage em subido grau

E páginas adiante comenta (1896: 74):

No Manual de litteratura nacional do mesmo illustre professor, a páginas 438 se encontra quási a mesma idéa, dizendo:

Bocage chegou a exercer grande influencia na metrificacão; tornou o verso mais harmonioso, mas mechanico, pelo uso dos epithetos [...] melhorou a fôrma, mas tambem elevou o conceito [...] Bocage é considerado como excellent traductor, o que é uma qualidade negativa do seu genio inventivo.

A réplica de Baptista, como é de esperar, centra-se, como antes ficou dito, na defesa do ‘génio’ bocageano em todas as formas poéticas, réplica que vai acompanhando as apreciações feitas por outros analistas, sobretudo as de Teófilo e de Garrett, procurando legitimar os géneros praticados por Bocage e exaltar essa prática.

Veja-se, como exemplo, este teor a propósito do Bocage repentista (1896: 103)

O snr. Dr. Theophilo Braga, bem como alguns outros criticos de menos vulto, tem em pouca conta o dom de repentista que Bocage possuia, e em que nenhum poeta antes nem depois o igualou, e consideram esse dote como de nenhum valor para aquilatar a grandeza do estro de qualquer poeta. Sou de opinião contraria

Ora, num terreno de jogo como este, em que o autor, como vimos, proclama a *auctoritas* de Braga, e de Garrett (prova da centralidade destes), e está obrigado a assumir para a sua argumentação precisamente o combate às regras de jogo por aqueles impostas (nas apreciações morais ou patrióticas, nas classificações e hierarquias de géneros, e nos objetivos que as subjazem), as possibilidades de sucesso som mínimas. Mais quando o advogado, como neste caso Baptista, aceita os mesmos critérios de que se nutre o *corpus* ideológico e moral de Teófilo Braga, neste caso ainda levados a extremo mais rigorista. Assim, conta anedotas de Bocage (especialmente com Bingre), anedotas que acrescentavam a popularidade de Bocage na medida em que diminuiam a sua possibilidade de consagração; e, salientando, por géneros, a ‘grande pena’ de Bocage, o autor, que não se demora naqueles mais políticos e reivindicativos, observa sobre os que julga de “alto conteúdo erótico ou pornográfico” (1896: 102)

No genero erotico, em que Bocage tanto desperdiçou o seu grande estro, ha composições de subido valor poetico, pelo conceito e pela fôrma; e ao lê-las somos levados a dizer: Mal empregado primor em tal assumpto. Mas por grande que seja o merecimento d’essas composições, claro está que não podiam ter cabimento n’este livro”

E conclui com uma declaração que aceita a subalternidade de Bocage (1896: 114):

Todos os que teem algum amor pelas letras patrias lamentam que Bocage não empregasse o seu peregrino talento em uma obra que lhe desse nome e á patria, como fez Camões com os Luziadas. Teem razão os que lamentam a má orientação de Elmano.

Mas sejamos justos. Bocage teve curta vida; aos trinta e nove annos (pouco mais) baixava á sepultura, e já ha muito o minava a doença de que succumbiu; quando entrou no caminho da seriedade, do trabalho util, do viver honesto e digno, estava á beira do tumulo. Quem toma conta ao homem de trinta e tantos annos dos seus actos de rapaz, quando esses actos não são crimes mas sim loucuras? Ah se fossemos a julgar o homem feito, o homem na idade da prudencia e da reflexão pelas acções da sua mocidade, se isso podesse fazer corar de vergonha, a quantos homens illustres nas sciencias e nas letras, não veriamos subir-lhes a côr ás faces! Camões, o grande Camões, teve por ventura uma mocidade modelo de prudencia e de seriedade? Apesar de tudo isto Bocage falleceu deixando começados, e já muito adiantados, trabalhos poeticos importantes

Mais uma vez, obra e vida de Bocage apareciam vulneráveis. A perspectiva de Baptista coloca-o a exame e faz emergir a insuficiência de que falei: a conclusão é que Bocage pôde ser, mas não foi, e que deve ser aprovado polo indício e não pola realização. Destarte, a obra de Bocage não é submetida a uma análise que permita fazê-lo ombrear com os consagrados, mas indicar as suas potencialidades. A declaração de Baptista certifica uma vida desregrada só tardiamente resolvida, uma “má orientação” e ausência de patriotismo ao não fazer esse monumento que também Angelina Vidal lhe reclamava. De resto, a comparação com Camões era fraco expediente para um campo em que, esmagadoramente, eram aceites como principal capital literário *Os Lusíadas* e a mesma figura de Luís Vaz, e para um espaço social cujos interesses dominantes não consentiriam que

nenhuma sombra perturbasse a construção política nacionalista e estética construída à sua volta¹⁰⁶.

Quando chegue o centenário da morte de Bocage, este conhecerá várias homenagens, participando na mais relevante delas, a de Sétubal, Teófilo Braga, convidado pola Câmara da cidade. Com esse motivo, em período de especial exaltação de Elmano, Joaquim de Araújo publica, com data de 1906, um opúsculo intitulado “A ‘Vida de Bocage’ do Sr. Theophilo Braga”, com e palavras como as seguintes (pp. 3-4):

O nome do sr. Theophilo Braga estava indissolúvelmente ligado á gloria de Bocage: – separal-o do jubileu do Poeta éra não atingir a grandesa dêste, e continuar na tradição abusiva do homem das anedotas pícaras e dos improvissos de abbadessado. Não! Bocage éra mais que isso –, e esse precisamente fôra o lado fragil e inferior do seu talento, que um meio devoto e cesarista levantara, na unica forma em que logrâra comprehendel-o. O homem de pensamento, mais forte que as Arcadias –, amarrado ao pesadê-llo de uma sociedade em dissolução –, esse exhumou-o o sr. Theophilo Braga da necropole do seculo XVIII. Redivivo e atrabente, o amamos agora, sem destemperos de casos comicos, como um iniciador amordaçado, como uma vítima acorrentada a um pôtro: – a caricatura acabou, diante da realidade.

O texto é perfeita síntese do pensamento dominante sobre Bocage no campo da crítica literária portuguesa que, antes Garrett, e depois e sobretudo Teófilo, firmara. A *doutrina* Braga vingava, como em geral a sua apreciação do século XVIII, mas a corrente da receção popular, que reforçava a negação de centralidade de Bocage no

¹⁰⁶ E os problemas, morais, que a obra de Camões pudesse levantar, eram resolvidos por meio duma censura a que, no seu implícito, não se dava nem reclamava explicação e que, na ausência dela, não abaixaria a figura erigida. É o caso do Programa Geral para o Ensino Secundário, publicado no *Diário do Governo* por meio das Portarias de 13 de Setembro de 1905 e Decretos de 3 de novembro do mesmo ano, que singulariza a recomendação d’*Os Lusíadas* para a IV e V Classes exceto o seu canto nono e as “convenientes omissões”.

campo literário português, também não cessava..., representada por exemplo nas sucessivas edições de *Bocage (Manoel Maria Barbosa du)*. *Elmano Sadino. Contendo muitas poesias, satyras, anecdotas e improvisos do egregio poeta*, que na altura saíra das oficinas da Empreza Litteraria Universal, de Lisboa.

O proclamado, e aceite por todos os intervenientes, poeta mais popular depois de Camões diluía-se entre o conjunto de escritores *incontestáveis*, como aquele ou Garrett, na elaboração canónica portuguesa, processo que o ensino oficial, vedado ainda mais que o campo da crítica literária a determinadas *imoralidades* e atento às fórmulas nacionalistas triunfantes, não fará mais que firmar e alargar. O poeta que traçou o seu paralelo com Camões, com alguma fortuna histórica, perdia terreno no processo de canonização do século XIX precisamente pelas mesmas razões que Camões o ia ganhando.

Convém lembrar que o estudo da literatura *nacional* nos estados europeus que regulam estatalmente o seu ensino desde o século XIX, tem como objetivos a comum identificação e coesão nacionais dos indivíduos atingidos pelo exercício do poder desse estado. Tem outros, certamente, como a aprendizagem (de modelos) da língua definida como nacional, fixando para isso uma *koiné* sustentada em autores e preceitos; ou impor (determinado) gosto literário e animar à leitura e à composição. Mas estes vão dar, no objetivo final, ao alvo da identificação e da coesão. Esses estudos visam também educar nuns determinados valores, os proclamados pelos detentores do poder, inculcando as suas projeções do belo, do útil, do bom e do verdadeiro, amiúde reunidos num cânone que espelha e transmite essas escolhas prévias. A história da literatura passa a ser, assim, apresentada e imposta como uma parte da história da comunidade, em que o conjunto da comunidade, de regra, não está. Esta afirmação, cada vez mais aceite, encontra, no entanto, na prática, resistências no campo da historiografia e do ensino literários, precisamente porque estes estão conformados sobre a base desses objetivos, que acabam por interiorizar de tal maneira o que é construído e imposto que o

percebem como *natural e lógico*. E mesmo deduzem o que apenas procede da legitimação dumas visões e divisões concretas e nunca universais como derivado dum *consenso* e dum *saber*. É aqui onde podemos ver, com maior clareza, a atitude dos dominadores do campo do poder e do campo da crítica literária.

A fabricação da nação levada a cabo por Teófilo e polos muitos que o sucederam nesse objetivo, que, como vimos, incluía o estudo literário como espelho e informe dessa entidade, não podia admitir Bocage como modelo nem reflexo da nacionalidade nem da moralidade que se pretendia. Só modificados os interesses em jogo e/ou as posições dos agentes com maior poder, os princípios alegadamente estéticos que se arguem ou as condições sociais que os regulam, autores como Bocage podem vir a ter maior sucesso nos âmbitos referidos. Mas ainda somos devedores da construção oitocentista da história da literatura e dos seus interesses. Por essa via, moral e “falta de sentimento da nacionalidade” porão Bocage fora do Paraíso literário português. Curtocircuitado, ademais, pola sua *popularidade* que o princípio de distinção dos agentes centrais do campo da crítica e os seus objetivos não podiam aceitar.

(Página deixada propositadamente em branco)

II. TRAJETÓRIAS E TENSÕES DE CAMPO

(Página deixada propositadamente em branco)

O SISTEMA LITERÁRIO DO SÉCULO XIX E A TRAJETÓRIA DE CAMILO CASTELO BRANCO

Da invasão napoleónica à consolidação do Regeneracionismo: o mundo privilegiado das diegeses camilianas, também de *A Brasileira de Prazins*¹⁰⁷

Quando Camilo nasce, Portugal vive e tem já para trás de si um período de extraordinária convulsão, que se prolongará até a segunda metade do século. Em 1801, a Espanha, então aliada de Napoleão, invadiu parte do território português e anexou Olivença, no quadro do conflito franco-britânico. Seis anos depois, Portugal será cominado por Napoleão, no âmbito do “Bloqueio Continental” que tinha decretado, a fechar os seus portos aos navios da sua aliada tutelar, a Grã-Bretanha, o que significou graves prejuízos acrescidos para o comércio português. A invasão de Portugal era iminente: em 1807 os exércitos franceses entraram em território português, sob o comando de Junot e o príncipe regente D. João, sua mãe D. Maria, sua esposa Carlota Joaquina, com toda a sua corte, ministros e altos funcionários (num número estimado em vários milhares de pessoas)

¹⁰⁷ Convém esclarecer que este texto teve originariamente como público alvo o de língua espanhola. Conservo-o, traduzido, literalmente, no entendimento da sua validade mesmo que à pessoa leitora atual pareçam supérfluas algumas referências mas que acho pertinentes explicitar para explicar algumas dinâmicas.

Também cabe esclarecer que o texto está concebido num quadro mais alargado no seu original de análise e explicação de *A Brasileira de Prazins*. Isso justifica a presença de notícias sobre o período que constitui a diegese dessa obra. Conservam-se porque, a meu ver, não sobejam na explicação da trajetória de Camilo nem do campo literário português da altura. Tudo na ideia de fazer uma aproximação sistémica ao período.

vão para o exílio brasileiro. Nos próximos anos, o país experimentará infundáveis revoltas, episódios de guerrilha, perseguições políticas, especialmente antiliberais e antifrancesas, com consequentes exílios e reações absolutistas, e oscilações na sua efetiva governança. Já em 1808 e com ajuda inglesa, o Porto e outras localidades insurgem-se contra os exércitos franceses e expulsam-nos; eles voltarão ao comando de Soult, no ano seguinte e novas revoltas com o apoio britânico, que instalou um governo no País, rejeitam-nos; ainda em 1810 o exército invasor tenta novamente dominar o território, sendo definitivamente expulso após a batalha do Buçaco.

A marca destes episódios vai perdurar na memória e na vida da população portuguesa, ainda que de forma diferente consoante a classe, a condição ou a ideologia: uma série de ações passará à categoria do épico e, a partir daí, algumas à do lendário, enquanto o domínio britânico sobre Portugal e a contestação a ele crescem. Apesar dos pedidos de regresso por parte da Junta de Governo Regente desde 1812, D. João, rei desde 1816 desde a morte de D. Maria com o nome de D. João VI, não regressará do Brasil, reinado desde o ano anterior, até 1821.

Em 24 de agosto de 1820, em meio ao crescente descontentamento com a permanência do rei no Brasil e seguindo o exemplo da revolta liberal espanhola, ocorreu um processo que, promovido no Porto por um grupo de intelectuais burgueses (e envolvendo várias associações, entre elas o *Sinédrio*, em que a Maçonaria é decisiva; Marques, 1978: 61) e apoiado por tropas do Porto, institui uma Junta Provisória, realiza as primeiras eleições em Portugal, reúne as Cortes Gerais e Extraordinárias e culmina com a conformidade em 1822 por parte do rei a uma Constituição, inspirada na *Pepa* espanhola, com forte cunho progressista e anticlerical. Esses *vinhistas* [em homologia com os *doceañistas* espanhóis e que nomearão os seus oponentes absolutistas como *servis*, *toupeiras corcundas*, que “significa em Portugal o mesmo que ‘ultra’ na França e ‘servil’ na Espanha, ou seja, quem se opõe à mudança preconizada pelo liberalismo” (Vargues/

Ribeiro, 1993: 198)] tomam medidas de sentido disruptivo com o passado: na esfera sociocultural, abolem por decreto o Santo Ofício e a censura prévia e estabelecem a liberdade de imprensa, instrumento decisivo para a difusão do liberalismo.

D. João VI tinha deixado atrás um Brasil progressivamente independentista e seu filho mais velho D. Pedro como regente, imperador desde 1822 com a independência do país americano. À frente está a possibilidade de pôr fim ao *vingtismo*: mais uma vez o paralelo processo político espanhol, com a invasão da Espanha em 1823 pela Santa Aliança, repercutiu num Portugal perturbado por maquinações absolutistas a que o Paço Real não era estranho, mui particularmente na pessoa de Carlota Joaquina, irmã do rei espanhol e acérrima defensora do regresso ao antigo regime. Em maio de 1823, o infante D. Miguel entra em cena, liderando um golpe de Estado bem-sucedido patrocinado por sua mãe, a rainha. No mês seguinte o rei entrou em Lisboa num carro puxado por soldados que tinham soltado os animais, valendo aos monarquistas um novo epíteto, o de *burros*. D. João VI aceita agora de novo o estado de cousas com um governo legitimista e algum ministro de leve perfil liberal, o que, ao que parece, não agrada à sua mulher que, de novo, e de novo com o filho como instrumento, promove um novo golpe, agora sob o pretexto de que a vida do monarca está em perigo, falhado, entre outras razões pola intervenção de potências estrangeiras, especialmente devido ao apoio a D. João VI da Grã-Bretanha; o infante, mas também muitos liberais progressistas vão para o exílio. Dous anos depois, o rei morre, e as acusações de assassinato cruzam-se entre Carlota Joaquina e setores liberais. O Reino tem diante de si duas possibilidades de sucessão: D. Pedro ou D. Miguel. A do herdeiro legítimo é contestada polos absolutistas argumentando que D. Pedro *já* não o era por ser estrangeiro desde 1822. O facto também provocaria uma reunificação que poucos, mas ainda menos líderes políticos brasileiros, estavam dispostos a consentir e incitam o herdeiro a escolher. Enquanto isso, a Regência do reino em Lisboa

designa o rei: D. Pedro, que decreta uma anistia, decide uma fórmula que, no interesse de convencer todas as facções (e com apoio britânico), acaba por não convencer ninguém: abdicar na sua filha, Maria da Glória, outorgar uma Carta Constitucional, com quase todo o poder concentrado na coroa, e propor o casamento de D. Miguel, a quem nomeou regente em 1827, com a pequena rainha, de sete anos. A intenção dos absolutistas, apoiados pela monarquia espanhola, era que D. Miguel governasse. Para os *vinhistas* a Carta era inaceitável, embora os moderados a vissem como um triunfo definitivo sobre o Absolutismo. O facto é que em 1828 D. Miguel entra em Portugal, celebra-se o noivado, jura a Carta e inicia-se uma perseguição implacável aos Liberais por parte do por eles chamado ‘partido da real Empigem’, dado o uso profuso de atribuição de medalhas que o rei fazia da sua ‘Real Efigie’ (Vargues/Ribeiro, 1993: 199). As Cortes reúnem-se, à maneira dos Três Estados, proclamam D. Miguel como rei e declaram a abolição do regime constitucional. A onda de terror é extraordinária e as vítimas da repressão miguelista são estimadas em milhares. Grupos liberais tentam resistir, entre eles, o Batalhão Académico de Coimbra; e muitos outros vão, em alguns casos pela terceira ou quarta vez num curto espaço de tempo, para o exílio nos Açores, Inglaterra ou outros países europeus e até no Brasil. Mas, como observam Nobre Vargues e Reis Torgal (1993: 79), o exílio só era possível para quem tinha meios económicos para resistir, que geralmente era a pessoa pertencente aos grupos com maior capital cultural: o exílio facilitaria a constituição de uma elite em contato com avanços científicos e novas ideias e o desenvolvimento de uma poderosa atividade cultural.

A situação é de guerra civil. Já em 1828 as tropas liberais iniciam uma insurreição no Porto. Os futuros Duques de Palmela, da Terceira (antes Conde de Vila Flor) e de Saldanha, regressam do exílio na Inglaterra e proclamam naquela cidade um Governo Provisório de curta duração ante o avanço do exército de D. Miguel (reconhecido pelos EUA e a Espanha) que os faz fugir com boa parte do seu exército para

a Galiza e, de lá, para a Inglaterra. Este é o momento de maior fúria antiliberal numa repressão que atinge todas as camadas populares, o que indica, por sua vez, o amplo apoio que o liberalismo já possui. Mas as revoltas liberais não param. Em 1829 têm lugar na Madeira e na ilha Terceira nos Açores, a primeira sufocada mas a segunda decisiva para a futura vitória liberal, com apoio económico brasileiro, francês e britânico. Os exilados concentram-se nesta ilha, chefiada desde o ano seguinte (ano da morte de Carlota Joaquina) por Pedro de Sousa Holstein, e pelo Duque de Palmela, presidindo à Regência liberal. Entretanto, a partir de 1830, com a queda da monarquia absoluta de Carlos X na França, o mapa político europeu mudou. D. Pedro regressa à Europa em 1831, após abdicar da coroa brasileira face às revoltas contra o seu governo, vai para a Grã-Bretanha e passa a usar o título dos herdeiros da coroa, duque de Bragança, proclamando-se regente até sua filha poder reinar. Em Londres consegue dinheiro e armas e parte para os Açores. Nesse mesmo ano o Papa reconhece a monarquia de D. Miguel, intensificam-se revoltas e exílios, entre eles, o do jovem e futuro mentor romântico Alexandre Herculano.

Organizado o exército liberal e tendo à sua frente D. Pedro, ele dirigiu-se para o continente, desembarcando a 8 de julho de 1832 na praia do Mindelo, a poucos quilómetros do Porto, que conquistam pouco tempo depois. Será na chamada cidade invicta, que como um todo apoia a causa liberal, onde a guerra se concentrará a partir desse momento. O cerco miguelista do Porto vai durar quase um ano sem conseguir, com um exército mui superior em número, a rendição dos estimados quase 7.500 “bravos” resistentes, o que constituirá um marco fundamental na épica liberal. Os *malbados*, como os miguelistas chamavam os liberais (parece que, quer em referência à sua bandeira bicolor, quer em alusão a um acidente que a carruagem de D. Miguel, conduzida por *malbadas* mulas, sofrera no seu regresso a Portugal e em que fora ferido) conseguem romper o cerco em junho de 1833 enviando um corpo de exército para o sul do país, sob o comando de Vila Flor, que o ocupa quase sem oposição,

bem como a capital Lisboa, onde desembarca D. Pedro. O facto, decisivo apesar da resistência no Alentejo das tropas monarquistas apoiadas pela guerrilha de *O Remexido*, vale-lhes o reconhecimento da Grã-Bretanha e da França, acentuando o declínio miguelista que entre derrotas (como a de Almoester em que é vencido o general monarquista Póvoas e a da Asseiceira às mãos do exército liberal sob o comando do Duque da Terceira) e deserções, acaba por solicitar e assinar, em Évora-Monte, em maio de 1834, uma Convenção (na opinião de muitos liberais, uma concessão excessiva), favorecida pela Grã-Bretanha e pela França, mui semelhante à oferecida ao pretendente espanhol D. Carlos: foi estipulada uma anistia geral para crimes políticos, o livre regresso dos vencidos às suas casas, a posse de todas as suas propriedades e bens pessoais e, se depunham e entregavam as suas armas, a manutenção dos empregos públicos e doações régias que possuíam. Aos militares era garantido o mesmo cargo e metade do salário, desde que aceitassem a autoridade do poder vitorioso. D. Miguel recebeu uma pensão mui elevada (60.000 escudos), conservando os seus bens, mas sendo obrigado a devolver as joias da coroa ao Estado e proibido de regressar a Portugal (Silva, 1993: 89). Este, desembarcado em Génova, denunciara o tratado, pretextando coação na sua assinatura, o que acarretará a perda da pensão. Meses depois, já com D. Maria II no trono por morte do pai, foram decretadas leis de proscricção contra D. Miguel e os seus descendentes.

Desde o início da década de 1830, os liberais começam a tomar decisões legislativas, entre as quais destacando-se as medidas desamortizadoras do Ministro das Finanças Mouzinho da Silveira e as de confisco de bens da Igreja e extinção de ordens religiosas, obra de D. Pedro e de Joaquim António de Aguiar, *O Matafrades*, que são expulsas (principalmente a Companhia de Jesus, fundamental inimigo religioso dos liberais portugueses e alvo da cólera popular, que detinha um verdadeiro estado dentro do estado) e os seus bens nacionalizados, o que permite a constituição de uma burguesia

de proprietários rurais que se torna um grupo dirigente (Saraiva/Lopes 1996: 664), que vai querer ver a sua ascensão avalizada com baronatos: entre 1834 e 1853 são concedidos 242 títulos de barão e visconde, prestando favores militares, políticos ou financeiros ao constitucionalismo, sobretudo no Porto, situação que continuará com a Regeneração (Monteiro, 1987). Nesse grupo, o caso do *brasileiro* (o emigrante no Brasil que volta rico) será exemplar...

Em 1834, cerca de três milhões de pessoas no continente habitavam Portugal com uma estagnação económica significativa herdada da fase anterior. A interferência e dependência de potências estrangeiras é grande. Nos anos seguintes, entre rumores que falam do regresso de D. Miguel para derrubar o regime de D. Maria II, duas correntes políticas enfrentam-se: a *vintista* e a *cartista*, a favor da Carta de 1828 em vigor. A rainha dissolveu o governo quatro vezes nos dous primeiros anos, no meio da instabilidade política produzida entre as diferentes alas do liberalismo português que, na realidade, só terminou em 1851. O governo de centro-direita, presidido por Palmela, caiu em 1835, substituindo-o por outro presidido por Saldanha. Em setembro de 1836, um golpe obrigou a rainha (casada, em segundas núpcias, com o príncipe Fernando de Saxe-Coburgo Gotha) a promulgar a Constituição de 22. A este golpe, propiciado pela esquerda liberal (com muitos ex-combatentes) e apoiado por setores da burguesia urbana industrial e mercantil (incluindo comerciantes franceses e ingleses) e das classes populares, que inicia o *setembrismo*, também não será alheio o *Motín de la Granja* espanhol de um mês antes, que substitui a Constituição de 1812. O *setembrismo* consegue abortar um contragolpe em novembro, patrocinado no e polo palácio real de Belém e em cuja gestação a mão da Grã-Bretanha é tão clara que até um batalhão britânico desembarca em Lisboa. O governo durará aproximadamente quatro anos instáveis (com alianças cada vez mais importantes com os moderados representados por Bernardo Sá Nogueira, Visconde Sá de Bandeira), promovendo, sobretudo com Passos Manuel (que o deixa em meados de 1837), importantes reformas

na esfera educacional e cultural, incluindo a introdução do francês e do inglês no ensino secundário, uma conceção progressivamente laica e cívica da mesma e o desenvolvimento dos estudos técnico-científicos com a criação, por exemplo, das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto e, no campo cultural, a Academia de Belas Artes de Lisboa em 1838, juntamente com a reforma do teatro que, encomendada pelo governo, realiza Almeida Garrett. No meio de contínuas convulsões e ataques de guerrilheiros pró-Miguel (incluindo *O Remexido*), no verão seguinte, com a habitual colaboração britânica, deu-se a revolta dos *Mariscais* sob o comando do Saldanha e da Terceira, terminando na sangrenta derrota dos rebeldes defensores da Carta. Problemas também chegarão ao governo *setembrista* da sua esquerda dececionada, especialmente os *Arsenalistas*, um dos grupos paramilitares do golpe de setembro de 1836. Um novo banho de sangue, agora na Praça do Rossio, em Lisboa, neutraliza o movimento.

Os acontecimentos obrigam a uma solução de compromisso entre a Carta e a Constituição, que se reflete na de 1838. Nessa época, surgiu o Partido Ordeiro, de direita liberal, como centro entre *cartistas* e *setembristas*. Em 1839, um *ex-arsenalista*, Costa Cabral, que logo se tornou chefe *ordeiro*, é o novo homem forte, após derrubar o governo do que fazia parte. Em 1842, já Grão-Mestre da Maçonaria, promove um golpe no Porto que permite à rainha proclamar a Carta (que, com algumas adendas, vigorará até 1910) e ele assumir o governo até 1846, com eleições sangrentas de por meio um ano antes e onde muitos mortos e inexistentes votaram.

Em 1846, surge uma revolta na região do Minho, primeiro nos concelhos da Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, motivada por algumas decisões do governo *desenvolvimentista* de Costa Cabral, entre as quais se destacou a proibição de sepultamentos nas igrejas, por motivos de saúde e a elaboração de um cadastro predial (que deu lugar ao boato de que o governo queria vender propriedades rurais aos ingleses), ainda que causado sobretudo pela terrível situação económica, pelo abuso do Estado e pela pressão fiscal a que, desde

o antigo regime, os camponeses foram submetidos. Esta revolta rural, sequência de outras semelhantes de anos atrás, e envolta em não pouca confusão e ares lendários, parece ter tido muitas mulheres como protagonistas; uma delas, Maria, lideraria o movimento na Fonte da Arcada, aldeia da Póvoa de Lanhoso, dando nome à revolução de *Maria da Fonte*. Os motins começaram por consistir em assaltos às casas de pedâneos e administradores locais, rasgando os papéis dos décimos, aplaudindo a rainha, a Carta e a religião, e a morte de Costa Cabral. No calor da revolta, os miguelistas não perderam a oportunidade de se colocar à frente de diferentes partidos, que lutavam mais contra a miséria do que pela restauração, e onde padres, como o Padre Casimiro, o General das Cinco Chagas, talvez incomodado, como tantos outros, pela supressão dos dízimos, ou/e por pura vingança, como afirma Reis Ribeiro (1948: 23). A oposição *setembrista* também apoiou o protesto, vendo nele a possibilidade de derrubar Cabral, ou melhor, os Cabrais, porque António Bernardo Costa Cabral contou com a decisiva colaboração do seu irmão José Bernardo. A conjuntura espanhola paralela e interativa ajudou, ora a uns, ora a outros; e também o governo britânico, que se tornara hostil a Cabral por não querer renovar o acordo económico. Em várias zonas do país, sobretudo na região do Minho, nesta aliança de todos contra o *Cabralismo* (que, popularmente, era culpado de tudo: “comem as searas os pardais? É por culpa dos Cabrais” (Reis Ribeiro, 1936: 24) criam-se Juntas revolucionárias locais, que não obedecem a nenhum poder central, e surgem grupos guerrilheiros servindo a diferentes fações políticas, como o famoso setembrista José do Telhado. Em um mês os Cabrais caem, vão para o exílio, mas não os Cabralistas, que fazem parte de um governo presidido por Palmela, mui contestado. Em outubro, Saldanha, membro do governo, dá um golpe de estado de orientação cabralista, que provoca a reação oposta, com o setembrista conde das Antas chefiando a Junta Provisória do Reino. E assim, a revolta de “Maria da Fonte” está ligada à que aconteceu no ano seguinte e é conhecida pelo nome da *Patuleia* [do espanhol

patulea, que significa grupo militar indisciplinado, soldadesca, e esse aparentemente foi o nome adotado pelos liberais contra os miguelistas nas guerras civis portuguesas e, na realidade, aglutinando a chamada coligação “Progressista” anticabralista]. Generais miguelistas como Póvoas, Guedes, Bernardino e setembristas como o Conde das Antas, o Conde Bomfim, o Visconde de Sá da Bandeira e o Marquês de Loulé coincidiram na luta contra o Cabralismo. Na realidade, estamos diante de uma nova guerra civil, que, na opinião dos historiadores, não é mais uma insurreição popular, mas liberal pequeno-burguesa, semelhante àquela que levará à Segunda República Francesa em 1848. São anos de extraordinária confusão, de importante vácuo ideológico, em que se forma no Porto outro governo provisório, apoiado pelas Câmaras locais, fruto de um movimento que vai receber o apoio de guerrilheiros e políticos miguelistas, na sua ânsia oposicionista ao cabralismo, e em concreto ao governo que em Outubro é chefiado por Saldanha e patrocinado por D^a Maria II. Entre as poucas certezas, parece claro que houve milhares de mortes. A guerra termina em 24 de junho de 1847 com a Convenção de Gramido, com a vitória (conseguida com a decisiva intervenção britânica, francesa e espanhola) do Governo de Lisboa, pela qual se aceita a rendição dos rebeldes em troca de uma anistia geral; a Carta Constitucional continuará em vigor embora, por força do chamado Acto Constitucional, com algumas reformas. De qualquer forma, a situação continuará profundamente instável, com focos insurreccionais e agitação política, em que participam ativamente intelectuais como Garrett, Herculano, Bulhão Pato, Lopes de Mendonça, José Estêvão ou Rodrigues Sampaio. As eleições de 1848 mantêm o governo mas produzem um aumento da dissensão no cartismo cabralista. Em 1849 Costa Cabral, regressado do seu exílio em Madrid, e com o apoio de González Bravo, Narváez e Saldanha, ocupa a chefia de um governo que em 1851 é deposto pelo marechal Saldanha, talvez a figura pública que, nesta época e juntamente com Cabral, assumiu mais cargos políticos, à frente de uma revolta chamada dos *regeneradores de Portugal*, primeiro sem sucesso (o

que o levou a refugiar-se na Galiza), mas depois triunfante, graças ao apoio dos regimentos portuenses e à passividade do exército do governo sob o comando de D. Fernando, que detestava Cabral, que o leva ao cargo de chefe de governo, tendo Garrett como ministro dos Negócios Estrangeiros, Rodrigo da Fonseca do Reino e Fontes Pereira de Melo das Finanças e mais tarde das Obras Públicas. Parece que o homem que havia comandado os exércitos anti*Patuleia* sentia-se despeitado por ter sido substituído como chefe da Casa Real.

Em 1851 cessou a sangrenta vida política portuguesa (o cansaço da guerra parece generalizado) e um sistema também praticado na Espanha abriu-se caminho: *rotativismo*, lentamente, porque, na realidade, mais do que uma distribuição equitativa do poder, este é ocupado pelo “homem forte” de cada momento, seja Saldanha, Fontes Pereira de Melo ou Loulé. Em 1852, foi promulgada a Acta Adicional, nova tentativa de reforma política para satisfazer as aspirações do bloco central, convertendo em eleições diretas as que, até então e com exceção do período 1836-42, eram indiretas e exigiam grandes rendas para eleger e ainda mais para serem eleitos (Silva, 1993: 101). A necessidade de promover o progresso material é proclamada por alguns grupos como imperativa e a entrada na modernidade e a defesa da europeização de Portugal são palavras de ordem que começam a difundir-se por setores progressistas. O liberalismo da *Patuleia* vai tentar levar a cabo um programa de reformas que só conseguira traçar em tempos passados juntando-se ao Partido Regenerador, que terá como órgão principal a *A Revolução de Setembro* (com ex-socialistas e agora reformistas como Lopes de Mendonça, que não abandonam posições críticas, porém), o jornal de maior projecção da primeira metade do século (Tengarrinha, 1989: 153). Frente a ele, em 1852 e como cisão dos opositores da ala esquerda do partido governista, surge o Partido Histórico, cuja expressão jornalística será, entre outras, *O Português* (no qual publica Herculano) e, de uma posição mais moderada, *O Eco Popular* portuense (Ribeiro, 1993: 121). O bipartidarismo continua nas mãos do conservador Partido

Regeneracionista e do Partido Histórico, fruto da *Patuleia*, esquema político duramente acusado por alguns intelectuais de estar enraizado na corrupção. Como Alberto Ferreira (1979: 120) resume, o sistema constitucional:

“ferindo a democracia social logo à nascença, vai abrir o caminho da corrupção política portuguesa – inicialmente amparada nas seguintes colunas: o *dinheiro* capaz de comprar ministros e generais; a *notoriedade* ambiciosa que sucede ao prestígio feudal dos antigos, com a qual também se compra também a consciência; a *burocratização* do poder conseguida pela centralização administrativa e pela submissão do funcionário público no plano psicológico, moral e económico; a permanência do poder *económico* dos grandes proprietários rurais”.

Começará uma era de modernização que tem como principal inspiração o líder regenerador Fontes P. de Melo: uma industrialização incipiente avança, começam a ser construídas as primeiras ferrovias, a capital passa por grande desenvolvimento e são fundadas as primeiras associações de trabalhadores. Em 1853 D^a Maria II morre, tornando-se regente D. Fernando II até que D. Pedro assume o poder em 1855, morrendo, jovem, em 1861. Foi substituído por D. Luís, cujo casamento com a filha de Vítor Manuel de Itália e a sua atitude respeitosa no jogo político valeu-lhe a popularidade de anticlericais e esquerdistas (Marques, 1978: 104). Entre 1865 e 1868 ocorreu uma experiência de fusão governamental entre os Partidos Histórico e Regeneracionista; reflexo desta situação de pacto é, sem dúvida, o aparecimento do *Diário de Notícias*, o primeiro representante da imprensa de massas apartidária (em suma, moderadamente conservadora) a um preço modesto.

O final da década assistiu à ação republicana de intelectuais como Latino Coelho, Oliveira Marreca ou Elias Garcia (num processo mais uma vez paralelo ao espanhol e influenciado, em geral, polos europeus, em que a queda da Comuna de Paris e, depois, da República

Espanhola servirá de freio momentâneo); em 1870, *A República*, “jornal da Democracia Portuguesa” foi publicado em Lisboa por Antero de Quental, Eça de Queirós, Batalha Reis, Oliveira Martins e António Enes, entre outros, uma publicação significativa apesar da sua curta vida. Após a experiência de fusão, o bipartidarismo se tornará multipartidário. Em 1869 foi fundado o Partido Reformista e um pouco depois o *Constituinte*, de orientação esquerdista, que desapareceu e o primeiro, em 1876, acaba por fundir-se com setores do Partido Histórico no novo Partido Progressista, o primeiro digno desse nome, mantendo-se sempre num sistema bipartidário que tenta imitar o rotativismo inglês (Marques, 1978: 77). Em 1875 foi fundado o Partido Socialista (com figuras como Antero) e em 1880 o Partido Republicano (com Teófilo Braga e Reis Dâmaso, entre outros), mais forte e com um órgão poderoso, *O Século*, desde 1880, liderado por Magalhães Lima. Até a volta ao mais puro rotativismo em 1878 entre Regeneradores e Progressistas, estes alternaram no poder com Reformistas, Históricos (divididos em várias fações) e Constituintes, com uma oposição liderada pelo republicanismo que se tornaria amplamente conhecido com o Ultimato inglês de 1890, travão às aspirações portuguesas na África, e acabará triunfando em 1910 como regime político.

Os meios de divulgação do Romantismo

Após a vitória do liberalismo em 1834, a burguesia ascendeu como classe dominante em Portugal e com ela, na bagagem dos 7.500 do Mindelo (Castelo Branco Chaves, 1980: 58), o Romantismo chega. Esse domínio era destacado ao pé da obra por Marcelino de Matos no número 1 de *A Esmeralda* em 6 de maio de 1850, apontando a sua repercussão no campo literário ao indicar que a burguesia, “depois de lutar para si, escreveu para si”. “Foi desde então que em Portugal se começou a sentir um como febricitante e anárquico movimento

literário” devedor da escola romântica francesa, acrescenta o colunista (*in* Ferreira, 1979: 32-33).

Nesta primeira difusão, estão presentes interesses políticos ligados a cada um dos setores em conflito, o que explicará a repetida simbiose que se fará em Portugal entre liberal e romântico e os vários e contraditórios significados que ambos os termos terão no confronto ideológico; e também a importante e simultânea participação de indivíduos nos campos intelectual, literário e de poder.

Entre os canais de penetração, destaca-se a mediação das elites liberais que contataram nos anos anteriores com ideias, autores e textos românticos estrangeiros e iniciaram a sua divulgação, adaptação e produção, por vezes em reuniões e salões, espaços de legitimação e consagração onde se conhecem e se encontram elementos da burguesia e da aristocracia.

Uma importante atividade mercantil, editorial, de tradução, produção e leitura vinculada à nova literatura determinará as mudanças qualitativas que o sistema sofreu em todas as suas dimensões desde a década de 1830, desenvolvendo novos suportes de informação e entretenimento (com o auge da imprensa) que facilitará consideravelmente o acesso ao público. Para a década de 1830, J. Tengarrinha (1989: 150) calcula entre 15 e 20 leitores por número de jornal com tiragens entre 1.000 e 2.000 jornais, sobretudo os lisboetas. Para o período 1848-1850, Magalhães Basto computa vinte e cinco jornais publicados no Porto (*in O Porto do Romantismo*, Coimbra, 1932 *apud* Prado Coelho, 1982: 107). Além disso, cresce o público leitor, principalmente na burguesia provinciana e especialmente no caso das mulheres, cuja valorização como esposa e mãe pela burguesia traz alguma melhora à condição da burguesa, principalmente na sua educação (Vaquinhas/Cascao, 1993: 450).

Na década de 1840, o folhetim tornou-se um espaço fixo na parte inferior da página dos jornais portugueses. Narrativas de viagem, contos de costumes exóticos, invetivas políticas violentas, romances traduzidos do francês, crónicas teatrais e mundanas podiam aparecer

nele, e não era incomum encontrar, na página dos anúncios, “alguns versos preguiçosos e lacrimosos, cantando a beleza de rastejar florzinhas ou deplorar o destino das almas sensíveis” (Prado Coelho 1982: 107). Em janeiro de 1848, está escrito em *A época* (26: 411):

Hoje em dia, nenhum jornal satisfaz às exigências do nosso público – sendo político, sem ter o seu rodapé, a que chamam folhetim – sendo literário, sem ter sua *revista* ou *chronica*, e quanto mais sediciosas... (literariamente falando) melhor. É moda!.”

[...] Sendo a maioria das senhoras (portuguezas) pouco dadas às políticas, às ciências, às bellas letras e às artes (...) estariam privadas do legítimo usufruto da assignatura [do jornal, o modo mais comum de venda] se não fosse os romances em *folbetim*, as *revistas chronicas* e *álbuns*. [...] Também os homens sisudos (não contando os cabeças-de-vento, que *somos* inumeráveis) gostam de se desenfadarem e espaiarecer *nestes prados artificiaes*...

Em suma, que as vendas da imprensa dependiam muito do seu folhetim, o mesmo suporte que reportava vendas espetaculares na França, particularmente se podia contar com colaborações como a de Sue (Guedes, 1987: 154). Especialmente a publicação abundante de romances estrangeiros em volume, folheto ou, sobretudo, em folhetim, começa a ser um negócio lucrativo (Rodrigues, 1992b: 12).

Ao lado do folhetim, novas ideias encontram outros meios de divulgação. Nas publicações periódicas, mais acessíveis que os livros, vão proliferar citações, versos, pequenas prosas e cada vez mais imitações dos românticos mais conhecidos, fruto do acesso à produção literária circunstancial ou não de muitas leitoras e muitos leitores, numa prática convencionalista que se estenderá desde salões e tertúlias. Já com o virar do meio século (Guedes, 1987: 156) surge a publicação em fascículos por assinaturas. Funcionava, normalmente, a partir do anúncio de uma obra na imprensa que era publicada se obtivesse um número satisfatório de assinaturas; e houve até a

publicação seriada de determinadas obras. Por seu lado, o livro, cuja publicação muitas vezes dependeu do seu sucesso anterior como folhetim, experimentará novos modos de publicação: desde os anos 1830 surgiram coleções de vários tipos, especialmente romances promovidos por várias instituições ou sociedades, como gabinetes de leitura e coleções populares como a *Biblioteca de las damas*, a *Biblioteca Recreativa* ou a *Biblioteca Económica* que, embora de má qualidade, atingem uma distribuição considerável e são, pelo preço e pelo repertório (o fantástico, o espetacular, o aventureiro, o sentimentalista, em geral o extremo) acessível a um público maior, com menor capital cultural, criando novas condições de mercado na sua interação.

Boa parte da produção em circulação tem, como é previsível, origem francesa, tanto que se constituem edições destinadas exclusivamente à divulgação de romances estrangeiros, o que revela uma boa fonte de negócios. Por exemplo, numa primeira série, a *Bibliotheca das damas* aparece no Porto, entre 1841-1843, anunciando-se assim: “Compõe-se de romances, novelas e contos de autores estrangeiros”.

Para além da francofilia de muitos escritores e políticos liberais, há acontecimentos decisivos para a divulgação, como a instalação em Portugal de livreiros de origem francesa que, além disso, mantêm contatos com editoras em Paris, várias das quais publicam traduções para o português, frequentemente feitas por exilados portugueses. Assim, a parisina Pillet Ainê é uma editora de sucesso em Portugal, com traduções de Chateaubriand, D’Arlincourt, *Robinson Crusoe* de Defoe, Lesage (o seu *Gil Braz* foi um sucesso editorial que provocou muitas imitações), Madame de Stäel, Swift, Mateo Alemán, Kock, Bernardin de Saint-Pierre, só superado em número de traduções no período 1834-50 pela Typographia Rollandiana; e Aillaud (editor de, entre outros, romances de Scott, Chateaubriand ou Voltaire) exclusivamente para esta, Typographia Lisbonense A.C. Dias e a Imprensa Nacional. Considere-se que, antes dessa data, e sobretudo desde meados da segunda década do século, a produção editorial

está praticamente nas mãos de Rollandiana e Imprensa Regia, que dominam num mar de pequenas editoras, mar que não diminui nos anos seguintes. Indícios do prestígio que a literatura francesa começava a gozar e da posição dominante que o romance representava no gosto do público leitor são catálogos como os dous publicados em 1840 pola livraria Moré, no Porto, em que se deteta uma intenção de modernização (Guedes, 1987: 139-142): um é de livros franceses e outro de portugueses impressos em Paris. Na primeira, perfeitamente personalizada, não falta nenhum dos escritores de renome da época, incluindo vários textos sobre a Maçonaria e versões francesas de Byron e Scott. O catálogo de livros em português é pequeno (149 títulos) e confirma o domínio do romance, curto ou não, mas o repertório literário apresentado é mais variado e geralmente mais popular que o do catálogo francês, a ponto de os títulos aparecerem sem atribuição de autor (Guedes, 1987: 141): dos autores portugueses representados, e sendo as edições maioritariamente feitas após 1834, há Gil Vicente, Camões, Vieira, Filinto, Macedo... Teremos de esperar até ao final dos anos quarenta para encontrar nos catálogos os primeiros românticos portugueses (Guedes, 1987: 190 ss.).

E há mais. Desde que a leitura se tornou uma das mais importantes possibilidades de lazer para a burguesia, desde o final da década de 1830 funcionam os gabinetes de leitura, que emprestam e alugam livros em sala e que estarão na base de muitos dos triunfos literários do momento. Mais uma vez, este mercado ‘fala’ sobretudo francês: uma das filhas do livreiro francês Férin abriu um *Cabinet de Lecture* em Lisboa em 1839 (Guedes, 1987: 47) e nessa altura a *Librairie belge-française* já funcionava gerida por Pedro Langlet, filho de livreiros belgas casado com outra filha de Férin, iniciando um próspero negócio. Se um bom catálogo podia oferecer mais de mil títulos naquela época, a grande maioria era francês, alguns ingleses, pouquíssimos espanhóis e quase nenhum português, nada se procurassem obras românticas (Guedes, 1987: 178-185). Dentro destes, os gabinetes de leitura de obras francesas também tinham

um preço mais elevado (Guedes, 1987: 160). Em suma, boa parte do comércio livreiro estava em mãos francesas (Nemésio, 1936: 3; Castro, 1960: 50-51).

Nos anos cinquenta já existe uma indústria importante em torno do jornalismo e da produção de romances, fundamentalmente. Interagindo com ela, consolidou-se uma crítica literária que impõe como legítima a consideração da ‘literatura industrial’, expressão de Saint-Beuve, que assim intitulou um artigo na *La Revue des deux-Mondes* em 1839 (Santos, 1988: 174), a revista francesa mais difundida em Portugal na época, por oposição à propriamente ‘artística’, a primeira entendida como de qualidade inferior (misturando critérios ‘artísticos’, morais ou de verosimilhança na avaliação), a segunda a autenticamente valiosa. O mercado e as interações peculiares que se estabelecem entre o escritor e o campo do poder aguçam a cisão no campo literário entre a produção que mais depende do primeiro e aquela que, sobretudo, busca o reconhecimento de seus pares, desprezadora do que se julga banalidade ou da “literatura industrial” à qual ela opõe o “sacro compromisso” do intelectual que Herculano invocava frente àquela. Uma crónica do portuense *O Portugal*, de 1857, distingue entre os romances literários, “produção da imaginação e do estudo, que honram a litteratura franceza”, e os industriais, “produto de uma arte, que tem seus principios invariaveis, e servem para alimentar o jornalismo”, embora logo depois se reconheça que o público muitas vezes os confunde. Para aquelas, realizadas por “um litterato, um observador, um poeta, um filosofo, um escriptor consciencioso”, é precisa “a analyse do coração humano, o estudo das paixoes, a verosimilhança dos acontecimentos, a verdade dos caracteres, o interesse da acção, o bem ordenado do enredo, o fim moral e o estylo”; para estas uma “narração dramatica, misteriosa, fantastica, e inverosimil”, um romance, “*elastico* e a *suspensorio*” “fabricado por uma sociedade de indivíduos”, dirigida por um mestre. A fragilidade e difusão da linha divisória depende do estado do campo em cada momento e às vezes é uma corda bamba pola qual circula o sucesso

e o reconhecimento do escritor, ainda mais se ele vive da sua caneta. O colunista autor do texto citado, Antonio Caccianiga – [Il Pirata] (Rodrigues, 1992b: 23), reconhece isso e, por isso, sentencia que “a crítica inteligente, severa, imparcial, devia dirigir o gosto do público, para evitar os maus efeitos das leituras perigosas, que são nocivas á moral, á literatura, e ao bom senso. Aos mancebos e aos inexpertos é preciso indicar o bem e o mal, o bom e o mau, o bello e o feio”.

Esse tipo de repertório afetará substancialmente o sistema como um todo: do empresário que contrata ao folhetinista que pretende vender sem ser acusado de produzir ‘baixa literatura’. A ânsia divulgadora e mercantil de editores e livreiros será causa do domínio de repertórios mais esquemáticos e, conseqüentemente, em muitos casos, desprovidos das cargas ideológicas que a elite romântica portuguesa tenta incutir. A maioria das leitoras e dos leitores de agora em diante pertence aos diferentes grupos burgueses, alheios à tradição clássica ou indiferentes a ela, dedicando a sua atenção principalmente à leitura como entretenimento (ou, às vezes, como convenção social) e menos à erudição e ao aprendizado. Esses serão os repertórios que moldarão decisivamente o gosto do público: aqueles escritores que desejam alcançar uma posição relevante no sistema não poderão evitar essa determinação, nem o facto de que o jornal será o veículo fundamental de divulgação, ao contrário do livro, mais caro, *denso* e de menor circulação em um mercado dominado pela tradução francesa. Mas a partir das décadas centrais do século, a impressão, venda ou empréstimo de livros constitui um bom negócio, de que a já referida *Biblioteca Económica* de Eduardo de Faria, que saiu da Typographia Lisbonense desde os anos cinquenta, é uma boa prova. E à edição desta literatura, maioritariamente industrial, juntam-se editoras como Cruz Coutinho ou Chardron, que são também editoras das obras mais inovadoras e autónomas do campo literário português.

A literatura estrangeira na configuração do gosto do público português

É inegável que, em rigor, falar de literatura romântica em Portugal nas décadas que se seguiram ao triunfo liberal é falar preferencialmente de literatura estrangeira, fundamentalmente francesa: novos géneros e ideias novas ou renovadas, consideradas perigosas e, aí, imorais para setores mui amplos. Note-se que antes de 1834 a circulação de originais portugueses em relação às traduções era de 4 para 1, dado o clima de instabilidade política e repressão, que se reflete no número e tipo de traduções (com os anos 'liberais' de 1818 a 1820 como alguns dos mais prolíficos em traduções), mas que a partir dessa data, e com a ascensão em 1836 da esquerda liberal ao poder, a proporção já é ligeiramente favorável aos materiais traduzidos (Santos, 1988: 237), movida pela interação do desenvolvimento da imprensa, o progresso técnico na edição, o maior número de leitores e o próprio liberalismo. Por isso, para ter uma ideia precisa dos gostos que funcionavam na época em termos de consumo de literatura (assim como em termos do mercado e dos repertórios dominantes), e dos fatores que norteiam o sistema literário, mais do que à produção lusa é ao conjunto de traduções a que se deve recorrer.

Dos autores que inicialmente formaram o repertório e o modelo do Romantismo português, destacam-se principalmente as traduções do filósofo considerado o mais perigoso pelos conservadores, Voltaire (sem dúvida o mais traduzido desde meados do século anterior, com exceção de Metastasio e Horácio) e, em grau muito menor, Rousseau, que é visto quase exclusivamente como representante do Iluminismo. Com as obras de B. de Saint Pierre, um sentimentalismo idealista aparece no sistema português já no início do século, que será ampliado posteriormente nas traduções de Prévost ou D'Arlincourt, cujo *Paul e Virginia*, exaltação do puro amor, circulou profusamente. Do bem-sucedido Pigault Lebrun o seu *Métusko, ou les polonais* já aparece

na Imprensa Régia em 1815. Chateaubriand também circula cada vez mais em língua portuguesa desde o início da segunda década do século XIX. E textos de Byron, Constant, Ossian, Goethe (cujo *Werther* saiu na Rollandiana em 1821), Schiller, traduzido por Herculano, contribuindo também para difundir baladas macabras com a sua versão de *Leonor*, de Bürger de 1834 e “Afonso e Isolina” de *The Monk*, para a sua versão francesa de 1797 em 1835 (Sousa, 1978: 201), Lamartine, Scott, Nodier de quem é traduzido em 1831 *Jean Sbogar*, aventuras de um bandido idealista.

Neste período, Chateaubriand, Schiller, Byron ou Goethe continuam a ser amplamente lidos, por mais imorais que algumas das suas obras pareçam a muitos olhos, especialmente as de Byron que, com a sua carga de ‘frutos proibidos’ para os esquemas burgueses, substituirão parte do sentimentalismo inocente de obras como *Paul et Virginie*. E outros como Florian, Béranger e Constant. Mas sucessos realmente importantes foram as obras do voltairiano Lebrun, ponto de partida da literatura mais popular na França e na Europa, e fonte de outras como as de Ponson du Terrail e Dumas, nas quais aventuras e sobressaltos coexistiam com um certo combate contra o moralismo dominante, especialmente o religioso (Beaumarchais/Couty, 1994: 1881) e os de D’Arlincourt, consolidando assim no repertório português o idealismo da “religião do amor”, com o tipo do jovem galante, amante e sedutor (já presente nas primeiras obras de Camilo) corrompido pelo vício da sociedade moderna e urbana, que, via de regra, abandona a sua amada ou não consegue realizar o seu desejo de união com a mulher ideal porque um pai tirano a casa com um rico estúpido; a este caminho juntam-se a loucura, o homicídio, o suicídio ou a morte por tuberculose (Saraiva/Lopes, 1996: 781), na linha das adaptações da comédia e do melodrama franceses que se faziam nos teatros lisboetas do Salitre e da Rua dos Condes e no teatro do Porto S. João desde o início do século e que nos seus ambientes de terror, fenómenos sobrenaturais, sadismo e violência se nutre e liga

ao mesmo tempo com obras de Walpole e Radcliffe (Saraiva/Lopes, 1996: 737).

Um negócio mui lucrativo da época era a tradução (e imitação) da obra de Paul de Kock, principalmente entre as décadas de 1840 e 1870. Com os seus dramas, óperas cómicas e vaudevilles, uma literatura conservadora e maniqueísta entra fortemente, ligada e direcionada às experiências do público popular pequeno-burguês das vilas e cidades com uma fórmula que mistura humor, aventura, sentimentalismo, enredo, o ritmo acelerado e a linguagem transparente e em que as personagens, muitas vezes repetidas, não ultrapassam o estereótipo.

Num nível de forte sucesso, embora menos popular e massivo que o dos dous anteriores, a tradução de Scott situava-se a partir de meados dos anos trinta num processo imparável com sucessos extraordinários como *Ivanhoe*, *A Dama do Lago* ou *Kenilworth*, que não está longe de ser o puro romance gótico, mas que, quase um modelo, não colocava os problemas morais de um Byron à burguesia, constituindo mesmo uma *Collecção Completa dos romances de Sir Walter Scott publicada por uma sociedade*, que rivaliza com outra que, por assinantes, publica a Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis. As divulgações históricas de Herculano e, posteriormente, de Garrett, juntamente com algumas obras de Hugo, contribuirão com Scott para a expansão de obras com temática (ou decoração) histórica. Com o autor de *Ivanhoe* triunfa o medieval, a aventura, o heroísmo romântico ligado à ideia nacional(ista), em parte comum às aventuras náuticas de Cooper, cuja introdução é quase paralela à de Scott, e algo próximo do *Cinq-Mars*, de Vigny, embora mais perto do sucesso de Hugo.

Certos repertórios ‘chamam’ outros. Neste período dos anos trinta e quarenta, o desenvolvimento do *tremebundo* e do fantástico, do sobrenatural, do aterrorizante ou do *negro* feito por Hugo, Soulié, Nodier, Féval e Sue (e as encenações em Portugal de obras de Pixerecourt, cujas traduções também são feitas nessa época) estão, sem dúvida, baseadas e ao mesmo tempo impulsionadas polas traduções

que foram feitas desde o final do século de romances góticos franceses ou em francês por autores como Prévost, Genlis, Ducray-Duminil ou o mencionado D'Arlincourt. Na esfera teatral, destacam-se as obras de Baculard d'Arnaud. O sucesso desses textos facilitará a tradução de obras de Radcliffe de meados dos anos 30, que, juntamente com as de Walpole, acentuam as tendências melodramáticas e truculentas do gótico.

Três romancistas franceses destacam-se muito a partir da década de quarenta: Victor Hugo (já famoso com o seu *Hernani*, que foi representado entre 1834 e 1837 no Teatro da Rua dos Condes em Lisboa pela prestigiada companhia francesa de Émile Doux), Dumas pai e Eugène Sue. Com Hugo, desenvolve-se neste momento a vocação intervencionista do romance no presente, salpicada de considerações, comentários e digressões de ordem moral, filosófica, política ou social. Mas não só. Em 1841, por exemplo, a Sociedade Promotora de Conhecimentos Utéis publicou a tradução de *Notre Dame de Paris*, obra que receberia duas novas versões nessa mesma década e cujo triunfo não era estranho ao medievalismo como material repertorial. Da mesma forma, o repertório de sucesso de Doux foi nutrido por obras de Dumas como *Antony*, cuja primeira tradução para o português saiu em 1837, inaugurando um período de formidável sucesso para o autor de *Os Três Mosqueteiros* (Nemésio, 1936: 28); *Antony*, o adúltero romântico que mata a amante casada, *porque ela é dele*, também é incorporado a figuras como o melancólico e solitário Oberman de Sénacour, ou o Manfredo de Byron que reaproveitam, sobretudo este, parte do mundo de Radcliffe, o que contribuirá para a constituição em estereótipos de heróis amaldiçoados ou satânicos, heróis-vilões ou anti-heróis perversos. De resto, obras de Dumas e performances de outros como Delavigne, reforçam a presença do drama histórico nos ambientes da capital, e delineiam a linha dominante do *dramalhão* português, nutrido por mal-entendidos e comédia sentimental (Saraiva/Lopes, 1996: 738), por sua vez, sem dúvida, promovendo outras divulgações como a do *Chatterton* de Vigny.

O sistema literário português entra então na nova década dominado pelo romance (menos, embora importantemente, pelo drama e, menos ainda, pela poesia em que, a par de Byron e Schiller, se destaca Lamartine, com a sua poética da melancolia e do sentimentalismo de grande preocupação formal presente em poetas portugueses como Garrett ou Soares dos Passos). O romance, sobretudo histórico ao estilo de Scott e francês contemporâneo nas suas várias vertentes com de Kock e Lebrun, está em primeiro plano, como mostram os catálogos do início dos anos quarenta, que revelam também o papel absolutamente secundário da produção portuguesa.

Mas o grande fenômeno dos anos quarenta vai ser Sue, desde a sua primeira tradução em 1843 de *Les Mystères de Paris*, apesar de para alguns, mas graças a para outros, o seu anticlericalismo e luta contra a moral burguesa. O *negro*, o *social* (e em parte piratas e exotismo) triunfam com ele, como testemunhou Camilo já em 1848 (Prado Coelho, 1982: 203), sendo copiadas as suas fórmulas, como fez Féval com o seu também traduzido *Os Mistérios de Londres*. As publicações periódicas (e nelas o incipiente folhetim: Sue será um paradigma do *folhetinesco*) disputam-se esses best-sellers e promovem a sua divulgação, fazendo do Sue dos anos cinquenta um dos líderes indiscutíveis do mercado literário. As suas obras, juntamente com algumas de Hugo, contribuem decisivamente para o desenvolvimento do chamado humanitarismo e, nas palavras da altura, do tipo “de actualidade” no romance e no drama (para teatro de actualidade, vid. Aguiar e Silva, 1965). Com eles, e com Balzac e Sand, chega também na década de 1850 a crítica social, o aprofundamento no submundo (especialmente com Sue) e a denúncia da miséria e as suas consequências (Saraiva/Lopes, 1996: 781-782).

Junto com Sue, nos primeiros quarenta, dois outros franceses decolam: Scribe e Soulié. Scribe, autor de vaudevilles, comédias, libretos de ópera e óperas cómicas, colaborador de Gounod, Auber, Rossini, Donizetti, Meyerbeer, com um caminho incipiente de análise e crítica social, já era conhecido em português através de folhetins,

caso semelhante àquele de Soulié, que mistura romance policial e romance-folhetim, com todos os ingredientes e vicissitudes do socialismo difuso, reforçando o espetacular, o terrífico e o escandaloso na construção do gosto do público leitor sobre o puro sentimental, que conviveu em diferentes doses frequentemente no mesmo romance (Sousa, 1978: 22). E, a partir do final dos anos quarenta, entra Ayguals de Izco, introdutor de Sue no sistema literário espanhol e considerado o grande autor social espanhol da época, com obras de natureza melodramática e temáticas históricas, trabalhistas e sexuais. O seu romance mais conhecido foi *Maria ou a filha de um jornaleiro*, uma menina que sofre o assédio de um clérigo e um nobre (1845, publicado na editora da família que divulgava, com sucesso, ao seu amigo Sue), obra que ganha tradução e sucesso já em 1848, prova da interseção entre o romance histórico e o ‘social’.

Outro sucesso fulminante será o de Alexandre Dumas filho a partir de 1850 (num percurso semelhante ao de Scribe e em que começarão a destacar-se as traduções de Augier e Feuillet) numa trajetória ascendente que culminará em *A Dama das Camélias* como um dos “dramas de tese” mais lidos nos anos sessenta e setenta e com a sua protagonista Margarita Gautier talvez como a personagem feminina mais famosa, tudo ajudado pelo impulso fundamental que será a base do libreto de *La Traviata*, que Verdi estreou em 1853, e tendo entre os seus tradutores Pinheiro Chagas, um dos mais importantes da época. E deve-se notar outro fenómeno literário incipiente, ligado ao repertório da paixão amorosa, o de Musset, um dos autores franceses mais lidos nas décadas de sessenta e setenta (e em cuja divulgação colaboraram figuras proeminentes do mundo jornalístico, como Lopes de Mendonça), de quem o leitor em português tem tradução disponível desde 1842 na *Biblioteca das Damas*.

Neste período Féval e o seu repertório de fantasia e aventuras criminosas (e com algumas obras de temas portugueses), Sue, Dumas ou Soulié, são mui populares. Enquanto Sue ou Dumas representam o chamado realismo romântico (vid. i.e., Sena, 1976), ao qual, em

parte e desde os anos cinquenta, Charles Dickens começa a aderir, ao lado do já mencionado caso de Balzac, Soulié parece ser um best-seller nas livrarias populares, quase a ‘fronteira’ com um conjunto de literatura industrial e popular que se constituiu com Lebrun, Kock, D’Arlincourt (a tradução do seu famoso *Dieu le veut*, “Seguido da Relação do seu processo no Tribunal da Policia correccional, e do seu discurso perante o Jury” conhecerá duas versões em 1849) e em parte algo do próprio Sue, mas em cujo saco Scribe, Dumas, Hugo, Sand, Balzac, todos os famosos escritores de folhetim da época entram; um conjunto que Herculano, escrevendo a Garrett sobre a propriedade literária em 1851, condenou, censurando ética e esteticamente esses *romancistas modernos* que acabamos de citar, como mundanos e sem estudo (Santos, 1988: 176), “fábricas parisienses de novelas, dramas, viagens, comédias, romances, folhetins, fisiologias morais e imorais” (Herculano: *Opusculos*, 1851, II: 106 *apud* Santos, 1988: 231)¹⁰⁸. A atenção a este fenómeno é fundamental para compreender a trajetória do sistema literário português e nem sempre é fácil traçar a linha divisória da hierarquia de gostos que o romance estrangeiro construiu dentro dele. Parece claro que em geral romances como os de Kock, incipientemente os de du Terrail e, em parte, Feval, ocupam um degrau inferior, e pouco acima estão os romances góticos, como os de Radcliffe ou os amplamente lidos sentimentalistas de D’Arlincourt, o que motivará que dous autores portugueses, Garrett em *O Arco de Sant’Ana* (1845) e Teixeira de Vasconcelos em *O Prato de Arroz Doce* (1862) ridicularizem algumas das suas personagens por serem leitoras do visconde (Santos, 1988: 232). Já um Sue ou um Dumas aparecem no meio do caminho; e Balzac, Sand ou algumas obras

¹⁰⁸ A opinião de Garrett, em alguns passos, é menos dura e mais positiva para algum destes escritores que a de Herculano; aludindo ao drama, ao lado do romance, como o género daquele (Garrett, 1844) “século democrático”, classifica-o como “a mais verdadeira expressão literária e artística da civilização do século”, acrescentando: “Eu tive sempre na minha alma este pensamento, ainda antes perdoai-me a inocente vaidade, se vaidade isto chega a ser – , ainda antes de ele aparecer formulado em tão elegantes frases por esses escritores que alumiam e caracterizam a época, os Vítor Hugos, os Dumas, os Scribes”.

de Hugo ocupam um lugar preferencial. Isso é evidenciado pelos gabinetes de leitura, pela imprensa, pelos comentários de escritores pertencentes ao subcampo da produção restrita e pelos acervos das bibliotecas populares. A entrada da literatura romântica estrangeira trouxe também outras mudanças substantivas no sistema literário português: cada vez mais (e apesar de homens como Castilho, defensor e tradutor dos clássicos) a literatura greco-latina e, em geral, os clássicos perdem terreno; Metastasio e Goldoni desapareceram gradualmente. Há uma exceção: Shakespeare, não mui traduzido na época, mas amplamente lido, em grande parte, na minha opinião, à luz romântica do drama histórico, conflito supremo e paixão extrema, vindo, em parte, um Hamlet a enlaçar-se com (anti)heróis românticos como Antony, Manfredo ou Leicester (para Shakespeare em Portugal, vid. Estorninho, 1964).

A década de sessenta viu em Portugal o sucesso, entre outros, de Ponson du Terrail, dominador absoluto no Segundo Império e produtor em massa: na linha dominante que o romance vai gradualmente impondo, e onde os aspetos medievais, sombrios e fantásticos ganham forma, para entrar nas suas histórias *rocambolescas*, parcialmente herdadas de Sue, Soulié e Dumas pai, e perto do impacto de um De Kock, um tanto “picantes”, no medio do caminho entre o romance histórico e o dos costumes, mui adaptável às condições do romance em folhetim (Beaumarchais/Couty, 1994: 1902-1904), em que se destacam as traduções de Alfredo Sarmiento para a Lallemand-Frères, em Lisboa. E, significativamente, em 1872 o anónimo e gótico “romance histórico” *Les Amoureuses Cloitrées* traduzido por Camilo saiu da tipografia portuense de Pereira da Silva, ao mesmo tempo que chegavam as histórias de vampiros de du Terrail.

A transição que ocorre, de uma década para outra, do romance e do drama históricos para o romance/drama de atualidade é facilmente perceptível, panorama que não será extraordinariamente alterado nos anos seguintes, os de maior centralidade para Camilo. Autores consagrados nas décadas de quarenta e cinquenta permanecerão em

geral na preferência do público, e novos nomes serão acrescentados a eles, de Montépin a Flaubert e Zola (e de Camilo a Júlio Dinis e a Eça de Queirós). O catálogo Simões Afra, de 1866, por exemplo, alimentado por romances, oferece Lamartine, Sand, Stendhal, Balzac, Gautier, Nerval, Musset, Sue ou, já, Merimée, numa altura em que alguns filossocialistas começaram a canalizar Champfleury e Flaubert, apesar de significativas resistências ao realismo: as traduções do próprio Balzac, que continuarão nesta década até se dispararem nos anos setenta e oitenta, devem vencer a resistência de um setor do público e da crítica, inclusive Lopes de Mendonça, às suas minúcias descritivas e realismo “excessivo”, que daria uma visão distorcida do homem (Prado Coelho, 1982: 204). O seu principal tradutor foi Eduardo de Barros Lobo já na década de 1880, assim como o de Zola, que, em português, apareceu na década de setenta, por exemplo na Typ. Das Horas Românticas, prova da adaptação dos editores aos novos gostos, e de onde, aliás, vêm os romances históricos de aventura espanhóis, como os dos ‘industriais’ escritores de folhetins Ortega e Frías *O diabo na corte* (1872-1873), Fernández González, *Os filhos do Monfé* (1876) e os bem-sucedidos romances de Pérez Escrich, de quem, entre 1874 e 1875, aparecem *Uma esposa mártir*, *A calúnia* (editado por Chardron, que anos antes deixara ‘Viúva Moré’), *Casamentos do diabo*, com ilustrações do apreciado Bordallo Pinheiro e *A inveja*. Um caso semelhante ao de Balzac é o de Charles Dickens. Em 1847, o folhetim *O interesse Público* abriga alguns capítulos de *A Família Tuggs em Ramnsgate (Novella Ingleza de costumes)*, mas a sua maior presença no consumo português será alcançada quase paralelamente a Flaubert e terá ecos em Camilo e sobretudo em Dinis, já no final dos anos sessenta.

Perto do período em que *A Brasileira de Prazins* é publicada, verificamos que as mudanças ocorridas no campo do poder e no campo intelectual nos anos setenta começarão a se fazer sentir na atividade literária, começando pelas cidades. O Gabinete Alcobacense, amostra de um catálogo de províncias e, em grande medida, do tipo

de leitura maioritária no início dos anos setenta, dá-nos, em 1875, 231 títulos e 439 volumes, a maioria deles doações dos membros do Clube a que estava ligado, com a seguinte distribuição: uma elevada percentagem de obras portuguesas, com 28 obras de Camilo, 6 de Pinheiro Chagas, 5 cada de Rebelo da Silva e Júlio Dinis, 4 de Garrett e 4 de Herculano, e outros de romancistas como Gomes de Amorim, Andrade Corvo, Teixeira de Vasconcelos e autores como Tomás Ribeiro, Mendes Leal ou Castilho. Dos estrangeiros, predominava a literatura romântica francesa, lato sensu, com Alexandre Dumas, 10, Kock, 8, du Terrail, 7, Hugo, Féval, Staël, Sue e Feuillet, 2 cada, e Vigny, Lamartine e Balzac, uma obra cada um, juntamente com as obras completas de Voltaire, Rousseau e La Fontaine (Guedes, 1987: 194). Apenas dois anos depois, o catálogo do gabinete de leitura da sociedade Nova Euterpe no Porto em 1877 oferecia um maior número de autores portugueses, mas já com uma presença significativa de autores “modernos”, nomeadamente da chamada “Geração de 70”, mostrando também, ao mesmo tempo, que o peso dos românticos ainda era importante: ao lado de 334 títulos de autores estrangeiros há 477 de autores portugueses, românticos, realistas e naturalistas. A seção de autores estrangeiros, como sempre a maioria franceses, confirmava que os autores românticos das décadas anteriores continuavam a gozar, com boa expressão, “do favor do público”: Dumas, Kock, Pérez Escrich, Féval, Terrail, Feuillet, Verne, Sand, Souvestre, Hugo, e também Byron, Voltaire, Chateaubriand, Goethe, Staël e Virgílio (Guedes, 1987: 194-197). A partir da análise do catálogo mais extenso que temos de gabinetes de leitura franceses de 1884 a 1894, o da *Bibliothèque Française*, e comparando-o com o de Férin, de 1853, podemos confirmar que, mesmo que desapareceram dele autores como Byron, Cooper, La Fontaine, Maryatt, Rousseau, Mme. De Staël, Stendhal e Scott, os gostos do público não mudaram significativamente com o passar do século: dos cerca de 100 autores presentes no catálogo Férin de 1853, 57 permanecem neste catálogo quarenta e um anos depois. As novidades são de autores como Hans

C. Andersen, Wilkie Collins, Feuillet, Flaubert, du Terrail, Hoffmann, Maupassant, George Ohnet, Verne ou Zola, que não deixarão de operar modificações nas considerações do público, já intuitivas no final dos anos setenta, e na produção portuguesa, a que não será alheia nem a obra de Camilo nem, sobretudo, a produção dos realistas e naturalistas, cujas vendas e posições centrais conseguirão deslocar parcialmente a produção estrangeira. Talvez sejam estas as razões pelas quais um catálogo de 1888 do gabinete de leitura português *O Jardim do Povo* encabeça a sua oferta com autores portugueses, algo pouco frequente em catálogos anteriores, em que o peso dos escritores contemporâneos, sobretudo naturalistas, é relevante no total de 529 obras oferecidas, embora não falem Camilo, Herculano, Garrett, Rebelo da Silva ou Júlio César Machado. Mas o mais significativo é o número abundante de estrangeiros: Dumas, Sue, Féval, Souvestre, Lamartine, Verne, Shakespeare, Feuillet, Montépin, du Terrail, Kock, Pérez Escrich, Staël, Lebrun, de Genlis, Cottin, Musset, La Fontaine, D'Arlincourt, Scott, Maupassant, Gautier, Zola, Hugo, Cooper, Sand, Chateaubriand, Balzac, Voltaire e Soulié (Flaubert não está lá...), uma amostra que sintetiza o tipo de presença da literatura entrada desde o início do século, da sobrevivência quase total dos autores centrais no sistema desde os anos cinquenta, aos quais se juntam os realistas-naturalistas, e do domínio da literatura francesa (Guedes, 1987: 186-200).

A produção literária portuguesa no domínio do Romantismo

O período 1834-1836 também representou um ponto sem volta para o sistema cultural português, sentido pelos intelectuais da época. Revelador é o título do artigo do jovem Alexandre Herculano, escrito em 1835 nos números 1 e 2 do *Repositório Literário*: “Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ela hoje tem que seguir?” em que aponta os poemas *D. Branca* e *Camões* de Almeida Garrett,

publicados em 1825 no exílio parisiense, como “os primeiros e até agora os únicos monumentos de uma poesia mais liberal que a dos nossos maiores”, uma interpretação da obra do seu companheiro de armas nas lutas liberais que deixa claro, entre outras cousas, que, em termos de ‘produção própria’, tudo tinha que ser feito: outras necessidades são urgentes (Portugal ainda está sujeito à guerra e à repressão, largamente isolado e com uma pequena população alfabetizada) e as primeiras obras de Garrett permanecerão como um monumento que só encontrará continuidade após o triunfo liberal num primeiro romantismo português que se mantém contido e combativo contra qualquer sinal de “irreligião, immoralidade e quanto há de negro e abjecto no coração humano” (citado por Machado, 1996: 10).

Só no final da década se pode falar de um movimento hegemónico e consolidado, mas quando o gosto, as tendências e o mercado já estão (con)formados pela literatura estrangeira e quando, à margem deles, os produtores portugueses, muitas vezes tradutores destas obras, terão difícil alcançar uma posição importante. Três homens que desempenharão importantes tarefas na esfera institucional e crítica do sistema cultural português, Almeida Garrett, António Feliciano de Castilho e Herculano, vão destacar-se como a primeira tríade romântica portuguesa. Garrett é filho de um alto funcionário do Estado e de uma rica herdeira de comerciantes do Minho e formado em Direito, combatente, exilado e soldado do exército liberal, poeta, perfeito exemplo de *dandy*, e, no governo *setembrista* de 1836, ocupará o relevante cargo de Director da Inspeção de Teatros e será Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1852. Herculano, também um soldado liberal de origem pequeno-burguesa (filho de um funcionário médio do Tesouro, cujos meios não permitiram ao jovem alcançar diplomas universitários) formou-se em estudos intermédios de Humanidades e Paleografia e, modelo de intelectual austero, tenaz e autodidata, dirige desde 1837 a influente revista *O Panorama*, fundada com Oliveira Marreca, obtendo, desde 1839, o favor do rei consorte que o nomeou bibliotecário-chefe das importantes Bibliotecas da Ajuda

e Necessidades desde 1839. Herculano é também um exemplo da *intelligentsia* que quer mudar de posição através do seu *saber*, embora queira legitimá-la também com títulos (Cf. Santos, 1988: 16 e ss). E vale a pena parar em Castilho, um ano mais novo que Garrett e nove mais velho que Herculano, cego desde os seis anos, que vem ganhando fama como criança prodígio com o apoio decisivo de seu pai, professor da Universidade de Coimbra, que organizará reuniões literárias e salões na sua casa. Escreveu versos desde mui jovem, alguns para o golpe de 1823, outros para a família real, que lhe trouxeram favores e ajudaram a consolidar a sua posição central como homem de letras. Homem de formação e prática clássicas e arcádicas, e de posição política oscilante, não participará de forma alguma nas guerras miguelistas. A partir da década de quarenta, mui dedicado a fazer versões de obras estrangeiras que beiravam o plágio várias vezes (o que entre os autores da época não seria estranho nem condenável por muitos), a sua influência foi intensa. A sua tradução de Ovídio é considerada por Herculano como “um dos mais formosos monumentos da *nossa* historia litteraria” (*O Panorama* 1841, vol. V, p. 128) e a crítica recebe-a como um exemplo perfeito de nacionalização e vernacularidade (Santos, 1988: 234). O vernáculo é um valor romântico que no caso português torna-se um material de repertório de prestígio. A partir de 1842, Castilho dirigirá a revista de maior impacto intelectual em Portugal, a *Revista Universal lisbonense*, apoiada no tráfego de dedicatórias, publicações e resenhas e no recurso a prelados e governadores civis que recomendavam a assinatura da revista aos seus subordinados (Santos, 1988: 172), forjando assim um mandarinato decisivo nas décadas seguintes, quase até à sua morte em 1875, em paralelo com a reação tradicionalista da época Cabralista, em que a revista se tornou “guardiã dos bons costumes, da sã moral e de um temperado ecletismo literário que os arrima aos clássicos eternos” (Saraiva/Lopes, 1996: 729), que permite a integração de diferentes repertórios e autores. Castilho instala-se progressivamente na defesa da tal vernacularidade em todas

as dimensões da obra literária, valendo-se de um capital cultural clássico acumulado na sua formação inicial, facilmente articulado com o nacionalismo vigente, e enfrentando sobretudo os modelos de importação francesa, em que coincidiu com Garrett e Herculano. O escritor (cego, o que reforça sua auréola de sábio), vai conseguir conciliar a sua *posição de escritor romântico* com a de *guardião de essências* (legitimador fundamental da glória literária do país) que sustentará com a convivência e influência de e em muitos autores jovens.

O triunfo liberal fez surgir entre as novas ideias a de regeneração e abertura às novas correntes europeias, transcendente no nacionalismo a que dá origem, embora nem sempre fácil de articular com a tendência de buscar nas origens da nacionalidade a raiz e bondade dessa regeneração nem com a memória das guerras napoleónicas e a presença do protetorado inglês (Marcos/Serra, 1999: 127). Esta regeneração tem a sua homologia nas associações e plataformas intelectuais do momento com forte vocação pedagógica, civilizadora e intervencionista. Assim, a proprietária de *O Panorama*, “revista literária e instrutiva” cujo número 1 sai em 6 de maio de 1837, é a empresa “Propagadora dos Conhecimentos Úteis”. A sua influência é extraordinária e chega a 5.000 exemplares, indicativo de um grande público. A *Revista Universal Lisbonense*, “jornal dos interesses físicos, morais e literários” começou em 1841, e apresentava-se ligada a uma “Sociedade de Estudantes”. Estas são a ponta do iceberg da nova profissão em ascensão em um país economicamente estagnado, o jornalismo, impulsionado pela liberdade de imprensa em 1834, e cabe acrescentar a elas, desde os anos quarenta, a setembrista *A Revolução de Setembro*, com o jornalista de grande projeção pública Rodrigues Sampaio como editor principal.

Por muitas razões, 1836 é um ano crucial para o avanço romântico. Castilho traduz e prefacia a humanitarista cristã *Paroles d'un Croyant*, de Lamennais, escreve também *Os Ciúmes do Bardo* e a ossiânica *Noite do Castelo*, elogiada (e aparentemente patrocinada) por Herculano, onde

adapta vários textos de autores estrangeiros como uma segunda versão de “Afonso e Isolina” do mesmo Herculano. Protestando vernaculismo, Castilho assimila a métrica e o estilo de *Camões* e *D. Branca*, mas incorpora “os ambientes de fantasmagoria e truculência cavalheiresca da novela inglesa ou do melodrama” (Saraiva/Lopes, 1996: 738-739), aos *neo-classificar*, aos *pré-romantizar* podemos dizer: Castilho incorpora a linha do tenebrismo e do medieval (combinada com a evocação melancólica típica de algum romantismo), repertório que acabará triunfando junto com as traduções de Scott, a difusão do ‘pré-romântico’ europeu e os romances de Herculano num sistema desprovido de tradição de romance sólida.

Em 1836 Herculano deu à luz *A Voz do Profeta* e em 1838 *A Harpa do Crente*, conjunto poético cujo modelo é a obra de Lammenais traduzida por Castilho. Com ele, que dispõe de tempo e materiais suficientes para construir uma obra de pesquisa histórica e de ficção, impõe-se também o historicismo, divulgando-o em artigos ou reformulações de lendas, como *Lendas e Narrativas*, algumas já publicadas em 1839. Ao mesmo tempo, revistas como, sobretudo, as populares revistas lisboetas *O correio das damas* (1836-1852), “jornal de literatura e de modas”, e *O mosaico*, “jornal d’instrução e recreio”, (1839-1841), incluem os primeiros contos góticos portugueses, mais melancólicos do que propriamente aterrorizantes (Sousa, 1979: 26).

A dramaturgia mostra um caso significativo da conjunção liberalismo-romantismo-regeneração pedagógica que algumas elites reivindicam. O governo de Passos Manuel vai considerar a renovação do panorama teatral uma questão de estado. Garrett ocupa desde Setembro de 1836 a Inspeção Geral de Teatros, género privilegiado para alguns setores que veem nele, junto com o jornalismo, um mecanismo para atingir um público mais amplo. Esse é o objetivo do seu *Um Auto de Gil Vicente*, estreado em 15 de agosto de 1838 no Teatro da Rua dos Condes e publicado em 41. Na introdução de Garrett e no prefácio dos editores, em que aparece a resenha publicada no *Diário do Governo* em Setembro de 1838, esta defesa de um teatro novo e nacional é recolhida, vinculada ao trabalho político *setembrista* com uma clara

consciência e reivindicação do pioneirismo da tarefa. Diz-se no prefácio acima mencionado (1841: 155):

“A aparição deste drama fez uma época na história literária de Portugal¹⁰⁹. Desde então verdadeiramente é que se começou a pensar que podia haver teatro português. Toda Lisboa foi à Rua dos Condes aplaudir *Gil Vicente*; todos os jovens escritores quiseram imitar o *Gil Vicente*, toda a imprensa nacional celebrou este acontecimento com entusiasmo. Se um *zoilo* latiu, foi de modo que se não ouviu (...)”.

Mas a introdução massiva de repertórios medievais, aventureiros e aterrorizantes faz com que a linha de Garrett não tenha sucesso e o melodrama prevaleça. Já em 1838 Herculano apresentou anonimamente e nessa linha o seu inédito *Fronteiro de África*, bem no início do triunfo da obra de Hugo. Em 1839, ano em que Garrett deu continuidade ao seu trabalho político reformista no campo literário com, por exemplo, um relatório sobre o projeto de lei “da propriedade literária e artística”, um jovem de vinte e um anos, Mendes Leal, é um dos vencedores do primeiro concurso de obras dramáticas convocado no calor da reforma teatral de Garrett para fornecer produção romântica portuguesa a companhias teatrais, com *Os Dous Renegados*, prenúncio da nova direção romântica no drama (e, em geral, em todos os géneros usado na época). O sucesso de Mendes Leal é grande, e deve-se aos temas incorporados da produção francesa como Delavigne, Hugo ou Dumas pai, e à apresentação de um conflito amoroso intercalado com as perseguições religiosas do século XVI,

¹⁰⁹ Certamente, essa atenção à história literária como consciência romântica da nação será nova e não por acaso os primeiros estudos nesse sentido também começaram a surgir nessa época, como o *Primeiro ensaio sobre história literária de Portugal* da autoria de F. Freire de Carvalho que sai da Rollandiana em 1845, que pode encontrar precisamente antecedentes no *Bosquejo da história da poesia e da língua portuguesa* do próprio Garrett, que se inclui no *Parnaso Lusitano ou poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos, ilustrado com notas. Precedido de uma história da língua e poesia portuguesa* que o Aillaud publicou em Paris em 1826 (vid. também Machado, 1996: 30-37).

embora nesta obra o histórico é, como em outros três dos oito vencedores daquele ano, mais uma cor do que uma substância, na realidade claramente gótica. Juntamente com aqueles provenientes da leitura esquemática de Hugo e Dumas, entre outros, como indicado por Saraiva e Lopes (1996: 738-739), todos os princípios básicos da evolução posterior do *dramalhão* (e algo semelhante pode ser dito do romance) estão presentes: medievalismo, cor histórica ou local, arcaísmos e popularismo. Mesmo Herculano, em cuja obra o sensacionalismo romântico e as paixões desenfreadas aparecem, criticará o caminho artificial, convencional e desprovido de realidade que a literatura está tomando, e qualificando, como Garrett às vezes, algumas obras como imorais ou pouco virtuosas, “pesadelo das nossas plateias”, lembrou o escritor e crítico Andrade Ferreira em 1860.

A mistura do histórico, do aventureiro, do fantasmagórico com episódios sombrios, paixões desenfreadas, conjuntos violentos domina. O drama histórico converge com o melodrama, muitas vezes dando origem a uma única entidade, o *ultra-drama*, também nutrido pelos *Mistérios* de Sue, que conhece emuladores mui rápidos no sistema português: *Frei Paulo ou os Doze Mistérios de Lisboa* sai em 1844 iniciado por António Pinto da Cunha Soto-Maior mas substancialmente da autoria de Aires Pinto de Sousa; e marcou uma época, aponta o crítico J. César Machado em *A Revolução de Setembro* em 1862 (citado por Sousa, 1979: 62):

Houve uma revolução no romantismo: os leitores tremeram de admiração e terror, os clássicos da época sentiram-se incomodados, e os livreiros, para explicarem a novidade de venderem um romance português, consideraram-no imoral!

E pouco ‘contra-arrestam’ esta tendência peças como *O Alfageme de Santarém*, de 1842, de Garrett, em que são perceptíveis vestígios do romantismo alemão de Schiller ou de Goethe. O público exigia essas obras e não poucos intelectuais tentaram o ecletismo quando já não trilhavam abertamente esse caminho. Sobre o público e sobre

o romance histórico *O Bobo* de Herculano o seu discípulo Oliveira Marreca escrevia naquele mesmo ano, nos seus votos de um ano próspero aos leitores de *O Panorama*, retomando as palavras de Hugo (citado por Massa, 1977: 97):

“(…) o povo que pede sensações ao escriptor, as senhoras que exigem d'elle, e só lhe agradecem, os lances dramaticos e as grandes emoções, e [os pensadores], acaso os menos contentadiços, que á fina força querem idéas e pensamentos [...*O Bobo*] corresponde a estes três públicos mas, a dizer a verdade, a introduccção do romance dirige-se sobretudo ao último”.

A maior reação, teórica e prática, a este tipo de repertórios será protagonizada por Garrett a partir de 1843: estreia *Frei Luís de Sousa*, drama romântico que incorpora a temática do desaparecimento e do regresso inesperado e sebastico de um marido, suposto morto ao lado de D. Sebastião, o que provoca a destruição de todo o mundo construído desde o seu desaparecimento, mas que se afasta da convenção vitor-huguesa do tragicómico e ainda mais do convencionalismo artificial em voga, fincando as suas raízes na tradição clássica; e com *Viagens na Minha Terra*, cujos primeiros capítulos publica num folhetim da *Revista Universal Lisbonense*, moldado na obra de Maistre e Sterne (deles tomando também a sua forma de comunicar e a sua ironia). Essas *Viagens*, que misturam comentários de atualidade com múltiplas reflexões culturais, sociais, políticas e económicas sobre a viagem e o que a viagem sugere, estabelecidas num diálogo retórico permanente com o leitor e/ou a leitora, ficam suspensas no capítulo VI (1846) polos protestos suscitados pola sua projeção política, suspensão à qual o diretor, Castilho, não ficará totalmente alheio. Mas o autor teve tempo de tecer alguns comentários irónico-críticos sobre a atualidade do sistema literário português. Assim, no capítulo V da sua crónica, e ao chegar ao pinhal da Azambuja, comenta ironicamente sobre “aquela

selva antiga” das histórias da sua infância e do imaginário romântico inexistente aos seus olhos:

“Eu que os trazia prontos e recortados para os colocar aqui todos os amáveis Salteadores de Schiller, e os elegantes facínoras de Auberge-des-Adrets [Benjamin Antier, 1823], eu hei de perder os meus chefes d’obra! Que é perdê-los isto — não ter onde os pôr!

Sim, leitor benévolo, e por esta ocasião vou te explicar como nós hoje em dia fazemos a nossa literatura. Já não me importa guardar segredo; depois desta desgraça não me importa já nada. Saberás pois, ó leitor, como nós outros fazemos o que te fazemos ler. Trata-se de um romance, de um drama — cuidas que vamos estudar a história, a natureza, os monumentos, as pinturas, os sepulcros, os edifícios, as memórias da época? Não seja pateta, senhor leitor, nem cuide que nós o somos. Desenhar caracteres e situações do vivo na natureza, colori-los das cores verdadeiras da história... isso é trabalho difícil, longo, delicado, exige um estudo, um talento, e sobretudo um tacto!...

Não senhor: a coisa faz-se muito mais facilmente. Eu lhe explico. Todo o drama e todo o romance precisa de:

Uma ou duas damas.

Um pai.

Dois ou três filhos, de dezenove a trinta anos.

Um criado velho.

Um monstro, encarregado de fazer as maldades.

Vários tratantes, e algumas pessoas capazes para intermédios.

Ora bem; vai-se aos figurinos franceses de Dumas, de Eug. Sue, de Vítor Hugo, e recorta a gente, de cada um deles, as figuras que precisa, gruda-as sobre uma folha de papel da cor da moda, verde, pardo, azul — como fazem as raparigas inglesas aos seus álbuns e *scrapbooks*, forma com elas os grupos e situações que lhe parece; não importa que sejam mais ou menos disparatados. Depois vai-se às crónicas, tiram-se um pouco de nomes e de palavrões velhos; com os nomes crismam-se os figurões, com os palavrões

iluminam... (estilo de pintor pintamonos). E aqui está como nós fazemos a nossa literatura original”.

As *Viagens* são uma fonte quase inesgotável para descobrir os repertórios dominantes destes anos. Com base nessa obra, Sousa (1979: 55) afirma:

Havia normas para esse êxito [o dos romances negros/góticos que muitas vezes se baseavam no sucesso do drama do mesmo corte]: “uma linguagem ‘à d’Arlincourt’, castelos ‘à Radcliffe’, um herói com “uma fisionomia de Werther, uma palidez de Hamlet, um olhar de Antony e uma fatalidade de Manfredo”.

Em geral, todos os gêneros apoiarão a tendência *ultra*. Drama (ou melhor, *dramalhão*), romance, conto e poesia (esta com forte eco lamartiniano) são os seus catalisadores. Do próprio Herculano já em 1841 alguns capítulos do seu romance histórico *O Monge do Císter* (1848 em livro) aparecem na *O Panorama*, alimentado em parte por um medievalismo melodramático que, no ano seguinte, conheceu no seu jovem discípulo Rebelo da Silva, em quem verá um novo Scott, um bem sucedido prolongamento com *Rausso por Homizio*. Herculano, inaugurador do romance histórico português como Garrett do drama (*O Arco de Sant’Ana*, romance histórico ainda que intervencionista, que afirmava estar redigido nos anos trinta, “do tipo” de *Notre Dame*, não viria até 1845), conclui *O Bobo* em 1843 em *O Panorama*, que acolhe outras ficções históricas de autores como Oliveira Marreca, e em 1844 publica o seu outro famoso romance histórico, *Eurico, o Presbítero*, que alcançará extraordinário sucesso, especialmente entre os jovens leitores, leitoras e novos autores, sendo durante muito tempo o livro mais requisitado da Biblioteca Nacional (Nemesio s/f:XXX ss.), apesar das críticas de Castilho, que considerou o livro moralmente perigoso (Reis/Pires, 1993: 108).

O ambiente é, portanto, dominado por aquela tendência historicista prenhe de exageros e lamentações, nada a ver com os conflitos supremos da tragédia grega de Garrett, nem com o objetivo pedagógico e o compromisso cívico almejado pelos seus antecessores, embora nem mesmo Herculano, e às vezes nem o próprio Garrett, tivesse evitado os modelos *plus quam* românticos. Este voltará à briga no verão de 1845 com a retomada da publicação das suas *Viagens na RUL*, agora com um novo diretor, e em 46 com a publicação completa em livro que prefacia reivindicando novamente para si o seu caráter pioneiro. Assim, no capítulo XXXVIII (1846), já no final de sua crónica, sempre no seu tom irónico, ele descreve uma tertúlia da qual participa e onde critica as *soirées* pesadas, “para piano obrigado”, as óperas com intérpretes medíocres e orquestras, “a enjoativa tradução de uma comédia da rua dos Condes, roída de incurável”, “aveludada de todas as graças do estilo de Scribe”,

E o destempero original de um drama *plusquam* romântico, laureado das imarcessíveis palmas do Conservatório¹¹⁰ para eterno abrimento das nossas bocas! Lá de longe aplaude-o a gente com furor, e esquece-se que fumou todo o primeiro acto cá fora, que dormiu no segundo, e conversou nos outros, até à infalível cena da xácara, do subterrâneo, do cemitério, ou *quejanda*, em que a dama, soltos os cabelos e em penteador branco endoidece de rigor, – o galã, passando a mão pela testa, tira do profundo tórax os três ahs! do estilo, e promete matar seu próprio pai que lhe apareça, – o centro perde o centro da gravidade, o barbas arrepela as barbas... e maldição, maldição, inferno!... – Ah mulher indigna, tu não sabes que neste peito há um coração, que deste coração saem umas artérias, destas artérias umas veias – e que nestas veias

¹¹⁰ Garrett refere-se ao Conservatório Real de Lisboa, instituição criada pelos Liberais por proposta de Garrett para a reforma do teatro no final da década de trinta, que, entre outras cousas, dava prémios, prova do patrocínio oficial e do caráter do romantismo liberal português.

corre sangue... sangue, sangue! Eu quero sangue, porque eu tenho sede, e é de sangue... Ah! pois tu cuidavas? Ajoelha, mulher, que te quero matar... esquarterar, chacinar! – E a mulher ajoelha, e não há remédio senão aplaudir...

E aplaude-se sempre.

Mas para compreender grande parte da evolução do sistema literário português é preciso voltar os olhos para a trajetória de Castilho, que vem reforçando as suas posições conservadoras, com suas (poucas) produções originais (embora ele faça passar textos adaptados de outros autores como próprios), as suas muitas traduções (de preferência para aqueles considerados clássicos universais: Ovídio, Molière, Shakespeare, ou aqueles em vias de assim se tornar, como Goethe) e os seus *acordos* com certos setores da juventude escritora (ultra-) romântica, patrocínio por um lado e veneração pelo outro que encontra reconhecimento público no que os colaboradores de *O Trovador*, sob a direção de João de Lemos, prestam ao vate. A sua crescente reação classicista e formalista manifesta-se tanto na crítica literária (interpretando explicitamente sucessos ou fracassos dependendo do círculo de amigos ou inimizados de cada produtor) quanto em textos como a coletânea de poemas *Escavações Poéticas* de 1844. De acordo com determinada atitude pedagógica e de progresso generalizado na intelectualidade portuguesa, dedica-se também à promoção do cooperativismo agrário e à reforma pedagógica do ensino básico, editando um método baseado na memorização e recitação.

Para ele, literatura é quase sinónimo de compor linguística e formalmente bem: em 1851 publicou o *Tratado de Versificação portuguesa para em pouco tempo e até sem mestre se aprender a fazer versos de todas as medidas e composições*. E nesse formalismo retórico e na defesa do purismo linguístico (e num certo nacionalismo aí centrado) é onde ele vai convergir com boa parte da nova geração de autores. Esta, já claramente diferenciada da primeira, pola idade e, em grande medida, pelo repertório (mais distante de Garrett,

mais próxima de Herculano, estrategicamente ligada a Castilho) geralmente não pratica já um amplo leque de interesses no que tem a ver com a pesquisa histórica ou popular, e com a prática variada de diversos gêneros e hibridismos. Polo contrário, estes jovens, muitos universitários de Coimbra, caminham para um certo formalismo e contemplativismo, apesar de uma fase fugaz de combatividade que se deteta em alguns deles nas *patuleias* (Saraiva/Lopes 731-736), e em todos eles um nacionalismo baseado na exaltação de Portugal (Abreu, 2000: 414) longe dos centros europeus. O impulso fundamental para a imposição do seu repertório poético sentimentalista, funéreo e medievalista virá sobretudo da aliança de consagração mútua entre estes jovens e Castilho (em posição de não concorrência com eles e, pela idade, atitude e posição, de mentor e, de mentor, *Mestre*). As diferenças óbvias e até as contradições estéticas entre uns e outro foram superadas pelo papel paternalista de Castilho na *RUL*, nos prólogos das suas obras ou nos *serões* que organizava, como no elegante bairro de Buenos Aires no Palácio Sarmiento em 1852 (Santos, 1988: 291)¹¹¹. Com a morte de Garrett em 1854 e a dedicação de Herculano à atividade política (acabando por retirar-se numa aldeia em 1859, com prestígio, mas sem mandarinato), Castilho consolidará a sua posição tutelar e a sua função reprodutora e legitimadora de certos repertórios no campo português, abordando setores mui diversos (as suas tentativas de popularizar um “método de leitura repentina” da sua autoria como instrumento de instrução popular lhe renderiam algumas críticas de artistas, mas também a aproximação

¹¹¹ As primeiras revistas ultrarromânticas datam do início da década de 1840: *Crônica Literária da Nova Academia Dramática* (Coimbra 40-41), e sobretudo a sua grande representante na poesia, a já citada revista *O Trovador*, de 1844. Esse tipo de repertório é alargado em outras publicações da década de 50, com destaque para o grupo de *O Novo Trovador* (51-56), onde existem muitas reminiscências da lírica lamartiniana de *O Trovador*, e cuja figura mais destacada, Soares dos Passos, salientará sobretudo pelo pessimismo sombrio em parte da sua obra, como *O Noivado do Sepulcro* (extremamente popular, na linha das baladas introduzidas nos anos trinta), mas onde a corrente da poesia filosófica e cívica de Herculano não está ausente. Em geral, tanto para *O Novo Trovador* quanto para *O Bardo* e *A Grinalda*, os materiais de crítica social ou indignação ante a injustiça não serão alheios, na sequência de certa poesia de imediatamente antes e depois das revoluções de 1848.

de vários setores progressistas e socialistas). Na década de cinquenta, consolidou-se uma rede de apoio recíproco fundamental no sistema literário que o tinha como núcleo, o que Andrade Ferreira, tomando palavras de Scribe aplicadas ao sistema francês, cunhava como “société par la admiration mutuelle” (citado por Santos, 1988: 151), que exerce uma crítica literária geralmente ignorante do que não é produção lisboeta, provocando a desconfiança de escritores do Porto, embora alguns acabem por integrá-la. Esta “sociedade de elogio mútuo” tem um órgão estável desde 1859 (não sem fissuras) com a fundação da *Revista Contemporânea de Portugal e do Brasil*, onde a crítica literária terá um papel de destaque: nela confluem, Biester, Silva Túlio, J. César Machado, Mendes Leal, Rebelo da Silva...e Andrade Ferreira ou Camilo...nomes todos consagrados e pertencentes a uma certa elite literária, alguns particularmente vulneráveis na sua atividade por origem e posição social.

Mas em meados dessa década há sinais de mudança com a literatura estrangeira como força motriz. As crónicas de folhetim contaminaram, junto com o jornalismo em geral (e até a escrita política), os demais géneros, promovendo produtos híbridos (exemplo canónico e impactante já foram as *Viagens* de Garrett e alguns textos de Herculano) mais flexíveis e configurando uma expressão menos sujeita a regras retóricas clássicas e mais acessíveis às novas necessidades intercomunicadoras. Como já indiquei, o tema histórico, num processo semelhante ao produzido na França pouco antes, vem deslocando-se em alguns casos da remota Idade Média para o passado imediato e reencontra-se com o presente e, às vezes, com o quotidiano do leitor, resultando no romance ou drama de atualidade que acaba convergindo e até fundindo-se com a literatura humanitária, chamada na época “de tese” ou “social”, e com a das narrativas moralistas do século XVIII de Genlis ou Goldsmith: os folhetins de Sue e Hugo, Ayguals ou, mais tarde, o realismo de Sand, Dumas filho, Balzac ou Feuillet são os principais vetores desse novo repertório. Já na década de quarenta, surgiram nomes de jovens autores em busca de

uma posição no sistema literário que praticava as novas fórmulas, como Eduardo Faria ou Teixeira de Vasconcelos ao lado de outros que tentavam consolidar as suas, como Mendes Leal (*Estátua de Nabuco*, 1846). Por outro lado, o humanitarismo, a atualidade como assunto, a atenção *costumbrista*, a observação de ambientes irão singularizando-se no drama e no romance, misturando-se com outros elementos repertoriais dominantes como o misterioso e o sombrio e os heróis do amor fatal, linha que escritores como João de Azevedo, falecido em 1854, praticarão, nutrida pelo que o importante autor de folhetins do *Jornal do Porto* Ramalho Ortigão chamaria *terralbismo* (da escola de du Terrail), não mui distante do que Camilo praticará nos seus primeiros trabalhos (Simões, 1987: 383).

O romance humanitário e o 'social' pegam igualmente em alguns escritores ligados precisamente às tentativas socialistas. Ilustrativo é o caso de Lopes de Mendonça, famoso jornalista, um dos primeiros tradutores de Dumas quando tinha apenas quatorze anos, que publicou em 1846, com vinte, alguns capítulos de *Memórias de um Doido*, em volume de 1849, significativamente com o subtítulo *Romance Contemporâneo*, e onde a transferência da análise psicológica e sociológica de Balzac, do *Chatterton* de Vigny e o interesse pelo submundo à Sue, junto com o ambiente urbano e outros elementos de Sand ou Musset (embora com importantes reminiscências ultrarromânticas) é notável, matéria que os primeiros românticos ignoram ou desdenham (Saraiva/Lopes, 1996: 753). O à época famoso folhetaísta da *Revolução de Setembro* e um dos primeiros difusores das ideias de Fourier, Saint-Simon e Proudhon, ligadas ao romance social em meio do ambiente desfavorável que se instaurava com a reconversão para o regeneracionismo de antigas figuras da esquerda portuguesa, não conhecerá um grande sucesso e já tinha colocado uma venda antes da ferida afirmando no prólogo da obra que nem o público estava preparado para as referidas transferências nem o ambiente lisboeta estava pronto para um denso romance urbano.

Na linha de Mendonça e com resultados semelhantes está outro famoso escritor de folhetins, Júlio César Machado, continuador de Lopes de Mendonça em *A Revolução de Setembro*, que publicou *Cláudio* (1853) aos dezassete anos e *A Vida em Lisboa* aos vinte e dous. Antes disso, publicou o seu primeiro conto no *A Semana*, por intermédio de Camilo, que, avancemos, por sua vez e após uma primeira linha de romance predominantemente de truculência e mistério, firmou-se como um autor dúctil, mesclando o costumbrismo, o romance apaixonado e um certo balzaquianismo na abordagem da vida quotidiana em doses que lhe foram mui frutíferas. Mui revelador do panorama *novelístico* português da época é a saudação no jornal *O Português* à primeira parte de *Vida em Lisboa* como acontecimento num meio literário concorrido, disse o cronista, por “versões em que duas línguas são sacrificadas – aquela de que traduzem e esta para que traduzem” e onde se lhe chamava “o primeiro romance de Lisboa”, dado que nas *Memórias* “não há tipo que seja nosso”, e nos romances de Camilo só “costumes, cenas e caracteres do Porto e das províncias”. Em todo o caso, Machado foi criticado por “poucos conhecimentos literários e muita negligência de estilo”, bem como a introdução de termos estrangeiros não por ser indecoroso mas por não serem portugueses, recomendando-lhe “maior sabor português” e tomando exemplo “na leitura dos nossos clássicos” (citado por Simões, 1987: 372). Machado responderá a isso indicando que essa introdução se deu pelo seu desejo de ampliar os limites do romance incorporando a linguagem da rua.

Os casos supracitados serão, sem dúvida, um ensinamento fundamental para Camilo, que aproveitará o importante espaço que aparecia no sistema literário português dos anos cinquenta. Como também o será o facto de que as obras de intriga e aventura praticadas por Kock sejam, talvez, as mais lidas e que a literatura gótica e, dentro dela, a linha ‘social’ de Sue, triunfavam nos primeiros anos cinquenta entre o público. Assim, aquela linha aberta por *Frei Paulo* continuaria com os *Mistérios de Lisboa* do extremamente popular

Alfredo Hogan (1851) e os de Camilo (1854), entre outros. Por seu lado, o melodrama português começará a declinar nesta década, face à forte concorrência de dramas de atualidade, traduções francesas, espetáculos dramático-musicais e outras atividades de lazer mais procuradas pela burguesia. Menos terreno é cedido pelo drama histórico num processo paralelo ao do romance, conhecendo também a sua paródia em obras como os célebres *Fígados de Tigre* de Gomes de Amorim em 1857 e o camiliano *Morgado de Fafe em Lisboa* em 1860, e, como sublinha Stegano Picchio, convergindo com o o de caracteres ou costumes (1969: 262 e ss.). No que diz respeito às obras ‘de atualidade’, talvez, ao lado de Gomes de Amorim, seja Mendes Leal, escritor perfeitamente característico da busca de posições centrais através da incorporação de novos repertórios, um dos primeiros a empreender o novo caminho no teatro português, seguindo os modelos de Soulié e Sue, com *Os Homens de Mármore*, em 1854 e uma sucessão de obras de êxito (Sousa, 1979: 46). Amores impossíveis ou amores dificultados por diferenças de classe ou económicas são comuns nesse tipo de obras, que não abandonam elementos góticos, principalmente nos seus primórdios, e que passam a incorporar a crítica social (ao *brasileiro*, por exemplo). O principal mentor e autor do teatro de teses que tomou forma no sistema português a partir do final da década de cinquenta é Ernesto Biester, apologista dos “costumes contemporâneos” e do “realismo”, que incorpora no seu drama os problemas dos trabalhadores, embora com sentimentalismo, certo *pathos* e muito idealismo, o que leva Saraiva e Lopes (1996: 765) a afirmar: “puderam ser equivocadamente incluídos dentro de esse indeciso drama da actualidade, desde os consagrados por outros géneros literários”.

As influências francesas de Dumas Filho, Scribe, Augier, Sandeau, Feuillet e outros baralham-se, adaptando-se também a baixo nível concepcional determinado pelo nível do nosso desenvolvimento mental. Por isso, além dos dramaturgos nomeados, muitos outros, de méritos não superiores, “puderam ser equivocadamente incluídos

dentro de esse indeciso drama da actualidade, desde os consagrados por outros géneros literários” Camilo, António de Serpa, Palmeirim, Andrade Corvo, Costa Cascais, etc, até aos que, como César de Lacerda, Alfredo Hogan, Azevedo e Silva, João de Almeida, Luís de Araújo, Sousa Bastos, tiveram os seus dias de glória fazendo representar no Nacional ou no Ginásio as suas peçazinhas moralizantes, que pregavam, a um operariado certamente ausente, as virtudes da família, da religião e da harmonia social. Figura o cmo glória final da época que nos ocupa, *Os Lazaristas* (1875), peça antijesuíta de António Enes, que provocou polémica e extremas reacções, públicas e oficiais.

Mas, como já foi dito, nem o drama nem o romance “de actualidade” fizeram desaparecer dos seus ingredientes o elemento tremendista ou, muito menos, passional, nem a sua irrupção (juntamente com outros menos fortes, como a pioneira novela ‘rústica’ e semi-histórica *O Pároco de Aldeia* de Herculano em 1851) significa a rejeição do material histórico por parte do público. Mui polo contrário, na década de 1850 ele experimentou um auge importante e, na realidade, não iria desaparecer do gosto dos leitores até a investida do Realismo/Naturalismo, como atesta o sucesso de Rebelo da Silva e o também seguidor de Herculano, João de Andrade Corvo, *Um ano na Corte*, (1850-51), quatro volumes “com muita cor local, atenção ao quotidiano, intriga e documentação, um Dumas com vislumbres de Balzac” (Simões, 1987: 326). Outros autores de sucesso são na época Arnaldo Gama, do Porto, que publicou *O Génio do Mal*, (1856-57), uma improvável e fantasiosa “história folhetinesca à Eugène Sue”, como sintetizam Saraiva e Lopes (1996: 741), sem desdenhar um du Terrail, como Simões (1987: 317) especifica e Coelho Lousada (1828-1859), um dos mais famosos romancistas históricos portuenses da época, com similares aos de Garrett, Camilo e Gama, que em trabalhos futuros incorporará nos seus romances importantes materiais históricos de ‘intervenção social’ constata. Por seu lado, a aproximação do romance histórico ao “de actualidade” terá lugar em obras como *O prato de*

arroz doce (1862) de Teixeira de Vasconcelos, sobre as revoltas de 1846-7, ou com o importante sucesso editorial de *Mário* (1868) de Silva Gaio, sobre as lutas liberais (dous temas caros a Camilo): as guerras recentes faziam parte do passado e na década de cinquenta as invasões francesas já se tornaram um assunto ficcional.

Já na década de 60, sinais de uma nova orientação são visíveis na produção romanesca, dominada por Camilo, na sua atenção ao presente e na sua luta contra o repertório ultrarromântico, tendo na simplicidade (da linguagem ao enredo) uma das suas principais características; exemplo disso é *Os Contos do Tio Joaquim*, que Rodrigo Paganino dá a conhecer no início da década, cujo sucesso será saudado por Júlio Dinis, pseudónimo de um jovem médico de províncias, que, declarando-se influenciado por ele, vai prolongar essa atenção ao mundo rural, com elementos balzacenses e dickensianos nas suas colaborações jornalísticas reunidas em *Serões de Província*.

Enquanto isso, durante esses anos, surgem tomadas de posição de setores que não aceitam a distribuição que os dominadores do campo determinam. Em 1865, num clima político de pactos e crítica à corrupção, eclode a “Questão Coimbrã”, polémica levantada em resposta ao prólogo de Castilho a um livro do jovem ultrarromântico Pinheiro Chagas por Antero de Quental, que conta com o apoio de jovens intelectuais (entre eles Teófilo Braga, que concorreu e perdeu para Chagas uma vaga de professor no Curso Superior de Letras, ao qual acederá em 1871, ano em que Chagas foi eleito deputado pelo Partido Regenerador), que criticam o que consideram ser o vazio convencionalismo e a ausência de valores éticos da produção do momento, focando as suas críticas no *mandarinato* de Castilho e os seus defensores e na intervenção de alguns dos mais destacados escritores da época: da Europa sopram novos ventos ideológicos e culturais. Há algo disso na obra de Dinis, cujo primeiro romance de 1866, o folhetim *As Pupilas do Senhor Reitor*, (em que se deteta a presença dos primeiros realistas ingleses: – Richarson e Goldsmith, mas não Austen, já circulavam em traduções-), rural, assim como

Herculano e Paganino, de estrita atualidade e observacional, que censura o “folhetinesco”, com forte vocação para a simplicidade no estilo e configuração dos diálogos, foi um sucesso estrondoso, sendo considerado por Herculano o primeiro romance do século. A obra de Dinis constitui também uma clara oposição à de Camilo: face ao intervencionismo e às digressões camilianas, pratica uma contenção que implica uma maior presença das personagens sem a mediação do narrador e um tratamento do quotidiano onde, segundo Sampaio Bruno, reside o seu sucesso, ao passar o público de espetador a ator (Bruno, 1886: 117); entre estas não aparecem, em geral, as personagens perversas de Camilo e nas suas obras, cuja diegese incide sobre o período regeneracionista, destaca-se um certo idealismo burguês liberal, pedagógico, moralista e otimista, com algumas críticas à corrupção política ou a setores clericais, filantropia que Bruno viu ligada a Dickens (1886: 114). Em 1867 publica a sua balzaquiana *Uma família inglesa. Cenas da Vida do Porto* com uma reconstrução ambiental inexistente no romance português contemporâneo. Em 1868 saiu *A Morgadinha dos Canaviais* em que aborda as consequências da modernização material que o país vive. Mas o chamado “romancista de famílias”, reconhecido por grande parte dos críticos influentes primeiro como uma jovem promessa, depois como uma realidade promissora, morreu em 1871, aos trinta e um anos, deixando a porta aberta para o novo romance. “Júlio Dinis viveu de leve, escreveu de leve, morreu de leve”, dirá Eça sobre ele. O seu dickensiano *Os Fidalgos da Casa Mourisca* já é póstumo.

Se a obra de Dinis representava alguma inovação no campo, ela ia ser essencialmente alterada pela importação de produção literária, romances realistas, ou pelas novas correntes francesas na poesia e, sobretudo, pela ação programática das elites portuguesas em prol da “Ideia Nova”, que gradualmente modificarão as hierarquias do campo. Alguns dos participantes na polémica de Coimbra, juntamente com outros intelectuais, como Eça (e até algum aliado de Castilho na Questão Coimbrã, como o conhecido crítico Ramalho Ortigão),

organizam um conjunto de “Conferências Democráticas” em Lisboa, à luz, em geral, do socialismo e do positivismo, e mesmo em alguns casos do republicanismo em matéria de regime político. Agora não só já definiram o adversário, como também detalharam o seu programa. Eça fala do realismo na arte como alavanca de transformação social no início de uma campanha em que não faltará o ataque, visivelmente anticamiliano, ao ultrarromantismo, por exemplo em publicações como *As Farpas*, uma “crónica mensal” escrita por Eça e Ramalho. Este é um período de forte confronto, em que o referido Manuel Joaquim Pinheiro Chagas se destaca sistematicamente na vertente ultrarromântica (acusando o realismo/naturalismo de imoral e pornográfico) que já gozava, como folhetinista (a sua presença na imprensa era abundante), poeta, orador e escritor dramático de fama considerável. O seu drama histórico *A Morgadinha de Valflor* (1869) esteve em cartaz durante vários anos “combinando sentimentalismo ultra-romântico, umas tintas de pretense ambiente do século XVIII e a exaltação, à Júlio Dinis dos valores da tradição rural” (Saraiva/Lopes, 1996: 957), em plena carreira ascendente, com repertório semelhante ao praticado por Camilo nos romances, e de cuja seleção de géneros (embora ambos praticassem os preferentes no outro) uma distribuição deliberada pode ser deduzida (ao menos por parte de Chagas).

A peculiar “adaptação” que Castilho, visconde desde 1870 polos seus serviços às “letras pátrias”, fará em 1872 de *Fausto* vai provocar uma nova polémica explorada polos seus detratores com livros contundentes como a coletânea de Joaquim de Vasconcelos *O fausto (sic) de Castilho julgado pelo elogio-mútuo*. Em 1875, surge a propagadora das novas ideias *Revista Ocidental* de Batalha Reis e Antero de Quental e as primeiras manifestações da nova narrativa realista aparecem em obras como *O crime do Padre Amaro* de Eça, que a crítica literária realista paralela acolheu com proclamações de modernidade e pioneirismo, e as *Comédias do Campo* de Bento Moreno (pseudónimo de Teixeira de Queirós), editadas com a ajuda de Camilo. A nova literatura é combatida polos seus adversários

como imoral, antipatriótica, política, cansativa, digressiva, '(pseudo-)cientista' e também como corruptora da língua portuguesa, mas junto com as importações de autores como Flaubert, Zola e outros acabará constituindo um público cada vez maior (em 1878 a editora Chardron publicou *O Primo Basílio* de Eça, imprimindo o número pouco frequente de 3.000 exemplares que se vendem rapidamente) que obrigou autores consagrados como Camilo a incorporar elementos realistas para satisfazer novos gostos. Para isso contribuem revistas como a portuense *O Positivismo* de Teófilo Braga, a *Era Nova* e a *Revista de Estudos Livres* ou celebrações cívicas promovidas por republicanos como Teófilo como o tricentenário de Camões em 1880, à imitação das de Voltaire e Rousseau (1878) em França e Petrarca (1879) na Itália, o que certamente revela, como indica Fernando Catroga, “que, dentro do ‘poder espiritual’ dos intelectuais, a formação mais reveladora (e sagrada) cabia à literatura, o que prolonga o entendimento romântico da função do escritor, visto como o mediador privilegiado das relações entre a sociedade e o invisível” (1993: 604), e que esta linha recuperou um vetor intervencionista principal, agora ao serviço das novas ideias dos seus promotores. O panorama nos anos oitenta será de triunfo gradual do realismo e da nova estética sobre o romantismo. Um levantamento literário relativamente fidedigno realizado pelo *O Imparcial* de Coimbra em 1884 indica-o: Camilo está em primeiro lugar e Pinheiro Chagas, Ministro da Marinha, em segundo lugar, mas são seguidos por um grande número de escritores, todos referenciados na “Ideia Nova”: Latino Coelho, Eça, Ramalho, Braga, Oliveira Martins e Junqueiro; António da Costa, João de Deus, Tomás Ribeiro, Antero de Quental, J. S. Mendes Leal, o Visconde de Benalcanflor e Consiglieri Pedroso completam a lista dos mais votados. A década, e até à chegada do neorromantismo finissecular, será dominada por autores da chamada “Geração de 70” e de jovens como Fialho de Almeida, com o seu particular realismo-naturalismo como o repertório mais prestigiado. O declínio físico e produtivo de

Camilo nos seus últimos anos aparece como um sinal inequívoco da perda do lugar central do (ultra-)romântico e dos seus praticantes.

Por fim, como termómetro para saber quais eram os gostos dominantes nos leitores da pequena e média burguesia nos anos em torno de *A Brasileira de Prazins (ABP)* [1879-1882] julgo oportuno fazer uma breve referência à obra emblemática até então, do emblemático autor do realismo português *O Primo Basílio*, “episódio doméstico” de Eça de Queirós, que visa, entre outras cousas, caraterizar e ridicularizar aqueles gostos e aquelas classes, talvez o principal elemento de referência realista-naturalista de Camilo na sua *ABP*.

Os protagonistas da narração, juntamente com o primo Basílio, são o casal formado por Jorge e Luísa. Ele, engenheiro de minas, ex-aluno do Politécnico, filho de um antigo empregado do Ministério das Finanças, e de uma mãe religiosa dedicada aos afazeres domésticos, austero com algum envolvimento na juventude com uma costureira, que achava “romanesca, e censurava-lho”, é-nos apresentado assim:

(...) Elle, nunca fôra sentimental: os seus condiscipulos, que liam Alfredo de Musset, suspirando e desejavam ter amado Margarita Gautier, chamavam-lhe de *proseirão*, *burguez*; Jorge ria; não lhe faltava um botão nas camisas, estava muito escarolado, admirava Luiz Figuiet, Bastiat e Castillo, tinha horror a dividas e sentia-se feliz (8).

E de imediato, mostra-nos Luísa, a sua mulher de vinte e cinco anos, ociosa e quase inteiramente devotada ao consumo da literatura romântica, retomando uma leitura:

Era *A Dama das Camélias*. Lia muitos romances; tinha uma assignatura, na Baixa, ao mez. Em solteira, aos 18 annos, ella estava entusiasmáda-se por Walter Scott e pela Escócia; desejára então viver n'um d'aquelles castellos escocezes que teem sobre as ogivas os braços do *clan*, mobilados com arcos gothicos e

tropheus d'armas, forrados de largas tapeçarias, onde estão bordadas legendas heroicas, que o vento do lago agita e faz viver; e amára Ervandálo, Morton e Ivanhoé, ternos e graves, tendo sobre o gorro a penna d'aguia, presa ao lado pelo cardo d'Escócia d'esmeraldas e diamantes. Mas agora era o *moderno* que a captivava, Paris, as suas mobílias, as suas sentimentalidades. Ria-se dos trovadores, exaltára-se por Mr. de Camors; e os homens ideaes appareciam-lhe de gravata branca, nas ombreiras das salas de baile, com um magnetismo no olhar, devorados de paixão, tendo palavras sublimes. Havia uma semana que se interessava por Margarida Gautier: o seu amor infeliz dava-lhe uma melancolia ennevoada; via-a alta e magra, com o seu longo chale de cachemira, os olhos negros cheios de avidez da paixão e dos ardores da tísica; nos nomes mesmo do livro – Julia Duprat, Armando, Prudencia, achava o sabor poético d'uma vida intensamente amorosa; e todo aquelle destino se agitava, como n'uma música triste, com ceias, noites delirantes, afflicções de dinheiro, e dias de melancolia no fundo d'um coupé, quando nas avenidas do Bois, sob um céu pardo e elegante, silenciosamente cahem as primeiras neves..

– Até logo, Zizi – gritou Jorge do corredor, ao sahir. (...)

– Ah! Não! Era para ires pelo livreiro, que me mande mais romances... Mas está fechado!

Foi com duas lágrimas a tremer-lhe nas palpebras que acabou as páginas da *Dama das Camélias*. E estendida na *voltaire*, com o livro cahido no regaço, fazendo recuar a pellicula das unhas, pôz-se a cantar baixinho, com ternura, a aria final da Traviata

Relembrando o namoro da juventude com Basílio, a narradora relata como a melancólica jovem sentava-se ao piano, “ao entardecer, cantando com Soares de Passos: “Ai! Adeus, acabaram-se os dias/Que ditoso vivi a teu lado”” (19).

A jovem Luísa lê *Mr. De Camors* (1867) de Feuillet, seguidor de Musset e Scribe, tendo como temas e valores o sentimento de honra

e religião; em seu devaneio romântico, pensando em Basílio, evoca Graziela (p. 85), protagonista do romance homónimo de Lamartine, modelo de adolescente sentimental que vive o seu primeiro amor; preparando ‘O Paraíso’, o seu ponto de encontro com Basílio, Luísa relembra um romance de Féval em que o herói, poeta e duque decora profusamente uma humilde cabana; e dá asas à imaginação tocando fragmentos de *Lúcia de Lammermoor* (1835), cujo libreto, lembramos, é baseado em *A noiva de Lammermoor*, de Scott, e *Sonâmbula* (1831), de Bellini, com libreto baseado na obra de Scribe para o balé-pantomima de Jean-Pierre Aumer *La Somnambule ou l’Arrivée d’un nouveau seigneur*. Entretanto, o tio de Sebastião “velho exquisito, com um olhar de doido”, “passa o dia relendo *Eurico*” (154) e o já maduro, convencional, vazio e artificial Conselheiro Acácio, que ocupara cargos relevantes na administração do Estado, fala continuamente de “o nosso Garrett, o nosso Herculano” (45), e mui raramente atravessa a fronteira do próprio, exceto para referir a entrada de Lisboa como um espetáculo “digno da penna d’um Garrett ou d’um Lamartine” (135) e D. Felicidade de Noronha, uma senhora de cinquenta anos apaixonada por Acácio, atreve-se com as aventuras de *Rocambole*, de que tanto lhe falaram mas se perde no emaranhado da trama. Claramente romântico é o literato Ernestinho como o será o Alencar de *Os Maias*, personagem em que os contemporâneos viram a transcrição do poeta Bulhão Pato.

Caraterísticas destes gostos diferentes dentro de uma mesma esfera social são os encontros de Jorge, Luísa e o seu círculo. O delicado Ernestinho, semanas antes da estreia no Teatro da Rua dos Condes do seu *dramão Honra e Paixão*, diz a Julião que “já lhe não chamavam senão o *Dumas filbo português*”; “Não conheço esse author”, intervirá o Conselheiro Acácio, “posto que me pareça, pelo nome, ser filho do escriptor que se tornou famoso pelos *Tres Mosqueteiros* e outras obras de imaginação!...” (396), completará. E quando Ernestinho quer sublinhar o seu triunfo artístico, indica que “O Bastos, da Verdade” tinha afirmado “és o nosso Scribe!”.

Eça pretende retratar os gostos dominantes (e na sua opinião perversos) da sua sociedade contemporânea e por isso a literatura romântica é um instrumento caracterizante e satírico das personagens, uma das causas da degradação social que critica. Apenas numa ocasião um autor estranho a esse corpus é citado de forma característica, justamente para definir o aproveitador e egoísta Basílio, um homem já ‘do mundo’ com residência temporária em Paris, que lê o significativo *La Femme de feu*, de 1872 de Adolphe Belot, romancista e dramaturgo francês de sucesso, amigo de Zola, naturalista que nutria os seus romances sentimentais com temas escandalosos e com não poucos materiais que provocavam a moral burguesa, “uma novidade”, diria Basílio a Luísa.

A trajectória de Camilo no sistema literário português

Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco, Camilo para a história literária portuguesa, nasceu em 16 de Março de 1825 em Lisboa, embora sempre acreditou ter nascido em 1826. Filho natural, sua mãe, publicamente desconhecida, morreu em 1827 e o seu pai quando a criança tem dez anos e a sua irmã Carolina catorze. Nesse ano os dous irmãos são enviados pelo conselho de família para Vila Real, uma capital das províncias do norte, sob os cuidados da tia Rita Emília. Aos catorze anos, ele irá morar com a irmã quando ela se casar com um estudante de medicina numa pequena vila próxima onde o seu cunhado exercerá a sua profissão. Ele recebeu formação clássica e católica de um padre, irmão do seu cunhado. Dous anos depois, trabalha como auxiliar administrativo noutra local da região onde aprimora a sua formação com outro padre, casa-se com Joaquina Pereira de França e tem uma filha, Rosa, a quem abandona, segundo diz, pola perseguição desencadeada por uma sátira que dirigira a um fidalgo da região; desloca-se para Lisboa numa tentativa frustrada de recolher a parte legítima da sua herança, que nunca obterá na sua totalidade, parte da qual é disputada pola sua tia. Em 1843 fez

exames no Porto para ingressar na Escola Médico-Cirúrgica, instituição acessível à sua condição económica e sociocultural.

Até aqui, os episódios conhecidos da sua vida são confusos, mas a partir de agora vão dar origem à lenda: por exemplo, dos seus escritos (de que nunca se sabe o que é verdade e o que é inventado) pode-se deduzir que em este ano foge para Lisboa com uma amante, Maria do Adro, cujo corpo mais tarde exumará juntamente com um médico, o que será deduzido da sua obra *Duas Horas de Leitura*. O certo é que prosseguiu os estudos na Faculdade de Medicina mas reprovou no segundo ano: a sua primeira estada no Porto parecia mais dedicada ao mundo boémio dos jovens *dandys* ou *leões* românticos subversivos da moral burguesa, tornando-se poeta: em 1845 publica o seu primeiro texto, *Os Pundonores Desagravados*, poema heróico-cómico de dez páginas, publicado anonimamente às suas expensas, que incluirá na sátira antirreligiosa *Juizo Final e o sonho do inferno*, primeira obra que assina. Faz amigos *literários*, geralmente pertencentes ou relacionados com setores da burguesia e aristocracia portuenses, que lhe abrirão as portas de salões, tertúlias e editoras.

E também acede ao universo da literatura romântica estrangeira e portuguesa: Scott, Radcliffe, Goethe, Ayguals e sobretudo o romance francês (de D'Arlincourt, Dumas, Hugo, Lebrun, Sue, etc., depois Sand, Balzac ou Musset). Segundo o seu primeiro exaustivo biógrafo Vieira de Castro (ou melhor, Camilo conta ao seu biógrafo que), em 1845 tinha começado alguns *Mistérios de Coimbra*, e anos mais tarde afirmará que nessa altura iniciou um romance histórico, que, em todos os casos, se encaixa na moda da época. Parece que em 1845-46 passou algum tempo em Coimbra, segundo ele inscrito na prestigiada licenciatura em Direito (cujo título dava acesso a altos cargos na Administração do Estado), o que será confirmado por uma carta lisonjeira (in Martha, 1918: 19-21) dirigida a Herculano em 1846 tratando do seu “lícito desejo de fazer algum vulto nas letras, se bem que incompatível com as minhas circunstâncias” e em que, impedido de continuar os seus estudos devido à morte de

seu benfeitor (impedimento fictício; o pagamento anual das suas obrigações sucessórias garantia-lhe meios suficientes), pediu ao historiador uma entrevista em Lisboa para pedir a sua ajuda: dirigia-se a uma figura que se fez a si mesmo, imagem e espelho do intelectual independente e presumivelmente disposto a entender as vicissitudes de um jovem talentoso (como já fizera com outros). O documento define um certo perfil de fatalidade que Camilo usará ao longo da sua vida profissional contra os seus inimigos e não poucos amigos, buscando diversos efeitos.

A julgar pelos seus testemunhos, este ano alista-se na guerrilha de Mac Donnell, o general escocês que luta pela causa de D. Miguel durante a revolta de Maria da Fonte. A. Cabral (1989: 219) coloca-o, no entanto, a viver conjugalmente no Porto com a jovem de Vila Real Patrícia Emília de Barros, com quem fugiu e com quem acaba na prisão do Porto em outubro (onde, ao que parece, se apresenta como uma pessoa solteira) acusados pelo seu tio de roubo, um pretexto para impedir a sua união.

Neste mesmo 1846 iniciou a sua colaboração nos jornais do Porto, estreou-se como dramaturgo em Vila Real com o seu *Agostinho de Ceuta*, drama histórico com eco de Herculano; e possivelmente a incompleta e anónima *Lágrimas para quatro vítimas do despotismo*, romance de atualidade nos moldes do francês, publicado por *O Nacional*, jornal de oposição ao governo de Costa Cabral onde é recebido pelo seu rico e progressista proprietário Gonçalves Basto, seja da sua autoria.

Joaquina morre naquele ano, aparentemente sem que Camilo soubesse do facto. Após a guerra civil, segundo alguns, Camilo deixou a guerrilha e refugiou-se na casa da irmã, sendo nomeado amanuense do Governo Civil de Vila Real. Em março morre Rosa e em junho nasce Amélia, fruto do seu relacionamento com Patrícia Emília. Enquanto isso, publica no *Eco Popular* “A Última Vitória de um Conquistador”, amores contrariados e crimes envernizados de moralismo. No final de 1848, conta que, fugindo das ameaças e

agressões sofridas pelas suas críticas ao governador civil, se instalou no Porto, onde se relacionava com o padre liberal Alves Martins, diretor de *O Nacional* e outros intelectuais influentes. Publica textos satíricos sobre episódios urbanos e, a partir de um macabro matricídio ocorrido em Lisboa e também anonimamente, *Maria! Não Me Mates que sou tua mãe*, uma história macabra nos moldes da literatura de cordel e da notícia sensacionalista que se vendia nas ruas das cidades portuguesas. O sucesso foi enorme, Camilo ganhou o seu bom dinheiro e até imitadores surgiram, por que acabaria reivindicando a sua autoria assinando a quarta edição de 1852. Em fascículos publicou o seu episódio incompleto *Um episódio de Alcácer-Quibir*, romance em que o vestígio de Herculano e o uso intervencionista do passado que ele e Garrett praticavam ficam patentes e começa a fazer crítica teatral, o que aumenta a sua familiaridade com os ambientes da burguesia portuense. Nesse ano publica, a expensas próprias, através de assinaturas, *O Marquês de Torres Novas*, um “drama em cinco actos e um prólogo” de sabor gótico, acolhido como obra mais madura do que a sua primeira tentativa, e a brochura de propaganda anticabralista, bem como vários dos artigos que por esta altura publicou, *O Caleche*, de autoria duvidosa embora a sua última parte *O Último Ano de um Valido*, tenha sido camiliana.

Desde fevereiro de 1850 encontra-se em Lisboa, como redator de *A Semana*, talvez por mediação de Herculano, colaborador da mesma, embora a sua amizade com o fundador e diretor da revista – o diplomata e poeta miguelista João de Lemos – e com outros colaboradores de *A Nação* não pareçam alheias: as amizades juvenis davam frutos. No seu folhetim aparecem os primeiros capítulos de *Anáthema*, até a sua suspensão por motivos desconhecidos, o que não era incomum, seja por falta de acordo entre editor e autor, seja por impossibilidade deste último de entregar os textos a tempo, ou por simples reclamo de publicidade ou desinteresse (do público) daquele, por exemplo. Esses capítulos saíram em separata nesse mesmo ano e alguns foram reproduzidos nos primeiros números do legitimista portuense

O Portugal, colaborado ativamente neste e no ano seguinte por um Camilo que se move em meios miguelistas.

Além disso e anonimamente, publica uma comédia pouco inovadora, *O Lobisomem*, nutrida por reproduções de costumes e falas rurais, e intervém com *O Clero e o Senhor Alexandre Herculano* na polémica que o texto do historiador *Eu e o Clero* suscitara. Herculano, que ou não recebeu ou parece não se lembrar da carta do jovem, contempla a intervenção de Camilo, que pretende defender o historiador (e, talvez, fazer-lhe um favor), com indiferença condescendente, augurando-lhe, com estudo, um futuro de escritor passável. De volta ao Porto, matriculou-se no Seminário, segundo alguns biógrafos para pôr fim à sua intensa vida amorosa e social, que se prolongou pela relação simultânea que mantinha com a proprietária da casa de hóspedes onde vive, Eufrásia Carlota de Sá, e com a freira Isabel C. Vaz Mourão. E começaram na imprensa acres polémicas, muitas vezes desabridas, de grande violência verbal e até física, que, se eram comuns na época, tornaram-se quase um costume e uma estratégia que buscava tornar-se temível *auctoritas*, publicar e vender os seus produtos.

Aos vinte e cinco anos, o escritor Camilo já fizera praticamente de tudo; publicou nos mais variados meios jornalísticos (a cuja determinação não escapa nenhum escritor que pretenda reconhecimento), começando a ser conhecido e a ganhar o ressentimento de grandes setores da burguesia portuense que por ele foram atacados mais do que uma vez. A sua biografia convulsiva, temperada de dandismo e amoralidade e insinuando uma vida de infortúnios e fatalismos alimentados por ele, também é mais famosa a cada passo, completando uma figura quase paradigmática da ascensão romântica do intelectual que confronta com o seu capital cultural o capital económico da classe dominante.

Coincidindo com o início do Regeneracionismo, Camilo, que deixará definitivamente o Seminário, vê o seu *Anátema* completo em volume, meio que poderia trazer algum prestígio ao incipiente folhetinista, apesar de uma indústria editorial mais propícia à tradução

de peças estrangeiras precedida pelo halo de sucesso e prestígio do parisiense. *Anátema* apresenta como verdadeiros alguns amores trágicos que terminam no suicídio do amante sequestrado por um padre vingativo cuja mãe fora estuprada pelo pai da menina. Há outras intrigas secundárias, com suicídios, assassinatos, seduções, vinganças, filhos ilegítimos, anagnórises, coincidências, com algum medievalismo lendário tão em voga entre os seus colegas, pequenas doses de “religião do amor” e críticas à burguesia, tudo contido numa estrutura folhetesca, de suspense a cada fascículo. Fica evidente a presença do romance francês do mundo aterrorizante e fantástico e da tendência melodramática, como material construtivo e como referência explícita em relação ao leitor, respondendo aos gostos majoritários da época. Mas aparecem marcas singulares no repertório camiliano que, diga-se de passagem, estarão, independentemente da posologia, presentes em quase todos os seus romances: a atenção aos elementos que podem cunhar os seus erudição, classicismo e a vernacularidade da sua obra, um dos caminhos expeditos para concorrer com obras estrangeiras; também àqueles que podem garantir a simpatia de amplos setores do público, como a variedade de modalidades com que se relaciona com os seus leitores na linha de *Viagens na Minha terra*, adotando uma posição suprarromântica, que dá prova de suposto domínio da literatura, que conhece os gostos e repertórios (ultra) românticos centrais, compartilha-os com seu público e utiliza-os de acordo com o que melhor lhe convém em determinado momento, muitas vezes expresso de forma ambígua. A distância proporcionada pela ironia, com o seu potencial (auto)paródico, é compensada por desabafos líricos, dramáticos, apaixonados, nos quais o autor mostraria o seu coração, às vezes na mesma sequência. A chamada ironia romântica, que integra o hibridismo e a ambiguidade entre os seus principais dispositivos, até mesmo sobre o próprio estatuto da ficção, é o principal instrumento da obra camiliana desde as suas origens, conetando-se com a contradição entre o estatuto do (idealista

e altruísta) escritor romântico e os seus interesses socioeconómicos e/ou culturais.

Toda esta estratégia, que lhe permite competir com escritores estrangeiros (tornando-os também objeto da sua paródia ou aludindo às obras daqueles com quem se equipara como *par*: Hugo, Lamartine, Sue ou Dumas) também facilitará que o faça com os nacionais e, em algumas ocasiões, introduza as suas próprias concepções do romance. O facto de muitas das suas obras serem publicadas anteriormente em folhetins permitirá que conheça as reações dos seus leitores e, com base nelas, aprimore os seus objetivos.

De todos os elementos à Sue que incorporou, deixou de lado o mais comprometedor para atingir um público maior: a crítica social e política, que teria sido influenciada pelas frustradas experiências *realistas* de Lopes de Mendonça. Ele conhece, portanto, a lógica do campo para atingir os seus objetivos: popularizar, vender, ganhar dinheiro (a *Anátema* já é relativamente bem recebida) e, ao mesmo tempo, obter a sanção das instâncias que legitimavam especificamente a atividade no campo intelectual.

Mesmo publicando, e muito, sobretudo poesia, o que não parece é estar determinado a fazer do jornalismo e da produção literária a sua profissão. Às suas frustradas intenções de obter um diploma clássico ou técnico-científico, acrescentou o de professor como padre, que, se obedecia a uma vocação sincera, ainda era uma fonte segura de renda, uma saída não rara para elementos das classes médias e médio-baixas num campo dominado por intelectuais universitários ou de nível técnico-científico superior. Ele fez um nome para si mesmo, embora não o suficiente para atrair interesse pelas suas produções, e muito menos se elas se desviam dos gostos dominantes. Em 1852 co-funda *O Cristianismo*, “semanário religioso” (que vai abandonar por divergências ideológicas e como rejeição à censura de alguns leitores que se queria impor ao seu “conto moral” interrompido *O Temor de Deus*) e participa noutros com poesia (no *O Bardo*, por exemplo), traduções, narrativas, polémicas, algumas com jornais ou

pessoas com quem mantinha um bom relacionamento. Ele também anuncia a versão poética dos 150 salmos de David em 1852, mas não consegue um número suficiente de assinantes (Guedes, 1987: 157).

Após novos empreendimentos económicos, polémicas e colaborações, completa o seu salário com a redação do *A Cruz*, que também abandonará e onde também não está concluída a publicação de *O Temor de Deus*, e com os seus *Mistérios de Lisboa*, folhetim de *O Nacional*, desde Março de 1853 a janeiro de 1855, publicado em três volumes editados datados de 1854: é evidente o decalque sobre tantos *Mistérios* que circulavam, começando naturalmente polos de *Paris*, de Sue. Camilo cria e responde a uma oportunidade de mercado ao mesmo tempo: Portugal (em Lisboa) já tinha os seus *mistérios vernaculares*. Eles farão muito sucesso. Neles, Camilo reitera quase exatamente a estratégia repertorial do *Anátema*, recriando os ambientes mais tópicos dos romances de atualidade e dos de terror na moda (e, menos, do medievalismo) que servem até para caracterizar as personagens, cuja cosmovisão está moldada de alguma forma por essas leituras. Na obra, ele também anuncia a continuação com *O Livro Negro do padre Dinis*: Camilo vive da engrenagem editorial em que entrou, o que significa que deve dedicar a sua atividade a ela e que o romance é um género que lhe dá algum dinheiro e permite-lhe obter contratos. Essa engrenagem também motiva o aparecimento (por exemplo balzaquiano) de personagens em diferentes romances, por vezes constituindo séries ficcionais. Mas o peso principal ainda está do lado do romance negro, gótico, de aventura, estilo Radcliffe, costurado aos elementos melodramáticos já presentes em Nodier, Pixérécourt, Soulié, Féval, que triunfará definitivamente com Sue e Hugo.

Camilo tem trinta anos; a maioria dos pares da sua geração está toda bem situada ou em vias de o estar, nenhum sujeito à instabilidade do emprego irregular como o jornalismo, que até então era geralmente considerado complementar a outro emprego estável ou, dito de outra forma, para alguns, flertes de juventude boémia. Sem habilitações

acadêmicas ou capital social para mobilizar e longe dos compromissos políticos (também jornalísticos) que lhe pudessem garantir um cargo na administração do Estado, a sua posição é claramente subordinada. Resta-lhe recorrer a um empresário jornalístico ou editor e navegar entre a literatura *industrial* e *literária* ou procurar outro meio de vida: em 1853 pensa em emigrar e apresenta a sua candidatura a comandante da guarda aduaneira; não consegue o cargo: não deve haver muitos patrocinadores ligados ao ambiente burguês do Porto que estejam dispostos a apoiá-lo. Ele entrega a educação da filha, que morava com a mãe em Vila Real, à freira Vaz Mourão. E continua a publicar muito, por vezes às suas expensas, como é o caso da coletânea de poemas *Um livro*, impressa com a ajuda de José Barbosa e Silva, a quem comenta que esta obra parece ser crucial para a sua reputação (não será), dum modo que, unindo pedidos de ajuda (dinheiro ou comerciais) e muitas vezes aparecendo romanticamente como um escritor incompreendido e fatal, será recorrente na sua abundante correspondência.

Entre poemas (alguns, como os publicados em *O Bardo*, compilados naquele ano em *Duas Épocas na Vida*), e sátiras antiburguesas, saiu *A Filha do Arcediago*, em 1854, uma história de amor e muita sátira sobre costumes e instituições (como os baronatos ou a Real Academia das Ciências), o primeiro volume de uma série de *Cenas Contemporâneas*, como diz o seu subtítulo balzaquiano, publicado no folhetim *A Concórdia*. Aparecem novas transferências, por exemplo de Balzac, como a crítica, agora mais “de atualidade”, à burguesia portuense com maior atenção ao dinheiro e à vida quotidiana.

Em 1855 é editor do *O Porto e a Carta*. Publica *Cenas Contemporâneas-II*, uma compilação de pequenos textos com algumas novidades como o drama de sucesso (a indústria do teatro poderia oferecer outra fonte de renda) *Poesia ou Dinheiro?*, *O Livro Negro do Padre Dinis* que está mais próximo dos *Mistérios* nos seus ingredientes principais do que na trama, e *A Neta do Arcediago* no *A Verdade*, publicando-o em volume com o subtítulo de *Cenas Contemporâneas-*

III no ano seguinte: com ele, ganham terreno as paixões amorosas não cumpridas pela convenção social ou pela maldade humana (com a *femme fatale* romântica em lugar relevante e, mesmo neste caso, excepcional, a atenção específica ao desejo sexual, retirada pelo autor de edições posteriores), castigo e dor que só podem encontrar solução ou consolação em Deus ou nos seus agentes, constituindo uma religião axial do amor na ficção camiliana. Um reputado crítico como Andrade Ferreira considerou-o um “digno representante” do romance de Balzac e Sue, que, se o tornava um adepto da escola, destacava-o como moderno e único, sobretudo no seu (reconhecido) labor de tornar portugueses os modelos.

O romance proporciona-lhe maior sucesso, lucros e, a par da sua contínua presença no mercado, uma posição importante no sistema literário português, onde os primeiros românticos quase desapareceram da produção e muitos pares optaram pelo jornalismo ou outros géneros. Em 1856, *A Neta do Arcediago* apareceu em livro como também os romances *Onde está a Felicidade?* e *Lágrimas Abençoadas*, versão definitiva de *O Temor de Deus*. Em maio, também sai o drama *Justiça*, anteriormente encenado no S. João do Porto, com amores, emigrantes no Brasil que voltaram ricos – os *brasileiros*, alvo habitual da sátira camiliana – e outros elementos conhecidos. Inicia a sua colaboração com *A Aurora do Lima*, em Viana, fundada por pessoas ligadas ao Partido Progressista, incluindo o seu (rico) amigo José Barbosa e Silva. Com o célebre jornalista portuense Evaristo Basto e dois escritores nomeados, Alexandre Braga, e Coelho Lousada redige *O Clamor Público*, encarregando-se do folhetim (“posso escrever romances jesuítas, romances franciscanos, romances carmelitas, romances jansenistas, romances despóticos, romances monárquico-representativos, cabralistas e até romances regeneradores: o que eu quiser e onde me der a veneta” oferecia-se Camilo ao proprietário Faria Regras), para quem promete *Um homem de Brios* como continuação de *Onde está a felicidade?* Mas em fevereiro de 1857, com Basto e Lousada, abandonou o jornal, e o romance, datado de

1856, foi publicado por Oliveira Guimarães, dono da tipografia onde foi impresso *O Clamor*.

Com *Onde está a felicidade?* produz-se uma reviravolta: o protagonista Guilherme de Amaral é um jovem mal influenciado agora pelo mesmo romance negro que tinha nutrido a produção camiliana pouco antes. Camilo modera a sua imitação dos modelos franceses mais próximos do fantástico e simplifica o enredo. A crítica social ao ambiente portuense intensifica-se, com novos ecos balzaquianos (Castro, 1960: 141/151), sem abandonar o produtivo enredo amoroso, banhado pela angústia de Augusta e pelo remorso de Amaral, nutriente progressivamente central na sua obra. O equilíbrio construtivo e a fluência linguística são maiores e há mais contenção na presença e narração de cenas dramáticas (o que é reforçado com algumas críticas ao melodramatismo de alguns contemporâneos). A crítica passa a valorizar o seu *costumbrismo* português (temático, linguístico, etnográfico), como uma nota distintiva e o livro vende-se bem.

Isso (incluindo personagens centrais, e entre elas o jornalista sem nome, facilmente interpretável como cópia do autor) continua em *Um Homem de Brios*, ainda mais carente de ação do que o seu antecessor, embora não substituída por análises, mas por expansões/digressões sentimentais e em cuja trama alguns leitores veem a relação que, neste momento, o autor inicia com Ana Plácido, uma jovem casada com o proeminente *brasileiro* muito mais velho que ela, Pinheiro Alves.

Camilo consolida-se como romancista e contribui para a consolidação do género, que Baptista analisará como a “revolução camiliana” (1988). Alcança uma posição de relevo no sistema literário, embora talvez não a desejada. É omitido esse mesmo ano em *A Viagem pela Literatura Contemporânea* do crítico Ernesto Biester, o que Camilo atribui à “sociedade do elogio mútuo” lisboeta e ao seu desprezo pelo ambiente portuense. Mas ganhou audiência, como mostra Lopes de Mendonça no prestigiado *A Revolução de Setembro*, enfatizando a sua sátira contra a burguesia mercantil.

Conseguiu também uma certa estabilidade profissional ao contratar várias obras com Cruz Coutinho e receber adiantamentos, embora não satisfaça as suas necessidades: pede insistentemente ajuda a amigos, a quem assegura que quer sair daquela vida instável e queixa-se da sua saúde, principalmente da visão. Mas isso não implica sinceridade total em Camilo, cuja renda corresponde, em média, à de um funcionário de alto escalão. A verdade é que produz muito, vende nem sempre nas melhores condições e não pode relaxar em prestar atenção aos gostos do público e dos editores, que por vezes determinam o tema, a perspectiva, a forma ou o género das obras.

Em 1857 dirigiu por pouco tempo *A Aurora do Lima*, fixando-se em Viana, embora pareça mais por estar próximo de Ana Plácido, que aí passou algum tempo com uma irmã doente, do que por ser o responsável pela direção, de onde saiu quando Ana regressou ao Porto. Aqui dirige literariamente *O Nacional*, em meio dos crescentes rumores sobre o seu caso amoroso, aos quais parece responder com o seu folhetim “O Mundo Patarata”, que provoca uma disputa com o proprietário e o abandono do cargo. Por esta altura envia a filha para Vila Real. E veem a luz *Duas Horas de Leitura*, uma compilação de colaborações jornalísticas (algumas já publicadas em até três jornais diferentes), *Lágrimas Abençoadas*, duas peças teatrais de amor e aventuras – *Espinhos e Flores* (dedicada a Herculano e estreada com sucesso no Porto) e *Purgatório e Paraíso* (estreia no D. Maria II em Lisboa) – e dous pequenos romances de sátira dos costumes sob o título *Cenas da Foz*, que já constituíram um folhetim no *A Aurora*.

Em 1858 publica *Carlota Ângela*, *Vingança* e *O Que Fazem Mulheres*. Várias das suas obras também são republicadas (embora, como profissional pressionado, não obtenha a melhor remuneração do mercado e nem sempre cumpra os seus contratos), o que implica ter mais de uma dezena de livros em circulação corrente, superando quaisquer outro escritor português. Das páginas de *O Nacional* é saudado como um consagrado escritor de sucesso contra o *lisboetismo* de parte da crítica. Herculano proclama-o o grande romancista do

futuro, que, além de valer uma consagração fundamental da maior *auctoritas* do campo (rapidamente secundada por outros), quase indica o caminho a seguir: o romance passional e de costumes; e, no prólogo da segunda edição das suas *Lendas e narrativas*, reservando-se um papel fundador, e como tal, Herculano quase também o designa o seu sucessor: “nestes quinze ou vinte anos criou-se uma literatura, e pode-se dizer que não há ano que não lhe traga um progresso. Das *Lendas e Narrativas* ao livro *Onde está a Felicidade?* Que vasto espaço transposto!” (palavras que servem a Bruno para corroborar a sua apreciação de que, com esta obra, Camilo inaugurou o romance de costumes português, 1886: 53).

Carlota Ângela, folhetim de *A Aurora*, já é predominantemente um romance passional, sem muito tratamento psicológico das personagens, ambientado na época das invasões francesas, com a presença salvífica da religião e algumas críticas ao ambiente portuense. No igualmente passional e subintitulado “romance filosófico”, que narra os episódios amorosos de duas heroínas, *O Que Fazem Mulheres*, Camilo zomba dos romancistas aterrorizantes que lhe serviram de modelo anos atrás, mostra-se um tanto moralizante e reforça os seus dons de observador do mundo português. Mas, dono de vários repertórios, em *Vingança* não esquece o mundo das aventuras e folhetins, combinados com a crítica social balzaquiana, amores conflituosos e moralismos edificantes. A fórmula permite-lhe expandir as audiências, embora por vezes o favor popular não coincida com o de críticos conceituados, como é o caso nesta situação.

A sua insatisfação financeira persiste e o seu relacionamento amoroso parece prever novas despesas. Os amigos tentam arranjar-lhe um emprego de funcionário público, mas os obstáculos levantados pela sua agredida burguesia portuense (sensibilizada pelos rumores de que o recém-nascido de Ana, Manuel, na verdade é de Camilo) parecem ser mais fortes, e nada se consegue. A glória literária vai em proporção inversa. Por proposta de Herculano, é nomeado vogal correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa. É o editor

da revista *O Mundo Elegante* na qual não deixa de aludir aos seus inimigos ou de sofrer o boicote da burguesia portuense em guerra aberta. Participa no concurso para preenchimento de uma vaga na Biblioteca Pública do Porto, com o apoio de Herculano, que em *O Jornal do Comércio* afirma ser Camilo “indiscutivelmente o primeiro romancista português” e que a sua exclusão seria escandalosa e “prevaricação municipal”. Mas mesmo assim Camilo não é proposto. Ele não publicou nada em volume em 1859, embora não tenha parado de escrever e polemizar duramente na imprensa. Publica vários textos (alguns sobre ‘casamentos felizes’) na *Revista Contemporânea de Portugal e do Brasil*: entra na rede da qual anos antes alegava marginalizá-lo, publicando, entre outros, “Cartas a Ernesto Biester”, o seu mais contínuo louvador na revista, a quem escreverá como “velho amigo” (RCPB, 1862: 149).

O escândalo amoroso tomou proporções enormes. Ana é pressionada a deixar Camilo ou entrar para um convento, decidindo fugir com o filho e a sua empregada com o escritor, ameaçado até de morte, segundo diz: os amantes fogem para Lisboa, mas as dificuldades económicas fazem Ana curvar-se aos desejos de Pinheiro Alves e entrar no Convento da Conceição em Braga, de onde fugirá novamente com Camilo. Ele recorre aos amigos, entre os quais Nogueira Soares, a quem pede para falar diretamente com o ministro Fontes Pereira de Melo, oferecendo-lhe os seus serviços. Nada obtém. Não lhe faltará o escárnio dos setores burgueses do Porto. E, de forma precária, vende parte da sua biblioteca a Cruz Coutinho.

Afora algum panfleto de circunstâncias, em 1860 apenas foi publicada com o seu nome a tradução de *Le Génie du Christianisme* contratada com Cruz Coutinho, acompanhado o seu nome com a frase “revista por Augusto Soromenho”, o que representa uma evidente humilhação perante as suas infrações. Com Camilo e Ana fugitivos, a sua comédia *Morgado de Fafe em Lisboa e Abençoadas Lágrimas* foram estreadas com sucesso no D. Maria II, com a curiosidade de permitir uma leitura biográfica do drama adúltero ali representado.

Pinheiro Alves denuncia-os por adultério. Ana é presa a 6 de Junho e Camilo passa todo aquele verão fugindo no norte do país até decidir entregar-se a 1 de outubro, entrando na prisão do Porto, onde já se encontra Ana.

A movimentação de interesses a favor e contra os presos é formidável. Intelectuais do Porto e de Lisboa visitam-nos na prisão, e duas vezes o rei D. Pedro V. Há crónicas que o exaltam (particularmente em *O Nacional* e em *A Revolução de Setembro* – Costa, 1993: 41 – onde o próprio Camilo, sob pseudónimo, faz propaganda da sua figura) e aparece a biografia *Camilo Castelo Branco. Notícia da sua vida e a obras* do jovem e devoto admirador Vieira de Castro. É, sem dúvida, o escritor português contemporâneo mais reconhecido, já proclamado o melhor romancista peninsular. E, com autorização por motivos de saúde, passeia de a cavalo pelas principais ruas do Porto. Os seus opositores pressionam o tribunal e tentam conseguir testemunhas dispostas a declarar a culpa dos amantes, impedem a proposta dos seus amigos, membros do Instituto de Coimbra, de o nomearem sócio, e setores da burguesia portuense fazem circular em 14 de Outubro uma “Revista do Porto”, reprodução de um ataque camiliano aos seus novos ‘editores’ onze anos antes.

Em 1861 foi publicada a sua tradução de *Fanny* de Fedeyau, revelando um conhecimento do romance realista que não parecia afetar o seu repertório. A esta obra, e às de *O Morgado de Fafe* e *Abençoadas Lágrimas* publicadas pela editora lisboeta A.M. Pereira (apesar de vender mais ‘Camilos’ no norte do que na capital), acrescenta mais duas narrativas impressas na lisboeta Tipografia de *A Revista: Doze Casamentos Felizes*, um conjunto de narrativas, algumas já publicadas, e *Romance de Um Homem Rico*, com um protagonista omni-compreensivo das fraquezas humanas, especialmente as da sua amada repetidamente infiel, temperada com falsas incriminações, crimes de adultério e perdão compassivo. Dous textos, então, de leitura biográfica inevitável e mórbida.

Ana e Camilo são absolvidos em 16 de outubro. O julgamento foi amplamente seguido pela imprensa. Neste ponto, vida e obra aparecerão absolutamente concertadas, completando uma soma de valores românticos associados ao amor como o bem supremo, à *femme fatale*, ao desprezo pelo burguês, à aventura e às vicissitudes bizarras, ao *fatum*. Camilo e Ana encarnam no olhar de muitos dos seus leitores os heróis românticos que aparecem nos seus romances de raptos, brasileiros, perseguições e prisões. Fixam-se em Lisboa, onde o escritor recebe o apoio de escritores e intelectuais de renome como Castilho, Tomás Ribeiro, Biester ou Machado: não é à toa que os heróis chegaram à Lisboa progressista fugindo do provinciano Porto, beneficiando da “sociedade de louvor mútuo” e até defendendo-a dos seus críticos.

Obviamente, a sua situação econômica complicou-se. Trabalhou muito na prisão e, apesar das hostilidades desencadeadas, assinou contratos com alguma estabilidade com várias editoras, o que, por sua vez, resulta em maior volume de atividade e, claro, de ingressos. A diversificação dos contratos parece obedecer tanto à impossibilidade de uma editora correr o risco de contratar a exclusividade da farta produção camiliana quanto à tática do escritor de poder administrar melhor as suas relações com os empresários, seja na entrega de originais, seja nas solicitações por adiantamentos ou, ainda, no uso irregular das obras vendidas (mesmo dando a uma casa o que já tinha sido vendido a outra). Porque, via de regra, Camilo, pressionado pela necessidade de dinheiro, contrata a venda absoluta dos seus originais, o que lhe garante mais dinheiro imediato que os outros, mas menos a médio e longo prazo. Perante isto e quase desde os seus primórdios, repetidamente lamentará e proclamará a sua independência, conseguida com base, dirá, em escrever muito e viver humildemente, independência talvez dos poderes públicos mas não do mercado e dos editores, do que é uma prova mínima, neste momento, a sua tradução de *Les Martyrs*, feita em 1862 mas só lançada em 1865, juntamente com *O Morgado de Fafe Amoroso* e a

segunda edição de *Duas Épocas da Vida*, as últimas obras camilianas publicadas por A. M. Pereira. Antes disso, publicará os humorísticos *Coração, Cabeça e Estômago*, *Coisas Espantosas* e *O Último Acto* (1862) e *Aventuras de Basílio Fernandes Enxertado*, *Cenas Inocentes da Comédia Humana* e *Noites de Lamego* (1863).

Através de um velho amigo, contrata com o conservador *Comércio do Porto* que, mesmo com ele na prisão, publica a sua tradução de *Le Roman d'un jeune homme pauvre de Feuillet*. Seguem-lhe *As três irmãs*, (1861-62), o célebre romance de ação *Estrelas funestas* (1862), *Estrelas propícias* (1862-63), *O bem e o mal* (1863), *A filha do doutor Negro* (1864), *Vinte horas de liteira* (1864) e os romances históricos (em que o seu crescente classicismo se liga ao interesse do público por um passado em que Camilo encontra argumentos para a sua obra incessante) *Luta de gigantes* (1865), *O santo da Montanha* (1866) *O senhor do paço de Ninhães* (1867) e *A enjeitada* (1866), este publicado diretamente em volume. A tendência moralizante burguesa de algumas vai valer-lhe a crítica de se subordinar ao projeto puritano do jornal, do que se defenderá protestando, agora, a sua crença na moralidade das suas obras e na ausência de pressão. Na mesma época, contrata, também por meio de um amigo, com a *Moré* no Porto, que publica os livros mencionados, exceto os três primeiros, e ainda acrescenta: *Amor de Perdição* (1862), *Memórias do Cárcere*, as segundas edições de *O Romance de Um Homem Rico* e *Doze Casamentos Felizes* (1863), *Amor de Salvação*, *No Bom Jesus do Monte*, (1864), *Divindade de Jesus*, *Esboços de Apreciações Literárias*, *A Sereia* e a segunda edição de *Agulha em Palheiro* publicada no Rio em 1863 (1865), *O Judeu*, *Vaidades Irritadas e Irritantes* e a terceira edição de *Um Livro* (1866), a biografia *D António Alves Martins*, os textos teatrais *O Condenado* (1870) e *Teatro Cómico* (1871), a narrativa *Voltaireis, ó Cristo?* (1871) e *Livro de Consolação* (1872).

As obras citadas, maioritariamente romances, algumas outras, como o passional *O Esqueleto* (1865) e o histórico *O Olho de Vidro* (1866) publicado no *Jornal do Comércio* de Lisboa, a reedição de

muitos outros e até a adaptação teatral de alguma informam do sucesso camiliano, reforçado com a aliança da crítica portuense e lisboeta. O romance passionnal é agora central na sua produção e rende-lhe o aval da crítica, sem que isso signifique abandonar o caráter de folhetim em algumas narrações, o peso moralizante em outras, nem a crítica e ironia até mesmo dirigidas à sua própria obra, como em *Vinte Horas de Liteira*. A consagração vem de *Amor de Perdição*, que sai datado de 1862 dedicado a Fontes Pereira de Melo e em que interagem a auréola romântica da sua biografia e a história contada, reforçada com a declaração de tê-la escrito em “quinze atormentados dias” na prisão, contribuindo assim para o mito de um Camilo inspirado escritor e de rara emenda. A questão é o triângulo amoroso impossível que tem num vértice um antepassado seu, preso há muito tempo naquela mesma prisão. Os críticos mais uma vez elogiaram o seu talento, a sua imaginação, o seu português, a sua capacidade de penetração e observação, a sua subtileza. Camilo, que diz não acreditar que seja o seu melhor trabalho nem esperava o sucesso deste livro “triste”, especifica, no prefácio da segunda edição de 1863, que se deve “a rapidez das peripécias, a derivação concisa do diálogo para os pontos essenciais do enredo, a ausência de divagações filosóficas, a lhanza de linguagem e o desartifício das locuções”. E aproveita para centrar a única utilidade do romance contemporâneo na “pureza no dizer”: instalado no sucesso, reforça a sua posição no campo com uma reivindicação antonomástica da exclusividade de portuguesismo e de classicismo no romance moderno.

Mas a sua vida convulsiva e precária em termos físicos (a sua queixa contínua de problemas oculares, enxaquecas, envelhecimento prematuro) e económicos não para, tentando novamente aceder a um cargo no serviço público. Com alguma separação a meio em que não faltam problemas de saúde e até ciúmes de Camilo, a morte de Pinheiro Alves no verão de 1863, dias depois do nascimento do segundo filho de Ana, Jorge, muda as cousas: o empresário era

obrigado a partir uma herança a Manuel, incluindo uma casa em S. Miguel de Ceide, na região do Minho. A Ana vai viver lá, nela nascerá Nuno em 1864, e Camilo instala-se ali definitivamente.

Nesses anos, ao lado de outros romances (*Anos de Prosa e Memórias de Guilherme de Amaral*, publicados em 1863), traduções, prefácios, narrativas curtas, miscelâneas... destaca-se em 1865 a sua recopilação *Esboços da Aprecia Literárias* com muita expressão de “sociedade de elogio mútuo” e pouca crítica: se não, dirá, “nenhum escritor se faria um nome que o compensasse dos dissabores e da pouquidade dos lucros”.

Quando surge a *Questão Coimbrã*, tudo indica que Camilo não sente essa luta como inteiramente sua nem está preocupado com a sua posição no campo. Requerido por Castilho (e talvez forçado pela duradoura estratégia recíproca do elogio mútuo), ele intervém, mas tarde e, ao que parece, com pouca vontade. O temido e feroz polemista não exhibe a sua habitual contundência: censura os críticos, que considera materialistas e analíticos excessivos, sem sensibilidade nem lirismo, e vende o seu texto em folhetim (o já referido *Vaidades...*). Camilo é o escritor consagrado, o grande observador e cultivador da língua, junto com Castilho, que o visita acompanhado por Tomás Ribeiro em Ceide. Com essa data, o lisboeta Campos Júnior, outro importante editor de Camilo, publica o folhetim de *O Jornal do Comércio*, do verão anterior, *A Queda dum Anjo*, uma sátira sem moralismo de um deputado provincial cujos hábitos antigos e austeros e os da sua mulher, a que ele abandonara rapidamente, a capital corrompe, na linha de algum outro romance (como *Coração, Cabeça...*) em que aparece a crítica ao constitucionalismo e, agora, à corrupção no Regeneracionismo.

Por esta altura e respondendo a uma carta de Castilho (Cabral, 1985: 166) em que compara Dinis a Balzac, um “título” que já era atribuído a Camilo, responde que a nova geração vem empurrando... Em 1867, segundo o seu depoimento, a ameaça fundamental à sua profissão estaria no recrudescimento das suas doenças. Continua

trabalhando duro e diversificadamente; aparecem, além dos citados e entre outros textos, o romance passional e moralizante ao gosto burguês (a recorrida regeneração dos ‘pecadores’ pelos filhos), *A doida do Candal* e a miscelânea historiográfica *Cavar em Ruínas*, com Campos Júnior. Mas acusa a pressão das novas ideias no prólogo da segunda edição de *A doida do Candal* datada de novembro: afirma escrever para entreter e não para filosofar porque não há mercado para isso em Portugal nem os editores exigem o que os críticos censuram (ênfatizando que o que ele escreveu para o agrado deles não vende) e afirma que só quem tem a vida assegurada pode escrever para a posteridade e não para comer, como ele. E afirma que “o melhor romancista de Portugal, para já, “há-de-ser o que tiver mil leitores que lhe comprem o livro e o aplaudam, contra dez que o leiam de graça e o critiquem em folhetins a dez tostões”.

O número é relativamente alto se se referir ao número de vendas e modesto se se referir aos leitores. Camilo alcança-o? Neste momento, possivelmente sim, em média, o que o torna, se não o mais, um dos escritores mais lidos do momento.

Em 1868 acrescentou aos seus romances *O Retrato de Ricardina*, *O Sangue* e *Mistérios de Fafe*, com o subtítulo “romance social”, o que não significava uma mudança de perspectiva em consonância com um percurso de certo prestígio nas livrarias e teatros; é mais uma história de amor adúltero com o triunfo da nobreza dos pobres, mas honestos contra a da casta, do que uma autêntica vitória do povo informado pelas novas correntes proudhonianas ou socialistas. Bem recebidos pela crítica, os outros dois são obras de amor apaixonado. Dirige o semanário *Gazeta Literária de Porto*, que para no número 16 por desentendimentos com o seu proprietário e falha noutra projeto de fundação de um jornal.

Em 1869 publicou apenas um novo romance, o pouco inovador *Os Brilhantes do Brasileiro*. Vê o seu capital simbólico reforçado com prémios como a encomenda de Carlos III de Espanha. Em 1870 publicou quatro títulos, mas, confirmando uma inusitada desaceleração

que bem pode ser devida à sua saúde precária, apenas um romance, *A Mulher Fatal*, uma história de amores adúlteros e punidos, editada por Campos Júnior em que a crítica destacou especialmente o seu lado burlesco do excesso romântico. São lançados e publicados com sucesso *Como os Anjos se Vingam* e *O Condenado*, dedicados a Vieira de Castro, preso por uxoricídio.

Em meados desse mesmo ano, foi concedido a Castilho o título de visconde, honra não rara mas com a particularidade de se estender ao filho mais velho. Tudo parece indicar que aquele filho ilegítimo (um dos personagens mais numerosos dos seus romances) viu aqui a oportunidade de unir reconhecimento social e certa garantia económica para a sua família na sanção da nobreza, apresentando a sua extensa produção como principal aval. Em setembro escreve para o efeito ao agora bispo de Viseu e ministro do Rei Alves Martins, de quem publica uma biografia. A resposta é dura: enquanto viver no convívio, o rei não lhe concederá o título. E apesar de nos próximos anos continuar a aumentar o seu capital simbólico, o objetivo nobiliárquico é prioritário. A sua produtividade continua baixa. As dificuldades económicas levaram-no a vender parte de sua biblioteca (cerca de mil livros) e a escrever prefácios, miscelâneas e traduções.

Em 1871 às ameaças incipientes à sua posição que representa o avanço do realismo, com a crítica velada de Eça à sua obra, Camilo não responde mas acusa a receção indireta no prefácio da miscelânea, lançada em 1872 mas composta por textos deste ano, *Quatro Horas Inocentes* (comentando que o novo público está em busca do novo romance), com uma produção escassa, a procura da estabilidade económica (parece que até pensou em se dedicar ao comércio naquela época) e uma nova tentativa para alcançar o título de nobreza, recorrendo a Castilho e escrevendo ao influente político Rodrigues Sampaio, cuja resposta é semelhante à de Alves Martins. A réplica de Camilo é um romance, apaixonado e anti-Bragança, *A Infanta Capelista*, onde os motivos invocados para a recusa tornam-se argumento em pessoas da realeza em tempos de guerras civis, mas

que, uma vez impresso, destruí, talvez pela intervenção de amigos que queriam evitar escândalos e/ou pela crença numa mudança de posição da monarquia. Mas não cedendo o monarca a isso, a consequência é *O carrasco de Vítor Hugo José Alves*, reutilização de *A Infanta*, editada por Chardron, que já em 1868 tinha publicado duas obras de erudição histórica. Sai também o seu *Livro de Consolação*, cujo protagonista é um político idealista que acaba por matar o amante da mulher, frustrado (e quase irremediavelmente impellido) pela brutalidade de uma realidade social falsa e corrupta, argumento facilmente relacionável com a vida de Vieira de Castro, morto naquele ano. O livro é dedicado ao Imperador do Brasil D. Pedro II, com quem se reuniu em março e que lhe concedeu a Ordem da Rosa, título que somará ao de membro do Instituto Vasco da Gama na mesma altura. O cerco dos defensores da “Ideia Nova” volta agora com a denúncia das liberdades de Castilho na sua adaptação do *Fausto* de Goethe para o português: a intervenção enérgica de Camilo na “Questão Faustiana” vale-lhe os primeiros ataques diretos dos seus adversários.

Para além da sua aparição na imprensa e do seu habitual teor polémico, em 1873 Camilo só publicou *Visconde de Ouguela* (a biografia de um amigo de infância, um mação democrata preso desde o ano anterior acusado de conspirar contra o regime e este ano absolvido) e o primeiro dos dous volumes do romance *O Demónio do Ouro*, cujo enredo assenta no poder corruptor do dinheiro, temperado com múltiplas aventuras e episódios de amor, publicado pela sua editora principal em meados dos anos setenta, a lisboeta Matos Moreira.

O ano de 1874 começa para Camilo com a sua tentativa frustrada de empresário da “Leitura para Todos”, uma editora popular de curta duração que ele co-fundou com outros sócios. Para a sua pretensão nobiliária, solicitou em dezembro de 1873 a ajuda do destacado político Tomás Ribeiro. A resposta é que o rei só a ele dará o título e que, se quiser que passe para o filho, deve legalizar a sua situação familiar. A resposta de Camilo é agora mais virulenta: com regularidade

mensal Chardon publica-lhe *Noites de Insônia* fascículos de diversa índole, alguns literários e outros polêmicos com o realismo mas, sobretudo, com “Subsídios para a História da Sereníssima Casa de Bragança” duramente críticos com esta. Acresce à sua produção *Ao Anoi-tecer da Vida*, uma coletânea de poemas de amor (e em parte autobiográficos) de doze anos atrás, cujo tom romântico contrasta com os textos de jovens como o seu prezado Guerra Junqueiro, e o romance *O Regicídio*, que subintitula como “romance histórico” mas onde o enredamento amoroso e a exploração da injustiça são eixos centrais, uma nova carga antibragantina editada por Matos Moreira.

Em 1875, mudou-se do Porto para Coimbra para ficar com os filhos mais novos, estudantes na cidade, e Manuel regressa de Luanda, onde passara dous anos. Aumenta a sua produção com os seus também antibragantinos “romances históricos” *A Filha do Regicida* e os três volumes de *A Caveira do Mártir*, nos quais oferece uma visão sombria, repressiva e hipócrita dos reinados dos séculos XVII e XVIII (e, como no caso do romance anterior, pingado com muitas notas eruditas), com casos amorosos, de honra e com o moralismo religioso como justa conclusão; desde a introdução ataca a “novíssima escola” (onde afirma ter “tudo, menos a verdade das lágrimas”) embora, contraditoriamente, reivindique a sua paternidade já desde *A Filha do Arce-diago* (o que ‘legitimaria’ o seu recurso aos procedimentos daquela), apresentando a nova conceção com alarde irónico. Diante do que considera uma moda obscena, chega a afirmar que não escreve pensando no mercado (“não sei se aprazem as delongas de Dickens, se as nudezas de Flaubert, se as tramoias de Ponson”), senão procurando “a verdade da dor humana”, e sentencia: “escrevo à antiga porque tento con-mover”.

Esta tomada de posição ‘humanista’ continuará. A morte de Castilho, em junho, fortaleceu-o como representante da literatura “à moda antiga” numa altura em que se publicam as primeiras obras de Eça ou Bento Moreno. Essas circunstâncias, somadas ao teor

das polémicas travadas nesse período, fazem dele um destacado defensor do repertório dominante no sistema literário e, em parte, da sociedade e do regime político homólogos, e talvez expliquem as suas tomadas de posição a partir desse momento: a crescente defesa das suas posições românticas e ‘antigas/pioneiras’ ou a sua paralela mudança de atitude em relação à Casa de Bragança (chegou a retirar os volumes em circulação de *A Caveira do Mártir*, o último dos quais saiu com data de 1876, segundo o seu editor, a quem em comentário anónimo na *Revista de Bibliografia Portuguesa e Estrangeira*, em junho de 1879, atribuiu escrupulosa responsabilidade pelo ato).

Mas é permeável a alguns elementos do repertório realista, nos quais não faltará a pressão condicionante do mercado e a influência de escritores dessa linha. A série de oito *Novelas do Minho* publicadas por Matos Moreira, iniciada em agosto de 1875, é um exemplo vívido e significativa dedicatória “com superior admiração e indelével reconhecimento” de *A Morgada de Romariz* a Bento Moreno. Camilo, talvez porque ainda não vê a sua posição em perigo, acolhe positivamente as primeiras produções realistas portuguesas (ainda que em privado), mas não faltam alusões críticas a *O Crime do Padre Amaro* ou *As Farpas* já em *A Caveira*. Com fama de erudito, circula desde o início do ano o seu *Curso de Literatura Portuguesa*, volume de continuação de outro de autoria de Andrade Ferreira, que estuda o período moderno.

As *Novelas do Minho* estão mais ou menos impregnadas do mundo de aventura e surpresa dos seus romances de sucesso. Mas estão longe de ser *Os Mistérios de Lisboa*, o *Amor de Perdição* ou *O Regicida*, porque o que nestes era exceção será agora quase a regra. Camilo aproveitou um meio que conhece a fundo para histórias que não são tratamento bucolista ou coroação de idealismo romântico, mas cheias de violência, em qualquer uma das suas manifestações, de tragédia tratada com vontade de detalhar. E, não abandonando o forte componente religioso ou casual em que moldava enredos

e desfechos, recorre a explicações naturalistas das ações das suas personagens (o que reforça a atenção à sua psicologia), que completa com a notação etnográfica contínua nas falas ou costumes dos seus tipos, mais atento à precisão sistemática realista do que à divagação florida do repertório romântico. Ainda que, de acordo com seu reiterado ceticismo, nem essas nem as obras posteriores venham a constituir um estudo da esfera social que é objeto da trama ficcional, nem uma proposta reformista.

Surgiram-lhe novos problemas: no final de 1876, e diante da evidência da loucura do filho Jorge, voltou a Ceide; no verão seguinte, morre o seu boémio “filho do coração” Manuel Plácido. Não publica nenhum romance. O sucesso de *O Primo Basílio* em 1878 (que ele também elogia na sua correspondência) representa de facto uma séria possibilidade de que aquele que muitos consideram ser um velho autor de romances ou romances históricos, que, aliás, vende pior do que os seus jovens rivais [numa carta em que está “farto de tudo o que não seja a ideia de morrer depressa” queixa-se abertamente de vender pior do que Junqueiro ou Eça, Cabral, 1988: 56-7)], perca terreno; os seus pares aliados foram desaparecendo, um novo público para o que o mundo sobre o que ele escreve parece remoto e/ou as suas personagens, assuntos ou peripécias repetidos, fora tomando forma. Mas, sobretudo, tem à sua frente um grupo jovem que praticava uma literatura que podia ser percebida como diferente, nova nas suas técnicas, nos seus temas e nos seus objetivos, urbana e do presente, e que se postulava na sua maioria como socialista ou republicana frente a ele, que, era *vox populi*, há anos está preso pela ânsia de se tornar visconde e por uma vida cada vez mais azedada por incessantes problemas físicos e familiares.

Perante esta situação e ainda mantendo uma posição dominante no campo, Camilo passa a atacar frontalmente o que já era conhecido como “Ideia Nova” em 1879 com ironia e sarcasmo como os elementos mais vigorosos. Desde janeiro, redige quase em exclusivo mensalmente a *Revista de Bibliografia Nacional e Estrangeira* de Chardron,

magnífica plataforma de propaganda em que Camilo se firma como defensor do bom português contra a corrupção idiomática que atribui aos seus adversários, como erudito que conhece as mais variadas disciplinas e, mui especialmente, como um literato experiente que se lavrou uma *auctoritas*. A casa Chardron, editora tanto dos clássicos românticos quanto dos realistas mais destacados, publica na primavera o extraordinariamente divulgado *Cancioneiro Alegre de Poetas Portugueses e Brasileiros*, uma visão altamente tendenciosa dos poetas contemporâneos em que Camilo é tão condescendente com os correligionários quanto é agressivo com os adeptos da “Ideia Nova” (a começar por Junqueiro). A previsível controvérsia surge, mas (agora) as principais figuras do lado oposto não intervêm. Com o confronto, Camilo ganha presença e publicidade (com o contributo de vários críticos e publicações que continuam a enaltecê-lo como o melhor escritor contemporâneo), enche páginas da *Bibliografia* e acaba por publicar em volume *Os Críticos do «Cancioneiro Alegre»*.

No meio desta polémica, Chardron edita nesse verão, novamente com um grande aparato de propaganda, *Eusébio Macário* naquilo que se anuncia como uma série “infinita” de “romances facetos”. Com o *Eusébio* (que subintitula “História natural e social de uma família no tempo dos Cabrais”, ironizando já com *Les Rougon-Macquart* de Zola e pedindo em nota prévia à crítica não buscar plágio por isso) a sua reação e agressividade crescem. É um romance centrado no Norte, de materiais realistas *avant la lettre* em muitos aspetos, mas presidido por jocosidades e exageros que desvirtuam os objetivos atribuíveis à escola. É, portanto, um braço de ferro irónico com os líderes da nova corrente e o seu público sobre o cientificismo, exagerando o suposto retrato da imoralidade e do vício, o uso da linguagem e das técnicas narrativas do realismo, e, ao mesmo tempo, combatendo o republicanismo e as suas propostas de inovação na sociedade portuguesa (Cabral, 1995: 144). O romance conheceu o sucesso de uma segunda edição imediata. Boa parte dos críticos vê nele uma censura

feroz aos realistas (que os conservadores aplaudem e aqueles desprezam), mas já há quem considere que Camilo passou para o lado inimigo. Os seus aliados no campo literário reiteram a sua consagração como o melhor escritor português e Camilo defende-se no prefácio da nova edição com o recurso constante à ironia e à ambiguidade, julgando o seu *Eusébio* a mais banal das suas obras pela facilidade com que a escreveu na sua emulação dos “processos do naturalismo” (e em grande medida o é, mesmo em elementos como, por exemplo, o seu uso constante do discurso indireto dessas obras). Com não pouca confusão de conceitos, também declara que não quis atacar os realistas, e reivindica, cada vez mais paradoxalmente, certa paternidade (como discípulo explícito de Balzac) legitimadora do uso do género, acrescentando que naquele momento um romance escrito de outra forma não teria sucesso.

Logo que iniciada a receção do *Eusébio Macário* na imprensa, a revista *A Arte* passou a publicar *A Brasileira de Prazins*, interrompida nos primeiros capítulos, nos quais se intui o anúncio dum romance passional, o que torna patente a sua versatilidade e a sua constante adaptação ao meio. No ano seguinte, juntamente com algumas reedições, alguns prefácios e a compilação *Ecos Humorísticos do Minho*, publicou uma biografia de Camões e *A Corja*, “uma continuação de *Eusébio Macário*”, que desencadearia uma nova virulenta polémica (paralela à publicação de outra provocada pela sua crítica a um livro da princesa Ratazzi cujo retrato de Portugal, e sobretudo a alusão às obras do escritor como repetição contínua de tipos, uma das censuras mais frequentes a Camilo desde os anos sessenta, são, na sua opinião, amplamente distorcidos), que quase terminou em duelo com o marido da princesa. A polémica estende-se por vários meses, promovida propagandisticamente pela *Revista de Bibliografia*, protagonizada especialmente por Alexandre da Conceição pela “Ideia nova” e Silva Pinto (agora próximo do autor de Ceide), polo lado camiliano, além de Camilo, é claro, em que se destaca a sua

animosidade e até mesmo baixeza, e em que não poucos escritos aparecem pedindo grande respeito pelo “génio”.

Nada é publicado em volume em 1881. Os seus problemas aumentam e a loucura agressiva de Jorge soma-se à crescente vida dissoluta de Nuno que, talvez com a ajuda do seu pai, sequestra uma rica herdeira “brasileira” e casa-se com ela, parece que como forma para garantir o seu futuro económico. Em 1882, saiu apenas o seu *Perfil do Marquês do Pombal*, uma biografia crítica do marquês comemorado pelos republicanos, e a miscelânea *Narcóticos*, com muitos textos já publicados. E com essa data surge *A Brasileira de Prazins*, realmente lançada em janeiro de 1883, ano em que Chardron também publica a polémica *A Questão da Sebenta*, que tem a sua origem nas acusações de mercenarismo dirigidas por um professor de Coimbra contra Camilo. E uma biografia de *D. Luís de Portugal* publicada pelo ser novo editor Costa Santos quando já se inicia uma rutura com Chardron que Camilo atribui ao facto de lhe ter pedido “romances realistas, muito picantes” mas que pode muito bem ser devido ao “pouco negócio” que o editor detetou no futuro trabalho camiliano.

Os seus problemas crescem com o agravamento das suas doenças (especialmente a dos olhos), e a sua precariedade económica leva-o a subastar outra boa parte de sua biblioteca em 1883, cerca de 2.000 volumes, e a procurar, já de tempo atrás, através de amigos influentes que o Estado compre alguns dos seus estudos.

O Vinho do Porto e *O General Carlos Ribeiro* é toda a sua produção em livro de 1884. A primeira, uma narrativa entre histórica e memorialista, provoca novas polémicas com jovens naturalistas. A segunda, uma biografia, dedicada ao Visconde de Benalcanfor, também atualizará de forma controversa a sua pretensão à nobreza, já que a oferta que faz ao rei de uma cópia em pergaminho é interpretada por alguns como um ato de submissão. Apesar da sua baixa produção de romances e do

impulso do realismo-naturalismo, Camilo ainda é, como assinaei, o escritor mais reconhecido.

A 18 de Junho de 1885 foi finalmente nomeado Visconde de Correia Botelho, para o que foram decisivas a colaboração de Tomás Ribeiro e a sua atitude colaborativa com a monarquia. Publica cada vez menos. Neste ano apenas o estudo *Maria da Fonte* e entre este e o seguinte *Serões de S. Miguel de Ceide*, fascículos dedicados à crítica (por exemplo o favorável sobre *A Velhice do Padre Eterno* de Junqueiro, prova da reconciliação de ambos) e à crónica cultural e social que fica suspensa no sexto fascículo, mui possivelmente por insucesso. Em 1886 saiu a sua *Boémia do Espírito*: uma vasta coleção de textos, alguns retocados, suavizando, por exemplo, a sua crítica à monarquia. Isso causará uma nova polémica, que será publicada, com os sucessores de Chardron Lujan & Genelioux, proprietários (absolutos?) da grande maioria dos textos, que ordenam o confisco da edição. Entre estes textos não está, por exemplo, “A Fidalguinha”, uma sátira sobre *O Primo Basílio* e o seu autor publicada na revista *Repúblicas*, que mais tarde recolheria em *Serões de S. Miguel de Ceide*. E, entre as suas recompensas polo favor real, deve contar-se a sua amável crítica à tradução que D. Luís de Bragança fizera do *Otelo* de Shakespeare. E finalmente sai o seu anunciado “romance de sensações” *Vulcões de lama*, que não alcança o sucesso desejado. É, mais uma vez, um romance passional e rural centrado no tempo das guerras civis (o quadro histórico mais privilegiado para Camilo), com o pungimento e a crueza das suas últimas obras, realista em muitos passos, pessimista em parte, com um final romântico e sentimentalista. Problemas familiares e de saúde assolam-no e a ideia da morte, inclusive suicídio (esta é antiga), estará cada vez mais presente. Em 1887 não publicou nenhum livro e, quase cego, visitou vários médicos para encontrar um remédio. Sob o título “Nota à procissão dos moribundos” publicou na *Novidades* uma resposta ao prólogo de *Azulejos* do

Conde de Arnoso em que Eça (Cabral, 1982: 137-145), sem o citar, atacara Camilo e os “discípulos de idealismo” por ser hipócrita e antiquado, três meses após a publicação de “A Fidalguinha” (e onde, aliás, começa com uma alusão a Voltaire que pode até ser lida como uma resposta ao voltairianismo declarado por Camilo naquela altura). Mas Eça evita a polémica. Em 1888 casou-se com Ana, talvez como resultado dum compromisso para obter o título de visconde. Publica apenas *Nostalgias*, que dedica a Freitas Fortuna, o seu principal financiador e amigo nos últimos anos, que possivelmente pagou a edição. Em 1889, em Lisboa, recebe uma homenagem de estudantes e intelectuais promovida pelo renomado escritor João de Deus e a visita do destronado Pedro II do Brasil e obtém uma pensão para Jorge. Publica outras compilações mas nada de novo. E em 1890 saiu o livro de sonetos *Nas Trevas*, editado pela Tavares Cardoso & Irmão, depois de ter sido rejeitado por várias editoras.

No primeiro de junho, cego, recebe a visita de um oftalmologista de prestígio na sua casa, em quem deposita as suas últimas esperanças, mas a sua doença não tem remédio e dispara-se um tiro. O seu enterro e funerais no Porto (no sepulcro da família Freitas Fortuna), que a imprensa trata entre a objetividade e a formalidade própria deste tipo de atos, parece constituir uma pobre expressão de luto, com a ausência de quase todos os escritores de prestígio (nenhum dos muitos jornais consultados, que, em geral, elogiam muito a sua figura, cita figuras de destaque) e, claro, do mundo burguês da cidade, exceto representações oficiais. A Câmara dos Deputados aprovará um voto de “profundo sentimento” pola morte de uma “glória da literatura nacional” e fechará em sinal de luto, mas outras honras maiores propostas por Junqueiro não prosperarão. Do seu reconhecimento, servem de coda as palavras de *O Século*, representante das ‘novas ideias’ por excelência, que se despede com generoso espaço no dia 2, valorizando muito a sua atividade e afirmando entre outras cousas que, se, com todas as faculdades

de trabalho e estudo que possuía, Camilo se tivesse orientado na corrente das ideias modernas e da ciência dos “últimos tempos – às quais, porém, não era totalmente alheio”, a sua ação teria sido de capital importância para a transformação moral a operar na nova sociedade desorientada e desgastada.

E num artigo de capa inteira do dia 3, talvez de Magalhães Lima, depois de apontar o uso de “processos de forma” realistas em *Eusébio* e *A Corja*, lê-se: “mas, à sério, orientado pelos princípios da nova escola, escreve *A brasileira de Prazins*, que maravilha os jovens e os velhos, pela enorme facilidade de adaptação dos processos novos, realizada por um escritor da velha escola”.

A figura de Camilo ocupa hoje um lugar relativamente central no cânone literário português. A maior consagração da obra de Eça de Queirós, o prestígio europeu da narrativa realista frente à romântica, a sua sujeição repertorial ao imediatismo do mercado e a importante tendência biográfica de muitos dos seus estudiosos (alimentada pelos escritos do próprio autor), contribuíram para colocá-lo num lugar inferior ao daquele cânone do século XIX, embora nele permaneça por ter alguns estudiosos de prestígio e pela sua presença nos currículos escolares. É um dos escritores portugueses mais lidos de todos os tempos¹¹².

¹¹² Na sua versão original, em espanhol, este texto completa-se com capítulos já centrados n' *A Brasileira de Prazins*. São eles: “Génesis y estructura de *La Brasileña de Prazins* y de su ambigüedad”, “La ‘Introducción’ de *La Brasileña de Prazins* como compendio de la estrategia camiliana”, “La religión y la figura del Padre Osório”, “Las Guerras Civiles”, “El ‘brasileño’ de Prazins”, “Un caso de inversión camiliana: la influencia de la literatura (romántica) en las personas”, “Técnicas o claves para una explicación realista-naturalista”, “El P.S.” y “*La Brasileña de Prazins* y la crítica contemporánea” Torres Feijó (2003: 88-146).

(Página deixada propositadamente em branco)

CARATERIZAÇÃO DO POLISSISTEMA PORTUGUÊS (1890-1010) ¹¹³

¹¹³ Originariamente, este capítulo pertence à minha tese de doutoramento *Galiza em Portugal, Portugal na Galiza através das revistas literárias (1900-1936)*, que defendi na Universidade de Santiago de Compostela no ano 1996, parte da qual publiquei em 2019 subordinada ao título *Galeguismo precário e Portugal*, Santiago de Compostela, Andavira. Em origem, foi concebido para tratar uma aproximação sistémica, sobretudo através da imprensa periódica não diária, ao sistema literário português nesse período. O período focado justifica-se, nos seus termos *ab quo* e *ad quem*, por dous fenómenos havidos no campo do poder que irão condicionar fortemente os campos culturais significando, em cada caso, o advento dum novo momento e duma nova dinâmica no campo literário. Na realidade, o termo *ab quo* que utilizara era o de 1888, porque permitia um paralelo explicativo com a dinâmica do protossistema galeguista da altura, cuja necessidade comparativa com o polissistema português demandava esse alargamento; mas, obviamente, nada altera a consideração da baliza inicial em 1890.

Em nossa opinião, um bom termómetro para conhecer a centralidade de um fenómeno literário é o de estudar o tratamento que dele fazem os meios não diários deste tipo, porque são o sintoma mais relevante da transcendência de tal fenómeno da vida literária no âmbito do interesse geral.

No livro citado, trato mais por extenso (fundamentalmente, entre as páginas 43 e 53) a relevância do estudo das publicações periódicas não diárias para o estudo sistémico da literatura. Brevemente, indico aqui alguns dos que me parecem elementos chave: a sua índole sintética e seletiva, a sua abrangência genérica, a sua simultaneidade e imediatez (uma forte ligação ao presente, então) espelhando lutas sistémicas. Igualmente, o seu carácter muitas vezes de grupo ou coletivo em geral, manifestando tensões sistémicas e propostas, por vezes antagónicas, de gostos, modas e repertórios.

Conjunturalmente, cabe ter presente que precisamente o período aqui abordado é um momento de muita importância, dados os meios técnicos e de difusão da altura e a ainda não concorrência dos meios. O seu número, qualidade, facilidade aquisitiva e aumento de pessoas alfabetizadas fazem com que as letras impressas num suporte periódico atinjam uma importância determinante na sociedade, e nos processos que nela se verificam (p. 43), em geral e, particularmente nas elites culturais. A sua crescente importância na vida social e política da comunidade testemunham-na, entre outros fatores, as várias tentativas dos Estados de regular a prática jornalística, mesmo com rigorosa censura (p. 46). Enfim, do estudo das publicações periódicas extraímos sobretudo informação do ambiente literário duma época e dum lugar, o *pulso* da notícia (p. 48).

1.1. Panorama da Imprensa Portuguesa no Trânsito entre os dous Séculos

Segundo os dados que nos fornece Daniel Pires (1986), o número de publicações literárias surgidas (qualificativo alargado no autor às revistas em geral culturais, que aqui iremos considerar) é na primeira década do século XX de 119 e na segunda de 110, paulatino ritmo de ligeiro decréscimo que se mantém praticamente na terceira década (102), mas que a partir de 1930 desce já a níveis consideráveis (72). O número de publicações aparecidas em cada ano proporciona-nos uma média de aproximadamente dez entre 1901 e 1925, com algum momento baixo (1908, 2 publicações, 1911, 4) e em alguma ocasião superior a vinte (1902). Por sua vez, Rui Ramos (1994: 48) dá-nos o dado de o *Boletim do Ateneu Comercial do Porto* contar oitenta e seis novos jornais em apenas os seis meses de 1891.

Estes tipos de dados, mui indicativos, não nos fornecem contudo uma ideia apurada da situação, porque são consideradas apenas as publicações aparecidas em cada ano ou período, e não as que estão em curso. Com efeito, há períodos em que intuímos existir uma maior estabilidade geral na vida das publicações do que noutros, que não se correspondem exatamente com os momentos mais férteis na saída de novas empresas jornalísticas. A isto deve acrescentar-se o facto de não termos dados de audiência que nos permitam elucidar a incidência real que os diversos meios de comunicação tinham na época.

Da análise de Rui Ramos sobre o *Boletim do Ateneu Comercial do Porto* depreendem-se no entanto algumas orientações sobre estes últimos aspetos considerados; segundo as suas indicações a imprensa periódica contava em 1900 com quatrocentos e dezasséis títulos, chegando a quinhentos quarenta e três em 1910. Brito Aranha (in Tengarrinha, 1989: 233), calculava em 1897 ter Portugal 1 jornal para 6.500 habitantes, mais que na França, enquanto a Inglaterra dispunha de 1 para 23.000. A mecanização e os avanços técnicos

em geral estão detrás deste surto. Um surto aliás que é considerado em ocasiões como uma inflação; se, na década de dez (atendendo aos dados citados), o número de publicações é ainda superior ao de inícios de século, Beatriz Pinheiro e Carlos de Lemos, diretores da *Ave Azul* de Viseu, já pretendiam fazer-se um lugar no horizonte de expectativas do público de fim de século captando a benevolência dos seus leitores reconhecendo ser demais, sem ponta de ironia, “mais uma revista literária... – em Portugal – e em Viseu”¹¹⁴.

Oportunamente, todavia, Rui Ramos pondera que o número de publicações da época deve ainda relativizar-se um tanto, em razão da descentralizada estrutura jornalística do país. Dos três grandes centros produtores, Lisboa, Porto e Coimbra, (a que poderíamos agregar a região do Minho no seu conjunto) os dous primeiros, segundo a informação que vimos citando¹¹⁵, estão praticamente a par nas primeiras décadas, situando-se Coimbra aproximadamente pola metade da produção das duas anteriores.

Por outro lado, e polo que diz respeito a outras vilas e cidades portuguesas (e pondo de parte a produção nas, na altura, colónias) é o norte que registra uma superior presença de imprensa a respeito do Centro e sobretudo do Sul. “Braga, Aveiro, Coimbra e Viana do Castelo eram aqueles [distritos] em que maior quantidade deste tipo de títulos se publicava (36%)” (Ramos, 1994: 48), Braga possivelmente à frente, pois contava com um Guimarães e um Barcelos particularmente ativos nesta época, mais ainda do que a cidade que dava nome ao distrito.

De novo utilizando os dados de Rui Ramos, podemos caracterizar o tipo de jornal existente em Portugal nesta altura como sendo semanal

¹¹⁴ Número 1 de 15 de janeiro de 1899.

¹¹⁵ Talvez na nossa seleção da matéria de estudo exista uma propensão mais favorável à capital do Estado do que à do Norte do País. Aceite esta possibilidade, entendemos no entanto que a produção lisboeta de revistas culturais e literárias era maior em Lisboa do que no Porto, em maior proporção do que os jornais de informação, apesar de não termos dados que possam confirmar o que hoje é uma hipótese algo aleatória, e, serem, os que dispomos, contrários à nossa intuição. Por exemplo, Rui Ramos (1994: 537) afirma que, em 1910, “Lisboa ainda não imperava, como viria a acontecer desde meados do século. O Porto, por exemplo, igualava-a na fabricação de revistas literárias”.

(64% do total de jornais), com uma tiragem de entre duzentos e oitocentos exemplares¹¹⁶ (67%) e de índole «política» (48%).

De resto, Lisboa e o Porto concentravam 42% de todas as publicações, com uma grande variedade (a imprensa política alcançava só 28% das publicações, seguida pelas literárias) e exclusiva capacidade de editar jornais diariamente, com a exceção dum que via a luz em Évora. E mais do que passíveis duma rígida classificação temática, funcionam na época publicações caracterizadas pelo *hibridismo* (Rocha, 1985). No caso das que dedicavam espaço à literatura, Rocha destaca a função de “ilustração literária” e recreativa que muitas tinham, junto com um perfil informativo em vários domínios, e um *interesse documental*, que, por exemplo, as leva a introduzir documentos e textos de autores consagrados.

À vista de tais dados, pode afirmar-se, sem temor a grande erro ou exagero, que boa parte da sociedade civil, e com ela a literatura, vivia na imprensa da época. As publicações, duma ou doutra forma literárias, podem então informar-nos com bastante precisão do ambiente literário português.

Ora, é oportuno indicar a índole dessa informação. Ela vai explicar o carácter efémero de muitas publicações literárias da época. Dum lado, é a imprensa diária que melhor reflete esse ambiente literário a que nos referimos. A sua capacidade de penetração, cujo modelo é muitas vezes copiado pelos semanários regionais, é mui superior, sobretudo quantitativamente, ao das publicações propriamente literárias; trazem, aliás, informação geral e são mais baratos. As revistas literárias padeciam também outros tipos de concorrências que as deixavam em situação desfavorável. A dos diversos ócios de que podia dispor, crescentemente, o seu público potencial. E o custo, baixo com relação ao de muitas revistas, dos livros. Note-se, de resto, que muitas delas sustentavam a sua sobrevivência não na venda direta em

¹¹⁶ Embora muito menor no seu conjunto às tiragens da imprensa periódica: em 1906 calculam-se em 300.000 os exemplares diários da imprensa lisboeta; *O Século* tirava na altura 80.000 exemplares por dia (Rui Ramos, 1994: 52).

quiosques ou similares, mas nas assinaturas que conseguiam reunir, e, sobretudo, cobrar. Essa dificuldade acrescentada, que acaba por semear algumas publicações de avisos para o pagamento, e até de ameaças de publicar os nomes dos morosos assinantes, situa as revistas à beira da extinção, obriga os seus responsáveis a sufragarem as dívidas, a jurarem que nunca mais vão tornar a empresas semelhantes e a salientar, uma e outra vez, a *indigência cultural do mísero país que lhes caíra em desgraça, mau fado*¹¹⁷.

Portanto, a informação que deduzimos dos meios de comunicação literários tem tanto a ver com o que neles é vulgarizado e defendido, como com o que aí é criticado ou posto de manifesto a respeito da vida literária do período.

Um revelador artigo de 1903, que assina C. de Figueiredo na *Revista de Lisboa*¹¹⁸, fornece-nos essas chaves da receção do momento que acabamos de apontar. Por vezes, vai parecer que lemos nele as apreciações que hoje se fazem sobre as mesmas questões; uma delas é a da indiferença do público, constituída em ideologema, no sentido que dá à noção Julia Kristeva (Rocha, 1985: 121). Fácil era, sim, e dados os meios técnicos da época, lançar uma revista ao mercado; sustê-la e elevá-la a certa qualidade, técnica, era o realmente difícil. Por isso começa Figueiredo comentando:

¹¹⁷ Em geral, essa era uma situação bastante comum ao mundo latino, e, em particular, ao lusófono. Um ano depois do artigo que a seguir comentamos, assinalava Raul d’Azevedo para o *Brazil litterario*: “«O meio» é uma negação para as letras, e, até hoje, ainda não vingou uma só revista de Arte!”.

Fazia-o no número três da *Revista Internacional* (de 31 de maio), e era como uma premonição, porque ele ia ser o último da publicação.

Nesta precária situação, não tinha Azevedo tão má opinião da imprensa diária do seu País como a que veremos em autores portugueses: “Consolamo-nos com as gazetas principaes que teem sempre as columnas francas ás boas produções”.

¹¹⁸ “A Revista”, *Revista de Lisboa*, número 4, Ano III, dezembro de 1903.

“De todos os empreendimentos litterarios, o que julgamos mais arrojado, sob o ponto de vista economico, é a publicação duma revista litteraria...em Portugal¹¹⁹.”

É facil provar-se que das duzentas ou trezentas revistas litterarias, publicadas entre nós, nos últimos trinta annos, nem meia duzia conseguiu alargar a vida para além dum ou dous annos. Muitas d’ellas morreram nas faixas infantis, e muitas outras arrastaram vida periclitante e doentia, através de alguns mezes, extinguindo-se na lucta entre a insolvência dos assinantes e as exigências das fábricas do papel e das officinas tipograficas”.

O problema, conclui Figueiredo, é que não há leitores “que paguem o que leem”. Três inimigos encontra o autor que “não permitem vida longa áquellas enfezadas e ephemeras rosas de Malherbe”. À frente, a concorrência das folhas diárias: “Estas tambem nos dão litteratura, litteratura barata, a 10 réis¹²⁰, e litteratura leve, que se digere toda, n’um passeio de carruagem ou de comboio”.

Como se vê, a fórmula da “litteratura para as viagens”, não “de viagens”, tinha *já* successo nos começos de século.

Era o leitor burguês, a quem se dirigiam, que se lhes escapava. Já os tempos dos gabinetes de leitura tinham passado; novas possibilidades para os crescentes tempos livres se abriam. Figueiredo concede que as circunstâncias económicas mudaram: “a civilização augmentou as necessidades; os ricos são poucos e as exigencias sociaes e domesticas são muitas”. Menos temperado é com a mocidade e com as mulheres leitoras, que sustentaram boa parte das empresas editoriais:

“Depois, a mocidade, geralmente irrequieta e foliona não hesita entre a assignatura duma revista, e uma noitada em São Carlos

¹¹⁹ Nunca se safou a hipercritica portuguesa de censurar continuamente o País, que daria a impressão, se acreditássemos cabalmente nas censuras, que vive de Camões e do milagre a partes iguais.

¹²⁰ As oito páginas da *Revista de Lisboa* custavam um escudo em Portugal, escudo e meio em Ultramar, e cinco (fracos) para os aliados brasileiros.

ou no Coliseu, ou uma tarde no Campo Pequeno. O proprio sexo feminino, as plumas vistosas dum chapéu e umas botas do Stlpflug valem incomparavelmente mais que as melhores revistas, se não forem *revistas do anno*".

Enfim, nem uma autocritica nos comentários de Figueiredo para as revistas do momento, algumas das quais estavam a viver a confusão que a crise gerava com uma confusão ainda maior, encastelados alguns em fórmulas que já não prestavam para alguns dos anteriormente fiéis.

Não podia faltar nas causas da decadência dos leitores portugueses a referência à "educação literária" do povo, onde também não falta ao encontro crítico o "mau romance francês", que se vinha a importar, havia mais de trinta anos, com notável êxito. Falhava era talvez a conceção, mais do que pedagógica de arauto salvador, com que algumas publicações se apresentavam; a colaboração mais destacada na *Revista de Lisboa* era a de Júlio Dantas, Bulhão Pato, Gomes Leal e Lopes de Mendonça; e poucos estavam para pegar nessas meadas na altura:

"Pouca gente lê para saber; e, para a grande maioria do publico que lê para se distrahir, não ha nada tão bom como um mau romance francês. Por um franco¹²¹, obtem-se leitura recreativa e edificante para meia duzia de serões. E depois a inconsciencia geral do mérito ou demérito dos escriptos do litterato A. ou do litterato R.: são tudo litteratos, gente que maça ou que diverte o proximo, consoante a cara d'este é a dum herdeiro feliz ou a dum genro aborrecido. Em geral, uma revista inepta logra acolhimento analogo ao da mais esmerada e interessante revista".

Quanto à *Revista de Lisboa*, interessante, este é o seu último número.

¹²¹ As oito páginas da *Revista de Lisboa* custavam um escudo em Portugal, escudo e meio em Ultramar, e cinco (fracos) para os aliados brasileiros.

1.2. Presença de Produções Literárias Transpirenaicas No Polissistema Português Finissecular

No quadro de transferências, a literatura portuguesa olha de preferência para uma determinada literatura, a francesa, e com ela mantém uma relação de mania¹²² (Machado e Pageaux, 1988: 73-80), que mesmo alarmava alguns setores de opinião.

Da análise das publicações no trânsito entre os dous séculos, deduzimos com facilidade um contexto, pelo que diz respeito à presença de literaturas transpirenaicas, mui parecido com o do Estado Espanhol da época. A presença francesa sobranceia por cima doutras literaturas. Não mais, de resto, do que podia acontecer nos meios espanhóis. De tal forma é sentida, tanto polos portugueses como polo resto do mundo cultural ocidental, a presença da literatura francesa e de autores franceses nalguns meios que o brasileiro Raul d’Azevedo observa na *Revista Internacional*, no último número dos três que conheceu, que se os escritores brasileiros escrevessem em francês, “e num meio intellectual como o de Paris”, triunfariam, acrescentando algum certo amor próprio ao protesto: “Que eu, lealmente o digo, não conheço na America do Sul povo mais intelligente e de mais vocação artística que o nosso”.

De igual modo, é perceptível, segundo as publicações e áreas geográficas, uma estrutura de transferências similar à anterior. Por exemplo, nos meios regionais ou regionalistas (fora do âmbito dos três principais centros produtores) é mais acusada a presença dos autores mais celebrados do romantismo europeu, e, já nos finais de século, dos autores realistas e naturalistas. Há casos em que esse

¹²² Machado e Pageaux (1988: 73-80) aprofundam com acerto nas atitudes que condicionam a interferência entre sistemas em termos de imaginário. Para eles, quatro atitudes fundamentais regem a representação do Outro: “mania”, “filia”, “fobia” e “república das letras”. Com a primeira, estes autores designam a consideração como superior que uma cultura tem da estrangeira que é importada. O estrangeiro aqui é trazido para suprir carências sistémicas, e a sua imagem serve ao mesmo tempo de crítica à própria cultura. Como esclarecem estes comparatistas, junto a essa mania desenvolve-se não raro uma miragem sobre a outra cultura.

caráter secundarizante de algumas publicações dá como resultado a vulgarização de quase exatamente os mesmos autores, franceses normalmente. Assim por exemplo, a “folha noticiosa, litterária e bibliográfica” *Estrella do Minho* de Vila Nova de Famalicão, propriedade de Manuel Pinto de Sousa, dedicava em 2 maio de 1904¹²³ a sua primeira página a Daudet; no número seguinte era a A. Dumas pai que se prestava atenção e, no posterior, a Catulle Mendès.

Outras literaturas, como a russa, vão aparecendo no panorama português dos inícios de século. Da sua progressiva instalação central nesta altura informa perfeitamente o facto de aparecerem em 1905 vários números dedicados a vulgarizar a literatura russa num magazine que desfrutava já desde muitos anos atrás de enorme prestígio e audiência, *O Ocidente*, o que revela que esta produção literária saíra já do âmbito estritamente literário de vulgarização para atingir a centralidade que todo o magazine, ou revista ilustrada de informação geral, prestigiosa, concede.

No quadro particular das publicações não diárias era de novo a França o país que contava com o maior prestígio. As suas revistas eram, aliás, o veículo fundamental para a transmissão direta das novas ideias e estéticas. Eram lidas em toda a parte, e até serviam de parâmetro para calibrar a qualidade doutras. Em 1904, referindo-se ao caso brasileiro, Raul d’Azevedo¹²⁴ informa-nos das revistas mais prestigiosas da Europa, tomadas polos países mais influentes, destacando a *Revue des Deux Mondes*:

“Resta-nos, em outros Estados, diversas tentativas que merecem bem palavras de encorajamento. Nenhuma, porém, como a *Revista Brasileira*¹²⁵, que egualava, no género, as melhores publicações européas [...].

¹²³ Números 457 (15 de maio) e 458 (de 22 de maio) e 459 (de 29 de maio).

¹²⁴ *Revista Internacional*, número 3 de 31 de maio.

¹²⁵ Era dirigida por José Veríssimo, e acabava de desaparecer.

Ellas [alude às revistas que ainda continuavam a ser publicadas no Brasil], não podem ser classificadas ao lado de *La Revue*, da *Contemporary Review*, da *Nuova Antologia*, da *Revue Bleue*, da *Ilustración Espanola* [sic], para não falarmos na *Revue des Deux Mondes*, que esta não tem igual”.

1.3. Um Misto Finissecular

O século XIX é o século das nações; parece-nos não ser um exagero esta afirmação. Processos como o húngaro, o das unificações da Alemanha e da Itália, o surgimento enfim das reivindicações nacionais ou regionais no seio dos Estados é uma constante: é época de exaltação. Portugal, que não tinha questões nacionais continentais a resolver, celebrara com entusiasmo o tricentenário de Camões.

Dez anos mais tarde, um embaixador em Lisboa, infelizmente para o Governo luso o da Inglaterra, entregava ao ministro dos Negócios Estrangeiros uma nota que ia convulsionar a vida política, social e literária portuguesa. A nota continha o Ultimato que os ingleses davam a Portugal para retirar a sua expedição militar do atual Malawi. Movimentou-se toda a população, ministros também (embora o dos mal sucedidos Negócios Estrangeiros visse apedrejar a sua casa), indignada frente ao ato imperialista inglês frente ao menos imperial Portugal da altura.

A nação, porque ela era realmente que estava em jogo, assistia também e fundamentalmente à sua transformação ideativa e organizativa. Sem muito tempo para a reflexão dada a precipitação dos acontecimentos, o que aquela carta dos ingleses vinha apurar era o sentimento duma urgente transformação, que já começara a calhar em alguns meios portugueses. “Abençoado ultimato” apregoava o *Diário de Notícias* em 25 de janeiro.

São épocas, pois, de tanta confusão como de desejos de mudança. *Para onde* é a dificuldade a resolver. E a produção literária não vai

seguir cursos mui diferentes dos que o imenso caudal de projetos e propostas nutriam a crítica vida social e política de aquela Lusitânia oitocentista.

No Portugal finissecular onde ainda ecoam os gritos de protesto perante o Ultimato britânico, a coincidir com uma crise financeira que dificilmente se podia ocultar (Ramos, 1994: 22 e ss.), o panorama literário não é, então, harmónico com aquele que se delinea na altura imediatamente anterior aos protestos cívicos antibritânicos. Progressivamente, saía Portugal dum mundo socioeconómico ainda fundamentalmente agrário, com a industrialização do Porto e sobretudo de Lisboa, que já em 1917 chegará a dobrar a da zona nortenha (Lopes, 1973: 294). O País liderado polos intelectuais, como bem define Rui Ramos, onde o intervencionismo dum Antero de Quental ou dum Guerra Junqueiro dominava a vida pública, deixara passo a uma série de tendências (gestadas na época, por vezes ao calor dos sucessos derivados do *mapa cor-de-rosa*¹²⁶, ou então com marca de origem no Romantismo), cujo tom comum acabará por ser a progressiva imposição do tradicionalismo e o enraizamento na Produção (com a fundamental exceção de certo Simbolismo), frente ao sentido cívico, moralizante e crítico da outra ação patriótica que anos atrás tivera lugar. Quase todas as tendências literárias da época procuram saídas que têm em comum a valorização de elementos irracionais, opostos ao racionalismo dominante, e fracassado. Talvez seja o Naturalismo aquele que mais se safou desse pendor, óbvio num movimento tão epigonal como já secundarizado e conservador.

O caráter cultural do patriotismo de Alberto Oliveira, e de novo tornamos a Rui Ramos, já não será o cívico de Latino Coelho. Oliveira elevará à categoria de solução a volta à inspiração no génio quinhentista e nos motivos populares, quanto mais primitivos e

¹²⁶ O mapa contendo a essa cor os territórios africanos objeto da pretensão do império português de unir Angola e Moçambique de Oeste a Leste fora apresentado em 1886 na Sociedade de Geographia de Lisboa.

irracionais mais genuínos. Um retorno que no *Só* e no *Desejado* de A. Nobre vai encontrar o mais acabado modelo.

1.3.1. Linhas de força no polissistema na época do Ultimato

O panorama literário, no seu conjunto, vai conhecer três grandes linhas de força no Portugal finissecular, algumas com marcadas raízes anteriores: a que podemos sintetizar sob a designação geral de Tradicionalismo, o Decadentismo-Simbolismo e o Naturalismo. Não sendo compartimentos-estanco, elas são facilmente perceptíveis como expressão de tendências, mui determinadas, aliás, polos acontecimentos que vão do Ultimátum ao 31 de janeiro de 1891, e vão dominar a vida literária portuguesa até 1910, aproximadamente, mas com diversa fortuna. Óscar Lopes (1973: 314) sintetiza-as excelentemente:

“Três são, pode dizer-se, os grandes feixes de tendências que dominam a nossa literatura entre 1890 e 1910. O primeiro desses feixes, aquele que cronologicamente se desenha mais cedo e tem o seu aparente ponto de partida em tradições mais assentes, é o de certas tendências novi-românticas, historicistas, sentimentalistas, nacionalistas, que pretendiam reatar, com efeito, uma tradição romântica, mas na verdade reagem a circunstâncias que as levam até, por vezes, a virar do avesso aqueles mesmos mestres dos quais se apresentam como continuadores. Na medida em que, no decénio de 1890, acorda já a consciência dessa inevitável rotura sob uma aparente continuidade romântica e em que esse novi-romantismo se torna permeável a uma estética já sem pretensões de representar a vida popular portuguesa, a uma estética confessadamente minoritária, cosmopolita, com requintes exóticos, formalistas ou decadentes – ficamos em presença de um novo feixe distinto de tendências, designáveis como esteticistas – decadentistas. Final-

mente, o naturalismo recorta-se sobre um fundo de transições que o ligam, sim, a estes dous feixes, mas distingue-se deles por uma combatibilidade crítica diretamente herdada da geração de 70 e que, por um lado, procura manter-se em contacto aguerrido com os fenómenos novos de mecanização industrial, proletarização, especulação financeira, degradação do liberalismo monárquico, embora, por outro lado, ceda inconscientemente terreno àquele mesmo romantismo idealizador de expansões distantes e de velhos paraísos rurais a que deveria opor-se, na verdade, o seu republicanismismo dominante prolongasse em todas as suas consequências os momentos mais ousados da anterior geração realista e do romantismo setembrino”.

Ora, para darmos conta do seu decorrer, é oportuno fazer algumas apreciações sobre os seus constitutos fundamentais, e mesmo sobre as individualidades influentes que escapam a uma caracterização genérica. Começemos pelos seus antecedentes.

1.3.1.1. *Os Estudos em Ciências Humanas e Sociais*

Ao lado dos diversos movimentos estéticos da época, e por vezes com alguns deles convergentes, desenvolve-se desde os anos setenta em alguns meios intelectuais portugueses um crescente interesse pela História, quer dos movimentos sociais ou políticos, quer referida à investigação das raízes literárias, linguísticas e em geral culturais do povo português. Este pendor historicista, que enlaça em algum caso com a dedicação que Herculano ou Garrett prestaram a similares questões, vai acabar informando e (com)formando, como veremos, vários dos temas e ainda das tendências literárias de fim de século¹²⁷

¹²⁷ Os estudos históricos e filológicos foram importantes na época para a vida literária, e talvez hoje esteja um tanto minusvalorizada a sua centralidade, tanto no momento como em autores e movimentos posteriores. É significativo que um histo-

Entre os autores destacados neste empenho, é salientável a conhecida atividade, não apenas erudita, de Teófilo Braga, cujas investigações e objetos de estudo vão alimentar diversos movimentos literários que encontram na *essência* do *ser português* uma das suas principais razões de existir, como será o caso do Saudosismo. Teófilo é homem extraordinariamente prolífico; quando em 1877 publica o *Parnaso Portuguez Moderno*, o Professor de Literaturas Modernas no Curso Superior de Letras tinha já publicado mais de cinquenta volumes.

É época esta de impulsos na investigação em todos os âmbitos; mas particularmente reforçada em Portugal pela necessidade de procurar saídas espirituais à crise em parte também espiritual, em determinados setores, que explica o seu papel relativamente central até à década de vinte. Quiçá também por isso, este tipo de trabalhos não vão estar isentos, como sabemos, de certos apriorismos, onde a hipótese combina, de regra, com o desejo animado pela imaginação, ali onde é mais difícil por nebuloso estabelecer conclusões *modo positivista*. Maria de Lourdes Belchior (1980: 104) resume perfeitamente o caráter desta tendência:

“[...] em alguns dos que quiseram caracterizar o chamado «génio nacional» o zelo e a imaginação consorciaram-se admiravelmente. Um dos casos paradigmáticos parece-me ser o de Teófilo Braga, a detectar perseverantemente, tenazmente, o «génio português» nas suas raízes célticas¹²⁸. Mas mais estremado – apaixonado – e sem procurar aparato erudito em que fundamentar a sua explicação do «espírito lusitano» é Teixeira de Pascoaes”.

riador literário tradicional como Fidelino de Figueiredo reserve para a historiografia (apesar dos seus particulares interesses) o maior espaço que dedica ao estudo da época que medeia entre 1871 e 1900.

¹²⁸ A preocupação polo celtismo é, em Portugal, mui anterior a T. Braga (v. gr. António Ribeiro Sanches, Cardeal Saraiva, etc.).

Nesta procura de qualquer cousa parecida com o “espírito português”, somam-se progressivamente ao nome de Teófilo Braga outros, de preferência etnógrafos e filólogos, cuja tarefa vai também contribuir para perfilar as linhas nacionalistas finisseculares. Salientam-se, entre outras, os vultos de Adolfo Coelho (formado na escola alemã de Diez), Martins Sarmiento, José Leite de Vasconcelos, Carolina Michäelis, etc. No âmbito mais restrito da Filologia, as investigações dialetológicas, do cancionero popular e a descoberta e análise dos Cancioneiros medievais alimentam ainda mais a tendência. E, por exemplo, as ciências sociais e a investigação histórica, representadas por Teófilo e Oliveira Martins são merecedoras dum capítulo no extenso artigo que Moniz Barreto, crítico praticamente oficial da *Revista de Portugal* escreve para o primeiro número da publicação, em 1889.

E é que a passagem de séculos é altura de definições; uma por cima de todas: a de determinar a existência (ou não, cousa esta mui poucas vezes hipotetizada) duma cultura portuguesa genuína. Má fortuna para Simbolismos... “Causas próximas, justificativas duma espécie de desespero colectivo”, comenta Belchior (1980: 105), “a consciência de crise e a necessidade de sobrevivência obrigavam a procurar, no «espírito da cultura portuguesa», os valores por que valeria a pena lutar”.

Nunca a intelectualidade portuguesa abandonou esta reflexão, desde os tempos de Teófilo até aos nossos dias, que, se conheceu parênteses obrigados por urgências e censuras (como o período salazarista), também levou às contínuas procuras, crises de *hiperidentidade* de que falava Eduardo Lourenço, no Portugal após-25 de abril. De novo utilizamos a síntese de Maria Lourdes Belchior a este propósito:

“Haverá realmente um espírito da cultura portuguesa? Terá a literatura portuguesa, na transição dos anos 800 para os de 900, revelado esse espírito nas suas componentes fundamentais¹²⁹? Tem-

¹²⁹ Normalmente, a este tipo de interrogações costuma responder-se que não, e que, como consequência, é vão tentar definir o que por essência seria indefinível.

se proclamado a existência duma Weltanschauung, peculiarmente portuguesa ou luso-galaica, condição para um pensamento de alcance universal, cujas raízes estariam mergulhadas na experiência concreta da saudade, logo da vivência da solidão radical do Homem e de uma indefinida inquietude [...].”

1.3.1.2. A herança da Geração de 70. Guerra Junqueiro e Gomes Leal

De resto, Simbolismo, Naturalismo e Tradição dominam a vida literária portuguesa do momento; e, como dizíamos, enquanto o Modernismo português não dê os seus primeiros abalos (abalos e não propriamente rutura sistémica) nos meados da década de dez, as correntes tradicionalistas vão impor-se progressivamente. Sobrevivem, e ainda com sobeja força nos primeiros anos do século, a herança realista e o renovado (ao mesmo tempo que epigonal) discurso naturalista do século passado; o romantismo, como movimento literário (não assim como mentalidade contemporânea pujante) vai apagando-se na obra de José Duro, Guedes Teixeira, Hamilton de Araújo ou Bernardo de Passos, “onde mal afloram” as influências do *fin-de siècle*, e sobrevive a linha parnasiana (Saraiva e Lopes, 1985: 969); e, ao lado, desenvolvem-se novas correntes literárias, Importação combatida desde quase cada esquina. Convém notar também um facto: Antero *caíra* expressivamente em 1891; Oliveira Martins morre três anos mais tarde; em 1900 morre Eça de Queirós; a obra de Teófilo Braga é, em grande medida, do séc. XIX. Portanto, a possibilidade de influência dos já “Vencidos da vida” estava manifestamente reduzida, e, com ela, as ideias que os chefes de fila do movimento realista

Em nossa opinião, porém, as reflexões desta época (a que devemos acrescentar as da Geração de 70, a irónica e a erudita), sim manifestaram uma ideia bastante apurada da identidade (e não na História) portuguesa e do seu decorrer ao longo dos séculos. É precisamente a matéria histórica, a sua perspectiva, que começou a ser revista nomeadamente nos anos oitenta do século XX, lógica consequência das mudanças estruturais, mais fortes do que as finisseculares, que se tinham verificado na década anterior.

começaram a desenvolver trinta anos antes. A leitura das suas obras continua mas a atividade que as acompanhava (e notemos que nesta época é habitual o escritor ser colaborador jornalístico) desaparece. Para além disso, o ambiente da década de noventa não está já para as admoestações, cada vez mais lúcidas (e talvez por isso mesmo ignoradas) do autor das *Notas Contemporâneas*:

“Eu digo que Portugal, nesta época em que não pode fazer conquistas nem tem já continentes a descobrir, deve esforçar-se por ganhar um lugar entre as nações civilizadas, pela sua educação, a sua literatura, a sua ciência, a sua arte, provando assim que ainda existe porque ainda pensa. Fomos grandes pelo que outrora fazia as nações grandes – a força; procuremos tornar-nos fortes pelo que hoje faz as nações fortes – a ideia. Foi esta a superioridade que eu desejei à minha pátria” (Belchior, 1980: 121).

Resta, para a posteridade imediata, Guerra Junqueiro; e, um pouco mais atrás destes, na cena, Gomes Leal.

A obra do autor da *Velhice do Padre Eterno*, incontestada até aos comentários de António Sérgio e à revista *Presença* praticamente, é a representação duma época. Mais do que virtudes formais, talvez fosse a versatilidade dos seus temas, juntamente com a sua inimitável militância republicana e a sua liderança ideológica e cultural, que fizeram do poeta nascido em Freixo-de-Espada-à-Cinta um modelo para os diversos movimentos literários desde meados de oitenta. «Profético» não é um adjetivo exagerado para qualificar a perspetiva de receção desta figura singular. E não apenas para a sua veia cívica, de intervenção, mas mui especialmente para a linha metafísica da sua poesia.

A sua obra evolui com as diretivas culturais da época. Talvez não seja Guerra Junqueiro um inovador absoluto, não um escritor *primário* no quadro polissistémico; mas sim parece evidente que no seu prestígio se concentram linhas poéticas que acabam triunfando.

Na corrente positivista e científica que deixaram como legado os conferencistas do Casino lisboeta, Junqueiro produz obras como *A Morte de D. João* (1874) e *A Velhice do Padre Eterno* (1885). Ao espírito satírico e iconoclasta destas obras correspondem também o *Finis Patriae* e a *Pátria*, estas, particularmente a primeira, escritas num período em que apareciam como a resposta certa aos momentos convulsos dos anos noventa. Já o tom panteísta, místico e intimista (e, não esqueçamos, já algo *tocado* pela lufada simbolista) de obras como *Os Simples*, complementado com as *Oração ao Pão* e *Oração à Luz* de inícios de século, anunciam o tipo de lirismo nacional que vai predominar nos saudosistas. Reunia aliás nestas obras algumas formas e aspetos da nova sensibilidade simbolista; e fazia-os convergir com o ruralismo, com “à volta à terra” que começava a ser apregoada desde alguns setores.

A par da obra de Guerra Junqueiro caminha igualmente a vida literária de Gomes Leal, aliás os dous considerados parte do mesmo grupo de 70. Mais ainda, o trabalho poético de ambos parece uma espécie de parceria; se um atacava o Padre Eterno, o outro combatia o seu Filho (o seu mui naturalista *Anti-Cristo* de 1886, reconvertido em 1907 ao sentimentalismo); se Junqueiro anunciava o *Finis Patriae*, lá Gomes Leal ultrapassava os limites do primeiro no seu *Fim dum Mundo*, subintitulando-o, para maior clareza ainda, *Sátiras Modernas*; e se *A Morte de D. João* apresentava batalha à monarquia, também os Braganças não se safavam do duro ataque de Leal em, título expressivo como todos os destes dous autores, *A Traição*. Afinal de contas, Junqueiro e Leal são de regra percebidos como um duetto com os mesmos objetivos, particularmente polos defensores duma literatura empenhada, como em passagem adiante veremos ao citarmos um texto sobre Fialho. Homem de continuado combate cívico, afinal vai receber, na quase miséria, a homenagem de muitos escritores e revistas¹³⁰ (ainda Augusto de Santa Rita dele

¹³⁰ Na subscrição nacional que se impulsou em favor do poeta, em 1913, muitas foram as *vozes* e menos as *nozes* que se conseguiram em favor do escritor convertido

se vai lembrar nas suas luxuosíssimas *Folhas de Arte*), económica e afetiva, e, em 1916, o precário subsídio duma pensão de seiscentos escudos anuais do Estado, com que viveu pobremente os cinco anos que lhe restavam de vida.

A vida política de Gomes Leal é ainda mais agitada do que a de Guerra Junqueiro; viveu, de regra, das suas abundantes colaborações na imprensa e da edição dos seus múltiplos panfletos, com uma dose de demagogia, ou, por melhor dizer, de ideologismo, que não devem todavia obscurecer uma alargada obra em que a assimilação das linhas poéticas europeias, de Goethe a Baudelaire, aparecem em ocasiões com forte originalidade. Ele é, aliás, um poeta singular, mais do que um poeta de grupo. Tradutor de Gauthier e Catulle Mendès, ativo leitor, apresenta, sobretudo em algumas das suas obras do séc. XIX, a atitude de quem quer quebrar o estado de cousas apelando à rutura mais contundente, sejam o orgiástico ou o ateísmo combativo os temas eligidos. Nele confluem igualmente restos do romantismo com apuradas imagens simbolistas. E as contraditórias atitudes do seu tempo, entre o positivismo e o cientismo e o surto metafísico e religioso, como põem de manifesto as versões do *Anti-Cristo*, por não recorrermos à *História de Jesus (para as Criancinhas lerem)*, livro edificante como era julgado na época em que, aliás, recorre ao verso e à língua populares. No seu mais puro estilo apocalítico, ele dá-nos, no prefácio de *Fim dum Mundo* (1900; citamos com Belchior, 1980: 109), a sua síntese finissecular: “Termina o século no meio dum apocalipse social; no meio de farrapos de declamações; farrapos luzentes de teorias; farrapos trágicos de esfomeados”.

em símbolo dum Estado que desprezava os seus mais dignos artistas. Aproveitamos o ensejo para indicar a penetração que alguns intelectuais catalães tinham já na vida literária portuguesa. Com efeito, em *A Vida Portuguesa* (número 13 de 6 de maio), o órgão da Renascença que dirigia Jaime Cortesão, aparece o artigo de Ribera i Rovira (*El Poble català*, 27-3-13) é em catalão, solicitando a ajuda do seu povo para Gomes Leal. A atenção ao facto chega por exemplo até São Mamede de Infesta, onde o semanário *A Voz do Leça*, cuja propriedade e direção reunia Mário d’Almeida Figueiredo, transcreve o referido artigo no número 13 do mesmo ano.

Apocalipses postas de parte, o século acabava com uma ‘bagunça’ literária dificilmente reeditável noutros períodos. Neste curioso “comboio descendente” para o fim de século viajam, por vezes até na mesma carruagem, autores de percursos diversos¹³¹. A “revista internacional” *A Arte*, de Eugénio de Castro e Manuel de Silva Gaio comparece em sociedade apresentando por sua vez, já no seu número primeiro, “La jeune littérature portugaise”, e lá vão, Fialho à cabeça, António Feijó e Luís de Magalhães, mas também Moniz Barreto, e, por outro lado, Alberto de Oliveira e António Nobre, assinando, para completar o quadro, Manuel de Silva Gaio. Numa revista, lembremos, onde a presença de Verlaine nas suas páginas, bastava para caracterizá-la aos olhos de muitos.

1.3.1.3. *O Naturalismo*

Ao lado da Geração de 70, e a muito custo, um naturalismo vestido cada vez de mais “farrapos”, já desprovido da profundidade, complexidade e introspeção dos seus predecessores, aparece. Não lhe tirará essa circunstância leitores, mas sim a primazia absoluta de que pôde orgulhar-se em anos passados, vincando agora novas correntes literárias vindas da França (mas, *renovadoras*, não todas).

Este tipo de literatura naturalista toma em Portugal tintas negras e morbosas. Os avanços científicos, como paradoxalmente costuma ocorrer, confirmavam não as possibilidades de progredir que a humanidade tinha, mas apareciam como reveladoras das misérias do género humano. O romantismo, ansiando o infinito, acaba por ser engolido, numa literatura que queria mostrar até onde a maldade

¹³¹ Reconhecemos a pouca originalidade da metáfora; por falarmos em *mistos* e *originalidades*, cedemos interessadamente às palavras de Eugénio de Castro no Prefácio do *Oaristos* (1890), criticando as “algumas dezenas de coçados e esmaiados lugares-comuns e a geral pobreza estilística da poesia da época: “Tais são os *rails* por onde segue num monótono andamento de procissão o comboio misto que leva os Poetas portugueses da actualidade à gare da Posteridade, Poetas suficientemente tímidos para temerem o vertiginoso correr do expresso da ORIGINALIDADE”.

e a luta pela sobrevivência podem chegar, e *descobria* todo um panorama de degradação e marginalização, que acabava por comprazer morbidamente a sociedade burguesa que queria abalar. Assim o recolhe Rui Ramos, recorrendo a expressões da época (1994: 314):

“Invertidos de ambos os sexos, vítimas de «diátese aberrativa hereditária», prostitutas, as classes pobres, os criminosos, a corrupção política, o suicídio, a loucura, a miséria envergonhada das classes médias, o deboche dos aristocratas, padres sinistros, eram os temas escolhidos para as descrições minuciosas, cheias de termos clínicos e adjectivos rebuscados, que eram a marca de água do estilo «naturalista». O lema era o de Félix Le Dantec, um dos autores mais populares das bibliotecas científicas do fim do século (como a do editor francês Félix Alean): nada na vida está fora «das leis naturais estabelecidas para os corpos brutos (química e física)» (*Théorie nouvelle*, p.320).

Progressivamente o romance naturalista “descarnado” abre passo para o centro do sistema, apesar das suas insuficiências. O ciclo *Patologia Social* de Abel Botelho, norteador pelo sentimentalismo romântico e um decadentismo “pretextado por uma pretensa conceção científica de vida” (Lopes, 1973: 410) é claro representante. E é que conta com um principal aliado, nestes últimos anos do século XIX e inícios do XX: a imprensa. Com efeito, e numa atitude primeiro metropolitana e depois alargada aos mais pacatos lugares do jornalismo português, a denominada imprensa sensacionalista, praticada também e sobretudo pelos principais meios da época, serve aos seus leitores quase diárias *refeições* de toda a série de crimes contra a moral pública de então... que são lidas avidamente, a julgar pela efervescência da época. E muitos escritores, por ativa ou passiva¹³², participavam dessa roda.

¹³² Como o caso de Maria Amália Vaz de Carvalho, que, lamentando o tratamento que Zola fazia de homens e mulheres, acabava-o por o assumir nas suas *Cartas a uma noiva* (Ramos, 1994: 315)

Para *já*, os leitores de romances podiam encontrar habitualmente os seus autores favoritos nas colunas dos jornais, porque era este o principal meio de subsistência daqueles. Com diferentes óticas, mas partilhando iguais concepções, Abel Botelho, Teixeira de Queirós, Albino Forjaz Sampaio ou Manuel Laranjeira eram dos mais lidos na altura.

Este último, foi possivelmente o melhor representante do pessimismo e da equiparação entre o “mal das pessoas” e o “mal da nação”. Foi aliás Laranjeira quem animou Unamuno, com quem confraternizava naqueles quase “verões espanhóis” de Espinho (onde os muitos nem sempre bons vizinhos iam passar férias), para escrever o que será *Por tierras de Portugal y de España*; o caráter suicida do povo português (presente já em Sampaio Bruno, Junqueiro ou Eça, como nos lembra Ramos) que o agonista espanhol nesta obra manifestava não parecerá ainda suficiente ao escritor de Feira. “Fué Laranjeira quien me enseñó a ver el alma trágica de Portugal... y no pocos rincones de los abismos tenebrosos del alma humana”, afirma Unamuno (citado por Urbano Tavares Rodrigues, em Prado Coelho, 1969, II: 520). Admirador e devedor do teatro de Ibsen e de Nordau, mui na moda no Portugal finissecular, este boémio, bom desprezador dos simbolistas, cumpria tragicamente o destino que augurava à sua nação dum tiro na cabeça em 1912. Na verdade, o caminho naturalista era em parte também suicida. O seu reinado, o seu centro polissistémico, foi bastante efémero. A ciência não podia explicar outros “males da alma” que rondavam o ambiente literário luso. Já nesta primeira década o impulso simbolista e, cada vez com maior intensidade, um nem sempre renovado tradicionalismo, iam deslocando o naturalismo (e com ele os seus géneros fundamentais, romance e drama, aquele sobretudo) para as periferias sistémicas, tomando dele no entanto e embora em sentido inverso, a sua preocupação e empenhamento (Ramos, 1994: 320):

“A biologia, dotada do microscopio, investigava as células; a física, com a sua «teoria mecânica do calor», demonstrava como as forças do Universo se transformavam umas nas outras; a química

provava como o carbono era a «base química da vida», etc. No entanto, as convenções e os preconceitos continuavam em vigor. Era isso que provocava o «mal-estar», a «cisão interna» dos indivíduos”.

Nesta época, comenta Ramos, começa a popularizar-se a ideia e o sentimento da neurose; a desproporção entre o que se deseja e o que realmente se alcança. “Para os sábios «naturalistas», o problema estava na contradição entre os progressos da ciência e o atraso da «vida moral e das rela sociais” (Haeckel, *Os enygmias do universo*, 1908 pp. I e ss., apud Ramos, 1994: 320).

Ora, nalguns destes naturalistas, o ceticismo e a retirada de Eça para o rural tiveram continuadores. Da violência citadina, e do cientismo de Zola, passa-se à valorização da aldeia e àquele franciscanismo laico que o último Tolstói¹³³ pode significar, já na última década do séc. XIX, a que não é alheio Teixeira de Queirós. Esta tendência, normalmente *contista*, tem em Trindade Coelho um expressivo exemplo, inclusive no encontro com o tradicionalismo, com o novo *nacionalismo* que se está a gestar perante o avanço do simbolismo *estrangeirado*¹³⁴, e a desorientação, ideológica e de valores, ainda mais generalizada.

¹³³ A receção de Tolstói no ambiente literário português é, em nossa opinião e nas nossas lacunas, um dos aspetos pendentes para o estudo desta época [isso escrevia em 1995; vinte anos mais tarde, a Tese *Literatura russa em Portugal: das vias de difusão aos sentidos de receção: o caso de Leão Tolstói*, de Nadejda Ivanovna Nagovitsina, da Universidade do Minho, empreendeu esse caminho], porque as duas direções que ela parece tomar (a citada, e a mais próxima das ideias anarquistas) podem pôr ao claro alguns aspetos ideológico-literários (em relação ao Simbolismo e também ao Tradicionalismo) do período. Nos finais da década de 80, Tolstói, Dostoiieski e outros seus compatriotas eram mui divulgados, em francês, pelo Visconde de Vogüé, “numa apropriação das peculiaridades do realismo eslavo por parte das tendências psicológicas, místicas, irracionalistas ocidentais” (Lopes, 1973: 315). Óscar Lopes dá notícia também da viagem à Rússia de Jaime de Magalhães Lima em 88, para conhecer Leão Tolstói, cuja “sabedoria anárquico-cristã e agrária” exalta em 90 na *Revista de Portugal*, um privilegiado lugar de encontro das gerações de 70 e 90 (Lopes, 1973: 315).

¹³⁴ É curioso o fenómeno do *estrangeirado* em Portugal. O Naturalismo acaba por se integrar com extraordinária entidade na *nacionalidade literária*. João de Deus, no qual a influência francesa não é alheia, é constituído como o maior dos poetas nacionais por muitos. Tanto como *estrangeirizado* o Simbolismo vai aparecer mais prosaicamente como *ininteligível*.

Mais crisol de modelos é progressivamente a obra de Fialho; longe já das sólidas construções romanescas de Eça, Fialho restringe-se à crónica ou então à narrativa breve, que nele vão da sátira feroz ao impressionismo mais amável, do fantasmagórico e terrificante aos quadros mais costumistas e até piedosos. O Decadentismo e o Simbolismo não lhe são alheios, e por vezes o seu trabalho de estilista consegue tirar forte partido a temas que poderiam passar por insignificantes. Como tampouco abandonou a tradição da viagem, que desde o Realismo se empenhara em divulgar as novidades do mundo à sociedade portuguesa que havia de ser reformada, e em que se destacaram Ramalho Ortigão, Oliveira Martins ou Coelho de Carvalho. Só que agora, em Fialho, eram a expressão da vida da periferia que (quer a Galiza, quer o Alentejo) podiam proporcionar.

Demais, ele não se resiste a ser um produto do seu tempo; Fialho participa dos sentimentos da época, não como um homem de gerações precedentes. A observação devemos-la ao Mestre Jacinto do Prado Coelho (1977: 160); ela caracteriza, aliás, uma época:

“Fialho espontaneamente comungou no clima espiritual da geração de 90, integrada por Alberto de Oliveira, Raul Brandão, D. João de Castro, João Barreira e outros; vemo-lo participar do pessimismo desses «novos», que definem a vida pelo absurdo e o tempo a que pertencem pela morbidez duma civilização a exaurir-se; vemo-lo defender a plena liberdade na criação artística – um mundo à parte, irregular e delirante, com arroubos ideais e satânicos refinamentos – o proclamar que à literatura desses anos de transição, de crise, não se consente o definitivo, mas tão-só a busca atormentada – busca, em especial, duma linguagem inédita, infinitamente dúctil, ajustável «a todas as mímicas da alma e a todas as microscopias da impressão”.

Fialho é, de regra, perspetivado como um escritor da Geração de 70, mas com capacidade para modelar a prosa portuguesa mais recente.

1.3.1.4. *A poesia de intervenção*

Na seção da produção literária *engagé* militavam, no último quartel do séc. XIX, cada vez mais poetas; a poesia combativa contava com prestígio, que o decorrer dos acontecimentos em Portugal não fazia mais que avivar. No centro está sem dúvida a obra, e, mais tarde, a vida quase lendária, do mais popular dos intervencionistas: Guerra Junqueiro, aluno da escola de Victor Hugo, que haveria no entanto de percorrer outros sendeiros. Interessa-nos nesta breve referência pôr apenas em destaque a evolução seguida pelo autor, que viria confirmar novas formas poéticas que lutavam por fazer-se notar. Com efeito, o poeta anticlerical que em 1885 escrevera *A velhice do Padre Eterno*, sem renunciar à sua linha, evoluía agora para uma posição próxima do simbolismo a que o seu panteísmo não era alheio. Em obras como *Os simples* é notória uma certa confluência do baudelairiano com o naturalismo, talvez influído pelo também popular na época Guilherme de Azevedo. Por outro lado, o seu autêntico magistério (era fama andar sempre rodeado e atencioso por e para qualquer novo poeta que dele se abeirasse; e eram muitos que o faziam), apoiava-se também numa certa simplicidade ideológica e formal no seu canto dos pobres e míseros, que o aproximava de João de Deus.

1.3.1.5. *Cesário Verde*

Outro poeta do momento, embora de mais tardia capacidade modelar que João de Deus, é Cesário Verde, nascido em 1855, formado igualmente no realismo e no parnasianismo, mas cuja obra começou a se tornar conhecida após a sua morte, em 1886, na compilação, incompleta, que dos seus poemas fez o seu amigo Silva Pinto, *O Livro de Cesário Verde*, que possivelmente impediu uma funcionalidade sistémica à obra deste autor até essa altura, para além da particular seleção e arrumação de que os textos foram objeto. Por

meio deste colega “passou a frequentar a boémia do Café Martinho, onde estabeleceu as primeiras, e algumas das mais duradouras, rela literárias. João de Deus, Gomes Leal, Junqueiro, Fernando Leal, Luciano Cordeiro, o conde de Monsaraz, Cristóvão Aires, Coelho de Carvalho, H. Lopes de Mendonça, Fialho de Almeida, (...) contam-se entre os homens do seu tempo com quem privou (...)” (Lisboa, coord., 1995, III, 381), enfim, com o ambiente realista e parnasiano da época.

Não foi poeta de larga audiência, e, talvez por isso, mesmo publicou pouco. A crítica censurou-lhe o seu *prosaísmo* que detetou neste poeta do quotidiano, e a sua sensibilidade ferida afastou-no longo tempo, quase até ao fim da sua curta vida.

Janet E. Carter (1989: 13), talvez a sua melhor estudiosa, define assim a sua posição sistémica: “frequentemente reconhecido como o pai da poesia moderna portuguesa e como um dos expoentes máximos da estética parnasiana, foi Cesário Verde quem estabeleceu firmemente em Portugal a observação objetiva como atitude poética”

Similar aos do diretor de *A Folha* nos seus primeiros poemas, o parnasiano João Penha, Cesário evolui para um aperfeiçoamento da expressão, dentro da “tendência poética da nova escola portuguesa” com “alguns versos do género baudelairiano” (Ramalho Ortigão, 1874, in Lisboa, coord., II, 1995), passando da *musa que ri*, de Penha, para um realismo poético, adaptando (e não adotando) a conceção literária do poeta francês. Ao dizer de Lopes de Mendonça (Lisboa, coord., II: 371) na sua obra destaca

“a procura intencional de originalidade, que destrói a espontânea e brilhante factura dos versos; a excêntrica invasão do prosaísmo, que perverte e corrói a poesia na sua própria essência; a substituição das estafadas metáforas do lirismo romântico por outras, sem dúvida mais extravagantes, mas com certeza menos racionais e compreensíveis; a adjectivação imprevista e abstrusa, que frequentemente dirige [...] a poética singeleza do pensamento”

O que, por outras palavras, pode ser entendido como aquilo que o enfrentou ao horizonte da época.

Das ruturas operadas por Cesário, dá conta a opinião do próprio Eugénio de Castro (*Cartas de Torna-Viagem*, 1926, p. 96 in Carter, 1989: 40): “Cesário Verde [...] detestando a basófia e a promiscuidade, nobremente se isolou, e no seu isolamento pegou a versejar, não segundo os preceitos correntes, mas segundo o afinado critério do seu temperamento artístico”.

1.3.1.6. *João de Deus*

No meio da linha poética representada pelo Realismo, um autor singular aparece no panorama literário. No seu caso, mais que a conjuntos sistémicos, é obrigado aqui referir-nos a uma individualidade que se fizera lugar no espaço *subcentral* que a poesia ocupara desde os anos sessenta: trata-se de João de Deus. Neste espaço de fim de século, dá-se um expressivo fenómeno na vida sociocultural portuguesa, consistente no aparecimento de individualidades em quem se refletem, projetam ou simbolizam determinados valores necessários para essa sociedade ter *razões de futuro*, em época de forte pessimismo. O caso de João de Deus, quanto à sua funcionalidade, não dista muito, em nossa opinião, do da comemoração do tricentenário da morte de Camões; em tempos de crise, tende a sociedade a procurar modelos em que espelhar-se (ou, sobretudo, a que poder recorrer).

Não estamos em condições de formular agora sequer mínima hipótese sobre o lugar sistémico deste autor singular no nomenclátor poético da época. Quiçá não atendendo às formas marginalizadas à periferia sistémica do momento (o que é conhecido sob o cómodo rótulo de *poesia popular*), a sua posição pareça mais singular do que realmente é. Ele, aliás, parece simpatizar com a sensação de insuficiência e desgosto que se manifesta de maneira importante na perspetiva decadentista finissecular. Por vezes, dá a impressão de ser

a outra face da ação revolucionária de Antero e Junqueiro, sem com eles colidir, e de quem era completamente diferente. Estes podem representar o movimento de ação; João de Deus, o de reação; aqueles a crítica viva da realidade portuguesa, este o enraizamento que pairaria durante anos no futuro imediato português. Curiosamente, com a passagem do tempo vamos encontrar uns e outro partilhando páginas de revistas dos anos dez e vinte. Se os grupos dirigentes canonizaram o realismo e os versos de Antero e Junqueiro, não por isso os leitores deixaram de canonizar o poeta que se iniciara nas suas *Flores do Campo* (1869). A homenagem que recebeu um ano antes da sua morte e o seu funeral testemunham-no eloquentemente. Lembremos que o inquérito realizado em dezembro de 1884 por *O Imparcial*, entre os seus leitores (comentado por Ramos, 1994: 55-56), colocava no topo da receção e popularidade do momento, e por esta ordem, Camilo, Pinheiro Chagas, Latino Coelho, Eça, Ramalho, Teófilo, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, António da Costa, João de Deus, Tomás Ribeiro, Antero, Mendes Leal, nos treze primeiros lugares. Entre os romancistas, Camilo vai conservar durante tempo a supremacia (ainda depois de morto). Dos poetas, Guerra Junqueiro e João de Deus ocupam as primeiras posições. Serão aliás os que maior presença terão no futuro literário imediato.

João de Deus é, com a sua linguagem singela e as suas quadras, o recitador da vida tradicional, do catolicismo popular; da lírica e também da sátira por vezes parecida à de António Fernandes Aleixo. Como corroboram Saraiva e Lopes (1985: 974),

“os seus poemas são feitos do material mais pobre da língua: repeti, exclama, anacolutos, um vocabulário correntio e um teclado restrito mas universal de imagens, que ele, por vezes percorre enumerativamente (...) *De tão simples recursos, ou não se faz nada, ou faz-se uma poesia que resiste como o património oral das nações*”¹³⁵.

¹³⁵ O itálico é nosso.

A oralidade era, aliás, um dos elementos nucleares da sua poética. Ainda, e num dos períodos da história portuguesa em que as circunstâncias fizeram virar olhos para o passado simbolizado em Camões, a ele é devida, em opinião de Saraiva e Lopes, a reabilitação do soneto camoniano, e, portanto, a recuperação lírica do que era acima de tudo proclamado como épico. O poeta de S. Bartolomeu de Messines ainda procura outros modelos. Se por biografia ele pertencia à denominada 2ª geração romântica, cedo condenou essa estética, opondo-lhe “um lirismo purificado, ligado à tradição dos cancioneiros galego-portugueses, às cantigas populares do romancelheiro e a certos aspectos do Camões lírico” (Lisboa, coord., 1994, II: 149).

Mas não por isso resultou um antirromântico; mui polo contrário, este poeta do amor (“amo o amor sobre todas as coisas”, escrevia para Joaquim de Araújo), é “em certo sentido, um clássico do Romantismo” (Prado Coelho, 1977: 140).

Classicismo, tradição medieval e gosto popular eram as três combinações fundamentais que João de Deus tirava da Tradição.

A obra de João de Deus vai ainda ver-se impulsada por um fenómeno de transferência da literatura espanhola, qual é o caso de Campoamor. O ceticismo do autor espanhol, que usa também formas extremamente simples, por vezes lido como rípió romântico, tem êxito no Portugal da época, e vai alargá-lo até entrado o século XX no ambiente literário português¹³⁶. A linha de lirismo erótico e íntimo do espanhol, embora apresente diferenças com as obras de João de Deus, pode ser lida, e de facto assim foi, como equivalente

¹³⁶ A admiração e fortuna de Campoamor em Portugal eram mui grandes. Quando, em 1884, Manuel Curros escreve para António Feijó e critica Campoamor como plagiador, o celanovês tem de dedicar quase toda a sua missiva seguinte para justificar a sua afirmação:

“Lamentaria haber destruído en V., al hablar de Campoamor, alguna hermosa ilusión formada al calor de su brillante poesía. Le he venerado mucho para que pueda permitirme la insensata tarea de arrancar una sola arista dei sólido pedestal sobre el que recibe la admiración de sus contemporáneos. No he querido profanar su estatua, ni manchar su nombre, que pasará á la posteridad, seguramente”.

As fontes do plágio estende-as Curros aos portugueses, estes sobretudo: “á los poetas portugueses sobre todo les bebe la sangre” (Cartas de Curros Enríquez a António Feijó, VIII: 226.227).

ao poeta luso. João de Deus criou escola, já por um caminho lírico erótico “intelectualizado e mundanizado”, com Joaquim de Araújo, Fausto Guedes Teixeira, Fernando Caldeira, Eduardo Coimbra e Augusto Gil (Saraiva e Lopes, 1985: 974).

1.3.2. Simbolismo e crescente reação Tradicionalista

Desde os finais do século XIX até entrada a década de dez, duas tensões se percebem com certa clareza na floresta finissecular. A que responde à tendência irracional, subjetiva, que se opõe ao racionalismo realista-naturalista, e a que pretende *concretizar* a produção literária na sequência da Tradição como forma de *nacionalizar*, frente às tentativas julgadas como evasão e *estrangeirismo*¹³⁷, que o Simbolismo pode representar. É esse pendor, tradicional, garrettista, romântico, etc., o qual podemos adjetivar sempre e com comodidade com o sufixo *neo-*, o que progressivamente ocupa com o seu repertório, difuso, aliás, o centro polissistémico português deste período. A professora Clara Rocha (1985: 245) comenta assim a atitude tradicional que percebe nas diferentes linhas poéticas do momento:

“nostalgia da poesia «novista» que fizo sensação nos finais do século XIX (para os epígonos do Decadentismo/Simbolismo); saudade do lirismo ao gosto popular e tradicional (para poetas como António Correia de Oliveira, Afonso Duarte, António de Sousa e outros); saudade como alma nacional (saudosismo) saudade do Portugal velho (nacionalismo monárquico) ou esperança do Portugal ressurgido (republicanismo)”.

¹³⁷ Certo pensamento e historiografia portugueses têm visto no *européismo* e no *iberismo*, as fórmulas mais habituais do *estrangeirismo*, que modernamente nasceria com a Geração de 70. Vid. modernamente esta tendência em, por exemplo, António Quadros (1989).

E prossegue: “os primeiros quinze anos do nosso século são marcados por algumas correntes de tradição, «restos» mais ou menos requentados daquilo que paradoxalmente fora vanguarda e novidade nas últimas décadas do século XIX”.

Rocha distingue quatro correntes fundamentais na altura: a herança simbolista e decadentista; o lirismo sentimental neorromântico; o Saudosismo e o Nacionalismo, estes últimos já a a partir da instauração da República. E nelas deteta, como nexos, um conceito que é escusado dizer será chave no relacionamento galego-português: a S/saudade. A síntese da vida poética lusa é excelente. Parece-nos oportuno todavia frisar que, como sucintamente defenderemos, estas correntes não vão conhecer o seu oposto no Modernismo; pontes haverá tendidas para a passagem não ser assim tão violenta como à primeira vista e a plena reação de alguns críticos possa parecer. No Simbolismo estavam os materiais daquelas pontes. Por outro lado, mas neste mesmo sentido, a linha simbolista não se apresenta, nem é lida, como tradicional, por mais que o seu anúncio tenha clarins nos finais do séc. XIX; é, e assim entendemos a síntese de Clara Rocha, tradicional por não ter o seu surto no início de século, não por não estabelecer grandes ou pequenas ruturas do horizonte de expectativas da época, como Fidelino de Figueiredo reconhecia na sua *História Literária de Portugal* (1944), o que implica relativizar a marca de rutura absoluta com a qual *Orpheu* pode ser interpretada. É na linha argumentativa que Fernando Guimarães fixa no seu *Simbolismo, Modernismo e vanguardas* (1982) que nos situamos.

1.3.2.1. Ruturas na frente romântica e insuficiências do Realismo

Um grupo de poetas, por volta de 1880, não organizados como tais, começaram a importar para a criação poética umas possibilidades que o Realismo, restrito à prosa e ao verso combativo, não lhes permitia facilmente, e o Romantismo afogara na superficialidade da escola de Castilho. A corrente tinha raízes no esteticismo de João

Penha, Gonçalves Crespo, Eça ou Junqueiro, e permitia certa saída não ruturista com o ambiente realista dominante. Gonçalves Crespo, leitor de Gautier e Lecomte de Lisle, de Mallarmé e Baudelaire, ocasional tradutor de Verlaine, foi na altura um poeta de obra breve mas conhecida, em quem os críticos têm destacado a influência de Coppée e Heine. A expressão literária romântica é acrescentada nele com procedimentos realistas (a expressão direta, ou da prosa de Eça, por exemplo) e com a atenção aos elementos da natureza e a ruralidade; juntamente com os modos parnasianos, o romantismo, que talvez nunca deixou de existir na lírica portuguesa, evolui para a consolidação do Simbolismo.

Penha agrupou em *A Folha* (1868-1873) muitos dos vultos, quer esteticistas, quer realistas-sociais, que entraram na primeira fornada parnasiana (*lato sensu*), tais como o mesmo Gonçalves Crespo, Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Guilherme Braga e Guilherme de Azevedo, a par de Manuel Duarte de Almeida, Teófilo Braga, Simões Dias, Cândido de Figueiredo e até Camilo Castelo Branco. “A extrema abertura espiritual de João Penha fez assim *d’A Folha* um viveiro de experiências, onde lado a lado germinaram progressivismo, sensualismo, baudelairianismo, satanismo e franciscanismo, tentativas de poesia coloquial e familiar, num amável tumulto (apenas pautado e morigerado por certo respeito comum da gramática e da prosódia, por uma cautela nova perante os atropelos da inspiração)”, que bem ilustra uma fase de transição (Rodrigues, 1978: 791).

Na década de 1880 manifestou-se o segundo grupo parnasiano, em que, a par de Luís de Magalhães, de Manuel da Silva Gaio, de João Verde e doutros poetas (Saraiva e Lopes, 1985: 791¹³⁸), alguns dos quais, como este, haveriam de transitar para o Simbolismo, já então

¹³⁸ Alguns deles, nomeadamente Luís de Magalhães e António Feijó, provinham de origens positivistas e antissentimentalistas (Lopes, 1973: 334). Ambos fundaram em Coimbra a *Revista Científica e Litterária* (1880-1881). Magalhães, como também, em menor medida, Feijó, acabarão por aderir à vaga nacionalista ou Tradicionalista que por várias maneiras se vai solidificar nos finais de século.

latente, surgiu Antonio Feijó, tentado, na sua «maneira» de então, pela miragem da epopeia da Humanidade (*Transfigurações*) e igualmente pelo pitoresco, pelo exótico, como atesta o seu *Cancioneiro Chinês* (Prado Coelho, 1969, 11: 791).

A tendência para o exotismo, banindo o que de trivial veriam no lirismo romântico, tem como cultores Cristóvão Aires, Joaquim de Araújo, António Feijó, Silva Gaio, Júlio Brandão e uma longa plêiade, onde a evasão narcótica, o preciosismo e a flexibilidade métrica preludiava e preparava a introdução do Simbolismo, de que algum deles se serviria andante o tempo.

A importação de modelos, fundamentalmente franceses, vinha então preencher lacunas e sobretudo mostrar bem às claras as diferentes atitudes perante o ambiente de crise que se vivia em Portugal e na Europa. Como costuma ocorrer nestes casos, a Importação mais nos explica o estado do sistema recetor do que o sistema fonte. Assim, quando António José Saraiva e Óscar Lopes (1985: 1007) comentam que Baudelaire foi, nos anos setenta, “compreendido às avessas pelos principais poetas portugueses” (“o *satanismo* baudelairiano aflora, em geral, numa série de poetas panfletários como símbolo da podridão das altas camadas burguesas citadinas que é preciso varrer”) parece claro que, mais do que um mal-entendido, o que há é uma leitura interessada (consciente ou não) para a intervenção que na altura se produzia, e que Cesário Verde ou Gonçalves Crespo não podiam satisfazer. Esses panfletários não se afastavam da linha dominante, antes pelo contrário a ela adaptavam a sua Importação.

1.3.2.2. O Simbolismo

O crescente deslocamento que novas correntes literárias de Importação fundamentalmente francesa estão a produzir no polisistema literário português desde os finais do século XIX poucos textos podem possivelmente acreditá-lo de maneira mais evidente

que uma dissertação apresentada na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa por José Caetano de Sousa e Lacerda, poeta e prosista, médico e filósofo, alguns de cujos títulos não queremos deixar de reproduzir pelo ilustrativo dos mesmos: como poeta, *Hecatombe* (1888), *Flor de Pântano* (1891) e em prosa *Os neurasténicos* (1896) e *Esboços de Patologia Social e Ideias sobre Pedagogia geral* (1901). Este açoriano, diretor de *Actualidades*, em 1895 em Lisboa, que foi, ademais, deputado por Angra do Heroísmo, é fiel representante daquela passagem do naturalismo ao decadentismo e simbolismo que censurava; no *Dicionário cronológico de autores portugueses* (1994: 11: 452) é assim caracterizado:

“Reconhecia, de resto, na poesia nefelibata e simbolista versos «extremadamente belos» a par doutros «grandemente extravagantes», e a sua própria obra é, afinal, a expressão acabada dos sentimentos decadentistas («fiel expressão da decadência/da minha pobre raça», como ele mesmo diria), em que o médico neurologista, o leitor de Max Nordau, se indistingue do poeta que respirou o aroma venenoso das «fleurs malades» baudelairianas e a atmosfera repelente e mórbida, mas inebriante, da poesia de Rollinat”.

Flor de Pântano é qualificada por Seabra Pereira como propriamente transida da estética simbolista, e ao mesmo tempo “ultrapassagem da condição decadentista”. “Quanto ao pretense «Naturalismo» final, trata-se antes dum Naturismo antecipado à sua eclosão (como movimento poético) em França” (Seabra, 1975: 175), expressivo anacronismo do crítico.

Pois bem, na sua tal dissertação, *summa* quase da erudição, pretendia mostrar como o “mal de viver” da época era uma forma atenuada de «melancolia», “que, embora compatível com a vida em sociedade, destruía a capacidade do indivíduo para cumprir as suas funções sociais” (Ramos, 1994: 320). E para verificar o asserto, o seu principal «filão», ao dizer de Rui Ramos, é precisamente a literatura.

Esta obra, maciça mas que pola índole se apresenta deliciosa, faz desfilar as últimas «extravagâncias literárias» que começavam a assolar a literatura pátria: Verlaine, Eugénio de Castro, Maeterlink, Mallarmé, Rimbaud, Baudelaire, António Nobre e Huysmans, “para provar como a morbidez dos escritores modernos destruía os últimos vestígios de uma arte socialmente útil” (Ramos, 1994: 320). Por suas palavras: “a poesia moderna, com sadias e raras excepções, limita-se, em lirismos cada vez mais diluídos e restritos, a arrebanhar vocábulos por pouco mais que pela rima e pelo ritmo”. E, para mostrá-lo, citava estes versos do *Horas* de Eugénio de Castro: «Kyrie eleison, Christie eleison,/ Lua deitada, marinheiro a pé/ Lua deitada, marinheiro a pé/ Kyrie eleison, Christie eleison».

Sousa e Lacerda proporcionou-nos na sua caracterização da doença que atacava especialmente as classes médias ilustradas (curiosamente como uma vivência extrema *naturalista*) uma galeria de retratos dos autores mais influentes no meio literário português da época; e, como dantes Balzac ou Flaubert, e mais recentemente Zola (que agregava à sua presença literária a indiretamente jornalística do caso Deyfrus, uma das maiores sensações da época) ou Daudet (popularíssimo o *Tartarin*), a relação conta com maioria francesa. Se aqueles interferiram no polissistema português quando determinada mocidade burguesa queria contar o seu meio e regenerá-lo, e acabaram por normalizar-se como Produção central, agora os novos poetas eram transferidos em virtude da atitude ao mesmo tempo evasiva e pessimista que se está a criar em Portugal no último decénio do séc. XIX. Mas nada é tão simples; se a explicação de Eugénio de Castro pode encontrar-se maioritariamente na transferência dos modelos estrangeiros, a de Nobre (e a de muitos que contribuíram para a sua canonização) convém procurá-la também na própria sequência interna dos factos literários finisseculares lusos, naquilo que diz respeito à Tradição.

A paulatina presença de correntes literárias em Portugal, no período que medeia entre 1890 e 1900 aproximadamente, se produz

algumas polémicas, não conhece a convulsão que o Realismo tinha provocado. A luta sistémica apresenta-se genérica, epitelialmente, no esquema do momento, como afinal sempre acontece, entre defensores da *arte pela arte* e em detratores dessa fórmula, favoráveis ao empenhamento da manifestação artística; e, doutra parte, entre *estrangeirizantes* e *nacionalizadores*. Mas a pugna no sistema fica, neste sentido, mui restrita ao campo poético no caso do Simbolismo, e em geral diversificada segundo os géneros em questão. Mais do que um enfrentamento absoluto entre uma corrente e o ambiente literário da época (como podia ter sucedido no caso do Realismo), neste período cremos perceber mais linhas em luta, e mais diversificada esta segundo as *frentes* genéricas que se disputavam.

E, para além de tudo, o Simbolismo não vinha a ser em Portugal uma rutura definitiva como o Realismo tentara aparecer-se frente ao Romantismo. Em textos e atitudes da *patrística* realista, de Eça, Antero, Junqueiro ou Verde, pode entrever-se que o Simbolismo era uma das possibilidades num repertório onde materiais como a objetividade ou a certidão perderam a centralidade doutros tempos; a maneira de Antero encarar a Morte nos seus sonetos; ou as discussões no jantar no Hotel Central d'Os *Maias* de Eça (em que parece ser esperável aparecer um comensal *simbolista*) abrem portas ao movimento. E não apenas por preludiarem alguns novos caminhos a rutura não aparece tão determinante. Deve constar igualmente que vários dos homens pertencentes às gerações passadas, como Junqueiro e Fialho, participaram ativamente das novas estéticas e atitudes dos tempos que vão vivendo. Tudo o que, acompanhado da relativa bagunça de fins do séc. XIX, desenha um panorama onde é mais notoria a procura que a rutura.

Polo que diz respeito à “arena da poesia”, a pugna é, certamente, e com as sensíveis diferenças que por exemplo tradicionalistas e naturalistas apresentam, a do Simbolismo “contra todos”. Mas, já vimos, a mentalidade é por vezes similar, e, para além disso, a concorrência não se produz em todas as ordens sistémicas. Por exemplo, seria

interessante estudar o que intuímos como uma relativa distribuição sistémica entre géneros, perspetivas e leitores (que imaginamos parcelarmente comuns), pois não se esqueça que o campo de ação predominante do Naturalismo é o romance e o Simbolismo expressa-se primordialmente polo poema. Com a sua peculiar perspetiva, Fidelino de Figueiredo (1944: 435) sintetiza assim as oposições sistémicas:

“A nova literatura opunha aos propósitos de ação social imediata o puro esteticismo, à fotografia fiel do realismo a interpretação alógica do conteúdo espiritual das coisas, que nem todos os leitores sabiam ver. E dum cosmopolitismo severamente crítico para com os valores e os motivos nacionais refluía para um aproveitado nacionalismo”.

A opinião de Figueiredo, quase *ao pé da obra*, e não isenta dum certo simplismo que suprime a atitude epocal compartida com o naturalismo, certifica no entanto as linhas de força em que os primeiros anos do século vão movimentar-se. E mais do que uma organização de escritores que lutam contra outra anterior, assistimos a uma eclosão de várias possibilidades, o que a juízo de Figueiredo (1944: 435 e ss.), determina uma transição mais pacífica de alcance menor e o largo triunfo do realismo no horizonte de expetativas de todo o período.

1.3.2.2.1. *Nefelibatas*

É nesta textura, passada a efervescência social, que vamos encontrar uma atitude pessimista, de que alguns poetas não foram mais que arautos. A crença firme, o sólido ideário, tornam-se em ceticismo. A poesia já não se pode afirmar com os moldes velhos, menos com os estertores do romantismo. A vontade de inovar olha mais uma vez para o farol luminoso de Paris. Tanto é o desejo de procurar novos

caminhos, que desde as coimbrãs (afinal quase sempre Coimbra...) *Bohemia Nova e Insubmissos* discute-se a respeito de quem conhecia mais escritores franceses na moda parisiense e sobre quem inventara¹³⁹ alexandrinos com nova ubicação para a cesura: um novo alexandrino para a salvação literária da pátria. A polémica pareceu encerrada “de um modo cavalheiresco, por uma declaração do «insubmisso» Eugénio de Castro, reconhecendo que uma tal inovação lhe fora sugerida, em conversa, pelo «boémio novo» Francisco Bastos” (Lopes, 1973: 345).

Os *novos* têm o seu “lançador”, mediante livro, em João de Castro (*Alma póstuma* 1891, precisamente na *Revista de Portugal*), no *Azul* de António de Oliveira-Soares e, sobretudo, no *Oaristos* (1890) de Eugénio de Castro. As inovações versificatórias, imagísticas, léxicas, dos primeiros simbolistas foram recebidas com público escárnio. Até naqueles que, como Fialho, apresentavam manifestas afinidades com o decadentismo, os *novistas* eram submetidos à crítica (Saraiva e Lopes, 1985: 1033). “Rapazinhos joviais e bem portados, com a digestão fácil, a alegria pronta, e o coração sujeito a um *tic-tac* de que nenhuma comoção violenta altera o ritmo”, definia-os em *Os Gatos*¹⁴⁰. E como uma premonição, acrescentava:

“Sempre, porém, que o sr. Eugénio de Castro se resolve a abandonar as esquisiteces de glossário e as comparações de matóide em demanda de celebreira, o poeta que fica é duma infinita graça requintada, jungindo aos modernismos mais acres, arcaísmos cheios de sabor de livros velhos, velhos estofos, velhos baixos-relevos, por onde aqui e além bruxuleia um estrozinho de cândido namorado. É este, me parece, o Eugénio que registrarão para a história do preciosismo lírico contemporâneo os bibliófilos solícitos do minúsculo, e aí figurará no primeiro sócio o nome do

¹³⁹ Não eram, talvez, absolutamente inovadores (Simões, 1976: 29) mas tanto fazia na altura; o importante era romper, aqui estilisticamente, por alguma parte.

¹⁴⁰ Os *Gatos*, publicação mensal de inquérito à vida portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, s.d., vol. 6, pp 55-58 (in Ribeiro, 1994: 340-342).

meu amigo, a quem os computadores censurarão ter sido um dos mais incorrigíveis mistificadores da sua grei”.

E assim caracterizava Bulhão Pato aquela estética de “dar nas vistas”: “Grenha pomposa, colarinhos folhudos, redingote até aos pés, de grande roda, cara de cabeça de vitela rapada, à porta do açougue” (Ramos, 1994: 303).

Claro que as críticas ao decadentismo/simbolismo não eram exatamente gratuitas, referidas apenas aos modos de estes poetas vestirem (a si próprios e aos seus versos). O decadentismo era identificado como a expressão literária do anarquismo; por toda a Europa. A introspeção pessoal, a expressão irracional, o mistério, o indivíduo, eram as deduções da decadência; os moldes tradicionais de fazer política e mesmo de fazer sociedade estavam gastos. Era uma evidência que com o Ultimato inglês veio patentear-se.

Os acontecimentos políticos imediatamente posteriores põem de manifesto a incapacidade de darem respostas certas a uma situação cuja resolução os superava. O irracionalismo era, pelo menos, um refúgio.

Apesar do êxito popular de alguns dos homens ligados ao Realismo, a ação reformista da Geração de 70 aparecia malograda. Por vezes as suas proclamas eram recebidas como tubas épicas, ou apocalípticas, apenas cheias do vento que as fazia soar. E havia já muitos anos que um fantasma percorria a Europa. A que outro, mais atrativo talvez, se somava: o anarquismo de Bakounine e de Kropotkine, que aparecia como o resgate do indivíduo frente aos valores burgueses, alvo quase tópico do decadentismo finissecular.

Em termos literários, o racionalismo realista não chegava para explicar a realidade, nem aquela era única, nem a sua vontade transformadora atingira os seus objetivos. Eram determinados valores românticos, em que se combinavam o antiburguesismo (Vid. *Socialismo y consolación*, Eco, Allan Poe, Belinski, Marx, Engels, 1974) com a apreciação do ser individual em que o decadentismo podia encontrar

anteriores, que não é fácil distinguir na literatura da época. Em Portugal, Verlaine e Bakounine quase entram a par.

De 1891 ou 1892 data um folheto que ia trazer ao panorama literário da época sobretudo um adjetivo para definir os novos poetas: (Os) *Nefelibatas*. Andarem polas nuvens era o que restava a estes inovadores para a chance de que eram objeto. Os irmãos Brandão, João de Castro e o pintor Igo de Pinho faziam parte do grupo português que publicou o texto, que não parecia certamente querer evadir-se para o céu; eles apresentavam-se como “os anarquistas das Letras, os petroleiros do Ideal, ateus do Preconceito e da Opinião Pública”.

Algum tempo mais tarde, Raul Brandão vai expor na *Revista de Hoje*, e já no número primeiro desta publicação mensal, de arte e sociológica (que é, de regra, o adjetivo que costuma anunciar na altura uma publicação filiada no anarquismo), os fundamentos teóricos do novo movimento, com o título inequívoco de “O Anarchismo”. Era o dia 15 de dezembro de 1894. Significativamente, esta revista portuguesa dirigida pelos irmãos Brandão acolhe estes outros dois textos: “Litteratura dramática”, de João de Castro, e “Vilancete” (versos) de Eugénio de Castro. Mas quando os *nefelibatas* aparecem em cena, o decadentismo deixara já pegadas, e a sua resposta ao ambiente burguês é que desconcerta, ao perder a *evidência* da denúncia ao modelo burguês que se supunha devia ser normativa. E dizemos *evidência*, porque o que se nos apresenta é uma poética “que nem todos os leitores sabiam ver” (Figueiredo, 1955: 359). Do nosso ponto de vista, possivelmente, a pragmatização da leitura de que eram suscetíveis as leituras dos panfletários, de Guerra Junqueiro e outros, encontrava nestes *nefelibatas* uma barreira difícil de atingir. É nessa pragmatização, unida ao estranhamento (entendido como o efeito da obra na receção como diferente e específica em relação à percepção comum do mundo: Shklovskij, 1926a, b; 1929a,b), onde estão várias das vias de escárnio a que os simbolistas foram submetidos.

O que provoca o Simbolismo é o que em termos simples podemos qualificar de rutura do duplo horizonte de expectativas da época. Uma

rutura que tem aparecido desvalorizada e mesmo minimizada pela tendência crítica a considerar o Modernismo de *Orpheu* uma quebra sem prelúdio. Como bem nota Fernando Guimarães (1982: 19):

“[...] o Simbolismo Português tem sido analisado fora da configuração dos novos campos de realização expressiva ou formal que criou, pela tendência manifestada pela generalidade dos críticos de, por um lado, aproximarem demasiado da geração de 1915 a obra de Camilo Pessanha e Ângelo de Lima, e, por outro, de não valorizarem os chamados *nefelibatas* – Eugénio de Castro, António de Oliveira-Soares, D. João de Castro, Júlio Brandão, Henrique de Vasconcelos, etc. – em função de uma real *modernidade* da sua poesia, cuja leitura, aliás, se tornará mais adequada se for provocada pela que fizermos dum modernismo que lhe foi posterior sem que ele se tornasse uma banal herança¹⁴¹”.

Estará a outra razão na acusação feita a decadentistas e simbolistas de serem tão-só formalistas, puros defensores da arte pela arte, em face duma poesia de intervenção ou empenhamento cuja ênfase se prolonga de Junqueiro ao Neo-Realismo típico dos anos 40 (Guimarães, 1982: 20).

A tese de Guimarães está ainda alicerçada num bom historiador e conhecedor do período simbolista, Seabra Pereira (1975: 456): “na charneira dos dous séculos desagrega-se o movimento que os introduziu entre nós; mas aqueles estilos de época sofrem apenas uma ofuscação temporária nos inícios do Novecentos”.

¹⁴¹ Coincidimos inteiramente com a perspetiva de Guimarães. Por exemplo, e mui expressivamente, no que se refere a Ângelo de Lima (1982: 19-20):

“Ângelo de Lima, por se ter tornado emblematicamente «nosso», como diria Fernando Pessoa, em relação à geração do *Orpheu*, tem sido em demasia colado aos poetas dessa mesma geração, embora uma mais aturada análise de características temáticas e estilístico-formais da sua obra nos permitisse aproximá-lo antes dos simbolistas. (...) E este facto ainda mais valorizará a obra simbolista (e, liminarmente, de Vanguarda) que devemos a Ângelo de Lima, sabendo-se como o Decadentismo está próximo duma sentimentalidade sub-romântica que, não raro sem grande originalidade, se espalhou e generalizou muito mais entre nós”.

O Simbolismo provocou convulsão na vida literária portuguesa; porque se muitos críticos se afanam no seu escárnio, novos poetas acorrem ao seu encontro. Em 1892, diz Eugénio de Castro para o *Jornal do Comércio* (Guimarães, 1982: 27):

“Fui eu o primeiro, em Portugal, a empregar o verso livre, a mobilização das cesuras no alexandrino e a aliteração; fui eu o primeiro a nacionalizar a *balada* e o *rondel* franceses; a renovar o verso, tão nacional! de onze sílabas; a empregar a sugestiva expressão simbólica, reagindo contra a expressão direta dos parnasianos; a dar uso às rimas preciosas e aos vocábulos raros: o primeiro a fazer, em suma, o que hoje é feito por todos”.

E de Guimarães (1982: 27) recolhemos também o testemunho de Alberto de Oliveira a respeito dos livros e autores ligados ao Simbolismo: “foram lidos em Coimbra ao mesmo tempo que na França (...) íamos à garé esperar os caixotes de Paris que nos traziam os livros novos”.

O poeta e professor universitário Eugénio de Castro, que começara a publicar com modelos como João de Deus, a quem apesar das diferenças estéticas sempre valorizou e sobre quem escreveu (*A Arte*, 1896), conseguiu, ao contrário doutros que o desejaram como Cesário Verde, quem lá viajou mas por pouco tempo, contatar em Paris os grandes poetas simbolistas da época na sua breve mas intensa etapa como diplomata. Isso lhe permitiu lançar *Oaristos* em 1890 e *Horas* (este o de autêntico relevo na época, mais livre dos ecos de Verde ou Junqueiro¹⁴², Simões, 1976: 31) em 1891 com a nova estética, e provocar a entusiástica adesão de muitos jovens poetas,

¹⁴² O que realmente acontece é que *Oaristos*, para além de ser precedente, vai acompanhado de um Prefácio que é mais ruturista (ou que como tal aparece) do que os versos, os quais, como lembrará quase dez anos depois Carlos de Lemos na *Ave Azul* (número 3, Segunda Série, março de 1900) foram acolhidos com mais benevolência que sarcasmo ou reprovação pelos grandes canonizadores da época: Ramalho, João de Deus (seu mestre e amigo) e até Abel Botelho.

e o surto de órgãos de expressão poéticos, onde se deixava sentir o peso simbolista.

Caso singular nessas adesões é o de Camilo Pessanha. É este um poeta que apresenta muitas dificuldades para ser perspectivado nesta época: à sua particular maneira de conduzir-se e produzir uma dispersão dos seus trabalhos que, como sabemos, apenas com alguma entidade foram recolhidos em volume nos anos vinte. É mui significativo que algumas histórias da literatura de antes de meados de século nem tão sequer o citem ou a ele aludam vagamente. Com efeito, ele não aparece nas de Aubrey Bell (original inglês de 1921), e Fidelino de Figueiredo (1944) apenas dá o seu nome para falar do seu silêncio (1944: 444). Podem ser invocadas razões várias para este facto (entre elas a escassa atenção que os dous prestam à literatura de novecentos), mas tudo faz concluir que Pessanha não era, nos finais do século, um autor central.

E se, pelo menos, era autor de referência, os que o pretendiam reivindicar não tinham à mão muito material de que nutrir-se. Quando, em 1915, Pessoa se dirige a Pessanha a pedir a sua colaboração no *Orpheu 3*, comenta sobre os poemas do simbolista (Lisboa, coord., 1995, 111: 56):

“Se estivessem inteiramente escondidos da publicidade, [...] seria, da parte de V. Ex.^s, lamentável mas explicável. O que se dá, porém, não se explica; visto que, sendo de todos mais ou menos conhecidos [...], eles não se encontram acessíveis a um público maior e mais permanente na forma normal da letra redonda. [...] sei-os de cor, aqueles cujas cópias tenho [...], é porque muito admiro esses poemas, e porque muito lamento o seu actual carácter de inéditos (quando, aliás, correm estropiados, de boca em boca nos cafés), que ousa endereçar a V. Ex.^a esta carta, com o pedido que contém”.

O que parece evidente é que os seus primeiros trabalhos nos inícios de noventa (acabado de tomar contacto com a *Boémia Nova*

e Os *Insubmissos*) não tiveram grande repercussão. E, em geral, as suas colaborações são esporádicas nas revistas da época, alguma reconhecida (como *Ave Azul*) outras mais de *províncias*, e as suas adesões ao Simbolismo mui discretas. Apenas em 1916 (com a publicação de quinze poemas seus na *Centauro*, por intermédio de Luís de Montalvor) e em 1920 com a *Clepsydra* editada por Ana de Castro Osório, Pessanha começa a ser um autor reconhecido. Portanto, o que, a juízo de Bárbara Spaggiari era o “único verdadeiro simbolista da literatura portuguesa e, em absoluto, um dos maiores intérpretes do Simbolismo europeu»” (Lisboa, coord., 1995, 111: 54), profundo conhecedor de Verlaine, era neste período, um autor *minor* no polissistema português.

Entre as revistas em que o Simbolismo é desenvolvido, não isento de polémicas entre elas, cita Clara Rocha (1985: 247) para o século XIX *Boémia Nova*, *Os Insubmissos* desde 1889, *O intermezzo* (1890), *Os Novos* (1893), *Revista de Hoje* (1894), *Arte* (1895), *Ave Azul* (1899). Entrado o século, o favor deste movimento é significativo em publicações como *Sombra e Luz* (1900) *A Semana Azul* (1906), *Límia* (1910), *Apollon* (1910) *Dionysos* (1912), *Ave* (1912), *A Rajada* (1912) *Alma Nova* (1914) *A Labareda* (1914) *A Boémia* (1914) *A Galera* (1914), *Atlântida* (1915). Clara Rocha dá-nos esta reduzida mas significativa nómima de colaboradores nas primeiras: Eugénio de Castro, Manuel da Silva Gaio, Camilo Pessanha, António Nobre, Raul Brandão, D. João de Castro, António Correia de Oliveira, Afonso Lopes Vieira, Júlio Brandão, Roberto de Mesquita, João da Rocha, Alberto Osório de Castro e Alberto de Oliveira. Significativa, particularmente polas mui variadas linhas poéticas que alimentarão estes poetas, e porque mesmo assim, muitos deles “continuam a garantir colaboração em revistas dos começos do nosso século”, já citadas. Ora, já não o vão fazer com as mesmas fórmulas finisseculares.

Mas, como lembra Seabra Pereira (1975, Cap. I), cousa distinta era a *sensibilidade* decadentista da *estética e doutrina* simbolistas.

Não poucos encontraram no ocasional uso da doutrina resposta à sua mais permanente sensibilidade. E a reação de muitos simbolistas não foi de puro estoicismo. A evolução que seguiram foi a de caminhar para uma maior contenção formal, “de uma disciplina clássica cada vez mais sóbria, até se aproximar, em 1900, do folclore”. Esta apreciação de Saraiva e Lopes (1985: 1031) sobre Eugénio de Castro, no sentido do abandono do mais ‘chocante’ da estética simbolista pode ser estendida com maior rigor ao resto dos seus cultores lusos, a começar por Silva Gaio. Mais ainda, Eugénio de Castro obteve (porque talvez ali o procurou) maior reconhecimento fora das fronteiras polissistémicas lusas [em 1896 partilhava banquete em Paris com, entre outros, Henri de Régnier ou Catulle Mendès (Simões, 1976: 34); Rubén Darío dedicou-lhe uma conhecida composição, “El reino interior”] do que dentro. Virou-se progressivamente sobre temática mais portuguesa (a que lhe assegurara o êxito ao em parte seu discípulo Nobre), mas continuou fiel à linha inovadora que a sua filiação francesa supunha. Em resumo de Saraiva e Lopes (1985: 1031):

“representante típico do cunho artificioso e completamente desenraizado dos nossos primeiros grupos simbolistas, este poeta denuncia no entanto, pelo contraste, a penúria imaginativa de quase toda a poesia sua contemporânea, a incapacidade de transcender as banalidades de um murcho ou vago idealismo romântico formalmente desleixado”.

Com efeito, o contributo de Castro conseguiu *vencer* o mundo de inspiração romântica que os parnasianos não puderam derrotar. A impersonalização poética e a perfeição da forma foram as suas principais armas, que os Modernistas de *Orpheu* seguiram, e que ficaram impossibilitadas na sua extensão polos limites impostos no Portugal *fin-de-siècle*.

1.3.2.2.2. *As dificuldades de progressão do Simbolismo*

O Simbolismo era, pois, quanto à sua posição sistémica, um movimento cercado. Com grande sucesso de autores e órgãos (não assim de público, que deles conhecia apenas a sua deformação), o reinado foi efémero. Carente de tradição, também não dispunha de meios de legitimação, a não ser as revistas em que se afirmava. Não era igualmente um grupo organizado, que pudesse defender as suas posições preparado para a resistência que toda a inovação significa: o seu chefe de fila indiscutido, Eugénio de Castro, acabava por ser percebido como um erudito académico isolado. Nem tinha vagas académicas por que lutar, nem Conferências de Casino. Nos escritores que na altura se situavam no centro sistémico, mas em posição inovadora, não encontrou os sólidos apoios precisos (como o caso de Fialho), sendo então a sua efervescência reduzida. O ambiente social também não o favorecia. Havia necessidade de mudança na sensibilidade decadente, o que o favorecia, mas havia que *falar de nós* com urgência, o que acabou por prejudicá-lo. Rejeitado na sua função de não empenhamento, considerado estrangeirado, utilizando metros, temas, imagens estranhas para o público acostumado a *entender* Junqueiro, o ainda vigente drama romântico ou o romance realista, as suas possibilidades eram escassas; assentava numa rutura de horizontes excessiva. Por se pouco fosse, a evolução doutras atividades literárias produziam o deslocamento inovador do em princípio numeroso grupo. Nobre foi, em nosso entender, tão devedor do Simbolismo como agente da sua perda de força no sentido mais primigénio do movimento, ao entroncar poeticamente com a linha mais tradicional e não esquecer *falar de nós*. O caminho seguido pelo antanho vigoroso realismo de Eça nos seus últimos romances vinha a confirmar uma *volta às raízes*. Portanto, para muitos dos poetas da primeira hora simbolista, três possibilidades se abriam: continuar na linha aberta por Eugénio de Castro; procurar fórmulas que fossem ao encontro do público; ou *suicidar* (-se) (como) o movimento.

A primeira, tendo em conta o panorama, era quase impossível, e nem o próprio Castro a secundou.

Para além disso, outros grupos e correntes incorporaram aspetos da nova estética. A própria evolução de algumas formas naturalistas, como as de Fialho por exemplo, indica que escritores com obra consolidada não deixaram de nutrir-se do impressionismo ou do simbolismo importados. A criação literária no seio deste movimento acabará por lidar com aspetos fulcrais do outrora combatido sem muitas contemplosões, como o que poderíamos denominar com Saraiva e Lopes (1985: 1008) “metafísica do mistério”, que fundava raízes no Romantismo, mas também e particularmente no Simbolismo:

“Às correntes que partem do simbolismo opõem-se, em geral, na literatura, as que continuam o realismo-naturalismo. [Mas] o naturalismo, pela contradição fundamental que lhe é inerente (a impossibilidade, inerente à arte, de eliminar o próprio trabalho artístico), pela indeterminação, insuficiência ou unilateralidade do seu critério de seleção e valorização dos dados reais, desliza frequentemente, neste ou naquele sentido, conforme os autores e seus meios, para uma metafísica do mistério, passando ao campo oposto”.

O fenómeno não é, aliás, exclusivo de Portugal. Os mesmos Saraiva e Lopes assinalam como outra derivante do naturalismo, agora pela via do decadentismo e expressionismo, a constituição duma literatura radicalmente pessimista que em dada altura “se entrepoia nas doutrinas existencialistas”, e que tem em Kafka o seu principal mentor.

Assim, entre o fim de século e a Primeira Grande Guerra, naturalismo e pós-simbolismo são as duas correntes fundamentais da vida literária europeia.

Sagazmente, Rui Ramos resume para Portugal a dominância, por breve período de tempo, dos modelos naturalistas e simbolistas.

Apesar de extenso, não nos resistimos a transcrever o seu elucidador comentário (1994: 302):

“Uma grande parte dos escritores estreados entre 1890 e 1900 foram «simbolistas» ou «naturalistas», ou as duas coisas «Simbolismo» e «naturalismo», mais do que as duas modas literárias dominantes, eram atitudes que correspondiam à crença de que a sociedade europeia estava «decadente». Os «naturalistas» queriam corrigi-la pela aplicação da ciência; os «simbolistas», pelo regresso à sagesa. O «simbolismo» era uma maneira de fazer poesia, popularizada em Paris por volta de 1880, para a qual a vida era apenas uma superfície, além da qual, expressa em símbolos e só acessível através de complexas cerimónias iniciáticas, estava a verdadeira realidade, feita de harmonia e força. A «decadência» indicava o ambiente ambíguo, em que, ruídos os últimos freios morais e sociais, o indivíduo entreveria a sabedoria. Para os «naturalistas», a decadência era um fenómeno mais simples. Significava apenas, quer num organismo biológico, quer num social, a incapacidade dos órgãos para desempenharem a sua função no quadro da luta pela sobrevivência, única realidade admitida pela análise científica”.

A perspetiva (não a resposta) dos naturalistas e, em geral, dos decadentistas converge perante o que olham como a degenerescência finissecular.

Mas sozinho, o Simbolismo tinha pouca *chance*. Ele vai sim informar poetas e movimentos; do seu repertório ficam em geral a sua tentativa de renovação e perfeição métrico-estilística, e o seu refinado trabalho da linguagem. Escreve Seabra Pereira (1975: 458):

“no panorama geral da literatura portuguesa, os temas e motivos da poesia *novista* vão sendo relegados para plano secundário ou reelaborados por valores estranhos; os seus caracteres estilísticos-formais vêem sobrepor-se-lhes outros mais depurados ou de diversa

origem. Mas, se em todo este campo há já um legado seu irrecusável, é em especial na renovação prosódico – versificatória (acompanhada pelo florescimento da prosa poética, em João Barreira, Magalhães Lima, Teixeira Gomes ou ainda no primeiro Malheiro Dias¹⁴³), e na consciência de que a poesia é essencialmente arte da linguagem que as suas conquistas – como intuía Armando Navarro, em 1894, n’*Os Novos* – se afiguram mais decisivas, para a própria realização das orientas literárias subsequentes”.

Na realidade, o Simbolismo acaba por ser o que os seus críticos moderados quiseram que fosse. Referimo-nos com a frase “críticos moderados” àqueles escritores que percebiam a necessidade de renovação do panorama poético (e aí se serviam das correntes literárias francesas) mas sem *desnacionalizar* em excesso (por preconceito ou convicção) a produção literária; *desnacionalizar* significando normalmente nestes casos, não tanto *estrangeirizar* como utilizar materiais poéticos distintos aos habituais na época e cujo grau de intervenção e/ou ligação com a Tradição é ou menos perceptível ou mais distante do que *é necessário*. Em ocasiões, como esta, as transações entre a nova estética e o horizonte de expetativas maioritário na época nos autores não são difíceis. Quanto ao movimento simbolista em questão, a transação fez-se quase exatamente sobre a base do que Fialho vaticinara para o futuro poético de Eugénio de Castro. O Simbolismo deixou imagística e cedeu em opacidade; manteve a atenção à linguagem e à construção do poema em troca duma progressiva nacionalização dos temas.

O século começa então com a aceitação de várias das propostas simbolistas e com a sua instalação em várias publicações do momento.

¹⁴³ É sintomática duma época a evolução de Malheiro Dias. Pondo de parte outras obras anteriores, em 1900 dá a lume *O Filho das Ervas*, que anunciava novos rumos do romance na sequência de *Eça de Queirós*, atento ao difícil presente que à sua volta se vivia; mas, depois, passou ao romance histórico, agora na sequência, mais cómoda em termos de repertório a que aderir, em que os valores pátrios, sentimentais, etc., são os materiais privilegiados.

A melhor fotografia de família da passagem literária do século forneceu-a, em nossa opinião, a *Ave Azul*, aquela publicação de Viseu que pedia licença para se apresentar em sociedade. Nomes da fotografia: diante, entre outros Eugénio de Castro e Afonso Lopes Vieira (já logo no número primeiro); e depois Manuel da Silva Gaio, Fausto Guedes Teixeira, Correia de Oliveira, Carlos da Mesquita, o seu irmão Roberto, um Pessanha não bem reconhecível (aparece no número 6), etc. A fotografia, já o dissemos, era tirada por Beatriz Pinheiro e Carlos de Lemos, que preferiam focar mais os tradicionalistas do que os simbolistas; mas *pagava-a* entre outros Carlos da Mesquita, professor do liceu da cidade na altura, amigo de Eugénio de Castro, por cujo intermédio talvez os poetas que foram *nefelibatas* eram retratados.

Vamos ainda demorar-nos um pouco nesta revista. Porque é uma publicação que representa mui bem as orientações presentes e sobretudo futuras que o mundo literário português vai tomar, está já a tomar. O nacionalismo incipiente é já óbvio: Guedes Teixeira, pela via sentimental que enlaça, no imediato, com João de Deus e António Nobre, e sobretudo Lopes Vieira (atenção: ainda o anunciado livro *O Poeta Saudade* não saíra, e já ganhara para si a qualificação¹⁴⁴) e Correia de Oliveira (poderoso elo na alimentação de imagens ruralistas para o Portugal salazarista, como muito bem notou Eduardo Lourenço, 1982: 60), dous dos poetas mais vulgarizados nos anos seguintes, até aos trinta, pelo menos, particularmente o último citado, o confirmam.

Tão ilustrativa como a orientação a respeito da produção nacional é a presença/ausência doutras literaturas na revista. Mui presente estava a atenção pela audiência que a vida cultural portuguesa alcança fora. Em épocas de crise, a validação dos *Outros* interessa sobremaneira. Neste sentido, *Ave Azul* é quase a síntese das linhas que nos imediatos quinze anos vão seguir muitas publicações. Já

¹⁴⁴ *Ave Azul*, números 10 e 11, Segunda Série, novembro de 1900.

no número primeiro começa a ser publicado um artigo sobre os lusófilos, da autoria de Carlos de Lemos, referido exclusivamente a franceses e italianos. No número seguinte, Trindade Coelho traduz um trabalho de Rafael Altamira editado em Barcelona sobre o mesmo tema, pretexto que Carlos de Lemos utiliza para lamentar que os portugueses apenas estivessem virados para a França e virados também, mas de costas, para a “nossa vizinha e nossa irmã Espanha”. Lemos cita alguns nomes do panorama espanhol, entre os quais interessam ser referidos os de Emilia Pardo Bazán como romancista, de Verdaguer como poeta (os catalães já tinham presença autónoma desde anos atrás no ambiente literário luso) e Fernán Caballero como crítico/a.

Prossegue o artigo no número 3, onde a referência à lusofilia espanhola toma mais corpo, e onde com certa extensão se fala da literatura catalana.

Aparece igualmente alguma crónica de letras espanholas e italianas. E traduções, do italiano, entre outras de, Marradi e Mazzoni, elaboradas por Carlos de Lemos; do francês um poema de Marc Legrand, reproduzindo-se o texto original e outro de M. René d'Yvermont.

Significativa é a aparição, em vários números, de Philèas Lebesgue; ele é já saudado como “ilustre poeta”; Lebesgue envia para o número 11 da publicação um soneto, em francês, dedicado aos dous diretores da revista.

No número 3 da Segunda Série, já em 1900, torna Rafael Altamira com um artigo, “Extracto dum romance”; e no último, o 12, é resenhada *Atravez da Espanha Litterária* de Cervaens e Rodríguez, escritor de origem galega cuja obra é uma magnífica oportunidade... perdida, para poder vulgarizar a literatura galeguista, de que não fala este futuro colaborador em empresas regionalistas, mais galaico-minhotas do que galego-portuguesas.

Mas devemos retornar à instalação do Simbolismo nos inícios de século. Assim o comenta Clara Rocha (247-248), incluindo um interessante texto de Raul Brandão:

“A colaboração poética e mesmo certos textos programáticos inseridos nessas revistas [*Sombra e Luz, A Semana Azul* entre as citadas por Rocha antes de 1908] espelham uma temática e uma imaginística ao gosto finissecular. E isto, apesar da acerba crítica que José Coelho Moreira Nunes, em *O Simbolismo como Manifestação de Degenerescência* (1899), ou Manuel Laranjeira, na lisboeta *Revista Nova* (1901), fazem à escola simbolista. Nesta última publicação colaboram, entre outros, Raul Brandão (que aí insere uma página de prosa intitulada «O Gebo», João de Barros, António Patrício e Augusto de Castro. Mesmo assim, o médico de Espinho e futuro colaborador d'A *Águia* põe fortes restrições ao movimento simbolista, num artigo intitulado «Arte Nova»:

«Assim o simbolismo. Basta pegar num livro dum simbolista para imediatamente ficarmos convictos que esse livro é o produto dum cérebro desordenado – o que há de menos simbólico, enfim.

Confundem deploravelmente símbolo com mistério, com tudo o que há de vago e nebuloso. (...)

A arte deve sugerir, nunca exprimir – diziam; e, com este princípio como escudo, gaguejavam um ragotage híbrido, desconexo como o fumo. De resto, a escola simbolista é-o de facto, quando menos pretensões tem a sê-lo.» (*Revista Nova*, nº 2, p. 34).

A crítica de Brandão, a pouco que se repare, não é tão forte e frontal como possa na aparência parecer. Há, por trás das duras palavras, uma interiorização das propostas simbolistas, passadas pelo crivo da própria ideologia e estética. Brandão deixava ir o fumo, mas ficava com o combustível. Prova eloquente era o seu romance finissecular *História dum Palhaço – vida e Diário de K. Maurício*, onde assomam também elementos próximos do misticismo russo à Tolstói ou à Dostoievski.

A *Revista Nova* estava realmente empenhada no combate ao Simbolismo; mas não apenas. Por exemplo no número dous¹⁴⁵,

¹⁴⁵ De 25 de abril de 1901.

aparecem duas críticas demolidoras de *Poema do Lar* de Agostinho de Oliveira e de *O Poeta Saudade*, da autoria de Afonso Lopes Vieira; número aliás ilustrativo do pendor da publicação: nela escreve Nunes Claro sobre “A consagração de Eça de Queiroz ou a vingança do conselheiro Accacio”.

Não eram mesuradas as críticas. Thomaz da Fonseca afirma existir uma série de poetas que “sabem de antemão que morrerão na tranquillidade lôrpa da sua nullidade, sem que ninguém lhes peça contas nem pelas offensas feitas ás divindades, como a Eschylo, nem pelas maldições louçadas [sic] á face dos imperadores, como a Juvenal e a Hugo, Porque ser poeta, assim, é ser consagrado, é ser inviloável. É o que vulgarmente se chama *nullo*”, entre os quais, estabelece duas espécies: os *fraldiqueiros* (“porque se servem das faldas para alcançarem a celebridade”) e os *louvaminheiros* (“Os do elogio mutuo, esses que apparecem em toda a parte, subindo a enconsta da gloria ás cavalleiras” de um parceiro, “o mau critico e o mau leitor”), onde concede estar o poeta em foco (“se quer, ó Agostinho d’Oliveira, fique n’estes que eu dispenso-o d’aquelles”).

O certo é que a posição conservadora, e ainda integrista no religioso, de Agostinho de Oliveira, estava nos antípodas do pensamento de Tomás da Fonseca e os seus companheiros. Na realidade, estes utilizavam a crítica literária para realizar crítica política, para o que o *Poema do Lar* e sobretudo o seu autor era peça perfeita:

“Porque esta invasão de adutores faz mais estrago na educação artística d’um povo, do que uma matilha de lobos n’ um rebanho.

E se nós já temos, graças ás instituições vigentes, para cada burro sua facha, isto é, o açaimo para o cão, o peso do tributo para o Povo, o juiz Veiga para o pensamento, e para o jumento a espóra, porque não haverá o chicote para o adulator? Se Agostinho d’Oliveira tivesse pensado n’isto, não teria a estas horas um livro que lhe ha de apodrecer nas montras, e de que se ha de arrepender antes que lhe venham os cabellos brancos, se é que já os não tem.

E depois, que diabo, ha tanto que fazer! Porque é que se não educa o Povo em vez de o explorar?

Prégue-se a Cruzada santa da Humanidade, a aspiração dos entenebrecidos, o sonho dos oprimidos, fazendo, com o exemplo, calar-lhe as nossas palavras no coração. É n'isto que se resume toda a utilidade do homem sobre a terra.

Por isso, companheiros de trabalho, vamos...”

O programa ficava pois, mais uma vez, exposto; o êxito desta tendência é que seria mais difícil de conseguir, particularmente na sua concretização: era a expressão duma conceção da literatura que estava a perder o lugar privilegiado que conhecera mesmo dez anos antes, e que percebia como cedia terreno frente aos que censurava.

Porque, mesmo nas páginas a seguir, Manuel Cardia encarrega-se de similar combate, agora com o livro de Lopes Vieira que viera a lume em Coimbra esse mesmo ano: *O Poeta Saudade*.

O principal problema da obra de Vieira, a juízo de Cardia, é a que situa já no frontispício da extensa crítica: ele é um lírico; portanto, ele não pode enviar uma mensagem de intervenção ao Povo: “Affonso Lopes Vieira é afinal um lyrico, e comquanto tenha pretendido por vezes guindar-se ao tom épico de certos *romances* medievaes, o seu verso traz sempre um subjetivismo egotista exprimindo o mal de viver, de que o poeta não consegue libertar-se”.

E, se antes Tomás da Fonseca, explicitava modelos ao grupo da *Revista Nova* caros, agora obra à inversa Cardia:

“Desde que em Recanati, com esse enfermiço Leopardi, nasceu a poesia pessimista, toda cheia de imagens, enfermiça também, durante um século inteiro, se abstrahirmos da corrente pantheista dos Tennysons e dos Junqueiros, vem essa especie de boi de nóra arrastando o *ritornello* das suas monotonias, moldar-se ora no mystico ramerrão do preraphaelitismo, ora nas romanticas toadas populares de Steccheti, aqui alterando a fôrma, ali envolvendo nas

arestas da ironia os seus conceitos, mas sempre banal, enfadonha já de tanto usada, anodina emfim.”

Lindo resgate do padroeiro Junqueiro, segurando na corda da sinceridade, não facilmente justificável. Era o pessimismo, considerado, aliás, postição, que realmente irritava a publicação de Illydio Andrade da Costa. Ele, o pessimismo, era uma postura burguesa, descomprometida: “No *Poeta Saudade* abundam as imagens originaes, mas não ha imagens fortes; procurei ali o Sentimento, confesso que achei só o Sentimentalismo”.

Era um caminho produto da decadência, e de certa autocompaixão. Dura crítica a de Cardia a uma linha poética (e ideológica) que ia triunfar rotundamente:

[...] nota-se no poeta uma nostalgia do passado, que já existia nos seus precedentes trabalhos e que produz a evocação de glorias idas, como uma evocação de espectros.

É este um dos stygmata de impotencia que mais comunmente encontramos indicados; e denota ainda um espirito completamente vazio de aspirações”.

Talvez tivesse razão Cardia; frisando um pouco mais, cabe salientar que mais que vacuidade se procurava bálsamo conciliador; o passado é sempre o melhor alibi; “o messianismo primitivo encontra em Afonso Lopes Vieira um visionario” acertava o crítico.

E, a propósito da utilização da cábala, Cardia aproveitava para apresentar, desqualificando-a, toda uma linha poética que se resumia em Simbolismo para o caso português:

“Ainda ha, digno de nota, um outro artificio empoiradissimo que atravessou sessenta annos de uso constante, desde Rossetti e Swinburne até ao senhor Lopes Vieira, passando por Péladan, Maeterlinck, e mesmo em Portugal, por Julio Brandão e Eugenio

de Castro: é a preocupação dos números cabalísticos e a crença que só aos fracos de espirito acode, nos prognosticos e nos signos de superstição”.

A comentar um poema de Vieira sublinha Cardia: “Não é um soneto, é uma cabala de astrónomos egypcios!”

Repare-se, pois, e como consequência, que a *contradição principal* do polissistema não é sempre a de *estrangeirizantes e nacionalistas*. Ao lado dela, por vezes com mais força (a *Revista Nova* é digna expoente), a pugna sistémica é estabelecida sobre o carácter empenhado ou não da atividade literária, na qual aquela volta ao passado, que desde há anos se está a operar na vida cultural portuguesa (o caso dos painéis de Nuno Gonçalves é todo um símbolo), é combatida polos que persistem em chegar à República social por via da expressão literária, e, consequentemente, censuram, como Cardia em Vieira, “a pretenciosa affectação e simplicidade quinhentista” que lhe faz lembrar “o conceito d’um logogrifo escripto em portuguez de modos e confecções”.

A *Revista Nova*, que editava a Livraria Central, insere-se numa linha que, em boa medida, enlaça com o intervencionismo da Geração de 70, agora reforçado pelas correntes político-sociais que visavam a educação do Povo para a regeneração da sociedade. Tudo o que não for isso em Portugal é censurado; em Portugal, porque, surpreendentemente nela aparecem colaborações de Juan (Ramón) Jiménez (neste número “Paisaje del corazón”), Gómez Carrillo (aqui com “A Canção em Paris”), e até de Rubén Darío; nada menos; Eduardo Pérez e Miguel de Unamuno fazem parte também duma abundante lista de autores espanhóis no contraditório rumo da publicação que não se acaba de perceber mui bem.

Não apenas da *Revista Nova* vinham as críticas. João dos Passos ataca em 1894 desde a portuense *Renascença*, que dirigiam Amadeu de Vasconcelos e Cristiano de Carvalho, todas as revistas que defendiam “a arte pola arte”, e não poupando alguns elogios para a *Revista Nova* lisboeta.

Ainda mais característica do decorrer epigonal da Geração de 70 é a *Revista Internacional*, já nos começos do século XX. Esta situa explicitamente como os seus referentes alguns dos nomes daquela época. Na introdução que a *Revista Internacional* dedica a Fialho, precisamente para apresentar neste irregular meio os seus artigos “De Vigo a Cangas”, é reunido parte do Parnaso Português empenhado da citada geração, cuja decadência era um ponto de partida. Fialho é:

“[...] o grande mestre da moderna prosa portuguesa, o revoltado pamphletario dos GATOS, o ironista implacavel e tremendo, cuja obra tem sido o estandarte sagrado de todos os verdadeiros prosadores da moderna geração. Se Guerra Junqueiro e Gomes Leal foram os apóstolos da poesia que mais revoltas e incitamentos semearam, fazendo erguer a espinha aos derreados discipulos do Romantismo, Fialho de Almeida tornou soberbamente moderna a prosa nacional, não só com a fina ironia de Eça de Queiroz, mas também com os arrojados gritantes da irreverencia. Para os que hoje armámos tendas de combate, n’este dizimado campo das letras, Fialho é o Mestre inconfundivel. Honremo-lo”.

Nos começos de século surge também uma outra tendência poética que sim se vai situar frontalmente perante o Simbolismo, embora o seu principal cultor, João de Barros, tome algum material da linha combatida: é o «naturismo» importado da França, que tem como mentor Saint-Georges de Bouhélier, como órgão *La Revue Naturiste* e como patrono Zola. Barros reconhece a importância que para a renovação teve o Simbolismo, mas “o que determinará o seu estilo poético é essa mesma atitude de combate contra tudo que se lhe afigura moleza decadentista, derrotismo nefelibata, estesia romântica, requinte esteticista” (Simões, 1976: 95).

Mas para combater alguns adversários bastavam arraiais pequenos e de curta duração. Se o inimigo era o estrangeirismo poético de Importação francesa representado em Verlaine e companhia, e cá nos

“eugenios castrados” como alguns denominavam os inovadores, com os seus, agora para muitos, ininteligíveis versos e pretensas fugas, podiam os guerreiros estar descansados e cedo levantar as tendas. O Simbolismo acabou na maior parte dos seus cultores por ter que adaptar-se à realidade dos factos literários, mais teimosa do que eles, e esperar melhores tempos. A.J. Saraiva e Óscar Lopes (1985: 1013) explicam essa adaptação e aventuram as suas causas:

“Os temas do sonho evasivo, da intuição vidente, da mítica oculta, em como a respectiva estilística de símbolos multivalentes e de sinestésias, tenderam, na literatura portuguesa, a agarrar-se ao historicismo, ao pitoresco regional, ao moralismo discursivo, a um nacionalismo mais ou menos *sebastianista*, a um idealismo pronunciadamente religioso, embora com maiores ou menores veleidades heterodoxas.

Esta sobrevivência das tendências românticas através de uma época já bafejada pelo simbolismo-decadentismo europeu condiz, sem dúvida, com uma sociedade ainda muito predominantemente agrária, comercial e burocrática, com o seu setor industrial em grande parte atrasado e condicionado ao capital estrangeiro”.

Nesta atmosfera progressivamente tradicionalista-nacionalista, uma tendência, talvez pouco salientada, nasce com força nestes anos. Trata-se da procura da aliança cultural com o mundo lusófono (em que mais tarde João de Barros vai empenhar-se profundamente), nada desprezível já na altura. A aliança postulada é agora com o Brasil. Característica dela é, por citarmos uma publicação coincidente no tempo com as comentadas *Revista Nova*, e *Ave Azul*, a *Revista de Lisboa*¹⁴⁶. “Noticiosa e litteraria”, “Orgão da academia litteraria”, e anunciando no

¹⁴⁶ É esta uma das publicações compreensivelmente ausente dos vários censos de revistas estudadas na década de oitenta. Há mais casos. Compreensível porque existe um certo *seguidismo* acrítico de estudos inaugurais, como é o de Fernando Guimarães (1982), onde a ausência da *Revista de Lisboa*, relativamente justificável dado o caráter do estudo, trespassa-se aos, aliás mui valiosos, de Clara Rocha (1985) e Daniel Pires (1986). Talvez também não estejamos livres nós de importantes ausências.

cabeçalho a “collaboração dos melhores escriptores portuguezes¹⁴⁷” era o seu diretor Óscar Leal e como secretário e editor aparecia Décio Carneiro. Apresentou-se esta em sociedade em dezembro 1901, com estas palavras: “os nossos sinceros desejos de fomentar tanto quanto possível o estreitamento das relações entre os homens de letras de Portugal e Brazil e de fazer conhecidos os trabalhos escriptos de toda a ordem apparecidos num e noutro paiz, abrangem a publicação duma modesta revista”.

De resto, o desejo era que o “bello Portugal” e o “risonho Brazil” caminhassem unidos “em idêntica aspiração de progresso, que é dizer-se aspiração de luz; aspiração de Bem, aspiração de bello e de justiça”.

A imagem que se transmitia sobre a orientação da revista, ficava completada com a homenagem que nesta primeira página é rendida a Augusto Peixoto, que fora o primeiro secretário do órgão. Peixoto, de quem Júlio Brandão disse pertencer “à ala excelsa dos mais nobres historiadores da nossa terra, dando à História uma amplitude de novas fontes científicas” (Lisboa, coord., 1995, III, 78) era uma das primeiras figuras da época em matéria de estudos históricos e naturalistas, sócio da Academia das Ciências e do Instituto de Coimbra. A ciência e o estudo continuavam pois em lugares de privilégio.

1.3.2.3. O retorno às essências. Nobre não estava só

No meu entender, poetas como Nobre indicaram o caminho. “Nobre dava aos seus leitores a subtil e delicada fórmula, mistura de cepticismo e patriotismo, que ia moldar a relação dos portugueses educados com o país em que viviam” (Ramos, 1994: 306).

¹⁴⁷ Este tipo de informação, a respeito da colaboração, mais uma forma de vender o produto, vai ser curioso objeto de polémica em algumas publicações da época.

Nobre, de produção com traços junqueirianos e mais tarde do simbolismo francês, traz para a poesia o Portugal provinciano nortenho; ele anuncia a tendência regionalista de vários poetas finisseculares.

Da preparação simbolista serviu-se pois um poeta, singular como o título do seu livro, *Só*, mas não tão isolado como o título do livro possa dar a entender e nalgum manual aparece descrito. Não dizemos isto sustentando o juízo na sátira ao *Só Nós todos...* que Estephânio Rimbó (Eugénio Sanches de Gama) publicará em 1902. Nem tampouco no que de expressão coletiva possa ter o seu poemário: "...falo só de mim. Mas não sou eu o intérprete das dores do meu País?"

Nobre é a simbiose do trânsito do parnasianismo para o simbolismo que não esquece a linha de João de Deus, e referência a sua obra ao mundo português, limando assim o estranhamento que por exemplo Eugénio de Castro podia causar no horizonte recetor. E é também o seu um livro que exprime uma tendência de volta sobre si e o contorno já anos antes anotada. Eis nessa convergência a chave do seu êxito na época (infelizmente com morte trágica incluída). Via-o assim Fidelino de Figueiredo (1944: 437) quando comenta as duas atitudes poéticas:

"Eugénio de Castro [...] muito mais simbolista que nacionalista, portanto mais de acôrdo com a evolução geral do gôsto de além fronteiras e menos com as reac locais, foi quâsi excepcional continuador daquela difusão prestigiosa, a que nos habituaram os escritores do realismo. (...). Mas António Nobre (...) foi o de mais funda influência e o mais querido a dentro delas. O *sòsismo* foi uma verdadeira idolatria".

Talvez nalguma cousa discrepamos de Figueiredo, particularmente na *influência* futura de Nobre, polo delicado do conceito (sempre de complexa análise e difícil demonstração na sua índole direta) e pola própria confirmação do facto. Em meu parecer, e como magistralmente tem demonstrado Fernando Guimarães, sem a atitude

de poetas como Eugénio de Castro, o Modernismo português tomaria sem dúvida outros rumos.

Lembra Rui Ramos que António Nobre tinha nos parnasianos, em Gonçalves Crespo e em Junqueiro, a quem adorava (sobretudo Junqueiro, de quem era amigo), a sua aprendizagem poética. Forçando um pouco as cousas, sobretudo as de Junqueiro, António Quadros (1989: 68) encontra na produção após-Ultimato dos dous poetas a acabada reação perante os factos pola via do regresso às Tradições, às essências, ao, sem a ele aludir, *génio da nação*:

“Guerra Junqueiro e António Nobre são os poetas deste último decénio do século XIX, que é por um lado acusatório e crítico, mas é sobretudo o apelo às vozes antigas e profundas da nação. De Junqueiro, logo em 1890, o *Finis Patriae* é um canto fúnebre sobre o país vexado e vencido, mas o sentimento patriótico está subjacente em todos os seus versos, explodindo mais tarde sem limitações na *Pátria*, de 1896, onde a par do escárneo e do sarcasmo contra os considerados responsáveis pela decadência tornada visível pelo *Ultimatum*, emerge um sopro épico, messiânico e redentorista. Mas é porventura no *Só*, de António Nobre, de 1892, que melhor se exprime o ambíguo sentimento decadentista e regeneracionista, saudosista e profético, próprio desse período transitivo, de crise mas ao mesmo tempo de esperança. Na *Pátria* de Junqueiro já despertava o renovo sebastianista, que no saudosismo do *Só* principiara a revelar-se e que Nobre vai colocar no centro do grande poema por acabar que se chamou *O Desejado* (1895-1899)”.

E, lembra também Ramos, que quando a revista de Coimbra em que colaborava, *Boémia Nova*, foi acusada de medíocre por não mais fazer que repetir as fórmulas da geração anterior, desde os *Insubmissos* e por palavra de Eugénio de Castro, Nobre aderiu aos simbolistas franceses (mui lidos na época), por via do autor de *Oaristos*. Mas, em minha valorização, não esqueceu totalmente o

objetivo de «escalpelizar» a alma humana, como sugere Rui Ramos; simplesmente modificou objetivo e alargamento, e converteu em perspectiva íntima o que parecia ser chamado à objetivação coletiva dos realistas. Outros tempos (os derivados do decadentismo como sensibilidade), outras formas, criavam novas identificações nos leitores. Enormemente esclarecedor é o comentário de Pinheiro Chagas ao *Só*, que recolhe Ramos (1994: 299¹⁴⁸) e a seguir transcrevemos:

“Estes poetas agora fazem uma lamúria babosa, têm sempre na boca Nossa Senhora, rezam pelas suas contas, não usam senão diminutivos – a *sombrinha* da árvore, e o António *sãozinbo*, e a menina *purinha* [...] Se a geração a que pertence o Sr. António Nobre está efectivamente naquela afinação, ou antes naquela desafinação suprema!, se está dessa forma desossada como os versos desarticulados dos poetas das escolas novas, decadente, delisquescente, fatigada sem ter trabalhado, enervada sem ter lutado, que pífia geração, que geração sifilizada e dessorada, sem músculos e sem sangue, que tem de carregar com o peso das grandes tradições do passado e dos graves problemas do futuro! É uma geração incapaz de lutas e de revoluções, de trabalho científico e de esforço moral”.

Como nota Ramos, Chagas não reparara na obviedade de pertencer Nobre precisamente à geração que em janeiro de 90 se mobilizara pelas ruas das principais cidades portuguesas; muita da qual tinha militância republicana; e ainda podemos acrescentar à observação de Chagas não dever ele acusar Nobre de *evasão exterior*, porque afinal era de Portugal que o novo poeta falava.

Era assim que se conjugavam simbolismo e patriotismo; e assim era como reagiam as velhas escolas, representadas por Pinheiro Chagas perante a atitude provocativa dos novos. A. J. Saraiva e Ó.

¹⁴⁸ Em Castilho, 1980: 133.

Lopes (1985: 1013) falam de certa quebra da continuidade e “brusca adaptação da literatura portuguesa a formas cosmopolitas da arte poética”; talvez seja esta uma boa definição, que nos situa não longe do perspetivismo em que um elemento tão característico como Eça alinhara. A brusquidão está então nessa adaptação cosmopolita, e nem era tão violenta se tivermos em conta o caminho aberto pelo parnasianismo. Não seria arriscado anotar que, naquela admiração camoniana que preside à década de oitenta e seguintes, as duas possibilidades de reação perante o mundo, uma épica coletiva e um ceticismo individual estão nos *Lusíadas* (que, por certo, Nobre não leria até 1896; vid. Ramos, 1994: 305), e vigoram também nos sonetos do adorado poeta.

Em geral, o movimento realista viu o *Só* como o sintoma quase duma degenerescência. António Nobre era mais visto como um produto epigonal da ressaca noventista (qualificativo suave se tivermos presentes as palavras de Pinheiro Chagas) do que um poeta quase fundacional duma tendência que, por vários caminhos, ia dominar o centro polissistémico em escassos dez anos.

Tem razão Fidelino de Figueiredo (1944: 436) quando considera que “foi um episódio crítico, o do juízo severo de Moniz Barreto sobre o *Só* de António Nobre, a obra iniciadora do retorno não somente a Garrett, mas a tôdas as poéticas morbidas e a tôdas as pitorescas debilidades do espírito nacional”. Razão por que o tal episódio representava uma rutura entre movimentos literários e atitudes cívicas. Apesar do desacordo para com as opiniões de Figueiredo, transcrevemos no entanto o passo (1944: 436) em que este se refere aos juízos de Barreto, porque, em meu entender, elas refletem com muita precisão a perceção que da nova literatura deviam ter os que postulavam o retorno a uma determinada Tradição, por via da *nacionalização do nacional*.

“Moniz Barreto, pôsto que mais novo que as figuras centrais da geração realista, era bem o crítico literário dela, pela sua identificação com a estética do realismo, pelos seus processos críticos, pela sua

conceção da literatura como ação social e até pelo desenraizamento do solo português, onde nem sequer nascera. O seu elevado sentido crítico fê-lo reconhecer que no *Só* se revelava um novo e original poeta, mas a sua mente obstinada em certa filosofia da arte não o deixou compreender a oportunidade quase genial desse incomparável poema, que expressava um corajoso regresso ao passadismo, ao sebastianismo, ao popularismo ingénuo, a um pessimismo irracional e misterioso, muito peculiar da alma portuguesa, que sempre acaba por vencer as contendas da crítica”.

Foi então assim que António Nobre, *Só*, começou a elevar-se como símbolo duma nova atitude, e, em algum caso, como a consequência inevitável duma situação nacional que, se não retornava às suas essências, podia encontrar-se com o profundo pessimismo que em versos do livro aparece. E, mais ainda; o êxito do *Só* deve-se, em boa medida, a que justificava para muitos as misérias da inanição.

1.3.2.4. Os movimentos neo- no Portugal finissecular.

A volta atrás do Neogarrettismo: explícita expressão do Neo-Tradicionalismo

“Se interrogarmos a Crítica sobre o que nos convém fazer para não nos deixarmos afundar na esterilidade e na ruína espiritual ela nos responderá com três conselhos: 1º – a regressão ao génio nacional, pelo conhecimento das nossas aptidões étnicas peninsulares e especiais portuguesas, pela preferência dada aos temas nacionais nas criações literárias e pela convivência com os nossos grandes mestres da Renascença e do Romantismo; 2º – o estudo das literaturas estrangeiras no que elas possam ter de largamente humano ou particularmente análogo ao nosso génio; 3º – a elevação da cultura filosófica que na aparência estranha à Literatura e à Sociedade inspira a primeira e governa a segunda, e pela sua ausência ou inferioridade determina a decadência e a morte de ambas” (Moniz Barreto, 1889).

O oráculo de Barreto na influente *Revista de Portugal*, escrito quando ainda o Simbolismo não aparecera com força na Produção portuguesa, indicia, particularmente no seu ponto primeiro, o sentido que as cousas literárias tomaram no final do século que ele estudava.

Não se verifica então a linha tradicionalista como simples reação opositora ao movimento simbolista, como poderia deduzir-se dum estudo sequencial dos triunfos dos diversos movimentos em jogo. Talvez seja mais correto interpretar que o tradicionalismo encontrou um motor acrescentado na tendência de Importação francesa, que punha aliás mais em claro as contradições e particularmente o caminho que os defensores daquele queriam seguir. O Simbolismo foi, neste sentido, de grande ajuda, porque aparecia, para os seus detratores, como exemplo evidente do que não queriam. E, em parte, as correntes nacionalistas nutriram-se, por oposição, de renovados materiais, sobretudo temáticos, ao mesmo tempo que o movimento *afrancesado* deixava algo do seu pouso nelas.

Havia, porém, outras circunstâncias em concurso. O Simbolismo era, entre outras cousas, inquietante. Difícil era que os indivíduos procurassem nele, numa época em que a literatura substitui quase a função doutras instituições, como a religiosa (Ramos, 1994: 331) as certezas de que haviam necessidade. Repare-se ademais que, politicamente, o Simbolismo conhecia adeptos...na intelectualidade anarquista (Litvak, 1990 e Guimarães, 1982): convulsão demais. Como indica Rui Ramos (1994: 331) “no fim de século instalara-se a ideia de que era necessário criar um meio espiritual que poupasse aos indivíduos as dúvidas que os paralisavam”. As teorias do «espírito forte», “do céptico à Renan ou do «naturalista» à Max Nordau” são finalmente refutadas pola teoria do enraizamento. Renan, guia espiritual da já velha geração realista, era enterrado, e com ele uma época, nas *Palavras loucas* de Alberto de Oliveira, o mesmo que apenas três anos antes teimava, desde a *Bohémia Nova* “em rebater Francisco Bastos nas questões prosódicas, continuando a comprovar

que tanto ele como Osório de Castro¹⁴⁹ liam os decadentistas franceses” (Seabra, 1975: 139), e que desde aquelas páginas começara a defender o nacionalismo literário; e já em 1892 reivindicava o *Só, Lusíadas* da decadência, “para se promover a si próprio nos jornais, em polémica contra o «gongorismo francês» de Eugénio de Castro” (*Novidades*, 25 de junho de 1892) (Ramos, 1994: 305).

O nacionalismo, cuja expressão política é muito mais fraca do que a propriamente literária, vai recolher pois a relativa angústia que se apodera de determinados setores perante o futuro, propugnando uma espécie de regeneracionismo pela salvação, de resto impossível, do Velho Portugal. Augusto da Costa Dias (Lopes, 1973: 301), salienta este aspeto:

“O nacionalismo literário rotulado com a colheita de 90 não tinha programas económicos explícitos; importa, porém, não desprezar os elementos ideológicos que nos fornece. Eles fizeram (consciente ou inconscientemente) sua missão exprimir o desespero de todos quantos sofriam (em parte por motivos reais, em parte por uma angústia de antecipação) a morte do Portugal Velho, da venerável «nação» feudal ou semifeudal que, na infância e na adolescência, lhes afeiçoara a sensibilidade, incubada no calor de relações humanas diretas com um povo humilde, de chapéu na mão (expressão típica do poeta do *Só*), servos, amas, – todos eles figuras duma sociedade de clero, nobreza e povo, na qual não perpassam operários [...].

Impotentes, e cômicos de que lhes é impossível suster o fluxo inalterável da História, refugiam-se na saudade, na tradição e procuram reconstituir literariamente o universo que os criou. Cantam a «pátria morta», mas essa pátria é uma absolutização ideológica do seu paraíso perdido”.

¹⁴⁹ Alberto Osório de Castro é uma das expressões mais claras da procura de novos caminhos perante a confusão gerada pelo Ultimato, de que deixou testemunho em *A agonia da Pátria* (1890) .

“En tiempo de desolación nunca hacer mudanza”. A frase de Inácio de Loyola parece a mais apropriada para a atitude finissecular dos movimentos *neo*. Porque perante a talvez fugida para adiante que era a atitude decadentista e representava o Simbolismo (mas, afinal, mais decidida na procura de novos rumos) e o beco naturalista, a maioria dos agentes literários portugueses vai virando para o tradicionalismo, refúgio sempre certo¹⁵⁰, e facilmente revestível de essencialidade, mas com o risco da parálise, de “perder o americano” de João da Ega e Carlos da Maia. Dos lemas de Moniz Barreto, o segundo acabou por deixar a sua pegada, e o terceiro por quase não aparecer.

Não fazendo mudança, fizeram “retôrno franco ao pacífico e satisfeito sentimento nacional e aos tipismos etnográficos” (Figueiredo, 1944: 436); viveram os tradicionalistas em parte da saudade do Romantismo, e, em parte também, da produção historiográfica (da etnológica de Teófilo e da parte antirracionalista sebástica de Oliveira Martins¹⁵¹) dos anos anteriores. Isso sim, revestida a atitude da já citada teoria do enraizamento. Rui Ramos (1994: 331) sintetiza-a comentando que nela o indivíduo deve inserir-se e resolver-se no quadro que lhe é próprio, situar-se “dentro dum meio homogéneo e harmónico, dentro de uma «cultura» que só podia ser nacional, porque só as nações modernas estavam em contacto com a terra e a vida”. Cria-se uma nova corresponsabilidade e, ao mesmo tempo, uma atitude menos crítica, mais autocomplacente, mais propensa à sobrevivência do que ao perigo do suicídio. Os problemas começam agora a ser perspetivados em termos de país: “Em Portugal não havia neuróticos – era o país que era neurótico; em Portugal não havia preguiçosos – era o país que era preguiçoso –” (Ramos, 1994: 331).

E se Portugal não podia ser nacionalizado por via do cosmopolitismo, era por via do tradicionalismo que devia regenerar-se. O Realismo

¹⁵⁰ Por vezes, permita-se-nos mais uma vez a banalidade, parece que os quinhentistas foram por mares nunca navegados para profeticamente solucionar os problemas espirituais coletivos dos dous últimos séculos...

¹⁵¹ Assim o nota pelo menos António José Saraiva, 1946: 235 ss.

trouxera uma particular tensão ao meio português, porque no seu intuito regenerador olhava a realidade lusa com sentido crítico e por vezes distante, que acabava por magoar os já magoados espíritos burgueses; para além disso, numa sociedade como a portuguesa, mais parecia soberba inalcançável do que autêntica possibilidade. Mas há um aspeto mais concreto que, em nossa opinião, desenha o panorama em que surge o tradicionalismo. Se, em certa medida, pode ser estabelecida uma linha divisória entre o Simbolismo e o resto dos movimentos da época, aquele *estrangeirizante*, estes *nacionalizadores*, há outro confronto, talvez menos atendido, que situa o Realismo em frente tanto do Simbolismo como das várias correntes nacionalistas: o do caráter intervencionista ou não da literatura.

Na realidade, o movimento realista era acusado pelo geral como o movimento da politização literária. Dada, aliás, a particular feição que logo toma o Simbolismo em Portugal, para não poucos o benefício dos movimentos que se opunham ao Realismo radicava na sua aparente despolutização (o que no mais profundo significava tentar passar a página da crise finissecular) e na aparição da terra *essencial*, como norma central do novo repertório. Com os seus interessantes por reveladores pontos de vista, Fidelino de Figueiredo (1944: 443), alinhado na sua crítica com o tradicionalismo, caracteriza assim este “retorno”:

“Pela sua literatura novecentista Portugal perdeu ascendente; essa perda vem do caráter hermético dessa nova literatura, que fechou o cálice da alma nacional e procurou recompor das ruínas polémicas do realismo o espírito português, restabelecer os créditos do nosso passado, cotizar de novo os nossos valores e – foi éste o seu serviço maior nos dez primeiros anos – sacudir a arte da poeirada da refrega e das paixões revolucionárias para a restituir à sua pureza estética. Sol de pouca dura, que logo em 1910 declinava¹⁵².

¹⁵² Refere-se aqui Fidelino ao Saudosismo, um novo movimento político-literário.

Êsses dez anos, que vão do fim do século XIX à proclamação da República, são o período sereno dessa desintoxicação da literatura do seu *vírus* político. Iniciam-no António Nobre, M. da Silva Gaio, Eugénio de Castro, Júlio Brandão, Alberto de Oliveira, António Feijó, todos trazendo ritmos novos, motivos e atitudes estéticas novas e metaforismos audaciosos. Segue-os plêiade distinta de poetas e prosadores, muitos dêles vivos ainda e em plena força criadora [1944], todos exaltando a terra portuguesa na sua paisagem e na sua expressão humana, alguns confinando-se até no regionalismo pictórico e no provincialismo dialectal”.

Se esta era a crítica ao Realismo e os seus representantes, difícil era que no Simbolismo importado da França encontrasse sombra grácil a tendência passadista (exceto que, como em boa medida aconteceu, fosse *nacionalizado*). Já em 1894, Alberto Oliveira, simbolista dos primeiros tempos, amigo de Nobre, e inventor do termo “neogarrettismo”, expressava nas suas *Palavras Loucas* o desejo de criar “uma literatura portuguesa nova, pujante, toda de regresso às tradições, com a melancolia e o maravilhoso do povo”. Claro que, como indica Óscar Lopes (1973: 318-319), “o folclorismo neogarrettista vê o povo como museu natural do passado, para onde foge dum presente a que não acha outro remédio”. O povo é sempre bom alibi nestas propostas.

Este *neofolclorismo* não era novo. Sem ligação teórica com as reflexões de Alberto de Oliveira, *Os Meus Amores* (1891) de Trindade Coelho podem ser perspetivados como um antecendente claro. Estes contos, “cuja sã orientação estética e pedagógica se integra muito mais consequentemente no espírito renovador e democrático do nosso primeiro Romantismo” (Lopes, 1973: 339), eram passíveis de serem lidos como a postulação dum retorno à sabedoria popular, e uma reação ao *estrangeirismo*. Acolhida a sua obra desde o início com grande sucesso, Trindade Coelho vai ficar como um referente de determinadas linhas folclorizantes e regionalistas, como acontece no

caso de João Verde, quem dedica ao autor de *A Minha «Candidatura» por Mogadouro* e dos *Folhetos para o Povo* (1901) uma parte dos seus *Ares da Raya* (1902).

E, como diz, Rui Ramos (1994: 305), “para patrono escolheu o poeta Almeida Garrett”. “Oliveira explicava que Garrett «copiou Portugal para os seus livros», onde estavam recuperados os «velhos nobiliários», o «pitoresco da nossa paisagem e da nossa antiga literatura», o «sensualismo e fatalismo» da «nossa raça». Não escolhera mal, porque cinco anos mais tarde se celebrará o centenário do nascimento do autor das *Viagens na minha terra*. Para além dessa linha, outra não pode passar despercebida na proclama deste diplomata, como o seu admirado Garrett: a do regionalismo político que postulava, como solucionador dos males da pátria; o que, em palavras literárias equivalia a esta sua argumentação: “em Portugal seria necessário que nós, os poetas, emigrássemos para as aldeias”, afirma Alberto de Oliveira a páginas 32 das suas *Palavras Loucas*; o que, em palavras mais *políticas*, significava o travão ao progresso desnaturador. “Horroriza-o”, lembra Óscar Lopes (1973: 352), “a visão profética dum Portugal desnaturado, com hotéis ingleses de turismo, chaminés de fábricas, riscado de fios telegráficos, e dominado pelos «bárbaros do Norte». Por isso, «quanto menos livros e menos comboios, melhor». Das tensões desta linha dão conta as lutas que no início da década de noventa trava este escritor contra o gongorismo francês de Eugénio de Castro e contra o seu admirado Eça (Ramos, 1994: 305):

Oliveira, sentencia Prado Coelho, reclamava “fundar un *neogarrettismo*, e fazer aos Novos decorar o *Frei Luís* [...]» (Coelho, 1969, III: 712):

Este neogarrettismo (que, no sentido lato, se confunde com nacionalismo ou lusitanismo) frutificou com exuberância nas primeiras décadas do séc. XX, e não deixou de desdobrar-se em expressões individuais até aos nossos dias. Assumiu por vezes uma feição estreita, xenófoba, circunscrita ao pitoresco ou molemente

nostálgica e verbalista – donde a crítica acerada de Eça de Queirós: «A humanidade não está toda metida entre a margem do Rio Minho e o Cabo de Santa Maria – e um ser pensante não pode decentemente passar a existência a murmurar, extaticamente, que as margens do Mondego são belas!» (carta 6-VIII-1894 a Alberto de Oliveira)

(...) Mas outras vezes (...) tentou conciliar ou fazer coincidir europeísmo com portuguesismo”.

Se claramente perceptíveis na lírica, o Tradicionalismo e a volta à ficção histórica nunca sumiram realmente no Portugal do séc. XIX. No caso do romance, as tendências novirromânticas colocam essa temática no centro da produção do momento. Mas a revisão que se faz dos clássicos românticos, Herculano e Garrett, é submetida a uma forte esquematização, coincidente com os gostos do público e a progressiva perda de caráter reflexivo das obras de ficção histórica. Assim, “os temas”, comenta Óscar Lopes (1973: 319) “tendem a reduzir-se a estes que um dos seus mais dotados autores, Júlio Dantas, reuniria mais tarde no título dum livro: *O Heroísmo, a Elegância e o Amor*”, mas, como frisa o citado historiador da literatura: “um heroísmo de valores morais antigos (ao contrário do profundo e criador heroísmo, que é sobretudo uma afirmação de novas dimensões humanizantes), uma elegância de cortes e tempos idos, e um amor à procura de pretextos cénicos para declama monologais, entretécidas com determinados tópicos da retórica romântica na sua fase de fixação académica”.

1.3.2.5. O teatro, um sintoma apurado do misto finissecular

O teatro é género à parte. Se, considerado apenas o texto teatral, ele funciona de maneira praticamente similar ao resto dos géneros que conformam a produção literária impressa nos nossos dias; perspetivado como espetáculo sai desses limites para se converter em matéria extraordinariamente singular.

Por volta dos anos oitenta, a cena portuguesa, para além dos dramas históricos que bebiam diretamente (e, por esquemáticos, mui filtradamente) nas correntes românticas, estava dominada por produtos epigonais de Importação francesa, oferecendo, aliás, um panorama pouco dinâmico: representações das “peças «bem feitas», mais ou menos do tipo ligeiro *«vaudeville»*, de Scribe, Labiche ou Sardou”, e também as duma “razoável ou sensata crítica de costumes compatível com a respeitabilidade doméstica burguesa de Augier e Dumas Filho” (Lopes, 1973: 319).

Neste pequeníssimo apontamento sobre o teatro da época na vida literária portuguesa em foco, a atividade teatral, perspetivada desde as novas correntes literárias de Importação gala, não é precisamente um campo privilegiado de combate para os simbolistas. Não o era tampouco na França. O traslado da estética simbolista para a cena era um ato bastante mais complexo do que a utilização dos novos materiais na criação poética; sendo o teatro uma atividade em que autores e público convergem numa comum aceitação do género como *representação de histórias*, duma situação qualquer e o seu desfecho, os postulados simbolistas não podiam penetrar com igual vigor que os outros géneros, que já de seu encontravam não poucas dificuldades. Exprime-o assim Luís Francisco Rebello (1979: 13), tomando como exemplo palavras de Mallarmé:

“Compreende-se que aos simbolistas o teatro parecesse «demasiado banal» para revelar «a divina beleza» do drama, e lhe preferissem «a leitura sob a claridade solitária duma lâmpada». São palavras de Mallarmé que acrescentava: «Um livro, em nossa mão, se enuncia alguma ideia augusta, supre todos os teatros”.

O teatro, espetáculo mais custoso do que a edição dum livro e por tal razão mais exposto ao desastre económico, é, em ocasiões, mais conservador na sua tendência central à homeostase. Os próprios teóricos teatrais atuam com umas balizas críticas, mais ou menos

amplas, as quais a proposta teatral não pode ultrapassar. Quiçá hoje, momento em que a Semiologia parece insuficiente para realizar uma apurada tarefa hermenêutica de novas tendências, começam a cair os supostos universais inerentes ao espetáculo. O Simbolismo fracassava neste campo (pondo de parte a perícia dos seus agentes) porque o horizonte de expectativas de obra e público era abismal. De tudo o que dizemos nos parece ser bom exemplo este comentário de Rebello (1979: 15), precisamente sobre o teatro simbolista:

“Mas o teatro, de Esquilo a Shakespeare e de Moliere a Brecht, tem os seus cânones, as exigências específicas de uma linguagem própria (o que não implica serem aqueles fixos e invariáveis, porque, também esta evolui em função do substrato histórico de que se nutre), e a transgressão dessas regras foi quase sempre fatal aos dramaturgos simbolistas”.

O teatro simbolista ficava mais bem reduzido ao texto teatral simbolista. O impulso que o naturalista conhecera com a influência das companhias estrangeiras que percorreram os cenários mais representativos do Portugal finissecular, não vai ser em absoluto arma do Simbolismo, que não contou com esse aliado. Como consequência, o verismo na cena de tensos conflitos acabou por dominar sem grandes oposições desde a renovação.

Também as tentativas teatrais dos simbolistas, como João de Castro e Eugénio de Castro, foram tímidas e de escasso êxito. Do alinhamento simbolista procede também a obra de Manuel da Silva Gaio, que acaba por escrever um drama histórico, *Na Volta da Índia*, para o concurso comemorativo do quarto centenário da viagem de Vasco da Gama (Rebello, 1979: 31).

Na realidade, e mais aceleradamente que noutros géneros, o pouco Simbolismo teatral português acabou nesta época por convergir e diluir-se noutras tendências mais vigorosas. E todas elas, com raízes no Romantismo. Talvez fosse o drama romântico o género

em que a renovação foi mais profunda no século XIX, profunda no sentido de deixar maior pouso, e cuja essência não foi alterada pelo menos até bem entrado o século XX. Como coincidem em indicar os estudiosos desta época, todo o teatro da época é romântico¹⁵³. Também o naturalista, que desfruta de notável apreço do espetador. Para Rebello (1979: 27), por exemplo, o naturalismo, “entre nós, se reduziu a um ruralismo e um panfletarismo de fundo romântico”, “que nunca se desprenderia inteiramente desse mesmo fundo e, até, dum certo vocabulário inerente ao romantismo”.

Ocorre também que a realização teatral das ideias naturalistas, que já nos finais dos anos setenta chegaram ao meio português, é muito mais tardia relativamente ao romance. O que significa que a situação de *misto*, com que caracterizávamos o período que acotámos, aparece ainda mais aguçada na arena da dramaturgia, porque aí as propostas naturalistas e simbolistas coincidem no tempo. Contexto que se complica com a tendência ao renovado drama histórico que o neogarrettismo postula. O teatro naturalista deste momento conta com exitosos antecedentes imediatos, particularmente no drama de *tese* crítica, sobretudo anticlerical, e a comédia de costumes, de que Antonio Enes e Gervásio Lobato são, respetivamente, os seus maiores representantes (cfr. Lopes, 1973: 434 ss.). São, agora, os seus cultores no romance os que se debruçam sobre a produção de textos teatrais de similar inspiração, nomeadamente Teixeira de Queirós e Abel Botelho (Abel Acácio para a história teatral portuguesa), mais escandalosas as suas peças se calhar que os romances. O facho naturalista ia ter aliás novo sustentáculo com a fundação do *Teatro Livre* de Luciano de Castro em 1904, conhecida imitação do de Antoine em Paris de 1887, e um ano mais tarde com a companhia de iguais características *Teatro Moderno*. Dotava-se pois o naturalismo de

¹⁵³ Há um debate pendente na historiografia literária portuguesa, colocado por algumas arrumações periódicas da literatura feitas, nomeadamente a de António José Saraiva e Óscar Lopes, a respeito de como qualificar o caráter da literatura desde o século XIX à atualidade, que eles optam por definir como globalmente romântica. Opiniões como a de Rebello para o teatro deste período parecem confirmar essa definição que, aliás, é alargável a toda a produção literária europeia.

plataformas estáveis para a propalação das peças que produziam os dramaturgos afins, entre os quais Manuel Laranjeira.

O Naturalismo acabou também por ir ao encontro da tendência cada vez mais firmada do drama histórico. Nunca ela perdera pé. Marcelino da Mesquita, Júlio Dantas, João da Câmara (este caso sendo mais complexo) e outros iniciaram no polémico movimento a sua produção, passando-se progressivamente às fileiras do drama histórico.

Havia várias razões. Como lógica sequência dos processos estético-ideológicos do momento, não decaí a moda do tratamento da burguesia rural e dos seus valores, que normalmente acaba por qualificar-se como um género de imitação à Júlio Dinis. Se *A Morgadinha de Val flor* (1869), de Pinheiro Chagas, “combinando o sentimentalismo ultrarromântico, umas pretensas tintas de ambiente do século XVIII e a exaltação à Júlio Dinis (ainda muito lido na época), dos valores da burguesia rural (anunciando a regionalização também no teatro), manteve-se anos e anos como um dos grandes êxitos de cartaz” (Saraiva e Lopes, 1985: 1010), a Importação do drama histórico de Ronstand impulsava ainda mais essa trajetória. Mesmo alguns autores teatrais vão dedicar-se à tarefa de o traduzir, como é o caso de Júlio Dantas e Manuel Penteadado com o *Cyrano*. O autor do *Nada* de 1896, cujo quinhentismo ele qualificava, corridos os anos, de “sabor agradavelmente arcàico”, e que já fora detetado pelo seu prefaciador, Lopes de Mendonça, que o definia como “neo-quinhentismo um pouco estreito”, vai alcançar definitiva celebridade com a sua *A Ceia dos Cardeaes* (1902), onde o pendor nacionalista assoma por várias formas, entre outras fazendo que as outras eminências reconheçam que apenas o seu colega português amou autenticamente. O alargado sucesso desta peça, explica-o Óscar Lopes (1973: 328) polo facto de Dantas reunir nela uma linha temática que tomava raízes antigas...:

“As causas deste êxito dum acto único de representação que, aliás, quase se resume em três monólogos autobiográficos, portanto

a três narrativas pretextadas por uma ceia, reside nestes elementos: aproveitamento de três estereótipos, já há muito em elaboração preconceituosamente colectiva, acerca de três temperamentos amorosos nacionais, adulando o ideal de «o amor-paixão, o amor-sentimento» saudosista português em contraste com o galanteio francês e a pretensa e consabida fanfarronice castelhana; a amplificação até ao extremo daquela tendência, que tanto então agradava na obra de Marcelino Mesquita, para transformar o teatro em pretexto de certa eloquência sentimental; a imagem dum cristianismo condescendente ou, mais do que isso, santificador relativamente às grandes paixões amorosas, evocadas com saudade numa atmosfera do mais luxoso requinte.”

O drama histórico vinga. Nunca, aliás, deixara de o fazer, desde os anos trinta. Henrique Lopes de Mendonça destaca-se agora como um dos primeiros dramaturgos; Marcelino Mesquita escreve, também em verso¹⁵⁴, a sua *Leonor Teles* já em 1889; Malheiro Dias, autor de *Os Teles de Albergaria* e de *Paixão de Maria do Céu*, produz *O Grande Cagliostro* em 1905.

Obviamente cada um seguiu o seu próprio percurso. É sem dúvida o mais rico o de João da Câmara, a quem as primeiras valorizações historiográficas ulteriores consideravam o dramaturgo mais notável daquela época (Bell, 1931: 419). E talvez seja nele em quem melhor se percebe a simbiose que o Simbolismo alcançou com outras correntes teatrais triunfantes.

João da Câmara iniciara-se numa produção de temática histórica (os títulos já a iluminam: *Afonso VI*, 1890, de grande êxito de bilheteira, e *Alcácer-Quibir*, 1891), na qual, porém, o elemento irracionalista e já o *modo* simbolista fazia ato de presença, de que ele foi o primeiro utente português em teatro. Neste sentido, têm sido

¹⁵⁴ Estas peças em verso permitiam com maior facilidade seleccionar nelas trechos para serem interpretados por um ou dous atores em veladas literárias, que era uma forma de as vulgarizar e de propiciar trabalho aos atores, alguns de tanta popularidade na época como Chaby Pinheiro (que a manterá até aos anos vinte), Os irmãos Rosa, Eduardo Brasão, Rosa Damanesco, etc.

assinaladas como modelo as propostas teatrais de Maeterlink a partir da evolução do teatro naturalista de Ibsen. As suas peças de maior peso simbolista não conheceram todavia grande sucesso. Segundo Luís Francisco Rebello, *O Pântano* (1894), que se estreava ao mesmo tempo que Eugénio de Castro publicava *Belkiss*, no Teatro Nacional, “surpreendeu, desconcertou e acabou por deixar indiferente um público acostumado à cadencia dos alexandrinos do teatro histórico, aos lances e às tiradas grandiloqüentes do melodrama romântico”. *O Pântano* fracassou, e, segundo Óscar Lopes (1973: 325), isso leva João da Câmara a “regressar ao realismo de costumes burgueses”, cuja primeira manifestação será *A Tutinegra Real* (1895).

Maior triunfo parece ter alcançado *Os Velhos* (1893), “obra-prima do nosso teatro naturalista”, afirma Rebello, que focaliza ambientes da burguesia rural e onde precisamente o Simbolismo está marcadamente ausente, em troca dumha recolha da linha romanesca de Júlio Dinis. Oliveira Barata (1991: 298) comenta:

“*Os Velhos* são assim, uma fábula rural, que, de forma simples e agradavelmente expositiva, resume verosimilmente o conflito entre uma *velha realidade social*, agora confrontada com o advento de *novas conquistas sociais*, e o conseqüente aparecimento dumha classe social que é já fruto de novas estruturas socioeconómicas”.

Em definitivo, o teatro é talvez o lugar sintomático da situação do polissistema português no momento quanto às normas utilizadas no repertório literário. Triunfa o historicismo, determinado nacionalismo, e o regionalismo, já antigos, banhados agora nas águas da corrente neotradicionalista que se estava a desenvolver.

1.3.3. O surto nacionalista triunfa

Por três setores vemos repartir-se o surto nacionalista: o da doutrinação, o da pesquisa erudita e o da criação literária. Na

realidade, estamos em pleno Romantismo, que nunca perdera o seu lugar central e que, reformulado, mantinha a sua posição proeminente. Entrado o século XX, já na década de dez, exemplificarão o apostolado teórico, além de Teófilo Braga, que era considerado um “Pai da Pátria” (Ramos, 1994: 64) e de Alberto de Oliveira, já citados, os poetas Teixeira de Pascoaes, com a *Arte de Ser Português*, destinada a contribuir para a «reintegração dos Portugueses no carácter que por tradição e herança lhes pertence» (1978: 18), revelando aos jovens «a verdade portuguesa», *Os Poetas Lusíadas*, etc., e Afonso Lopes Vieira, que propôs o lema, um tanto oco, mas eufônico, «reaportuguesar Portugal tornando-o europeu» (cf. *Em Demanda do Graal*, 1922); e Sardinha (1942: 117) (“aceite-se o legado de Garrett, de quem somos herdeiros universais”).

Sardinha exaltou alguns desses homens que «surgem, de enxada em punho, a arrecadar os despojos dispersos da nossa herança tradicional»; são eles um Francisco Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos et alii, e também Alberto Sampaio, Ricardo Severo, etc. (Ramos, 1994: 712).

Este tradicionalismo conta, com diferença ao Simbolismo, com notáveis argumentos na Tradição portuguesa. Um dos pontos de partida é sem dúvida o que marcara, e ainda está a marcar, João de Deus; outro o que provém da intensa atividade historiográfica, filológica e etnográfica, que sobretudo a partir de 1880 é desenvolvida em determinados meios intelectuais e académicos portugueses. A corrente, que teve em Herculano uma perfeita síntese, corre paralela a uma crescente literatura historicista. Mas outros procedem das sobrevivências e ressurgimentos românticos. As correntes românticas, longe de desaparecer, nunca perderam o favor do público. O exemplo mais claro pode ser precisamente o de *A Morgadinha de Val flor*; assomam com evidência nos fins de século e primeiro quartel do XX, assumindo elementos naturalistas e ainda alguns simbolistas, mas prolongando o historicismo “cuja extensão corresponde, sem dúvida, a um certo tradicionalismo em decadência na burguesia rural e ao que havia de vago, como que de sebastiânico patriotismo,

no espírito da pequena burguesia urbana” (Saraiva e Lopes, 1985). O historicismo dramático e com elementos naturalistas teria, entre os seus numerosos cultores, um escritor que, pelo seu carácter camaleónico (dito seja sem nenhum sentido pejorativo), é difícil de instalar: Júlio Dantas, de formação parnasiana e de sensibilidade decadentista, hoje mais conhecido por ter sido alvo da chança modernista; na altura, com uma posição central no sistema português quase ininterrupta, e, especialmente, pela enorme popularidade da sua *Ceia dos cardeaes*. Mesmo não era alheio a esse tradicionalismo a “fase descendente e final do ímpeto crítico e reformador da geração realista” (Saraiva e Lopes, 1985: 1013). Ramalho e Eça, embora tenham criticado o ar livresco destas tendências, alinhavam já no descrédito das ideias que tão vigorosamente defenderam. Eça está já n’A *Cidade e nas Serras*. A geração que vencera na “Questão Coimbrã”, bate-se agora em sossegada retirada, vencida da vida.

Os modelos deste tradicionalismo estavam, pois, situados na tradição popular, e, por via culta, nas recriações da sequência que ia desde João de Deus até António Nobre. Coincidimos inteiramente com Clara Rocha (1985: 262): “ora se inspira nas trovas e quadras populares, ora no lirismo elegíaco de João de Deus, ora no estro poético de António Nobre”.

Ele triunfa definitivamente na primeira década do século.

E do Simbolismo, o que ficara? Diz-nos Clara Rocha (1985: 265-266):

“os contactos com o Simbolismo não deixaram de produzir-se. [O lirismo sentimental de raiz autóctone] indissociável, aliás, da poesia epigonal decadentista e simbolista – porque esta se enxerta, muitas vezes, no nosso tronco lírico tradicional –, esta tendência polariza-se em vozes como João de Barros, Augusto Gil, A. Duarte, António de Sousa, A Lopes Vieira., António Correia de Oliveira, etc.”

Como normas temáticas do repertório do lirismo tradicional, Clara Rocha (265-268) anota a *evocação do campo*, elemento integrante da

literatura nacional; a espiritualização do real e da natureza. Por esta via, a linha tradicional é riquíssima: Sá de Miranda, Rodrigues Lobo, e mais recentemente Eça e Fialho, sem esquecermos João de Deus e Nobre. Não é aliás uma linha apenas lírica ou narrativa. O reestabelecimento duma sensibilidade deste tipo tinha necessariamente que lembrar Garrett, o “patrão”, em contraste com o relativo fracasso do teatro realista.

Ideologicamente, significativos cultores deste tradicionalismo alinham com as correntes mais integristas; em palavras, para o caso mui autorizadas, de Fidelino de Figueiredo (1944: 439-440):

“A inflexão tradicionalista, determinada pelos exageros da doutrina democrática, ostenta-se com clareza nalguns espíritos, que puderam acompanhar tôda esta época, desde 1900. Antero de Figueiredo¹⁵⁵ vem do lirismo para o historicismo e chega ao catolicismo integral. Correia de Oliveira parte da arte pura e popularista, e torna-se o poeta oficioso do sector católico das letras e da política. Manuel Ribeiro, ardente militante da ortodoxia religiosa, fôra antes um militante da ação direta revolucionária”.

Nem todo era absoluta unidade na linha tradicional. A partir da implantação da República, na qual eclode o crescente anticlericalismo (e particularmente antijesuitismo de vários setores sociais) e a secularização da vida pública, perfilam-se posições e linhas poéticas. Este tradicionalismo manteve-se sem grandes cisões até depois de proclamada a Primeira República Portuguesa, onde se bifurca, segundo Figueiredo (1944: 438), entre os conformes e os disconformes, nunca deixando de puxar a brasa para a sua sardinha:

“O advento da República em 1910 não podia deixar de trazer ao campo espiritual uma comoção profunda. O seu acentuado

¹⁵⁵ Antero de Figueiredo é, aliás, já nesta época finissecular um cultor do regionalismo minhoto.

caráter anti-histórico e esquerdista deu a causa emocional para duas opostas direc literárias: a dos espíritos conformes, que pretenderam dar-lhe cérebro, compor-lhe uma doutrina e uma literatura; e a dos espíritos inconformes, que da experiência republicana extraíram corolários confirmadores da necessidade de continuar em pacífica evolução um velho passado, – uns e outros afinal obedecendo às suas espontâneas inclina e ambi políticas, porque as idéias quási sempre se organizam para justificar gostos preexistentes”.

Entre os conformes gesta-se o Saudosismo. Estamos já na República, superado o período de análise que aqui nos determinamos. Mas não está de mais fazer ao seu respeito algum comentário, porque ele pode ilustrar a linha seguida polas tendências apontadas nos finais do século XIX.

O tradicionalismo, da mão do seu principal doutrinador Alberto de Oliveira, ocupara o centro do polissistema português. Como indica Jacinto do Prado Coelho (1969: 1005-1008), “a própria Renascença Portuguesa vai encontrar na produção de Oliveira bases para a sua orientação”, particularmente nas fixadas em *O Encoberto* (1904), que «exerceu influência decisiva, conquanto difusa (como é timbre do esoterismo) nas ideias-forças da ‘Renascença Portuguesa’ (1912) e constituiu, possivelmente, um dos impulsos iniciais do saudosismo», acrescenta Prado Coelho citando palavras de Joel Serrão.

Na sequência daquele caráter “anti-histórico e esquerdista” nasceu em Portugal a Renascença Portuguesa, que passaria à História como a “mais ambiciosa organização de intelectuais alguma vez vista em Portugal” (Ramos, 1994: 532). Com efeito, para além dos órgãos de expressão que lhe foram próprios, a Renascença editou livros, organizou cursos e Universidades populares, etc.

Teixeira de Pascoaes é o seu indiscutível mentor. Resumir este movimento, e resumi-lo em Pascoaes não nos resulta tarefa fácil. O Saudosismo é a expressão coletiva duma tendência que já desde os

finais do XIX se vinha alimentando em individualidades como a de Pascoaes. Note-se que quando a revista *A Águia* começa a ser editada o ainda relativamente jovem Pascoaes (de trinta e três anos) tem já publicados dez livros, sem contar o seu *Embríões*, cujos exemplares diligentemente procurou destruir, depois que, entre outras críticas, recebera a de Guerra Junqueiro, que em resposta ao exemplar que o pai de Joaquim lhe enviara, recomendava ao seu progenitor convidar o filho para que se deixasse de versos. Naquele texto já se anunciava o caráter de fidelidade a si próprio que a sua produção terá.

O repertório de Pascoaes, em aparência simples, está constituído por múltiplos modelos. Raça e Saudade vão ser as palavras-chave. A sua filosofia da Saudade irá permitir-lhe usufruir grande parte da tradição portuguesa. Camões no cimo. Mais recentemente, a sequência que desde Antero passava por Junqueiro, Gomes Leal e Nobre. Mas a presença temática do Simbolismo deixa também a sua pegada, no vago e indefinido, ou melhor no Vago e Indefinido presente em Pascoaes. “Na sua forma de olhar o país, Pascoaes assumirá inteiramente a imagem dum Portugal debilitado e inequivocamente decadente” (Moreira de Sá, 1989: 29).

O que nos parece claro é que este homem, de alargada biografia e bibliografia, foi sempre, como afirma a estudiosa da sua estética Maria das Graças Moreira de Sá, “um homem preso, em termos de herança histórico cultural, às consequências do ambiente finissecular”. (Moreira de Sá, 1989: 21).

Ele representa aliás a tendência idealista do fim de século, “na linha espiritualista que defende o regresso à Natureza como forma de preencher o vazio deixado pelo artificialismo do excesso de civilização a que o espírito científico do tempo levara o Homem”.

E pouco depois, o nacionalismo integrista ia alcançar também formulação doutrinária em António Sardinha e no Integralismo Lusitano. *Alma Portuguesa, Nação portuguesa e Ideia Nacional* vão, a partir de 1914 e 1915, ser os seus primeiros órgãos de expressão.

Uma das características marcantes dos diferentes grupos que sucederam o por momentos sólido grupo da Geração de 70 foi a da sua atomização. Resulta evidente que no “misto finissecular” que percebemos na vida literária portuguesa deste período, não existe um núcleo forte e central assediado por diferentes frentes. Mais parece o panorama uma intensa procura de mui diferentes caminhos, muitos deles por definir. Temos que esperar à década dos dez para encontrar um grupo autossuficiente e suficientemente organizado (mesmo com estrutura formal) para perceber com maior clareza o que desde os anos noventa do século XIX se vinha a gestar. A «Renascença Portuguesa» vai ter, significativamente, como primeiro Presidente “a figura tutelar de Guerra Junqueiro¹⁵⁶” (Rocha, 1985: 285), cujo objetivo será, entre outros, e no dizer de Jaime Cortesão, o de reunir “os grupinhos literários entre nós dispersos” (Ramos, 1994: 536).

Embora de novo fora das balizas temporais em que aqui nos movemos, a caracterização do panorama imediatamente futuro que Rui Ramos descreve é extraordinariamente expressiva do que foi a vida literária portuguesa desde os finais do século até, ao menos, 1915 (Ramos, 1994: 537):

“Entre 1900 e 1930 publicaram-se em Portugal cerca de dez revistas literárias por ano, os mais altos valores do século XX. Ora, esses «grupinhos» encarregaram-se de mostrar à Renascença que não queriam ser congregados. Os 29 literatos que no jornal *República*, de Lisboa, responderam, nos fins de 1912 a um inquérito sobre a Renascença Portuguesa não esconderam a sua animosidade. Os rapazes das pequenas revistas literárias, como as da *Rajada*

¹⁵⁶ Afinal, parte da obra de Guerra Junqueiro acaba por ser uma das vias de enlace mais poderosas entre o após-Ultimato e os movimentos literários da década de dez. Por exemplo, apreciando a figura do Doido, diz Maria de Lourdes Belchior (1980: 108):

“Não se esqueça que este Doido congrega as puras imagens de uma pátria a redimir e se projectará no saudosismo e no modernismo, nos seus anseios de libertação anti-racionalista, nos sonhos frustrados e angústias que os fecundam. Nobre, Pascoaes e outros devem, neste capítulo, algo a Junqueiro [...]”

e *Dionysos*, de Coimbra, ressentiram-se por serem esquecidos e carregaram sobre a Renascença, acusando-a de ser uma pequena sociedade de elogio mútuo portuense em busca de publicidade. Em breve, em Lisboa, as poderosas *coeries* político-literárias de João de Barros, que em 1915 ia lançar a sua própria revista, *Atlântida*, e de Afonso Lopes Vieira, moviam uma guerra feroz a Pascoaes e ao seu grupo (apesar de em 1911 terem sido convidados para o integrar). Havia quem estivesse contra o «saudosismo» com o argumento de que o que convinha era o «sebastianismo». Todos juravam ansiar por uma «renascença» nacional, republicana, antifranquista, animada por um grande ideal colectivo”.

Tudo o dito apresenta um panorama polissistémico dominado pelo repertório neotradicionalista que se vinha a forjar desde vinte anos atrás, mas numa maneira difusa, em que não sobranceiam grupos nem individualidades suficientemente fortes para se constituírem em modelos únicos. O vigor desse neotradicionalismo não alcançava as cotas que o Romantismo, e, mais recentemente, a Geração de 70 conseguiram como forças centrípetas. Rui Ramos (1994: 537) caracteriza expressivamente a situação:

“Todos estavam numa disponibilidade vaga, com os poetas a gerir a herança de António Nobre e o resto sem saber muito bem o que fazer, a não ser escrever crónicas jornalísticas com a ironia de Eça ou o vocabulário de Fialho (Portugal, *Inquérito*, pp 247-248) – embora nada disto significasse satisfação com a herança, antes pelo contrário”.

Como expressivo é o uso alegórico dos versos da *Nau Catrineta* a que João Gaspar Simões (Simões, 1976: 90) procede para definir o ambiente literário, oposto ao do comboio finissecular, retrotraído à *essência* marinheira:

“De facto, caíra-se no domínio da pura imitação. Embora Coimbra continuasse a ser o cesto da gávea da literatura nacional, o certo é que ninguém subia ao mastro real na esperança de enxergar de lá novas terras ou novos horizontes literários: toda a marinagem lírica se mantinha no convés da embarcação, roendo a sola de molho das escolas poéticas passadas. Havia, realmente, muitos poetas – sempre Coimbra fora pródiga em poetas –, mas, na sua generalidade, apenas repetiram os mestres preferidos.”

Oportunamente retoma Gaspar Simões (1976: 90) as palavras dum novo autor da época, Veiga Simões, que perspetivava com agudeza aquela textura literária:

“De todo esse momento ficou apenas a ideia lisa que a imitação entrou em tal ordem no hábito geral que se tornou – *um género*. Assim, versos satânicos capitulavam-nos de *Junqueiro*, – *género Junqueiro*; seriam melancolias simplórias, do género – *António Nobre*; e toda a poesia onde Elvira não entrasse ou não estrugisse um grito ao Rei, era logo Antero puro” (*A Nova Geração*, 1911: 18).

Numa época de crise, palavra sempre de fácil recurso, como a que apresenta a literatura portuguesa dos inícios do século XX, as instituições, num polissistema consolidado, não se aparecem precisamente aos olhos dos que a vivem como um recurso salvador. A Academia das Ciências atravessava momentos de pouca consideração social. Como também a Universidade, considerada em conjunto, enferrujada e fora da realidade. Transcrevemos na continuação as palavras do livro de Rui Ramos (1994: 537), porque, em nossa opinião, desenhavam com precisão o que comentámos:

“A vida literária portuguesa não tinha em 1910 um princípio de organização. Não havia o domínio que na Alemanha exerciam os professores das dezenas de universidades que cobriam o país.

De Coimbra, todos repetiam a frase de Junqueiro: se se quisesse que a Universidade de Coimbra desse luz, era preciso deitar-lhe fogo. Em quase todos os ramos das letras predominavam os amadores, e discutia-se nos cafés, jornais e revistas literárias, e não nas universidades. [...] É que, ao contrário de França, não havia em Portugal grandes instituições que fossem o objetivo duma carreira intelectual, como a Academia Francesa ou o Colégio de França. A Academia das Ciências era universalmente menosprezada. Os grandes escritores da última geração não tinham lá entrado, e mesmo Teófilo a abandonara, tentando formar uma academia alternativa”.

A alternativa institucional, para muitos, vai estar na Renascença Portuguesa; outros procurarão os caminhos integristas que, paradoxalmente, também vinham da França, no Integralismo Lusitano. Apenas em 1915 vão tentar alguns, já *modernistas*, que triunfe a viragem que propõem. A época da Grande Guerra, e as vicissitudes da República, não vão permitir grande sossego.

**III. PROBLEMAS NA ALEGORIA NACIONAL:
A INSUFICIÊNCIA DUMA HISTORIOGRAFIA
NACIONALIZADA**

(Página deixada propositadamente em branco)

**PROBLEMAS NA ALEGORIA NACIONAL:
A QUESTÃO GALEGA (E BRASILEIRA)
NA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA
PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA**

O objetivo deste trabalho é o de abordar a instabilidade e falta de coerência das histórias literárias nacionais e o seu caráter de verdade, em relação à sua definição e delimitação, aqui no caso português mas presente em muitos outros âmbitos. Uma instabilidade que procede não tanto da vontade das pessoas dedicadas à elaboração dessas histórias mas da existência e perspetivação delas como narrativas nacionais, com um marcado caráter conjuntural segundo as épocas. Para esse propósito, é utilizado o parâmetro da presença e modo de abordagem da aqui denominada “questão galega”: a existência de uma atividade literária na mesma língua ou não, segundo os historiadores, e as fases que considerarem, num espaço geo-humano que pode ou não ser tomado em consideração por esses historiadores nas suas classificações de maneira diversa. Atividade e espaço que, e isto é o que interessa aos meus propósitos, se situam nos que são invocados como os inícios (enfim, nos fundamentos) da nação portuguesa e da sua produção literária.

A historiografia literária portuguesa apresenta igualmente problemas de delimitação e classificação no que diz respeito a atividades literárias ou espaços sociais como o espanhol (nomeadamente nos séculos XVI e XVII), o brasileiro, de 1500 a 1822 particularmente, e o timorense e os dos países africanos de língua portuguesa (aqui, desde o século

XIX até mesmo depois da independência política desses países); casos como a produção em latim ou noutras línguas, são mais pacíficos, em razão da inexistência de um espaço social atuante na altura dessas produções a que essas línguas puderam vincular-se (não havia, ao lado, *um país em latim*) ou porque, existindo esses espaços sociais, a produção nessas línguas é sentida como marginal ou circunstancial na trajetória de um autor (é o mesmo caso dos *Poemas Ingleses* de Pessoa, por exemplo) e nunca resultado de uma situação *nacional* mas individual. Não sendo possível abranger aqui a totalidade desses fenômenos, utilizarei apenas como parâmetro segundo e colateral o caso brasileiro, porque pode ajudar a interpretar esse caráter instável, conjuntural e incoerente das historiografias a que aludi.

Igualmente, na parte final deste texto, é sumariamente abordada a viabilidade de algumas propostas apresentadas nos últimos anos e insinuam-se quais podem ser, neste cenário, as novas tarefas que a historiografia pode assumir.

Seleciono como exemplos relevantes da problemática que me proponho analisar, o *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*¹⁵⁷ (em adiante também *Dicionário*) e a *História da Literatura Portuguesa*¹⁵⁸ (HLP). As razões foram: o seu caráter abrangente, terem surgido como propostas historiográficas novas e renovadoras, a sua continuidade de revisão no tempo e sucessivas

¹⁵⁷ Jacinto Prado Coelho, dir., *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, Figueirinhas, Porto, 1960. A sua venda foi começada em fascículos em 1956. Significativamente, nas várias reedições e reimpressões, o *Dicionário* vai modificando o seu título: a partir da edição de 1969, a segunda em volumes, passa a denominar-se *Dicionário de literatura. Literaturas portuguesa, brasileira, galega. Estilística literária*, provavelmente por razões de mercado e abrangência, alterando, como se vê, a ordem dos termos “brasileira” e “galega”, talvez por idêntica razão. O título vai manter-se inalterado nas sucessivas edições e reimpressões (a partir de 1984, já póstumas em relação ao seu diretor Jacinto do Prado Coelho), incluindo a que figura como quarta edição, de 1992 (sic) e as suas reimpressões, até às atualizações de 2002 e 2003, que fixam o atual *Dicionário de literatura. Literaturas portuguesa, brasileira, galega, africana, estilística literária*, coordenada por Ernesto Rodrigues, Pires Laranjeira e Viale Moutinho, em que por vez primeira a “literatura africana” (não em plural) é homologada às outras no título.

¹⁵⁸ A. J. Saraiva e Ó. Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, Porto, s.d. (1955).

edições e o facto de serem as obras presumivelmente mais utilizadas no âmbito académico dos estudos literários portugueses, ao menos até ao surgimento das possibilidades da internet e de fontes como wikipédia. Devo precisar que o que me proponho não é um estudo *sobre* estes textos; este não é um trabalho sobre este corpus mas usa elementos desse corpus na sua condição de formulações historiográficas relevantes, para abordar, e este é o objeto, o problema da elaboração de uma história literária portuguesa. Restrinjo-me, para manejar um corpus abrangível e elucidativo, no caso da *HLP*, às edições primeira, 1955, sexta, 1970; oitava, 1975; décimo primeira, 1979; décimo terceira 1985, e décimo sétima, 1996, primeira após a morte de António José Saraiva. Naturalmente, fenómenos anotados para uma edição podem já estar presentes ou com variantes noutras. Adicionalmente, utilizarei alguma outra obra com o intuito de poder contribuir para um melhor conhecimento de determinados fenómenos em foco.

A historiografia literária que apresenta narrativas de conjunto (manuais, livros de texto, etc.) mais canonizada num campo de estudos costuma aparecer aos olhos dos utentes como a (proposta de) *verdade* do mais significativo da história literária da comunidade. Ela apoia-se, na maior parte dos casos, num repertório e *habitus* do historiador suficientemente consensuais com a comunidade sobre o que, predominantemente, essa comunidade (e, na realidade, os agentes que têm capacidade para impor os seus critérios) considera *literatura nacional*. Consenso decisivo para que aquela historiografia funcione sobretudo nas esferas mais formalizadas do espaço social dado (por exemplo, a escola). A historiografia literária constitui e apresenta-se assim como a biografia *literária* da comunidade, da nação, numa pretensa coerência narrativa linear que espelha a ilusão biográfica a que Bourdieu se refere para a análise de trajetórias individuais (Bourdieu, 1994: 81-89).

Estes fenómenos articulatórios entre a definição da comunidade e as produções literárias que lhe seriam próprias geram ocultações, não necessariamente resultado de intencionalidade na elaboração

historiográfica. Polo contrário, são fruto, muitas vezes, do que se considera o lógico na lógica dessa elaboração: que existe uma nação e, portanto, uma literatura nacional como a atividade gerada num espaço geopolítico determinado numa língua determinada, sob parâmetros que não precisariam justificação nem historificação; essa lógica, na prática, constitui uma das mais poderosas crenças dentro do campo dos estudos literários (nacionais), configurando-se como uma *doxa*, surgida do esquecimento, como tive oportunidade de comentar no início deste volume, das “conditions historiques et sociales d’exception qui rendent possible une vision du monde et des oeuvres culturelles placée sous le signe de l’évidence et du naturel”, como indica Bourdieu sobre o funcionamento dos campos (Bourdieu, 1997b: 36).

Essa ocultação apresenta feições diversas: em determinados planos, questões de género, de censura e alegadamente estéticas têm sido analisadas; menos atenção receberam leituras heterotemporais, heteroespaciais e/ou heteroculturais, em que estão desativadas ou substituídas as coordenadas e condições primeiras de produção e distribuição do texto; dentro deste conjunto estão também os fenómenos relacionados com a classificação e a periodização; e os processos de canonização, que, no caso português, mostram a dominância de Teófilo Braga e do seu programa político-historiográfico, da crítica positivista e da sua lógica no decisivo processo constitutivo do cânone português nesse último quartel do século XIX, que se mantém em boa medida na atualidade. E, ao lado de parâmetros objetiváveis, surgem outros como o da qualidade e da originalidade, dependentes em última instância da subjetividade do selecionador, mas apoiados na compartição de repertórios e *habitus* com muitos dos seus pares e o seu público potencial, presentes já nos inícios da historiografia portuguesa (Vanda Anastácio, 2003: 45-58).

Regra geral, a coerência entre o passado e o presente que se deseja em termos nacionais está atuante nessas seleções fundadas no *esquecimento* ou no *erro histórico*, como indica Renan (1882), “un

facteur essentiel de la création d'une nation"; a identidade nacional surgia como um instrumento e um critério que permitia separar "*the essential from the negligible*", segundo nota Szegedy-Maszák (2003); *consequentemente, continua Szegedy-Maszák*, "in histories of national literatures the works have been approached *almost exclusively from a point of view that has emphasized* what is nationally distinctive rather than what is common to several nations"; tudo *em função, complemente-se, dos interessados na construção de uma determinada ideia nacional*; mas é precisamente naquele ênfase do "nationally distinctive" onde o conflito surge.

Neste processo, os critérios mais difíceis de apresentar como objetiváveis ficaram obsoletos e progressivamente deslegitimados mas as suas consequências seletivas continuaram vigorando e foram invocados em ocasiões, caso do importante historiador da literatura Costa Pimpão, que considerava a "originalidade nacional" "a primeira característica a exigir da história da literatura de qualquer país", e, em relação a Portugal, "de formação unilingue, a sua qualidade linguística" (Vanda Anastácio, 2003), conceções ainda hoje propostas para alguns âmbitos¹⁵⁹.

Provavelmente, foi perante e, até, contra esse tipo de obras e as suas consequências e o estado de campo da altura que o *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira* (em adiante também *Dicionário*) e a *História da Literatura Portuguesa (HLP)* surgiram ou, pelo menos, funcionaram a partir da década de cinquenta. Prado Coelho invoca já na "Advertência da 1ª edição", (s.n.) o caráter pioneiro do *Dicionário*, por ser o primeiro¹⁶⁰ que procurava "abranger na totalidade, e em estrita correlação, as literaturas portuguesa, galega e brasileira", de conteúdo alargado mas advertindo omitir "definições

¹⁵⁹ Veja-se, por exemplo, as reflexões de Péter Sárkösy a propósito da delimitação de literaturas no 'âmbito húngarês', "La question de 'la littérature nationale' en Europe Centrale", *Neobelicon*. 26. 1999. 2. 79-84.

¹⁶⁰ O que é verdade para um *Dicionário* mas não para um volume sobre história literária: O *Parnaso Portuguez Moderno* (Lisboa, Francisco Arthur da Silva, 1877) de Teófilo Braga, aborda as três literaturas.

e generalidades que podem encontrar-se em enciclopédias ou até em dicionários da língua”. Saraiva e Lopes no Prefácio da sua *HLP*, afirmavam que na historiografia portuguesa não havia obras atualizadas nem, desde Braga, renovação da “teoria da nossa história literária”, pretendendo eles dar um “encadeamento inteligível” da história literária portuguesa “de acordo com as tendências actuais da história geral das sociedades e da cultura”.

Tudo parece indicar que são fórmulas de análise mais rigorosas o que se quer pôr em jogo frente ao essencialismo e subjetivismo que podiam detetar noutros textos. O corpus delas é delimitado polos elementos que antes denominei mais objetiváveis: língua e território, só perturbado polas agregações e desagregações ao longo da história dessa naturalidade dóxica: Brasil e países africanos ex-colónias lusas, por um lado, e o eventual caso *fronteirizo* da Galiza por outro; e sempre delimitável em relação ao referente de oposição constituído por Castela/Espanha, delimitação que abre espaços controvertidos em relação à literatura de uma nação, a portuguesa¹⁶¹, que costuma ser apresentada como uma das mais, se não a mais, compactas e antigas na Europa, o que dotaria de estabilidade certa a sua reconstrução histórica (literária) nacional (Tamen e Buescu, 1999)¹⁶². A mesma ausência de explicação do carácter literalmente ideológico da elaboração historiográfica, que faz funcionar estas obras como resultado de uma eventual lógica natural e naturalizadora (Vid. Tamen, *Op. Cit.*, XX-XXI) afeta o carácter epistemológico dessa elaboração.

Prado Coelho formula de maneira explícita o carácter problemático da delimitação literária e a consideração dessa problemática como vinculada a outros espaços geoculturais próximos¹⁶³:

¹⁶¹ Por razões de espaço, aqui não ficaram tratados os casos africano e espanhol cujo contraste quanto ao tratamento, aliás, aumenta ainda as contradições e insuficiências aqui analisadas para os casos galego e anotadas para o brasileiro. Ao africano dedico o próximo capítulo.

¹⁶² A inconsistência destes critérios é afirmada por Pedro Tamen (1999: 18), só que no caso aplicada à França.

¹⁶³ Prado Coelho, “Advertência”, s.n.

“Conquanto o meu conceito de *literatura nacional* seja o de *criação estética em língua nacional* (pelo menos no caso normal que é a literatura portuguesa) este Dicionário abrange não apenas aspectos literários da Cultura, como a Filosofia, a História Geral, a Pedagogia, etc., e não esquece, por outro lado, os fenómenos de bilinguismo literário e, nomeadamente, a literatura neo-latina”.

A literatura portuguesa pertenceria sempre a um estado/nação português e as outras não. Os “fenómenos de bilinguismo literário” parecem referidos ao uso do latim, o que não é problemático em termos nacionalitários (nem na altura, nem hoje, existe uma nação neolatina) e não ao uso, maciço, do espanhol por parte de alguns autores portugueses.

No Prefácio à *HLP*, Saraiva e Lopes enunciam o seu conceito de literatura portuguesa tomando como base a existência de uma (1955: 5) “comunidade nacional politicamente diferenciada que se exprime numa língua literária determinada”, que consideram “a expressão cultural mais completa de uma nacionalidade”; a definição tem algo de tautológico e não fixa quem define a nação nem quem esses autores (como) nacionais, e oferece o seguinte matiz (1955: 5): “quando duas nacionalidades bem caracterizadas e com centro político e cultural próprios falam uma mesma língua, admite-se a existência de duas literaturas de língua comum”; “quando, por outro lado, em dado território nacional se fala e escreve mais de uma língua, admitem-se tantas literaturas quantas as línguas em que se escrevem obras literárias”.

A concretização dos critérios seletivos revela as primeiras contradições a que se enfrentam os autores. O *Dicionário* não entra na delimitação explícita entre literaturas, o que pode, pola sua índole, parecer razoável ao leitor e era já de alguma maneira advertido no fragmento da Advertência transcrita. Ora, a afirmação de que “o critério que melhor permite balizar e situar uma literatura é o critério linguístico”, evidencia nesse singular “literatura” alguma insuficiência

que se esperaria ser completada com o critério ‘nacional’, manifestando talvez, com a ausência deste, um eventual implícito consenso com os seus leitores; em todo o caso, o que parecia estar evitado (a fixação das comunidades em foco e os critérios da sua delimitação), assoma *in absentia* no conjunto da obra, cujo plano, aliás, não parece ser coincidente com o que o editor tinha, a acreditarmos na carta que Prado Coelho escreve a Guerra da Cal (20-V-1955) ¹⁶⁴. O *Dicionário*, deixando à margem agora o que afeta o assunto africano, não define o conceito “nação” em nenhuma das suas edições; o conceito de “Autonomia Política” que inclui é apenas referido à “Literatura sob os Filipes, em defesa da” (1960: 66-67); aparecem “Autonomismo na literatura brasileira (1960: 67), a que aludirei, e o de “Autonomismo na literatura galega” (1960: 68) remete para “Renascimento Galego e Caracteres gerais da Literatura galega” (68), que deixa fora a literatura medieval por razão cronológica; o verbete “Nacionalismo” (1960: 516) remete para “Autonomia política”, “Autonomismo”, “Expansão Portuguesa”, ‘Nação Portuguesa’ (o periódico), “Neogarrettismo”, “Fim-do-século”, “Sebastianismo”, “Saudosismo”, “Popularismo”, “Folclore”, numa mistura de planos repertoriais, culturais, políticos ou etnográficos, que, possivelmente, edições posteriores quiseram evitar, caso das atualizações dos volumes de 2002 e 2003, reformulando-os ou não os atualizando.

Como é esperável, é no âmbito da delimitação da literatura trovadoresca onde assomam com particular relevância as primeiras manifestações concretas das dificuldades de uma narrativa coerente e congruente segundo os princípios classificadores que são invocados à partida pelos autores. Saraiva e Lopes enfrentam a questão dessa literatura considerando existência de uma “primeira fase histórica da língua” até meados do século XIV (13), em que “o Português aparece,

¹⁶⁴ “O editor não pensava na literatura galega; fui eu que lha sugeri, porque o meu critério é o linguístico e além disso Galiza e Portugal constituem uma unidade cultural”. A carta está conservada em Nova Iorque, na Hispanic Society of America, no conjunto epistolar de Guerra da Cal.

portanto, como um falar galego”, estendido “não apenas em Portugal e na Galiza, mas por toda a aristocracia espanhola, e cantado pelos jograis líricos”. “Como língua literária”, esclarecem, “é uma língua peninsular de modo algum privativa do Estado português”, cuja existência detetam já “sob a primeira dinastia” (14). Como se vê, os autores têm de recorrer a um misto não facilmente destrinchável de critérios distintos, de apreciações, de âmbitos geoculturais diversos e de seleções cronológicas díspares para apresentar esses fenómenos, tudo por causa da pressão que na sua narrativa exerce a equação, geralmente aceite, de língua, território e nação para definir a literatura: o resultado é que o Estado (e, pode deduzir-se, a antecedente nação) existe antes de que a língua se singularize para essa comunidade (“um falar galego”); que toda a produção trovadoresca, fundamentalmente do século XIII, é elaborada numa “língua literária” que é *peninsular*, confundindo-se, assim, planos geoculturais e diversos conceitos de *língua*. Por outro lado, a configuração do corpus trovadoresco parece que, em coerência com os enunciados gerais, deveria ser limitada a autores *nacionais* em língua *nacional* (que, pode pensar-se, não existe até meados do século XIV, ou que é *galego*, e não *português* até essa altura).

Esta classe de problemas acrescenta-se com o grau de concretização a que se recorrer. Assim acontece quando Saraiva e Lopes indicam serem “os primeiros escritores de língua portuguesa, os poetas dos *Cancioneiros*”, “oriundos principalmente de toda a região entre o Mondego e o Golfo de Biscaia”; eles afirmam que “se se incluem trovadores e jograis galegos no estudo da primeira fase da nossa literatura é porque o discernimento da nacionalidade dos autores não pode aí fazer-se em grande número de casos”, fase em que as “diversas línguas literárias nacionais da Península” e “as fronteiras territoriais” ainda “se estavam fixando”. Além do carácter de *continuum* linguístico da România, todas as obras de referência¹⁶⁵ coincidem em assinalar a

¹⁶⁵ Cfr. Heinrich Lausberg, *Linguística românica*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981; Iorgu Iordan, *Introdução à linguística românica*, 2ª ed., Lisboa,

diferenciação linguística nítida do denominado galego-português neste período a respeito das outras línguas romances: o galego-português é perfeitamente distinguível. Saraiva e Lopes dizem tratar-se de autores “principalmente oriundos” de uma determinada faixa territorial: à parte da relativa impropriedade e difuminação do âmbito referido (excluindo, por exemplo, Alfonso X, nascido em Toledo ou D. Dinis, provavelmente nascido além-Mondego, que são dous dos trovadores mais citados do período por parte dos autores desta *HLP*), parece que, precisamente por razões de língua, nacionalidade e número, é o caso dos produtores galegos (entendidos, segundo parece, como os nascidos além-Minho) o que pode realmente levantar problemas de fixação e delimitação; isto espelha um fenómeno que, convém adiantá-lo, não é provocado polos historiadores em atenção mas pola consideração prévia que preside à realização destas obras, que devem responder ao conjunto língua + nacionalidade: as dificuldades de delimitação de algum desses parâmetros lesam progressivamente a claridade da narrativa historiográfica proporcionalmente à medida em que ela deva concretizar-se e pormenorizar-se.

Destarte, e no referido à língua, essas afirmações contradizem a anteriormente feita sobre a inexistência do Português como língua nessa altura; e a alegada inexistência da nação ‘permite’ obviar esta como parâmetro e incluir todo o autor em (a inexistente, segundo os autores) língua portuguesa desse período. A equação a que antes me referi fica posta de parte. E, assim as cousas, se atendermos à baliza linguística, ora pode aceitar-se, ora negar-se a existência de uma *literatura portuguesa* representada polos autores dos Cancioneiros, conforme se aceitar ou não a existência de uma língua diferenciada. E se atendermos à nacionalidade, também. E o mesmo pode predicar-se do caso galego, só que, nele, pareceria mais legítimo falar de

Fundação Calouste Gulbenkian, 1982; sobre os dialetos galego-portugueses, “Nova Proposta de Classificação dos dialectos galego-portugueses”, de Luís F. Lindley Cintra, *Boletim de Filologia*, XXII, 1971, pp. 81-116; a respeito deste conceito, a sua história e perspectivas, X. Carlos Lagares, “Sobre a noção de galego-português, *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Patrimônio cultural e latinidade*, 35, 2008, pp. 61-82.

uma *literatura galega* se se aceitar o pormenor do “falar galego” interpretável como matriz da língua literária. Logo na continuação, e aludindo às cantigas de amor, Saraiva e Lopes utilizam expressões como “escola de jograis galegos” ou “o poeta galego-português” (53), que podem referir-se à(s) nacionalidade(s) ou à língua, o que contradiz a impossibilidade de discernir a nacionalidade antes invocada ou, então, se estaria recorrendo a uma categorização linguística nova e não desenvolvida pelos autores: “galego-português”; e são citados autores como Afonso X manifestamente pertencentes a outra nacionalidade; nacionalidade como critério delimitador que não é considerada quando se fala da extensão daquele “falar galego” por toda a “aristocracia espanhola” como língua da produção trovadoresca; e onde o adjetivo “espanhola” fica numa ambiguidade notória, ao não ser definido: se deve ser equivalente a “hispanica” (consideração, então, geográfica mas não político-administrativa nem político-nacionalitária) ou, como parece, é atribuída a uma Espanha que, simplesmente, não existia¹⁶⁶.

O procedimento adequado pareceria ser o de incluir/excluir o que se tem por certo, seguindo os critérios invocados, e marcar o que oferece dúvida. Mas ele desfaria o conjunto trovadoresco vinculado através de uma mesma língua e poderia reduzi-lo a uma dimensão quantitativa e qualitativamente muito menor. Na realidade, na prática, a língua utilizada (Galega, Galego-Portuguesa ou Portuguesa, assim referida de forma diversa), ainda não estendida a outro território extrapeninsular, é a exclusiva baliza delimitadora: se se aplicar um critério territorial ou nacionalitário (aliás, formulado de maneira tão confusa e contraditória), ficariam claramente fora o rei castelhano Alfonso X ou João Airas, “burgés de Santiago” (*CB* VII, 163b), e acabaria por desfazer-se para a história da literatura da nação portuguesa, e, ainda, do “Estado português”, esse conjunto trovadoresco como tal, cujo mesmo modo de transmissão (a sua forma antologal, através dos próprios *Cancioneiros*) configura

¹⁶⁶ Vid., por exemplo, “‘Terra de Espanha’: A Medieval Iberian Utopia”, de M. do Rosário Ferreira (2009), *Portuguese Studies*, Volume 25, 2, pp. 182-198.

tradicionalmente um conjunto, não tanto individualidades, e apresenta (na realidade, devo dizer, sobretudo propiciou) um eminente uso *fundacional* da nação cultural, não facilmente prescindível, termo *ab quo*, valioso como bem cultural identitariamente, mesmo no seu paralelo com a salientada fundação da nação nos meados do século XII – meados do século XIII.

Esta classe de complicações sobre o discernimento e a delimitação do *literário nacional* aumenta quando a questão do bilinguismo dos autores volta a ser focada, no Capítulo I (“Das Origens¹⁶⁷ a Fernão Lopes”, primeiro termo *ab quo* explicitamente reconhecido), sob o rótulo “A literatura portuguesa e as literaturas peninsulares”. Na edição de 1970, por exemplo, (39) afirma-se que “anteriormente a Fernão Lopes, deve falar-se “de uma literatura de língua portuguesa (inicialmente galego-portuguesa)” “dentro do âmbito de uma cultura peninsular”, cuja cronologia literária não aparece distinguida claramente, ainda que depois se indique que é “a personalidade política portuguesa,” “são as cortes dos seus reis, os mosteiros de *Santa Cruz e Alcobaca* que lhe asseguram continuidade”, o que vinha sendo assim afirmado, com matizes leves, desde 1955 (35). A consideração explícita de critérios de inclusão dos *Cancioneiros* e de Afonso X é reconduzida à tradição e ao consenso historiográficos [“obras que *geralmente se* (itálico meu) incluem no património literário português medieval são produzidas noutras regiões da Península, como sucede com grande parte das composições dos *Cancioneiros* primitivos, e com as *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X, o Sábio (...)”], fora da lógica delimitadora que se deve depreender dos critérios invocados. Ora, se não há nacionalidade não há literatura *nacional*. Essa literatura anterior a Fernão Lopes deveria, a rigor, ser excluída

¹⁶⁷ O uso do rótulo “Origens” contribui para maior ambiguidade inclusiva/exclusiva, cuja argumentação, explícita, aliás, uma discutível teleologia: “não se diferencia integralmente como fase da história literária portuguesa; trata-se de uma literatura que a precede e prepara, de língua portuguesa mas de [1955: 36, conteúdo cultural peninsular] [significado peninsular, 1970: 39] [cultura peninsular, 1975: 39] [em certo sentido regional, dentro da Ibéria, 1979: 39].

ou então haverá que aceitar configurações ‘anormais’ da *literatura nacional*, em que se produziriam ‘apropriações indevidas’, assomando as ocultações e incongruências que, com a naturalidade da doxa do campo, ficam insensíveis¹⁶⁸; mas excluir implicaria deixar, por exemplo, um monarca fundacional da *nação portuguesa*, D. Dinis, fora da história da literatura nacional. Ele, e Joam Airas, e Afonso X, são resgatados outra vez por uma exclusiva (e nacionalitariamente incoerente) baliza linguística, numa consideração que é apropriadora, ocultada pelo critério linguístico e, precisamente, pola confusão gerada em volta do que seja definível como nacional.

A crescente pormenorização sobre o que é possível denominar ‘a questão galega’ prossegue até à edição de 1996. Na alínea “literatura, cultura, nacionalidade” acrescentam-se dous novos parágrafos¹⁶⁹ (11-12), já incluídos em edições da década de oitenta, em que se afirma que “a literatura portuguesa assenta no facto linguístico de uma série de falares muito afins, que sob o ponto de vista dialectal ainda hoje se encontra representado pela gama mais ou menos contínua de dialectos que se estendem desde a Galiza até ao Algarve”, definindo, pois, uma unidade linguística galego-portuguesa vigorante até à atualidade; estes acréscimos estão alicerçados na autoridade da “Nova Proposta de Classificação dos dialectos galego-portugueses”, de Luís F. Lindley Cintra (cfr. Nota 16); sobre esta base, falam de um “dialecto galaico-português bastante convencionalizado” para o *Cancioneiro da Ajuda* e as *Cantigas de Santa Maria*, o que colide com afirmações e delimitações anteriores, para logo indicar que já no século XIV se assiste ao surto de uma obra em prosa especificamente galega, sem esclarecer sob quais

¹⁶⁸ Na edição de 1970 é inserido um parágrafo (p. 13) que alude à periodização da literatura (que aqui não foco) que situa explicitamente a história literária portuguesa como preexistente à nação, cuja unidade política, diz-se, atua, retroativamente, como “esquema de referência” para essa história.

¹⁶⁹ E suprime-se o que vai de “Como história” até “cronológica ou outra”, que sim estão na de 1985 e anteriores, referido ao desenvolvimento dos problemas da história da literatura e a sua relação com a linguagem como específicos.

critérios é essa prosa singularizada; e fala-se também de uma “emancipação relativa” (sem fixar o alcance deste adjetivo) desde meados do século XIII, “que, até à Restauração de 1640, e ainda alguns anos depois, permitirão o desenvolvimento dos géneros gráficos (...), sob o consciente reconhecimento de uma unidade, Espanha”: no texto, nem a índole dessa unidade nem o significado de ‘Espanha’ são precisados, como também não o que implica o tal ‘reconhecimento consciente’, o que, aliás, evidencia colaterais problemas de periodização ao lado dos de delimitação referidos.

O sistemático esforço pormenorizador dos autores revela uma decidida vontade de esclarecimento e precisão dos assuntos focados, formulados como problemáticos; e, ao mesmo tempo, põe de manifesto a crescente dificuldade em satisfazer esses objetivos, dificuldade que não releva da perícia dos autores mas dos critérios, dóxicos, utilizados. Não é explicada (1996: 12) a coerência de estudarem autores bilingues (“Português-espanhol”) como nacionais que assinalam, sobretudo quando esse bilinguismo se produz séculos depois da delimitação indicada para a nação portuguesa e, mesmo, no seu carácter maciço, depois da indicada unificação espanhola. Comentam que a Galiza deixa ao longo do século XIV de “se integrar no conjunto português” e que acaba, no século XV, “por perder a sua expressão literária própria, até ao *Rexurdimento* romântico e actual, que parece muito prometedor mas, maioritariamente, (até agora) *galego* e não *português*”; mas isto pressupõe que houve um conjunto galego-português e que ele foi *nacional* português até esse século XIV, o que, por sua vez, impugnaría as observa feitas sobre as nacionalidades dos autores: antes eles foram apresentados só vinculados pola língua, língua que, ficou agora aceite, é o galaico-português. Para o caso do século XIX até à atualidade, não se esclarece se a alusão ao *Rexurdimento* como “maioritariamente *galego* e não *português*” é feita em função da nacionalidade, da língua, do território ou doutros critérios, nem como interpretar estes itálicos.

A questão nacionalitária/territorial dos trovadores também é recorrentemente abordada. Na mesma edição de 1996 (49) aparece uma disquisição sobre as nacionalidades e âmbitos dos poetas dos Cancioneiros, seguindo Resende de Oliveira (1992), que fala de um *Cancioneiro dos Cavaleiros*, quase todos galegos, concluído cerca de 1275-76, e um segundo *Cancioneiro Aristocrático*, maioritariamente de portugueses, dentro do *Cancioneiro da Ajuda*. Mais adiante, diz-se (1996: 12) que se delimita um *Cancioneiro dos Jograis Galegos* de finais do século XIII e inícios do XIV, de naturalidade “esmagadoramente galega”, “e os cancioneiros individuais de João Airas de Santiago, D. Dinis e Estêvão da Guarda – todos eles autores activos no primeiro ou no segundo quartel do século XIV”, para, imediatamente, voltar a falar de (1996: 52) “poetas galego-portugueses” como conjunto uno. Pondo de parte a maior ou menor consistência da argumentação (em que, até a existência de galegos e portugueses nos diversos “*Cancioneiros*” invocados parece demonstrar precisamente o contrário da delimitação nacionalitária que se pretende), tudo manifesta que é a arquitetura cultural da nação o que está em jogo e, igualmente, evidencia o poder fundacional da tradição que vincula os poetas medievais em foco pelo uso linguístico comum como critério delimitador e patrimonializador, e tanto na historiografia portuguesa como na galega.

Se, além das várias edições da *HLP*, revisarmos outras propostas historiográficas, observamos que os problemas persistem e que eles emanam de uma conceção apriorística comum do que a literatura nacional deva ser. A importância histórico-política da delimitação deste período e o seu valor fundacional e identitário na historiografia literária fica espelhada de maneira singular no recurso precisamente a um historiador, em concreto um dos mais reconhecidos no campo da historiografia portuguesa, para a elaboração dos dois capítulos prévios da *História e Antologia da Literatura Portuguesa (HALP)* da Fundação Calouste Gulbenkian, José Mattoso, possivelmente, a mais central *auctoritas* no campo cultural português. Ele abre o primeiro volume da *HALP*, sob o rótulo “literatura Medieval”, com dois textos intitulados

“A formação da nacionalidade” (José Mattoso, 1986: 5-18) e “A cultura medieval portuguesa (séculos XI a XIV)” (Mattoso, 1985: 19-34); neles, enuncia como o seu objetivo abordar assuntos não solucionados na historiografia anterior (“saber até que ponto o conjunto do qual Portugal se separa constituiu uma nação”, por exemplo), afirmando que pode haver nacionalidade sem unidade cultural, linguística, étnica ou outros (6), o que depois concretiza em Portugal, ao tratar dos que considera “carateres nacionais” e que nada esclarece na alínea dedicada aos (18) “aspectos culturais e linguísticos”. Mattoso atribui (12) à política “imperialista” do arcebispo de Santiago de Compostela Gelmírez que os nobres de Entre Douro e Minho comecem a querer emancipar-se, constituindo-se Portugal, como Estado, “desde o terceiro quartel do século XIII”. Sob o título “Identidade cultural”, afirma (15) que é o dos “trovadores galegoportugueses” “o primeiro movimento cultural de certa amplitude e efectivamente identificável com o País”, o que sempre, segundo Mattoso, “atinge a sua plenitude justamente durante meados da segunda metade do século XIII, ou seja, coincide com o período de montagem de um Estado verdadeiramente nacional, isto é, que influencia de facto a vida da Nação no seu conjunto”. José Mattoso enfrenta, explícita e, por isso mesmo, significativamente, as eventuais objeções que lhe possam ser feitas, no sentido de poder ser invocada “a origem galega de muitos dos trovadores e jograis, e o facto de muitas composições terem sido criadas na corte castelhana de Afonso X ou Sancho IV”; para ele, isso não afeta “a interpretação global do fenómeno cujo âmbito coincide grosso modo com Portugal e cujos principais núcleos permanentes se situam entre nós”. Mattoso argumenta que “se há alguma relação entre o fenómeno e a expressão cultural de uma comunidade, é com a portuguesa”, que ela envolve várias camadas populacionais “não só a corte”, que se manifesta “nas romarias e nas cidades”, está inspirada “em cantos populares”, e que “integra influências moçárabes e do Norte”, notando “o apoio que recebe da classe dominante e dos principais e mais activos fautores da centralização política que viviam

nas cortes de Afonso III e D. Dinis”. Mas as objeções não parecem ficar eliminadas: exceto a eventual influência moçárabe ou o apoio régio (ainda que sim da classe dominante, mesmo com apoio de reis como Fernando II e Afonso IX, enterrados, como o decisivo conde de Trava, Pedro Froilaz, na Catedral de Santiago, nos meados do século XII, ou da centralização política de Gelmírez), que não parecem critérios qualitativamente decisivos, o mesmo pode dizer-se do caso galego; persiste a imprecisão, sistemática (“grosso modo”, um “nós” dificilmente referenciável como sujeito histórico) e mesmo a dúvida ou a hipótese (“se há...”), o que manifesta, aliás, a tendência para delimitar um passado que possa ser encaixado da melhor maneira na comunidade presente que é proposta como herdeira desse passado apropriado; a questão da nacionalidade é apresentada como um fenómeno que estaria em relação com “a expressão cultural de uma comunidade” (que, além de tomar uma parte ínfima polo todo das expressões de cultura, nem se define nem se delimita), como um longo processo, que só parece concluir em finais do século XIV; o facto de que a existência de muitos trovadores e jograis de origem galega (o que se mistura impropriamente, como no caso de Saraiva e Lopes, com a prática, isolada, da língua galego-portuguesa em âmbitos geossociais e geopolíticos que não têm este idioma como próprio nem de uso habitual) não impugna a afirmação nacional cultural portuguesa não é esclarecido. Por outra parte, falar em termos de “Estado” (que define previamente como (p. 6): “a existência de um centro de decisão política minimamente unificado”, de novo com recurso ambíguo, *minimamente*”, é extremamente discutível ou no conceito ou na definição. Também não se precisa o conceito de “identidade cultural”, que, por outro lado, parece seria a mesma entre o atual espaço geossocial da Galiza e o que vai, ao menos, até ao Mondego, salvo o contributo proveniente do sul.

O presente caso mostra de maneira mais clara como a concretização da *nação política* na *nação literária* põe de relevo as contradições e dificuldades, ao partir de critérios inaplicáveis na lógica utilizada:

Esther de Lemos elabora o capítulo “A literatura medieval. A poesia” (“escrito e divulgado” em 1979, ainda que agora “revisto”; anterior, portanto ao preambular e determinante de Mattoso) afirmando que (35) “a literatura portuguesa surge ao mesmo tempo, ou quase, que a fundação da nacionalidade”, na linha orgânico-historicista a que vimos assistindo, só que Lemos afirma que “com efeito, os primeiros textos em língua portuguesa, com carácter literário e artístico, de que há notícia, datam dos últimos anos do século XII – isto é, surgem um pouco mais de cinquenta anos depois da transformação do Condado portucalense em reino de Portugal”, contraditoriamente com o afirmado por Mattoso, que a coloca um século mais tarde. Afirma que a língua “no séc. XII apresentava já características suficientemente definidas para constituir uma língua independente – o galego-português – assim chamado por ser falado na Galiza e no território do incipiente reino de Portugal”, mas também que nesse período surgem as “primeiras manifestações literárias em português” (é plausível aceitar que se identifica galego-português e português), indicando que a “primitiva poesia em língua galego-portuguesa surge, como dissemos, nos fins do século XII” (p. 36) e que se prolonga “até meados do sec. XIV”. Alude aos Cancioneiros como “poesia galego-portuguesa” (não se precisa se é a língua e/ou a nacionalidade o que define esse conceito), qualifica todo o conjunto como “fase da literatura portuguesa”, e considera, “no entanto, deixar bem esclarecido um ponto capital: quando falamos, ao referirmo-nos a este período, em «literatura portuguesa», estamos a antecipar uma designação que só mais tarde terá a sua aplicação cabal. Isto é: a primitiva poesia em galego-português não pertence exclusivamente à nossa literatura nacional, não há ainda estritamente «literatura portuguesa». Assinala “as condições históricas que então se verificam na Península Ibérica” não serem “de molde a consentir uma delimitação rigorosa das literaturas nascentes”, acrescentando: “E assim acontece por exemplo que uma corte como a de Castela e Leão, onde se falava no séc. XIII a modalidade arcaica do castelhano e se utilizava essa língua para

escrever a prosa, adoptou como língua do lirismo o galego-português e cultivou o género de poesia a que chamamos galego-portuguesa”. “De modo”, conclui, “que as composições incluídas nas colecções da poesia portuguesa arcaica não pertencem exclusivamente a poetas portugueses ou galegos, mas também a poetas castelhanos, leoneses e de outros pontos da Península”, assim (a)parecendo os galegos incluídos na nacionalidade portuguesa. Com efeito, J. Airas e também Afonso X são incluídos nesta obra. Mais adiante, Lemos alude ao florescimento na Galiza, “já muito antes da fundação da nacionalidade portuguesa,” de “uma poesia de inspiração tradicional, floclórica, cultivada sobretudo pelos jograis – poetas e músicos profissionais (...)”, o que implica a exclusão desses poetas do âmbito da poética denominada “galego-portuguesa”; historiograficamente, portanto, devem ser, com mais razão, excluídos os posteriores, a não ser que se desative a questão territorial e só seja a língua a que se use como patrimonializadora, segundo se adaptar aos objetivos de exclusão e inclusão aprioristicamente fixados.

Este teor, derivado do desajustamento entre a delimitação cultural e a delimitação política que se pretende, é constante na historiografia literária portuguesa: a *História da Literatura Portuguesa*, da Alfa [(Lyon de Castro (coord.), 2001)] é disso boa síntese: ela anuncia tratar de ‘escritos portugueses’, num “percurso de quase novecentos anos”, (p. 11), e assevera que as diferenças linguísticas no galego-português produzem-se entre os séculos XIV e XV (p. 61); depois, fala de “literatura portuguesa (p. 95) para a “Primeira Época: poesia trovadoresca e a prosa anónima”. Na “Apresentação: dos primórdios da poesia e da prosa”, João Soares Carvalho afirma que “a literatura portuguesa teve o seu início em manifesta poéticas, nos fins do século XII, como poemas líricos cantados por jograis – por isso designados *cantigas* –, ainda em galego-português, língua falada no Norte de Portugal até ao século XIV”, sem referir a Galiza; mas, logo, o primeiro exemplo que coloca é o do cantor galego do mar de Vigo Martim Codax. Imediatamente, considera ser mui possível

que a forma poética de expressar as ideias, através do paralelismo, tenha inspirado “os nossos primeiros trovadores”, criando um “estilo”, “genuinamente português” (96); e, de resto, alude-se a J. Airas, abordam-se as *Cantigas de Santa Maria* e fala-se da lírica galego portuguesa (p. 122).

A existência do *caso galego* complica, pois, a articulação coerente que se procura da narrativa historiográfica nacional portuguesa¹⁷⁰. Não o complica em termos literários; complica-o em termos nacionalitários, ao estarem conformados por critérios de adscrição: língua, naturalidade, nação, que, ao se explicitarem, fazem emergir os conflitos e o caráter simbólico-referencial deles.

O acúmulo destas diferentes propostas e de variantes observadas na *HLP* permitem afirmar que os critérios invocados apresentam problemas de aplicação mesmo no caso *normal* da literatura portuguesa e que a sua problematização começa a ser um (implícito) problema em si mesmo. Na edição de *HLP* de 1970 desaparece do “Prefácio da 1ª Edição” (que, por sua vez, vai conhecer modificações nas edições de 1975 e 1979, mas que não afetam os casos galego e brasileiro), ainda que se mantém essa denominação e aparece assinado no “Porto, 1955”, toda a alusão aos casos galego e brasileiro, cuja índole problemática da delimitação do seu objeto é trasladada para um capítulo introdutório, sob a epígrafe “Literatura, cultura, nacionalidade”, que substitui a prévia de “Literatura e nacionalidade”. Essas questões deixam, pois, de constituir um texto prologal e enquadrador para serem oferecidas como discussões prévias ao desenvolvimento da obra, onde começa a ser discutido o indiscutido até ao momento: que “a história da literatura levanta problemas muito seus” (1970: 11). Agora, delimita-se novidosamente a literatura

¹⁷⁰ Ainda que fora também do caso aqui focado, uma problemática similar pode ser calculada para o caso inverso: o da historiografia galega perante o corpus da lírica medieval conservada e, também, em muitos casos, em função dos desenvolvimentos futuros e do presente que se queiram e quiserem considerar para a definição da nação/comunidade/entidade galega e da Galiza como tal ou, ainda, de uma nação/comunidade/entidade galego-portuguesa.

portuguesa como pertencente a espectros mais alargados e introduz-se, pela primeira vez, a questão da língua espanhola; a literatura portuguesa estaria compreendida dentro do contexto histórico-cultural indo-europeu e semítico, e, ao mesmo tempo, integrada numa unidade cultural e literária peninsular, unidade tão sensível “que o uso da língua galaico-portuguesa e o da língua castelhana nem sempre corresponderam, como veremos, à nacionalidade do autor”; oferecem como critério explícito o “linguístico” (entende-se: o da língua da comunidade) “para a classificação das literaturas”, apesar de reconhecerem outros eventuais âmbitos geoculturais, justificado por (1970: 12) “a estreita relação que há entre a literatura e a língua, o facto de um domínio linguístico diferenciado resultar de uma duradoura comunidade económica, política e social (e de, também, inversamente, contribuir para uma tal comunidade)” e “o facto de o uso de uma língua determinar, só por si, o público imediato e, normalmente, inspirador das obras”.

É neste contexto onde se fala dos critérios linguísticos para a classificação das literaturas e a sua vinculação com determinadas comunidades, onde a questão brasileira é necessariamente focada; ao lado dos problemas de origens e de delimitações que a questão galega implicava, Saraiva e Lopes observam que (1970: 12-13) “nem sempre” o tal critério linguístico “se acomoda com outro que também deve ser tido em conta: o critério da autonomia política nacional”. Outra vez, como em casos anteriores, mais do que apresentar uma delimitação certa, utiliza-se o recurso à probabilidade e ao que se julga o mais plausível ou melhor cenário possível de classificação. Os autores, “apesar de o domínio linguístico português [critério linguístico, portanto, ainda que, olho, não se diz “do português”] abranger o Brasil”, detetam na “literatura brasileira” a aquisição de “características diferenciais, relacionadas com a progressiva diferenciação nacional brasileira”; e, perante a extrema dificuldade ou impossibilidade de apontarem uma “divisória intrínseca”, declaram que “o mais razoável será deixar de incluir no nosso estudo da literatura portuguesa as

obras de autoria brasileira posteriores à data da proclamação da independência desse país, embora a isso se oponha a intimidade de certas relações que chegam a pôr problemas de nacionalidade dos autores (caso de Gonçalves Crespo)”. Certamente, mais do que eventuais balizas intrínsecas, parecem ser critérios políticos os utilizados (cuja aplicação em termos de história *literária* nunca é justificada pelos autores), deles derivando-se critérios de legitimação apropriadora e patrimonializadora. E isto num quadro de negociação dessas legimidades (“o mais razoável”) que, na sua invocação, pode mostrar cedências para evitar conflitos; cedências e não necessariamente reconhecimentos indiscutíveis: no “Prefácio” de 1955, o caso brasileiro, tratado depois do galego, resolve-se num tom relativamente mais autossuficiente que o posterior: diz-se ali que, apesar de razões de índole linguística, de influência cultural e de compartição de tradições, “os autores preferiram respeitar” “um sentimento de diferenciação nacional *que se exprimiu politicamente*” correspondente “aos contornos de uma realidade complexa”. Agora, a nova expressão salienta mais noutro aspeto relativamente negligenciado na prática: o da dúvida epistemológica, que leva a uma decisão de exclusão, o que não apaga a insinuação doutros critérios como possíveis e, ainda que não aplicados, portadores de dúvidas *inclusivas*, que autorizam tratar Gonçalves Crespo na *HLP*.

A procura da precisão faz que venham à tona pormenores de *balizagem* não habitualmente enunciados, por desnecessários: o critério nacional, num caso como o luso-brasileiro, leva Saraiva e Lopes a passar de definir a nacionalidade dos autores pela nascença a fazê-lo pela radicação como delimitação (cfr. 1996: 12), para legitimar a abordagem de, nas edições primeiras, as obras, e, a partir de 1996, dos autores anteriores à data da independência brasileira, “conquanto também julgemos legítimo encará-las, a elas [1996: 12: “eles”] e até a obras de metropolitanos que viveram no Brasil (caso de Tomás António Gonzaga), sob o ponto de vista da formação da consciência nacional e literária brasileira [inclui-se a partir de edições da década de oitenta:

“O mesmo acontece com as literaturas dos países africanos de língua oficial portuguesa, nos seus vários graus de autonomia cultural¹⁷¹”]. Por outro lado, a consideração subjacente de diferentes nacionalidades unidas por uma mesma língua de difícil ou, até, impossível delimitação cronológica na sua constituição e autonomia, e as tentativas de manifestação de respeito pelos outros países, parecem estar no fundo de uma nova confusão de planos: desde a edição de 1970, indica-se na continuação à alusão ao “caso brasileiro” e, depois, como ficou dito, incluindo o africano, com variantes: “E é por razão semelhante que, ao tratarmos da escola trovadoresca de língua galaico-portuguesa, que deu os primeiros passos de diferenciação da nossa literatura escrita, não excluimos [1996: 12, “nós incluimos”] os seus autores de naturalidade não-portuguesa, quer galegos como João Airas de Santiago, quer castelhanos como Afonso o Sábio [acresce-se 1996: 12, “cuja corte foi tão importante para essa escola”]”. Ao invocarem uma “razão semelhante” para o caso de Airas ou Afonso X, ao brasileiro e aos africanos, estão focando a questão do ponto de vista político (mesma língua diferente nacionalidade), mas ao equivaler os casos de Airas (comunidade de mesma língua diferente nacionalidade, pelo menos com critérios do século XIX...) e Afonso X (comunidade de diferente língua e nacionalidade) fica obscurecido o facto de Airas pertencer a uma mesma comunidade linguística e até a um espaço social que, noutras partes da Introdução, aceitam como misto ou até comum na Idade Média, o que implica aumentar a dose de autonomia interpretativa do eventual trovadorismo português, a sua desvinculação da Galiza e a relativa exclusão *nacional* (que não *patrimonial*) dos galegos. De resto, Airas e Afonso X, não sendo *portugueses*, são incluídos por escreverem em (galego/)português, o que poderia ser incompatível com não introduzir por exemplo, Jorge Amado, que está no mesmo caso. Arguir que nessa época as nacionalidades não estavam definidas pode ser plausível para João Airas (em termos *internos* galego-portugueses),

¹⁷¹ Assunto tão elucidativo ou mais que os casos galego e brasileiro, que trato no capítulo seguinte.

nunca para o rei castelhano: continua persistindo a lógica da edição de 1955 e a tentativa de maior esclarecimento acrescenta maior contradição, o que é epistemologicamente significativo do caráter da elaboração historiográfica em geral.

O caso brasileiro apresentaria, certamente, menos problemas de delimitação, ao existir uma data certa de emancipação política, 1822, que pode fazer corresponder-se com a delimitação nacional entre ambas entidades em jogo e que pode ser invocada como solução para a determinação da *nação literária*; e, pondo de parte o facto complexo da delimitação de uma nação por critérios de independência política, o caso brasileiro não afeta as origens (literárias) nacionais. Mesmo se poderia dizer que a importância, simbólica, de apropriações e patrimonializações é, aqui, relativamente menor: não afeta a língua nacional, não coloca em disputa a nação basilar nem, até, deve operar-se sobre um espaço geo-humano e geocultural comum ou contíguo, ambíguo, caso da Galiza em relação a Portugal; e tampouco oferece um conjunto de autores e textos que alcance valor fundacional, portadores de um capital simbólico dificilmente substituível, exceto, em alguma dimensão, para o âmbito brasileiro. Estes elementos contribuem para diluir a disputa patrimonializadora e para colocá-la em margens de desambiguação sem, por isso, fazê-la desaparecer, sobretudo se algum dos fenómenos referidos é colocado nos termos do caso galego-português. Poderia acontecer isto com uma forte canonização de determinados autores de produção prévia a 1822 na historiografia portuguesa. Mas, tomando como exemplo a *HLP*, podemos denominar como ‘discreta’ a dedicação aos autores mais fronteiriços/conflitivos entre e para as duas conformações historiográficas: Vieira é indiscutido como pertencente à história da literatura portuguesa e largamente abordado; Gregório de Matos, “poeta baiano precursor de Bocage”, apenas aludido (1985: 515-16; 68); Matias Aires (628-633), Tomás António Gonzaga (682-683) e Gonçalves Crespo, “o mais destacado parnasiano português” (986-988) contam com focagem particular, mas só este com uma observação apropriadora como a transcrita e com

pouco espaço relativo a outras figuras canonizadas. O *Dicionário* não entra em questões de adscrição nas entradas dedicadas a estes autores. A solução do verbete “Autonomismo na Literatura Brasileira” (67), assinado por José Osório de Oliveira, é sumária e ainda herdeira de critérios próximos dos aludidos para o caso de Costa Pimpão. O autor situa a análise nos termos decimonônicos de originalidade e subjetividade, só abordando autores que programaticamente se impoariam o objetivo da tal autonomia, neles detetando a sua marca cultural europeia ou portuguesa, casos de Gonçalves Dias e Alencar, o que, a seu juízo, seria uma impostura (“tão difícil é a emancipação espiritual”). O seu prisma é a sinceridade de sentimentos romântica; as primeiras marcas intensas deteta-as nos *Sertões*, de Euclides da Cunha (1902) (con)cedendo autonomia literária definitiva ao espaço brasileiro com o Modernismo. Enfim, que a literatura brasileira historiada no *Dicionário* teria na altura trinta anos, mais ou menos, o que parece dificilmente aceite em toda a historiografia anterior, coeva e posterior. Nas atualizações dos volumes, de 2002 e 2003 não aparecem referências a este verbete, como também não aos de “autonomismo”, “nação” e “nacionalismo”, mantendo o de “Autonomia Política. Literatura sob os Filipes, em defesa da”, consistente numa actualização bibliográfica (2002, I: 103).

Ora, seja como for, em relação à historiografia literária portuguesa, o *caso brasileiro*¹⁷² confirma a índole conflitiva que a concretização de critérios entendidos e aceites consensualmente como os lógicos e os indiscutíveis para definir uma literatura nacional (antes, naturalmente, definindo-se a nação) apresentam; até ao extremo de poder invalidar

¹⁷² A *HALP* vai apenas até ao século XVII, o que não nos permite determinar o tratamento de autores de adscrição mais conflitiva. Inclui o capítulo intitulado “Gregório de Mattos: o lirismo crioulo: Introdução”, “excerto”, do trabalho de Gilberto Mendonça Teles publicado em *Se souberas Falar também Falaras. Antologia, Poética*. Lisboa: IN-CM, 1989, p. 1-22. Nele, o autor não é adscrito a uma única literatura, mas é legitimada a sua patrimonialização nas duas: “Sob muitos aspectos, a obra de Gregório de Mattos é um dos pontos de chegada da cultura portuguesa (...). E sob todos os aspectos, ela é também o ponto de partida da cultura brasileira, o signo mais preciso do nascimento de um nativismo crítico, brasileiro mas antiufanista”; no texto, usam-se, aliás, termos como “literatura luso-brasileira” e “literatura colonial”.

a coerência da patrimonialização que se pretende ou o corpus definitório (e as suas projeções simbólicas) da nação que, através dela, quer vincular-se: são muitos os autores, e alguma autora, que se constituem em individualidades problemáticas, frente ao ‘conjunto trovadoresco’, portando, aliás, alguma delas, um capital simbólico alto. De resto, mostra a instabilidade e necessária adaptabilidade a que os autores têm que proceder com os critérios utilizados: a solução de exclusão/inclusão colocada pela *HLP* é adotada em termos políticos (outras balizas, de ligações e tradições, que *poderiam* ser invocadas, são insinuadas) vinculada à independência, caso contrário ao galego, onde se fazia funcionar a inclusividade linguística.

O caso brasileiro, unido ao galego e ambos em relação ao português, sintetiza o facto de as histórias das *literaturas nacionais* funcionarem como alegorias nacionais, tanto, que qualquer análise sobre elas de *nacionais* envolvidos parece motivado por interesse de parte. A sua efetividade depende da necessidade que os seus utentes tenham do funcionamento dessa alegoria e os seus termos. Manifestam a negociação, a compensação, a apropriação ou a cedência (simbólica, política ou como metáfora moral) de elementos, que resultam mais ou menos importantes em função do valor relevante identitário que tenham atribuído ou possam atingir (por exemplo, a veiculação através da escola ou o carácter comemorativo público aumentam quantitativa e qualitativamente esse valor e o risco de disputa). Está em jogo a apropriação patrimonial [não a explicação (de parte) da vida literária de uma comunidade mas a sua construção posterior], a sua legitimidade e legitimação¹⁷³. E, igualmente, manifestam um certo consenso no dissenso: quer dizer-se, regra geral e, sobretudo, de forma implícita, são reconhecidos âmbitos de conflito e discussão; mas eles não constituem elementos nucleares nas diversas elaborações

¹⁷³ A persistência do rol alegórico que, em relação à nação e às nações, jogam as histórias literárias, pode verificar-se em Acízelo de Sousa, “As histórias literárias portuguesas e a emancipação da literatura do Brasil dois momentos”, *Scripta*, v. 10, n. 19 (2006) 131-144.

nem existe uma esfera forte e central de disputa no intersistema dos estudos literários lusófonos.

Os problemas que manifestam podem chegar a ser irresolúveis; o seu caráter conjuntural é superior a qualquer outro, pois dependem das condições do campo do poder e obedecem a fatores heterónomos na sua elaboração, tais como a consideração das histórias literárias como histórias literárias nacionais de um espaço geocultural mais ou menos determinável, que se faz equivaler a uma nação (não num espaço, numa nação), a determinação do que seja a nação em cada momento, a mistura de nacionalidades de origem com campos de produção e a carência de instrumentos metodológicos bastantes para delimitar o objeto de estudo (acabam por ser muitos os objetos de estudo misturados e envolvidos) e o seu corpus. A sucessiva mudança operada nos títulos do *Dicionário* é perfeita amostra disto.

A ocultação gerada não está nem necessária nem principalmente na vontade dos autores mas nas balizas, quase indiscutidas, que são utilizadas; nos seus caracteres de escolha binária (nacionalidade A ou nacionalidade B), de necessária adscrição a uma determinada literatura (dado o seu valor patrimonial e identitário), de ter que responder a perguntas como: a qual literatura pertence? ou de qual literatura é? A proliferação de termos como galego-português, luso-africano, luso-tropicalismo, luso-brasileiro, etc., pretendem resolver, de maneira aparentemente exitosa mas na prática difusa na sua hibridação, o beco destas situações. Mas ela, ao mesmo tempo, talvez esteja indicando não apenas o fracasso das delimitações mas as, difíceis, possibilidades de partilhação e reformulação historiográfica. Com efeito, esta classe de historiografia tem muitas dificuldades em sair do enredo a que a sua doxa e as condições do campo a conduziram; está presa a uma dupla tradição: a de elaborar a história sobre uma base, teleológica, da autodefinição nacional e a dos consequentes conteúdos e perspectivas que isso implica, inclui e exclui. Um enredo identitário que mais se complica quanto mais se pretende examinar e pormenorizar.

A obra deixa de ser confiável, a menos que entendamos a historiografia como algo subjetivo e submetido ao puro arbítrio do seletor e da complementariedade do leitor. Os problemas epistemológicos e de crédito aumentam, precisamente, pela tentativa de evitar margens de subjetividade: a vontade de configurar um discurso objetivável e justificado, sem que a apreciação subjetiva, da originalidade ou da essência nacional entrem em jogo, por exemplo, forcem um cúmulo de contradições que a ausência de explicação ou a implícita seleção ideológica do historiador evitam; um discurso que se complica, aliás, porque o corpus sobre o que atua foi selecionado e está alicerçado, *tradicionalmente*, numa consideração orgânico-historicista e essencialista. É, pois, a objetivação o que conduz à mais rápida desativação desta historiografia como (uma) verdade da nação.

Seria plausível uma historiografia literária que revisasse essas margens e que, ao menos, tentasse articular com a máxima coerência a definição da nação/comunidade hoje com a que se quer detetar ao longo dos tempos. Mas a revisão, talvez, pouco compensasse à alegoria nacional que a história literária representa (ainda que, cada vez, menos e com menor importância): para o caso português, teria que excluir boa parte da fundacional lírica galego-portuguesa; ceder ou compartilhar segmentos de Gil Vicente, Camões ou Francisco Manoel de Melo; e, até, mesmo afetar o único Prémio Nobel de Literatura em língua portuguesa, com crescente frequência tratado em meios espanhóis como implicitamente nacional ou ibérico ‘de origem portuguesa’; revisar e explicar todo o conjunto em disputa com a apropriação brasileira entre os séculos XVI e XIX e, também, com as nascentes historiografias sobre a produção africana em língua portuguesa, tudo o que é evitado por compartição ou pela ambiguidade inclusiva que vimos. E isto só para definir um corpus de autores e obras, sem garantir a possibilidade de elaborar “um encadeamento inteligível” da história literária que se pretende. Porque o próprio rótulo e conceito de história está em causa tanto na sua seleção (aqui incluindo as questões dos processos de canonização) como na sua interpretação.

Talvez, um estudo da produção e, em geral, da atividade literária como património possa dar resultados satisfatórios: o interesse não estaria, assim, centrado em contar uma história de antepassados/as *nacionais* que produziram produtos *nacionais* que, em último termo, explicariam a (biografia cultural da) nação, e onde o termo nacional está sistematicamente remetendo para umas coordenadas de espaço, naturalidade ou uso linguístico que provavelmente e em muitos casos, nem os autores em foco sentiam como próprias. O interesse estaria centrado naquilo que, explicitamente, é querido, por algum motivo, como próprio e é invocado e funciona como tal, sem necessariamente adscrevê-lo a um parâmetro identitário sustentado invariável no tempo; igual que um palácio, uma canção ou uma tradição festiva, e que pode ser usado dessas maneiras pola comunidade ou por indivíduos. Esta ótica não está longe de considerações, já feitas, como as de Lotman e Uspenskij (1978: 211-232) ou, sobretudo, de Even-Zohar (1999: 27-36), a propósito da cultura como bens e a cultura como ferramentas. A lírica medieval em galego-português (ou na denominação que se considerar) pode, deste ponto de vista, ser inventariada e utilizada como património por diversas comunidades, sem isso ter que implicar fazer parte da narrativa alegadamente congruente de uma história comunitária determinada. Para evitar qualquer, errada, inferência de uma perspetiva (nacional)ista, coloco um exemplo galego: Pardo Bazán ou Valle Inclán, que escreveram praticamente toda a sua obra em espanhol, poderiam funcionar como parte do património (nacional) galego.

A desconsideração das histórias das literaturas, em termos de grande narrativa e alegoria parecem crescentes, sobretudo quanto maior é a estabilidade nacional das comunidades, que precisariam menos de histórias literárias alicerçadoras, fenómeno, de novo, indicador do rol atribuído predominantemente à historiografia literária¹⁷⁴; se essa estabilidade é menor cresce a manifestação da resistência

¹⁷⁴ No caso brasileiro, contam-se contributos como o de João Hernesto Weber, *A nação e o paraíso na construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*,

à sua impugnação, ainda que, em casos como o galego e africano, haja também propostas de revisão¹⁷⁵. Mas não parece que haja possibilidade de substituir essas histórias por outras mais eficazes, cumprindo iguais objetivos. Certamente, a questão continua sendo matéria de estudo no âmbito lusófono (Rees, 2009), desde assuntos a ver com as origens como com as mais recentes emergências (Anthony Soares, 2009). E cresce o número de propostas e procuras de quadros mais alargados e/ou de perspectivas relacionais¹⁷⁶ e temáticas¹⁷⁷ ou específicas (Ellen W. Sapega, 2008).

Em âmbitos em que a questão nacional está mais consensualmente resolvida, nação e nacionalismo aparecem como elementos presumivelmente obsoletos: realizam-se propostas que mostram que o revisionismo historiográfico, de natureza fragmentária frente à grande narrativa historiográfica, parece impor-se (“Nations, history, and literature alike appear, like ghosts, literally *by mistake*, that is, through revision”, conclui Tamen, 1999), em parte na sequência do trabalho de Denis Hollier (1989), o que constituiu intencionalmente uma rutura

Florianópolis, Editora da UFSC, 1997 ou Leyla Perrone-Moisés: *Vira e Mexe, Nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

¹⁷⁵ Cfr. Anxo Abuín e Anxo Tarrío (Coord.): *Bases Metodológicas para unha Historia Comparada das Literaturas da Península Ibérica*. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2004; H. Miguélez-Carballeira & Kirsty Hooper (eds), ‘Galician Studies’, Special Issue of the *Bulletin of Hispanic Studies* 86(2) (2009). Uma análise específica sobre parâmetros de elaboração historiográfica pode encontrar-se em Roberto López-Iglesias Samartim, “Critérios canonizadores num sistema literário deficitário (o caso galego para 1974-1978)”, *Veredas*, 12 (2009), pp. 81-106. São fundamentais os trabalhos de González Millán e Antón Figueroa, por exemplo, Figueroa, A./González-Millán, X., *Communication littéraire et culture en Galice*, Paris, L’Harmattan.

Para o caso africano deve salientar-se Paulo de Medeiros (ed.), *Postcolonial Theory and Lusophone Literatures*. Utrecht, Universiteit Utrecht, 2007. A arbitrariedade de critérios de historiografias como as aqui focadas foram abordadas, por exemplo e para o caso africano, por Ingenai Larsen, “Colonial and Anti-Colonial Literature in Portuguese Literary History”, *Lusotopie*, XIII: 2 (2006), 59-69.

¹⁷⁶ A mais ambiciosa, a de Fernando Cabo Aseguinolaza, Anxo Abuín González and César Domínguez, eds., *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula Volume I*, Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins, 2010.

¹⁷⁷ Emanuelle Oliveira, *Writing Identity: The Politics of Contemporary Afro-Brazilian Literature*. West Lafayette, Purdue University Press, 2008. Prático e interessante é Vitor Mendes, Paulo de Medeiros e José N. Ornelas, “Fronteiras. Borders”, *Portuguese Literature & cultural studies*. 12 Fall, 1998.

com a historiografia tradicional e uma proposta de “experimental history”, ainda que muitos críticos não viram, na prática, a renovação pretendida (Eva Kushner, 2003). Neles, parece corroborar-se uma resposta similar à genérica que David Perkins colocava em 1992 (Perkins, 1992). No âmbito que nos é de aplicação, surgiu o livro coordenado por Miguel Tamen e H. C. Buescu¹⁷⁸, em que a ambição dos objetivos revisionistas também não se corresponde com, por exemplo, a concretização, feita nas abordagens da lírica medieval ou do barroco português no livro, que têm como substrato os parâmetros tradicionais de seleção e adscrição. Paulo Franchetti deteta algo similar na coletânea de Castro Rocha para o caso do Brasil: “é que o alcance do adjetivo ‘revisionary’ diz mais respeito à forma geral de organização do volume, que apresenta voluntariamente uma história lacunar, do que ao texto e às idéias das contribuições individuais” (Franchetti, 2007).

Entendo que há alternativas de transição que podem ajudar a definir de melhor maneira o panorama historiográfico e os seus objetivos. Neste sentido, ainda que não se trata de manuais de história literária, convém referir aqui algumas das considerações e propostas de Américo A. Lindeza Diogo a propósito da lírica medieval. Este autor aborda questões aqui focadas numa publicação de 1998 (Lindeza Diogo, 1998), em que, seguindo Ellis (1974), salienta o caráter coesionador social que as histórias literárias e o uso escolar e nacionalitário que da literatura se faz, no caso da lírica galego-portuguesa, sobretudo do seu caráter antigo, arcaico (190). Diogo revisa também as considerações de António Resende de Oliveira em relação ao peso de Santiago e a Galiza na configuração da lírica galego-portuguesa (257 e ss.). É particularmente noutro texto, de 1999, onde Diogo sintetiza as suas propostas sobre a lírica galego-portuguesa¹⁷⁹. Ele não considera essa produção nem

¹⁷⁸ Para o âmbito brasileiro, pode citar-se a coletânea organizada por João Cezar de Castro Rocha, *A Revisionary History of Brazilian Literature and Culture*, Dartmouth, MA: Center for Portuguese Studies and Culture, 2001.

¹⁷⁹ Américo António Lindeza Diogo (ed.): “Introdução” in *Lírica Galego-Portuguesa*, Angelus Novus, Braga-Coimbra, 1999. Foi reeditado, exceto os “Critérios” de edição

literatura nem nacional (qualifica-a como “*literacia gramatologicamente desencaminhada*”, p. XVI), porque estaria elaborada numa língua literária, “galego-português”, codificada, “cultura” (p. XI; XXXVIII e ss.) diversa das eventuais comunidades de referência, que não existiriam como nações nem como ‘culturas nacionais’ (XV), e porque dos seus cultores, não todos pertenciam à comunidade portuguesa (XLVIII). Ao mesmo tempo, Diogo, que segue, criticamente, as investigações e classificações de Resende de Oliveira, põe de manifesto as dificuldades de distinguir e fixar fronteiras sobre a base de eventuais nacionalidades (XVI), compilações de cancionários (XVIII) ou de denominações e delimitações linguísticas (XXXVIII-XLVII).

Diogo enfrenta igualmente a problemática do valor fundacional, *nacional* e, agora, *clássico* (trata-se de um texto publicado na série “Obras Clássicas da Literatura Portuguesa”, subsidiada pelo Ministério da Cultura português) dos textos em foco, e o caráter inexato, falso ou construído, em todo o caso, político, dessas formulações (XLVI, XLVIII, LI, LIII), mas incontornáveis, uma vez que se deve situar no plano indicado da obra, precisamente reflexo de toda a construção nacionalitária que venho focando.

Esta revisão crítica das categorias e usos historiográficos formulada por Diogo insere-se nas vias que analisam como as histórias das literaturas, aqui a portuguesa, foram construídas ao longo do tempo, e como e sobre quais bases foram feitas as seleções e como elas funciona(ra)m. As propostas de Diogo, ao lado de outras, como o tratamento da história literária como um *produto*, formulada por Helena Buescu (1999) são elucidativas e abrem caminhos de reconsideração realmente importantes. Quero também propor como conclusão duas linhas com focagem diferente que podem ser úteis. Uma delas pode ser a de definir o objeto de estudo sobre a base da atividade literária, cultural, etc., num determinado espaço social,

e os dous parágrafos antecedentes em *Lírica galego-portuguesa. Do que foi sendo, do que possa ser. Uma introdução*, [Pontevedra, Braga], Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, 2002.

objetivável, estudando produções e funcionamentos como atantes na vida das pessoas e da comunidade; esta fórmula pode encontrar bom fundamento na conceitualização de sistema literário (conceito que em caso nenhum é sinónimo de “literatura nacional”), seguindo os trabalhos de Even-Zohar e a incorporação doutras perspetivas, com novos instrumentos técnicos e metodológicos (cfr. Casas, 2008: 209-212; Bello, 2008: 253-268). E outra a de aprofundar no rol patrimonial do que é historiado, como foi indicado.

O próprio carácter nacionalitário das histórias literárias pode contribuir para repensar não apenas a ciência historiográfica mas o sentido da mesma; começar a substituir perguntas implícitas sobre, por exemplo, a adscrição de obras e autores, por outras como ‘com que função historicamos?’ Ou começar a interpretar a configuração do objeto ou a perspetiva sobre o corpus de maneira relacional, também com outros objetos patrimonializados. A consideração patrimonial, que faz consciente a apropriação e o sentido dela, permite uma maior flexibilidade que deve ser explorada também como espaço real de negociação e posta em valor, integrando as importantes resistências que possam surgir, sobretudo em âmbitos historiográficos em que se está em proceso de construção de uma identidade como fator coesionador.

(Página deixada propositadamente em branco)

**A QUESTÃO AFRICANA NA HISTORIOGRAFIA
LITERÁRIA PORTUGUESA E A SUA CONFIABILIDADE:
O CASO DA *HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA*
DE ANTÓNIO J. SARAIVA E ÓSCAR LOPES**

Os objetivos do presente texto são os de conhecer os eventuais papéis de algumas produções literárias vinculadas ao mundo africano de língua e/ou colonização portuguesa (como corpus previsto de histórias e dicionários de literatura portuguesa) e focar o tratamento da questão e as eventuais mudanças ao longo do tempo; por razões de espaço, fica restrito às edições da obra presente no título. Pretende-se inserir em e contribuir para estabelecer quadros de reflexão sobre as coordenadas epistemológicas, académicas e ideológicas da crítica e da análise cultural, investigar as relações cultura-linguagem-poder, compreender a estrutura e a dinâmica dos campos culturais e propor eventuais vias de trabalho e pesquisa historiográficas.

Reiteramos a nossa hipótese de que a Historiografia literária costuma apresentar uma componente heterónoma e subjetiva nas suas elaborações seletivas que não obedecem a critérios que garantam a veracidade das propostas de verdade que elas fazem. Que as Histórias da Literatura costumam aparecer e ser recebidas como coerentes biografias literárias da nação (e a nação como estado); e os Dicionários como repositórios do inventário dos membros mais destacados dessa literatura nacional, certamente, respondendo aos objetivos da historiografia clássica que podemos sintetizar em três: inventariação, fixação e consagração, delimitando, assim, quem deve

entrar, quem deve ser transmitido e como, qual a hierarquia relativa e a posição a ocupar no conjunto.

Utilizarei o mesmo corpus selecionado para o caso galego e brasileiro: a *História da Literatura Portuguesa (HLP)* de António J. Saraiva e Óscar Lopes (mas não o *Dicionário das Literaturas Portuguesa. Galega e Brasileira* dirigido por Jacinto do Prado Coelho, para não complexizar a exposição), pela continuidade que esta obra apresenta, de revisão no tempo e sucessivas edições (é o único corpus elaborado durante o Estado Novo que percorre com continuidade datas chave do processo dos países africanos de língua portuguesa e de Portugal) e o já referido facto de ser a obra presumivelmente mais utilizada no âmbito académico dos estudos literários portugueses, ao menos até ao surgimento das possibilidades da internet e de fontes como wikipédia; e pela sua índole de principal instrumento (in) formativo de muito do professorado de Literatura Portuguesa; como no caso do capítulo anterior, restrinjo-me, para manejar um corpus abrangível e elucidativo, no caso da *HLP*, às edições primeira, 1955, sexta, 1970; oitava, 1975, a décimo primeira, 1979, décimo 1985 e a décimo sétima, 1996, primeira após a morte de António José Saraiva. Utilizo-as como exemplos relevantes da problemática que me proponho analisar, podendo, naturalmente, fenómenos anotados para uma edição já estarem presentes ou com variantes noutras.

I. O campo dos estudos literários dominado pelo campo do poder. A definição das literaturas africanas de língua portuguesa

Reatemos. Só a partir da edição de 1979, é aludido o caso africano no Prefácio da *HLP* (1970: 12-13):

Nem sempre tal critério [o linguístico] se acomoda com outro que também deve ser tido em conta: o critério da autonomia

política nacional. Assim, apesar de o domínio linguístico português [olho, não *do* português] abranger o Brasil, não há dúvida de que a literatura brasileira adquiriu características diferenciais, relacionadas com a progressiva diferenciação nacional brasileira; e, como seria difícil, se não mesmo impossível, apontar uma divisória intrínseca, o mais razoável será deixar de incluir no nosso estudo da literatura portuguesa as obras de autoria brasileira posteriores à data da proclamação da independência desse país, embora a isso se oponha a intimidade de certas relações que chegam a pôr problemas de nacionalidade dos autores (caso de Gonçalves Crespo).

As obras de naturais do [“Os autores radicados no”, cfr. 1996: 12] Brasil anteriores a essa data serão ainda objeto do nosso estudo; conquanto também julgemos legítimo encará-las, a elas [1996: 12: “eles”] e até a obras de metropolitanos que viveram no Brasil (caso de Tomás António Gonzaga), sob o ponto de vista da formação da consciência nacional e literária brasileira. O mesmo acontece com as literaturas dos novos países africanos de língua portuguesa, que registraremos em pleno processo de autonomização” [frase substituída a partir de edições da década de oitenta, por (1985: 12): “o mesmo acontece com as literaturas dos países africanos de língua vehicular portuguesa, que registraremos em graus diversos de autonomia”; e, em 1996 (12), por: “O mesmo acontece com as literaturas dos países africanos de língua oficial portuguesa, nos seus vários graus de autonomia cultural”].

Essa décalage entre critérios e práticas nas edições da década de 70 em relação ao caso africano, dá conta, precisamente, da aleatoriedade dos critérios e da complexidade dos assuntos. E os diversos modos de definir e classificar, uma instabilidade dependente do campo do poder.

Como se lembra, para a *HLP*, o problema situa-se ao nível de poder balizar as nações e as nacionalidades, utilizando-se o critério político (nunca justificado em termos de história *literária*) da independência nacional, aliás, como o “mais razoável”.

II.1. Seleção de parâmetros e indicadores de análise

Em relação ao caso galego e brasileiro, o caso das literaturas africanas acresce ainda maiores problemas quanto aos três objetivos da historiografia clássica antes indicados e evidencia o caráter de apropriação (e, também, de não-apropriação e mesmo de desapropriação, conforme) nacional e político das escolhas e os efeitos do campo do poder no da historiografia literária. Para o exame deste tratamento no meu corpus, utilizo como parâmetros de análise a definição de “literatura Portuguesa” e o tratamento de diversos tipos de autores e obras que vai sendo aplicada nas diversas edições em foco e, como indicadores, a coerência da definição/delimitação de literatura portuguesa e a aplicação da mesma e o, e no, tratamento de autores e/ou obras vinculados ao mundo africano de colonização portuguesa no período objeto da nossa delimitação. A seleção de autores foi feita tentando abranger o leque de possibilidades quanto às potenciais vinculações estabelecidas entre o mundo africano e português e o tipo delas; assim, selecionei para analisar o seu tratamento (e refiro, também, algumas apreciações tomadas dos verbetes da pt.wikipedia.org, ou de equivalentes, por serem estes, na atualidade, os meios de maior difusão e uso quanto à informação e, portanto, as ideias sobre as pessoas em foco de maior circulação e conhecimento; quando aludo a Portugal é ao das atuais fronteiras políticas):

Castro Soromenho (1910-1968) nascido em Moçambique, em 1910; viveu em Angola (1911-1916), Portugal (1916-1925); Angola (1925-1937); Portugal (1937-1960); França, USA (exílio: 1960-1965); Brasil (1965-1968), onde faleceu; de família africana, vinculado ao Neorrealismo e, antissalazarista, relacionável com alguma conceção da literatura africana de língua portuguesa, morto antes da independência dos PALOP, (http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Monteiro_de_Castro_Soromenho),

Francisco José Tenreiro (1921-1963) filho de português e africana são-tomense, vinculado ao Neorrealismo, autor. Em 1953, juntamente com o angolano Mário de Andrade, publica, em Lisboa, *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, uma antologia de textos de novos intelectuais africanos e vinculável à negritude ou à africanidade, morto antes da independência; viveu muito tempo em Lisboa e foi deputado em Portugal representando S. Tomé. (<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/587486/Francisco-Jose-Tenreiro>; <http://lusofonia.com.sapo.pt/tenreiro.htm>),

Baltasar Lopes (1907-1989) nascido em Cabo-Verde, vinculado à Claridade e ao Neorrealismo, vinculável de algum modo à eventual fundação da literatura moderna cabo-verdiana, autor do *Chiquinho*; morou em Portugal e em Cabo Verde; foi professor de liceu; faleceu em Lisboa. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Baltasar_Lopes),

Brito Camacho (1862-1934) português, médico, publicista e político, autor de textos de temática africana, caso de *Contos selvagens*, 1934; entre outros cargos de relevo, exerceu as funções de Alto Comissário da República em Moçambique, embora apenas tenha permanecido em Lourenço Marques até 1922. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_de_Brito_Camacho),

Manuel Ferreira (1917-1994); nasceu e morreu em Portugal; viveu em vários países africanos e em Portugal. Casou com a escritora cabo-verdiana Orlanda Amarílis. “Quer pelo ambiente da sua obra literária, quer pela divulgação que fez das literaturas africanas de língua portuguesa, Manuel Ferreira, português, pode ser considerado como um escritor africano de expressão portuguesa, que conferiu uma maior universalidade à língua de Camões” ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Ferreira_\(escritor\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Ferreira_(escritor))),

Luandino Vieira (1935-) nascido em Portugal, depois residente em Angola, vinculado ao movimento independentista africano, com produção literária antes do 25 de Abril, (http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Luandino_Vieira). Vive presentemente em Portugal.

Estes parâmetros querem selecionar um leque de possibilidades e vínculos possíveis em relação à nacionalidade (literária africana): desde um português nascido em Portugal e cidadão português sem vínculos africanos (além de ter passado dois anos em Moçambique como representante da administração colonial, Brito Camacho) até a um africano nascido em Portugal e angolano depois (Luandino Vieira).

II.2. Definições, inclusões e exclusões

A evolução do tratamento das hoje maioritariamente denominadas “literaturas africanas de língua portuguesa” corresponde-se nitidamente com as circunstâncias políticas não só nem fundamentalmente dessa produção literária, como especialmente da sua elaboração historiográfica por portugueses residentes em Portugal e publicada em Portugal. O estado do campo do poder em cada momento determina e domina o campo dos estudos literários quanto às tomadas de posição dos seus membros. No nosso corpus, essas literaturas são inexistentes na edição de 1955, exceto esta única referência, dentro do tratamento do Neorrealismo português e sob a epígrafe “Rumos actuais do realismo” (1955: 871-873):

“Uma das fraquezas do realismo em idioma português é o desconhecimento dos ambientes coloniais. Apesar das tentativas como as do grupo caboverdeano mais ou menos ligado com a revista *Claridade*, as de Castro Soromenho (*Terra Morta*, 1949) e outros, a de uma recente antologia de poetas negros, o pitoresco e o ponto de vista metropolitano continuam a dar a nota literária dominante” (1955: 873).

Não parece errado interpretar que alguma tensão sobre o colonialismo pode ser deduzida nesse trecho transcrito: faltam textos da ótica africana, parece indicar-se, que possam contrabalançar o mui

implicitamente criticado olhar colonialista. Mas, ao mesmo tempo, os historiadores não desenvolvem mais o assunto: ou por não nacional ou por não relevante.

Na edição de 1970, com a guerra em plena fase de guerrilhas independentistas, e, note-se, imediatamente depois da década da última grande descolonização africana, encontramos o rótulo de Literatura Ultramarina, expressão aparentemente neutra mas de fácil assimilação à declaração oficial da Constituição do Estado Novo de 1951 de “províncias ultramarinas”, que usa sistematicamente esta expressão no seu Título VII (*Diário do Governo*, 1951, p. 409-412), logo a seguir da epígrafe “Realismo ético ou crítico” e seguido do subcapítulo dedicado ao “Vanguardismo vindo dos anos 40”. A questão africana é tratada dentro do “realismo contemporâneo”, pormenorizando que se deu em condições “muito próprias” a partir da década de 1940 (1970: 1064: “embora as suas manifestações mais evoluídas se possam clarificar de neo-realistas e algumas das obras capitais sejam da segunda metade do século, o seu desenvolvimento processou-se em condições muito próprias e deu os passos decisivos pela década de 1940”).

É a primeira vez que alguma singularidade é dada à produção africana mas para utilizar, acompanhar e assumir a terminologia do Estado Novo e são citadas obras como o *Chiquinho*, que não apareciam na primeira edição ainda que o romance de Baltasar Lopes já fora publicado anos antes, em 1947, na *Claridade*.

Dentro desta epígrafe, são vários os autores citados, ao aludir a textos, escritos “sob o ponto de vista do colonato” (1970: 1064) histórico-geográficos ou etnográficos, descrições de viagens, reportagens, entre os quais de Brito Camacho; assoma no texto a referência a uma incipiente regionalidade/nacionalidade africana ou africanidade, nessa aludindo ao facto de que a autoria “de origem europeia” “largamente dominante” tem lugar na **“literatura continental africana de língua portuguesa”** (carregado meu).

Na continuação, indica-se que, “passada a fase eufórica” (a das primeiras décadas do século XX, 1970: 1064-65) “assiste-se desde a última guerra ao surto de uma literatura que encara de um modo mais desassombadamente realista, quer a aclimação do europeu, quer as relações entre as populações indígenas e alienígenas”. Nesta esfera, aparecem os nomes de vários autores, sem informação e distinção de origem entre eles, uns nascidos em Portugal com permanência durante tempo na África portuguesa e outros nascidos nas colónias, como J. Augusto França, Maria Graça Azambuja, Reis Ventura, Alexandre Cabral, Nuno Bermudes, António de Almeida Santos, “**além de Luandino Vieira**, a cujos contos, reunidos em *Luuanda*, 1964, foi atribuído o Prémio da Novelística que determinou, em 1965, o encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores”, informa-se¹⁸⁰.

A principal atenção no âmbito proposto é dada a Castro Soromenho, de que se afirma ser “sobretudo significativa” a sua “evolução” “vinculado ao neo-realismo” (1065): dele afirma-se ter principiado por textos em que tentava “apreender a sensibilidade indígena através do folclore, do pitoresco e reações externas”, chegando “por fim à maior tensão realista **da nossa ficção de ambiente continental africano**, focando os pontos mais típicos de contacto entre o nativo e o branco”. E alude-se a Tenreiro, ao observar que a poesia de autor “de ascendência ou raça negra principia a encontrar mais depressa uma voz própria em língua portuguesa” e em que “o sãotomense Francisco José Tenreiro é qualificado como precursor” (1970: 1065). No entanto, outros autores como Baltasar Lopes, agora aludido, não aparecem vinculados ao âmbito africano; Lopes surge, com Manuel da Fonseca e Vergílio Ferreira, no capítulo “Surto e evolução do Neo-realismo”, no subcapítulo “Realismo ético ou crítico” (1055): “o romance da adolescência”, pode ler-se “fora trazido à literatura portuguesa pela geração presenciata [...] *Cerromaior*, 1943, de Manuel da Fonseca, *Chiquinho*, 1947, de Baltasar Lopes, e *Manhã Submersa*,

¹⁸⁰ Os carregados são sempre da minha responsabilidade exceto indicação expressa.

1955, de Virgílio Ferreira, assinalam alguns dos melhores momentos da apropriação do tema ao neo-realismo”.

Dentro da focagem aqui colocada, o mais relevante é o facto de começarem a assomar alguns outros aspetos caracterizadores (não invocados como delimitadores) como referências, sobretudo na alusão a Tenreiro, à **negritude**, conceito que estava conhecendo auge importado dos contextos africanos de (ex-)colonização francesa [*négritude*, utilizado por Aimé Césaire em 1935 no jornal *L'Étudiant Noir* que fundaram em Paris ele, Léon Gontran Damas e Léopold Sédar Senghor, entre outros, e começado a ser difundido, com impacto, na revista *Présence Africaine*, fundada por Alioune Diop em 1947, tendo em Senghor o seu difusor fundamental] e ao **regional**. Na continuação, nessa atmosfera de eventual *negritude*, alude-se a que, em 1953, era já possível a Tenreiro e a Mário de Andrade publicarem um caderno de *Poesia Negra de expressão portuguesa*, depois ampliado pelo último numa *Antologia* de 1958, a quase seguiram em 1962 as antologias copiogravadas de poetas angolanos e moçambicanos pela «Casa dos Estudantes do Império» e ainda, em Angola, as publicações da coleção «Imbondeiro», Sá da Bandeira, e «Bailundo», Nova Lisboa, além da de «Autores Ultramarinos» da referida «Casa dos Estudantes do Império».

São depois citados alguns autores (1970: 1065-1066), indicando a maioria não ter publicado “ainda um livro pessoal”.

E singular é também o aparecimento de uma epígrafe dedicada à literatura de Cabo Verde (nunca cabo-verdiana), diferenciada da continental antes referida, por merecer, segundo os autores, uma “consideração à parte” que, aliás, nunca é justificada; (1970: 1066):

Apesar de circunstâncias *também desfavoráveis*, como as de *nível de vida e a distância* a que o português literário se encontra do crioulo falado, a maior proximidade da cultura metropolitana (e sobretudo da brasileira) e certos fermentos mais antigos de vida literária possibilitaram um surto de escritores em torno das revistas *Claridade* (...) e *Certeza* (...).

O tratamento dado é, também, o da deteção de alguma regionalização (conservando, no entanto, a fórmula metrópole-colónia) e são citados obras como o *Chiquinho* do Baltasar Lopes, e a *Antologia de ficção Cabo-verdiana Contemporânea* (1970: 1067). Imediatamente antes desta referência, lê-se (1970: 1066) esta ambígua ubicação:

A vida cabo-verdiana inspira também várias obras de autoria metropolitana, entre os quais salientaremos o livro de contos *Morna*, 1948, e o romance *Hora di Bai*, 1962, de Manuel Ferreira, que, apesar da sua naturalidade europeia e da sua restante obra de assunto europeu, está muito ligado à sua expansão da literatura de Cabo Verde.

Há algumas mudanças de relevo; maior atenção, mesmo que sendo proporcionalmente mui pouco significativa; uso de expressões como “sensibilidade indígena” ou “ficção de ambiente continental africano”, que, ainda que precedida do adjetivo *nossa* e não detetando explicitamente autonomia nenhuma, podem ser lidas como singularidades, reforçadas pola consideração particular da “literatura de Cabo Verde”, embora a escolha das palavras (*contacto* entre nativos e brancos), evite qualquer manifestação de eventual conflito ou contradição; mesmo o facto de algumas alusões aparecerem sob o rótulo do Neorrealismo parece mais subsequente de uma perspectiva ideológica (política) do que acompanhando critérios estéticos ou cronológicos: a existência de uma literatura que “problematiza o ser humano” pode ser aí enquadrável, certamente, mas sobretudo a própria existência dessa literatura escrita por naturais de ali parece ser ou ao menos pode ser lido como fator determinante e, em todo o caso, de uma leitura não condizente com o sistema político, embora a abalar entre uma leitura mais próxima de um ponto de vista de conflito de classe e outro mais de emancipação colonial.

Na continuação, é tratado o “Surrealismo vindo dos anos 40”, o que deixa esta aproximação mais num parêntese inserido no curso de uma *HLP* do que numa verdadeira singularidade.

II.2.1. 1975: primeira edição pós-25 de Abril

A primeira edição após o 25 de Abril e a consequente queda da Ditadura e da imposição do seu discurso unitarista em relação às colónias africanas, dá mais um passo na direção autonomista e apresenta uma viragem no tratamento da “questão africana”. Continua tratando-se (portanto, considerando-a *portuguesa*) e dentro do “Surto e evolução do Neo-realismo”, rótulo mais próximo do caráter de intervenção e de envolvimento político de autor e texto literários na esfera da *HLP*, como um (1975: 1129) “aspecto particular na evolução do realismo contemporâneo que precisa ser considerado à parte”, mas a expressão (colonial) Literatura ultramarina passa para “**literatura colonial**” (ou “literatura africana de língua portuguesa”; note-se: traduzem em singular ultramarina para africana, sem falar na pluralidade de literaturas e países, mantendo, pois, o englobamento uniformado passado), cujo estudo é anunciado “**até à descolonização**”. Observe-se: reconhece-se uma singularidade mais explícita do caso africano, mas não suficiente para fazer dessa singularidade capítulo à parte. Ao mesmo tempo, contempla-se como baliza delimitadora a independência das colónias, a atividade literária nelas desenvolvidas passando, então e como consequência, a ficar no âmbito da literatura portuguesa. Mui provavelmente, as hesitações que o conjunto da abordagem desta edição oferece, põem de manifesto hesitações dos próprios autores num ambiente de mudança política drástica, até do conjunto de possibilidades plausíveis meses atrás, potencial geradora de algumas desorientações ou insuficiências à hora de caracterizar a atividade literária (no seu presente e no seu passado) decorrentes das novas situações políticas; e indicia, igualmente, alguma pressa por responder ou ir ao encontro das novas circunstâncias; talvez isso explique que na seção de bibliografia correspondente ao capítulo em causa, continue mantendo-se a epígrafe “Literatura ultramarina”. Apesar do caráter provisório que estas incongruências podem sugerir, elas mostram o caráter complexo e dependente dos estudos literários da

situação do campo do poder, quando já as possibilidades enunciativas, do dizer, estavam mais livres e abertas; e, do mesmo modo, a índole complexa das crenças de campo a respeito da biografia da nação, que não sabe lidar com o passado quando a articulação do presente, político e social, com o que se julga o passado deve ser congruente, numa instalação no orgânico-historicismo em relação ao conceito de nação em que o que a esta defina deve estar articulado, muda de maneira radical.

Do mesmo modo, mantém-se o matiz singular dentro do realismo contemporâneo na consideração dessa literatura, a que já assistíamos em 1970. É precisamente a índole autonomista da própria existência e conteúdos dessas obras que parece conferir a essas produções o qualificativo de *neorrealista*, classificação não transferível à produção e evolução dessas literaturas exceto que consideradas parte da literatura nacional portuguesa. Esta edição conserva o indicado sobre Tenreiro, Mário de Andrade e a relação de escritores/as da edição de 1970, com alguns acréscimos. Como for, o paradoxo e as dificuldades de adscrição são evidentes; o uso de expressões como “condições muito próprias” e “passos decisivos” mostram uma singularidade sobre a qual os autores (ainda) não ditaminam, utilizando fórmulas que podem insinuar tanto pertença como desapropriação. Esta edição, aliás, continua distinguindo entre a “literatura continental africana de língua portuguesa” e a reiterada “consideração à parte” que lhes merece o caso de Cabo Verde, e assinalando a dominância da autoria de origem europeia.

Portanto, o que mudam, substantivamente, são não tanto as análises (nem mesmo os esquemas frásicos, ainda que certamente é maior o espaço dedicado a esta alínea) mas as palavras e, assim, os conceitos. Agora lê-se “literatura **colonial**” no título, o oposto à “literatura ultramarina”, em congruência com o estado de cousas e de conceitos após o 25 de abril; se em 1970 tratava-se de uma “fase eufórica” até à “última guerra”, em que se inicia uma literatura (1064-1065) “que encara de um modo mais desassombradamente realista, quer a aclimação do europeu, quer as relações entre as populações

indígenas e alienígenas”, em 1975 isso passa a ser uma literatura de “mistificação exotista”, “esgotada” e não apenas “passada” (“descrições de viagem e campanha, reportagens, estudos histórico-geográficos ou etnográficos”, indicando-se que, “a partir de 1930, surge um tipo de ficção, no romance, conto e drama, que, sob o ponto de vista do ‘colonato’, tende a exaltar a exuberância, a sensualidade e a cor da vida tropical”), cujo ‘esgotamento’, faz aparecer uma literatura (1129-1130) “que encara de um modo mais crítico, quer a aclimação do europeu, **quer as relações entre colonos e nativos**”; entre os autores citados volta a estar Luandino Vieira, a quem agora se presta maior atenção e desenvolvimento (frente à manutenção de Soromenho e Tenreiro nos limites da edição de 1970), e do qual é acrescentada agora a alusão à sua estada em prisão, num tom patriótico angolano (“preso durante 11 anos por colaboração com os patriotas angolanos”), indicando a sua atividade literária principiar “por obras de direta e linear denúncia anticolonialista”, e agora indigitando o responsável do encerramento da SPE: “Salazar”. O foco em Luandino leva a reforçar a apreciação de Soromenho como um antecedente, *nosso* (português vs. Luandino, devemos entender; o itálico é meu):

Já antes Castro Soromenho (...), principiando por uma série de contos e romances em que tenta apreender a sensibilidade indígena através do folclore, do pitoresco e reacções externas (...), reduz depois a uma narração original *A Maravilhosa Viagem dos Exploradores Portugueses* oitocentistas (1846-1948), e chega por fim à maior tensão realista da *nosso* ficção de ambiente continental africano, focando os pontos mais típicos de contacto entre o nativo e o branco (...).

As mudanças também vão no sentido de tentar solucionar as adscrições prévias à independência das colónias e harmonizá-las com a nova situação política. É o caso da introdução da citação de Manuel Ferreira, que aparece na edição de 1970 cuja nova formulação é esta (1132): “A vida cabo-verdiana inspira também europeus, como

Manuel Ferreira”. Quer dizer-se, Ferreira, em virtude de uma adscrição *nacional*, passa de autor regional proto-cabo-verdiano a europeu ligado ao processo literário (e não à literatura) de Cabo Verde.

De resto, o caráter parentético conserva-se: a epígrafe é, mais uma vez, continuada pelo “Surrealismo vindo dos anos 40”. Igualmente, mantém-se a alusão a Brito Camacho no contexto e termos da edição de 1970, como também o *Chiquinho* na esfera do neorealismo português.

II.2.2. A viragem de 1979 e as contraviragens seguintes

A edição de 75 mostra vários giros em relação à de 1970 para o tema que me ocupa: maior dedicação e extensão no tratamento, focagem anticolonial dos assuntos africanos e novas adscrições de autores à literatura dos respetivos países. Esta lógica é certamente a existente na seguinte edição de 1979, que apresenta modificações no Prefácio mas não afetando o assunto aqui analisado.

Mas sim na seleção e focagem dos conteúdos relativos à questão africana. Com efeito, a edição de **1979**, cinco anos após o 25 de Abril, passado o contexto do PREC e alicerçado o novo regime parlamentar português, mostra a mudança mais radical neste sentido. A começar pela inclusão desta epígrafe (1979: 1150): **“Da literatura colonial ao início de novas literaturas africanas de expressão portuguesa”**, assim, do singular para o plural, em que parece evidenciar-se uma classificação sobre a *atitude* manifestada nos textos e interpretada polos autores. A epígrafe conserva-se inserida no capítulo habitual, “Do Neo-realismo à actualidade”, mas, agora, encerrando-o, o que contribui para salientar mais a *autonomia* deste âmbito. De resto, parece ter-se achado uma fórmula definitiva dessas literaturas mostrando alguma singularidade entre elas.

Em relação à edição de 75, poucas variações são introduzidas a respeito da produção que aparece explicitamente como portuguesa e elas vão dirigidas a salientar a produção africana e o caráter conflitivo

em termos colonialistas da situação vivida; assim, agora (1979: 1150) na “literatura colonial [em 1975: “continental”] africana” a produção dominante “era” mas já não “é” a de “origem europeia”; e os autores aludidos, entre os quais Brito Camacho, escrevem “sob o ponto de vista do colonizador” e não do “colonato” (como na versão de 75 e de 70; ao aludir ao “esgotamento” da “mistificação exotista”). Entre os nomes incluídos no âmbito desta literatura, “que encara de um modo mais crítico, quer a aclimação do europeu, quer as relações entre colonos e nativos”, desaparece Nuno Bermudes (por considerarem colonialistas os textos deste escritor retornado a Portugal em 75?; já na edição de 75 suprimiram o nome de Alemida Santos, em relação à de 70); a maior mudança neste âmbito é a ênfase dada a Soromenho, que volta a ser tratado (1151), agora mais alargadamente e em termos abertamente elogiosos no seu anticolonialismo, em que se diz ele elaborar “a mais conseguida e corajosa denúncia das condições de exploração colonial vinda da parte de um dos seus involuntários agentes”, que (carrego as diferenças significativas com a versão de 75):

“tentou **sobretudo** apreender a sensibilidade indígena através **dos seus mitos e ritos tribais e da sua estrutura social ameaçada pelos europeus**, entre outros temas (...) **que se interessou depois pelas explorações sertanejas, entre outros estudos históricos e etnográficos, mas que, finalmente, se decidiu a focar momentos patéticos e típicos do colonialismo, como o imposto indígena acarretando o trabalho forçado, o desprestígio dos sobados tradicionais, as violências mais desapiedadas e o próprio esmagamento dos primeiros colonos-comerciantes através de sucessivos ciclos de monocultura e mineração**”.

Aquela pluralidade referida à produção africana, prolonga-se num tratamento diferenciado por países; Luandino desaparece, portanto, do espaço em que estava para ocupar um lugar de destaque nas

linhas dedicadas à literatura angolana. Depois do espaço dedicado à produção portuguesa, lemos (1151-1152):

O processo de diferenciação da novelística africana, quer temática, quer linguística (por influência oral das línguas nativas), quer mesmo como forma de consciência de uma identidade nacional (ou africana), tem raízes mais antigas e, por enquanto, atingiu formas globalmente mais evoluídas em Angola.

Nestas informações, os autores salientam (1979: 1152), e evidenciam, assim, com hesitações e eufemismos, as dificuldades de *adscrição nacional*:

O carácter complexo, por vezes muito assinalável mas episódico, das diversas contribui individuais ou grupais, incluindo negros de diversas etnias, classes e forma culturais, mestiços em vários graus de enraizamento, brancos portugueses ou outros, mais ou menos angolanizados.

Agora, começam a ser resgatadas produções da década de 40, 50 e 60 que antes não foram consideradas, com o que se salienta a desatenção a esta área nas edições historiográficas anteriores; observe-se, para o caso da já literatura **angolana** (1152):

Para a formação de uma literatura angolana viriam a desempenhar um importante papel correntes e órgãos colectivos como o movimento “Vamos descobrir Angola!”, 1948, a *Antologia dos Novos Poetas de Angola*, 1950, pela Associação dos Naturais de Angola, a revista *Mensagem*, 4 números, 1951-1952, a revista *Cultura* (13 números, (1957-1966), a colaboração literária em *Jornal de Angola* (1953-1965), as antologias de *Poesia Negra de Expressão Portuguesa* de Mário de Andrade e Francisco José Tenreiro, 1953, ou apenas do segundo, Paris, 1958, que publicou os dois primeiros volumes de *Antologia Temática Africana*, Lisboa, 1975 e 1979, as

edições da Casa dos Estudantes do Império [várias, entre 59 e 62], as revistas *Vector* (...), *Nogma* (...), as colecções *Imbomdeiro* (...), *Capricórnio* (...), a revista *Kuzuela* e os cadernos *Bantu* da direcção de David Mestre.

A atenção maior é dada a Luandino Vieira. Há acréscimos no seu tratamento derivados do aumento da sua produção e algum outro que parece tender a evitar qualquer tipo de percepção da sua literatura como dependente de outra, o que, no contexto, pode estar manifestando a evitação de leituras mais genéricas ou categóricas, de índole cultural, social ou política; assim, se os contos de *Luuanda* ‘revelavam’ antes (1975: 1130) “uma assimilação da arte estilística e efabuladora de Guimarães Rosa às virtualidades do português falado nos musseques e às tensões coloniais aí vividas”, agora (1979: 1154) “revelam uma arte estilística e efabulatória afim da de Guimarães Rosa mas enraizada nas virtualidades do português falado nos musseques sob tensões coloniais”.

A atenção à produção angolana estende-se pelas páginas 1154 e 1155; na 1156 começa a dada à literatura moçambicana, até à metade da página 1157, em que começa a referência à “situação específica” de Cabo Verde; mais da metade da 1157 até bem entrada a página 1158 é dedicada à “literatura cabo-verdiana”, seguida, brevemente, da alusão (1158) à coletânea *Mantenhas para quem luta!* (antologia de poesia guineense, de 1977) “a primeira manifestação de literatura em português (e em crioulo) de implantação **guineense**” “que abrange quatorze autores, muito diretamente empenhados na edificação revolucionária de massa”, reforçando-se, pois, a sua índole com a linguagem própria dos movimentos de libertação nacional da altura.

No caso de Cabo Verde, há mudanças significativas em relação às edições de 70 e 75, já nas frases iniciais, que saliento em carregado (1979: 1157):

Apesar de circunstâncias *particularmente desfavoráveis*, como as das secas cíclicas, o baixo nível de vida, a existência de dialectos crioulos possibilitando intercomunicação generalizada, a maior proximidade da cultura portuguesa [antes “metropolitana”] e da brasileira, certos fermentos mais antigos de aculturação e vida literária ocasionaram um surto de escritores em torno das revistas *Claridade* (...) e *Certeza* (...).

E prossegue, com entre outras, alguma menor, como a retirada da qualificação de António Aurélio Gonçalves como “excelente, embora parco” (em 1975: 1131, por exemplo) e outras mais profundas, como a retirada, também deste parágrafo, procedente de 70 e 75 (1975: 1132): “A qualidade geral desta produção, que, em muitos casos, atinge o nível do melhor realismo, é notável; e um estudioso não poderá ainda perder de vista muita obra dispersa em revistas ou circunscrita à área de difusão do crioulo”, uma observação, que, pondo de parte riscos de subjetividades, incluía em cheio o “crioulo” na literatura portuguesa, o que quebraria o princípio linguístico invocado, a menos que o crioulo fosse considerado dialeto do português.

O acréscimo final é também de importância (1979: 1158):

O espaço patético e pitoresco que vai desde a miséria colonial até à emigração cabo-verdiana é bem apreendido nos contos a que Orlanda Amarílis deu o título de *Cais-do-Sobré té Salamansa*, 1974, tal como no romance *Voz de Prisão*, 1971, do seu marido o escritor português Manuel Ferreira com obra dedicada a Cabo Verde e a outros países agora emancipados do regime colonial português.

Aparece Orlanda Amarílis (com obra eventualmente não considerável até 75 pela prontidão da publicação) e, sobretudo, volta a refazer-se a apreciação sobre Manuel Ferreira, agora identificado como “escritor

português” mas ubicado, sem a assistência da lógica elaborada nesta HLP, na literatura de Cabo Verde.

Conclui o capítulo com referências, novas, a Francisco José Tenreiro (que em edições prévias vinha logo a seguir de Soromenho), de quem agora se diz (1158) **“primeiro poeta consciente dos valores positivos da condição africana, então identificados com a chamada *negritude*”** e “de que o Novo Cancioneiro neo-realista publicou, em 1943, *Ilha do Santo Nome*”, mencionando igualmente como “poeta negro precursor” Costa Alegre, merecendo também “ser assinalados” Alda do Espírito Santo, nascida em 1926, de quem é citada a coletânea em *É nosso o selo sagrado da terra*, 1978, e ainda que, “sem publicação de livro individual”, Marcelo Veiga, nascido em 1892, Tomás Medeiros e Maria Manuela Margarido, da qual se cita uma obra de 1957.

Como pode verificar-se, o conceito de *negritude*, marca sociopolítica de primeira fileira no repertório anticolonialista e traço identificador da singularidade como identidade, é já explícito, juntamente com o caráter prestigiado dele (os valores positivos da condição africana), a manifestação de antiguidade como alicerce e direito à existência diferenciada (raízes antigas), e a elevação à tona da existência de línguas nacionais (prestigiadas e legitimadas, sem recorrer a conceitos como *dialeto*s ou *locais*). De facto, e particularizado no caso angolano, este é focado com perspectiva implicitamente protossistémica, salientando fatores e elementos alguns dos quais já presentes em períodos anteriores (e que podiam ter aparecido, portanto, em edições prévias) mas que só agora são consideradas.

As novas circunstâncias do campo do poder, portanto, afetando os campos dos estudos literários, no caso, reconfiguram o discurso analítico e os itens a considerar, contradizendo ou refazendo afirmações, focagens e perspectivas de décadas passadas realizadas em edições prévias desta HLP. O tratamento do “escritor português” Manuel Ferreira é exemplo disto e do caráter justiceiro, compensador na alegoria, que se atribui à história da literatura: ele

continua o seu trânsito para fixá-lo como escritor português mas permanecendo alguma ambiguidade quanto a (o grau de) a pertença à literatura de Cabo Verde, sendo ele afirmado como português mas não definindo-o explicitamente numa ou nas duas literaturas (1158):

O espaço patético e pitoresco que vai desde a miséria colonial até à emigração cabo-verdiana é bem apreendido nos contos a que Orlanda Amarílis deu o título **significativo** de *Cais-do-Sobretudo Salamansa*, 1974, tal como no romance *Voz de Prisão*, 1971, do seu marido o escritor português Manuel Ferreira, **a que é justo aqui lembrar pela sua obra de ficcionista e de estudioso especialmente** dedicada a Cabo Verde, **mas** também a outros países agora emancipados do regime colonial português.

A lógica fixada pela edição de 1979, quer dizer-se, o tratamento da questão africana de língua portuguesa na *HLP* salientando o carácter emancipante de vários textos e autores de antes da descolonização e salientando alguns dos percursos seguidos depois da independência das ex-colónias africanas, quebra-se na edição de 1985. Certamente, a lógica assentava em que a edição de 1979, ao estar quatro anos distante da de 75 e da independência dos países africanos, permitia entender como estrutural o que as alusões na edição de 75 podiam ser interpretadas como conjunturais, fruto do estado de cousas mudado tão drasticamente em 1974-75. Os autores, no entanto, optaram por suprimir a epígrafe dedicada às literaturas africanas. Na edição de 1985 ela e elas já não estão. O facto contrasta ainda mais com outro: dentro do corpus que utilizo, não existe referência alguma à questão africana nos preâmbulos e introduções editoriais até 1985. Quer dizer-se, em edições saídas depois do 25 de Abril não existe reflexão de índole similar à referida à questão galega ou brasileira. Mas agora, nesta de 1985, sim aparecem, e afirma-se, logo a seguir às referências à literatura brasileira já citadas: “o mesmo

acontece com as literaturas dos países africanos de língua veicular portuguesa, que registaremos em graus diversos de autotomia” (1985: 12). Saltam as contradições: é possível, na também lógica de Histórias da Literatura como esta, que definem adscrição por nacionalidade e língua, e manifestando a existência de “literaturas dos países africanos”, um texto ou autor pertencer a duas literaturas? Como podem ser definidos “graus diversos” de autonomia? E o que significa, para o caso, autonomia? Dependência/independência? Política? Cultural? Quando fixá-las? Além disto, as consequências do novo estado do campo do poder e as suas afetações ao campo dos estudos literários, fazem com que a presença, mínima, de Brito Camacho, que era citado como autor de *Contos selvagens* (1970: 1129, por exemplo) agora desapareça, embora se mantenha nas edições posteriores desta *HLP* referência bibliográfica sobre ele (1985: 1016) e, também, como seguidor naturalista antecedente de tendências realistas (1985: 1071-1072, que não aparece na edição de 1955); Henrique Galvão, que apenas era citado na epígrafe colonial com Camacho (1970: 1150), e outros desaparecem também; ‘saneados’, pois, por razões políticas da *HLP*, cujos autores, aliás, não tomaram a providência de revisar a bibliografia, tornando mais flagrante o caso.

Ora, se estes autores, que desaparecem provavelmente pela índole colonial(ista) das suas obras (portanto, pela assumpção da heteronomia do campo dos estudos literários em relação ao campo do poder), o mesmo acontece com Tenreiro ou Luandino (este aparece citado apenas no título de um texto dado como bibliografia no Capítulo “Do Neo-realismo à actualidade”), cujos textos e ações eram focados no lado anticolonial(ista), ocultados igualmente pela consideração política mudável dos selecionadores, que, talvez, cedem à historiografia africana o seu tratamento mas que não se apropriam deles, pois seria um ato (*politicamente*) errado (por) colonial. Fica ali, na edição de 1985 (p. 1093) o *Chiquinho*, editado pela Claridade, como resto contraditório, o que redundava mais na incoerência ocultadora, numa obra que quer

alicerçar-se, precisamente, na coerência orgânico-historicista da nação, como vimos a partir das definições da literatura que a precediam. Já na edição de 1996, a esses desaparecimentos une-se o de Baltasar Lopes e o *Chiquinho*: quanto aos nossos indicadores, de todos os autores citados, agora só resta Castro Soromenho, desaparecendo os mais¹⁸¹, aparecendo, Soromenho, em “Surto e evolução do Neo-Realismo” (1996: 1041):

Pelas suas afinidades com o neo-realismo, embora tematicamente integrado na literatura angolana, a que serviu de precursor, deve ser aqui mencionado Fernando Monteiro de Castro Soromenho (n. 1910-01-31 – f. 1968-06-19), que, depois de várias obras de fundo etnográfico e histórico, se salientou pela trilogia de romances do ciclo dito de Caxamilo (*Terra Morta*, 1949; *Viragem*, 1957; *A Chaga*, 1972), que pateticamente denunciam a violência colonial numa típica região do Norte de Angola, com a degradação das estruturas gentílicas e através de um processo inumano de que os próprios agentes administrativos de base sofrem, por ressaca, as consequências degradantes,

sem nunca ficar claro se é autor da literatura portuguesa ou da angolana, tenuamente justificável pelo entendimento, sempre implícito, daqueles “diversos graus de autonomia” nunca definidos... Finalmente: por exemplo, um precursor de uma literatura pertence a essa literatura? E, não pertencendo, a qual pertence? Os restantes escritores que apareciam neste âmbito em edições anteriores, por razões, calculo ou, ao menos, assim pode ser interpretado, de índole política, ficam

¹⁸¹ Confronte-se apenas como exemplo estes dous parágrafos:

1985 (p. 1088): “*Cerromaior*, 1943, de Manuel da Fonseca, *Chiquinho*, 1947, de Baltasar Lopes, e *Manbã Submersa*, 1955, de Virgílio Ferreira, assinalam alguns dos melhores momentos de apropriação deste tema [o romance de adolescência] pelo neo-realismo” 1996: (p. 1041): “*Cerromaior*, 1943, 5ª edição, revista, 1982, de Manuel da Fonseca, e *Manbã Submersa*, 1955, de Virgílio Ferreira, assinalam alguns os melhores momentos de apropriação deste tema [o romance de adolescência] pelo neo-realismo”.

fora. Castro Soromenho permanece sem deixar de persistir a ambígua localização, a permanente irresolubilidade da questão.

Esta focagem, unida ao desaparecimento de referências a Brito Camacho e aos outros autores que pareciam aludidos juntamente com ele, salientam ainda mais o caráter de resto compensador e *oferendado* que estas frases apresentam, no quadro propositivo que aqui realizo. Apesar disto tudo, a edição mantém a referência às literaturas africanas no capítulo introdutório, mesmo agora, ainda modificada em relação à versão de 1985; o que não parece razoável/razoado é para que é conservada a alusão¹⁸², exceto que seja para justificar essas linhas dedicadas a Castro Soromenho...

A última das edições analisadas, 1996, pode aparecer como síntese do desconcerto; os autores (agora, já, apenas, como principal, Óscar Lopes, pois António José Saraiva falecera a 31 de dezembro de 1993¹⁸³) continuam modificando também os capítulos introdutórios, em que definem e redefinem os seus conceitos de literatura, nação e literatura nacional¹⁸⁴. Em comparação com a edição de 1985, esta, na alínea “Literatura, cultura, nacionalidade”, que vinha sendo modificada desde a primeira edição, aparece sem o seguinte período (1985: 11), o qual pode estar manifestando algum descrédito na visão teleológica da atividade literária e na detenção de métodos fiáveis:

¹⁸² Agora, lê-se (1996: 12): “o mesmo acontece com as literaturas dos países africanos de língua oficial portuguesa, nos seus vários graus de autonomia cultural”.

¹⁸³ A edição vem acompanhada de uma “Observação”, logo na página inicial: “Óscar Lopes é responsável único pela redação do texto referente à 7ª Época (ÉPOCA CONTEMPORÂNEA). Por acordo entre os dois principais autores, as edições futuras serão também actualizadas por Isabel Pires de Lima, Margarida Vieira Mendes e Leonor Curado Neves”. E numa nota na página seguinte, pode ler-se: “António José Saraiva (1917.12.31-1993.03.17). Este livro testemunha mais de quarenta anos de amizade viva, firme e produtiva, entre duas pessoas cuja diversidade de opiniões apenas fomentava a mais viva e contínua discussão acerca dos textos aqui presentes, e questionados até ao limiar imprevisível da morte”.

¹⁸⁴ De modo contrário, agora são acrescentados novos parágrafos, em maior medida relativos ao caso galego, como vimos.

Como história [a história da literatura], supõe um certo progresso humano geral (que nela está representado, quer pela complexidade estrutural crescente de matéria e forma, quer pelo melhoramento da apreciação subjectiva postulado em qualquer juízo actual de de valor), progresso humano geral com fases qualitativas reconhecíveis e cujos lineamentos gerais até, pelo menos provisoriamente, nos considerámos já conhecidos, pois sem o conhecimento de tais lineamentos não disporíamos de métodos de investigação, de quadros de referência cronológica ou outra.

III. Conclusões

Do ponto de vista epistemológico, a HLP oferece, neste aspeto e comparado com o parâmetro da sua definição de “literatura nacional”, um leque de construção e de construção do conhecimento não justificado nem alicerçado. O caso africano espelha que, de regra, não existe autonomia dos estudos literários nem da historiografia literária: não porque esta sirva, de alguma e não sempre simples maneira, a interesses e disputas que se produzem no campo político (aceitando, em ocasiões, as interdições ou orientações de dominantes ou homólogos no campo do poder), mas sobretudo porque, na imensa maioria dos casos, ao ser a história da literatura nacional/da nação, ela interioriza como *natural nacional* todas as variações ou óticas dominantes que podem produzir-se; e, derivada duma *doxa* de campo, sem explicitá-las, porque seria aceitar o carácter heterónimo destes estudos que de regra se apresentam como autónomos e com lógicas próprias mas onde funcionam, à mistura, opiniões estéticas dos autores, aceitações e/ou elaboração de cânones e apreciações de índole social e cultural. Essa não explicitação, que exime de esclarecimentos, conduz a apresentar como lógico o que é resultado seletivo e subjetivo de determinadas escolhas e manifesta a insuficiência destas abordagens. Do mesmo modo, uma determinada

conceção da nação/ da comunidade, sinónimo de estado como entidade política, está presente, habitualmente, sem que isso também não seja explicado ou seja detetada contradição entre o enunciado e o seu desenvolvimento.

A evolução do tratamento das hoje maioritariamente denominadas “literaturas africanas de língua portuguesa” corresponde-se nitidamente com as circunstâncias políticas. Entre os seus efeitos, pode ser destacado que o silêncio sobre o processo colonial emerge com força quando a liberdade está assentada; em ocasiões, a baliza que era intransponível, da nação ou da língua, é transgredida. O problema não está, convém repeti-lo, em determinadas atitudes dos compiladores (ainda que, naturalmente, a ausência de liberdade condiciona, determina essa produção, nas suas qualificações); o sistema de seleção utilizado, combinando a nacionalidade com a língua encontra problemas. Manifesta a forte componente heterónoma de propostas historiográficas mesmo em literaturas estáveis e ainda em propostas canonizadas como esta *HLP*.

O caráter patrimonial e a ocultação do corpus

Um dos fundamentais problemas dessas perspetivas historiográficas não está na vontade dos autores mas nas balizas classificatórias, quase indiscutidas, que utilizam e que se impõem a eles de modo coercitivo de tal intensidade que qualquer explicação fora dessas balizas é imediatamente contraditória. Referimo-nos às balizas do *ser nacional* e ao seu binarismo consequente: aquela nacionalidade A ou nacionalidade B, à necessidade de situar autores/as e obras numa ou noutra literatura; a superação de termos complexos como “luso-africano”, que dão conta difusa e podiam aparecer como posição colonialista, conduz a um beco que acaba por fazer que, para o caso aqui tratado, a edição de 1955 encontre o seu maior parecido com a de 1985: que as edições feitas com as literaturas africanas

em plena independência se pareçam mais às que eram feitas em plena ditadura colonialista, e isto por razões antagónicas. Estão em jogo mecanismos de compensação, modos de patrimonialização, de apropriação e de *cedências* patrimoniais, em que o historiador atua (e julga que deve atuar) como porta-voz da nação (de determinado sentimento e setor nacional). Assim, segundo a *HLP*, em 1975 havia uma literatura colonial, mas tratada como reconhecimento do outro, como substitutivo, como paliador do silêncio, o que se prolonga até 1979; a partir de 1985 já *eles* podem tratar do *seu* património; é devolvido, depois de *penar e penitenciar* e dar os oportunos esclarecimentos. O conflito, frente ao caso galego ou brasileiro, no caso africano, é vivido *in situ*, o que faz aumentar a sua magnitude. A solução aqui adotada é, por exemplo, parcialmente diferente à brasileira ainda que (isto é uma apreciação subjetiva) o peso dos autores reivindicáveis polos patrimonializadores brasileiros frente aos seus homólogos lusos pareça menor.

Como consequência disto, a proposta de verdade desta *HLP*, como modelo doutros do mesmo teor, tampouco é confiável; acertam-se e saldam-se contas e deixa-se em terra de ninguém uma literatura que ninguém explica, uns porque a consideram alheia ao processo nacional, outros porque a repudiam. O caso africano tem outras consequências: deixa de considerar portugueses a quem antes considerava, sem que mudassem as conjunturas de produção dos textos (deixando, momentânea e contraditoriamente, só rasto do *Chiquinho* de Lopes), supondo-se que eles devem ser já independizados também da História da Literatura Portuguesa, alegoria da nação lusa. Mas colocam fora da História os que antes estavam nela: Galvão ou o Brito Camacho de *Contos Selvagens*: por serem autores (coloniais) portugueses ou por serem considerados na sequência africana? A história da literatura aparece, deste modo, como um panteão nacional em que se tem direito ou não de entrada. O direito está em se alguém está disposto a patrimonializar obra e/ou autor.

As histórias da literatura aparecem-se, na realidade, como histórias do património da comunidade, com um tronco central indiscutido e indiscutível e um conjunto, mais ou menos alargado, desse potencial património objeto de discussão ou disputa. A negociação, a compensação e a cedência de património em função das circunstâncias do campo do poder e da capacidade do *Outro* para ser ouvido e recebido, para ser levado em conta, é a chave e consequência destas dependências. Eis as tendências das histórias a falar das atividades literárias num espaço social e, ainda que aparentemente não o pareça, da atividade daqueles que patrimonializa, mas só de alguma; património não é, para este caso que trato, o conjunto de bens de uma comunidade mas o conjunto de bens que uma comunidade considera seus e pode geri-los em todas as suas dimensões, sobretudo simbólicas.

Destes pontos de vista, Luandino Vieira, por exemplo, pertence a quem se aproprie dele e consiga legitimidade para fazê-lo; interna e externa, acreditável para a sua comunidade e também no panorama internacional e nos territórios em disputa (internacional quer dizer com critérios homologáveis à conveniência doutras comunidades, a francesa, a italiana, etc.); isto ganha importância se a literatura ganha, por sua vez, importância escolar, etc. Assim, Luandino pode aparecer como pertencendo aos dous patrimónios, apresentados como histórias, próprias, da literatura. Ou a ser tratado ambíguo ou provisoriamente num como trânsito de cedência para outro, albergado a falta de melhores possibilidades de adscrição, mas sempre numa instabilidade epistemológica notável.

O que se costuma negligenciar com essa tendência patrimonial, é a descrição ou a análise das atividades realizadas num determinado espaço geocultural ou num determinado sistema literário, balizado por determinadas normas sistémicas, que o identificam e diferenciam de outras. Parece claro que, deste ponto de vista, Luandino Vieira e a sua obra devem estar presentes nessa análise (não na "*Literatura nacional portuguesa*", no que isto significar), porque eles ocupam

posições relativamente relevantes no sistema português e no espaço geocultural português em termos literários, na década de 60 e na década de 90, dado o modo particular em que a edição de textos africanos e a distribuição dos mesmos e os autores se relacionam e se processam na atualidade. Não há, na década de 60, um sistema cultural angolano perfeitamente instaurado; há tendências protossistémicas, de que Luandino é exemplo claro. Um ponto de vista sistémico pode ser um bom instrumento para uma melhor compreensão da história da literatura **numa** e até **duma** comunidade. Entender não apenas os macrofatores em jogo genericamente, mas a presença de autores não patrimonializáveis mas ao mesmo tempo importantes para essa compreensão; ou não como uma influência em determinado autor ou ambiente, mas um condicionante de presença. O caso de Luandino na HLP ilustra como é a legitimidade da apropriação, da patrimonialização e da compensação o que está em jogo. O importante tratamento de Luandino em 1979 tem um valor de reconhecimento, compensador; uma compensação que desaparece quando o património é cedido ao seu legítimo dono, assim reconhecido.

Em síntese, o tratamento da questão africana na historiografia literária portuguesa volta a mostrar a extraordinária dependência que do campo do poder apresenta a elaboração académica nestas áreas, certamente. Igualmente, a profunda ideologização e pouca confiabilidade do campo académico, provavelmente mostrando as carências teóricas e de método na elaboração historiográfica, como também qualquer noção de inovação ou dinamismo dos estudos; e, em última análise, revelando, também em casos como este, a impossibilidade de uma historiografia literária, ao menos sem a explicitação de corpus, metodologias e aplicação de parâmetros objetiváveis de trabalho.

Como ficou dito, em minha opinião, estes problemas podem, deste ponto de vista, chegar a ser irresolúveis.

Uma História da Literatura Portuguesa é, como qualquer outra, uma proposta (em boa medida uma sistematização *a posteriori*)

de um património determinado, aqui literário, sobre determinadas bases: indica aquilo que quer ser apropriado. Frente a isto, cabe introduzir conceitos como o de espaço social e/ou sistema e campo, que permitam delimitar as atividades literárias pelo agregado social em que têm lugar, primária e/ou secundariamente e, também, polos intervenientes de forma forte nos mesmos, o que conduz a não considerar as fronteiras políticas de cada momento como balizas nem a colocar aprioristicamente uma determinada língua (a que funciona como a língua da nação) como baliza. De resto, falar em tendências protossistémicas e subsistémicas pode ser útil.

Não proponho como solução hibridações metodológicas ou mistificações, mas explicações dos fenómenos, o que não é atingido por pertença ou apropriações ou pela capacidade de legitimar as escolhas. Aqueles objetivos da historiografia clássica: inventariação, fixação e consagração, devem ser substituídos por objetivos de uma análise literária e cultural. É a análise dos processos, incluindo a própria construção histórica e da História, a que parece deve ser prioridade e norte. Desse ponto de vista, podemos falar de uma História da Literatura no espaço social português ou no campo literário português (cujos limites variam ao longo do tempo). Isto, nos termos em que falamos, conduz a falar de Luandino Vieira, por exemplo, nos anos sessenta como autor protossistémico e continuar a falar dele, do ponto de vista do intersistema em língua portuguesa plenamente, ou ainda do sistema literário português, como autor com forte impacto e distribuição nesse sistema.

(Página deixada propositadamente em branco)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, Fernanda (2000): *Historia de la Literatura Portuguesa* (José Luis Gavilanes y António Apolinário, eds.) Madrid, Cátedra.
- Abuín, Anxo e Tarrío, Anxo (Coord.) (2004): *Bases Metodolóxicas para unha Historia Comparada das Literaturas da Península Ibérica*. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- Almeida, Justino Mendes de, ed. (1988): *Camilo Castelo Branco*. A Brasileira de Prazins, Lello e Irmão, Porto.
- Alorna, Marquesa de (1844): *Obras poeticas de D. Leonor d'Almeida Portugal Lorena e Almeida, marquezia d'Alorna, condessa d'Assumar e d'Arynhausen, conhecida pelo nome de Alcipe*. – Lisboa: imp. Nacional.
- Anastácio, V. (2005) “D. Leonor de Almeida: As cartas de Chelas”, in *Correspondências (usos da carta no século XVIII)*, Lisboa, Colibri – Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, pp. 45-53.
- Anastácio, V. (2007). *Cartas de Lília e Tirse (1771-1777)*, Lisboa, Colibri-Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.
- Anderson, B. R. O’G. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism* (Revised and extended. ed.). London: 1991.
- Andrade, Janilto (2004): *Por que não ler Paulo Coelho?*, Rio de Janeiro, Caliban.
- Andringa, Els e Schreier, Margrit (2004): “How Literature Enters Life: An Introduction”, *Poetics Today*, 25: 2, 161-169.
- Aprende Brasil*: “Olympe de Gouges”, <http://www.aprendebrasil.com.br/reportagens/mulheres/primeiras01.asp>. Último acesso em 2004.
- “Aracataca no será Macondo” <http://www.elmundo.es/elmundo/2006/06/26/cultura/1151307386.html>. Acesso em 5 de maio de 2014.
- “Aracataca” <http://es.wikipedia.org/wiki/Aracataca>. Acesso em 5 de maio de 2014.
- Araújo, Joaquim de (1906) *A vida de Bocage do Senhor Teófilo Braga*/Joaquim de – Génova: Tip. Pietro Pellas.
- Azevedo, Sandra. “Relatos peregrinos” http://www.caminhodesantiago.com.br/relatos/relatos_sandra/sandra_6.html). Acesso em 5 de maio de 2014.
- Banning, E. B. (2011) “So Fair a House: Göbekli Tepe and the Identification of Temples in the Pre-Pottery Neolithic of the Near East”, *Current Anthropology*, 52/5, pp. 619-660.
- Baptista, António Barros (1988): *Camilo e a revolução camiliana*, Lisboa, Quetzal.

- Baptista, António Barros (1992): “Introdução” a *Camilo Castelo Branco: Novelas do Minho*, Lisboa, Comunicação.
- Baptista, António Barros (1994): “Os anticorpos do *Corpus?*”, *Actas do Congresso Internacional de Estudos Camilianos*, Coimbra, Comissão Nacional das Comemora Camilianas, pp. 131-146.
- Baptista, António Maria (1896): *Bocage e os contemporaneos* Lisboa: La Bécarre
- Barata, J. de Oliveira (1991): “D. João da Câmara, realismo e regionalismo” em *História do Teatro Português*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 297-302.
- Barbosa, W. *Marxismo: História, política e método*. Disponível em https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/934138/mod_resource/content/1/elementos%20b%C3%A1sicos1.pdf. Acesso em 12 set. 2017.
- Bassel, Naftoli (1991). “National Literature and Interliterary System” *Poetics Today*, 12: 4, 773-779.
- Baudrillard, Jean (1981): *Simulacres et simulation*, Paris, Galilée.
- Baudrillard, Jean (1983): *Les stratégies fatales*, Paris Éditions Grasset.
- Baudrillard, Jean (1995): *Le crime parfit*, Paris, Galilée.
- Beaumarchais, Jean-Pierre de, Couty, Daniel (eds.) (1994): *Dictionnaire des oeuvres littéraires de langue française*, 4 vols., Paris, Bordas.
- Becker, Howard (1984): *Art worlds* University of California Press.
- Beckford, William (2003) *A corte da Rainha D. Maria*. Correspondência de William Beck-ford. Lisboa: Frenesi.
- Belchior, M. L. (1980): *Os Homens e os Livros 11 (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Verbo.
- Bell, Aubrey F. G. (1931; reimp.) *A literatura Portuguesa. (História e Crítica)* (trad. de Agostinho de Campos e Barros e Cunha) Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Bello Vázquez, R. (2004b), “Lisbon and Vienna. The Correspondence of the Countess of Vimieiro and her Circle” *Portuguese Studies*, nº 20, 2004, pp. 89-107.
- Bello Vázquez, R. (2005b), «Privacidade e Publicidade: a correspondência pessoal como forma de intervenção nos campos intelectual e do poder» in: Vanda Anastácio (org.), *Correspondências (usos da carta no século XVIII)*, Lisboa, Colibri – Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, pp. 75-87.
- Bello Vázquez, R. (2013), “Sentimento e razão. Contributos para uma interpretação social dos elementos sentimentais e afetivos na correspondência de Teresa de Mello Breyner” *Cenários*, Porto Alegre, nº 7, 1º semestre, 2013, pp. 3-22.
- Bello Vázquez, Raquel (2004a): “Feminismo e aristocracia no projeto ilustrado dum teatro nacional – Teresa de Mello Breyner,” *Actas do VII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Brown University, Providence CD-ROM, AIL. Acessível em <https://lusitanistasail.press/index.php/ailpress/catalog/download/25/34/361-1?inline=1>. Último acesso, 19/05/ 2022.
- Bello Vázquez, Raquel (2005a): “*Dá uma risada quando ouvires...*”: transgressão e ocultamento em Teresa de Mello Breyner” in *Mulheres más: percepção e representações da mulher transgressora no mundo luso-hispânico*/Ana María da Costa Toscano, Shelley Godsland (orgs.), Porto, Universidade Fernando Pessoa, Vol. 1, p.: [159]-175.
- Bello Vázquez, Raquel (2008): “A História da Literatura e algumas novas técnicas de estudo. A autonomia da disciplina em causa”, *Veredas*, 10, pp. 253-268.
- Beramendi, Justo (1991). “El Partido Galleguista y poco más”, *Los nacionalismos en la España de la II República*, Beramendi Justo et Maiz, Ramón (editores), Madrid, Siglo XXI.

- Bilac, Olavo (1917): *Bocage: conferência realizada no Theatro Municipal de S. Paulo em 19-3-17/-* Porto: Renascença Portuguesa.
- Bloom, Harold (1995): *The Western Canon*, London, Papermac.
- Bloom, Harold (2000): *How to Read and Why?*, London, Fourth State.
- Bluteau, Raphael (1712-1728): *Vocabulário portuguez e latino: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu.
- Bocage em camisa: semanario realista*, Lisboa, Typographia Instantanea.
- Bocage: piparotes litterarios* (1865-1867), Porto, Typ. de Manoel José Pereira
- Bocage: semanario litterario, scientifico e noticioso* (1888), Torres vedras – Lisboa, prop. F. A. d'Aguiar.
- Bolufer, Mónica (1998): *Mujeres e Ilustración. La construcción del a feminidad en la España del siglo XVIII*, Valência, Institut Alfons el Magnànim.
- Bourdieu, Pierre (1979). *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris, Les Editions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1985): *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Les Editions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1991). “Le champ littéraire”, *Actes de la Recherche en Sciencis Socieux*, 89: 4-46.
- Bourdieu, Pierre (1994): *Raisões praticas: sur la théorie de l'action*. Paris, Editions du Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1997a): *Les usages sociaux de la science. Pour une sociologie clinique du champ scientifique*. Paris, INRA.
- Bourdieu, Pierre (1997b). *Méditations pascaliennes*. Paris, Editions du Seuil.
- Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude (1983): *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement* – Paris: Minuit.
- Boyagoda, Randy (2007). “Gabriel García Márquez’s sumptuous and tragic vision of the modern world”, *Walrus magazine*, december, 2007). <http://thewalrus.ca/2007-12-books-2/>. Acesso em 5 de maio de 2014.
- Braga, Teófilo (1872): *Theoria da historia da litteratura portugueza*, Porto: Imprensa Portugueza
- Braga, Teófilo (1875): *Manual da Historia da Litteratura Portugueza desde as suas origens até ao presente*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz
- Braga, Teófilo (1876): *Bocage: sua vida e epoca litteraria*, Porto: Impr. Portugueza (Bibliotheca da actualidade; 26-27)
- Braga, Teófilo (1885): *Curso de Historia da Litteratura Portugueza*, Lisboa: Nova Livraria Universal
- Bruno, Sampaio (1886): *A geração nova: os novelistas: ensaios criticos*, Porto, Magalhães & Moniz. (cito por Porto, Lello, 1984).
- Buescu, Helena (1999): “Afterword. Literary History: are we still talking?”, in Tamen & Buescu, pp. 209-212.
- Cabo Aseguinolaza, Fernando (2001). “La novela picaresca y los modelos de la historia literaria”. *Edad de Oro*: XX, 23-38.

- Cabo Aseguinolaza, Fernando (2001). "National Canon Formation as Interliterary Process: The Spanish Case". *Literary Research/Recherche Littéraire*: vol. 18, 35.
- Cabo Aseguinolaza, Fernando (2011). "The Spatial Turn in Literary Historiography." *CLCWeb: Comparative Literature and Culture* 13.5 <<http://dx.doi.org/10.7771/1481-4374.1903>>; Acesso em 5 de maio de 2014.
- Cabo Aseguinolaza, F.; Abuín González, A. and Domínguez, C. (eds.) (2010): *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula* Volume I, Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins.
- Cabral, Alexandre (1978): *Estudos Camilianos*, Porto: Inova.
- Cabral, Alexandre (1984): "Nota Introdutória" a *Camilo Castelo Branco: A Brasileira de Prazins*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Cabral, Alexandre (1989): *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, Caminho.
- Cabral, Alexandre (1995): *Camilo Castelo Branco. Roteiro dramático dum profissional das letras*, V.N. de Famalicão, Centro de Estudos Camilianos.
- Cabral, Alexandre (ed.) (1985): *Correspondência de Camilo Castelo Branco com António Feliciano de Castilho – I*, vol. III, Lisboa, Horizonte.
- Cabral, Alexandre (ed.) (1986): *Correspondência de Camilo Castelo Branco com A.P. Lopes de Mendonça et alii*, vol. V, Lisboa, Horizonte.
- Cabral, Alexandre (ed.) (1988): *Correspondência de Camilo Castelo Branco com Eduardo da Costa Santos*, vol. VI, Lisboa, Horizonte.
- Cabral, Alexandre, (ed.) (1982): *Polémicas de Camilo Castelo Branco*, vol VI. Lisboa, Livros Horizonte.
- "Caminho da Fé" <http://caminhodafe.com.br/caminho.html>; "Caminho da Fé (bis)" http://pt.wikipedia.org/wiki/Caminho_da_f%C3%A9. Acesso em 5 de maio de 2014.
- "Caminho da Fé", Disponível em <http://caminhodafe.com.br/caminho.swf>. Acesso em 1 de abril de 2015.
- "Caminho da Luz", Disponível em: <http://www.caminhodaluz.org.br/>. Acesso em 1 de abril de 2015.
- Camões, L. de. *Os Lusíadas*, Lisboa: em casa de Antonio Gôçalvez,1572. Disponível em http://purl.pt/1/4/cam-3-p_PDF/cam-3-p_PDF_24-C-R0150/cam-3-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf. Acesso em 12 set. 2017.
- Carneiro, Sandra de Sá. (2004), "Novas peregrina brasileiras e suas interfaces com o turismo", *Ciencias Sociales y Religión*, (1): 71-100. In: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/CienciasSociaisReligião/article/view/2267>. Ashgate, 184-200. Acesso em 5 de maio de 2014.
- "Cartagena presenta ruta turística sobre el mundo de Gabriel García Márquez", <http://www.elpais.com.co/elpais/colombia/noticias/cartagena-presenta-ruta-turistica-sobre-mundo-gabriel-garcia-marquez>. Acesso em 5 de maio de 2014.
- "Cartas de Curros Enríquez a António Feijó (1939-1941)", *Ocidente*, 18, 19, 21, 25 e 38.
- Carter, J. E. (1989): *Cadências Tristes. O universo humano na obra Poética de Cesário Verde*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Casas, Arturo (2000): "Problemas de Historia Comparada: la comunidad interliteraria ibérica", *Interlitteraria*, 5 2000: 56-75. Acessível também <http://web.usc.es/~tlcasas/docs/IL5.htm>.
- Casas, Arturo (2001). "Bibliografía sistemática de Teoría literaria". Número especial do *Boletín Galego de Literatura*: 26

- Casas, Arturo (2003): “ Sistema interliterario y planificación historiográfica a propósito del espacio geocultural ibérico”, *Interlitteraria*, 8: 68-97. Acessível em <http://web.usc.es/~tlcasas/docs/IL8.htm>. Último acesso em 28/10/2003.
- Casas, Arturo (2008): “Constituição de uma História literária de base sistêmica: o sistema cultural como objeto de análise histórica no programa de investigação de Itamar Even-Zohar”, *Veredas*, 10, pp. 27-56.
- Castelo Branco, Camilo (1876): *Curso de Litteratura Portugueza*.
- “Castelo de Ponferrada” http://pt.wikipedia.org/wiki/Castelo_de_ponferrada. Acesso em 5 de maio de 2014.
- Castilho, António Feliciano de (1867): *Cartas do Ex.^{mo} Sr. Antonio Feliciano de Castilho e da Camara Municipal de Setubal a respeito do monumento a Bocage*, Setúbal: Tipografia de José Augusto Rocha.
- Castilho, António Feliciano de (1871): “*Na inauguração do monumento a Bocage em Setubal*”, Lisboa: Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes .
- Castilho, José Feliciano de (1867): *Manoel Maria du Bocage seguidos de uma noticia sobre sua vida e obras, um juízo critico, apreciações de bellezas e defeitos e estudos de lingua: excerptos*. Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier.
- Castro, Aníbal Pinto de (1960): *Balzac em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Castro, Aníbal Pinto de (1994): “Procedimentos construtivos da narrativa camiliana”, *Actas do Congresso Internacional de Estudos Camilianos*, Coimbra, Comissão Nacional das Comemora Camilianas, pp 59-74.
- Castro, Aníbal Pinto de (1995²), *Narrador, tempo e leitor na novela camiliana/V.N.* de Famalicão, Câmara Municipal-Centro de Estudos Camilianos.
- Castro Rocha, João Cezar de (2001): *A Revisionary History of Brazilian Literature and Culture*, Dartmouth, MA: Center for Portuguese Studies and Culture.
- Catálogo da preciosa livraria do eminente escriptor Camillo Castello Branco a qual será vendida em leilão...*(1883): Lisboa: Typ. Mattos Moreira & Cardosos.
- Catroga, Fernando (1993): “Morte romântica e religiosidade cívica” in *História de Portugal. O Liberalismo* (Mattoso, José dir; Torgal, Luís Reis y Roque, João eds.), Lisboa, Estampa, pp. 595-607.
- Cebrián, José (1996): “Historia Literaria”, in *Historia literaria de España en el siglo XVIII* (Francisco Aguilar Piñal, editor), Madrid, Trotta – CSIC, 513-592
- Ceia, Carlos (1999): *A literatura ensina-se?*, Lisboa, Colibri.
- Chamberlain, Daniel F., ed. (2003): *Neobelicon*, XXX/1.
- Chaves, Castelo Branco (1980) *O romance histórico no romantismo português*, Lisboa, Inst. de Cultura Portuguesa.
- Chernov, Igor (1991). “National Literature: Theoretical Marginalia”, *Poetics Today*, 12 (4): 769-772.
- Chicharro, Antonio (2003): “Una Introducción al estudio de las teorías sociocríticas y sus relaciones con los estudios sociológicos y sociales de la literatura o el ‘problema fundamental’”, *Sociocriticism*, 2003, 2004, Vol. XVIII 2, XIX 1, pp. 15-29.
- Chorão, João Bigotte (1979): *Camilo. A obra e o homem*, Lisboa, Arcádia.
- Chorão, João Bigotte (1993): *Camilo camiliano*, Lisboa, Rei dos Livros.
- Cidade, Hernâni (1941): Seleção, prefácio e notas a *Poesias*, da Marquesa de Alorna, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

- “Cien años de soledad” http://es.wikipedia.org/wiki/Cien_a%C3%B1os_de_soledad. Acesso em 5 de maio de 2014
- “Cientos de seguidores” <http://www.americaeconomia.com/politica-sociedad/politica/cientos-de-seguidores-de-gabriel-garcia-marquez-visitando-su-casa-museo-en->. Acesso em 5 de maio de 2014.
- Cintra, Luís F. Lindley (1971): “Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego – Portugueses” in *Boletim de Filologia*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 22, pp. 81-116.
- Coelho, J. do Prado (1977): *A letra e o leitor*; Lisboa, Moraes Editores.
- Coelho, J. do Prado, (dir.). (1969): *Dicionário de Literatura*. 5 vols., Porto, Livraria Figueirinhas.
- Coelho, Jacinto do Prado (1982): *Introdução ao estudo da novela Camiliana*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Coelho, Jacinto do Prado (1983): *Introdução ao estudo da novela Camiliana*, Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Coelho, Paulo (1987). *O Diário de um Mago*, Rio de Janeiro, Rocco, 1987
- Coelho, Paulo. *O Diário de um Mago* in http://clubedasbruxas.webcindario.com/O_Diario_de_um_Mago.pdf. Acesso em 5 de maio de 2014.
- Constitución Española* em www.congreso.es/funciones/constitucion
- Cortizas Leira, A. *Da literatura à cultura. Textos literários, guias turísticos e visitas reais na conformação de ideias na sociedade brasileira. Hipóteses e primeiros resultados*. Trabalho de Investigação Tutelado pelo Prof. Torres Feijó, Elias J., para a obtenção do Diploma de Estudos Avançados no Programa de Doutoramento de Teoria da Literatura e Literatura Comparada, Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- Costa, A. Artur Rodrigues da (1993): “A liberdade de imprensa no tempo de Camilo”, in *Camilo Castelo Branco. Jornalismo e literatura no séc. XIX*, V.N. de Famalicão, Centro de Estudos Camilianos, pp. 29-43.
- Cunha, Carlos (2002): *A Construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho.
- Daniels, S. and Rycroft, S. (1993) “Mapping the modern city: Alan Sillitoe’s Nottingham novels”, *Transactions, Institute of British Geographers* , 18, pp. 460-480.
- Decreto 179/1999, do 17 de xuño, pelo que se concede a Medalla de Ouro de Galicia a Paulo Coelho. http://www.xunta.es/dog/Publicados/1999/19990621/AnuncioB0BE_gl.html. Acesso em 5 de maio de 2014.
- Delille (1844): “Os Jardins ou a Arte de Aformosear as Paizagens” traduzido em Verso por M. Maria de Barboza du Bocage.
- Derrida, Jacques (2002): *La universidad sin condición*. Trad. do francês de Cristina de Peretti y Paco Vidarte Madrid, Trotta.
- Dias, M. Tavares. *A Lisboa de Eça* de Queiroz. Lisboa, *Quimera*, 2001.
- Diogo, Américo António Lindeza (1998): *Leitura e Leituras do Escarnh'e Mal Dizer*, [Pontevedra, Braga], Irmandades da Fala da Galiza e Portugal.
- Diogo, Américo António Lindeza (ed.) (1999): “Introdução” in *Lírica Galego-Portuguesa*, Angelus Novus, Braga-Coimbra. Foi reeditado em *Lírica galego-portuguesa. Do que foi sendo, do que possa ser. Uma introdução*, [Pontevedra, Braga], Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, 2002.

- “Do you have what it takes to become a UNESCO City of Literature?”. <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/creativity/creative-cities-network/literature/>. Acesso em 5 de maio de 2014.
- Domínguez, César (2001): “Literatura comparada, medievalismo y la crisis del eurocentrismo. “Emergencia de una nueva disciplina?” *Voz y Letra*: XII (2), 5-33.
- Duhet, Paule-Marie (1974): *Las Mujeres y la revolución : (1789-1794)*. – Barcelona, Edicions 62 (trad. De J. Liaras e J. Muls de Liaras de *Les femmes et la Révolution*, s/l, René Julliard, 1971).
- Eco, H., Poe, E. A., Belinski, V., Marx, K. E Engels, F. (1974): *Socialismo y consolación* Barcelona, Tusquets.
- “El escritor brasileiro Paulo Coelho” <http://www.20minutos.es/noticia/391543/0/coelho/calle/santiago>). Acesso em 5 de maio de 2014.
- Elias, Norbert (1990): *O processo civilizador. Formação do estado e civilização*. Vol. I. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Elias, Norbert (1993): *O processo civilizador. Formação do estado e civilização*. Vol. II. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Elias, Norbert (2001). *A sociedade de corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Ellis, John (1974): *The Theory of Literary Criticism. A Logical Analysis*, Berkeley – Los Angeles-Londres, University of California Press.
- Encuesta de la Fundación BBVA sobre los estudiantes universitarios españoles*. <http://www.el-mundo.es/documentos/2003/10/estudiobbva.pdf>. Último acesso em 28/10/2003.
- Equipo Glifo (Anxo Tarrío coord.) (1998). *Diccionario de termos literarios*, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro – Xunta de Galicia.
- Estorninho, Carlos Augusto Gonçalves (1964): “Shakespeare na literatura portuguesa”, Lisboa, Sep.de *Ocidente*, nº 67.
- Even-Zohar, Itamar (1990). “Polysystem Theory”, *Poetics Today*, 11: 27-96.
- Even-Zohar, Itamar (1996a): “The Emergence of a Native Hebrew Culture in Palestine 1882-1948”. *Essential Papers on Zionism*, Reinharz, Jehuda & Shapira, Anita eds. (New York & London: New York University Press), pp. 727-744.
- Even-Zohar, Itamar (1996b): “The Role of Literature in the Making of the Nations of Europe: A Socio-Semiotic Study.” *Applied Semiotics/Sémiotique Appliquée* 1 (1996 March), pp. 20-30. A WWW refereed e-journal.
- Even-Zohar, Itamar (1997): “Polysystem Theory” (Revised version). <http://www.tau.ac.il/~itamarez/papers/ps-th-r.htm>. Último acesso 3 de Agosto de 2004.
- Even-Zohar, Itamar (1999). “La literatura como bienes y como herramientas”. En Darío Villanueva, Antonio Monegal & Enric Bou, coords. *Sin Fronteras: Ensayos de Literatura Comparada en Homenaje a Claudio Guillén*. Madrid, Editorial Castalia, pp. 27-36. Também acessível em “<http://www.tau.ac.il/~itamarez/papers/lit-b-h.htm>”.
- Even-Zohar, Itamar (2000a). “Culture Repertoire and the Wealth of Collective Entities”. In *Under Construction: Links for the Site of Literary Theory. Essays in Honour of Hendrik Van Gorp*. De Geest, Dirk et al., (eds.) Leuven:Leuven UniversityPress, pp. 389-403.

- Even-Zohar, Itamar (2000b): "The making of repertoire, survival and success under heterogeneity" in *Festschrift für die Wirklichkeit* (To honor Sigfried J. Shchmidt), Guido Zurstiege, ed. Darmstadt: Westdeutscher Verlag, pp. 41-51.
- Even-Zohar, Itamar (2002a): "Literature as Goods, Literature as Tools". www.tau.ac.il/~itamarez/. Último acceso en 28/10/2004.
- Even-Zohar, Itamar (2002b): "Soluciones anticuadas e a industria de ideas". *Anuario de estudios literarios galegos*, pp. 39-53
- Even-Zohar, Itamar (2003): "Idea markers, Culture Entrepreneurs, Makers of Life Images, and The Prospects of Success". www.tau.ac.il/~itamarez/. Último acceso en 28/01/2005.
- Even-Zohar, Itamar (2005): *Papers in Culture Research*, www.tau.ac.il/~itamarez/. Último acceso, 2/04/2005.
- Even-Zohar, Itamar. (2010) "Culture as Goods, Culture as Tools". In: *Papers in Culture Research*, p. 9-14. Tel Aviv: Unit of Culture Research, Tel Aviv University, 2010. http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/EZ-CR-2005_2010.pdf Acceso em 5 de maio de 2014.
- Feijóo, Benito Jerónimo (1727): «Defensa de las mugeres» en *Teatro crítico universal o discursos varios, de todo genero de materias, para desengaño de errores comunes*, vol.I, 2ª reimpressão Madrid: Imprenta de Lorenzo Francisco Mojados
- Feijóo, Benito Jerónimo: (1729): "Ilustración apologética al primero, y segundo tomo del Teatro Crítico donde se notan más de cuatrocientos descuidos al Autor del Anti-Teatro; y de los setenta, que éste imputa al Autor del Teatro Crítico, se rebajan los sesenta y nueve y medio. Escrita por el muy ilustre señor D. Fr. Benito Jerónimo Feijoo y Montenegro, Maestro General del Orden de San Benito, del Consejo de S.M." &c., Madrid, Francisco del Hierro. Acessível também em <http://www.filosofia.org/bjf/bjfid16.htm>.
- Fernández Serrato, Juan Carlos (1997): "Para qué pensar la Postmodernidad? A vueltas con Frederic Jameson y la ruptera histórica", *Discurso*, 11: 71-98.
- Ferreira, Alberto (1979): *Perspectiva do romantismo português (1833-1865)*, Lisboa, Moraes Editores.
- Figueiredo, F. de (1935): *Características da Litteratura Hespanbola*, Santiago de Compostela, Publicaciones del Instituto de Estudios Portugueses.
- Figueiredo, F. de (1944): *História literária de Portugal (séculos XII-XX)*. Coimbra, Nobel.
- Figueiredo, F. de (1955): *Literatura portuguesa, desenvolvimento histórico das origens à actualidade*, Lisboa, A Noite.
- Figueiredo, F. de [1971(1935)]: *Pirene. Introducción a la historia comparada de las literaturas portuguesa y española*, Madrid, Espasa-Calpe.
- Figueiredo, F. de (1914): *Características da Literatura Portuguesa*, 3ª ed. Lisboa, Liv. Clássica Ed., 1923.
- Figueroa, Antón (2001): *Nación, literatura, identidade: comunicación literaria e campos sociais en Galicia*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia.
- Figueroa, A./González-Millán, X. (1997): *Communication littéraire et culture en Galice*, París, L'Harmattan.
- Filho, Mário José Maestri (1999). *Por que Paulo Coelho teve sucesso?*, Porto Alegre, AGE Editora.
- Fiori, Giuseppe (1966): *Vita di Antonio Gramsci*, Bari, Laterza.

- Fleming, Bruce, E. 2000: "What is the Value of Literary Studies" *New Literary History*, 31, 200: pp. 459-470.
- Franchetti, Paulo (2007): "História literária, um gênero em crise", *Semear*, 7. www.lettras.puc-rio.br/Catedra/revista/7Sem_18.html
- Fundación BBVA (2003): "Encuesta a estudiantes universitarios españoles" <https://w3.grupobbva.com/TLFB/dat/presentacionencuestauniversitarios.ppt>. Último acesso 23/04/2005.
- García, José Luís Lima (1991): "A Brasileira de Prazins e o mito do eterno retorno", in *Camilo Castelo Branco: Perspectivas: Actas de las Jornadas Internacionales sobre Camilo*. Salamanca, Universidad de Salamanca, pp. 35-50.
- Garrett, J. B. Almeida (1826-1834): *Parnaso lusitano ou poesias selectas dos autores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas*. – [1ª ed.]. – Paris: J. P. Aillaud. Acessível em <http://purl.pt/25> Herculano, Alexandre (s.d.): "Elogio historico do socio Sebastião Xavier Botelho" in *Memorias do Conservatorio Real de Lisboa*, Lisboa, T. II, pp. 25-34
- Garrett, J.B. Almeida (1841): *Méropé, tragédia. Um Auto de Gil Vicente*, Lisboa, Typ. De José Baptista Morando, reproduzido em <http://bnd.bn.pt/od/res-1900-p/middle.html>.
- Garrett, J. B. Almeida (1844): *Theatro de J. B. Almeida-Garrett*. Lisboa: na Imp. Nacional (1844-1846), 1ª ed.
- Garrett, J.B. Almeida (1846): *Viagens na Minha Terra*, Lisboa, Typ. da Gazeta dos Tribunaes, reproduzido em <http://bnd.bn.pt/od/res-3335-6-p/middle.html>.
- Giordano, Alberto (1994): "Intrreccio doppio e unita testuale in *A Brasileira de Prazins*", *Actas do Congresso Internacional de Estudos Camilianos*, Coimbra, Comissão Nacional das Comemora Camilianas, pp 465-469.
- González Millán, Xoán (2003): "A construción monumentalista do pasado", *A Trabe de Ouro*: 54: 157-168.
- Gramsci, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Giulio Einaudi, [1975 (1966)].
- Gramsci, A. (1996). *Il Materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*. Nova edição revista e integrada sobre a base da edição crítica do Istituto Gramsci, Roma, Editori Riuniti.
- Gramsci, A. (1996): *Gli Intellettuali e l'organizzazione della cultura*. Nova edição revista e integrada sobre a base da edição crítica do Istituto Gramsci, Roma, Editori Riuniti.
- Guedes, Fernando (1987): *O Livro e a leitura em Portugal*, Lisboa/São Paulo, Verbo.
- Guimarães, F. (1982): *Simbolismo, modernismo e vanguardas*, Vila da Maia, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Gumbrecht (2001): "Viva su experiencia ¡y despreocúpese del tiempo!", *Educar*, 11: 21-29. Também acessível em, e citado por, www.anep.edu.uy/gerenciagrl/educar/educar11.pdf. Último acesso em 28/10/2003.
- Habermas, Jürgen (1994): *Identities nacionales y postnacionales*. (trad. para espanhol), Madrid, Tecnos.
- Habermas, Jürgen (1999): *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*. (trad. para espanhol), Madrid, Cátedra.
- Hartley, John and Potts, Jason (2014). *Cultural science: A natural history of stories, demes, knowledge and innovation*. London: Bloomsbury Academic.
- Henkle, Roger B.e Polhemus, Robert M., eds (1994): *Critical Reconstructions. The Relationships of Fiction and Life*, Stanford, CA: Stanford University Press.

- Herbert, D. T (1996). "Artistic and literary places in France as tourist attractions", *Tourism Management*, Vol. 17, 2, pp. 77-85.
- Herbert, D.T. (2001) "Literary Places, Tourism and the Heritage Experience.", *Annals of Tourism Research*, (Vol. 28, 2, pp. 312-333.
- Herbrechter, Stephan, ed. (2002): "Interdisciplinary and Translation, *Critical Studies*, 20.
- Hollier, Denis (1989): *A new history of French literature*, ed. by Denis Hollier, Harvard University Press.
- INE Instituto Nacional de Estatística (Recenseamentos Gerais da População). Web. 25. Apr. 2017. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes. Acesso em 12 set. 2017.
- Ingenai Larsen (2006): "Colonial and Anti-Colonial Literature in Portuguese Literary History", *Lusotopie*, XIII: 2, 59-69.
- International Comparative Studies in Education: Descriptions of Selected Large-Scale Assessments and Case Studies-Reading Literacy study*, em http://books.nap.edu/html/icse/study_n.html). Último acesso em 28/10/2003.
- International Comparative Studies in Education: Descriptions of Selected Large-Scale Assessments and Case Studies-Reading Literacy study*, em http://books.nap.edu/html/icse/study_n.html). Último acesso em 28/10/2003.
- IPMA. Instituto Português do Mar e da Atmosfera (2017). Clima. Disponível em <https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/1981-2010/023/>. Acesso em 12 set. 2017.
- James, Benny (2013). "Roel of literature in the sustainability of the tourism. <https://bennykarinattu.wordpress.com/2013/08/23/role-of-literature-in-the-sustainability-of-tourism/>. Acesso em 5 de maio de 2014.
- Jameson, Fredric (1991): *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*. London, Verso.
- Jesus, Maria Saraiva de. "O jogo interdiscursivo entre Romantismo, Realismo e Naturalismo n'A Brasileira de Prazins", *Actas do Congresso Internacional de Estudos Camilianos*, Coimbra, Comissão Nacional das Comemora Camilianas, pp 425-442.
- Kermode, Frank (1988): *History and value*, Oxford, Clarendon.
- Koolstra, C, Voort e van der Vooijs, M (1992): "Drie verklaringmodellen voor de Reductie van het Lezen van Boeken door de Televisie, *Tijdschrift voor Onderwijs-research*, 17 (3): 131-142.
- Krashen, Stephen (1988). "Do we learn to read by reading? The relationship between free reading and reading ability", em Tannen, Deborah (ed.): *Linguistics in Context: Connecting Observation and Understanding*. Norwood, NJ, pp. 269-298.
- Kushner, Eva (2003): "Towards an experimental view of literary history", *Neohelicon*, 30, 2: 33-39.
- La Blanc, G. P. (2000). Commentary: Economic and Literary History: An Economist's Perspective. *New Literary History*, 31(2), 355-377. <http://www.jstor.org/stable/20057607>
- La calle Paulo Coelho de Santiago" http://elpais.com/elpais/2008/06/23/actualidad/1214209049_850215.html. Acesso em 5 de maio de 2014.
- Lambert, J. (1986). "Les relations littéraires internationales comme problème de reception", *Oeuvres et Critiques* 11(2): 173-189
- László Halázs, Ágnes Varga, Mick Short (2002): "Poetics: Journal of empirical research on literature, the media and the arts, Vol. 30, nº3, pp. 195-219.

- Lei nº 2:048. Introduz altera na Constituição Política da República Portuguesa. *Diário do governo*, . I Série, nº 117, 11 de junho de 1951, pp 407-412. Acesso em 12 jan, 2014. <<http://dre.pt/pdf1sdip/1951/06/11701/04070412.pdf>>.
- Lima, Isabel Pires de (1994): “Eusébio Macário e A Corja. Camilo exorcizando fantasmas”, *Actas do Congresso Internacional de Estudos Camilianos*, Coimbra, Comissão Nacional das Comemora Camilianas, pp. 505-518.
- Lima, Manuel Campos (1940): “Bichos”, *O Diabo*, 7/09/1940.
- Lisboa, E., ed. lit. ; (1985-1995). – *Dicionário cronológico de autores portugueses*. (Vols. I-III) Mem Martins, Europa América.
- Litvak, L. (1990): *España 1900: Modernismo, anarquismo y fin de siglo*, Barcelona, Anthropos.
- Lopes, Óscar (1991): “Claro-escuro camiliano”, *Colóquio/Letras*, 119, pp. 5-24.
- Lopes, Teresa Rita (1993). *Miguel Torga: ofícios a “um Deus de terra”*. Rio Tinto: Asa.
- Lopes, Ó. (1973): *Literatura portuguesa (História Ilustrada das Grandes Literaturas)*, 2 vols., Lisboa: Editorial Cor.
- López, Rosa María (1996): Bibliografía sobre la historia de la literatura española en su contexto institucional (índice cronológico), *El Gnomo*, nº 5, 205-224.
- López-Iglesias Samartim, Roberto (2009): “Critérios canonizadores num sistema literário deficitário (o caso galego para 1974-1978)”, *Veredas*, 12, pp. 81-106.
- Lotman, Yuri (1978); Uspenskij, Boris. “On the Semiotic Mechanism of Culture”. *New Literary History*, v. 9, n. 2, p. 211-232.
- Loureiro Vilarelhe, Eva (2004): “A penitência de uma transgressão: o processo à autoria de *Máximas de Virtude e Formosura* de Teresa Margarida da Silva e Orta (1752)”, *Mulheres más. Perceção e representação da mulher transgressora no mundo lusobispânico*, Porto, Universidade Fernando Pessoa Vol. 1, p.: [243]-254.
- Loureiro Vilarelhe, Eva (2005): “Pioneirismos esquecidos e esclarecer o Esclarecimento: o caso de Teresa Margarida da Silva e Orta e *Máximas da Virtude e Formosura* (ou *Aventuras de Diófanos*)” *Actas do VII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Brown University, Providence CD-ROM, AIL. Acessível em <https://lusitanistasail.press/index.php/ailpress/catalog/download/25/34/361-1?inline=1>. Último acesso, 19/05/ 2022.
- Loureiro, Urbano (1867): *Bocage: annuario de cacholetas*, Porto: Typ. Lusitana.
- Lourenço, E. (1982): *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Lundberg, Ingvar e Linnakylä, Pirjo (1992): *Teaching Reading Around the World*, Hamburgo IEA.
- Luzi, Alfredo (1998/1999): “Perspectivas actuaes del método sociológico: lo literario y lo social”, *Discurso*, 12/13: 89-102.
- Lyon de Castro, Francisco (coord.) (2001): *História da literatura Portuguesa*, Lisboa, Alfa.
- Macedo, Helder (1992) “*A Brasileira de Prazins: fragmentação e unidade*”. *Colóquio/Letras*, 125/126, pp. 25-30.
- Machado, Á. M. e Pageaux, D.-H. (1988): *Da literatura comparada a teoria da literatura*, Lisboa, Edições 70.
- Machado, Álvaro M. (1996): *Do Romantismo aos Romantismos em Portugal*, Lisboa, Presença.

- Maestri Filho, M. J. (1999) *Por que Paulo Coelbo teve sucesso?*, Porto Alegre: AGE Editora.,
- Marcos de Dios, Ángel y Serra, Pedro (1999): *Historia de la literatura portuguesa*, Salamanca, Luso-Espanhola.
- Marques, A.H. Oliveira (1978): *História de Portugal*, Lisboa, Palas editores.
- Martha, M. Cardoso (ed.) (1918): *Cartas de Camilo Castelo Branco*, vol I, Lisboa, H. Antunes.
- Martins, Mário (1985) “A Brasileira de Prazins de Camilo Castelo Branco e o estudo da possessão diabólica”, *Boletim da Casa de Camilo*, III série, 6, pp. 7-16.
- Marx, K. *Prólogo a la Contribución a la Crítica de la Economía Política*. Marxists Internet Archive [1859]. Disponível em <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1850s/criteconpol.htm>. Acesso em 12 set 2017.
- Massa, Françoise (1977): “A propos de deux introductions du *Bobo*”, *Études Portugaises et Brésiliennes*, Rennes, nueva serie, 1, t. XI.
- Mattoso, José (1985): *O Essencial sobre a cultura medieval portuguesa*, Lisboa, IN-CM.
- Mattoso, José (1986): *O Essencial sobre a formação da Nacionalidade*, Lisboa, IN-CM.
- McCrone, David et. al. (1995) : *Scotland – the Brand: The making of Scottish Heritage*, Edinburgh, Edinburgh University Press.
- McKenna, Michael C, e Kear, Dennis J (1990): “Measuring attitude toward reading: a new tool for teachers”, *The Reading Teacher*, 43: 626-639.
- Medeiros, Paulo de (ed.) (2007): *Postcolonial Theory and Lusophone Literatures*. Utrecht, Universiteit Utrecht.
- Medvedev, Pavel e Bakhtine, Mikhail (1985): *The Formal Method in Literary Scholarship: A Critical Introduction to Sociological Poetics*. Cambridge: Harvard University Press.
- Mello, Maria Elizabeth Chaves de (2002). “História da literatura: um projeto romântico com respaldo cientifista”, literário brasileiro e a ‘outra independência’”, <http://www.pucrs.br/fale/pos/historiadaliteratura/gt/>. Último acesso, 3 de Agosto de 2004.
- Mendes Scalfoni, Camila (2007). *Humanidade em Pauta: Uma leitura dos contos de Miguel Torga*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. Web. 25. Apr. 2017. Disponível em <http://docplayer.com.br/38291530-Humanidade-em-pauta-uma-leitura-dos-contos-de-miguel-torga.html>. Acesso em 12 set 2017.
- Mendes, Vitor; de Medeiros, Paulo e N. Ornelas, José (1998): “Fronteiras. Borders”, *Portuguese Literature & cultural studies*. 12 Fall.
- Menton, Seymour (1998). *Historia verdadera del realismo mágico*. México, D.F., Fondo de Cultura Económica.
- “Mia Couto. O intelectual lusófono”. Entrevista conduzida por Elias Torres. *Tempos Novos*, 103, outubro 2005.
- Miall, David S. (1995). “Anticipation and Feeling in Literary Response: A Neuropsychological Perspective”, *Poetics* 23: 275-298.
- Miall, David S., e Kuiken, Don (1998): “The form of reading: Empirical studies of literariness”, *Poetics*, 25: 327-341. Também acessível em <http://www.ualberta.ca/~dmiall/reading/formalsm.htm>.
- Miguélez-Carballeira, H. & Kirsty Hooper (eds) (2009): ‘Galician Studies’, Special Issue of the *Bulletin of Hispanic Studies* 86 (2).
- Moniz Barreto, “A literatura portuguesa contemporânea”, *Revista de Portugal*, volume I, 1889.

- Monteiro, Nuno Gonçalo (1987): “Notas sobre a nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime” *Ler História*, 10: 139-158.
- Mora Escalante, Sonia Marta (2003): (2003): “Sociedad, literatura y renovación educativa”, *Sociocriticism*, 2003, 2004, Vol. XVIII 2, XIX 1, pp. 139-154
- Morais, Ana Paiva. *A Fábula na Literatura Portuguesa: Catálogo e História Crítica*. Disponível em <http://www.memoriamedia.net/fabula/>. Acesso em 12 set 2017.
- Morais, Fernando. *O mago*. São Paulo: Planeta, 2008.
- Nemésio, Vitorino (1936): *Relações Francesas do Romantismo Português*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade.
- Nemésio, Vitorino (s/f⁴¹): “Eurico: história de um livro”, introducción a A. Herculano, *Eurico, o presbítero*, Lisboa, Bertand.
- Nercessian, S. e Lopes, K. *O Rio de Janeiro de Machado de Assis*. Produção: Norma Bengell. 2001.
- Noa, Francisco (1997). *Literatura moçambicana: memória e conflito: itinerário poético de Rui Knopfli*, PS, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Livraria Universitária.
- Núñez, Gabriel (1996): “La literatura al alcance de los niños”, *El Gnomo*, nº5, 185-224.
- Nye, Joseph (1990). *American Power*. New York: Basic Books.
- Nye, Joseph (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.
- “Oficina del Peregrino”. Disponível em <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/>. Acesso em 12 et. 2017.
- “O futebol como um drama da vida social no Brasil”. IHU online. Edição 334, 21 de junho de 2010. Acesso em 25/05/2022.
- Oliveira, António de (1965): “O brasileiro nos romances de Camilo”, *Boletim da Casa de Camilo*, 5, pp. 34-41.
- Oliveira, Emanuelle (2008): *Writing Identity: The Politics of Contemporary Afro-Brazilian Literature*. West Lafayette, Purdue University Press.
- Oliveira, Resende de (1992): *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolbas dos sécs. XIII e XIV*, Coimbra, Universidade de Coimbra (tese de doutoramento).
- Olson, Gary M., Olson, Mack, Robert L. e Duffy, Susan A., (1981); “Cognitive aspects of genre”, *Poetics*, 10: 283-315.
- Ornelas, José N. (1995): “ A Desconstrução do discurso naturalista em A Brasileira de Prazins”, in *Camilo Castelo Branco no centenário da morte. Colloquium of Santa Bárbara*, Center for Portuguese Studies, Univ. de California, Santa Barbara.
- Pageaux, Daniel-Henri (1994). *La Littérature Générale et Comparée*, Paris, A. Colin.
- Pageaux, Daniel-Henri e Machado, Álvaro Manuel (2000). *Da Teoria da Literatura à Literatura Comparada* (2º ed.), Lisboa, Presença.
- Pál, József e Szili, József, eds. (2001) o *Neobelicon*, XXVIII/2.
- “Paulo Coelho. Guerreiro da Luz Online”. In www.warriorofthelight.com/port/autor.shtml. 2007. Acesso em 21 de setembro de 2010.
- “Paulo Coelho”: http://es.wikipedia.org/wiki/Paulo_Coelho. Acesso em 5 de maio de 2014.
- Paz, Acácio. “Hospitaleiros brasileiros” http://www.caminhodesantiago.com.br/albergue/noticias_acacio/hospitaleiros_brasileiros.htm. Acesso em 5 de maio de 2014.

- Pedrosa, José Manuel (2003): “*Esopo, Dante, Giotto, Camões, Quevedo, Bocage, Pushkin... y Bajtin (o la metamorfosis del autor en personaje)*”, *Literary Research/Recherche littéraire*, 20.39-40, pp. 179-191
- Quintas, Maria Conceição, coord. (1993): *Monografia S. Julião*, Setúbal, Setúbal: Junta de Freguesia de S. Julião, 1993.
- “Pepa Rei e Felipe Senen debaten”. Disponível em <http://www.sermsgaliza.gal/video/cultura/pepa-rei-felipe-senen-debaten-galiza-celta-castrexa/20170704162901059218.html>. Acesso em 12 set 2017.
- Pereira, J. C. Seabra (1975): *Decadentismo e simbolismo na poesia portuguesa*. Coimbra, Coimbra editora.
- Pereira, J. C. Seabra (1979): *Do fim-de-século ao tempo de Orfeu*. Coimbra, Livraria Almedina.
- Perkins, David (1992): *Is literary history possible?* Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Perrone-Moisés, Leyla (2007): *Vira e Mexe, Nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Pimentel, Alberto (1923): *Os Amores de Camilo*, Coimbra, Guimarães editora.
- Pires, D. (1986): *Dicionário das Revistas Literárias Portuguesas do Século XX*, Lisboa, Contexto Editora Lda.
- “Pueblo natal de Gabriel García Márquez reclama” <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2014/04/18/pueblo-natal-de-gabriel-garcia-marquez-reclama-sus-cenizas-7423.html>. Acesso em 5 de maio de 2014.
- Quadros, A. (1989): *A ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos últimos 100 anos*, Lisboa, Fundação Lusíada.
- Queiroz, Ana Isabel (2012). Introdução. Em: Ribeiro, Aquilino. *Guia das Aves de Aquilino Ribeiro*. Lisboa. Web. 25. Apr. 2017. Disponível em http://www.gtestudosdepaisagem.uff.br/wp-content/uploads/2012/09/Guia-das-Aves-de-Aquilino-Ribeiro_Ensaio-Introdu%C3%B3rio-.pdf. Acesso em 12 set 2017.
- Ramos, R. (1994) *História de Portugal. A Segunda Fundação*, Lisboa, Estampa.
- Ramos, Tânia Regina Oliveira (2002): “Literatura como disciplina. *Sabe quanto mede o meu saber?*”, <http://www.pucrs.br/fale/pos/historiadaliteratura/gt/>.
- Real Decreto 3474/2000 de 29 de diciembre por el que se establecen las enseñanzas mínimas del Bachillerato”. *Boletín Oficial del Estado*, 16 de Janeiro, 2001.
- Real Decreto 937/2001, de 3 de agosto, por el que se modifica el Real Decreto 1345/1991, de 6 de septiembre, modificado por el Real Decreto 1390/1995, de 4 de agosto, por el que se establece el currículo de la Educación Secundaria Obligatoria”. *Boletín Oficial del Estado*, 7 de Setembro, 2001.
- Rebello, L. F. (1979): *O teatro simbolista e modernista*, Amadora, Instituto da Cultura Portuguesa.
- Rebello, Luís de Sousa (1951): “Camilo e a crítica idealista”, *Bulletin of Spanish studies*, XXVIII, pp. 32-38.
- Rees, Emilce (2009): “Lusophone Studies: A Cumulative Area Bibliography, 2007-09”, *Portuguese Studies*, 25, 2, 230-248.
- Reis, Carlos (1991): “Camilo e Eça ou a polémica a Haver”, in *Camilo Castelo Branco: Perspectivas: Actas de las Jornadas Internacionales sobre Camilo*. Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 157-162.

- Reis, Carlos y Pires, Maria da Natividade (eds.) (1993): *História crítica da Literatura Portuguesa. O Romantismo*, Verbo, Lisboa
- Renan, Ernest (1882): "Q'est-ce qu'une nation?" www.bmlisieux.com/archives/nation01.htm
- Ribeiro, António dos Reis (1948): *O padre Casimiro e Camilo*, Lisboa, Enciclopédia.
- Ribeiro, M. A. (1994): *Realismo-Naturalismo*, vol. VI da *História e Crítica da Literatura Portuguesa*, (coord. Carlos Reis), Lisboa-São Paulo, Verbo,
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares (1993): "A Regeneração e o seu significado", in *História de Portugal. O Liberalismo* (Mattoso, José dir; Torgal, Luís Reis y Roque, João eds.), Lisboa, Estampa, pp. 121-129.
- Ribeiro, Orlando (1976): *A Universidade em crise*, Lisboa, Edi Cosmos.
- Rocha, C. (1985): *Revistas Literárias do século XX em Portugal*. Vila da Maia, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Rodrigues, A. A. Gonçalves (1992a): *A tradução em Portugal (1495-1834)*, Lisboa: Imp. Nac.-Casa da Moeda.
- Rodrigues, A. A. Gonçalves (1992b): *A tradução em Portugal (1835-1850)*, Lisboa: Imp. Nac.-Casa da Moeda.
- Rodrigues, Urbano Tavares (1978): "Parnasianismo", in Coelho, Jacinto do Prado, *Dicionário de Literatura*, vol. III, 3^a edição, Porto, Figueirinhas, , pp. 788-792.
- Romero, Leonardo (1996): "La historia de la literatura española en el siglo XIX (materiales para su estudio), *El Gnomo*, nº5, 151-183.
- Rosenblatt, Louise M. (1995): *Literature as Exploration*. 5^a ed. Nova York, Modern Language Association.
- Rouanet, Maria Helena (2002): "Crítica e história da Literatura no século XX: verso e reverso da mesma moeda?", <http://www.pucrs.br/fale/pos/historiadaliteratura/gt/>
- Rousseau, J-J, (1995): *Oeuvres complètes*, Paris, Gallimard, 1995.
- Sá, Maria das Graças Moreira (1989): *Expressões da estética da saudade em Teixeira de Pascoaes*. Tese de doutoramento em Literatura Portuguesa apresentada na Univ. de Lisboa, Lisboa.
- Sáez Fernández, Felipe e Rey Boullón, Ramón (2000), "La inserción laboral de los universitarios", *Papeles de Economía Española*, 86: 99-110.
- Santillán Gúemes, Ricardo (2000): "Educación y cultura", Conferência Iberoamericana de Ministros de Cultura, celebrada em Ciudad de Panamá, nos dias 5 e 6 de Setembro de 2000 (<http://www.oei.es/santillan.htm>). Último acesso, Outono 2003).
- Santos, Idelette Muzart Fonseca dos (1993), "Pícaros e Malandros no Cordel: uma Galeria de Tipos, *Revista Internacional da Língua Portuguesa*, nº 9, pp. 121-136
- Santos, Maria de Lurdes Lima dos (1988): *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*, Lisboa, Presença.
- Sapega, Ellen W. (2008): *Consensus and Debate in Salazar's Portugal: Visual and Literary Negotiations of the National Text, 1933-1948*. University Park: Pennsylvania, State University Press.
- Saraiva, A. J. (1946): *Para a história da cultura em Portugal*, 2 vols. Amadora, Livraria Bertrand.
- Saraiva, António J. e Lopes, Óscar (1955/7?). *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, Porto, 1^a ed. s.d.

- Saraiva, António J. e Lopes, Óscar (1970). *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, Porto, 6ª ed..
- Saraiva, António J. e Lopes, Óscar (1975). *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, Porto, 8ª ed..
- Saraiva, António J. e Lopes, Óscar (1979). *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, Porto, 11ª ed..
- Saraiva, António J. e Lopes, Óscar (1985). *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, Porto, 13ª ed..
- Saraiva, António J. e Lopes, Óscar (1996). *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, Porto, 17ª ed..
- Sardinha, António (1942): Glossário dos Tempos. Porto.
- Satira dirigida pelo Padre J. Agostinho de Macedo, ao bem conhecido poeta M. Maria Barbosa Du Bocage* Silva, Luiz Augusto Rebello da (1848): “A Eschola Moderna Litteraria – O Sr. Garrett”, *A Epoca. Jornal de Industria, Sciencias, Litteratura e Bellas Artes*, n.ºs. 7-10, 15-16, 25 e 27, pp. 105-109, 121-124, 136-139, 152-156, 234-238, 249-253, 388-391 e 421-424.
- Schmidt, K. (2000) “Zuerst kam der Tempel, dann die Stadt”. Vorläufiger Bericht zu den Grabungen am Göbekli Tepe und am Gürcütepe 1995-1999. *Istanbuler Mitteilungen* 50, pp. 5-41.
- Schmidt, Siegfried J. (1995): “La enseñanza de la literatura como ámbito de aplicación de la Teoría Empírica de la Literatura, trad. de Rosa Callado Hernández, em Francisco Chico Rico (ed.) *Teoría/crítica, La Ciencia Empírica de la Literatura*, pp. 273-302.
- Schooten Erik van, e Gloppe, Kees de (2002): “The relation between attitude toward reading adolescent literature and literary reading behavior”, *Poetics*, 30, 3: 169-194.
- Seixo, Maria Alzira (1997): “The Study and the Teaching of Literature”, em Zepetnek, Steven Tötösy de, e Sywenky, Irene, eds. (1997): *The systemic and empirical approach to literature and culture as theory and application*. Research Institute for Comparative Literature and Cross-Cultural Studies. Edmonton e Siegen, University of Alberta and Institute for empirical Literature and Media Research Siegen University, pp.163-168.
- Sena, Jorge de (1976): “Algumas palavras sobre o realismo, em especial sobre o português e o brasileiro”, *Colóquio/Letras*, 31, pp.8-12.
- Serra, Tania R. Costa (2002): “O mapeamento do ‘DNA’ literário brasileiro e a ‘outra independência’”, <http://www.pucrs.br/fale/pos/historiadaliteratura/gt/>.
- Shklovskij, V. (1926a): “Un caso ineptamente defendido por mí”, *Tret’ia fabrika*, 88-89 269-272, em Volek, Emil (ed. e trad.), *Antología del formalismo ruso y el grupo de Bajtin. Polémica, historia y teoría literaria*, Madrid, Fundamentos, 1992, pp. 57-58.
- Shklovskij, V. (1926b): “Carta a Tynjanov”, *Tetr’ia fabrika*, 98-100, em Volek, Emil (ed. e trad.), *Antología del formalismo ruso y el grupo de Bajtin. Polémica, historia y teoría literaria*, Madrid, Fundamentos, 1992, pp. 59-61.
- Shklovskij, V. (1929a): “La conexión de los procedimientos de la composición del siuzhet con los procedimientos generales del estilo”, *O teorii prozy*, 24-67, em Volek, Emil (ed. e trad.), *Antología del formalismo ruso y el grupo de Bajtin. Polémica, historia y teoría literaria*, Madrid, Fundamentos, 1992, pp. 123-156.
- Shklovskij, V. (1929b): “Rozanov: La obra y la evolución literaria” *O teorii prozy*, 226-230 em Volek, Emil (ed. e trad.), *Antología del formalismo ruso y el grupo de Bajtin. Polémica, historia y teoría literaria*, Madrid, Fundamentos, 1992, pp. 171-176.

- Silva Aguiar e, Vítor (1999a): “As relações entre a Teoria da Literatura e a Didáctica da Literatura: filtros, máscaras e torniquetes”, *Diacrítica*, 13-14: 85-92.
- Silva Aguiar e, Vítor (1999b): “Teses sobre o ensino do texto literário na aula de Português”, *Diacrítica*. 13-14: 85-92.
- Silva, António de Moraes (1789): *Diccionario da lingua portugueza/composto pelo Padre Rafael Bluteau; reformado, e acrescentado por António de Moraes [sic] Silva*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Silva, António Martins da (1993): “A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo”, in *História de Portugal. O Liberalismo* (Mattoso, José dir., Torgal, Luís Reis y Roque, João eds.), Lisboa, Estampa, pp. 89-105.
- Silva, Luiz Augusto Rebello da (1857): “A Arcadia Portuguesa”, *Annaes das Sciencias e Lettras, publicados debaixo dos auspícios da Academia Real das Sciencias. Sciencias Moraes e Politicas, e Bellas Lettras*, pp. 57-87, 147-168 e 197-216.
- Silva, Luiz Augusto Rebello da [(1905 1877)]: “Memoria biographica e litteraria ácerca de Manoel Maria Barbosa du Bocage, do character das suas obras e da influencia que exerceu no gosto e nos progressos da poesia portugueza”, in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Artes*, Nova Série, T. I, P. II, 2º ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp.61-176 [15/5/1877]
- Silva, Vítor M de Aguiar (1965): *O Teatro de Atualidade no Romantismo português*, Coimbra, Almedina.
- Simões, J. G. (1976): *Perspectiva Histórica da Poesía Portuguesa (dos simbolistas aos novíssimos)*. Póvoa de Varzim, Brasília Editora.
- Simões, J. G. (1987): *Perspectiva histórica da ficção portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote.
- Sinopoli, Franca (2002): “La historia comparada de la literatura”, in *Introducción a la literatura comparada* (A. Gnisci editor), Barcelona, Crítica.
- Soares, Anthony (2009): “National Identity and National Unity in Contemporary East-Timorese Literature”, *Portuguese Studies*, 25, 1, 80-101.
- Social en Cultureel Planbureau (1992): *Social and Cultural Rapport*, Rijswijk.
- Solé Tura, Jordi, sel. (1977): *Gramsci, Antonio. Cultura y literatura*. Barcelona, Península.
- Sousa, B. J. Silveira Vasconcelos E. (2013): “Por que Razão foi Morta Inês de Castro?”, in *Pedro e Inês – O Futuro do Passado*. Coimbra : Associação dos Amigos de D. Pedro e D. Inês. pp. 61-72.
- Sousa, M. L. Machado de (1978): *A literatura negra ou de terror em Portugal: séculos XVIII e XIX*, Lisboa: Novaera.
- Sousa, M. L. Machado de (2004): *Inês de Castro: um tema português na Europa*. Lisboa: A. Coelho Dias.
- Souza, I. Alves Jorge de (2017): “A economia criativa do mundo antigo” *Diálogo com a Economia Criativa*, v. 2, n. 4, p. 26-38, jan./abr. 2017.
- Sousa, M. L. Machado de (1979): *O “horror” na literatura portuguesa* Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- Stegagno Picchio, Luciana (1969): *História do teatro português*, Lisboa, Portugália.
- Steil, Carlos A. e Carneiro Sandra de Sá (2008), “Peregrinação, turismo e nova era: caminhos de Santiago de Compostela no Brasil”, *Religião & Sociedade* 28, Julho. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872008000100006. Acesso em 5 de maio de 2014.

- Swidler, Ann (1986): *Culture in Action: Symbols and Strategies*. American Sociological Review nVol. 51, No. 2 (Apr., 1986), pp. 273-286 (14 pages)
- Szabolcsi, Miklós e Vajda, György M., eds. (1993): *Neobelicon*, XX/2.
- Szabolcsi, Miklós e Vajda, György M., eds. (1997): *Neobelicon*, XXIV/2.
- Szegedy-Maszák, Mihály (2003): “Keywords in Literary History”, *Neobelicon*, 30, n° 2 (2003), pp. 15-23.
- Tamen e H. Buescu (eds.) (1999): *A Revisionary History of Portuguese Literature, Hispanic Issues*, Garland, XVIII.
- Talvet, Jüri (2001). “Encontro con Jüri Talvet en Compostela/Arturo Casas (entrevistador)”, *Boletín galego de literatura*, 25: 179-199.
- Teixeira de Pascoaes (1978): *Arte de ser português*. Publicação: Lisboa: Delraux.
- Tengarrinha, José (1989): *História da imprensa periódica portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- Thiesse, Anne-Marie (1999): *La création des identités nationales. Europe XVIIIe-XX siècle*, Paris, Seuil.
- Toniol, Rodrigo (2011): “O caminho é aqui”: um estudo antropológico da experiência do Caminho de Santiago de Compostela em uma associação de peregrinos do Rio Grande do Sul, Brasil”, *Revista: PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural* 2011 9(3). <http://www.redalyc.org/pdf/881/88117628007.pdf>. Acesso em 5 de maio de 2014.
- Torga, M. *Bichos*. [1940] Disponível em <http://files.literaturaesociologia.webnode.com.br/200000002-8c6198d5b3/bichos.pdf>. Acesso em 12 set. 2017.
- Torres Feijó, Elias J. (1991): “A Justiça poética nas *Novelas do Minho*: o caso de *O Fillo Natural*”, in *Camilo Castelo Branco: Perspectivas: Actas de las Jornadas Internacionales sobre Camilo*. Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 119-132.
- Torres Feijó, Elias J. (2000): “Norma lingüística e intersistema cultural: o caso galego”, in *Actas do Congreso Internacional de Historia y Cultura en la Frontera Iº Encuentro de Lusitanistas Españoles*, celebrado em Cáceres do 10 ao 12 de Novembro de 1999, Cáceres, Universidad de Extremadura, pp. 967-996.
- Torres Feijó, E. J. (2004): “*Ad maiorem gloriam...feminae*: ilustradas introduzindo modelos no Portugal da segunda metade do século XVIII”. In *Mulheres más : percepção e representações da mulher transgressora no mundo luso-hispânico*/Ana Maria da Costa Toscano, Shelley Godsland (orgs.), Porto, Universidade Fernando Pessoa, cop. 2004-2007, pp. 191-212
- Torres Feijó, Elias J. (2005). “O estudo do mundo lusófono no sistema literário galego: bases metodológicas para o estudo dos sistemas emergentes e as suas relações intersistémicas”, *Actas do VII Congreso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Brown University, Providence CD-ROM, AIL. Acessível em <https://lusitanistasail.press/index.php/ailpress/catalog/download/25/34/361-1?inline=1>. Último acesso, 19/05/2022.
- Torres Feijó, Elias (2007): *As leituras de Bichos: diferentes códigos culturais para apreender o mundo*, AA.VV., *A minha verdadeira imagem está nos livros que escrevi*, Universidade Fernando Pessoa, Edi Universidade Fernando Pessoa, pp. 57-72.
- Torres Feijó, Elias J. (2011a). “Estudos literários, confiabilidade e perspectivas laborais”. In: Silva, João Amadeu; Martins, José Cândido; Gonçalves, Miguel (Coords.). *Pensar a literatura no século XXI*. Braga: Publica da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa, 2011. p. 241-256.
- Torres Feijó, Elias J. (2011b). “Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos de Santiago”, in António Apolinário Lourenço e Osvaldo Manuel Silvestre, (coords.) *Literatura, espaço, cartografias*,

- Coimbra, Centro de Literatura Portuguesa – Universidade de Coimbra, pp. 391-449. Acessível em <http://grupogalabra.com/investigacaoprojetos/99-discursos-imagens-e-praticas-culturais-sobre-santiago-de-compostela-como-meta-dos-caminhos.html>. Acesso em 5 de maio de 2014.
- Torres Feijó, E.J. (2012): “Os derradeiros romances camilianos, A Brasileira de Prazins e Vulções de Lama, como património e ferramentas culturais”, *Santa Barbara Portuguese Studies*, Vol.: 11, 2012, pp. 170-194.
- Torres Feijó, Elias J. (2013a) Reorientação dos estudos literários para a aplicabilidade e a transferência: da feitiçaria para a medicina e os capitais em jogo. In: III Congresso Internacional de Leitura e Literatura Infantil e Juvenil; II Fórum Latino-Americano de Pesqtorruisadores de Leitura, 9 a 11 de maio de 2012, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PUCRS. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IIICILLIJ/Trabalhos/Palestras/feijo.pdf>>. Acesso em 5 de maio de 2014.
- Torres Feijó, E. J. (2013b). “Sustainable identity. Tourism as opportunity or menace”. V Critical Tourism Studies Conference. Sarajevo 2013. Acessível in http://cts.som.surrey.ac.uk/publication/sustainable-identity-tourism-asopportunity-or-menace-proposal-of-some-indicators/wppa_open/. Último acesso em 01/04/2015.
- Torres Feijó, Elias (2014). “Autor, texto e espaço geocultural mediatizado: processos de ressemantização, banalização e *misturação* de géneros em produtos sobre o Caminho de Santiago” in *Lit&Tour: Essays on Literature and Tourism*. (Quinteiro, Sílvia e Baleiro, Rita, eds.) Lisboa, Húmus, pp. 291-310
- Torres Feijó, E.J. (2015a): “Comunidades, coesão, sustentabilidade e fator visitante: ferramentas conceituais e parâmetros” in (Almeida Marques (ed.): *Planeamento Cultural Urbano em Áreas Metropolitanas: Revitalização dos Espaços Pós-Suburbanos*, Lisboa, Caleidoscópico, 2015^a, pp. 121-142.
- Torres Feijó, E.J. (2015b) “Tourism and local community: unperceived and imperceptible risks and socially responsible research (SRR). First stages to work SRR with traders” *Conference: Critical Tourism Studies VI Conference*, disponível em <http://wp.nyu.edu/cts2015/wp-content/uploads/sites/657/2015/06/TorresFeijo.pdf>, Volume: Critical Tourism Studies VI Conference ISSN 2053-7468. Acesso me 12 set. 2017.
- Torres Feijó, E.J. (2017) “Nem fábula nem mito, comunidade: Lugares para uma leitura historicada de *Bichos*, de Miguel Torga”, *Revista Portuguesa de Humanidades*, 21, 163-184.
- Unamuno, Miguel de (1911): *Por tierras de Portugal y de España*, 6^a ed. Colección Austral, Espasa-calpe, Madrid, 1964.
- Valero, José Antonio (1996), «Una disciplina frustrada: la historia literaria dieciochesca», *Hispanic Review*, nº 64, primavera, pp. 171-197.
- Van Crugten-André (2002): “Félicité de Choiseul-Meuse: du libertinage dans l’ordre bourgeois”, *Études sur le XVIIIe siècle*, 29: “Portraits de femmes”, pp. 109-115).
- Vanda Anastácio (2003): “Da História Literária e de alguns dos seus problemas”, *Brotéria*, 157, pp 45-58.
- Vaquinhas, Irene Maria, Cascão, Rui (1993): “Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa”, in *História de Portugal. O Liberalismo* (Mattoso, José dir; Torgal, Luís Reis y Roque, João eds.), Lisboa, Estampa, pp. 441-457.
- Vargues, Isabel Nobre e Ribeiro, Maria Manuela Tavares (1993): “Estruturas políticas, parlamentos, elei, partidos políticos e maçonarias”, in *História de Portugal. O Liberalismo* (Mattoso, José dir; Torgal, Luís Reis y Roque, João eds.), Lisboa, Estampa, pp. 183-211

- Vargues, Isabel Nobre e Torgal, Luís Reis (1993): “Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político”, in *História de Portugal. O Liberalismo* (Mattoso, José dir; Torgal, Luís Reis y Roque, João eds.), Lisboa, Estampa, pp. 65-87
- Verney, Luís António (1747): *Verdadeiro método de estudar, para ser útil á República, e á Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal exposto em varias cartas, escritas pelo R. P. *** Barbadinho da Congregasam de Italia ao R. P. *** Doutor da Universidade de Coimbra*, Valença: Officina de Antonio Balle.
- Viehoff, Reinhold (1997): “Literature and Culture Identity”, em Zepetnek, Steven Tötösy de, e Sywenky, Irene, eds. (1997): *The systemic and empirical approach to literature and culture as theory and application*. Research Institute for Comparative Literature and Cross-Cultural Studies. Edmonton e Siegen, University of Alberta and Institute for empirical Literature and Media Research Siegen University, pp.181-188.
- Vieira, J. Augusto (1887): *O Minho pittoresco*, Lisboa, Livraria de António M. Pereira.
- Villanueva, Darío e Viña, José María (1991). *Trayectoria de la novela hispanoamericana actual: del “realismo mágico” a los años ochenta*, Madrid, Espasa Calpe.
- Weber, João Hernesto (1997): *A nação e o paraíso na construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*, Florianópolis, Editora da UFSC.
- Weber, Max (1992) : “Einleitung” [Introdução] e “Editorischer Bericht” [Nota do Editor], em vol. I/7 de *Gesamtausgabe* [Obra completa], ed. Por H. Baier, M. R. Lepsius, W. J. Mommsen, W. Schluchter y J. Winckelmann, Tübingen, pp. 71-111.
- “What is the Creative Cities Network?”. <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/creativity/creative-cities-network/about-creative-cities/>. Acesso em 5 de maio de 2014.
- Whewell, William. *Philosophy of the Inductive Sciences, founded upon their history*, Londres, John W. Parker, 1840.
- White, Hayden (1987): El contenido de la forma. Narrativa, discurso y representación histórica. Barcelona, Buenos Aires: Ediciones Paidós. [(1987) 1992].
- Williams, Raymond (2000): “Los usos de la teoría cultural”, *Voces y culturas*, 16: 65-84). Original no nº 158 de *New Left Review*, 1986; conferência ditada no 8 de Março de 1986 na Oxford University no congresso “O estado da crítica”, organizado pela Oxford English Limited.
- Wilson, E. Osborne, Consilience: The Unity of Knowledge, Londres, Vintage Books, 1998.
- Zepetnek, Steven Tötösy de, e Sywenky, Irene, eds. (1997): *The systemic and empirical approach to literature and culture as theory and application*. Research Institute for Comparative Literature and Cross-Cultural Studies. Edmonton e Siegen, University of Alberta and Institute for empirical Literature and Media Research Siegen University.

Elias José Torres Feijó • Catedrático de Filologia Galega e Portuguesa na Universidade de Santiago de Compostela, Prémio Extraordinário de Doutoramento, coordena o Grupo de Investigação Galabra e leciona sobre literatura e cultura dos países de língua portuguesa e teoria e investigação na cultura. Dirige projetos sobre relacionamento cultural galego-português, sistemas literários e narrativas, comunidades e territórios, com atenção a questões de patrimonialização e identidade. Autor de diversas monografias, as mais recentes: *Galeguismo precário e Portugal*; *Portugal para quê? Seis marcos no relacionamento galego-português*; *Bem-estar comunitário e visitantes a través do caminho em Santiago. Grandes narrativas, ideias e práticas culturais na cidade*.

Foi Professor/Investigador visitante nas Universidades do Minho, Rio Grande do Sul, Oxford, Brown e Ritter dos Reis. Vicerreitor da USC (2006-2009) e Presidente da Associação Internacional de Lusitanistas (2008-2014).

É Presidente da Faculdade de Filologia da USC

Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2022

1 2



9 0



IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS